

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA**

**O GADO NA AGRICULTURA FAMILIAR PRATICADA NO SUDOESTE DE ANGOLA. MEIOS DE VIDA E
VULNERABILIDADE DOS GRUPOS DOMÉSTICOS PASTORALISTAS E AGRO-PASTORALISTAS**

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM ENGENHARIA AGRONÓMICA

ORIENTADOR: DOUTOR AUGUSTO MANUEL CORREIA

JÚRI:

Presidente:

Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Doutor Fernando Silva Oliveira Baptista

Doutor Artur Fernando Arede Correia Cristóvão

Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

Doutor Raul da Fonseca Fernandes Jorge

Doutor João Ferreira da Costa Neto

ADRIANO FERNANDES GOMES

LISBOA
2012

Em memória de meus pais e de outras vítimas de uma guerra em que os perdedores foram os inocentes e humildes. Para eles, a poesia de Birago Diop:

«Os que morreram
não se retiraram.
Eles viajam
na água que vai fluindo.
Eles são a água que dorme.

Os mortos
não morreram.
Eles escutam
os vivos e as coisas.
Eles escutam as vozes da água.»

«Se o gado morre, toda a aldeia (comunidade) morre.»
Provérbio dos povos pastores em África

«*Wekupa ononkhahu wati: Kandale!*
Wekupa onongombe wati: Kelisape-sape n’otyilongo!»
(Quem te deu sandálias disse: Calça-as!
Quem te deu bois disse: Pavoneia-te com eles na terra!)
Provérbio *Humbe* – Angola

«A República de Angola tem como objectivo
fundamental a criação de uma sociedade de justiça e
progresso social.»
Artigo 1º, Constituição da República de Angola, 2010

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, pelo apoio institucional e por nos haver possibilitado a realização deste Doutoramento no âmbito das suas atribuições.

Ao Professor Doutor Augusto Manuel Correia que, apesar dos seus numerosos afazeres profissionais, se prontificou a ser nosso tutor. As suas sugestões e comentários foram muito úteis e importantes para o desenvolvimento do trabalho.

A todos os criadores de gado anónimos que, nos diversos locais do Sudoeste de Angola por nós visitados, se disponibilizaram sempre a colaborar connosco. Esperamos que os resultados obtidos e constantes nas páginas que se seguem lhes venham a beneficiar. Aliás, um dos propósitos que nos levaram à realização desta investigação foi, precisamente, o de podermos, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento da pecuária tradicional e, conseqüentemente, para a sustentabilidade dos meios de vida dos grupos domésticos envolvidos na agricultura familiar.

O GADO NA AGRICULTURA FAMILIAR PRATICADA NO SUDOESTE DE ANGOLA. MEIOS DE VIDA E VULNERABILIDADE DOS GRUPOS DOMÉSTICOS PASTORALISTAS E AGRO-PASTORALISTAS

RESUMO

Na região sudoeste de Angola a agricultura tradicional é dominada pelo pastoralismo e pelo agro-pastoralismo, sistemas que têm permitido aos grupos domésticos atingir os objectivos de meios de vida que perseguem. A região foi subdividida em zonas agro-económicas, tendo sido cada uma devidamente caracterizada. O grupo doméstico constituiu o foco primário de análise. Depois, com base na 'matriz de meios de vida sustentáveis' procurou-se conhecer e compreender a forma como a plataforma de meios de vida é usada, tendo ficado claro que as estratégias de meios de vida desenvolvidas são viáveis e sustentáveis sob os pontos de vista social, ambiental e económico.

Numa era de globalização, o contexto de vulnerabilidade em que pastoralistas e agro-pastoralistas operam vai sofrendo mudanças, encontrando-se grupos domésticos e comunidades sujeitos a uma diversidade de riscos que devem ser levados em consideração aquando da elaboração de políticas e programas de desenvolvimento. Deve-se ter em atenção os choques de diversa natureza a que estão sujeitos, particularmente aqueles com componentes co-variantes e características exógenas, hoje cada vez mais evidentes. Com políticas adequadas, os sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas praticados poderão ser melhorados e reforçados e contribuirão decisivamente para o bem-estar das populações locais e desenvolvimento socioeconómico da região.

PALAVRAS-CHAVE: Sudoeste de Angola; Agricultura familiar; Pastoralismo; Agro-pastoralismo; Grupo doméstico; Meios de vida; Vulnerabilidade; Sustentabilidade; Gestão de riscos; Desenvolvimento rural.

LIVESTOCK IN SMALLHOLDER AGRICULTURE IN SOUTHWESTERN ANGOLA. PASTORALISTS AND AGRO-PASTORALISTS LIVELIHOODS AND VULNERABILITY

ABSTRACT

In southwestern region of Angola, traditional agriculture is dominated by pastoralism and by agro-pastoralism, systems that have allowed households to achieve their livelihood objectives. The region has been subdivided into agro-economic areas, each one having been fully characterized. The household was the primary focus of analysis. Then, based on the sustainable livelihoods framework, it was possible to know and understand how the livelihood platform is used, turning clear that the developed livelihood strategies are viable and sustainable from a social, environmental and economic point of view.

In the globalization era, the vulnerability context in which pastoralists and agro-pastoralists work is undergoing several changes, making it possible to know the risks to which households and communities are subjected to and thus taking them into account when drawing development programs and policies. One should keep in mind the several risks to which they are subjected to, particularly those with covariant components and exogenous characteristics, now increasingly evident. With the appropriate policies, traditional pastoralist and agro pastoralist systems could be improved and strengthened thus contributing, in a decisive manner, to the welfare of local populations and to the region socioeconomic development.

KEY-WORDS: Southwestern Angola; Smallholder agriculture; Pastoralism; Agro-pastoralism; Household; Livelihoods; Vulnerability; Sustainability; Risk management; Rural development.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Sumário	vi
Índice de figuras.....	xi
Índice de quadros.....	xii
Siglas e acrónimos.....	xiv

Capítulo I – CONTEXTO

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática.....	1
1.2 Justificativa.....	4
1.3 Objectivos.....	7
1.4 Originalidade e Ineditismo.....	8
1.5 Estrutura do trabalho.....	8

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Matriz conceptual.....	10
2.2 Dados primários.....	15
2.3 Dados secundários.....	15
2.4 Validade e fidedignidade.....	15
2.5 Considerações éticas.....	16
2.6 Limitações do estudo.....	16

3 REGIÃO E POPULAÇÃO

3.1 O meio físico.....	17
3.1.1 Clima.....	17
3.1.2 Hidrografia.....	18
3.1.3 Fitogeografia.....	19
3.1.4 Fisiografia.....	20
3.2 O animal.....	24
3.2.1 Bovinos.....	24
3.2.2 Ovinos e caprinos.....	25
3.2.3 Outros animais domésticos.....	26
3.2.4 Fauna selvagem.....	27
3.3 Culturas agrícolas alimentares.....	27
3.4 Fontes alimentares diversas.....	28
3.5 Zonagem agrária.....	29
3.6 Organização administrativa.....	31
3.7 O meio social.....	33
3.7.1 População.....	33
3.7.2 Grupo doméstico.....	34
3.7.2.1 Família e grupo doméstico.....	34
3.7.2.2 Grupo doméstico e espaço residencial.....	43
3.7.2.2.1 Unidade de residência.....	43
3.7.2.2.2 Curral e <i>sambo</i>	51
3.7.2.3 Grupo doméstico e alimentação.....	54
3.7.2.3.1 Consumo de produtos agrícolas.....	55
3.7.2.3.2 Consumo de leite.....	56
3.7.2.3.3 Consumo de carne.....	56

3.7.2.3.4 Alimentos de recollecção.....	57
3.7.2.3.5 Consumo de peixe e anfíbios.....	57
3.7.2.4 Grupo doméstico e actividade laboral.....	58
3.7.2.4.1 Trabalho doméstico.....	64
3.7.2.4.2 A criança como força de trabalho.....	65
3.7.2.5 Género e relações no seio do grupo doméstico.....	68

Capítulo II – PLATAFORMA E ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA DO CRIADOR TRADICIONAL DE GADO

1 GENERALIDADES

1.1 Sistemas de produção.....	70
1.1.1 Agricultura familiar.....	70
1.1.2 Agricultura empresarial.....	74
1.2 Aproveitamento da pastagem natural.....	75
1.2.1 Teoria da ‘Tragédia da propriedade comunitária’	76
1.2.2 Capacidade de carga animal.....	77
1.2.3 Modelos ecológicos.....	78
1.2.3.1 Ecossistemas em ‘equilíbrio’	79
1.2.3.2 Ecossistemas em ‘não-equilíbrio’	80
1.2.4 Recursos-chave.....	80
1.2.5 Relação gado - forragem.....	80
1.2.6 Mobilidade do gado.....	82
1.2.7 Água e pastoralismo.....	83
1.2.8 Pastoralismo e mudanças climáticas.....	84
1.3 Meios de vida.....	85

2 ZONAGEM DE MEIOS DE VIDA

2.1 Sub-região árida.....	94
2.2 Sub-região semi-árida de transição.....	97
2.3 Sub-região semi-árida do sul.....	100
2.3.1 Zona do Baixo Cunene.....	101
2.3.2 Zona do Cuanhama.....	104
2.4 Sub-região planáltica.....	110

3 PLATAFORMA DE MEIOS DE VIDA

3.1 Capital natural	116
3.1.1 Pastagem natural.....	117
3.1.2 Modelos ecológicos.....	120
3.1.3 Recursos-chave.....	122
3.2 Capital físico	123
3.2.1 Aprovisionamento de água.....	124
3.2.2 Transporte.....	127
3.3 Capital humano	129
3.4 Capital financeiro	130
3.5 Capital social.....	130
3.6 Capital político.....	132
3.7 Gado e plataforma de meios de vida no Sudoeste de Angola.....	133

4 RELAÇÕES SOCIAIS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

4.1 Relações sociais.....	136
4.1.1 Género.....	136
4.1.2 Classes.....	138

4.1.3 Irmandades de idade.....	138
4.1.4 Etnicidade.....	139
4.1.5 Deslocados.....	139
4.2 Instituições e organizações.....	140
 5 ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA	
5.1 Actividades baseadas em recursos naturais.....	145
5.1.1 Criação de gado.....	145
5.1.1.1 Gestão dos rebanhos.....	145
5.1.1.2 Mobilidade do gado.....	152
5.1.1.2.1 Transumância na sub-região árida.....	155
5.1.1.2.2 Transumância na sub-região semi-árida de transição.....	156
5.1.1.2.3 Transumância na sub-região semi-árida do sul	157
5.1.1.2.4 Transumância na sub-região planáltica.....	159
5.1.1.3 Actividade laboral relacionada com o gado.....	159
5.1.1.4 Tracção animal.....	163
5.1.1.5 Gado e sustentabilidade das estratégias de meios de vida.....	167
5.1.2 Culturas agrícolas.....	173
5.1.2.1 Gado e produção agrícola.....	176
5.1.3 Caça e pesca.....	177
5.1.4 Actividades de colecta.....	178
5.1.5 Transformação de produtos.....	179
5.1.6 Artesanato.....	180
5.2 Actividades não baseadas em recursos naturais.....	180
5.2.1 Pequeno comércio.....	180
5.2.2 Trabalho assalariado.....	181
5.2.3 Artesanato.....	181
5.2.4 Ajuda humanitária.....	181
5.2.5 Migração e envio de remessas.....	181
5.3 Diversificação de meios de vida.....	184
 6 RESULTADOS DOS MEIOS DE VIDA	
6.1 Gado e grupo doméstico	187
6.1.1 Produção de leite.....	195
6.1.1.1 Estratégias de ordenha.....	198
6.1.1.2 Consumo, transformação e comercialização de leite e produtos lácteos.....	200
6.1.1.3 Leite de pequenos ruminantes.....	204
6.1.2 Transacção de gado no Sudoeste de Angola.....	205
6.1.2.1 Permuta.....	205
6.1.2.2 Oferta.....	205
6.1.2.3 Abate de gado para utilização pelo grupo doméstico.....	206
6.1.2.4 Comercialização	207
6.1.2.4.1 Transporte de gado.....	210
6.1.2.4.2 Abate de gado para fins comerciais.....	211
6.1.2.4.3 Atitude perante o mercado.....	212
6.2 Rendimentos e diferenciação social.....	214
6.3 Segurança e insegurança alimentar.....	220
6.4 Sustentabilidade da base de recursos naturais.....	223

Capítulo III – VULNERABILIDADE E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS ADOPTADAS PELO CRIADOR TRADICIONAL DE GADO

1 GENERALIDADES

1.1 Vulnerabilidade.....	225
1.2 Riscos.....	226
1.3 Choques.....	226
1.4 Resiliência.....	227
1.5 Estratégias de gestão de riscos.....	227

2 VULNERABILIDADE

2.1 Tendências.....	228
2.2 Riscos e choques	229
2.2.1 Choques e situações de stresse com componentes idiossincráticos.....	230
2.2.1.1 Razia redistributiva.....	232
2.2.1.2 Razia predatória ou comercial.....	233
2.2.1.3 Doenças e morte de gado.....	234
2.2.1.4 Perda da capacidade em força de trabalho.....	237
2.2.2 Choques e situações de stresse com componentes co-variantes.....	239
2.2.2.1 Seca.....	241
2.2.2.2 Tempestades e inundações.....	244
2.2.2.3 Conflitos.....	244
2.2.2.3.1 Conflitos relacionados com recursos naturais.....	244
2.2.2.3.2 Conflito civil e distúrbios sociopolíticos.....	246
2.2.2.4 Perda de acesso e degradação dos recursos naturais.....	247
2.2.2.4.1 Deficiente acesso à água.....	248
2.2.2.4.2 Deficiente disponibilidade de pastagem.....	250
2.2.2.5 Erosão do património genético.....	251
2.2.2.6 Debilidade institucional.....	252
2.2.2.7 Marginalização dos criadores de gado tradicionais.....	252
2.2.2.8 Exclusão dos mercados.....	253
2.2.2.9 Programas de modernização da agricultura.....	253
2.3 Vulnerabilidade e género.....	256

3 RESPOSTA À VULNERABILIDADE

3.1 Estratégias de gestão <i>ex ante</i> de riscos.....	258
3.1.1 Medidas gerais.....	258
3.1.2 Controlo das doenças do gado.....	260
3.1.3 Diversidade genética.....	262
3.1.4 Acesso à água.....	263
3.1.5 Integração agricultura-pastoralismo.....	265
3.1.6 Diversificação de actividades.....	265
3.1.7 Desenvolvimento de redes de solidariedade.....	266
3.2 Estratégias de gestão <i>ex post</i> de riscos (enfrentamento de choques)	267
3.2.1 Estratégias para enfrentar a insegurança alimentar.....	268
3.2.2 Estratégias para enfrentar situações de seca e estratégias adaptativas à seca.....	270
3.2.3 Estratégias para enfrentar doenças e morte de gado.....	272
3.2.4 Estratégias para enfrentar doenças e morte de membros do grupo doméstico.....	272
3.2.5 Mitigação dos constrangimentos em força de trabalho.....	274
3.2.6 Estratégias de gestão de conflitos.....	275

Capítulo IV – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1 Viabilidade das estratégias de meios de vida adoptadas pelos grupos domésticos.....	277
2 Vulnerabilidade dos grupos domésticos.....	282
3 Políticas para o enquadramento dos sistemas tradicionais de criação de gado no desenvolvimento do Sudoeste de Angola.....	286
4 Recomendações para futuros estudos.....	288
GLOSSÁRIO.....	290
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	303
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Guião para recolha de informação.	318
APÊNDICE B – Tópicos gerais considerados na recolha de informação.	325
APÊNDICE C – Indicadores para análise dos efeitos da criação de gado na plataforma de meios de vida.	326
APÊNDICE D - Principais doenças do gado no Sudoeste de Angola.	328
APÊNDICE E - Percepção das doenças com impacto sobre a produção de leite.	330
APÊNDICE F – Ordenha e processamento do leite num grupo doméstico <i>Mwila (Nhaneca-Humbe)</i>	331
APÊNDICE G – Espécies vegetativas com maior importância para o gado.	332
APÊNDICE H – Benefícios decorrentes de intervenções de desenvolvimento em cenário anti-pastoralista e em cenário pró-pastoralista.	338
ANEXOS	
ANEXO A - Diagrama de meios de vida sustentáveis.	341
ANEXO B - Zonas agro-ecológicas em África.	342
ANEXO C – Mapa administrativo de Angola.	343
ANEXO D - Zonagem agrícola de Angola.	344
ANEXO E – Sub-regiões agro-pastoris.	345
ANEXO F- Distribuição aproximada dos grupos de povos Bantu do Sudoeste de Angola.	346
ANEXO G – Composição da manada de bovinos.	347
ANEXO H - Características dos meios de transporte de cargas.	348
ANEXO I – Nomes científicos mencionados e respectivos classificadores.	349

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura I 1: Unidade de residência (*eumbo*) em zona *Ambó* (sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama).
- Figura I 2: Unidade de residência (*onganda*) em zona *Herero* (sub-região árida).
- Figura I 3: Conjunto de unidades de residência (*ongandas*) em zona *Herero* (sub-região árida).
- Figura I 4: Mapa de mobilidade dos membros de um grupo doméstico habitando um *eumbo*.
- Figura I 5: Curral para bovinos num *eumbo Nhaneca-Humbe*.
- Figura I 6: Papel do homem e da mulher a nível de grupos domésticos e comunidades locais.
- Figura II 1: Grupo doméstico e estratégias de meios de vida.
- Figura II 2: Sub-regiões e zonas agro-económicas enquadradas na região do 'Complexo da Ordenha'.
- Figura II 3: Distribuição catenária das unidades geomorfológicas na zona do Baixo Cunene, tomando como referência a *evanda* do rio Cunene na zona agro-económica 2, sub-região semi-árida do sul, zona do Baixo Cunene.
- Figura II 4: Conjunto de *eumbos* na sub-região semi-árida do sul.
- Figura II 5: Fisiografia e localização dos *eumbos* na zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul.
- Figura II 6: Representação esquemática da fisiografia e localização dos *eumbos* na zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul.
- Figura II 7: Fisiografia da zona agro-económica 2 (Cuamato), zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul.
- Figura II 8: Distribuição dos modelos ecológicos presentes no Sudoeste de Angola.
- Figura II 9: Conglomerado de cacimbas.
- Figura II 10: Relações dos tipos de capital em distintas comunidades de criadores de gado na região do 'Complexo da Ordenha'.
- Figura II 11: Relações entre os distintos tipos de capital em grupos domésticos agro-pastoralistas dispondo de acesso ou não à tracção animal.
- Figura II 12: Relações dos tipos de capital numa comunidade de deslocados e numa comunidade local vizinha.
- Figura II 13: Relações dos criadores tradicionais de gado com instituições e organizações.
- Figura II 14: Importância da prática do *okupakessa* nas estratégias de meios de vida dos criadores tradicionais de gado.
- Figura II 15: *Ongandas*, terrenos agrícolas e áreas de pastagem comunitária em zona habitada por *Herero* na sub-região árida.
- Figura II 16: Diagrama da interacção entre gado e culturas agrícolas na região do 'Complexo da Ordenha'.
- Figura II 17: Variação no tamanho e riqueza de distintos *eumbos Ambó* na sub-região semi-árida do sul.
- Figura II 18: *Eumbo* considerado rico na sub-região semi-árida de transição.
- Figura III 1: Principais choques que contribuem para a vulnerabilidade a nível de grupo doméstico (choques com componentes idiosincráticos) e a nível de comunidade (choques com componentes co-variantes).
- Figura III 2: Impacto da seca sobre grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas.
- Figura III 3: Consequências para grupos domésticos e comunidades resultantes de constrangimentos no seu acesso aos recursos naturais.
- Figura III 4: Efeitos que a redução da mortalidade no gado pode ter a nível do grupo doméstico.
- Figura IV 1: Consequências para grupos domésticos e comunidades resultantes de constrangimentos no seu acesso aos recursos naturais.

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro I 1: Divisão administrativa da região sudoeste de Angola (províncias da Huíla, Namibe e Cunene).
- Quadro I 2: Motivos e meios de deslocação utilizados por membros de grupos domésticos sem veículo motorizado próprio.
- Quadro I 3: Divisão do trabalho no seio dos membros do grupo doméstico.
- Quadro I 4: Divisão do trabalho executado por crianças no Sudoeste de Angola.
- Quadro II 1: Matriz para análise dos meios de vida em meio rural (nível micro).
- Quadro II 2: Zonagem agro-económica da região do 'Complexo da Ordenha'.
- Quadro II 3: Hierarquização dos atributos preferidos pelos criadores de gado em árvores e arbustos forrageiros.
- Quadro II 4: Formas de transporte de produtos diversos utilizadas pelos grupos domésticos sem veículo motorizado próprio.
- Quadro II 5: Contribuição do gado para os activos dos grupos domésticos.
- Quadro II 6: Actividades de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos no Sudoeste de Angola.
- Quadro II 7: Pontuação e hierarquização das principais actividades de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos no Sudoeste de Angola de acordo com atributos respeitantes aos resultados de meios de vida.
- Quadro II 8: Divisão das tarefas relacionadas com o gado entre os membros do grupo doméstico.
- Quadro II 9: Pontos fortes e fracos de asininos e bovinos como animais de tracção e de transporte.
- Quadro II 10: Posse de bovinos por grupo doméstico.
- Quadro II 11: Calendário da cultura de cereais (massango e massambala) na sub-região semi-árida do sul.
- Quadro II 12: Utilidade do gado nos sistemas de produção do Sudoeste de Angola.
- Quadro II 13: Hierarquização das espécies animais de acordo com atributos pré-definidos.
- Quadro II 14: Uso comercial e para subsistência do gado no Sudoeste de Angola.
- Quadro II 15: Funções do gado bovino e sua importância para as comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola.
- Quadro II 16: Funções e importância dos pequenos ruminantes para os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola.
- Quadro II 17: Hierarquização de ovinos e caprinos de acordo com atributos pré-definidos.
- Quadro II 18: Vantagens e desvantagens dos caprinos.
- Quadro II 19: Consumo de leite pelos membros do grupo doméstico.
- Quadro II 20: Diagrama do processamento do leite.
- Quadro II 21: Formas de transporte do gado bovino destinado à comercialização.
- Quadro II 22: Formas de transporte do gado caprino destinado à comercialização.
- Quadro II 23: Razões para a comercialização de caprinos e respectiva importância.
- Quadro II 24: Atributos associados aos grupos domésticos ricos (com gado) e grupos domésticos pobres (sem gado ou com pouco gado).
- Quadro II 25: Características de grupos domésticos ricos e grupos domésticos pobres.
- Quadro II 26: Factores que influenciam a mobilidade socioeconómica dos grupos domésticos.
- Quadro III 1: Impacto dos principais choques e situações de stresse com componentes idiossincráticos sobre os grupos domésticos.
- Quadro III 2: Mortalidade (%) estimada em bovinos, caprinos e ovinos.
- Quadro III 3: Impacto dos principais choques e situações de stresse com componentes co-variantes sobre os grupos domésticos.
- Quadro III 4: Impacto dos conflitos sobre os activos de meios de vida de grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas.
- Quadro III 5: Importância da água como factor limitante da produção pecuária nas distintas zonas agro-económicas.

Quadro III 6: Categorização das estratégias para enfrentamento de choques adoptadas pelos grupos domésticos.

Quadro III 7: Respostas locais ao ciclo da seca.

Quadro IV 1: Conjecturas e realidades dos sistemas tradicionais de produção agrária no Sudoeste de Angola.

Quadro IV 2: Principais constrangimentos de natureza endógena aos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas prevalecentes no Sudoeste de Angola e acções a ter em consideração para minorar o seu impacto.

Quadro IV 3: Principais constrangimentos de natureza exógena aos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas prevalecentes no Sudoeste de Angola e acções a ter em consideração para minorar o seu impacto.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BCPR - United Nations Bureau for Crisis Prevention and Recovery
CEIC – Centro de Estudos e Investigação Científica – Universidade Católica de Angola
CN – Cabeça Natural
DFID - UK Department for International Development
DRP - Diagnóstico Rural Participativo
EAMA - Equivalente Adulto Masculino Africano
EDA - Estação de Desenvolvimento Agrário
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFAD - International Fund for Agricultural Development
IPH-1 - Índice de Pobreza Humana em países em vias de desenvolvimento
ISV - Instituto dos Serviços de Veterinária
MIAA – Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola
MINADERP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIE – Organisation Mondiale de la Santé Animale
ONG – Organização Não Governamental
OPSA - Observatório Político e Social de Angola
OSC – Organização da Sociedade Civil
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCB – Peripneumonia Contagiosa dos Bovinos
RNB - Rendimento Nacional Bruto
UGT - Unidade de Gado Tropical
UNACA - União Nacional dos Camponeses Angolanos
UNDP - United Nation Development Programme
UNEP – United Nations Environment Programme
USD – Dólar dos Estados Unidos da América
VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
WCED - World Commission on Environment and Development

Capítulo I – CONTEXTO

Para além da problemática e objectivos do estudo, neste capítulo são apresentados a metodologia de trabalho seguida e o perfil da região sudoeste de Angola nos seus aspectos físico, agrário e humano, sendo depois descrito o grupo doméstico nas suas múltiplas facetas. São aprofundados aspectos relacionados com a agricultura familiar e diversidade de tarefas que os distintos membros dos grupos domésticos levam a cabo para assegurarem os meios de vida, sendo prestada especial atenção às questões relacionadas com o género e relações intra-grupo.

1 INTRODUÇÃO

Este subcapítulo expõe a motivação para a realização do estudo e os objectivos a serem alcançados, para além de dar conta da originalidade do trabalho.

1.1 Problemática

A África sub-Saariana apresenta diferenças significativas relativamente ao clima, recursos naturais e densidade de população humana e animal, podendo ser dividida em cinco zonas agro-ecológicas: árida, semi-árida, sub-húmida, húmida e terras altas (Winrock, 1992). As zonas árida, semi-árida e sub-húmida seca, com quedas pluviométricas reduzidas ou mesmo nulas durante seis ou mais meses do ano, são denominadas de ‘regiões secas’. A reduzida pluviosidade faz com que os ecossistemas se tenham de adaptar ao stresse da secura, concentrando-se a produção de biomassa vegetal fundamentalmente durante a estação das chuvas e existindo longos períodos quiescentes no decurso dos quais as plantas anuais morrem e as vivazes pouco crescem. A produção vegetal restringe-se, assim, aos curtos períodos húmidos do ano, pelo que a actividade agrícola é episódica, com períodos de trabalho intenso e exaustivo, intervalados com outros de relativa inactividade. A população animal, particularmente aquela dos grandes ruminantes, é limitada pela disponibilidade de biomassa vegetal comestível e de água superficial durante a estação seca, a menos que exista suficiente humidade disponível em determinadas áreas, como junto a cursos de água e vales. No decurso da estação seca, os ruminantes domésticos – bovinos, caprinos e ovinos -perdem peso, podendo chegar mesmo, nos anos mais secos, à inanição. O Sudoeste de Angola é constituído fundamentalmente por ‘regiões secas’, onde o gado¹ se apresenta como um recurso fundamental para as estratégias de meios de vida² desenvolvidas pelas populações locais.

Os ecossistemas das ‘regiões secas’ são caracterizados por adaptações e dinâmicas que devem ser compreendidas para que possam ser desenvolvidas estratégias de utilização sustentáveis. Adaptações ecológicas possibilitam que plantas e animais se reproduzam, cresçam e sobrevivam em condições extremas. Ambos são usados pelas populações locais como parte dos seus activos de meios de vida. Ecossistemas e espécies vegetais e animais destas regiões apresentam também capacidade dinâmica para responderem, de forma produtiva, à pluviosidade reduzida e errática assim como às estiagens recorrentes. Ecossistemas com estas características são considerados como ecologicamente resilientes. A interacção regular entre o homem e o meio ambiente conduz a conhecimentos que possibilitam a adopção, por parte do primeiro, de estratégias de meios de vida

¹ De acordo com o Regulamento da Lei de Sanidade Animal (Decreto nº 70/08, de 11 de Agosto, do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República, I Série, nº 149, de 11 de Agosto de 2008), o termo ‘gado’ abarca todos os animais domésticos das espécies bovina, bubalina, ovina, caprina, suína, equina, asinina e seus híbridos. No presente estudo, contempla essencialmente os ruminantes domésticos.

² Um meio de vida compreende os activos (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as actividades e o acesso aos activos (mediado por instituições e relações sociais) que em conjunto determinam a vida usufruída pelo indivíduo ou grupo doméstico (Ellis, 2000). As estratégias de meios de vida referem-se à forma como indivíduos e grupos domésticos fazem a utilização da respectiva base de activos visando alcançar os resultados de meios de vida desejados.

sustentáveis (Mortimore *et al*, 2008). Este conhecimento tem um valor, não mensurável em termos monetários, mas sim no êxito ou fracasso das estratégias adoptadas por indivíduos e grupos domésticos³ ao longo do tempo. Tem sido demonstrado que este êxito pode, em grande parte, ser atribuído aos mecanismos sociais presentes nas comunidades locais relacionados com a transferência de conhecimentos e resposta aos desafios do meio ambiente (Mortimore *et al*, 2008).

Durante muitos anos, a produção de gado em África – e a agricultura de uma forma geral – foram vistos como um investimento pobre e com pouco interesse para o desenvolvimento. Assumpções sobre baixa produtividade, sistemas de gestão retrógrados, falta de orientação para o mercado e potencial de crescimento reduzido consignaram o sector da pecuária para a subalternidade (Scoones & Wolmer, 2006). Mas, depois de haver sido ignorada durante anos, a temática da pecuária está novamente de regresso às agendas de desenvolvimento no continente. O gado vem sendo reconhecido como um activo essencial para os meios de vida das populações rurais, como um factor chave para sair da pobreza, como uma via para mercados lucrativos, como uma fonte de divisas, como produto de poupança, e como importante recurso sociocultural, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento e reforço de redes de solidariedade (Scoones & Wolmer, 2006).

De uma forma geral, é aceite que o crescimento económico constitui condição necessária para a redução da pobreza. Mesmo onde não beneficia directamente o pobre, tal pode acontecer de forma indirecta como, por exemplo, através de um melhor acesso a distintos serviços básicos, emprego ou redes de segurança social. Estudos mostram que, em geral, em períodos de crescimento económico os rendimentos dos grupos mais pobres da sociedade também tendem a aumentar (Deininger & Squire, 1997, *apud*: Quan, 2000). Todavia, o rendimento não constitui a única medida da pobreza ou do bem-estar, e o crescimento económico pode também conduzir a uma crescente desigualdade com maiores benefícios para os ricos às expensas dos pobres, cuja base de activos pode, além disso, sofrer uma erosão progressiva (Quan, 2000). A situação do pobre relativamente aos recursos naturais, mormente à terra, requer especial atenção durante os períodos de crescimento económico de forma a ser assegurada uma distribuição equitativa dos benefícios (Quan, 2000). Sousa Santos (2010) chama a atenção para a crise civilizacional decorrente da insustentabilidade do modelo económico dominante. Este modelo, assente no crescimento infinito, no uso indiscriminado dos recursos naturais, na privatização dos bens comuns (a água, o ar, a biodiversidade), no consumo como definidor de um modo de ser assente na obsessão de ter e num estilo de vida alimentado pelo abandono prematuro de objectos indiferentemente pessoais, não só é injusto como é insustentável e os seus perigos para a sobrevivência da humanidade poderão, em breve, ser irreversíveis.

Afirma-se que Angola esteja a passar por uma fase de significativo crescimento económico. Contudo, continua a ser um país com uma elevada percentagem de pobreza e desigualdades marcantes. Os efeitos do crescimento económico deveriam ser mais evidentes na vida dos pobres. Porém, de acordo com o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) (2010) e o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC) (2011), desde 2008 que a situação da pobreza se vem agravando. Com base no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 54,3% da população angolana vive abaixo do limiar da pobreza de rendimento (paridade do poder de compra de 1,25 USD por dia) (PNUD, 2010). Segundo estimativas do CEIC (2011), tomando como indicador o rendimento diário inferior a 2 USD, em 2010, 52,6% da população angolana vivia na pobreza, contando, portanto, o país com cerca de 10 milhões de pobres.

³ Um grupo doméstico integra todos os indivíduos, familiares e não familiares, que habitam o mesmo espaço residencial e partilham rendimentos, despesas e actividades de subsistência. Basicamente, trata-se do conjunto de indivíduos que partilha a mesma ‘panela’ de alimento. Corresponde àquilo que em língua inglesa é normalmente designado por *household*.

Pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, Angola está enquadrada nos países com desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500) posicionando-se no 146º lugar entre 169 países avaliados, com um IDH de 0,403 em 2010, embora esteja incluída no grupo de países com rendimento médio (rendimento nacional bruto – RNB - *per capita* de USD 4,941)⁵, sendo mesmo, entre os países com desenvolvimento humano baixo, aquele que apresenta maior rendimento nacional bruto *per capita* (PNUD, 2010). O IDH ajustado à desigualdade (IDHAD)⁶ é de 0,242, representando uma perda global de 39,9% (PNUD, 2010). Por sua vez, o índice de rendimento ajustado à desigualdade é de 0,334, o que representa uma perda de 36,4% (PNUD, 2010). O coeficiente de Gini de rendimento é de 58,6 (PNUD, 2010). Todos estes índices apontam para uma muito acentuada desigualdade na distribuição do rendimento, assumindo-se Angola como um dos países mais desiguais do mundo. De acordo com o CEIC (2010), alguns indicadores, tais como o aumento da pobreza, o aumento da inflação, a desvalorização do Kwanza⁷ e a queda do Produto Interno Bruto (PIB)⁸ por habitante, apontam para uma ligeira perda do bem-estar geral da população em 2009. Perante estes indicadores, existe a necessidade urgente de se transformar crescimento económico em desenvolvimento humano. Infelizmente, muitas vezes, políticas, planos, programas e projectos são concebidos sem serem feitos diagnósticos estratégicos e organizacionais que definam correctamente o ponto de partida e as capacidades presentes.

Os programas de desenvolvimento do País vêm-se revelando, muitas vezes, desequilibrados e desajustados. Os conceitos de desenvolvimento perfilhados pelo Executivo, sobretudo as suas práticas, são muito discutíveis (Pacheco, 2011a), sendo parte substancial das verbas canalizada para projectos ‘faraónicos’ e não prioritários (Pacheco, 2012). De acordo com o OPSA (2010), os projectos de desenvolvimento rural implementados ou anunciados não estão a merecer a necessária priorização, quer do ponto de vista do orçamento⁹, quer da própria atenção conferida pelo Executivo às questões da pobreza e da vida rural, comparativamente a outras. Estudos realizados mostram que grande parte da população em meio rural continua a viver em situação muito precária. Segundo o OPSA (2010), um desses estudos mostra que um agricultor do Huambo ganha mais trabalhando durante três meses na estação seca em Luanda como estivador nos mercados informais, do que cultivando milho e desenvolvendo outras culturas agrícolas nos restantes meses do ano na sua aldeia de origem. Uma consequência imediata desta situação é o incremento do êxodo rural. Actualmente, segundo Pacheco (2010c), para largos sectores da população rural, a situação está mesmo pior do que no início dos anos 70 do século passado, sofrendo, inclusive, grande parte dessa população, de

⁴ Usado pelo PNUD, inclui três componentes: a média de esperança de vida; o nível de conhecimentos, avaliado por meio da literacia na vida adulta e nível de educação; e a situação económica do país, avaliada por meio do PIB. O valor do IDH varia entre 0 e 1, sendo o maior o melhor.

⁵ RNB (Rendimento Nacional Bruto) refere-se à soma do valor adicionado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios), não incluídos na valorização da produção, mais as receitas líquidas do rendimento primário (remuneração de empregados e rendimentos de propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares americanos correntes, convertidos utilizando o método Atlas do Banco Mundial (PNUD, 2007).

⁶ Medida do nível médio de desenvolvimento humano numa sociedade tomando em consideração a desigualdade. Em casos de perfeita igualdade, o IDH e o IDHAD são idênticos; quanto maior for a diferença entre ambos, maior será a desigualdade.

⁷ Moeda nacional angolana.

⁸ O PIB *per capita*, a preços correntes, foi de 1843,6 USD em 2005, 2837,2 USD em 2006, 3478,8 USD em 2007, 4691,2 USD em 2008 e 3801,6 USD em 2009 (CEIC, 2010).

⁹ Ficou muito aquém dos 10 milhões de dólares o montante que se estima ter sido gasto directamente em programas rurais para além da água, saúde e educação (OPSA, 2010). A percentagem orçamental dedicada à agricultura tem sido sistematicamente inferior a 3%. O OGE de 2010 atribuiu à agricultura apenas 1,97% da totalidade da despesa, o de 2011, 1,41%, enquanto o de 2012 atribui apenas 1,2%. Note-se, contudo, que os montantes disponibilizados raramente atingem os 60% da despesa atribuída.

fome. Pacheco (2010a) advoga como grande factor condicionador do desenvolvimento de Angola o atraso em que o País se encontra em matéria de agricultura e produção de alimentos, transportes, empresas, instituições e, sobretudo, educação e investigação.

A agricultura desempenha papel central na economia das populações rurais do Sudoeste angolano, sendo o seu desenvolvimento fundamental para o combate à fome e redução da pobreza. As empresas familiares, em toda a sua diversidade, são o elemento base do sector agrícola. Uma característica chave da agricultura familiar é a ligação estreita entre estrutura e composição do grupo doméstico e os bens capitais e capacidades a eles associadas. Estes vínculos têm implicações importantes na escolha das culturas a desenvolver, organização do trabalho familiar, gestão de investimentos e activos, e questões de matrimónio e herança. Entretanto, a agricultura familiar vem, sofrendo, em Angola, uma exclusão crónica das grandes estratégias de desenvolvimento. Pacheco (2009b) realça que «o OGE mostra, em cada exercício, a grande disparidade entre os recursos atribuídos a projectos que possam contribuir para o agronegócio – a maioria dos quais com eficácia e eficiência duvidosas – e as sobras encaminhadas para solução dos graves problemas das famílias camponesas.» [...] «Trata-se de uma estratégia economicamente irracional, socialmente injusta, ecologicamente perigosa e politicamente imprudente» (in: Novo Jornal, 83, p.25). Leal (2009) refere que a região sudoeste de Angola, que integra as províncias da Huíla, Cunene, Namibe e sul de Benguela, constitui o fulcro do desenvolvimento da pecuária nacional, pois contribui não apenas para o abastecimento interno de carne, mas também fornece gado de trabalho para o fomento da tracção animal assim como animais de reprodução e recria para outras regiões do País. No entanto, ainda existem poucos conhecimentos sobre a dinâmica dos sistemas de produção pecuária aí desenvolvidos, os quais envolvem uma ampla variação nos padrões de cultura, oportunidades de mercado, alternativas de produção, força de trabalho, tecnologia e inputs.

1.2 Justificativa

Embora os pequenos agricultores assegurem a maior parte dos produtos alimentares consumidos nos países em desenvolvimento, regra geral são mais pobres que a restante população. Perante esta situação, torna-se evidente que a luta contra a fome e a pobreza implica uma abordagem aos problemas que os pequenos agricultores enfrentam na sua luta diária pela sobrevivência, devendo esses problemas serem levados em consideração aquando do equacionamento de políticas de desenvolvimento. Realce-se, no entanto, que os recursos que os agricultores têm à sua disposição, as actividades e a própria organização dos meios de vida estão intimamente relacionados com o contexto ecobiológico, físico, económico e cultural em que vivem e laboram e sobre o qual possuem um controlo muito limitado. Apesar das peculiaridades e diferenças que cada grupo doméstico dedicado à agricultura pode apresentar, aqueles que compartilham condições semelhantes de vida, em geral também partilham problemas e prioridades idênticas que ultrapassam fronteiras administrativas e políticas. Compreender o meio rural constitui um pré-requisito para a elaboração de estratégias de desenvolvimento eficazes, nomeadamente aquelas direccionadas para a redução da pobreza.

A pecuária está a sofrer uma transformação rápida a nível mundial. A crescente urbanização e o aumento de rendimentos estão a provocar, no mundo em desenvolvimento, um grande incremento na procura de carne e leite. Isto oferece oportunidades de crescimento económico para os pequenos agricultores mas, ao mesmo tempo, aumenta o risco de uma maior marginalização da população pobre, deterioração do meio ambiente e mesmo de ameaça para a segurança alimentar mundial (IFAD, 2001). O gado contribui para os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) definidos pelas Nações Unidas¹⁰. A criação de animais e venda de produtos pecuários como leite,

¹⁰ Aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2001, após uma série de conferências internacionais sobre a redução da pobreza, decorridas na década anterior.

carne, ovos e outros, ajudam a erradicar a pobreza extrema e a fome (ODM 1) e a atingir a educação primária universal (ODM 2) através da geração de rendimentos, empregos e alimentos para os grupos domésticos. Sendo uma importante fonte de rendimentos para a mulher, e muitas vezes o seu principal activo, o gado é vital para os avanços em direcção à igualdade do género (ODM 3). Considerando que os produtos alimentares obtidos a partir do gado são muito nutritivos, a suplementação das dietas essencialmente amiláceas dos pobres, mesmo que seja apenas com pequenas quantidades de leite, carne e ovos, contribui substancialmente para a redução da mortalidade infantil (ODM 4), melhora a saúde materna (ODM 5) e ajuda a enfrentar doenças, mormente o VIH/SIDA¹¹ (ODM 6). Quando explorado em sistemas de produção mistos ou criado de forma apropriada, o gado é, muitas vezes, factor-chave para a sustentabilidade do ecossistema agrário (ODM 7). Finalmente, criadores de gado e especialistas trabalham em conjunto com muitos outros actores na construção de uma aliança global para o desenvolvimento (ODM 8).

Desenvolvimento pode ser definido como um processo que permite a indivíduos e grupos domésticos melhorarem os seus meios de vida¹². O desenvolvimento da pecuária procura, portanto, fornecer condições aos criadores de gado para que possam melhorar a qualidade de vida e bem-estar das respectivas famílias. Diversos factores vêm contribuindo para a negligência que programas e projectos de desenvolvimento e mesmo acções de emergência têm devotado ao criador tradicional de gado no Sudoeste de Angola. Entre esses podem ser citados: (i) programas de desenvolvimento focalizam fundamentalmente o aumento da produção para o mercado. No entanto, este desiderato só pode ser atingido se actividades e políticas de desenvolvimento apoiarem os criadores de gado e respectivos grupos domésticos – que são quem toma as decisões de produção - a atingirem os seus objectivos primários, que nem sempre são o de produzir para o mercado. Políticas de desenvolvimento baseadas em assumptões menos correctas sobre os objectivos dos criadores de gado e sobre como recursos e benefícios são alocados a nível do grupo doméstico verão a sua eficácia reduzida; (ii) existência de pouca investigação sistematizada sobre o papel do gado nos meios de vida dos grupos domésticos, gestão de riscos e estratégias de enfrentamento de problemas. Consequentemente, a informação existente sobre o impacto que as perdas de gado têm sobre a segurança alimentar e meios de vida do grupo doméstico é muito deficiente; (iii) não é conferida a necessária atenção nem são compreendidos os papéis do gado nos meios de vida das populações locais e suas ligações com o desenho de programas e projectos de desenvolvimento; (iv) não são suficientemente compreendidas as funções socioculturais do gado nas comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas presentes na região (*Herero, Nhaneca-Humbe e Ambó*). Os vínculos pouco claros entre a análise de meios de vida e o desenho de programas e projectos apresenta desafios enormes no equacionamento de objectivos realistas, definindo critérios apropriados para seleccionar regiões geográficas e beneficiários assim como para identificar sistemas de monitoria e de avaliação válidos que possam ser usados para avaliar os resultados e retirar lições sobre a implementação de intervenções no âmbito da pecuária.

A reflexão académica e científica sobre desenvolvimento é muito pobre em Angola, principalmente quando se trata de desenvolvimento rural, o que é explicado pela subalternização da investigação científica e dos problemas rurais no quadro das prioridades do Executivo (Pacheco, 2008). No domínio da agricultura, a ciência e a investigação têm sido secundarizadas desde a independência do País, sendo as políticas públicas e as opções de desenvolvimento traçadas com enorme desprezo pelo conhecimento científico (Pacheco, 2009a). Apesar de ser consensual na literatura que o combate à pobreza envolve necessariamente o reforço e aumento da produtividade da agricultura

¹¹ Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

¹² No passado, as abordagens de desenvolvimento focavam basicamente na comunidade e em grupos comunitários. Era assumido que no seio das comunidades os interesses eram comuns e quando existissem diferenças estas poderiam ser resolvidas através do trabalho com grupos de interesse. Desta forma, os grupos domésticos como unidades integrantes da comunidade, não recebiam a necessária atenção.

familiar, não têm sido concebidas políticas sociais e de desenvolvimento rural e agrário baseadas em pressupostos científicos que apoiem a criação de condições socioeconómicas condignas para as populações rurais a médio e longo prazo.

O conceito de meios de vida¹³ é cada vez mais utilizado por investigadores e organizações de desenvolvimento, assumindo-se como um pilar fundamental no equacionamento das estratégias de desenvolvimento rural, redução da pobreza e preservação do meio ambiente. O termo ‘meios de vida’ procura abranger não apenas aquilo que indivíduos e grupos domésticos fazem com o objectivo de ‘sobreviver’ e ‘ganhar’ a vida, mas também os recursos que lhes proporcionam a capacidade de ter uma qualidade de vida satisfatória, os factores de risco que devem levar em consideração na gestão desses recursos, e o contexto institucional e de políticas em que vivem, contexto esse que lhes facilita ou dificulta a procura de uma vida viável. Esta abordagem, holística e centrada no ‘homem’, proporciona uma visão integrada sobre como as indivíduos e grupos domésticos sobrevivem e procuram melhorar as suas formas de vida no contexto (social, institucional, político, económico e ambiental) em que vivem (Carney, 1998; Bebbington, 1999) procurando identificar e compreender as estratégias usadas na utilização de activos e capacidades. Possui importantes pontos fortes, particularmente ao reconhecer ou mostrar (i) as múltiplas e diversas características dos meios de vida, (ii) a existência de estrangulamentos ao melhoramento dos meios de vida, (iii) o carácter tanto social como económico das estratégias de meios de vida, (iv) os principais factores implicados no aumento ou diminuição da vulnerabilidade e (v) os vínculos - micro-macro ou macro-micro – que relacionam os meios de vida às políticas de desenvolvimento. A análise da diversidade e diversificação de meios de vida feita com base nas ligações entre diferentes tipos de capital¹⁴, estratégias para enfrentar choques e estratégias adaptativas, e sua integração a nível individual, de grupo doméstico ou de comunidade, permite identificar potenciais intervenções visando o desenvolvimento das comunidades e da região no seu geral.

A construção de uma visão no âmbito do paradigma da ‘soberania alimentar’¹⁵ assim como a utilização da abordagem dos meios de vida sustentáveis e o conhecimento dos sistemas de produção são particularmente importantes devido à dinâmica e diversidade da geografia social presentes no Sudoeste de Angola, sua agricultura e a complexidade da relação gado-culturas agrícolas. Esta forma

¹³ De acordo com Chambers & Conway (1991, pág.6), o termo ‘meios de vida’ assume um significado amplo: «os meios de vida consistem nas capacidades, actividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento de indivíduos e grupos domésticos. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um stress ou impacto, mantendo ou expandindo a sua capacidade e os activos em que se baseia, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base».

¹⁴ Categorias de activos (capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro, capital sociopolítico) com base nos quais são desenvolvidos os meios de vida.

¹⁵ Actualmente, e impulsionado pela *La Vía Campesina*, um movimento internacional que coordena organizações camponesas formadas por pequenos e médios produtores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, América e Europa, vem surgindo um paradigma alternativo para a alimentação e agricultura. Este paradigma, apelidado de ‘soberania alimentar’ recebeu pela primeira vez atenção internacional aquando da Conferência Mundial da Alimentação, organizada pela FAO, em 1996. Desde então, muitos movimentos sociais, organizações e profissionais adoptaram-no e têm vindo a desenvolver este novo conceito, que constitui também uma resposta às múltiplas crises sociais e ambientais originadas pelos modernos sistemas de produção alimentar um pouco por toda a parte. O conceito de ‘soberania alimentar’ pode ser definido como «o direito das comunidades definirem a sua própria alimentação e agricultura; proteger e regular a produção agrícola doméstica e sua comercialização de forma a alcançar objectivos de desenvolvimento sustentáveis; determinarem até que ponto pretendem ser independentes; restringir o dumping de produtos nos seus mercados; assegurar às comunidades piscatórias locais a primazia na gestão do uso e direitos dos recursos aquáticos. A ‘soberania alimentar’ não nega o comércio, mas antes promove a formulação de políticas e práticas comerciais que atendam aos direitos das comunidades à alimentação e produção alimentar segura, saudável e ecologicamente sustentável.» (www.viacampesina.org).

de abordagem disponibiliza o quadro conceptual para examinar o papel desempenhado pelo gado¹⁶ nas estratégias adoptadas pelos grupos domésticos e identificar os vínculos entre vulnerabilidade e meios de vida. A compreensão destes aspectos permitirá um melhor desenho e implementação de intervenções relevantes e eficazes tanto no âmbito do desenvolvimento da região como para fazer face a situações de emergência.

1.3 Objectivos

Perante a carência de conhecimento existente sobre grupos domésticos e seus meios de vida na região sudoeste de Angola, mormente daqueles que fazem da criação de gado uma forma de sustento, com a consequente inadequação dos programas de desenvolvimento traçados e crescente marginalização das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas, um melhor conhecimento e compreensão da empresa familiar e seus múltiplos componentes tornam-se, assim, fundamentais para que o desenvolvimento sustentado do meio rural e do País em geral possam ser possíveis. Assim, o presente estudo utiliza como foco primário de análise precisamente o grupo doméstico, na forma como os seus membros usam capacidades e activos para cumprirem um conjunto de actividades que, por sua vez, dão corpo às respectivas estratégias de meios de vida e procura providenciar informação sobre os sistemas de produção familiar dominantes, sua vulnerabilidade e estratégias de gestão de riscos, tudo numa base científica consistente para que possam ser delineados programas de desenvolvimento realistas que salvaguardem a sustentabilidade das distintas estratégias e actividades de meios de vida levadas a cabo pelas populações locais.

Este estudo foi direccionado essencialmente para estimular a reflexão e proporcionar informações e dados que possibilitem um melhor entendimento do sector tradicional no Sudoeste de Angola¹⁷, não havendo a intenção de dar respostas definitivas nem de produzir recomendações indefectíveis. Procura fornecer uma visão compreensiva dos sistemas de produção pecuária e estratégias de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos possuidores de gado, para além de documentar as mudanças que vêm ocorrendo no papel desempenhado pelo animal nos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas assim como a ligação entre produção pecuária e agrícola na região, focalizando essencialmente nas comunidades etnolinguísticas *Nhaneca-Humbe*, *Ambó* e *Herero*.

Constituíram objectivos do estudo:

- fornecer uma visão global da região sudoeste de Angola nos seus aspectos físico, humano e agro-pecuário, centrando-se fundamentalmente naqueles relacionados com a criação de gado no sector tradicional;
- documentar as práticas e estratégias de meios de vida desenvolvidas pelos grupos domésticos rurais possuidores de gado tendo em vista o reforço da sua viabilidade a longo prazo e salvaguardando a sustentabilidade das respectivas plataformas de meios de vida;
- compreender o papel do gado nos meios de vida dos grupos domésticos;
- identificar factores de carácter social, cultural, económico, organizacional e institucional que contribuem para assegurar a viabilidade económica da agricultura familiar e identificar os principais constrangimentos ao desenvolvimento desta;

¹⁶ Na região, o gado constitui a base do bem-estar humano tanto do ponto de vista económico como social, para além de ser um recurso que todos os grupos domésticos aspiram possuir e desenvolver.

¹⁷ Região de Angola também denominada de 'Região Agro-Pastoril', 'Complexo da Ordenha' ou 'Complexo do Leite'. Integra as províncias da Huíla, Cunene, Namibe e uma parte do Sul da província de Benguela.

- compreender a diversidade espacial e sazonal, assim como a dinâmica das estratégias de meios de vida adoptadas pelos grupos domésticos detentores de gado e perceber a interacção entre pecuária e culturas agrícolas;
- concluir sobre a exequibilidade das estratégias de meios de vida levadas a cabo pelos criadores tradicionais de gado;
- conhecer a vulnerabilidade e a exposição ao risco dos grupos domésticos proprietários de gado assim como as estratégias de gestão de riscos adoptadas;
- avaliar o impacto adveniente de políticas de desenvolvimento, programas e projectos, assim como de acções avulsas, delineados ou em curso, sobre as estratégias de meios de vida levadas a cabo pelos criadores tradicionais de gado; concluir sobre a sustentabilidade dessas estratégias;
- providenciar conhecimentos sobre os sistemas de produção presentes no Sudoeste de Angola por forma a fornecer uma compreensão científica consistente a partir da qual possam ser estruturados programas de desenvolvimento consentâneos com a realidade da região.

1.4 Originalidade e ineditismo

A originalidade deste trabalho reside no facto de, em lugar de se analisar a problemática da pecuária tradicional sob um ponto de vista externo, essencialmente técnico, alheio ao criador, se parte da própria visão e dinâmica do criador tradicional de gado e da forma como organiza e desenvolve as suas estratégias de meios de vida e relaciona-a com o conhecimento científico existente, tomando-se como referência o grupo doméstico, que é, por sua vez, analisado em toda a sua complexidade - como unidade de residência, reprodução e produção, não sendo esquecida a sua cosmovisão própria - no contexto particular da região sudoeste de Angola, em toda a sua amplitude. Para tal, o autor socorre-se da matriz para análise dos meios de vida em meio rural (nível micro) com base na qual é estudada a vulnerabilidade do criador de gado e são identificadas as plataformas e estratégias de meios de vida, assim como de gestão de riscos e choques adoptadas pelos grupos domésticos, tendo sempre em consideração a sua relação com a variabilidade climática e a dinâmica dos ecossistemas presentes. Adicionalmente, o território é dividido em sub-regiões e estas em 'zonas agro-económicas', de acordo com os padrões de meios de vida dos grupos domésticos. Por sua vez, estas sub-regiões e zonas económicas integram dois modelos ecológicos distintos - sistemas em 'equilíbrio' e sistemas em 'não-equilíbrio' - que obrigam a distintas formas de gestão da pastagem natural.

1.5 Estrutura do trabalho

O capítulo I apresenta o contexto do estudo. Expõe a metodologia seguida, descrevendo-se em seguida o perfil da região sudoeste de Angola nos seus aspectos físico, agrário e humano, prestando-se particular atenção às características socioculturais das sociedades locais para que possam ser melhor compreendidas as estratégias de meios de vida seguidas pelos grupos domésticos e as formas destes fazerem frente aos eventos de risco. É descrito o grupo doméstico, focando-se a agricultura familiar e os diversos aspectos relacionados com o trabalho, nomeadamente a diversidade de actividades levadas a cabo para assegurar os meios de vida, força de trabalho e divisão de tarefas entre os membros do grupo, sendo prestada especial atenção às questões relativas ao género e relações intra-grupo.

O capítulo II foca basicamente a plataforma e estratégias de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos detentores de gado. No primeiro subcapítulo são apresentados os fundamentos teóricos sobre sistemas de produção pecuária e aproveitamento da pastagem natural à luz do conhecimento científico actual, seguindo-se a exposição do conceito sobre meios de vida e

respectiva matriz. Para melhor compreensão e análise, a região do 'Complexo da Ordenha' foi subdividida em quatro sub-regiões e estas em zonas agro-económicas (também designadas de 'zonas de economia agro-alimentar', 'zonas de meios de vida' 'zonas de sustento'), cada uma delas meticulosamente caracterizada, num exercício de zonagem especificamente desenvolvido para o presente estudo. Em subcapítulo próprio é apresentada a plataforma de meios de vida, sendo os diversos activos a que os grupos domésticos deitam mão agrupados em cinco tipos de capital - natural, físico, humano, financeiro, sociopolítico - tendo-se sempre o cuidado de aprofundar o papel do gado em cada um deles. Depois de abordadas as relações sociais, instituições e organizações, são expostas as estratégias de meios de vida seguidas pelos grupos domésticos, subdividindo-as em estratégias compostas por actividades baseadas em recursos naturais e em estratégias constituídas por actividades não baseadas em recursos naturais. Considerando a importância que a diversificação assume como estratégia de gestão de riscos e a sua contribuição para a sustentabilidade dos meios de vida dos grupos domésticos na região, é conferida uma atenção especial a este aspecto. Finalmente, são apresentados os resultados (realizações ou produtos das estratégias) de meios de vida alcançados pelos grupos domésticos, dedicando-se particular atenção à relevância social, cultural e económica que o gado assume nas sociedades locais. Ao longo do capítulo, e considerando a importância que as questões de género assumem nas sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas, é prestada uma atenção particular a esta temática.

Os diversos aspectos relacionados com vulnerabilidade, riscos e resiliência dos grupos domésticos são tratados no capítulo III. Depois de uma introdução teórica ao assunto no primeiro subcapítulo, são em seguida identificados e descritos os principais riscos e choques a que os criadores de gado estão sujeitos no Sudoeste de Angola, sendo igualmente analisada a vulnerabilidade relacionada com o género. Em subcapítulo específico são apresentadas as estratégias de gestão *ex ante* de riscos e estratégias de enfrentamento de choques adoptadas, sendo prestada especial atenção às situações de insegurança alimentar e de seca, doença e morte tanto de animais como de membros do grupo doméstico.

No capítulo IV são sintetizadas as principais conclusões que emergiram da investigação e apresentadas recomendações consideradas de importância para um melhor enquadramento dos programas de desenvolvimento na região do 'Complexo da Ordenha'. Depois de identificado um leque de acções consideradas importantes para assegurar a sustentabilidade dos meios de vida dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas são, finalmente, referidos alguns aspectos que devem ser levados em consideração aquando de futuros trabalhos de investigação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Neste subcapítulo, é apresentada a metodologia seguida na condução do estudo, nomeadamente a matriz conceptual usada na abordagem dos meios de vida e os procedimentos de colheita de dados. Uma vez que em investigação se deve assegurar a probidade do conhecimento produzido e a dignidade e bem-estar do indivíduo/grupo doméstico/comunidade estudados, são também abordados os aspectos éticos levados em consideração no decurso do estudo.

Na metodologia utilizada foi enfatizada a aprendizagem através de fontes secundárias e dados primários obtidos no terreno, no seio de comunidades e grupos domésticos, interpretando e sintetizando os conhecimentos adquiridos destas fontes. Para obtenção dos dados primários foram usadas principalmente abordagens qualitativas embora, em certas circunstâncias, tivessem também sido utilizadas abordagens quantitativas ou uma combinação de ambas. A investigação foi essencialmente descritiva, tendo-se entrado, em determinadas situações, numa investigação explicativa. A inferência foi basicamente indutiva.

Os procedimentos usados foram desenvolvidos tendo em consideração o propósito de compreender a forma como os diferentes *recursos* (por exemplo, o gado) e *actividades* (por exemplo, a criação de gado) contribuem para as *estratégias de meios de vida* dos grupos domésticos. Este entendimento foi construído com base na ‘matriz de meios de vida sustentáveis’. Esta abordagem ajuda a melhor compreender a dinâmica dos meios de vida na sua globalidade, e o papel do gado nessa dinâmica, em particular. A sua flexibilidade permite, na colheita e análise de dados, a combinação de vários métodos de investigação participativos.

A descrição dos meios de vida pode ser feita a diferentes níveis hierárquicos. O mais comumente usado é o de *grupo doméstico*, ou seja, o conjunto de indivíduos que partilham a mesma ‘panela’ de comida. Adoptando este escalão, torna-se importante reconhecer um nível individual ou intra-grupo doméstico, no qual o bem-estar e acesso aos activos de capital por parte de alguns membros do grupo doméstico, especialmente mulheres e crianças, podem ser inferiores àqueles de outros, sobretudo homens; e também aos níveis mais amplos da família extensa, grupo social e comunidade.

Neste estudo, o ‘grupo doméstico’ foi usado como unidade de análise, assumindo-se que ele constitui a unidade de decisão que tem controlo sobre o gado e direitos sobre os produtos pecuários, o mesmo acontecendo com a respectiva produção agrícola. Corresponde a uma unidade residencial territorialmente estável (*eumbo*, entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* ou *onganda*, entre os *Herero*). Os *sambos* foram considerados como sub-unidades produtivas e de consumo, de carácter temporário, cujos membros permanecem ligados ao grupo doméstico de proveniência¹⁸.

Foi considerado como chefe de família (chefe do grupo doméstico) o indivíduo apontado por todos os membros do grupo como sendo aquele que, em situação normal, toma as decisões relacionadas com o dia-a-dia do grupo doméstico e a quem todos devem obediência; na região, trata-se, geralmente, do ‘fundador’ do *eumbo/onganda*. Nos grupos domésticos polígenos, para evitar uma dupla contagem, o marido foi consignado à primeira esposa. No caso de esta já ser falecida, optou-se pela segunda esposa e assim sucessivamente no conjunto de esposas.

Por sua vez, ‘comunidade’ refere-se ao *locus* onde todos os membros de um conjunto amplo de indivíduos possuem alguma forma de direito colectivo sobre determinado território, reconhecem alguma forma de governação colectiva e têm a oportunidade de influenciar decisões em matérias públicas que afectam os seus meios de vida (FAO, 2005). Esta definição implica: (i) um território; (ii) que todos os residentes nesse território se conheçam uns aos outros, ou que sejam capazes de o fazer facilmente; (iii) que os membros da comunidade partilhem instituições de autoridade tradicional ou governação pública locais (FAO, 2005). Em áreas onde prevalece um tipo de povoamento disperso, como acontece no Sul de Angola, podem existir ‘comunidades’ mesmo na ausência de ‘aldeias’.

2.1 Matriz conceptual

Abordagem dos meios de vida

A matriz de meios de vida sustentáveis pode ser aplicada a diferentes escalas: indivíduo, grupo doméstico, conglomerado (*cluster*) de grupos domésticos, grupo de parentesco extenso, aldeia, região ou mesmo nação¹⁹. Através deste tipo de abordagem procura-se adquirir uma compreensão precisa e realista dos pontos fortes de cada grupo de activos (recursos ou dotações de capital) e dos

¹⁸ Para mais pormenores, veja-se capítulo I, 3.7.2.2, grupo doméstico e espaço residencial.

¹⁹ A matriz para análise dos meios de vida em meio rural (nível micro) é descrita de forma pormenorizada no capítulo II, 1.3. Em anexo é apresentado o respectivo diagrama.

esforços feitos pelos grupos domésticos para os transformar em resultados de meios de vida positivos.

A abordagem utilizada no presente estudo centrou-se no grupo doméstico e colocou o ser humano no centro do desenvolvimento. Este foco no indivíduo dá-se tanto no âmbito global quanto no âmbito mais específico da comunidade. Indivíduos e grupos domésticos foram avaliados num contexto de vulnerabilidade no seio do qual têm acesso a determinados recursos. Por sua vez, estes recursos, assim como as estratégias de meios de vida, ou seja, as formas de os combinar e utilizar, são influenciados pelo ambiente organizacional, institucional e social prevalecente.

Pentágono de recursos

Os activos de meios de vida referem-se à base de recursos disponíveis ao grupo doméstico. Os cinco tipos de capital (físico, natural, humano, financeiro e social) formam o denominado pentágono dos recursos, que constitui o foco central da matriz dos meios de vida, dentro de um determinado contexto de vulnerabilidade. O pentágono representa os diferentes tipos de activos disponíveis tendo sido desenvolvido para que se pudesse mostrar visualmente a informação sobre os recursos a que grupos domésticos e comunidades têm acesso e, assim, evidenciar a importante inter-relação que ocorre entre eles²⁰. Todos estes activos estão interligados. O ponto central do pentágono, onde as linhas se encontram, representa acesso zero aos recursos, enquanto o perímetro externo representa acesso máximo aos recursos. A partir dessa base, podem ser desenhadas formas diferentes de pentágonos para os diferentes grupos domésticos, conjunto de grupos domésticos ou comunidades. Este exercício é representado sob a forma de diagrama em teia de aranha. Quanto mais distante do ponto central do pentágono estiver a marcação referente a determinado capital, maior será a sua influência nos resultados de meios de vida.

Para analisar os efeitos da criação de gado na plataforma de meios de vida, estimar a sua situação actual e tendências foram desenvolvidos, a nível de grupo doméstico e de comunidade, indicadores para cada grupo de activos. Estes indicadores e formas de pontuação são apresentados em apêndice.

Mapeamento dos meios de vida das comunidades rurais

Foi adoptada a zonagem de meios de vida como uma linha de base conceptual para as análises realizadas, havendo sido definidas zonas agro-económicas no seio de cada uma das sub-regiões em que a região sudoeste de Angola ('Complexo da Ordenha', 'Complexo do Leite') foi subdividida. A zonagem de meios de vida consistiu em identificar áreas (zonas agro-económicas, zonas de sustento, zonas de economia agro-alimentar, zonas de meios de vida) com condições de meios de vida homogéneas, delineadas com base em determinantes biofísicas e socioeconómicas. A zonagem transcende a zona administrativa, já que uma mesma divisão administrativa pode abranger zonas com diferentes meios de sustento e uma mesma zona agro-económica pode-se estender por uma ou mais divisões administrativas.

Os principais critérios adoptados na definição das zonas agro-económicas foram as actividades de meios de vida dominantes, os recursos naturais disponíveis e as condições agro-climáticas prevalecentes. Basicamente, esta zonagem teve como objectivo identificar áreas com meios de vida homogéneos em termos de: (i) características físicas do espaço geográfico; (ii) grau de dependência de determinada actividade produtiva; (iii) fontes de rendimento e (iv) tipo de actividade comercial. As suposições chave subjacentes ao uso da zonagem basearam-se na presunção de que os grupos domésticos que numa mesma zona partilham as mesmas fontes de alimentos e de rendimento, são afectados pelos mesmos riscos e vulneráveis aos mesmos tipos de choques externos. Em termos

²⁰ No diagrama de meios de vida apresentado em anexo está representado o pentágono de recursos.

programáticos, pode-se assumir que as acções de assistência e/ou de desenvolvimento desenhadas com base na zonagem devem produzir impacto semelhante sobre os grupos domésticos vivendo numa determinada zona.

2.2 Dados primários

Neste estudo, o grupo doméstico foi tomado como centro de análise e unidade de referência porque se trata da instituição mais importante através da qual as populações organizam a produção e partilham os rendimentos e o consumo (FAO, 2006). Trabalhou-se basicamente com chefes de grupo doméstico, tendo sido, no entanto, e sempre que possível, inqueridos também outros membros.

Na obtenção de dados no terreno, realizada entre os anos de 2005 e 2010, foram usadas essencialmente metodologias participativas. Este tipo de metodologia possibilita uma compreensão mais profunda da complexidade de situações que envolvem a agricultura familiar, seus problemas, necessidades e prioridades. Recorreu-se aos três principais grupos de métodos participativos: (i) métodos informais de entrevista, utilizando-se basicamente entrevistas a nível individual e discussões em grupo focal; (ii) exercícios de hierarquização e pontuação, tendo-se optado pela repartição de valores – 3 ou 5 – numa escala de atributos ou através do empilhamento proporcional, pela distribuição de um número determinado de unidades por categorias previamente definidas em comum acordo com os participantes; (iii) métodos de visualização (mapeamento, diagramas, desenhos). Estes métodos foram apoiados pela observação directa e por dados obtidos de fontes secundárias.

Obtenção de dados de gente

A amostragem foi feita por conveniência, havendo sido seleccionados respondentes com capacidade de fornecer informação representativa. Para se obter um bom entendimento dos meios de vida numa comunidade é importante ter informantes dos vários níveis sociais, de ambos os sexos, dos diferentes grupos de idade, originários tanto da própria comunidade como provenientes de outras localidades mas que para aí tenham ido viver.

a. Técnicas de entrevista

As entrevistas feitas no decurso do estudo não se basearam num questionário formal, mas antes num guião flexível onde apenas algumas das questões e tópicos estavam pré-determinados (vide apêndices). Havia liberdade para introduzir matérias e questões não previstas. Procurou-se basicamente obter informação que fosse relevante para o estudo. Sempre que necessário, era feita a indagação com o objectivo de obter uma compreensão mais profunda do facto ou fenómeno.

b. Entrevista/discussão em grupo focal

Foram feitas com base em tópicos específicos (vide apêndice), tendo sido entrevistados diferentes grupos de actores. Possibilitaram a obtenção de um conhecimento global de cada grupo doméstico/comunidade.

c. Entrevistas com informantes-chave

Os informantes-chave são pessoas que vivem na comunidade e se destacam pelo seu conhecimento e experiência particulares sobre determinado assunto. Através deles foram obtidas informações e opiniões sobre eventos, comportamentos, etc. Foram escolhidos de acordo com a matéria que se pretendia investigar.

d. Observação

A observação permitiu obter uma visão global do contexto e actividades levadas a cabo no seio de comunidades e grupos domésticos para além de haver possibilitado suprir lacunas de informação. Houve sempre o cuidado de não influenciar os dados.

e. Retratos de família

Com base no 'retrato de família' foram descritas e analisadas as formas como determinado grupo doméstico organiza, de forma colectiva, o seu trabalho e outros bens produtivos, tais como a terra e o gado, bem como o acesso aos recursos ou as suas relações sociais com o fim de dar cumprimento aos seus meios de vida. O retrato fornece detalhes sobre as actividades específicas realizadas pelos membros do grupo doméstico, destacando as principais limitações que enfrentam no decurso das distintas actividades levadas a cabo.

f. Mapeamento

Foi usado para obter uma melhor visão global da área, do acesso e controlo de recursos, dos movimentos do gado, etc. Também facilitou a colocação de questões e a análise das respostas. O mapeamento participativo permitiu obter informação relacionada com determinados espaços físicos, mormente sobre distribuição da população, dados demográficos, infraestruturas, recursos naturais, áreas de pastagem e de cultivo, etc.

g. Diagrama de Venn

Técnica participativa utilizada para analisar a forma como instituições, organizações e mesmo factos e fenómenos se posicionam e relacionam entre si.

h. Escalas de atitudes

Quando foi necessário, as variáveis qualitativas foram trabalhadas para representar séries quantitativas, tendo sido para isso utilizadas escalas de atitudes, consistindo basicamente numa série graduada de itens (enunciados) a respeito de uma determinada situação, fenómeno, objecto, etc. Foi usada principalmente a escala tipo Likert havendo sido solicitado ao sujeito que manifesta-se a sua reacção escolhendo uma entre três ou cinco afirmações apresentadas. O somatório da pontuação obtida indicou a atitude favorável ou desfavorável dos sujeitos sobre aquilo que estava a ser medido.

i. Força de trabalho

Foi feita uma caracterização da força de trabalho presente no grupo doméstico para: (i) conhecer possíveis constrangimentos e suas causas; (ii) examinar o seu impacto nos sistemas de meios de vida e identificar estratégias para enfrentar problemas adoptadas pelos distintos grupos domésticos.

j. Meios de vida e género

Foram colhidos dados de forma a permitir: (i) conhecer o papel da mulher rural no seio do grupo doméstico, mormente na sua dimensão produtiva e reprodutiva; (ii) relacionar os papéis da mulher com a criação de gado; (iii) identificar os tipos de actividades económicas informais em que a mulher rural se engaja, (iv) identificar os constrangimentos enfrentados no desenvolvimento dessas actividades.

Obtenção de dados relacionados com o gado

A obtenção de dados relacionados com a pecuária baseou-se em técnicas epidemiológicas participativas desenvolvidas com base em Catley & Mariner (2002) e Conroy (2005). Para os exercícios de pontuação foram utilizados feijões, bagos de milho, pedrinhas ou outro material disponível localmente que fosse rotineiro para os participantes. Visando a obtenção de dados relacionados com a taxa de extracção, fertilidade e mortalidade, incluindo causa, idade e sazonalidade, foi construída a história de progénie de determinados animais (também apelidada de biografia animal) a partir de entrevistas com os respectivos criadores/pastores. Foram igualmente colhidos diversos dados mediante observação directa dos animais (características e condição do animal, exame clínico, etc.).

a. Identificação e hierarquização das espécies animais por número e importância no grupo doméstico

A identificação das espécies animais presentes envolveu dois exercícios sucessivos usando a técnica de empilhamento proporcional: (i) hierarquização das espécies animais por números, e (ii) hierarquização relativamente à sua importância para os meios de vida do grupo doméstico. No chão, fizeram-se círculos representativos de cada espécie devendo o respondente distribuir os feijões (bagos de milho, pedrinhas ou outro material), primeiro de acordo com o número de animais de cada espécie, e depois de acordo com a sua importância para as estratégias de meios de vida do grupo doméstico. Quanto maior o número de animais/importância da espécie, mais unidades haverá no respectivo círculo.

Para compreender as prioridades e opções dos grupos domésticos no concernente à exploração do gado foi construída uma matriz onde cada espécie animal eleita foi pontuada de acordo com a importância do seu contributo para os meios de vida, em conformidade com as suas diferentes funções (consumo, rendimento, armazenamento intermediário, acumulação, seguro, social)²¹.

Para analisar a maneira como outros animais passaram a integrar o rebanho de determinado grupo doméstico, num primeiro passo foram identificadas as diferentes formas de aquisição tendo posteriormente estas sido ordenadas, de acordo com a sua importância, através de uma técnica de empilhamento proporcional.

b. Prevalência de doenças e mortalidade

Foi solicitado aos criadores para indicarem as doenças que afectaram os seus animais no decurso dos últimos doze meses. Depois, numa segunda série de questões foi solicitada a nomeação dos cinco problemas de saúde considerados como mais importantes. Posteriormente, foi pedido aos respondentes para dividir 100 feijões ou bagos de milho por dois grupos, um representando os 'animais doentes no decurso do último ano' e o outro os 'animais sempre saudáveis no decurso do último ano'. Em seguida foram inquiridas as razões para explicar os padrões apresentados na distribuição. A seguir foi pedido que o monte que representava os animais doentes fosse subdividido de forma a mostrar os números relativos de animais atingidos por cada uma das cinco doenças anteriormente identificadas. Foi sempre colocado um círculo extra representativo de 'outras doenças', isto é, enfermidades não fazendo parte das cinco consideradas mais importantes.

Seguidamente, e para obter uma estimativa da mortalidade, os respondentes subdividiram as pilhas correspondentes a cada doença em duas, uma representando os animais que ainda estão em vida e outra aqueles que terão morrido em consequência da doença. Para estimar as taxas de mortalidade foi igualmente traçada a 'história' do rebanho a partir de 'biografias' individuais de animais. Também

²¹ Para mais informação consulte-se Dorward *et al* (2005).

foi pedida informação sobre a mortalidade em diferentes grupos etários de bovinos: crias (bezerros/vitelos, até um ano de idade); criação em crescimento (novilhos e novilhas); vacas (todas as fêmeas adultas, em reprodução, a partir das novilhas prenhes) e machos adultos (touro reprodutor, bois para corte e bois para trabalho). Relativamente aos pequenos ruminantes, e para conhecimento da mortalidade, foi solicitada basicamente informação do número de mortes ocorridas até à desmama, tomando-se como referência desta a idade de seis meses, e depois da desmama (adultos).

Para além dos aspectos anteriores, decorreram discussões sobre a forma como os criadores de gado geriam as doenças mais comuns. Foram focadas as fontes de assistência veterinária e produtos medicamentosos utilizados e ordenados de acordo com a frequência de utilização. Foram identificados os criadores que trataram os seus animais no decurso do ano anterior e solicitada a descrição das enfermidades tratadas, produtos usados e respostas ao tratamento. Sempre que necessário foram abordadas questões no âmbito da etnoveterinária. Como complemento, foi solicitada informação específica sobre doenças que afectaram os animais de trabalho existentes e mortalidade ocorrida.

c. Desempenho reprodutivo

Os dados relacionados com o desempenho reprodutivo dos animais foram obtidos utilizando a metodologia da ‘história’ do rebanho e ‘biografias’ individuais de animais.

2.3 Dados secundários

Foi compulsada diversa documentação enquadrada na denominada ‘literatura cinzenta’, incluindo documentos de circulação restrita relacionados com a região em estudo. Foram consultados relatórios e estatísticas produzidas por instituições governamentais, organizações da sociedade civil, doadores, etc.

2.4 Validade e fidedignidade

Não existe um padrão uniformizado para avaliar a qualidade da investigação qualitativa, estando a validade e fidedignidade associadas fundamentalmente à investigação quantitativa. A fidedignidade, ou seja, a extensão em que um estudo pode ser replicado em condições idênticas, torna-se praticamente impossível de ser observada num contexto social em mudança permanente. No entanto, é bastante viável tomar em consideração em investigação qualitativa a validade interna, ou seja, a extensão em que as ferramentas de investigação realmente medem o que se pretende medir (Sampieri *et al*, 2008). Contudo, a validade externa, o grau em que os dados obtidos podem ser generalizados a outras populações, é problemática em investigação qualitativa, onde são normalmente utilizados métodos não probabilísticos de amostragem e amostras de pequeno tamanho (Sampieri *et al*, 2008). No presente estudo e tomando como referência Sampieri *et al* (2008) foram seguidas as necessárias práticas para assegurar a credibilidade, validade e fidedignidade dos resultados.

Os dados foram colhidos de uma forma sistemática e rigorosa, fazendo-se uso de métodos participativos e tendo-se procurado sempre maximizar o valor das técnicas utilizadas efectuando-se a triangulação das informações obtidas mediante o emprego de distintos métodos de investigação. A utilização de várias fontes de dados ajuda a confirmar a autenticidade da informação e das fontes (Sampieri *et al*, 2008). Chambers (1994) realça que os métodos participativos, permitindo uma participação ampla da comunidade, proporcionam informação mais correcta que os restantes métodos. Adicionalmente, a transparência do procedimento foi sustentada através de uma descrição detalhada e fundamentada sobre a forma como os dados deveriam ser colhidos e analisados. Por

outro lado, o facto de permitir aos respondentes analisar a sua própria situação autentica as constatações feitas.

Para assegurar a correcção da informação obtida oralmente foi regularmente solicitado aos respondentes para confirmarem se as suas respostas haviam sido convenientemente compreendidas e captadas pelo investigador. Para evitar perda de informação, esta foi registada por escrito o mais rapidamente possível.

2.5 Considerações éticas

O processo de investigação deve ser levado a cabo com integridade e rigor. As considerações éticas são importantes para assegurar a probidade do conhecimento produzido e a dignidade e bem-estar do indivíduo/grupo doméstico/comunidade estudado. Ética em investigação refere-se aos modos de comportamento correcto que devem nortear o investigador e sua equipa desde a fase conceptual da investigação, passando pela colheita e análise de dados, até à publicação dos resultados e satisfação de quaisquer outras obrigações (Mikkelsen, 2005).

Foi sempre solicitada aos líderes locais e chefes de grupo doméstico permissão para a colheita de dados, incluindo, no caso destes últimos, a sua anuência para contactar outros membros do grupo, nomeadamente mulheres. Foram evitadas intromissões indevidas. Aos chefes de grupo doméstico foi explicado o que se pretendia com a colheita de dados e como estes seriam usados assim como garantido o anonimato dos informantes. Entrevistas e discussão em grupos focais foram feitos em horas consideradas convenientes para os respondentes, procurando-se sempre respeitar a sua disponibilidade de tempo. Nos grupos de discussão foram sempre dirigidas palavras de boas-vindas e de agradecimento. Foi também frisado que a participação era voluntária assim como a resposta às questões colocadas. A colaboração dos participantes e respondentes foi, em todo o tempo, agradecida e as suas opiniões respeitadas. No caso de respondentes idosos procurou-se ser paciente tendo-se, mesmo, por vezes, feito curtos intervalos a seu pedido. Foi sempre solicitada permissão para serem tomadas notas ou tiradas fotos. Também foi em todo o tempo demonstrado respeito pelas práticas socioculturais das comunidades. Nas discussões em grupo focal foram seguidas as práticas de facilitação normais para a situação, de forma a evitar que as discussões fossem dominadas por apenas uns poucos indivíduos, havendo sempre o cuidado de não se ser indelicado, particularmente perante os ‘mais velhos’.

O princípio de confidencialidade e do anonimato é fundamental em investigação (Mikkelsen, 2005; Sampieri *et al*, 2008), devendo ser protegida de terceiros a identidade dos indivíduos e grupos domésticos que tenham disponibilizado dados, pelo que não foi feita publicamente qualquer associação de informação com indivíduos, grupos domésticos ou comunidades. A apresentação dos resultados está tratada de forma a não possibilitar aos leitores a identificação de indivíduos ou grupos domésticos que tenham fornecido informação.

2.6 Limitações do estudo

As conclusões deste estudo não devem ser generalizadas para além das distintas sub-regiões estudadas. A selecção não aleatória dos respondentes limita essa generalização. O facto de o investigador não dominar as línguas locais e ter havido a necessidade de utilização, em determinados momentos, de intérpretes, poderá ter influenciado, em certas ocasiões, a recolha de dados, devido ao risco de se haver perdido informação no processo de tradução. No entanto, esta situação foi, em parte, minimizada pelo facto de, na generalidade dos casos, nas comunidades visitadas se haver sempre encontrado alguém a dominar suficientemente bem a língua portuguesa para estabelecimento de um diálogo para além da investigação se haver socorrido também de métodos de observação pormenorizada e ter procurado sempre fazer a triangulação de dados.

O facto da colheita de dados corresponder a um período de tempo bastante longo e ter sido feita numa área deveras extensa, pode ter uma influência negativa na qualidade do estudo devido à multiplicidade de situações encontradas e à sua variabilidade ao longo do tempo. Contudo, tem efeitos positivos dada a possibilidade de observação de eventos ao longo do tempo e em situações distintas, permitindo uma melhor percepção das estratégias de meios de vida adoptadas pelos grupos domésticos, sua vulnerabilidade e gestão de riscos, assim como uma visão global de toda a região.

Outra limitação diz respeito à descontinuidade geográfica da região de estudo. Por esta razão, não é aconselhável estabelecerem-se relações de comparação directa entre as várias sub-regiões, devendo, se necessário, serem feitas no contexto dos meios de vida dominantes em cada uma delas.

3 REGIÃO E POPULAÇÃO

Neste subcapítulo, a região do ‘Complexo da Ordenha’ é caracterizada sob os pontos de vista físico e sociocultural. Relativamente ao meio físico, é prestada particular atenção aos aspectos relacionados com a agricultura. É conferido um enfoque especial ao meio social, em particular ao grupo doméstico, mormente no que concerne à divisão do trabalho entre os seus membros, à criança como força de trabalho assim como às questões relacionadas com o género, para que melhor possam ser compreendidas as estratégias de meios de vida e de gestão de riscos desenvolvidas. A descrição referente ao meio social baseia-se, fundamentalmente, no conhecimento acumulado pelo autor e em dados de terreno obtidos no decurso do estudo.

3.1 O meio físico

3.1.1 Clima

Na generalidade, a África sub-Saariana é subdividida em cinco zonas agro-ecológicas: árida, semi-árida, subhúmida, húmida e terras altas (Winrock, 1992)²². Esta classificação baseia-se na quantidade e distribuição da pluviosidade, efeito da altitude sobre a temperatura e duração do período de crescimento vegetativo²³. Basicamente, estão disponíveis duas classificações de aridez: (i) a tipologia elaborada pela FAO, baseada no período de crescimento vegetativo, sendo as regiões secas integradas pelas zonas árida, semi-árida seca e semi-árida húmida (Higgins *et al*, 1982); (ii) a classificação adoptada pelo UNEP²⁴, em que as regiões secas abarcam também três zonas: árida, semi-árida e sub-húmida seca. Embora, obviamente, integrados nas regiões secas, os desertos hiper-áridos são excluídos, já que são pouco habitados e a sua gestão apresenta problemas substancialmente diferentes. Rass (2006) descreve as regiões secas como sendo áreas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas em que o rácio de precipitação anual média relativamente à evapotranspiração potencial anual média varia entre 0,05 e 0,65. Uma característica das regiões secas é a pluviosidade reduzida e muito variável (coeficiente de variação inter-anual situado entre 25 e 35%) o que as torna inadequadas para a produção agrícola (Rass, 2006). Grande parte da região sudoeste de Angola, constituída fundamentalmente por zonas agro-ecológicas áridas e semi-áridas, pode ser classificada como ‘região seca’.

As quantidades anuais de precipitação no Sudoeste de Angola situam-se abaixo dos 1200 mm e vão-se reduzindo gradualmente de norte para sul. Na faixa costeira da província do Namibe não chegam

²² Em anexo são apresentadas as principais características de cada zona.

²³ Período de crescimento vegetativo: período húmido, quando a precipitação (P) excede a evapotranspiração potencial (PET), mais os períodos no início e final da estação das chuvas quando $P \geq 0.5$ PET, mais o tempo necessário para perder por evapotranspiração 100 mm da humidade do solo (FAO/UNEP/UNESCO, 1980).

²⁴ UNEP, *World atlas of diversification*, 1992.

a atingir os 100 mm anuais. Na estação chuvosa, o período de maior precipitação corresponde ao quadrimestre Dezembro-Março, com médias mensais de 8 a 12 dias de chuva. Verifica-se uma acentuada irregularidade na distribuição das chuvas, embora mais atenuada nos meses de maior pluviosidade, sobretudo Fevereiro e Março. A precipitação toma, em geral, a forma de aguaceiros que se distinguem da chuva propriamente dita pela sua menor duração e pelo facto das gotas possuírem maior diâmetro. Quando ocorrem com muita violência podem provocar fenómenos erosivos bastantes graves nos solos desnudados. Em algumas regiões a ocorrência de granizo é relativamente frequente, podendo originar graves danos nas culturas. Observa-se orvalho frequentemente, tanto no litoral como no planalto, durante quase todo o ano.

A humidade relativa média anual diminui de norte para sul. Na região correspondente à bacia hidrográfica do Cunene a humidade relativa média anual, às 9 horas, é de 50-60%, com amplitudes médias anuais de 30% a 45%, sendo Março o mês mais húmido (65-75%) e Setembro o menos húmido (25-30%), decrescendo os valores no sentido norte-sul. Nesta mesma região, os totais médios anuais de evaporação Piche são muito altos, sendo o trimestre de Setembro a Dezembro o período de maior evaporação, com médias mensais de 300-350 mm e Junho/Julho o mais baixo, apresentando médias mensais de 170-180 mm. Os valores aumentam à medida que se caminha para sul. Os valores da evapotranspiração potencial anual calculada estão compreendidos entre 1000 mm e 1250 mm. Outubro, Novembro e Dezembro são os meses que apresentam os valores mais elevados.

Relativamente ao balanço hídrico, verifica-se deficiência de água por um período muito extenso, que vai geralmente de Maio a Dezembro, por vezes abrangendo mesmo Janeiro e, em certos casos, também o mês de Fevereiro. O mês com maior deficiência de água é Outubro, seguindo-se Setembro ou Novembro. Os valores médios anuais de deficiência de água oscilam entre 445 mm e 630 mm. Em geral, a duração do período com deficiência de água oscila entre seis e dez meses, registando-se, contudo, casos em que a deficiência de água ocorre ao longo do ano inteiro e, por vezes, dois ou mais anos seguidos. O período em que pode haver excesso de água é variável, entre um e três meses, que podem ser seguidos ou interpolados, coincidentes com os meses do período húmido, em geral Fevereiro e Março, por vezes também em Abril.

3.1.2 Hidrografia

A região sudoeste de Angola está contemplada pelas bacias hidrográficas do Sudoeste Angolano, do Cunene e do Cuanhama (Diniz, 1991; 2005).

Bacia hidrográfica do Cunene: corresponde aos cerca de 1100 km de curso fluvial, sendo definidas as sub-bacias do Cunene superior ou Alto Cunene, Médio Cunene e Cunene inferior, esta em correspondência com a faixa litorânea. Do ponto de vista climático, esta bacia contempla desde climas húmidos a áridos. A região de interesse para o corrente estudo engloba-se na zona sub-húmida seca, integrada na bacia média do Cunene, com altitudes compreendidas entre 1200 e 1300m, na zona semiárida que engloba a maior parte da bacia média do Cunene, em correspondência com altitudes que vão dos 1000 aos 1400 m, enquanto que a zona árida coincide com a bacia inferior do referido rio. A bacia do Alto Cunene reparte-se por duas zonas: a húmida, situada acima dos 1300m, e a sub-húmida húmida que se desenvolve até aos 1250-1300 m, mas, que no limite da bacia, no Planalto da Humpata, pode ir aos 1800/2000 m de altitude.

Bacia hidrográfica do Cuanhama: também conhecida por bacia hidrográfica do Cuvelai, corresponde morfológicamente a uma vasta superfície aplanada, de drenagem endorreica, ou seja, de escoamento muito lento ao longo de linhas de água quase indefinidas (*mulolas*) que convergem na grande depressão interior do Etosha Pan, na Namíbia. Caracteriza-se pela escassez de recursos

aquíferos ao longo de uma prolongada estação seca, altura em que, com excepção de algumas pequenas lagoas a nordeste, não se assinala qualquer outro manancial líquido superficial.

Bacia hidrográfica do Sudoeste Angolano: engloba as bacias do Coporolo, Carunjamba, Bentiaba, Giraúl, Bero e Curoca, todos rios de caudal temporário, para onde convergem linhas de água de escoamento esporádico. Apenas em Março, e mesmo assim nem sempre, estes rios escoam água para o mar.

3.1.3 Fitogeografia

No que concerne à fitogeografia, o Sudoeste angolano está incluído no domínio Zambeziano da região geobotânica Sudano - Zambeziana. Publicações de Gossweiler & Mendonça (1939) e Grandvaux Barbosa (1970) apresentam, de forma pormenorizada, a fitogeografia do País.

Pastagem natural

De acordo com a sua capacidade de crescimento, persistência das espécies componentes e palatabilidade relativa, é costume dividir a pastagem natural em três tipos principais (Scott, 1947; Salbany, 1956; Diniz, 1991; 2005): pastos doces (*low veld* ou *sweet veld*), pastos mistos (*middle veld* ou *mixed veld*) e pastos acres (*high veld* ou *sour veld*).

Os *pastos doces* existem nas zonas de clima árido e semi-árido, caracterizadas por secura acentuada do solo e do meio atmosférico ao longo de grande parte do ano, exceptuando, em geral, os meses de Março e Abril, altura em que a superfície do solo se recobre duma cobertura herbácea de porte baixo e um tanto rala. Esta formação estépica é dominada por gramíneas de elevado valor forrageiro, particularmente espécies de *Aristida* na orla litoral mais seca, para depois, mais para o interior, se associarem também diversas outras espécies, mormente *Eragrostis*, *Chloris*, *Urochloa* e *Schmidtia*. Este tipo de pastagem mantém-se comestível para o gado ao longo do ano, mesmo depois de seca, não perdendo o seu valor alimentar (Diniz, 1991; 2005).

A zona de *pastos mistos* corresponde à faixa territorial de climas secos, dos tipos semi-árido e sub-húmido seco, podendo mesmo incluir áreas de clima sub-húmido húmido. São zonas de transição de pastos doces para pastos mistos e de pastos mistos para pastos acres respectivamente, podendo-se encontrar já gramíneas típicas da zona de pastos acres, como a *Hyparrhenia* e *Andropogon*. A cobertura herbácea é mais densa e de porte mais elevado comparativamente aos pastos doces, com uma composição florística diversa e alto valor forrageiro. Predominam espécies dos géneros *Panicum*, *Andropogon*, *Heteropogon*, *Digitaria*, *Tristachia*, *Themeda*, *Hyparrhenia*, *Chloris* e *Setaria*. Com uma grande diversidade de capins, a capacidade de apascentação é elevada, permitindo, com manejo adequado, o pastoreio ao longo de todo o ano e um encabeçamento bovino superior se comparado aos pastos doces, mantendo ao longo do ano boas condições de palatabilidade e valor forrageiro (Diniz, 1991; 2005).

As zonas de clima húmido, de estação chuvosa e quente alternando com outra seca e fresca, correspondem aos *pastos acres*, que ocupam cerca de dois terços do território angolano. Estão presentes na zona norte da região estudada, parte dela sensivelmente coincidente com a bacia do Cunene superior. O estrato herbáceo, de fraco valor forrageiro, é denso e de porte elevado, com pouca diversidade florística, ocorrendo acentuado domínio de espécies de *Hyparrhenia* a que se associam outras gramíneas de porte alto, sobretudo do género *Andropogon*. A cobertura graminosa, dominada por espécies vivazes, no cacimbo, depois de seca e lenhificada, é submetida à queimada, após o que se processa nova rebentação e desenvolvimento rápido depois das primeiras chuvas. É nesta fase de crescimento, de escassos meses, que o gado melhor aproveita a pastagem, até que

esta, lenhificando-se, perde qualidades, tornando-se não palatável e com reduzido valor alimentar (Diniz, 1991;2005).

Árvores e arbustos forrageiros

Na região sudoeste de Angola distribui-se uma gama interessante de espécies arbustivas e arbóreas, cujas vagens ou outros frutos, folhas e rebentos, são consumidos pelos ruminantes, servindo como valioso complemento da pastagem, tornando-se, assim vantajosas sobretudo nos períodos críticos de escassez de pasto. Árvores e arbustos forrageiros constituem: (i) um alimento complementar durante a estação das chuvas, já que o seu teor em matéria azotada e em certos elementos minerais fazem deles excelentes complementos às gramíneas que, embora abundantes, apresentam muitas vezes carências do ponto de vista nutritivo; (ii) recurso alimentar principal durante a estação seca, sendo, em muitas áreas, importante fonte de alimentação do gado durante o cacimbo. As espécies lenhosas de maior interesse incluem-se na família das leguminosas, destacando-se as acácias pelo valor alimentar das suas vagens e, em algumas espécies, também dos rebentos e mesmo das folhas. Assume igualmente interesse a folhagem de *Colophospermum mopane*²⁵, *Boscia albitrunca*, *Terminalia sericea* e *Sclerocarya birrea*, sendo desta última também aproveitados os frutos. Da *Adansonia digitata* são aproveitadas as folhas secas.

As árvores desempenham adicionalmente uma acção anti-erosiva, de melhoramento do solo, mórmente de fixação simbiótica do azoto no solo (no caso das leguminosas), enriquecimento em húmus (resultante da decomposição das folhas), com o conseqüente aumento da produtividade da pastagem beneficiada. São também a principal fonte de energia em meio rural, fornecedora dos necessários troncos, paus e ramos para a construção de habitações e vedação de *eumbos/ongandas*, currais, etc., para além dos frutos, fibras, substâncias com propriedades farmacêuticas, etc., que providenciam.

3.1.4 Fisiografia

O conhecimento da paisagem onde se inserem as várias comunidades na região sudoeste de Angola é fundamental para a compreensão da movimentação que pastoralistas e agro-pastoralistas se vêem obrigados a fazer com as suas manadas²⁶ através do espaço ao longo do ano. Os povos da região possuem um conhecimento pormenorizado do meio e muita familiaridade com as distintas situações macromorfológicas e micromorfológicas determinantes da paisagem, pelo que a terminologia regional expressa a variabilidade da morfologia da superfície, caracterizando a paisagem à qual a vivência das populações se encontra estreitamente ligada, particularmente no referente à sua principal actividade, a pastorícia.

A interpretação dos termos regionais e a respectiva identidade com as situações de macro-relevo e micro-relevo, permite estabelecer correlações não apenas com os tipos de solo e comunidades específicas de vegetação, mas também com particularidades relacionadas com a drenagem e circulação ou retenção da água no solo (Diniz, 2005). Assim, tanto a nível macrogeomorfológico como microgeomorfológico podem ser distinguidas diferentes unidades de paisagem e que a seguir se descrevem.

²⁵ A comunidade de *Colophospermum mopane* (*mutiati*) é designada de *muhenhe* (cuanhama).

²⁶ Entende-se por 'manada' um agregado de animais criados em conjunto (unidade de pastoreio ou de condução). O conjunto de animais que pertencem ao mesmo proprietário ou grupo de proprietários (unidade de apropriação) é denominado de 'rebanho'. Este pode-se subdividir em várias manadas.

a) Unidades macrogeomorfológicas

Tunda (ou *etunda*) – aplanção ligeiramente elevada, seca e arenosa, ocupando a posição superior da catena. Muito carente em água, é utilizada fundamentalmente como pastagem. Apresenta-se saliente em relação à topografia regional, de relevo ondulado largo e suave, estando revestida por matos densos ou mata de porte médio. A sua delimitação para a superfície de nível inferior é brusca e bem marcada por um degrau de uma dezena de metros ou mais de desnível. Identifica-se com depósitos arenosos do Kalahari superior e solos de textura grosseira, alaranjados ou de cor laranja (Diniz, 2005). Corresponde à floresta densa seca e savanas com *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*)²⁷. De acordo com Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973) tem a *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) como espécie dominante associada à *mupanda* (*Lonchocarpus nelsii*), *omuhihi* (*Pteleopsis anisoptera*), *bango* (*Croton* sp.), *mupapa* (*Spirostachys africana*), *omukhete* (*Ricinodendron rautanenii*), *omuongo* (*Sclerocarya* sp.) e *omutaku* (*Entandrophragma ekebergioides*). Os arbustos são muito abundantes e compreendem as espécies *mupupu* (*Combretum psidioides*), *omuolo* (*Cammiphora* sp.), *muviu* (*Pterocarpus antunesii*), *omuve* (*Berchemia discolor*), *omuyongolo* (*Carissa edulis*) e *ompalala* (*Peltophorum africanum*). A *tunda* pode ser invadida por arbustos espinhosos, com dominância do *onkhete* (*Dichrostachys cinerea*), formando uma mata espessa e quase impenetrável, com fraca cobertura graminosa e quase sem utilização para o gado. A invasão arbustiva acentuada conduz ao decréscimo da capacidade de carga, situação que tem sido atribuída ao sobrepastoreio e/ou à falta de controlo natural do mato pela diminuição dos ruminantes selvagens do tipo “browsers” (consumidores de folhas). Os capins mais comuns nesta associação vegetal são o *bindangolo* (*Eragrostis* sp.), *tyriangolo* (*Schmidtia bulbosa*), *otychikiko* (*Pogonarthria squarrosa*), *onkulungombe* (*Rynchelitrum* sp.), *epele* (*Urochloa mosambicensis*) e *nailengue* (*Aristida meridionalis*).

Podem ser diferenciados dois tipos de *etunda*: (i) *etunda-kiteta*, formada por densos arbustos espinhosos, quase impenetráveis, com limitadas possibilidades de pastoreio para o gado. Predomina o *onkhete* (*Dichrostachys cinerea*), uma espinhosa invasora; (ii) *epia-etunda*, constituída por uma mata aberta, com várias árvores e arbustos cujas folhas e vagens servem de alimento ao gado. São características as seguintes espécies vegetativas: *omukwa* ou *omukua* (*Adansonia digitata*), *omuve* (*Berchemia discolor*), *omuyongolo* (*Carissa edulis*) e *omuongo* (*Sclerocarya birrea*). Os solos são geralmente aproveitados também para a agricultura, sendo a sua fertilidade mantida e mesmo melhorada mediante estrumação. A *epia-etunda* ocorre em faixas longas e estreitas situadas entre a *evanda* e a *etunda* e acompanhando os rios. Também pode aparecer no interior da região, marginando *chanas* e/ou *muenhas*.

Muenha – corresponde às superfícies que se estendem desde o *tchiari* ao sopé da *tunda*, quase planas (declives variando de 1% a 3%), identificadas com solos pardacentos de camada arenosa superficial que assentam, em geral, num horizonte compacto e impermeável (Diniz, 2005). Reveste-se de coberto arbóreo ou arbóreo-arbustivo de *mutiati* (*Colophospermum mopane*) ou, por vezes, simplesmente de savana arbustiva de *mutiati*, denominada de *Iwano* em terminologia regional, onde também ponderam a *omuhama* (*Terminalia prunioides*) e a *mupapa* (*Spirostachys africana*), que podem assumir formas arbustivas. A *muenha* é coberta essencialmente por *Eragrostis* spp. e *Aristida* spp., cujos tufo quase desaparecem no decurso da estação seca. Por vezes, sobretudo na região do Cunene, o *mutiati* (*Colophospermum mopane*) surge em extensões quase puras originando formações do tipo parque onde o solo é coberto por diferentes espécies de gramíneas, cujas partes aéreas desaparecem quando pastadas intensamente deixando o solo nu²⁸.

²⁷ O domínio de *Baikiaea* é designado de *omuiumba* (nhaneca) ou *omupapa* (cuanhama), e a comunidade por *ehengue*.

²⁸ A generalidade dos solos em que existe *mutiati* (*Colophospermum mopane*) é apelidada de *onkete* (*onqueti*).

Chana (ou *tchana*) – são extensas superfícies rasas, suavemente depressionadas e com altitude ligeiramente inferior à *muenha*, que ficam inundadas com a água das chuvas devido à sua insuficiente drenagem. Depois de secas, ficam recobertas de vegetação herbácea um tanto rala. O seu solo é geralmente bastante argiloso, por vezes apresentando camadas de argila negra com mais de um metro de espessura (Diniz, 2005). Trata-se de uma pradaria típica, com alguns arbustos dispersos das mesmas espécies encontradas na *muenha*. Podem ser também encontradas *Faidherbia albida* (*omunyere*). De entre os capins destacam-se os *Eragrostis* spp. e *Aristida* spp. Na região do Cuanhama, as *chanas* adquirem grande expressão, mantendo continuidade ao longo de muitos quilómetros e com várias centenas de metros de largura.

Tchipato – corresponde às faixas de transição que separam a *tunda* da *muenha* ou a *tunda* da *chana*.

Evanda – denominação atribuída pelas populações às superfícies aluviais dos rios Cunene, Calonga e Caculuar que ficam submersas durante o período das grandes cheias, revestindo-se depois de uma cobertura herbácea. Possuem disseminados alguns terraços ligeiramente elevados (*maputo*) de solos mais leves que, muitas vezes, suportam o crescimento de grandes árvores. Podem existir, igualmente, depressões superficiais de água (*etalas*) com vegetação aquática diversa. Diniz (2005) realça que esta unidade é vital para os povos pastores da região, dela dependendo a sobrevivência das manadas de gado que aí se concentram no auge da seca para satisfação das respectivas necessidades de abeberamento como também alimentares pelo aproveitamento da pastagem natural.

Segundo Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973), a vegetação das *evandas* é, regra geral, constituída por espécies higrofíticas e mesofíticas como o *onombundo* (*Phragmites mauritianus*), *m'papele* (*Schizachyrium semiberbe*), *onengue* (*Vetiveria nigriflora*), e *djandjo* (*Leersia hexandra*). Próximo dos rios pode encontrar-se o *muombe* (*Syzygium guineensis*) e dispersos pela *evanda* ou circunscrevendo a *tunda* ou a *muenha* aparecem árvores de frutos comestíveis como o *omuniandi* (*Diospyros mespiliformis*) e o *omunyere* (*Faidherbia albida*) associados a outras acácias: *Acacia kirkii* (*omuhaluveia*), *A. detinens* e *A. sieberiana* (*omutonhole*). A *omuhaluveia* (*Acacia kirkii*) forma manchas quase puras e densas na *evanda* do Caculuar, com insignificantes coberturas graminosas. A sul do Humbe, a *evanda* do Cunene é disseminada por terraços de solos mais leves – *maputo* – com *muombo* (*Syzygium guineensis*), *omuniandi*, *omuandi* (*Diospyros mespiliformis*) e por vezes *onkhete* (*Dichrostachys* sp.).

A *evanda* do rio Caculuar inicia-se perto de Chicusse e funde-se com a baixa do rio Cunene depois da confluência com este último, ocupando a respectiva faixa periférica até próximo de Donguena. Possui uma extensão contínua ao longo de 90 km e uma largura variável entre 1 a 2 km. Constituída por topobarros negros fluviais de textura muito fina, com elevado nível de fertilidade, profundos e fortemente expansíveis. A *evanda* do rio Cunene inicia-se cerca do Mulondo e prolonga-se, sem interrupção, até ao Calueque, sempre com uma largura média de 2 a 3 km. Os solos são aluvionais, geralmente de perfil pluritextural, frequentemente alternando camadas de textura arenosa e fina. A *evanda* do rio Calonga (ou Colui) é constituída por uma superfície aluvial de 1 a 1,5 km de largura. Os solos são aluvionais, com textura média. Permanece inundada no rigor da época chuvosa, durante um período de dois a três meses, em particular nos meses de Março e Abril.

A *evanda* do rio Cunene é aquela mais utilizada para o pastoreio devido à sua importante cobertura herbácea graminosa e arvoredado disperso na sua periferia, o mesmo sucedendo com a *evanda* do rio Calonga, também com cobertura herbácea graminosa, nalguns locais com disseminação de arbóreas, em especial acácias. Já a *evanda* do Caculuar tem menor utilização para a pastorícia, devido à fraca expressão da cobertura herbácea natural.

b) Unidades microgeomorfológicas

Mulola – designam-se assim as superfícies que correspondem às linhas de água secas ou de carácter esporádico, de leito mais ou menos definido e vales alargados, que recortam a *tunda* definindo vales algo expressivos, com solos de textura grosseira, bem drenados e revestidos de um coberto herbáceo mais ou menos denso. Este coberto apresenta alguma vegetação típica da *evanda*: *osso* (*Kirkia acuminata*), *olueiha* (*Tephrosia sp.*), etc. Tal como as *evandas*, as *mulolas* possuem importância fulcral nos sistemas de apascentação do gado na região.

Etala (tala) – depressões pouco profundas, usualmente de forma circular ou elíptica, que se distribuem em determinados pontos da *chana* ou da *muenha* constituindo, depois das primeiras chuvas, pequenas lagoas, que antes de secarem no decurso do período de estiagem servem de abeberamento ao gado enquanto vai utilizando a pastagem existente em áreas próximas (Diniz, 2005). Ocorrendo na *evanda*, assumem carácter permanente e apresentam vegetação aquática diversa como: *eoli* (*Nymphaea caerulea*), *mapupa* (*Nymphaea lotus*), *telele* (*Pistia stratioides*), *nonkenene* (*Potamogeton sp.*), etc. (Cruz de Carvalho & Vieira da Silva, 1973).

Ecango – denominação que, na região do Cuanhama, tomam as superfícies planas e fechadas, inteiramente circundadas por *mufitos*, levemente depressionárias, alongadas no sentido Norte – Sul, onde o lençol de água resultante da acumulação das chuvas é progressivamente eliminado por evaporação, sendo de menor importância as perdas por infiltração no terreno, em geral pouco permeável. Depois do desaparecimento da água, fica uma camada superficial de argila, geralmente recoberta por uma película ou crosta salina delgada. Se a camada aquífera for constituída por areias muito argilosas, a água pode apresentar um teor de mineralização demasiado alto, sendo rejeitada pelo gado. Corresponde aos *salt-pans* da Namíbia.

Ediva – depressão de menor tamanho que o *ecango*, onde a água se pode manter por períodos de tempo mais longos, raramente mesmo todo o ano.

Mufito – superfícies salientes (interflúvios) que separam *chanas*, *edivas* e *ecangos* marcando poucos metros de desnível. Este pequeno desnível possibilita-lhes ficarem livres das inundações. De textura grosseira, revestem-se de vegetação arbórea e arbustiva podendo constituir, por vezes, mata mais ou menos densa. Constituem, regra geral, áreas de povoamento.

Mucuba – designação dada, na zona do Cuamato às superfícies de relevo intermédio entre a *chana* e o *mufito*. Possuem solo superficial arenoso, mas mal drenado, devido à ocorrência de subsolo compactado. A vegetação arbórea é dominada pelo *mutiati*. Correspondem, sensivelmente, à *muenha* das áreas a norte da margem direita do rio Cunene. Também denominadas de *luenene*.

Tchiari – nome dado à orla limite da *evanda*, no sopé da encosta do vale, já pouco afectada pela inundação. Normalmente está revestida de arvoredos de porte pouco elevado. Trata-se basicamente de terreno de pastagem. *Lato sensu* faz parte da *evanda*.

Quitunto – pequenas elevações de contornos suavizados que se distribuem na *muenha* ou no *tchipato*. São antigas termiteiras resultantes da actividade da *salalé* (termiteiras). Se densamente distribuídas, o micro-relevo assume uma ondulação característica, estando geralmente povoadas de elementos arbóreos ou arbustivos.

Tchiheia - constitui a faixa preferida pelas populações para a escavação de *cacimbas* que servirão ao abastecimento de água tanto para consumo humano como para abeberamento do gado durante uma parte do ano. A retenção da água deve-se à ocorrência, a maior ou menor profundidade, de um imperme. A *tchiheia* corresponde a situações levemente depressionáveis em plena *tunda* ou que se

desenham na base desta estabelecendo, neste caso, ligação com a *chana* ou *muenha*. São geralmente revestidas de vegetação herbácea de composição diversa e raros elementos lenhosos.

Lwano – áreas de drenagem pobre, cobertas por formações quase puras de *mutiati* (*Colophospermum mopane*). O solo é coberto por várias espécies de capins cujos tufos rapidamente desaparecem se submetidos a pastoreio intenso, deixando o solo desnudado (Cruz de Carvalho & Vieira da Silva, 1973).

Onkete (*onqueti*) – nome dado aos solos em que existe *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Trata-se, muitas vezes, de uma zona habitacional e também de pastagem, onde se dispersam os *eumbos* e também as parcelas de cultivo a eles adstritas.

Tundavala - área de solos psamíticos que surge no seio da *tunda* e a que corresponde uma formação vegetal de savana bosque, com *Burkea africana* e *Lonchocarpus nelsii*.

Calussué - pequenas saliências emergindo da superfície das *chanas* e apresentando-se, em geral, coroadas por morros de *salalé*.

3.2 O animal

3.2.1 Bovinos

Os bovinos autóctones do Sudoeste de Angola pertencem ao tipo Sanga, inserido nos pseudo-zebus de origem africana, possuidores de uma bossa de constituição muscular com localização cervico-torácica. Meyer (1984) considera que os Sanga não são verdadeiros animais *Bos indicus* pois possuem o cromossoma Y submetacêntrico típico dos *Bos taurus*. No seu seio, existem os sub-tipos ‘Ovambo’, entroncado, de pernas curtas e ‘Bechuana’, de cornos longos e pernas altas. Ao longo do tempo estes animais sofreram uma selecção natural que conduziu a características marcantes, nomeadamente relacionadas com a adaptação ao stress ambiental, resistência às doenças e produtividade em ambientes inóspitos.

Na região sudoeste de Angola são referenciados os subtipos ‘Mucubal’, de cornos compridos, e ‘Humbe’, de cornos curtos, considerados como populações genéticas distintas em conformação e em fisiologia²⁹. Estes subtipos, denominados de agrupamentos raciais por Morais & Correia (1993a), foram sendo misturados em consequência da permuta e comércio de gado pelo qual se foram deslocando animais de uma zona para outra. Por outro lado, a desarticulação de diversas fazendas detentoras de gado exótico na altura da independência do País, levou à transferência de bovinos para os rebanhos das comunidades locais, havendo-se assim introduzido nas manadas novas características, que foram bem visíveis até determinado momento, mas actualmente praticamente desaparecidas. Santos (1997) menciona que, na região dos Gambos, não era raro serem encontrados bovinos com características de *Bos indicus*, nomeadamente Nelore, certamente descendentes de linhas mais ou menos puras mantidas por alguns fazendeiros antes da independência nacional. Mendes (2011), num estudo biométrico realizado com cabeças de gado bovino autóctone em alguns locais do Sudoeste de Angola e analisando o índice corporal de fêmeas conclui tratar-se de animais com características morfológicas de tendência leiteira.

O bovino nativo é um animal de reduzidas exigências e baixa produtividade atingindo, com dificuldade, os 400 kg de peso vivo entre os seis e oito anos. Morais & Correia (1993a) indicam um crescimento anual da ordem dos 40-50 kg e um rendimento no matadouro que não ultrapassa os 50%. As carnes de categoria inferior predominam sobre aquelas das melhores regiões da carcaça, já

²⁹ Para mais informação sobre estes subtipos e o primeiro gado bovino de Angola consulte-se Pereira (1962).

que a meia rês posterior não excede em peso a correspondente anterior. Por outro lado, os animais adultos apresentam qualidade de carne inferior. O capital-boi foi descrito como tendo um potencial de acréscimo muito baixo (baixa fertilidade e alta mortalidade no primeiro ano de vida); reduzido peso e fraco rendimento em carne e leite, não dando uma fêmea, em média, mais de uma cria de dois em dois anos, e não produzindo mais de meio litro de leite por dia, depois de deduzido o leite para a cria, em explorações de dimensão unitária cada vez mais pequena e com baixa eficiência produtiva (IV Plano de Fomento, 1971).

Na região do 'Complexo da Ordenha' a manada bovina em exploração pecuária tradicional foi caracterizada da seguinte forma (IV Plano de Fomento, 1971): taxa histórica líquida, de acréscimo anual de cerca de 1%; mortalidade de vitelos de aproximadamente 20%; mortalidade global de 4%; natalidade baixa, da ordem de 50% das fêmeas de reprodução; peso vivo médio unitário, aos 6-8 anos, de 300 kg; uma idade modal de abate de 5-6 anos; uma taxa de extracção, composta, de 4% para abate controlado e 3% para autoconsumo, consumo clandestino, recia e trabalho; rendimento médio, em carcaça, de 47%, com uma taxa de rejeições totais, *post-mortem*, de 4%; rendimento de 2 kg de carne/hectare/ano (peso vivo).

Relativamente aos bovinos na posse do sector tradicional estimava-se, em 1972 (MIAA, 1973), a existência de um total de 2.233.990 bovinos na região 1 ('Complexo da Ordenha')³⁰ definida pela MIAA. Segundo a mesma fonte, a região 2 possuía em 1972 cerca de 426.852 cabeças, a região 3 cerca de 133.830 bovinos, sendo a representação quantitativa de bovinos na região 4 de apenas 70000 cabeças. A população total de bovinos em posse de criadores tradicionais nestas quatro regiões seria, em 1972, de cerca de 2.864.672 cabeças, o que acrescentado às 983.870 existentes no sector empresarial, daria um total de 3.848.542 bovinos para o território angolano. Segundo o IV Plano de Fomento (1972)³¹, nas províncias da Huíla e Cunene existiam 1.878.000 cabeças bovinas e na do Namibe 213.000, perfazendo um total de 2.091.000 bovinos para a região sul.

Após a Independência Nacional, ocorrida em 1975, e nos anos que se seguiram, os efectivos pecuários conheceram alterações substanciais. Em 1984 foram estimados, para a região Sudoeste (províncias da Huíla, 1.417.500; Cunene, 945.000; Namibe, 315.000) um total de 2.677.500 cabeças bovinas (densidade de 11,90/km²) e de 3.500.000 para a totalidade do País (DNOA, 1984). Em 1990, a SATEC-SOGREAH calculou a existência de 2.500.000 bovinos no Sudoeste angolano (1.300.000 na Huíla, 900.000 no Cunene e 300.000 no Namibe). Nas suas projecções, Correia & Santos (1998) estimam a presença de 1.903.921 cabeças bovinas nas três províncias (Huíla, 899.302; Cunene, 785.707; Namibe, 218.912)³². Leal (2009) indica a presença, no Complexo da Ordenha, de mais de 95% do efectivo bovino nacional, ou seja, cerca de 3.800.000 cabeças. O ISV estimou, em 2010, para a província da Huíla, um efectivo de 1.240.000 bovinos. Para a província do Namibe são estimados 500.000 bovinos e para a província do Cunene 1.100.000 cabeças.

3.2.2 Ovinos e caprinos

Costa (1933) dividiu os ovinos autóctones de Angola em dois grupos: (a) *Ovis aries laticauda*, o menos comum, excepto na região dos Mondombes ao sul de Benguela onde predomina, caracterizado pela cauda adipo-gibosa; (b) *Ovis aries sudanica*, o mais vulgar, com cauda estreita e

³⁰ A região 1 é constituída pelas zonas agrícolas 23, 27, 22/29, 30, 31, 33, 34, 35 e 36, a região 2 pelas zonas agrícolas 17, 18, 24 e 25, a região 3 pelas zonas agrícolas 9, 13/14, 15, 16 e parte das zonas 17 e 18, e a região 4 pelas zonas agrícolas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7/8, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 21, 26/28 e 32 (MIAA, 1972). Para mais pormenores veja-se o ponto 3.5, referente à zonagem agrícola.

³¹ IV Plano de Fomento. Relatório Sectorial da Pecuária. Luanda, 1972.

³² Estes autores fizeram a sua análise tomando como referência os 15 municípios considerados como aqueles com maior densidade de gado nas três províncias.

cilíndrica. Pereira (1969, 1989) classifica os arietinos nativos presentes em Angola da seguinte forma: (a) Arietinos de cauda cilíndrica, comprida, sem lã - animais de pequena corpulência; chifres reduzidos, rudimentares ou ausentes em ambos os sexos; pelagem malhada ou uniforme; pêlo curto, atingindo maior desenvolvimento, nos machos, no bordo inferior do pescoço (crineira invertida); presentes no Planalto Central. (b) Arietinos de cauda gorda, mais ou menos comprida, apresentando a acumulação de gordura forma e extensão variáveis; animais corpulentos e de forte constituição; cornos bem desenvolvidos nos machos e rudimentares ou ausentes nas fêmeas; machos sem crineira invertida ou vestigial; pelagem diversa, uniforme ou mais frequentemente castanho-malhada ou branco-malhado; predominam no Sudoeste de Angola. (c) Arietinos de cauda cilíndrica, fina, curta; chifres reduzidos, ausentes nas fêmeas; pelagem uniforme, mais raramente malhada; sem crineira invertida; presentes na região de Malange. Fufuta *et al* (2010) ao caracterizarem fenotipicamente ovinos autóctones da região do Caraculo descreveram-nos como sendo animais de coloração diversificada, orelhas caídas, perfil da cabeça convexo, apenas os machos com cornos em forma de espiral direccionados para atrás. O peso médio apresentado foi de 34,02 kg. Por outro lado, têm sido introduzidos no País ovinos de diversas raças, mormente Merino, Wanganella, Persa de cabeça preta, Caracul e 'Southern Rhodesian ewe de Sabi Valley'.

Os caprinos do Sudoeste de Angola apresentam grande tamanho, com mais de 65 cm de altura a nível da cernelha e pêlo curto. São de dupla função, carne e leite. A caracterização fenotípica de caprinos autóctones do Caraculo indicou médias do peso vivo de 32,16 kg e 28,93 kg para machos e fêmeas respectivamente, tendo os animais apresentado pelagem de coloração diversificada com predominância da cor branca e castanha, orelhas posicionadas para baixo e perfil da cabeça côncavo, convexo ou recto (Chiaia *et al*, 2010).

Em 1972 foram estimados (MIAA, 1973), para todo o território angolano, a existência de 202.726 ovinos e de 1.789,736 caprinos no sector tradicional, enquanto no empresarial existiam 222.823 ovinos e 137.264 caprinos. Isto perfazia o total de 425.549 ovinos e 1.927.000 caprinos em todo o território. Conforme o IV Plano de Fomento (1972)³³ existiriam, nas províncias da Huíla e Cunene, 527.000 caprinos, e na do Namibe 65.000, perfazendo um total de 592.000 cabeças para a região sul. Relativamente aos ovinos, foram calculados 32.000 para as províncias da Huíla e Cunene, e o mesmo número para a província do Namibe, consumando um total de 64.000 animais para a região sul.

Já depois da Independência Nacional, foram estimados, em 1984, para a região Sul (províncias da Huíla, 491.400; Cunene, 109.200; Namibe, 70.200) um total de 670.800 caprinos (densidade de 2,98/km²) e de 1.500.000 para a totalidade do País (DNOA, 1984). Por sua vez, em 1990, a SATEC-SOGREAH calculou a presença de cerca de 700.000 pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) nas três províncias (510.000 na Huíla, 120.000 no Cunene e 70.000 no Namibe). Correia & Santos (1998), com base na mesma metodologia usada para os bovinos, calcularam para as três províncias a existência de 733.832 caprinos e 44.572 ovinos. O Departamento Provincial de Pecuária do Namibe, só para esta província, estima a existência de 1.230.000 caprinos e de 520.000 ovinos em 2010. Relativamente ao mesmo ano, os Departamentos Provinciais de Pecuária da Huíla e Cunene estimaram para as respectivas províncias a existência de 1.127.000 caprinos e 260.000 ovinos no caso da primeira, e de 250.000 caprinos e 100.000 ovinos para a segunda.

3.2.3 Outros animais domésticos

A criação de suínos também é frequente, particularmente nas sub-regiões planáltica, semi-árida de transição e semi-árida do sul, sendo os animais mantidos em currais próprios e aí alimentados durante o período de culturas agrícolas ou na fase de engorda para venda. Depois das colheitas são soltos, deambulando pela área junto ao *eumbo*. Os burros estão presentes na maioria dos *eumbos*

³³ IV Plano de Fomento. Relatório Sectorial da Pecuária. Luanda, 1972.

das sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul. A presença destes animais é menos habitual, embora sempre manifesta, na sub-região planáltica. Pelo contrário, estão praticamente ausentes na sub-região árida. Os cavalos, embora em pequeno número, podem ser vistos em determinados *eumbos*, especialmente na sub-região semi-árida do sul, sendo muito conhecido o 'cavalo do Cuanhama'. As aves, especialmente galinhas, são uma constante em toda a região.

3.2.4 Fauna selvagem

Segundo Huntley (1973), Angola possui um dos mais ricos conjuntos de recursos naturais renováveis de África, já que as duas sub-regiões, a da África Ocidental e a da África Austral e Oriental, em que se subdivide a região etíópica estão representadas no País. Para além da flora natural de grande valor presente, estão representados os diversos grupos de animais da África tropical, nomeadamente animais de floresta, de savana, de regiões áridas ou desérticas, de rios, lagos ou pântanos de água doce e de mangais. Existem mamíferos das ordens Primata, Carnívora, Tubulidentata, Proboscidea, Sirenia, Perissodactyla e Artiodactyla, sendo esta última a mais bem representada (Newton da Silva, 1970).

3.3 Culturas agrícolas alimentares

As culturas agrícolas estão condicionadas pela secura da região e pelo curto período de crescimento vegetativo. Em seguida são referidas as principais culturas agrícolas praticadas pelas populações no Sudoeste de Angola e destinadas à alimentação.

Massango (*Pennisetum typhoides*): considerada a principal cultura agrícola da região, possui maior relevância nas zonas de menor pluviosidade e em áreas onde as culturas são feitas predominantemente sobre solos psamíticos. Cultivada geralmente em lavras bem fertilizadas no interior do *ongubo*. Menos exigente que a massambala no que diz respeito a solos, é uma cultura mais resistente à secura.

Sorgo (*Sorghum vulgare*): conhecido vulgarmente por massambala, adapta-se a uma gama muito variada de solos. Bastante resistente à secura, aspecto em que apenas é excedido por outro cereal, o massango, sendo suficiente uma precipitação de 250-300 mm, desde que a cultura incida em solos com boa capacidade de armazenamento para a água (Diniz, 1991). Também é de assinalar a sua tolerância ao encharcamento ou inundação durante alguns dias (Diniz, 2005). O seu cultivo serve basicamente para a produção de cerveja caseira (*omakau*) utilizada tanto para o consumo regular dos grupos domésticos, como, e principalmente, para as festas e reuniões de inter-ajuda (*ondjuluka*, *ondjambi*) particularmente no âmbito de actividades agrícolas (sachas, colheitas, etc.) e de construção.

Milho (*Zea mays*): a sua cultura assume importância nas zonas de maior pluviosidade (cerca de 600 mm) e favorecidas pela existência de solos agricultáveis mais pesados, com maior capacidade de retenção de água, permitindo, em anos normais de chuva, excedentes comercializáveis. Necessita, no entanto, de uma distribuição conveniente das chuvas, o que muitas vezes não acontece. Todavia, de acordo com Correia (1993), desde os anos setenta e devido aos frequentes ciclos de seca, o cultivo do milho, embora mantendo-se, vem cedendo importância na economia das comunidades agro-pastoralistas à cultura do massango. Esta alteração poderá também ser resultado da ineficiência do sistema de comercialização no campo, que terá desmotivado a produção mercantil do milho em detrimento da produção para autoconsumo, uma vez que este cereal, por possuir menor tempo de conservação, presta-se menos que os anteriores à constituição de reservas alimentares para mais de um ano. Entretanto, em tempos mais recentes, vem sendo incentivado o aumento de áreas agricultadas com este cereal. Para além da sua utilização como alimento, o milho é usado igualmente na preparação de bebidas tradicionais.

Como culturas complementares dos cereais e estabelecidas, em regra, consociadamente, destacam-se:

Feijão macunde (*Vigna unguiculata*): cultura de ciclo curto (3 a 4 meses) que, devido à sua maior rusticidade e menores exigências em humidade (Diniz, 1991), se comporta melhor que os feijões vulgares. Trata-se de uma cultura de consumo directo do grupo doméstico, sendo-lhe dedicadas áreas de cultivo de acordo com as necessidades. Possui grande interesse como produto alimentar proteico.

Feijão vulgar (*Phaseolus vulgaris*): utilizado principalmente pelas populações agro-pastoralistas da Huíla, segundo Diniz (1991) a sua cultura está condicionada pelo facto de ser pouco resistente à secura, necessitando de solo húmido, aspecto que depende de uma distribuição adequada das chuvas ao longo do ciclo cultural.

Vielo (*Voandzeia subterranea*): apelidado de *tyingomene* entre os *Nhaneca* e de *efukua* entre os *Ambó*, é cultivado em pequenas lavras, essencialmente para autoconsumo. É uma planta leguminosa muito rústica, com poucas exigências relativamente à pluviosidade, e que prefere solos ligeiros (Diniz, 1991).

Batata-doce (*Ipomoea batatas*): embora exigindo bastante humidade na primeira fase do crescimento, trata-se de uma cultura com uma certa resistência à secura e que se adapta a uma larga variedade de tipos de solos (Diniz, 1991). Praticada principalmente pelas populações da Huíla, sendo esporádica nas províncias do Cunene e Namibe, consequência da forte secura aí prevalecente.

Amendoim (*Arachys hypogaea*): conhecido vulgarmente por *ginguba*, é uma cultura fundamentalmente de sequeiro, com necessidades hídricas pouco elevadas. No entanto, períodos de secura prolongados são-lhe prejudiciais, convindo-lhe, ao longo do ciclo cultural, uma precipitação bem distribuída (Diniz, 1991). Tratando-se de uma leguminosa, contribui, como planta melhoradora, para beneficiar as propriedades físicas do solo (Diniz, 2005). A sua cultura é feita de forma dispersa, fundamentalmente na província da Huíla, em zona de *Nhaneca-Humbe*. Não tem tradição cultural entre os *Ambó*.

Também são encontradas diversas corcubitáceas (abóboras, melancia e cabaças), particularmente nas províncias da Huíla e Cunene.

3.4 Fontes alimentares diversas

A pesca fluvio-lacustre é relevante para as comunidades estabelecidas na proximidade dos principais cursos de água assim como para aquelas do Cuanhama (sub-região semi-árida do sul), pelo aproveitamento do alagamento das *chanas*. É, na sua essência, uma tarefa de equipa, envolvendo homens, mulheres e jovens de ambos os sexos. A pesca nos fundões das *chanas* do Cuanhama envolve a captura do bagre (*Clarias capensis*), peixe que aí se refugia, passada a cheia, variando os processos de captura (são utilizados cestos cónicos, conhecidos como *nassa* ou *ossongo* que actuam como armadilhas, onde o peixe penetra e depois é capturado) com o nível das águas. Para além desta região, apenas aquelas percorridas por rios (Cunene, Caculuar, Cuvelai) e seus afluentes ou *mulolas* em ligação com algum sistema fluvial podem fornecer aos seus habitantes peixe de diversas espécies. O peixe é consumido fresco sendo, no entanto, frequentemente seco ao sol ou fumado para consumo posterior.

Ainda na sub-região semi-árida do sul, logo após o início das chuvas e antecedendo a época da pesca, que decorre de Fevereiro a Julho, assume importância a apanha da grande rã, *Pyxicephalus aspersus* (classe Amphibia, ordem Anura) (*efuma*, *mafuma*), muito apreciada entre os *Ambós*.

Na generalidade da região, a apanha de artrópodes, sobretudo na fase de larva, constitui uma actividade de recolha importante. As comunidades que habitam em áreas com formações de *mutiati* (*Colophospermum mopane*) fazem a apanha do *mahungo*, larva de lepidóptero (*Gonimbrasia belina*, família Saturniidae) que se alimenta nas folhas desta arbórea. A apanha decorre particularmente durante o período das chuvas. No Outono, as folhas do *mutiati* tornam-se amareladas e depois acastanhadas. Nos meses seguintes vão caindo irregularmente, apresentando-se as árvores, no auge do período seco, praticamente sem folhas.

A apanha de frutos, raízes e outros produtos naturais de espécies espontâneas é levada a cabo regularmente pelos grupos domésticos em toda a região do 'Complexo da Ordenha'. O consumo destes produtos pode variar nas distintas zonas de acordo com o respectivo meio físico. Entre outros, podem ser consumidos: *omunyere* (*Faidherbia albida*), de Julho em diante, *omuve* ou *nombi* (*Berchemia discolor*), entre Janeiro e Março, figo selvagem, *omukuyu* ou *omuenda* (*Ficus* spp.), em Março e Abril, *omuniandi* ou *omuandi* (*Diospyros mespiliformis*), *ongongo*, *omungongo*, *ngongo*, *omuangu* (*Scherocarya* spp.), *onkhete* (*Dichrostachys cinerea*), *mumbonde* (*Acacia erioloba*), *ongui* (*Acacia subalata*), *mutonthole* (*Acacia sieberana*), etc. Estes produtos destinam-se tanto ao consumo imediato, como à conservação para consumo posterior.

Também é vulgar a recolha e consumo de mel, embora em quantidades pouco significativas.

A caça é praticada ocasionalmente por homens e rapazes, mas não assume papel de relevo na alimentação das populações.

3.5 Zonagem agrária

Cruz de Carvalho (1963) apresentou, a partir dos inquéritos agrícolas desenvolvidos pela MIAA³⁴, um primeiro esboço da zonagem agrícola de Angola, compreendendo 36 zonas, elaborado com base “na sobreposição cartográfica de vários factores que de qualquer modo indicam diferenciação do ‘fácies’ humano, resultante das características geo-económicas influenciadas pelo meio ambiente local”. Os limites destas unidades zonais, inicialmente imprecisos e bastante latos, foram sofrendo ao longo dos anos os necessários ajustamentos, correcções e mesmo simplificações, acabando por conduzir a um delineamento senão definitivo, pelo menos aceitável. Diniz & Aguiar (1969), baseando-se na análise interpretativa dos diversos factores fisiográficos e edafo-climáticos, dividiram Angola em 16 regiões naturais. A interacção destes factores determina tipos de paisagem que, à escala regional, se podem considerar como unidades. Posteriormente, Diniz (1973; 2006), a partir do esboço de zonagem apresentado por Cruz de Carvalho (1963), define 32 zonas agrícolas no País e faz a sua descrição e correlação dos aspectos fisiográficos, dos solos e da vegetação³⁵.

Com base nas zonas agrícolas definidas, a MIAA (1972) divide o território angolano em quatro grandes regiões de pecuária conforme o objectivo da criação de gado no sector tradicional:

Região 1 - constituída pelas zonas agrícolas 23 (Transição Centro-Oeste), 27 (Quilengues), 22/29 (Litoral-Sul), 30 (Terras Altas da Huíla), 31 (Transição Centro-Sul), 33 (Gambos), 34 (Baixo Cunene), 35

³⁴ A Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) foi especificamente criada para executar na então Província de Angola, na altura colónia portuguesa, os reconhecimentos e inquéritos integrados no programa do Recenseamento Mundial da Agricultura promovido pela FAO.

³⁵ Vide mapa em anexo.

(Cuanhama) e 36 (Baixo Cubango), corresponde ao denominado 'Complexo do Leite' ou 'Complexo da Ordenha', onde a pecuária é bem característica e onde o gado bovino satisfaz ao consumo de leite como suplemento alimentar tradicional sendo as populações de feição pastoril e agro-pastoril praticando uma transumância mais ou menos acentuada³⁶. A coexistência de diferentes espécies de ruminantes constitui norma nesta região.

Região 2 - formada pelas zonas agrícolas 17 (Transição Centro-Nordeste), 18 (Alto Cuanza), 24 (Planalto Central) e 25 (Ganguelas). Nela, o gado bovino produzido localmente ou proveniente da região anterior é destinado preponderantemente à recria ou à tracção.

Região 3 - constituída por zonas onde a criação bovina se integra em outras actividades básicas, funcionando em termos de capitalização dos lucros derivados dessas actividades e participando já no autoconsumo da população. O gado assume também objectivos sociais (casamentos, óbitos, multas, prestígio). É integrada pelas zonas agrícolas 13/14 (Planalto de Malange), 15 (Litoral Sul do Cuanza), 16 (Libolo-Amboim) e parte das zonas 17 (Transição Centro-Nordeste) e 18 (Alto Cuanza). Os efectivos pecuários podem ser já relativamente importantes, sobretudo na zona 15.

Região 4 - abrange as zonas agrícolas 1 (Cabinda), 2 (Litoral Norte), 3 (Caféicola Dembos-Uíge), 4 (Subplanalto do Congo), 5 (Planalto do Congo), 6 (Cuango), 7/8 (Litoral de Luanda), 9 (Baixa de Cassange), 10 (Nordeste da Lunda), 11 (Lunda), 12 (Suburbana de Luanda), 19 (Influência do CFB-Leste), 20 (Anharas do Moxico), 21 (Alto Zambeze), 26/28 (Bundas e Luchazes) e 32 (Quando-Cubango). A representação quantitativa de bovinos é fraca, tendo a sua criação pouco ou mesmo nenhum significado.

O denominado 'Complexo do Leite' ou da 'Ordenha', caracterizado pela dominância de populações de feição pastoril e agro-pastoril, praticando uma transumância mais ou menos acentuada, abrange cerca de 300.000 km² no Sudoeste de Angola e estende-se basicamente a sul do paralelo 14. Note-se que Cruz de Carvalho (1963) no seu esboço de zonagem, já definira um 'Complexo do Leite' integrado por diversas zonas agrícolas do Sudoeste de Angola. Para uma análise a uma escala mais geral o 'Complexo do Leite' pode ser dividido em três regiões: (i) zona árida do litoral sul, onde a actividade da população depende quase que exclusivamente da criação de gado; (ii) zonas planálticas da Huíla com uma agricultura marcadamente mercantil, assumindo o pastoralismo um carácter complementar na economia das comunidades rurais; (iii) zona subplanáltica de Benguela e Quilengues, sul da Huíla e Cunene onde prevalece o agro-pastoralismo. São estas zonas as principais produtoras de gado para abate no País e para pseudo-recria e fornecimento de trabalho a outras regiões, nomeadamente ao Planalto Central.

Morais (2007a) retirou do 'Complexo da Ordenha' a zona 36 (Baixo Cubango) da MIAA, referindo que a mesma já havia perdido grande parte das suas características pastoris ainda no período colonial, assim como a zona 23 (Transição Centro-Oeste), pelo facto de se haver constatado, através de um levantamento efectuado no decorrer do ano de 2001, que o gado bovino dado como existente pelos serviços oficiais representava na zona apenas 4% do efectivo das comunidades rurais relativamente a 1970. Também foi excluída a zona 27 (Quilengues) devido à redução substancial do efectivo pecuário que aí ocorreu. Além do mais, as zonas 23 e 27 registaram igualmente transformações acentuadas em consequência da inclusão de novos elementos estruturais e culturais.

³⁶ *Grosso modo*, a correspondência com a divisão administrativa é a seguinte: Zona Agrícola 22/29: Municípios do Curoca, Bibala, Camucuo, Namibe e Virei; Zona Agrícola 30: Municípios de Chibia (parte), Humpata, Lubango e Cacula; Zona Agrícola 31: Municípios de Quipungo, Matala, Chicomba, Caluquembe (parte), Chipindo (parte), Jamba e Cuvelai (parte); Zona Agrícola 33: Municípios dos Gambos, Chibia (parte) e Cahama; Zona Agrícola 34: Município de Ombadja, Cahama (parte) e Cuvelai (parte); Zona Agrícola 35: Municípios do Cuanhama, Namacunde e Cuvelai (parte).

Com base na zonagem apresentada pela MIAA, Morais (2007a) divide a região correspondente ao 'Complexo da Ordenha' em quatro unidades (sub-regiões) agro-pastoris: (i) faixa de clima árido; (ii) áreas planálticas; (iii) áreas semi-áridas de transição; (iv) áreas semi-áridas do sul³⁷. A unidade da *faixa de clima árido* corresponde à faixa central da zona 22/29 (Litoral-Sul) da MIAA (entre os rios Balombo e Cunene), possui clima árido, megatérmico, e tem precipitações médias anuais entre os 100 e os 400 mm. A unidade seguinte é representada pelas *zonas planálticas* (zonas 30 - Terras Altas da Huíla - e 31 - Transição Centro-Sul) que se inscrevem nas áreas de clima sub-húmido chuvoso e sub-húmido seco, mesotérmico. A terceira unidade – *áreas semi-áridas de transição* - corresponde à faixa interior da zona 22/29 (Litoral-Sul) que se encontra na área de clima semi-árido megatérmico, e à zona 33 (Gambos), igualmente sob clima semi-árido mas mesotérmico. A unidade semi-árida do sul reúne duas importantes zonas pastoris, a zona 34 (Baixo Cunene) e a zona 35 (Cuanhama), ambas incluídas no clima semi-árido, mesotérmico, com precipitações entre 700 e 400 mm que decrescem à medida que se caminha para sul.

3.6 Organização administrativa

O território angolano subdivide-se em províncias, e estas em municípios e comunas³⁸. A região estudada engloba as províncias da Huíla (capital Lubango), com 14 municípios, do Cunene (capital Ondjiva), com seis municípios e do Namibe (capital Namibe) com cinco municípios. A nível de cada divisão, a autoridade máxima é representada pelo Governador Provincial, pelo Administrador Municipal e pelo Administrador Comunal. Por seu lado, cada Comuna é subdividida em Povoações, cada uma administrada por um Chefe de Povoação. Cada Povoação integra um maior ou menor número de aldeias – Bairros - administrados por um Coordenador de Bairro. Os Administradores Comunais e Chefes de Povoação são aqueles que mais estreitamente trabalham com as autoridades tradicionais sendo, supostamente, os seus orientadores. Por sua vez, as áreas urbanas são subdivididas em Bairros.

³⁷ Confira mapa em anexo.

³⁸ Vide mapa administrativo de Angola em anexo.

Quadro I 1: Divisão administrativa da região sudoeste de Angola (províncias da Huíla, Namibe e Cunene).

Província	Município	Comunas
Huíla	Quilengues**	Quilengues-Sede, Impulo, Dinde
	Caluquembe**	Caluquembe-Sede, N'Gola, Kalepi
	Caconda*	Caconda-Sede, Gunge, Uaba, Cusse
	Chicomba	Chicomba Sede, Kutanda
	Chipindo	Chipindo-Sede, Bambi, Bunjei
	Kuvango*	Kuvando-Sede, Vincungo, Galangue
	Jamba	Jamba-Sede, Dongo, Kassinga
	Matala	Matala-Sede, Mulondo, Capelongo
	Quipungo	Quipungo-Sede
	Chibia	Chibia-Sede, Jau, Capunda Cavilongo, Quihita
	Chiangue	Chiangue-Sede, Chibemba
	Humpata	Humpata Sede
	Lubango	Lubango, Hoque, Arimba, Huíla, Quilemba
	Cacula	Cacula-Sede, Viti-Vivali, Chicuaqueia, Chituto
Namibe	Namibe	Namibe, Lucira, Forte Sta Rita, Bentiaba
	Tombwa	Tombwa-Sede, Iona, Baía dos Tigres
	Bibala	Bibala-Sede, Caitou, Lola, Capangombe
	Virei	Virei-Sede, Cainte
	Camucuio	Camucuio-Sede, Mamué, Chingo
Cunene	Cahama	Cahama-Sede, Otchinjau
	Namacunde	Namacunde-Sede, Chiede
	Curoca	Oncocua, Chitato
	Cuvelai	Cuvelai-Sede, Mupa, Kubati, Kalonga
	Ombadja	Xangongo, Ombala-yo-Mungo, Humbe, Mucupe, Naulila
	Cuanhama	Ondjiva, Mongua, Evale, Nehone, Chimpolo

* Município não incluído na região do 'Complexo da Ordenha'.

** Apenas parte do município se encontra inclusa na região do 'Complexo da Ordenha'.

O Executivo funciona numa base centralizada. Os Governos locais a todos os níveis, desde o provincial ao comunal, preocupam-se basicamente em servir como administradores das políticas formuladas a níveis superiores. Não existem órgãos do Executivo eleitos localmente. Os Administradores, tanto a nível municipal como comunal, são nomeados pelo Governador Provincial.

A articulação do governo provincial com o governo central é estabelecida através do Ministério da Administração do Território, do Conselho de Ministros e, metodologicamente, pelos ministérios sectoriais. As delegações provinciais apresentam uma dupla subordinação: uma, directa, relativamente ao governo provincial, outra, metodológica, em relação aos ministérios de tutela.

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MINADERP) enquadra três Secretarias de Estado, uma para a Agricultura, outra para o Desenvolvimento Rural e uma terceira para as Pescas, para além de um vice ministério específico para os Recursos Florestais. O apoio à actividade pecuária está atribuído ao Instituto dos Serviços de Veterinária (ISV), por sua vez inserido na Secretaria de Estado da Agricultura. Os seus Departamentos Provinciais dependem da Direcção Geral do ISV mas, a nível provincial, respondem às respectivas direcções provinciais do MINADERP. Abaixo do Departamento Provincial existem as Zonas Pecuárias, cada uma agrupando diversos municípios e dirigida por um Chefe de Zona Pecuária (na província da Huíla existem três zonas pecuárias - Lubango, Matala e Quilengues). Em cada município funciona uma Secção Municipal do ISV dirigida por um Chefe de Secção. A nível de comunas existem as Formações Sanitárias, sendo estas as últimas unidades de intervenção veterinária, competindo-lhes a vigilância epidemiológica de uma

determinada área e a aplicação de cuidados primários de natureza profiláctica. Podem ainda ser criados, por despacho do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, os seguintes órgãos dependentes: Parques de Trânsito, Parques de Quarentena e Lazaretos, Postos de Fiscalização Veterinária.

3.7 O meio social

3.7.1 População

O Sudoeste de Angola é habitado por diversos grupos étnicos. Estes grupos foram agrupados em conjuntos mais amplos, apelidados de grupos etnolinguísticos. Todavia, tal foi realizado em detrimento das identidades próprias dos grupos em causa, o que terá conduzido a discordâncias entre os estudiosos. Na maioria dos casos, foi o factor linguístico que prevaleceu como critério fundamental na classificação. Os principais grupos Bantu presentes no Sudoeste de Angola são o *Nhaneca-Humbe* (*Nyaneka-Nkhumbi*), *Ambó* (*Ovambo*) e *Herero* (Estermann, 1971; Redinha, 1975)³⁹. No entanto, no norte da região a presença do grupo etnolinguístico *Umbundu* é importante e, no leste, a do grupo *Ganguela*. Do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* (*Nyaneka-Nkhumbi*) estão presentes as etnias: *Muilas* (*Mwilas*), *Ngambos*, *Humbes*, *Ndongoenas*, *Hingas*, *Cuâncuas*, *Handas da Mupa*, *Handas do Quipungo*, *Quipungos*, *Quilengues-Humbes* e *Quilengues-Musós*. Como observa Melo (2007) no que concerne à composição dos *Nhaneca-Humbe*, são evidentes algumas discrepâncias nas opiniões de estudiosos do tema. Assim, Redinha (1971) integra nos *Nhaneca-Humbe* os *Ndongwena*, os *Hinga*, os *Kwankwa*, os *Handa da Mupa*, os *Handa de Cipungo*, os *Cipungo* e os *Cilenge Humbi*. Por sua vez, Estermann (1957b; 1983) adianta que sob aquele apelativo estão associados dois ramos populacionais distintos: os *Nyaneka* e os *Nkhumbi*, abrangendo os *Nyaneka* os *Muila* e os *Ngambwe*, enquanto nos *Nkhumbi* se incluem grupos mais diversificados como os *Ndongwena*, os *Hinga*, os *Khwankhwa*, os *Handa da Mupa*, os *Handa do Cipungo*, os *Cipungo*, os *Cilenge Humbi* e os *Cilenge Muso*. O grupo etnolinguístico *Ambó* integra: *Vales*, *Cafimas*, *Cuanhamas*, *Cuamatos*, *Dombondolas*, *Cuangar* e *Hacavonas*. Do grupo etnolinguístico *Herero* estão representados na região: *Ndimbas*, *Himbas*, *Chavícuas*, *Cuanhocas*, *Cuvalas* (*Kuvale*, em português corrente apelidados de *mucubais*) e *Guendelengos*. Entre os povos negros-não-bantos, pré-bantos ou *Vatuas* estão presentes, em pequeno número, particularmente nas províncias do Namibe e Cunene, *Cuissis* e *Cuepes*. Os não-negros-e-não-bantos compreendem os *Bochimanés* e *Hotentotes*, designados em conjunto por grupo *Khoisan*, e que se encontram dispersos, em pequenas comunidades, pelo Sul do País (Rebello de Andrade, 1973).

Os *Nhaneca-Humbe* predominam na província da Huíla, os *Ambó* na do Cunene e os *Herero* na do Namibe. Na província da Huíla, para além dos *Nhaneca-Humbe*, existem a norte (municípios de Caconda, Caluquembe, Cacula e Chipindo), áreas importantes com *Umbundo* e a leste (município do Kuvango) com *Ganguela*. No município dos Gambos, embora a maioria das comunidades pertença à etnia *Gambwe* do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*, a sudoeste do sector da Taka, embora numericamente pouco expressivas, regista-se a presença da etnia *Hakahona* e no limite sul, sectores de Panguelo e Tchico, da etnia *Dimba*, ambas integradas no grupo etnolinguístico *Herero*. Na província do Cunene, para além dos *Ambós*, estão também presentes os grupos *Nhaneca-Humbe* e *Herero*. Os *Ambós* dominam os municípios de Namacunde, Cuanhama, Cuvelai e Ombadja, enquanto os *Nhaneca-Humbe* concentram-se principalmente nos municípios de Cahama, Ombadja e Cuvelai. Os *Herero* podem ser encontrados nos municípios de Curoca e Cahama. Na província do Namibe predominam os *Herero*. Os *Cuvalas* preenchem a zona central da província, estando os *Hakahona* e os

³⁹ A enumeração dos povos que habitam a região baseia-se em Rebello de Andrade (1973) sendo, para maior facilidade, utilizados os termos que este autor considera como sendo em português correcto, já que ainda existe controvérsia em torno da grafia das línguas nacionais.

Dimba a leste, e os *Himba* a sul. Estes últimos estendem-se para além do rio Cunene, pela Namíbia. A norte, o território *Cuvala* confina com os *Dombe*, do grupo etnolinguístico *Umbundo*.

Redinha (1975)⁴⁰, de acordo com as estruturas socioeconómicas, reparte as populações autóctones de Angola em ‘caçadores e recolectores simples’, ‘povos de economia agrícola’, ‘povos de economia pastoril’ e ‘agro-pecuários’. O mesmo autor adianta ser vulgar, no entanto, a existência de regimes mistos de caçadores, agricultores e até de criadores, a par de pescadores, de apicultores e de outras actividades explorativas, conjugadas mais especialmente com a agricultura. Estas associações de sistemas económicos respondem à diversidade das regiões naturais, meio ambiente e particularidades ecológicas das várias regiões de Angola. Redinha (1975) escreve que no Sudoeste de Angola, entre o mar e o curso do Cubango principalmente, predominam os pastores-criadores de bois (criadores típicos), repartindo-se pelas etnias dos *Ambó*, dos *Nhaneca-Humbe* e dos *Herero*, sendo estes últimos considerados os criadores mais típicos. Para leste do território dos *Herero* desenvolvem-se os domínios *Nhaneca-Humbe* e *Ambó*, povos também criadores de bois, mas com maior envolvimento na agricultura. De um ponto de vista global, as etnias do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* praticam o pastoralismo complementado com uma agricultura para autoconsumo bem estabelecida; as do grupo *Ambó* têm também a sua actividade apoiada na pastorícia e na agricultura, adicionadas com uma componente muito importante de colecta; no grupo *Herero* o pastoralismo é preponderante, sendo a actividade agrícola muito reduzida, em algumas situações mesmo praticamente inexistente.

Basicamente, os indivíduos que pertencem a um mesmo grupo étnico ou etnia partilham características como a raça, linguagem, território e, especialmente, a sua forma de ver e interpretar o mundo. Não se pense, no entanto, que tais grupos etnolinguísticos tenham permanecido estáticos num determinado território que, um tanto arbitrariamente, foi definido como seu, nem deixar de se ter em consideração que as populações naturalmente migram. Assim, na região, para além dos principais grupos referidos, podem também ser encontradas populações de outros grupos etnolinguísticos, embora em número substancialmente inferior, fruto da grande diversidade étnica e de correntes migratórias. Em Angola, as migrações resultaram sobretudo da guerra (populações deslocadas, mobilidade dos militares), mas também, entre outras razões, do êxodo rural, do défice de força de trabalho em algumas regiões e da mobilidade de trabalhadores da função pública e das grandes empresas. Dessa forma, foi grande o número de casamentos ou de relações mais ou menos duradouras entre homens e mulheres de grupos etnolinguísticos diferentes, pelo que, em determinados municípios, se torna quase impossível traçar linhas de separação ‘étnica’. Perante estes factos, Pacheco (2010a) advoga a utilização do termo ‘comunidade etnolinguística’, que considera uma terminologia mais correcta que etnia ou tribo.

A população projectada para a província da Huíla é de 1.406.000 habitantes, estimando-se que cerca de 55% viva no meio rural. Para a província do Cunene, a população projectada é de 376.000 habitantes, com uma população rural estimada em 65%, enquanto que para a província do Namibe a população rural compreende cerca de 55,6% de um total de 227.000 habitantes (CEIC, 2011, com base em dados fornecidos pelo MINADERP).

3.7.2 Grupo doméstico

3.7.2.1 Família e grupo doméstico

Na sua essência, o homem é um ser social, gregário, que apenas pode sobreviver em sociedade e que depende sempre da sociedade em que está inserido. É fundamental a definição de um nível social

⁴⁰ Baseado em: Dias, Jorge. *Estruturas sócio-económicas de Angola*. Angola, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1963-1964. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, s.d. páginas 185-205.

acima do indivíduo para que se possa fazer uma análise correcta do meio rural sob os diferentes parâmetros. Cada indivíduo está inserido em diversas organizações, possuindo cada uma suas funções e características próprias, mormente a nível de decisão. Podem ser distinguidos grupos ou unidades de produção, de consumo, de residência, linhagens ou segmentos de linhagens, comunidades rurais e agrupamentos supra-comunitários⁴¹. Todos os indivíduos vivem e organizam as suas vidas no seio dessas unidades.

Família pode ser definida como um grupo social caracterizado por uma residência comum onde deve existir cooperação económica e reprodução da espécie. A família nuclear provém de um casamento entre dois adultos heterogéneos que resolvem associar-se e constituir-se como família, havendo entre ambos coabitação sexual e cooperação económica (Martins, 2008). A família elementar, nuclear, conjugal, consanguínea ou restrita, é formada basicamente por um homem, sua mulher e seus filhos. A família extensa resulta da extensão, no tempo e por intermédio de laços de casamento, das relações entre pais e filhos. Corresponde, idealmente, ao grupo formado por um casal e as famílias conjugais de todos os seus descendentes, numa sociedade de filiação, diferenciada ou cognática (Martins, 2008). Os povos do Sudoeste angolano concebem a família como um conjunto de parentes que ultrapassa os limites da família nuclear, abarcando os parentes lineares, colaterais e afins. Para além dos parentes consanguíneos destacam-se outros por via da *eanda*, um termo que designa um conjunto de denominações de origem animal ou vegetal que caracterizam a linhagem paterna e materna de determinado indivíduo e por meio da qual ele se liga simbolicamente e estabelece com os outros um certo tipo de relação com formas estereotipadas, designadamente de parentesco, de gracejo e de afinidade (Melo, 2005).

Grupo doméstico e família são unidades sociais distintas. Na literatura relacionada com a temática de desenvolvimento, um grupo doméstico é definido como sendo composto por membros familiares e não familiares e representa a unidade socioeconómica básica na qual os indivíduos estão organizados. Trata-se, basicamente, de um indivíduo ou grupo de indivíduos que partilham o mesmo espaço residencial e comem da mesma 'panela'. A família, pelo contrário, é a unidade básica de organização social, sendo integrada por indivíduos com distintos laços de parentesco, incluindo aquele adquirido via matrimónio. Enquanto os membros de um grupo doméstico coabitam, a família, *lato sensu*, continua a existir, mesmo que os seus membros residam separadamente. As Nações Unidas (United Nations, 1979) definem grupo doméstico como sendo (i) um indivíduo que faz provisão do seu próprio alimento e outros bens essenciais da vida associando-se ou não a outros indivíduos, ou (ii) um grupo de dois ou mais indivíduos (aparentados ou não) que, em maior ou menor extensão, fazem uso comum da sua alimentação e outras necessidades essenciais. Adicionalmente, os grupos domésticos incluem membros que podem passar tempo considerável fora da unidade residencial mas que enviam remessas. De qualquer forma, estes migrantes mantêm laços estreitos com a família. A migração é geralmente temporária e os rendimentos obtidos fazem parte de uma estratégia para melhorar a segurança dos meios de vida do grupo doméstico. Desta forma, o rendimento dos migrantes é importante no âmbito das actividades enquadradas nas estratégias de meios de vida do respectivo grupo doméstico.

A distinção entre grupo doméstico e família também se aplica às sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola. Não é aceitável desagregar o grupo doméstico com base nos seus membros, como se fossem indivíduos inteiramente autónomos, já que as respectivas obrigações de uns para com outros são reais. De acordo com Carvalho (1997), a família elementar, considerada como célula produtiva e consumidora primária, nunca aparece isolada mas sempre inserida em

⁴¹ Podem ocorrer situações em que estas diferentes unidades não coincidem, como, por exemplo, indivíduos que cultivem os mesmos campos e partilhem um mesmo celeiro podem não viver na mesma unidade residencial, agro-pastoralistas que partilhem os mesmos campos e celeiros podem possuir rebanhos separados, indivíduos que partilhem o mesmo alimento podem viver em unidades residenciais distintas.

unidades de família mais extensas que por sua vez se associam a outras famílias extensas para formar aquilo a que poderá chamar-se unidade de produção que por sua vez se desfaz e refaz ao ritmo das estações e se reparte pelo território de acordo com as estratégias de repartição do rebanho familiar. Embora aquele autor tenha trabalhado essencialmente junto aos *Herero*, esta observação aplica-se também a outros grupos etnolinguísticos da região do 'Complexo da Ordenha', como o *Nhaneca-Humbe* e o *Ambó*. Carvalho (1999) confere ao conjunto de indivíduos que habitam o espaço doméstico de uma *onganda* o estatuto de grupo doméstico de consumo. A essa *onganda* filiam-se outros grupos domésticos de consumo, como os *sambos*, que, embora de características diferentes, também são subunidades de exploração de um rebanho comum, tal como o grupo doméstico sediado na *onganda* o é. Mas enquanto a *onganda* é uma subunidade de exploração territorialmente estável, já os *sambos* não o são, podendo mudar de localização de acordo com a disponibilidade de recursos pascigosos e aquíferos.

Nas sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas presentes na região do 'Complexo da Ordenha', o número de indivíduos que dependem do gado varia ao longo do tempo, não apenas devido aos nascimentos e mortes que acontecem no seio da família, mas também consequência de mudanças na condição económica de amigos e familiares, já que o número de membros pelos quais um criador de gado é responsável depende do número de indivíduos que pode suportar para além da sua própria família (mulher ou mulheres e filhos) e pelas relações que mantém com indivíduos mais pobres. Realce-se, contudo, que poucos grupos domésticos vivem de forma completamente independente. Existe um nível adicional de agrupamento social constituído por amigos, parentes, parceiros de clã, vivendo em proximidade estreita⁴². Decisões relacionadas com pastagens e transumâncias são tomadas a esse nível e não a nível de grupo doméstico. Também, recursos laborais relacionados com a criação do gado, designadamente o trabalho de crianças, são muitas vezes partilhados a este nível.

O grupo doméstico não é uma entidade única, que procura o máximo de lucro, mas sim um conjunto de pessoas interdependentes, dotadas de responsabilidades e de fontes de recursos comuns ou distintas. É dominado por um conjunto complicado de direitos e obrigações que reflectem as diferenças sexuais, as normas sociais, regras religiosas e costumes que orientam a divisão do trabalho e das terras, assim como a distribuição dos rendimentos provenientes dos diversos tipos de produção. Consequentemente, pode-se considerar que a unidade de produção básica é fundamentalmente constituída pelo indivíduo. Assim, embora os grupos domésticos sejam vistos como unidades coesas, independentes, são frequentemente locais de conflito e de interesses competitivos entre actores de diferentes idades e sexo. Entretanto, o crescente significado que vem assumindo a monetarização, tanto de rendimentos como de despesas, torna mais complexo o padrão de transacções entre os membros do grupo doméstico e obrigações de uns para com os outros. Por outro lado, determinado grupo doméstico pode manter relações de cooperação em vários graus com outros grupos. É cada vez mais irrealista abordar o grupo doméstico como uma 'caixa negra' onde as relações internas estão para além do âmbito da investigação embora, por vezes, possa ser inevitável proceder dessa forma.

No presente estudo, o conceito de 'grupo doméstico' vai para além de grupo unitário, com um sistema de gestão baseado na agricultura, pecuária ou na utilização de recursos naturais relacionados, como flora e fauna. Considera-se, sim, como um grupo mais complexo com acesso a outras fontes de rendimento. Os conceitos locais de grupo doméstico incluem padrões mais complexos de cooperação e dependência económica que caem fora do padrão de uma unidade que partilha a mesma 'cozinha' ou 'panela de comida'. Basicamente, são equivalentes à maior unidade em que ocorra cooperação económica regular (pastoreio, trabalho da terra, obtenção de alimento, etc.). Os migrantes temporários são considerados como fazendo parte destas unidades. Também é

⁴² Denominado, em língua inglesa, de *compound*.

comum que membros do grupo acompanhem manadas em transumância, vivendo uma parte do ano em residências temporárias (*sambos*)⁴³, enquanto outros permanecem na unidade residencial, onde cultivam a terra, tratam dos animais que aí ficaram, etc. Alguns vão e voltam entre os dois locais. Nos *sambos*, as unidades que vivem juntas não são as mesmas da área de origem. Pode acontecer que pessoas que não partilhem a mesma unidade residencial na área de origem possam partilhar um espaço comum no *sambo*. Neste estudo consideram-se os *sambos* como subunidades produtivas e de consumo, de carácter temporário, cujos membros permanecem ligados ao grupo doméstico de proveniência, com unidade residencial territorialmente estável (*eumbo*, entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* ou *onganda*, entre os *Herero*).

Em muitas sociedades rurais africanas, em termos sociais, vem ocorrendo uma fragmentação dos grandes grupos domésticos em unidades familiares menores. Acontece também que os princípios de reciprocidade a longo prazo estão sendo substituídos pelo cálculo de vantagens económicas a curto prazo (Amanor, 1999). As relações entre homem e mulher também vêm sofrendo mudanças, com a mulher reivindicando direitos de posse e algum tipo de pagamento por trabalhos realizados em propriedades do homem (Amanor, 1999). Em Angola, são evidentes o aumento, lento mas progressivo, do protagonismo de mulheres e jovens na vida comunitária, o surgimento de comportamentos mais individualistas e menos solidários entre os membros das comunidades, a perda da importância da família extensa a favor da família nuclear e do indivíduo. Segundo Toulmin & Guèye (2003), mudanças nas estruturas sociais, expectativas, valores e instituições domésticas podem ter consequências importantes nos padrões de desenvolvimento económico, particularmente no sector da agricultura, assim como na protecção dos grupos mais vulneráveis face aos riscos a que se encontram expostos. A mudança de formas colectivas para individuais de actividade e de criação de riqueza, assim como a divisão das grandes unidades domésticas em unidades menores parecem ser o resultado inevitável do processo de ‘modernização social’.

Chefia do grupo doméstico

A chefia do grupo doméstico pertence, por norma, ao seu fundador, ou seja, ao dono do *eumbo/onganda*, normalmente um adulto casado⁴⁴. Existem poucos grupos domésticos chefiados por viúvos pois, regra geral, o homem volta-se a casar pouco tempo após a morte da esposa para além de, na generalidade da região, a poliginia ser comum. Nos grupos domésticos chefiados por mulheres⁴⁵ deve ser feita uma distinção entre aqueles chefiados *de jure* por mulheres e aqueles chefiados *de facto*. Nos primeiros, as mulheres chefes de família são viúvas (generalidade das situações), divorciadas ou separadas, sendo reconhecidas e aceites como chefes de família pela comunidade. Note-se que, na maioria dos casos de divórcio ou rejeição da mulher pelo marido, esta regressa ao seu grupo doméstico de origem. Já nos grupos domésticos chefiados *de facto* por mulheres, estas assumem a chefia do grupo doméstico porque o marido se encontra ausente, normalmente por haver migrado. No entanto, este gera rendimentos e, regra geral, envia remessas para o respectivo grupo doméstico. Nestes casos, a mulher vê a sua liberdade de acção condicionada pelos costumes socioculturais prevaletentes. Num grupo doméstico polígino, cada co-esposa forma um subgrupo económico conjuntamente com os respectivos filhos no seio de um grupo doméstico mais amplo. A mulher controla os seus próprios animais e gere a actividade agrícola nas parcelas que lhe são próprias para além de participar nas actividades agrícolas e pecuárias (como o processamento do leite) rotineiras a nível do grupo doméstico na sua globalidade.

⁴³ Tratam-se, basicamente, de unidades temporárias de pastoreio.

⁴⁴ O chefe de um *eumbo* é denominado de *mwene we eumbo* ou *mwene weumbo*.

⁴⁵ Situação mais comum entre os *Ovimbundo*. Numa amostragem realizada nos municípios de Bibala, Gambos e Cahama, o GFA (2011) indica que cerca de 7% dos grupos domésticos são chefiados por mulheres.

Parentesco e família

A estrutura das linhagens nas sociedades africanas constitui o cimento para uma forte solidariedade social tradicional. Linhagem pode ser considerada como um grupo de filiação unilinear em que todos os membros se consideram descendentes de um antepassado comum, por uma só linha de descendência, que pode ser patrilinear (patrilinhagem) quando o antepassado comum pertence ao sexo masculino, isto é, na linha do pai, ou matrilinear (matrilinhagem) no caso do antepassado comum ser um indivíduo do sexo feminino, portanto, na linha da mãe. Nos sistemas matrilineares os filhos pertencem, por direito, à família materna, sendo por esta via que também se processa a transmissão dos bens materiais. A autoridade parental cabe aos tios maternos mais que ao pai progenitor, pois o tio e a criança reconhecem as suas origens comuns num mesmo útero, aquele da avó materna. Nos sistemas presentes no Sudoeste de Angola, a mulher constitui a base da estrutura que garante o parentesco e, através deste, o tecido das alianças, sendo-lhe obviamente reconhecidos a protecção e o direito que o seu posicionamento necessita para dignificar a linhagem e justificar a tradição.

Os grupos etnolinguísticos Bantu distinguem a família elementar, *nuclear*, e a família *extensa* ou *alargada*, sendo esta última considerada a verdadeira família (Nzatuzola, 2004). Apesar da família nuclear não ser tida como a verdadeira, constitui o pilar da sociedade Bantu, embora não se possa conceber separada dos círculos mais amplos e fecundos: família extensa ou alargada, clã e tribo. Segundo Nzatuzola (2004) a família isolada, individualizada, fechada sobre si mesma e autónoma não existe para o bantu, pois este não a concebe, já que os princípios de consanguinidade e de participação vital não a admitem, para além das condições económicas, climáticas e geográficas impedirem o seu isolamento. A *família extensa* ou *alargada* é um grupo-comunidade composto pelos membros das famílias nucleares aparentados por consanguinidade real, patrilinear ou matrilinear, que engendra a solidariedade vertical e horizontal (Altuna, 2006). Trata-se de um conjunto activo, vivo, orgânico e místico, formado por vivos e defuntos de ambos os sexos, descendentes de um antepassado comum, reconhecido por todos como tronco original. Globalmente constitui uma sociedade-comunidade bem determinada. Actualmente, em África, coexistem os dois tipos de organização familiar, inclusive a nível de legislação. Enquanto a urbanização reforça o conceito nuclear de família, as sociedades rurais permanecem mais ligadas aos sistemas de linhagens.

Entre os povos Bantu da região sudoeste de Angola, a estrutura familiar assume a forma de família extensa, englobando duas ou mais gerações, vivendo no mesmo espaço, num conjunto de pequenas habitações que formam um grupo residencial (*eumbo*, entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* ou *onganda*, entre os *Herero*). Esta família extensa é formada por uma constelação de famílias nucleares, cujo elemento de ligação não é o sexual (marido-mulher), mas aquele de geração em geração, ou seja de pais para filhos. Portanto, a família não se baseia no casamento mas sim na descendência, reunindo todos os indivíduos descendentes, directa ou colateralmente, de um antepassado comum e seus parentes afins, formando um agregado extenso de indivíduos ligados por laços de sangue e de convivência (Monteiro, 1994). Disto resulta que, nos lares políginos tradicionais, crianças com uma mesma paternidade podem pertencer a diferentes famílias definidas por distintas filiações patri- ou matrilineares. Por sua vez, as crianças cujos pais não são do mesmo sistema de linhagem, sendo um patrilinear e outro matrilinear, têm uma dupla pertença (dependência) familiar.

O *eumbo* (*onganda*, entre os *Herero*) de um pai polígino não é um espaço económico e social homogéneo. Trata-se mais de um ponto de convergência de representantes de várias linhagens, de um lugar de contacto e de interpenetração de tantas estruturas sociais quantas linhagens e castas estiverem representadas, o que contribui para o estabelecimento e reforço de laços de solidariedade e alianças entre elas. Os habitantes do *eumbo* organizam-se ao redor das 'cozinhas' que cada uma das mulheres gere e à volta das quais gravita um certo número de comensais (pessoas que comem habitualmente em conjunto). A pertença familiar de um indivíduo assume, evidentemente,

importância quando se trata da propriedade de riquezas e dos factores de produção, nomeadamente recursos em terra e recursos-chave. Numa mesma concessão, certos interesses são comuns, enquanto outros podem ser diferentes, ou mesmo contraditórios. Estas características da organização social no meio rural têm sido, muitas vezes, fonte de incompreensão no quadro dos projectos rurais em Angola.

A *povoação* engloba uma ou mais famílias alargadas, assumindo-se como o modo mais primigénio e estável de uma comunidade se inserir no espaço (Altuna, 2006). Constitui também uma comunidade de bens colectivos e possibilita as primeiras funções económicas.

O *clã* é uma unidade de várias linhagens, de várias famílias alargadas que se supõe serem descendentes de um antepassado-epónimo comum (Altuna, 2006). Carvalho (1999) refere-o como o conjunto de pessoas que se consideram parentes consanguíneos a partir de um antepassado comum colocado numa profundidade histórica que o faz perder de vista enquanto figura identificável. Este conjunto de famílias alargadas situa-se num plano social mais amplo, formando já um arquétipo político. A um grupo familiar foram-se juntando outros semelhantes, até constituírem um aglomerado social e político amplo com uma territorialidade marcada (Altuna, 2006). A familiaridade-solidariedade dos membros de um clã está mais relacionada com a função sociológica do que com a biológica do sangue (Altuna, 2006). Segundo Morais & Correia (1993b), nos Gambos, para além da família propriamente dita (*ombunda*) existe uma filiação ao clã (*eanda*) que tem basicamente a ver com uma origem comum, antiga, envolvida em carga mística ou simbólica. Cada clã tem um nome relacionado com um animal ou planta, estabelecendo-se relações de solidariedade (*olupikai*) entre clãs representados por símbolos aparentados. No entanto, a filiação clânica é pouco determinante na vida corrente da comunidade, assumindo praticamente apenas o carácter de identificação e de elo de solidariedade (Morais & Correia, 1993b).

A *tribo* (Altuna, 2006) apresenta-se como um grupo social de idêntica cultura, língua e religião e com uma consciência viva de identidade e unidade moral, apelando esta sempre para a posse comum e permanente de um território, se for sedentária, ou de uma determinada região geográfica se utilizar a mobilidade como estratégia de meios de vida. Basicamente engloba um conjunto de clãs numa determinada região geográfica que falam a mesma língua. *Etnia* pode ser definida como um conjunto de tribos com hábitos, costumes, ritos espirituais e religiosos e outros valores socioculturais idênticos. Por sua vez, nos *grupos etnolinguísticos* são englobadas diversas etnias de acordo com a origem e história dos povos.

Para além das relações familiares, existem ainda outras formas de relação, mas de carácter social, muitas das quais tendo por base o sexo e a idade. Segundo Altuna (2006), podem denominar-se de ‘associações de idade’, ‘fraternidades’, ‘irmandades de idade’, ‘classes de iniciados’. Existem ‘grupos de homens’, ‘grupos de mulheres’ e a divisão de trabalho por sexos. Existem várias irmandades em cada comunidade, sempre hierarquizadas, pertencendo o indivíduo àquela que engloba os da sua geração. Estas formas de relação social facilitam a compreensão mútua e o cumprimento da finalidade social.

Matrimónio e regras de residência

O matrimónio constitui, para as sociedades locais do Sudoeste de Angola, um acto de grande significado e revelador da maturidade psicossomática do casal para uma plena inserção no mundo dos adultos (Pahula & Mupinga, 2004). O matrimónio retira a mulher do convívio da sua família e coloca-a no seio de uma outra, a do seu marido, na qual se deve integrar, conviver, ter filhos e cultivar e os seus mantimentos (Melo, 2007). O acordo para o casamento é estabelecido depois do rito de passagem da rapariga (*efiko*, *efuko*, *ehiko*, *efeko*, *efundula*), o qual lhe confere o estatuto de mulher. Segue-se a entrega de certas quantias de dinheiro, objectos diversos, bebidas e animais, que

a família do noivo faz à da noiva, denominando-se comumente de *alembamento* este conjunto de preparativos e entregas que legitimam o casamento⁴⁶. O *alembamento*, de acordo com o seu significado original, converte-se no mais comum instrumento de aliança e amizade entre os grupos sociais Bantu (Altuna, 2006), sendo raramente negociado, mas antes estabelecido pelas normas em vigor. Tem como função consolidar o casamento, sendo encarado nesse sentido pelas próprias mulheres⁴⁷.

No seio das sociedades da região do 'Complexo da Ordenha' o *alembamento* contribui para reforçar as relações de parentesco e distribuir a riqueza 'gado' através de linhas de parentesco e entre gerações. Basicamente, uma família junta a quantidade de bens necessários para que um membro seu receba uma mulher de outro grupo, a qual enriquecerá o grupo doméstico recebedor com os filhos e o trabalho produzido, enquanto a outra família condivide os bens recebidos (Altuna, 2006). As transacções matrimoniais são consideradas como trocas entre famílias mais do que entre indivíduos, homem e mulher. Regra geral, em caso de repúdio ou de divórcio, a mulher volta para a sua linhagem de origem mediante a restituição da dádiva recebida.

Estermann (1971) frisa que na maioria dos grupos etnolinguísticos (*Ovambo, Nhaneca-Humbe, Herero*) presentes no Sudoeste de Angola o gado constitui o principal quinhão para a prossecução do matrimónio⁴⁸. No seio dos *Nhaneca*, em particular dos *Muila*, o reconhecimento do matrimónio é feito numa cerimónia apelidada de *ovilombwa*, nela devendo a família do noivo fazer a entrega de um boi - *ongombe yo nonthunha* – à família da noiva, símbolo do selo matrimonial. Segundo Carvalho (1999), os *Cuvale (Herero)* fazem uma distinção entre os animais que fazem parte da prestação matrimonial: (i) o '*oyo winda*', é entregue à família da noiva, à sua linhagem; (ii) o '*twinyia*', animal macho que também faz parte da prestação matrimonial mas é entregue ao pai da noiva para consumo imediato; (iii) o *namatuka* entregue igualmente ao pai da noiva e que dá direito à paternidade estatutária dos filhos que advierem do casamento. Todavia, a entrega de uma ou mais cabeças de gado não constitui uma prática entre os *Handa, Quilenges-Humbes (Cilenge Humbi)* e *Quipungos (Cipungu)* (Estermann, 1957; Melo, 2005; 2007).

Depois do casamento, cada um dos esposos continua a pertencer à sua linhagem (patri- ou matrilinear) de origem. A localização dos lares é codificada segundo os costumes patri- ou matrilineares de cada clã. Os casamentos seguem, de preferência, a exogamia local, sendo a esposa procurada fora da linhagem uterina do homem. Mesmo nos casamentos políginos a segunda mulher e as restantes são recrutadas fora da linhagem da primeira mulher. Esta, embora seja considerada como a principal e aquela que goza de maior prestígio, tem direitos e obrigações semelhantes às restantes. No seu estudo nos Gambos, Morais & Correia (1993b) atestam a regra da endogamia étnica no casamento, facto que é normalmente reconhecido para as populações do Sudoeste de Angola, mas não excluem a possível existência de casos de exogamia étnica. Os mesmos autores adiantam que a mulher não faz avaliação negativa relativamente aos casamentos políginos.

⁴⁶ Segundo Melo (2005; 2007), as prestações matrimoniais usuais na região não constituem um dote, já que não pressupõem uma transferência de prestação para a noiva. Entre os *Handa*, esse acto é denominado de *ovionda* e consiste basicamente numa dádiva entregue pela família do rapaz à família da noiva. No acto em si não está subjacente qualquer tipo de transacção, tratando-se tão-somente de uma regra para o estabelecimento da legalidade. De acordo com Melo (2005; 2007) trata-se fundamentalmente de um acto simbólico que reforça os laços interfamiliares dos nubentes, aproxima ambas as famílias e serve de reconforto aos familiares da noiva pela descompensação causada pelo matrimónio, para além da própria legitimação deste.

⁴⁷ Morais & Correia (1993b) em estudo realizado nos Gambos, verificaram que a mulher tem, na generalidade, uma posição concordante com as normas tradicionais que regulam o casamento, para além de considerar que a prestação matrimonial é necessária para consolidar a ligação matrimonial.

⁴⁸ Entre os *Cuvale (Herero)*, são entregues quatro cabeças de gado bovino. Entre os *Ovambo, Nhaneca e Humbe* o normal é a entrega de uma cabeça bovina.

Embora sigam a regra matrilinear, nas comunidades etnolinguísticas da região do ‘Complexo da Ordenha’ são as mulheres que deixam o *eumbo/onganda* dos seus pais para se juntarem ao do homem com quem contraíram matrimónio, predominando assim, uma residência do tipo patrilocal ou avunculocal, em que os recém-casados constroem a sua habitação no *eumbo/onganda* dos pais do marido ou do seu tio materno⁴⁹. Portanto, embora o matrimónio faculte a elevação do prestígio da mulher como esposa e mãe, retira-a do convívio da respectiva família e coloca-a no seio de uma outra, a do marido, na qual se integra, convive, trabalha, procria e educa os filhos. Ainda que ocorra o enfraquecimento (não apenas numérico, como também económico e sentimental) do grupo doméstico do qual a mulher é originária, em contrapartida acontece o reforço daquele donde o marido é originário.

Na região, prevalecem as regras de residência patrilocal ou, por vezes, avunculocal. Conforme Morais & Correia (1993b) e Morais (2007b), nos Gambos (sub-região semi-árida de transição) a estrutura do agregado de residência atesta que vigoram as regras de residência patrilocal, pois frequentemente (31% dos *eumbos*) os filhos adultos depois de contraírem matrimónio continuam a residir no *eumbo* paterno aí incorporando as respectivas esposas e filhos para além de, muitas vezes, as filhas separadas ou viúvas regressarem à residência paterna (19%). Mas na região vigora também o sistema de residência avunculocal, em que os filhos da irmã uterina, em especial o herdeiro principal, vão residir junto do tio (44% dos *eumbos*) a partir da idade em que podem pastorear o gado (10 a 15 anos). Depois de contrair matrimónio a esposa também passa a residir nesse *eumbo*. As filhas adultas, quando o seu casamento é desfeito por viuvez ou separação, vão geralmente viver em casa do tio materno, embora, por vezes, também fixem residência no *eumbo* paterno quando a mãe aí reside.

O direito à propriedade é individual e o casamento não cria propriedade comum ao casal. A mulher continua a possuir os seus bens (por exemplo, utensílios domésticos e agrícolas, mobiliário e animais, particularmente pequenos ruminantes, suínos e aves) em casa do marido. Se for detentora de gado bovino, coloca-o normalmente à guarda de um tio ou irmão, mas não do marido. A mulher, embora não sendo detentora de terra, pode vender ou permutar a produção da terra que lhe está destinada – *arimo* - (mas que é pertença do marido), bem como dos animais que são sua pertença.

A herança

Considerando que, para as populações da região, o boi é sinónimo de ostentação, prestígio e riqueza, a gado assume grande importância na herança. A linha de herança é matrilinear. Os filhos não herdaram do pai, pelo que os bens recebidos do pai são doações feitas em vida. Esta linha de herança dos recursos produtivos, especialmente do gado, tem constituído (e constitui) um importante mecanismo para a partilha de activos inter-geracional e inter-grupos domésticos no seio das sociedades da região do ‘Complexo da Ordenha’. Realce-se, contudo, que sendo a linha de herança matrilinear, os sistemas de direito sucessório estabelecidos pelos códigos jurídicos modernos colidem com os postulados seculares do direito consuetudinário dos povos que habitam o Sudoeste de Angola.

Entre os *Ambós*, o herdeiro principal de um homem é o seu irmão uterino mais velho ou, na ausência deste, o filho da sua primeira irmã uterina. A viúva ou viúvas apenas ficam com os bens que são sua

⁴⁹ Nesta nova situação, os recém-casados procuram adaptar-se à nova realidade e ajustar o seu relacionamento e feitos. Segundo Melo (2005), neste período de adaptação são controlados de perto pelos mais velhos com quem partilham o espaço residencial, e que lhes procuram transmitir as suas experiências de vida e de trabalho e ajudar no fortalecimento das suas relações conjugais. Apenas depois de alguns anos passados no *eumbo/onganda* dos pais ou do tio materno do marido é que um indivíduo casado poderá, se o desejar, construir o seu próprio *eumbo/onganda* para viver com sua(s) mulher(es) e filhos.

propriedade, incluindo as respectivas cabeças de gado. Nos *Nhaneca-Humbe* o herdeiro principal é um dos filhos da irmã uterina mais velha do falecido, escolhido por um conselho de família durante as cerimónias fúnebres. O herdeiro principal de uma mulher é o seu filho mais velho; no caso de não haver descendente masculino, os bens vão para uma irmã da falecida, com a obrigação de os distribuir pelas sobrinhas. Entre os *Herero*, em caso de morte de determinado proprietário de gado, poucos dias após o seu falecimento, a sua família, a sua linhagem, o herdeiro do seu pai, enfim aqueles que lhe haviam entregado os bois de *hupa*, e o herdeiro do pai da sua mãe, que lhe entregara os bois de *he musungu* comparecem para regular as contas relacionadas com as entregas desses animais que se tinham 'desviado' do caminho da sucessão matrilinear⁵⁰. Trata-se, no entanto, de um retorno mais simbólico do que efectivo (Carvalho, 1997; 1999), já que a cada entrega anterior vai corresponder apenas a devolução de um animal, macho ou fêmea, de acordo com a natureza dessa entrega anterior, enquanto, na realidade, ela gerou descendência, mesmo a partir de um macho castrado (depois de recebido, normalmente é engordado e vendido ou permutado por uma fêmea jovem que depois é lançada na reprodução). Estes bois passam então a ser designados por bois de *nampingo*. Esse retorno tem de ser assegurado pelo herdeiro do falecido, o qual é também responsável por todas as contas, dívidas e créditos que este tenha deixado. Ainda entre os *Herero* os bens de uma mulher vão sempre para outra mulher, em princípio a sua irmã mais nova, exceptuando o gado bovino que vai para o seu filho mais velho. O herdeiro principal tem a obrigação de distribuir equitativamente uma parte (normalmente menor) dos bens herdados a todos os parentes uterinos mais próximos.

Entretanto, embora aceite, em alguns casos já começam a surgir opiniões divergentes relativamente à linha de herança matrilinear. Assim, em muitos lares cristianizados, quando o marido morre, os bens passam para a viúva e filhos. Actualmente, as autoridades advogam que uma das causas de roubo de gado (razia predatória) advém de discordâncias sobre os direitos de herança⁵¹. Morais & Correia (1993b) em pesquisa realizada nos Gambos, notam existirem já mulheres que, independentemente da idade e de terem ou não escolarização, discordam das normas da herança, posicionando-se a favor de que esta deveria beneficiar os filhos e a viúva ou os filhos e os sobrinhos. De qualquer forma, a maioria ainda continua a manifestar acordo com as normas vigentes de parentesco na base da filiação matrilinear considerando-a normal, por pertencer à tradição.

Cerimónias tradicionais

No *modus vivendi* das comunidades da região sudoeste de Angola exercem-se dois ritos de passagem de suma importância para o prestígio individual, familiar e social: a circuncisão para os rapazes e a festa da puberdade para as raparigas. A circuncisão (*ekwendje, etanda*) é feita às crianças (a partir dos cinco anos de idade) e adolescentes do sexo masculino por um mestre em cirurgia tradicional. Contudo, actualmente é frequente fazer-se essa intervenção cirúrgica em centros de saúde ou hospitais, se bem que não se revista do mesmo significado atribuído à cerimónia tradicional. Note-se, no entanto, que o grupo etnolinguístico *Ambó* não pratica a circuncisão. Por seu lado, a festa da puberdade (*efiko, efuko, ehiko, efeko, efundula*, consoante os grupos étnicos)⁵² incide sobre as raparigas e tem por finalidade assinalar a transição da adolescente para a vida adulta, apropriada para contrair compromissos matrimoniais. Em ambas as cerimónias é abatido gado, de acordo com as possibilidades das famílias, para consumo de familiares e amigos. Também é preparada cerveja tradicional (*omakao*) e aguardente à base de frutos silvestres embora, actualmente, também sejam muito utilizadas bebidas de fabrico industrial comercializadas na região. Para além destas cerimónias realizam-se igualmente cultos diversos, sacrifícios que asseguram o contacto com os antepassados,

⁵⁰ Para melhor compreensão dos termos locais utilizados veja-se capítulo II, 6.1: gado e grupo doméstico.

⁵¹ Para mais pormenores, vide capítulo III, 2.2.1.2: Razia predatória ou comercial.

⁵² *Efiko* entre os *Humbe*, *efuko* entre os *Handa (Nhaneca)*, *ehiko* entre os *Muila (Nhaneca)*, *efeko* entre os *Umbundo*, *efundula* entre os *Ambó*.

variadas cerimónias relacionadas com o nascimento e o casamento⁵³ assim como determinadas manifestações religiosas. Os óbitos também obedecem, de acordo com as comunidades, a um conjunto de rituais, envolvendo igualmente o abate de gado. Regra geral, o óbito de um adulto dura mais tempo do que aquele de uma criança.

3.7.2.2 Grupo doméstico e espaço residencial

3.7.2.2.1 Unidade de residência

No Sudoeste de Angola, as comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas adoptam um tipo de povoamento predominantemente disperso, fortemente influenciado pelas características do ecossistema, não apenas climáticas mas também edáficas, e pela sua interligação com o manejo do gado. No norte da região, onde a agricultura toma maior importância e surgem sistemas de produção mista e onde ocorre uma maior presença da comunidade etnolinguística *Umbundu*, podem surgir comunidades com uma área residencial comum e bem definida - *quimbo*, *senzala* ou aldeia. Na restante região, onde predominam os *Nhaneca-Humbe*, *Ambós* e *Hereros*, as famílias conjugais, monogâmicas ou poligâmicas, vivem isoladas, cada uma na sua unidade residencial, de carácter definitivo, representada, nos domínios *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* pelo *eumbo*, e no domínio *Herero* pela *onganda*, tratando-se, em ambos os casos, basicamente de agregados de residência familiar⁵⁴. Aí vivem o homem (chefe de família), a mulher ou mulheres, seus filhos solteiros e, muitas vezes, alguns sobrinhos. Sendo os homens geralmente políginos, existe uma multiplicidade de pequenos núcleos familiares, pelo que o grupo doméstico é internamente complexo e multi-activo. Depois de casarem, os filhos podem continuar a habitar o *eumbo/onganda* de origem enquanto não reunirem as condições requeridas para a edificação do seu próprio *eumbo/onganda*.

Eumbos e *ongandas* incluem no seu seio unidades de residência, de produção e de consumo. Tratam-se basicamente de unidades residenciais de grupos domésticos que englobam diversos subgrupos internos de indivíduos unidos por objectivos específicos. Cada subgrupo funciona como uma unidade independente, mas partilhando relações de cooperação com os restantes. Estas unidades partilham um mesmo espaço de vida no qual se reproduzem valores e símbolos comuns da família, se estabelecem regras e princípios básicos de educação e se processa a interacção quotidiana entre os membros. Segundo Melo (2005), o carácter comunitário do *eumbo*, a assumpção deste facto por cada um dos residentes e a sua valoração como espaço de vida, são intrinsecamente tidos como fundamentais na vida do grupo doméstico e estão acima de cada um dos 'compartimentos' de que se compõe o *eumbo*. No entanto, a família extensa não forma um grupo residencial único no sentido restrito; encontra-se, sim, dispersa e engloba um conjunto de grupos familiares (*eumbos* ou *ongandas*) ligados por laços de parentesco e subordinação segundo regras de descendência matrilinear.

São membros da unidade residencial o chefe do grupo doméstico ou seja, o dono e fundador do *eumbo*⁵⁵ ou *onganda*, de quem esse *eumbo* ou *onganda* leva o nome, sua esposa ou esposas, filhos casados e/ou solteiros, filhas solteiras, divorciadas ou viúvas, netos e netas, filhos ou filhas (casados ou solteiros) de suas irmãs e, eventualmente, outros membros consanguíneos, como é o caso dos pais quando idosos. Os membros do *eumbo* ou da *onganda* podem mesmo pertencer a três ou quatro gerações⁵⁶. Tal quantidade de membros, numa mesma unidade residencial, conduz a uma

⁵³ Para as famílias cristianizadas, o casamento constitui uma cerimónia importante.

⁵⁴ Pessoas que não são da região muitas vezes apelidam o espaço habitável de *libata* ou de *quimbo*.

⁵⁵ Na generalidade denominado de, *mwene we eumbo* ou *mwene weumbo*.

⁵⁶ A população referida por *eumbo* é, em média, de 7,5 pessoas na zona agrícola 33 (MIAA, 1967b), sendo mais baixa para o grupo *Gambwe* do que para o grupo *Hakahona*, de 5,8 pessoas na zona agrícola 34 (MIAA, 1968a) e de 8,7 pessoas na zona agrícola 35 (MIAA, 1968b). De acordo com GFA (2011), em amostragem realizada nos

rede relativamente complexa de inter-relações. O alargamento ou estreitamento do grupo doméstico, bem como a amplitude do *eumbo/onganda* dependem das fases do ciclo de vida do referido grupo e também dos processos de cissão que ocorrem, regra geral, quando um filho casado decide fundar o seu próprio *eumbo/onganda*. O conjunto de membros integrantes do *eumbo/onganda* está em renovação permanente com a constituição de novos núcleos pela entrada de mulheres provenientes de outros grupos, com o nascimento de crianças, com o crescimento, envelhecimento e morte das pessoas, etc. O aumento de membros do *eumbo/onganda*, nomeadamente por via do matrimónio, permite o incremento da mão-de-obra necessária para as actividades do grupo, mormente para o reforço da sua capacidade de produção. Note-se, contudo, que apesar de nele viverem um grande número de parentes, em geral o *eumbo/onganda* não abarca o total dos membros de uma família.

Do ponto de vista físico, cada unidade representa um conjunto habitacional descompactado, onde cada peça residencial possui uma função particular e designação própria, para além de obedecer a regras específicas de construção e de localização. Englobam também lugares de culto e cemitérios. A construção destes conjuntos habitacionais, elementos fundamentais no contexto cultural das populações da região do 'Complexo da Ordenha', obedece a uma definição prévia dos 'mais velhos', conhecedores das referências históricas de cada lugar, assim como da relação da família com os referidos lugares, mormente a situação físico-geográfica destes (Melo, 2005). A distribuição das unidades de residência no espaço não é homogénea, variando não só com as possibilidades de aprovisionamento de água, mas também com as características locais dos solos agricultáveis e com os espaços para a pastagem do gado, ocorrendo concentrações nas áreas mais favoráveis, especialmente na influência dos rios ou das linhas de água mais importantes de forma a terem acesso à exploração de aquíferos subterrâneos nos períodos secos. As unidades de residência podem apresentar-se isoladas ou coexistirem até dezenas na mesma área, por vezes com as cercas exteriores confinando umas com as outras dando origem a verdadeiros núcleos residenciais. O território vinculado a um conjunto de *eumbos* sob a jurisdição de uma determinada autoridade tradicional recebe a denominação de *tchilongo* (*chilongo*, termo aportuguesado).

Em território *Ambó* ou *Humbe*, os *eumbos* reúnem-se em comunidades, as *mucundas*⁵⁷, que ocupam áreas vastas e cuja dimensão pode coincidir ou não com a de família extensa ou do clã. Cada *mucunda* é chefiada pelo *mwene-wa-mukunda* e reclama para si, muitas vezes, uma determinada área livre, embora de fronteiras muito fluidas. Um sobado pode abarcar várias *mucundas*. O número de unidades residenciais por *mucunda* ou *tchilongo* é variável, podendo ir de algumas dezenas a centenas. Enquanto em algumas áreas essas unidades se podem apresentar muito dispersas, em outras mostram-se mais agregadas.

Unidades de residência entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó*

As comunidades etnolinguísticas *Nhaneca-Humbe*⁵⁸ e *Ambó*, dada a sua ligação ao pastoralismo e perante as fortes limitações inerentes à distribuição de água para abeberamento do gado, condicionam a instalação das suas unidades residenciais aos locais onde melhor possam contornar

municípios de Bibala, Gambos e Cahama, 73% dos *eumbos* possuíam 10 ou mais membros, enquanto apenas 5% apresentava quatro ou menos.

⁵⁷ Termo aportuguesado de *mukunda*.

⁵⁸ Segundo Morais & Correia (1993a), entre os *Nhaneca-Humbe* o direito de ocupação e de uso da área de unidade residencial, incluindo superfícies de cultura e reservas de pastagem, não obedece a regras elaboradas de propriedade, tratando-se de um direito natural que passa pelo acordo da instalação, em conformidade com laços de parentesco e alianças, sendo frequente um novo *eumbo* instalar-se no local daquele de um parente falecido, em geral o tio materno. Para indivíduos fora dessas ligações, carece apenas da concordância dos vizinhos e do chefe do núcleo.

essa limitação. Assim, essas unidades residenciais estão estrategicamente colocadas entre áreas de pastoreio do interior, onde durante a estação das chuvas abundam pontos de água, e o acesso fácil à *evanda*, no período crucial da estação seca (particularmente na sub-região semi-árida do sul). Para além da posição estratégica relativamente à água e às áreas de pastagem natural, a escolha do local de edificação do *eumbo* obedece a outros factores igualmente importantes, mormente a prevenção quanto a excessos de humidade do solo e a existência de condições apropriadas para o cultivo da terra de modo a garantir a subsistência alimentar, para além do produto básico leite e seus derivados. Portanto, atendendo às limitações do meio natural, procura-se um equilíbrio entre o trinómio: água, pastagem e local residencial. Por sua vez, cada unidade residencial típica é composta por vários elementos, evidenciando a sua estrutura o estreito relacionamento entre pessoas, gado e agricultura.

A edificação de um *eumbo* pode levar meses, exigindo uma grande quantidade de troncos, paus e capim, denominando-se de *ehombolo* a festa tradicional realizada para assinalar a sua inauguração. As casas são construídas de pau-a-pique e cobertas a capim. Porém, actualmente são vistas, em muitos *eumbos*, habitações cobertas com chapas de zinco, material que igualmente pode servir para edificação das próprias habitações em lugar dos vulgares paus. Também, especialmente na sub-região planáltica, em lugar de paus, são utilizados cada vez mais os adobes na edificação das paredes⁵⁹. De qualquer forma, os *eumbos* utilizando já materiais de construção correntes mantêm sempre, no geral, a mesma estrutura base. Normalmente, na edificação do *eumbo* o grupo doméstico conta com a ajuda de parentes e amigos, colaboração essa que deverá ser posteriormente retribuída. Trata-se fundamentalmente de um trabalho de homens, cabendo às mulheres cortar e acarretar o capim necessário para a cobertura de casas, abrigos e celeiros. Contudo, caso a cobertura seja em chapa de zinco, a tarefa passa para a responsabilidade do homem. Dentro do espaço habitacional também podem ser observados celeiros, capoeiras para as aves e currais para vitelos e pequenos ruminantes. Junto ao portão principal de acesso ao conjunto residencial são geralmente encontrados expostos os chifres dos bovinos sacrificados em festividades levadas a cabo pelo *eumbo*.

À unidade habitacional nuclear podem-se juntar outras, mormente de um filho que se casou, de um sobrinho e sua família, etc., cada uma usufruindo de suas próprias parcelas de terreno para o cultivo agrícola mas compartilhando, regra geral, os mesmos currais para o gado, ou edificando currais contíguos. Apesar de, numa unidade residencial poderem viver duas ou mesmo três famílias cujos chefes estejam unidos por laços de parentesco ou sejam amigos muito próximos, ela é sempre referenciada pelo nome do seu fundador, portanto, pelo nome do chefe da primeira família. Contudo, regra geral, após o casamento, e logo que sejam considerados preparados para o efeito e consigam reunir as necessárias condições, filhos ou sobrinhos edificam o seu próprio *eumbo*. Se existirem terrenos disponíveis, poderá ser construído nas imediações do *eumbo* paterno, por vezes mesmo contíguo a este, logrando, desta forma, de um dos lados da sua vedação exterior (*ongubo*). Assim, os *eumbos* que se vão formando nas vizinhanças do primeiro *eumbo* da área, geralmente são pertença de grupos domésticos ligados por laços de parentesco.

Entre os *Ambós* (sub-região semi-árida do sul), a unidade residencial típica tem duas cercaduras: uma exterior (*ongubo*)⁶⁰, feita com ramos de espinheiras, que delimita as terras de cultura (*epia*) e de pastoreio (*ongole*) consideradas privadas, portanto propriedade da família; os terrenos de reserva, não cultivados, são apelidados de *ekove*. De uma forma global, o termo *ongubo* para além de designar a cerca exterior, também se pode referir às terras delimitadas e destinadas a culturas

⁵⁹ Tal deve-se, entre outras razões, à influência da comunidade etnolinguística *Umbundo*, que normalmente faz uso do adobe na construção das suas habitações, e ao facto dos troncos e paus utilizados rarearem cada vez mais devido à desmata.

⁶⁰ Segundo dados da MIAA (1968b), a extensão média desta cerca é de 1200 m por *eumbo*. As áreas médias vinculadas a cada *eumbo* variam normalmente entre 10 e 20 ha na zona do Cuamato.

agrícolas e pastagens. Uma outra cerca, interior, denominada de *omiteumbo*, *nekolomoko* ou *outhanla*, circunscreve a área habitada, o *eumbo* propriamente dito, sendo formada por paus de boa espessura espetados perpendicularmente no solo e sendo a extremidade livre pontiaguda. Esta cerca pode atingir, por vezes, mais de dois metros de altura. Muitos grupos domésticos, particularmente na sub-região semi-árida do sul, começam já a utilizar cercas de arame⁶¹ levantadas, regra geral, exteriormente ao *ongubo*. Esta cerca externa coincide, muitas vezes, com os limites de alagamento das *chanas*.

O conjunto habitacional apresenta um autêntico labirinto de corredores que dão acesso a várias áreas privadas ou conjunto de dependências separadas por paliçadas interiores (*naúla*). Estas paliçadas delimitam e salvaguardam a intimidade das áreas reservadas ao homem, chefe da família, à mulher ou mulheres (*epata*), aos filhos, sobrinhos e às visitas. Cada mulher possui a sua *epata*. Corredores e entradas para pessoas e gado são separados. Considerando a importância conferida ao leite, o local onde este é batido em grandes cabaças para a obtenção de leite azedo e de manteiga tem um nome específico: *ehupa*. Os *eumbos* mais pequenos, mais pobres, são denominados de *okaumbo* e pertencem, regra geral, a uma mulher idosa. Neste caso, localizam-se ou externamente, mas junto à vedação exterior (*ongubo*) do *eumbo* de um familiar mais rico, ou internamente, no espaço limitado por essa vedação.



Figura I 1: Unidade de residência (*eumbo*) em zona *Ambó* (sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama).

São perfeitamente visíveis a cercadura exterior (*ongubo*), que delimita as terras de cultura (*epia*) e de pastoreio (*ongole*) consideradas de utilização privada e, ao centro, a cercadura interior, denominada de *omiteumbo*, circunscrevendo o complexo residencial. Os currais, localizados dentro do *ongubo*, mas fora da área residencial, são acedidos por uma entrada própria, a *oluvanda*. A norte, e separado apenas por uma estreita 'ruela', segue-se de imediato um outro *eumbo*, sendo as restantes áreas limítrofes constituídas por terrenos comunitários.

⁶¹ Influência do praticado na Namíbia, devido à proximidade com a fronteira. São levantadas pelo homem que, no entanto, pode contratar mão-de-obra externa para o fazer.

No seio da população *Humbe* (sub-região semi-árida do sul), a área de unidade residencial é igualmente limitada por uma cerca de ramos e arbustos espinhosos (*ongubo*), com um ou dois locais de entrada. A unidade habitacional nuclear – *eumbo* – é circundada por uma cerca de paus com aproximadamente dois metros de altura (*olukweiyo*) envolvendo o complexo habitacional, estruturas para o processamento e armazenamento de cereais, estrados para a secagem de cereais (*mutalas*), áreas de trabalho, área para a recepção de visitas (*otchoto*), curral de ordenha (*otchunda*) com um pequeno anexo para vitelos, currais para caprinos e ovinos, galinheiro, etc. As parcelas sob cultivo agrícola (*mapia*) são contíguas à parte exterior do *olukweiyo* e circundadas por uma cerca de ramos de espinheira. A terra arável pertença do *eumbo* denomina-se *tchikove*. A restante área limitada pelo *ongubo* é denominada de *ongole* e inclui as pastagens privadas do grupo doméstico a que pertence o *eumbo*. É nesta área que se localizam os currais de bovinos e as pocilgas.

Mais a norte, já na sub-região semi-árida de transição, província da Huíla, entre os *Ngambos*, o conjunto de habitações está igualmente, regra geral, circunscrito pelo *olukweiyo* (cerca feita de pau-a-pique). No espaço habitacional também se localizam os currais de vitelos e de pequenos ruminantes assim como capoeiras e pocilgas. O curral dos bovinos (*ociwnda*) está ligeiramente afastado da área habitada, dentro ou no limite da vedação externa que cerca os campos de cultura e reservas privadas de pastagem, aparecendo, até, por vezes, um pouco afastado e englobar parcelas de terreno descontínuas. A utilização da terra baseia-se no cultivo de parcelas durante vários anos, intercalados por dois ou mais anos de pousio em que é feita a estrumação com a instalação, em regime de rotação, dos currais nesses locais. Na ausência de cercadura externa, as parcelas cultivadas são delimitadas e protegidas por um cerco à base de ramos espinhosos.

Na sub-região planáltica sob influência dos *Nhaneca-Humbe*, particularmente *Muilas* e *Handas*, a estrutura habitacional é semelhante àquela descrita anteriormente. O conjunto habitacional é normalmente delimitado por um cercado (*olukweiyo*) feito de pau-a-pique e ramos de árvores, mormente de espinheiras. Contudo, este cercado não constitui um elemento imprescindível da construção, estando muitas vezes limitado apenas ao *ondjuwo yokomeso*⁶² para o destacar do conjunto habitacional. Vitelos, pequenos ruminantes, porcos e aves são recolhidos em currais e capoeiras próprios dentro do espaço habitacional, portanto, no interior do *olukweiyo*, quando este existe. O curral dos bovinos (*ociwnda*) situa-se fora do *olukweiyo*. Está ligeiramente afastado do conjunto habitacional, geralmente a oriente deste, e é feito de paus, troncos e ramos espinhosos. Este curral vai sendo mudado de local de forma a fertilizar as parcelas destinadas à cultura agrícola. Não existe cerca exterior (*ongubo*), como acontece entre os *Ambó* e *Humbe*, mais a sul.

Os locais de residência são relativamente permanentes, raramente sendo abandonados ou movidos, podendo, no entanto, os seus componentes serem transferidos periodicamente de local dentro da área delimitada pelo *ongubo*. As habitações, se construídas de pau-a-pique e cobertas a capim, para além de uma contínua manutenção, devem ser reedificadas de tempos a tempos, podendo, nesta altura, serem também mudadas de local. Quando a fertilidade dos solos se reduz em consequência da sua utilização continuada ao longo dos anos, o *eumbo* pode ser transferido para outro local próximo, operação deveras trabalhosa que faz com que o grupo doméstico se socorra de força de trabalho externa, mormente de membros de outros grupos domésticos.

⁶² Peça do conjunto residencial onde, durante a noite, são mantidos os vitelos não desmamados, separando-os assim, das respectivas mães.

Unidades de residência entre os Herero

Entre os *Herero* tomam forma três expressões residenciais básicas: *onganda*, *sambo* dos jovens adultos e *sambo* dos *buluvulus* (Carvalho, 1997; 1999). A *onganda*, que expressa o conceito universal de ‘casa’, é a sua modalidade mais fixa de residência. Do ponto de vista físico, refere-se ao terreno doméstico habitado por uma ou mais famílias, consistindo num grande círculo limitado por ramos de espinheiras ou outras plantas arbustivas, círculo esse que pode atingir mais de 80 metros de diâmetro e apresentando sempre duas portas abertas em secções opostas que definem uma linha diametral. Do ponto de vista social, abarca o grupo de indivíduos que aí habita, com todos os seus pertences, móveis e imóveis, vivos e inanimados, materiais e simbólicos, gado e utensílios (Carvalho, 1999). Note-se, contudo, que podem ser referidos como pertencendo a uma *onganda* indivíduos e animais que, de facto, nunca habitam ou utilizam o espaço físico restrito, cercado, que a assinala. Uma *onganda* será, assim, um espaço físico inscrito em determinada área, embora dentro dessa área a sua implantação nunca venha a assumir um carácter estrito e permanentemente fixo, devido a razões tanto naturais (acumulação de estrume), como sociais (morte de um dos seus titulares) (Carvalho, 1999), podendo ser transferida de um local para outro dentro da mesma área sempre que necessário. De um ponto de vista geral, dentro de uma *onganda* existe uma pluralidade de espaços: de trabalho e produção, de relação e de consumo, espaços produtivos, sociais, culturais e políticos.



Figura I 2: Unidade de residência (*onganda*) em zona *Herero* (sub-região árida).

No centro da imagem pode-se observar uma *onganda*. Note-se o curral de vitelos (*otiyivongo tyoyonthana*) situado um pouco sobre a metade do círculo que se opõe àquela onde as casas se encontram implantadas. No presente caso, o curral dos bovinos (*otiyihaa tyoyongombe*) surge como que um anexo junto à cerca exterior.

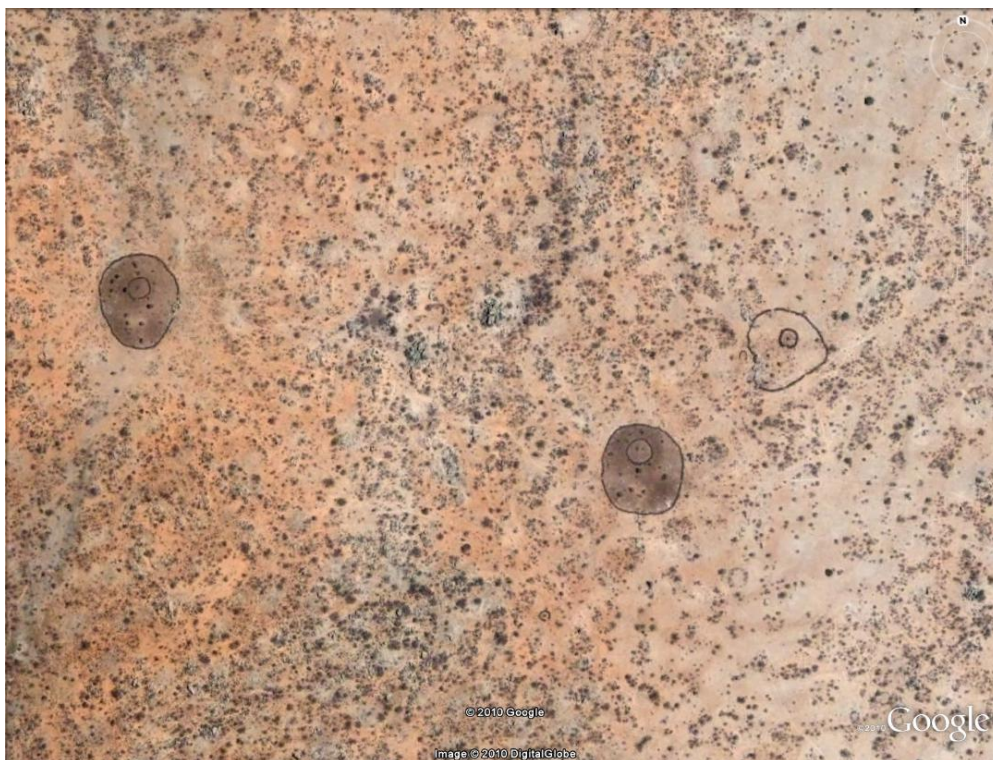


Figura I 3: Conjunto de unidades de residência (*ongandas*) em zona *Herero* (sub-região árida). A imagem mostra três *ongandas*, sendo aquela da direita a mais recente. Note-se a aridez da área e ausência de culturas agrícolas.

De acordo com Carvalho (1999), normalmente as *ongandas* correspondem a quadros de co-residência que envolvem quase sempre famílias de dois ou três homens com idade suficientemente avançada, parentes ou não, embora sempre com um antepassado comum, mesmo que distante, para terem já perdido os seus ascendentes directos e poderem contar com filhos já adultos, de família nuclear constituída e a viver também ali ou a operar a partir de *sambos* muitas das vezes implantados relativamente próximo já que, na realidade, estes são extensões dessa mesma *onganda* embora tenham carácter mais estável do que os *sambos* da transumância distante, entregues aos *buluvulus*. Cada família que se associa a outras dentro do imenso 'curral' que uma *onganda* é do ponto de vista físico, constrói e mantém no seu interior as próprias casas em que habita cabendo-lhe, dentro desse espaço, um território que abrange o seu local de implantação e parte do terreno do círculo total⁶³. O gado afecto a cada uma dessas famílias vive e pasta misturado e circula à vontade por todo o espaço comum. Quando uma família abate um boi deve fazê-lo dentro do território que lhe está adstrito, sendo também aí que os seus membros fazem as suas necessidades nocturnas (ninguém defeca no *mucolo*, no *otyiha* de outra família). As habitações possuem forma cónica e são compostas por estacas, em geral de *mutiati*, que convergem de uma base circular de cerca de dois metros de diâmetro para um vértice central, usualmente situado a não mais de dois metros de altura. Sobre as estacas é aplicada uma argamassa feita de terra comum misturada com capim e bosta de boi. No interior das *ongandas* também são encontrados celeiros (*tyimbundu*) onde são guardadas as reservas de cereais sempre que existam.

⁶³ Na *onganda*, as habitações dispõem-se em meia-lua, respeitando sempre regras muito estritas.

Deslocações de membros do grupo doméstico para fora do espaço residencial

Os habitantes de um *eumbo/onganda* no decurso das suas diferentes actividades levam a cabo diversas deslocações a distintos pontos exteriores ao respectivo conjunto residencial, mobilidade que é sintetizada no diagrama a seguir apresentado.

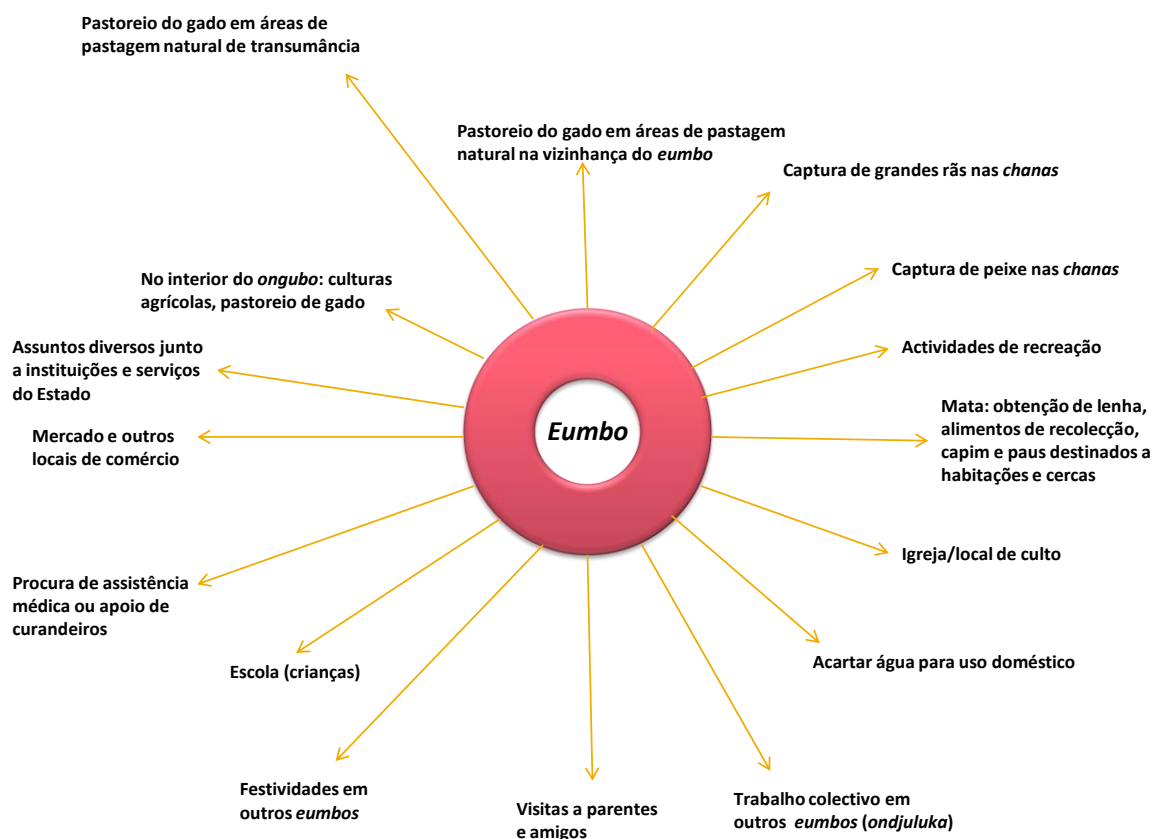


Figura I 4: Mapa de mobilidade dos membros de um grupo doméstico habitando um *eumbo*. Dados recolhidos na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama.

A seguir são apresentados os meios de deslocação a que os membros de grupos domésticos sem veículo motorizado próprio se socorrem de acordo com o motivo de deslocação.

Quadro I 2: Motivos e meios de deslocação utilizados por membros de grupos domésticos sem veículo motorizado próprio.

Meio de deslocação	Motivo da deslocação	Pontuação
A pé	Pastoreio e abeberamento do gado Obtenção de água para uso doméstico Obtenção de lenha Recolecta Escola Posto médico Mercado Contacto com serviços administrativos Visitas a parentes e amigos	14
Bicicleta*	Mercado Posto médico Contacto com serviços administrativos Visitas a parentes e amigos	3
Uso de animais (sobre o dorso)	Mercado Controlo do gado	1
Táxi**	Mercado Hospital Visitas a parentes e amigos Contacto com serviços administrativos	2

Quadro elaborado a partir de um exercício participativo de hierarquização utilizando a técnica de empilhamento proporcional com base na distribuição de 20 unidades pelas formas de transporte identificadas, de acordo com o grau de utilização. A pontuação apresentada reflecte a média obtida. Dados colhidos na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama.

* Apenas uma parte dos grupos domésticos possui bicicleta. Embora seja normalmente utilizada por membros do sexo masculino, algumas jovens e mulheres também a usam.

** Transporte colectivo de passageiros.

3.7.2.2.2 Curral e *sambo*

Considerando a importância que o gado reveste para as comunidades etnolinguísticas da região, o curral assume-se como uma das principais peças do *eumbo* e *onganda*, possuindo designações específicas⁶⁴. Regra geral, os currais principais, junto ao *eumbo*, são edificadas com troncos e paus enterrados a pique, formando uma paliçada. Quando os currais são mudados regularmente de lugar nas áreas a fertilizar, a construção é feita basicamente com ramos de espinheiras. Currais de pequenos ruminantes e suínos situam-se geralmente dentro ou junto do espaço habitacional.

Entre os *Nhaneca-Humbe*, o curral dos bovinos está ligeiramente afastado situando-se a alguns metros da área residencial. A cerca do curral é pouco trabalhada, feita à base de troncos, paus e ramos de espinheiras, tomando o carácter provisório já que o curral vai mudando de local de forma a serem fertilizadas distintas parcelas de terreno destinadas à agricultura. No caso dos *Handa* (Melo, 2005), possui forma circular e localiza-se a oriente do *eumbo*, ligeiramente afastado do conjunto composto pelas restantes peças habitacionais, sendo apelidado de *ociwnda* (*otyunda*). Entretanto, no conjunto residencial existe uma peça que se encontra ligeiramente destacada das restantes, denominada de *ondjuwo yokomeso*, onde, durante a noite, são colocados os bezerros não desmamados separando-os das respectivas mães de forma a permitir maior acumulação de leite no

⁶⁴ Atende-se ao provérbio *Nhaneca* “*Uhatunge ohambo, onongombe ohenambo*” (Não construas o curral antes de teres os bois).

úbere da vaca. Também podem aí permanecer durante o dia se, por qualquer motivo não puderem ficar no curral habitual. O *ondjuwo yokomeso* ao contrário dos outros componentes do *eumbo*, tem a porta voltada para nascente, simbolizando, de acordo com a tradição *Handa*, as origens do grupo (Melo, 2005). Entre os *Nhaneca*, o curral de bezerros também é apelidado de *otyilalangwena*, o dos pequenos ruminantes de *otyinyongo* e o dos porcos de *otymphanga*.



Figura I 5: Curral para bovinos num *eumbo Nhaneca-Humbe*.

Fotografia obtida na sub-região planáltica, zona agro-económica 3 (Cacula).

Os *Ambó* apelidam os currais de *osunda* (*oshunda*), existindo dois, três ou mais currais conforme a estrutura do rebanho: vacas em lactação, animais de reprodução, bois e vacas velhas, crias, caprinos e ovinos, etc. Localizam-se no interior do *ongubo* mas fora do cercado que delimita a área habitacional (*omiteumbo*) sendo acedidos por uma entrada própria, a *oluvanda*. A partir dela, forma-se um corredor (*kalukilo*) onde passa gente e gado, mas a determinado momento e do seu lado direito, antes de se atingir o curral propriamente dito, destaca-se a entrada para as pessoas acederem ao *eumbo*, marcada por um tronco de grandes dimensões, bifurcado, denominado *okamangwa* ou *oshimangwa*. Esta entrada também pode ser distinta daquela do curral, embora sempre assinalada pelo *oshimangwa*. Seguindo-se por um trilho bem marcado, tem-se então acesso às restantes partes do *eumbo*. O corredor por onde passa somente o gado é apelidado de *ohambo yo* ou *dinguirilo*.

Entre os *Herero*, o curral de bois é apelidado de *otyihaa tyoyongombe* e o dos vitelos de *otyvongo tyoyonthana*. O curral de vitelos é único, servindo todas as famílias habitando a *onganda*, não se situando exactamente no centro desta, mas sim um pouco sobre a metade do círculo que se opõe àquela onde as casas se encontram implantadas.

Em língua *Umbundu* o curral para o gado bovino é denominado de *osambo* ou *ochyunda*, sendo basicamente um cercado de paus a pique, com uma entrada de paus grossos agrupados na vertical, apelidada de *otchipangu*. Junto a esse local pode existir uma pequena casota (*otchinyōngo*) que serve aos vitelos (*olohembe*; singular: *ohembe*), que ficam separados das respectivas mães durante a

noite. A entrada é chamada de *akumo*. Os currais para suínos e para pequenos ruminantes são denominados de *otchipanga*. Normalmente existe um grande cerco – *onganjo* – envolvendo o aglomerado, servindo de protecção contra animais ou pessoas vindas do exterior.

Os *sambos* são recintos levantados para acolher no seu interior rebanhos e pessoas durante períodos de tempo relativamente curtos no decurso das transumâncias não tendo, contudo, a importância fundiária e cultural de *eumbos* e *ongandas*. Estermann (1961) refere que a palavra *sambo* resulta do aportuguesamento de *ohambo* e considera ser este o termo correcto, o qual pode ser traduzido por ‘curral rústico’. MIAA (1968b) e Monteiro (1994) designam por *ohambo* as manadas transumantes⁶⁵. Para além de bois, nos *sambos* também podem ser encontrados caprinos e ovinos. *Eumbos* e *ongandas*, sendo territorialmente estáveis, são habitados sobretudo por mulheres e crianças em conjunto com os mais idosos. Em período de transumância, o gado aí presente, para além das necessárias vacas para assegurar o provimento de leite, inclui também caprinos e, se a área for propícia, igualmente ovinos.

O *sambo* é constituído, basicamente, por um cercado provisório destinado à guarda de gado e que inclui os abrigos para pastores. Normalmente existe um círculo externo delimitado por ramos de espinheiras ou outra matéria arbustiva da flora local, sendo o investimento em trabalho dedicado à sua construção e manutenção geralmente reduzido. No seu interior existe um outro círculo de ramos de espinheiras, mais pequeno e de bordadura mais espessa, onde os vitelos são recolhidos. As suas entradas, em geral, permanecem abertas para que os animais entrem e saiam à sua vontade, de acordo com as necessidades que lhes dita o comportamento: comer, beber ou amamentar as crias ali retidas quer porque ainda não atingiram porte ou idade para acompanhar as mães, quer para obrigar as vacas a recolherem ao *sambo* para aí serem ordenhadas. Um *sambo* é ocupado durante o tempo em que a pastagem e a água existentes nas suas proximidades o justifiquem.

Entre os *Herero* (Carvalho, 1997; 1999), existem dois tipos de *sambos*: (i) *sambos* dos jovens adultos, habitados pelos filhos dos ‘mais velhos’ das *ongandas*. No período em que os estes *sambos* se localizam próximo das *ongandas*, têm junto de si as famílias nucleares, mulheres e filhos. Os rebanhos destes *sambos* são do mesmo tipo dos das *ongandas*, mas em geral maiores, porque transumam. Integram, regra geral, maior número de novilhos e novilhas. Carvalho (1999) refere que são grupos que se fazem e desfazem conforme as dinâmicas de resposta a razões ecológicas e sociais, sendo as estratégias de transumância que determinam a instabilidade estrutural destas sub-unidades, que integram geralmente homens da mesma classe de idade. A maioria do gado sob a responsabilidade destes jovens adultos não é sua propriedade⁶⁶, sendo o grosso das manadas constituído por animais que os seus pais lhes cederam para poderem ‘começar’ a vida, ou simplesmente lhes entregaram para pastorear porque a força de trabalho está com eles e a unidade de produção que integram é única, gerida a partir das *ongandas*, pelo que os ‘mais-velhos’ continuam a exercer um controlo muito próximo sobre estes animais. As cabeças que são já propriedade sua resultam da cobrança pessoal de multas ou da prestação de serviços individuais, de heranças que, eventualmente, já lhes tenham cabido, ou mesmo de acções de razia ou desvio. (ii) *sambos* dos *buluvulus*, englobando grandes manadas entregues aos rapazes mais novos, os *buluvulus*⁶⁷ da família, que trabalham em conjunto com *buluvulus* de outras famílias formando entre si enormes rebanhos que transumam para locais mais distantes (grandes transumâncias). Para além

⁶⁵ No presente estudo, o termo *ohambo* designa a manada constituída especificamente para a transumância, enquanto a palavra *sambo* se refere ao recinto preparado para acolher no seu interior gado e pessoas durante o período de transumância.

⁶⁶ Carvalho (1999) assinala a dificuldade em se falar de propriedade individual de gado no contexto pastoril *Herero*.

⁶⁷ Rapazes com idades compreendidas entre os 12 e 25 anos, filhos mais novos dos donos das *ongandas* e, muitos deles, já filhos dos seus filhos mais velhos e que integram o segundo escalão residencial.

de vacas com suas crias, estas manadas englobam sobretudo *nemas* e *garrotes* em crescimento e bois já feitos. Também, sobre estes animais, os ‘mais velhos’ exercem um estreito controlo a partir das *ongandas*. Carvalho (1999) realça que se tratam essencialmente de animais excedentários em relação à produção de leite imediatamente necessária aos consumos familiares, sendo, portanto, rebanhos de manutenção, reprodução, renovação e reposição de fêmeas e de produção de machos para consumo, prestações sociais, trocas internas e comércio para o exterior. Para além deste gado, que é uma extensão do rebanho completo que pertence às respectivas famílias, os *buluvulus* podem também ter consigo gado que lhes foi entregue para pastar por pessoas que lhes são alheias dentro das malhas de parentesco mas junto de quem podem contar com prestações de solidariedade a coberto de outras instituições, como a das classes de idade, ou sujeitar-se a articulações de dependência (Carvalho, 1999)⁶⁸. Estes *sambos* dos *buluvulus* situam-se não longe de pontos privilegiados de água, com capacidade para dessedentar milhares de cabeças.

Existem articulações espaciais que contemplam uma circulação intensa de animais (e também de pessoas) entre estes tipos de núcleos de consumo e de produção - *ongandas* e os dois tipos de *sambos* - assim como também com outras unidades equivalentes dentro da mesma região⁶⁹ (Carvalho, 1999). Ocorre uma constante transferência de vacas de reprodução de acordo com a idade dos animais, a fase do ciclo reprodutivo, as condições de pastagem e a repartição da força de trabalho. Por exemplo, vacas a produzir leite vêm dos *buluvulus* ‘encostar’ às *ongandas* e aos *sambos* dos jovens adultos, e destas duas sub-unidades recebem fêmeas primíparas ou outras em estado de gestação mas não a produzir, fêmeas jovens e machos jovens desmamados ou castrados que, depois de adquirirem suficiente peso serão abatidos ou introduzidos nos circuitos sociais e comerciais (Carvalho, 1999).

3.7.2.3 Grupo doméstico e alimentação

Ao longo do ano, a alimentação apresenta variações podendo-se distinguir, de uma forma global e de acordo com a qualidade e quantidade de alimento disponível, três épocas: (i) ‘época de fome’, que corresponde a um período de escassez, mas não propriamente de fome, entre os meses de Novembro a Janeiro, em que tanto as quantidades de alimento como o número de refeições podem ser mais reduzidas. A população rural limita muito, neste período, a satisfação das suas necessidades alimentares; (ii) ‘época intermédia’, abrangendo os meses de Fevereiro a Maio, durante a qual começam a aparecer os primeiros produtos agrícolas; (iii) ‘época de fartura’, decorrendo de Junho a Outubro, período em que existe bastante alimento, tanto proveniente das culturas agrícolas, como dos abates de gado realizados em diversas cerimónias que decorrem especialmente em Junho e Julho, mesmo que nesta época a produção de leite seja menor. Os padrões de consumo alimentar de um grupo doméstico devem estar perfeitamente coordenados de forma a ser retirado o maior rendimento calórico e económico dos seus recursos em cada um dos distintos pontos no ciclo anual, procurando-se também manter sempre a necessária diversificação alimentar ao longo desse ciclo.

Em linhas gerais e em condições de pluviosidade normal, o quadro de alimentação é o seguinte: (i) estação das chuvas - disponibilidade satisfatória de leite; consumo de cereais armazenados ou obtidos através de permuta com gado; consumo de peixe resultante da pesca fluvial/lacustre; recolecta, conservação e consumo de frutos, folhas leguminosas e larvas de alguns artrópodes; consumo de *mafuma* (rãs colectadas nas *chanas* no início das chuvas) em particular na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama; apanha e consumo de *mahungo* (larva do lepidóptero *Gonimbrasia belina* que se alimenta nas folhas de *mutiati* - *Colophospermum mopane*), particularmente nas áreas de *mutiati*; consumo de alimentos em resultado da participação em

⁶⁸ No caso de o animal ser uma fêmea, o *buluvulu* não tem direito à sua descendência, mas usufrui do leite produzido, não havendo outro tipo de pagamento para o trabalho desenvolvido.

⁶⁹ Nesta situação, Carvalho (1999) avança com a noção de ‘grupos locais’ e de ‘unidades de vizinhança’.

actividades de entreaajuda (*ondjuluka, ondjambi*), em geral bebidas feitas a partir de massambala (*omakao*); presença em eventos sociais, como óbitos, em que ocorre consumo comunitário de gado abatido para o efeito; (ii) estação seca - utilização de cereais provenientes de colheitas recentes (em geral, a partir de Maio); utilização de leite (a sua produção vai decrescendo à medida que a época seca avança); participação em grande número de festividades tradicionais, no decurso das quais é consumida carne de reses abatidas para o efeito; utilização de produtos de recolha recentes ou armazenados desde o período chuvoso; consumo de alimentos e bebidas resultante da participação em actividades de entreaajuda.

O grosso da alimentação das populações da região baseia-se no leite e nas reservas de cereal, particularmente milho, massambala e massango, que conseguem acumular. A principal refeição tem lugar no início da noite. Pela manhã, são comidas as sobras desta refeição e/ou tomada uma ou mais canecas de uma bebida espessa preparada a partir da farinha ou farelo de massango (ou de milho). Os principais complementos proteicos são constituídos pelo leite (leite azedo, manteiga), carne, peixe lacustre e fluvial e, nas áreas onde exista, também pelo *mahungu*. Apesar do leite e carne contribuírem significativamente para a dieta energética e proteica dos grupos domésticos, são também muito utilizadas fontes energéticas mais baratas, particularmente cereais, muitas vezes adquiridos com base na permuta/venda de gado. Existem várias razões para isso: leite e carne são fontes relativamente caras de energia e proteína; o acesso aos mercados visando a comercialização de produtos diversos e compra de cereais e outros alimentos vai estando progressivamente mais facilitado; mudanças operadas nos estilos de vida; aumento da mobilidade dos membros do grupo doméstico, etc. Também, o facto do apoio alimentar concedido por organizações de ajuda humanitária durante o período de conflito militar se haver baseado em cereais constitui outra razão a considerar. Entretanto, a comercialização cada vez mais extensa e intensa de produtos alimentares provenientes de fora da região poderá, eventualmente, conduzir a mudanças na dieta alimentar com reflexos na criação de gado.

3.7.2.3.1 Consumo de produtos agrícolas

O milho é utilizado como principal alimento energético pelas comunidades etnolinguísticas *Umbundu, Ganguela* e *Nhaneca-Humbe* presentes na sub-região planática. Nas restantes sub-regiões, e particularmente entre os *Herero* e *Ambó* predomina o consumo de massango e massambala. Destes produtos obtém-se, através da farinação, a fuba. O preparado mais vulgarmente obtido a partir da fuba é o *pirão*⁷⁰. Trata-se de fuba cozida em água, sem sal, em proporções tais, e de tal forma, que resulte numa massa consistente e macia. Também é usual fazer-se uma mistura de fuba com água, de modo a formar uma papa branda depois de cozida, e que é administrada aos bebés em complemento das mamadas, logo a partir das três semanas. Em lugar da água pode ser utilizado leite, com ou sem açúcar, quer para preparar refeições sólidas para crianças, quer para servir como doce. O milho também pode ser consumido ainda verde, sob a forma de maçaroca.

O *pirão* pode ser acompanhado com esparregado (*lombis* de ramas diversas)⁷¹, feijão (em particular, o *makunde* – *Vigna unguiculata*), *ovingomene* (*Voandzeia subterranea*). São preparados pratos de variados sabores, fazendo-se uso de pevides, amêndoas, extractos de plantas e manteiga (*ongundi*).

⁷⁰ *Pirão* é um termo usado principalmente em meio urbano. No seio dos *Umbundu* denomina-se *iputa; ohita*, entre os *Nhaneca-Humbe; osifima*, entre os *Ambó*. Entre os *Umbundu* é usada basicamente farinha de milho na sua confecção, entre os *Nhaneca-Humbe* tanto farinha de milho como de massango, enquanto entre os *Ambó* é elaborado especialmente com farinha de massango.

⁷¹ Na sua confecção, usam-se rebentos de abóbora (*Cucurbita* spp.) por vezes misturados com bocados de matira (*Lagenaria vulgaris*), ou folhas de batata-doce (*Ipomoea batatas*), ou rebentos de mandioca (*Manihot esculenta*), ou ainda de feijão macunde (*Vigna unguiculata*).

Acrescenta-se quase sempre gindungo (*Capsicum frutescens*) e tomate⁷². Estes pratos podem ser guarnecidos com peixe seco ou fresco, *mafuma* (entre os *Ambó*), larvas de diversos artrópodes, carne, etc.

3.7.2.3.2 Consumo de leite

No Sudoeste de Angola é à volta do leite que gira toda a alimentação⁷³. Carvalho (1999) realça e descreve a importância sociológica do leite, que logo que sai das vacas é sujeito a diferentes destinos e categorizações explícitas e rigorosas que o transformam imediatamente também em produto cultural. Na generalidade, quando a produção de leite é escassa, os vitelos usufruem de toda a prioridade sendo, a nível do grupo doméstico, priorizadas crianças e membros doentes. No caso das crianças, pode-se dizer que o leite nunca chega a faltar completamente, pois em situações de carência de leite de vaca, consomem leite de cabra. Entre os *Cuvale*, os adultos não consomem leite de cabra (Carvalho, 1999), recorrendo, contudo, alguns idosos ao leite de ovelha.

O leite é, regra geral, utilizado depois de fermentado, isto é, após acidificação (leite azedo, leite chocalhado, *mahini* (*omahini*), no seio dos *Nhaneca-Humbe* e *Ambós*, *mavele*, entre os *Herero*). É consumido, na maioria dos casos, misturado com pirão de milho ou de massango, constituindo, esta mistura, um prato bastante nutritivo utilizado amplamente pelas populações da região. O leite só é consumido fresco quando é pouco destinando-se, neste caso, essencialmente às crianças, ou no decurso do pastoreio do gado, quando o pastor se sente acometido de fome. O leite fresco, ou seja, o leite resultante de uma ordenha acabada de terminar é denominado de *mahendjele* (*omahendjele*) entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambós*. Na região *Herero*, segundo Carvalho (1999), pelo menos de Março a Setembro a generalidade da população pode contar com o leite de vaca tanto para utilização imediata, como para fazer manteiga. No âmbito alimentar esta é usada como reserva láctea destinada para consumo posterior, quando a produção de leite for reduzida ou quando houver necessidade absoluta das vacas em lactação serem deslocadas para outras áreas, em transumância.

3.7.2.3.3 Consumo de carne

Os animais abatidos para consumo são-no por ‘preferência’ ou *in extremis* (animais sacrificados em caso extremo, em consequência de doenças, acidentes ou fraqueza avançada)⁷⁴. O ‘tempo da carne’ concentra-se nos meses de Junho e Julho⁷⁵, principalmente neste último, sendo ao longo dos restantes meses o consumo de carne de bovino esporádico e circunstancial. Para além da carne proveniente de animais abatidos por ‘preferência’ ou *in extremis*, também é consumida carne de animais recentemente mortos por acidente, caquexia ou mesmo por doença. Entre os animais abatidos por ‘preferência’ predominam os pequenos ruminantes. Entre os *Herero* é comum o abate de ovinos. Na generalidade, a carne deste animal é desejada pela sua gordura tida como possuidora de propriedades nutritivas específicas. Entre as comunidades deste grupo etnolinguístico a carne de caprino é pouco consumida, por muitos afirmarem ser repugnante. Já entre os *Ambó* e *Nhaneca-Humbe*, a carne de caprino é bastante consumida, o mesmo se passando com a de suíno. Ocasionalmente, podem também ser mortos galináceos, mas o seu pequeno tamanho, em geral

⁷² Para mais informação, consulte-se neste mesmo capítulo, ponto 3.3, referente a culturas agrícolas alimentares.

⁷³ Para mais pormenores, vide capítulo II, 6.1.1.2, Consumo, transformação e comercialização de leite e produtos lácteos.

⁷⁴ Vide igualmente capítulo II, 6.1.2.3: Abate de gado para utilização pelo grupo doméstico.

⁷⁵ Entre os *Herero*, é neste período que os jovens adultos se ‘encostam’ às *ongandas* e os *buluvulus* se concentram próximo. Segundo Carvalho (1999), nesta altura estes grupos locais assumem contornos de unidades de consumo sazonal de carne.

insuficiente para satisfazer as necessidades do grupo doméstico, restringe de sobremaneira o seu consumo.

3.7.2.3.4 Alimentos de recollecção

A colheita de frutos, raízes e outros produtos naturais de espécies espontâneas é praticada regularmente em toda a região, particularmente entre os *Ambó*, sobretudo na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, existindo mesmo celeiros nos *eumbos* destinados especificamente ao seu armazenamento. Tais produtos destinam-se quer ao consumo imediato quer para conservação para utilização posterior ao longo do ano. Entre os *Herero*, os frutos de arbóreas destinam-se fundamentalmente ao fabrico de bebidas alcoólicas e não ao consumo directo. Os *lombis* são muito utilizados, mormente a popular *gimboa (ombwa)* e ramas e verduras que com a chegada das chuvas crescem principalmente no espaço de *eumbos* e *ongandas* e também em áreas residenciais e *sambos* abandonados (*etundo*), áreas que Carvalho (1999) denomina de ‘espaço semi-doméstico’. O consumo de cogumelos em estado fresco ou seco assume importância, em particular na primeira metade da estação chuvosa e principalmente na metade norte da sub-região planáltica. Na generalidade da região, com maior incidência nesta última sub-região, é usual a recolha e consumo mel. Por sua vez, as larvas do lepidóptero *Gonimbrasia belina (mahungu)* apesar de terem um aspecto assustador devido às suas cores vivas, são muito apreciadas, constituindo um importante ingrediente da dieta alimentar das populações, já que possuem alto teor proteico. Depois de colhidas, ou são cozinhadas frescas, torradas com sal e gindungo, ou são secas para serem consumidas mais tarde, podendo serem armazenadas por vários meses⁷⁶.

Em tempos recentes, a entrada de produtos alimentares do exterior tem conduzido a mudanças nos hábitos alimentares das comunidades locais, particularmente a nível dos jovens, levando a uma redução do consumo de alimentos de recolha. A crescente desmatção e consequente aumento da distância para a sua recolha também vêm contribuindo para este facto.

3.7.2.3.5 Consumo de peixe e anfíbios

O peixe (fresco, seco ou fumado) resulta da actividade de pesca realizada junto aos rios, particularmente dos rios Cunene e Caculuar ou *mulolas* em ligação com algum sistema fluvial, ou ainda, como no caso da zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul, nas *chanas* onde podem ser obtidas quantidades consideráveis de bagre (*Clarias capensis*). Ainda nesta mesma zona, também é muito consumido *efuma (mafuma) (Pyxicephalus aspersus)*, rãs de grande tamanho colectadas nas *chanas* no início das chuvas). Estas rãs são cozinhadas frescas, depois de extraídos os órgãos internos, ou secas, para consumo posterior. A sua gordura interna é previamente retirada e preparada à parte⁷⁷. Em certos locais, particularmente junto às sedes de município, principais povoados e em determinados pontos ao longo das principais vias rodoviárias, também pode ser encontrado peixe de água salgada, seco, comercializado a partir do Namibe. Entretanto, entre os *Cuvale*, o consumo de peixe é praticamente nulo.

⁷⁶ Para mais pormenores, veja-se capítulo I, 3.4: fontes alimentares diversas.

⁷⁷ A importância que esta ‘iguaria’ tem para os *Ambós* vem bem expressa em diversos contos tradicionais assim como na poesia e prosa de diversos escritores. Atende-se, por exemplo, à poesia de Ruy Duarte de Carvalho: «Ajuda os pobres, Deus de Nangobe. / Cai chuva / e traz-nos a bênção / do canto das rãs.» In: Ruy Duarte de Carvalho. *Lavra*. Edições Cotovia, 2005. Pág.180. Também Jorge Arrimar se lhes refere: «-Haisikoti!!/Grito eu quando te saúdo/Com a voz da grande rã.» In: Jorge Arrimar, *Ovatyilongo. Poesia da Terra*. Edições Chá de Caxinde, 2010. Pág. 40. Ainda de Jorge Arrimar: «as grandes rãs estarão a coaxar/enquanto a chuva desce sobre ti/como um bando de aves de penas molhadas/que poisam na vastidão da savana.» In: Jorge Arrimar, *Ovatyilongo. Poesia da Terra*. Edições Chá de Caxinde, 2010. Pág. 41.

3.7.2.4 Grupo doméstico e actividade laboral

Em agricultura, o processo laboral não pode ser reduzido a uma adaptação a determinado posto de trabalho. O processo de produção agrícola implica numerosas e complexas actividades, estando esta complexidade relacionada com diversos factores. Assim, em agricultura (CIRAD-GRET, 2002): (i) as actividades profissionais relacionam-se com matéria viva, submetida a ritmos biológicos. Isto conduz a actividades não regulares com picos de trabalho sazonais. Além do mais, é necessário reagir de forma rápida, tomar decisões face a imprevistos e a novas situações; (ii) o trabalho depende de condições edafo-climáticas, que variam no tempo e no espaço, pelo que não é possível transpor integralmente uma técnica de uma exploração para outra, nem mesmo de um ano para outro. O agricultor necessita de se adaptar constantemente a um meio em ‘movimento’; (iii) os sistemas produtivos são complexos, pelo que a ‘condução’ destes sistemas é também ela complexa. Para cada etapa existem várias escolhas possíveis que necessitam ser analisadas e examinadas rapidamente antes de se agir. É, portanto, quase impossível padronizar as operações a realizar perante determinada situação; (iv) o factor humano assume grande preponderância. Aspirações e reclamações de cada indivíduo orientam fortemente decisões e actos dos actores do mundo rural, particularmente dos agricultores; (v) a relação família – trabalho é decisiva. Decisões (técnicas ou económicas) tomadas numa exploração agrícola repercutem-se, de variadas formas, sobre a família (e o grupo social) que gere a exploração. Existe, assim, um verdadeiro sistema ‘família – exploração’. Os agricultores são, portanto, confrontados com situações onde intervêm numerosos elementos de natureza muito diversa. A lógica do processo de trabalho em agricultura é, assim, uma lógica de situação e não uma lógica de decomposição (CIRAD-GRET, 2002)⁷⁸.

A gestão do grupo doméstico, sua força de trabalho e sua riqueza são considerados três elementos fundamentais para que o grupo se mostre sustentável e não caia na pobreza (Brock & Coulibaly, 1999). A gestão refere-se à forma como os grupos domésticos são governados. Um grupo doméstico pode melhorar consideravelmente a sua situação se tiver uma boa gestão. Pelo contrário, um grupo doméstico próspero pode, eventualmente, ver a sua riqueza arruinada por má gestão dos respectivos bens e do trabalho dos seus membros. A força de trabalho refere-se não apenas ao número de indivíduos que constituem a mão-de-obra do grupo doméstico, mas também à sua composição em termos de idade e sexo. A riqueza refere-se à propriedade de bens, tais como equipamento agrícola e gado. De acordo com estes critérios, os grupos domésticos em melhor situação são aqueles que são capazes de mobilizar uma maior força de trabalho, não apenas para o pastoreio de gado e cultivo de culturas agrícolas, mas também para executar um leque diverso de actividades geradoras de rendimento tanto para o seu ganho colectivo como individual dos seus membros. Os grupos domésticos de maior tamanho podem oferecer melhor protecção aos seus membros em consequência da sua diversidade demográfica e capacidade em gerar mais excedentes que, por sua vez, possibilitam a obtenção de mais activos. É mais fácil para as famílias maiores, em melhor situação, investirem em equipamento, gado, alianças e redes de solidariedade necessários para resistirem aos riscos e assegurarem a sua sustentabilidade a longo prazo. Contudo, mesmo uma família grande, em boa situação, pode ver a sua riqueza reduzida em consequência de uma série de infortúnios, como doenças, mortes, divergências internas, cisão do grupo doméstico, etc. (Brock & Coulibaly, 1999).

Enquanto as matrizes baseadas nos activos, normalmente tomam o grupo doméstico como unidade de análise, torna-se igualmente importante compreender a dinâmica intra-grupo, pois esta revela geralmente uma maior ligação e entendimento com processos de transformação social e cultural. Sen (1990) desenvolveu um quadro analítico no qual os membros do grupo doméstico enfrentam simultaneamente dois tipos diferentes de problemas: um envolvendo cooperação (soma de todas as

⁷⁸ No mundo industrial, pelo contrário, as diferentes actividades realizadas são decompostas em tarefas elementares. O trabalho realizado não é mais do que uma fracção do processo de produção.

disponibilidades), o outro conflito (divisão das disponibilidades totais pelos membros do grupo doméstico). Embora, regra geral, todas as partes tenham interesse em cooperar, o resultado final, ou seja, a distribuição do produto desta cooperação, é determinada pelo poder de negociação de cada membro. No caso da pequena empresa familiar, torna-se necessário existir cooperação no seio do grupo doméstico, imprescindível para que o trabalho familiar, não remunerado, possa ter êxito. Contudo, o poder de decisão e de controlo sobre os activos está, por norma, concentrado nas mãos dos membros mais idosos, geralmente homens. Mudanças nos padrões de ‘conflitos cooperativos’ intra-grupo doméstico são importantes porque afectam a organização do grupo e porque estão muitas vezes estreitamente inter-relacionados com mudanças nas actividades económicas (Tacoli, 2002). Por exemplo, o acesso crescente ao emprego *non-farm* que se vem verificando em Angola, pode melhorar as opções alternativas individuais dos membros do grupo doméstico e encorajar aqueles com menos poder de decisão, geralmente mulheres e gerações mais jovens a saírem de actividades como a agricultura familiar. Estas diferenças entre gerações possuem implicações importantes na elaboração de políticas de desenvolvimento.

A sociedade atribui a homens e mulheres diferentes papéis, funções e responsabilidades de acordo com o predeterminado como apropriado para cada um deles. Isto é geralmente denominado de divisão sexual do trabalho mas, na realidade, trata-se da divisão do trabalho por género. Sendo uma construção social, a divisão do trabalho por género é susceptível às mudanças, varia muito de uma sociedade para outra, sofre modificações ao longo do tempo, é flexível e adapta-se à diversidade de condições que ocorrem em determinada comunidade. Nas sociedades ligadas ao pastoralismo, os papéis de género estão bem definidos, embora possam variar entre grupos étnicos.

As comunidades etnolinguísticas do Sudoeste de Angola seguem princípios de divisão de trabalho e de responsabilidades entre sexos e grupos de idade, segundo normas culturais muito estritas e fortes. Essa divisão de tarefas e de responsabilidades deve ser bem entendida para que se possa compreender adequadamente o sistema e seu funcionamento. Por outro lado, não deve ser prestada atenção somente à execução física de tarefas, ignorando aspectos relacionados com o controlo do trabalho e tomada de decisões. Entretanto, segundo Bryceson (2000), a individualização da actividade económica a nível de grupo doméstico e a tendência crescente de engajamento em actividades geradoras de rendimento *non-farm* vêm tendo um efeito de dissolução das divisões de trabalho há longo tempo estabelecidas assim como dos direitos e responsabilidades económicas no seio do grupo doméstico.

Homens e mulheres realizam *trabalho produtivo*, como a produção de bens e serviços, ainda que na maior parte das situações este tipo de trabalho esteja subdividido em tarefas masculinas e femininas. Este tipo de trabalho, gerador de rendimentos para o grupo doméstico, engloba actividades na agricultura, criação de gado, artesanato, pesca, trabalho eventual ou assalariado, processamento de produtos agrícolas, etc.

Tarefas *comunitárias* são aquelas que os membros do grupo doméstico executam relacionadas com o ambiente social em que vivem e que, portanto, se estendem para além da sua interacção a nível do próprio grupo doméstico. Envolvem a participação em eventos sociais e políticos, reuniões e formações, festividades, trabalho comunitário, funerais, etc. Ambos os sexos participam nessas actividades cabendo, contudo, ao homem as tarefas que conferem maior *status*.

O trabalho direccionado para o ‘interior’ do grupo doméstico (*trabalho reprodutivo*, *trabalho sem fim*) está sob responsabilidade da mulher, o que conduz a uma das características do trabalho feminino, a sua invisibilidade, pois este tipo de trabalho ‘desaparece’ uma vez concluído, já que o seu destino não é o mercado. As actividades *reprodutivas* englobam o trabalho doméstico, educação das crianças, aprovisionamento do grupo doméstico em água e lenha, limpeza da área residencial, prestação de cuidados a doentes, etc. Não existe pagamento para a execução destas tarefas. Assim,

o *trabalho reprodutivo* não é contabilizado economicamente, nem tem valor social, porquanto a sociedade não reconhece as tarefas domésticas como trabalho (excepto quando se contratam serviços domésticos).

No Sudoeste de Angola, o ser humano constitui o principal elemento na força de trabalho do grupo doméstico, secundado pelo boi. Em algumas explorações é também empregue o burro. No norte da região (sub-região planáltica), a parte mais significativa da mão-de-obra activa masculina diz respeito aos próprios chefes de família pois é normal, na região, os filhos desligarem-se da empresa paterna entre os 20 e os 25 anos para iniciarem a sua própria empresa. Assim, o trabalho masculino depende, em grande parte, dos chefes de família activos e dos membros activos com idades entre os 15 e 20 anos. A mão-de-obra feminina adulta é formada principalmente pela mulher do empresário e filhas a partir dos 15 anos de idade. A nível de *eumbos* e *ongandas* essa diferença é menos evidente já que os filhos depois de casarem mantêm-se geralmente no *eumbo* de origem. Contudo, o problema põe-se quando o filho decide fundar o seu próprio *eumbo/onganda*. A mão-de-obra de elementos não adultos refere-se normalmente a crianças a partir dos 8-9 anos de idade (por vezes, até de idade inferior), altura em que começam a colaborar nas tarefas mais leves, mormente pastoreio e colheitas. No entanto, a sua participação pode, eventualmente, ver-se substancialmente reduzida em consequência da frequência escolar. As tarefas domésticas e aquelas relacionadas com a pecuária e produção agrícola obedecem a uma divisão do trabalho entre os membros do grupo doméstico que se adapta às estações climáticas decorrentes ao longo do ano.

A seguir é apresentada, de forma sintética, a distribuição de tarefas no seio dos membros do grupo doméstico. Note-se, no entanto, que o quadro serve apenas para dar uma ideia geral sobre os principais executores das tarefas indicadas. Actualmente, em certas comunidades, a divisão do trabalho tem fronteiras cada vez mais fluidas, para além de poder sofrer pequenas variações consoante o grupo etnolinguístico.

Quadro I 3: Divisão do trabalho no seio dos membros do grupo doméstico.

	Actividade	Homem	Mulher	Rapaz	Rapariga
Pecuária	Pastoreio do gado bovino	XXX		XXX	X
	Abeberamento	XXX	X	XX	X
	Transumância	XXX		XX	
	Ordenha	XX	X	XXX	X
	Processamento do leite		XXX	XX	XX
	Pastoreio de caprinos e ovinos			XXX	XX
	Cuidados e alimentação de suínos		XXX	XX	XX
	Cuidados e alimentação de aves		XXX	X	XXX
	Controlo de doenças do gado	XXX	X		
	Assistência veterinária (agentes)	XXX	X		
	Castração de animais	XXX			
	Criar e cuidar das crias	X	XXX	XX	X
Agricultura	Desbrava	XXX			
	Limpeza/queima da parcela		XXX		
	Lavoura; construção/reabilitação de cercas	XXX	X	X	X
	Estrumação das parcelas agrícolas	XXX	XX	XX	X
	Sementeira	X	XXX	X	X
	Sacha		XXX		
	Guarda contra pássaros		X	XXX	XX
	Colheitas	XX	XXX	X	X
	Debulha	X	X		
	Armazenamento de cereais	X	XXX		
Recoleção	Frutos silvestres		XXX	XXX	XXX
	Larvas de artrópodes		XX	XXX	XX
	Recolha de mel	XXX			
	Caça	XXX		XXX	
	Pesca	X	X	XXX	XX
	Óleo de <i>mupeke</i> (recolha de frutos, preparação e venda)		XXX		
Actividades domésticas	Apanha de lenha	X	XXX	X	XX
	Lenha (troncos)	XXX			
	Acartar água	X	XXX	XX	XX
	Processamento de cereais (farinação)		XXX		XX
	Preparação de refeições		XXX		X
	Servir refeições		XXX		
	Fabrico de bebidas tradicionais		XXX		
	Lavagem roupa	X	XXX	X	XX
	Limpeza área residencial		XXX	X	XXX
	Cuidados com doentes e idosos		XXX		XX
	Educação das crianças	XX	XXX		
Construção	Habitações	XXX	X		
	Corte de capim para cobertura das habitações		XXX		X
	Cobertura das habitações com capim	XXX	X		
	Cobertura das habitações com chapas de zinco	XXX			

	Cercas e vedações	XXX		XX	
	Currais	XXX		XX	
	Cacimbas	XXX	X	XX	
	Celeiros	XXX	XX		
Actividades remuneradoras	Olaria		XXX		
	Cestaria		XXX		
	Artesanato de madeira	XXX			
	Ferraria	XXX			
	Construção	XXX			
	Produção de carvão	XXX			
	Fabrico de bebidas tradicionais		XXX		
Comercialização	Venda de grandes animais	XXX			
	Venda de pequenos animais	XXX	X		
	Transportação de animais para venda	XXX		X	
	Micro-comércio	X	XXX	X	X
Actividades socioculturais	Actividades políticas	XXX			
	Actividades religiosas	XX	XX	X	X
	Actividades comunitárias	XXX	X		
	Lutas (defesa e ataque)	XXX		X	
	Preparação de festividades	XXX	XX		
	Visitas a amigos e parentes	XXX	X		

NB: Baseado em entrevistas com grupos focais (homens, mulheres, jovens) e observação directa. Apoio bibliográfico: Moraes & Correia (1993). De X a XXX, em ordem crescente, de acordo com o grau de participação: X – pouca participação; XX – média participação; XXX – alta participação.

Pelo exposto no quadro verifica-se que, para além da mulher executar a maioria das tarefas reprodutivas, está profundamente inserida nas tarefas agrícolas, na criação de pequenos animais (estando também envolvida em trabalhos relacionados com os grandes animais e abeberamento do gado), colecta, processamento de produtos agrícolas e de colecta, artesanato, micro-comércio, assim como também na prestação de apoio na preparação de festividades e cerimónias fúnebres e de ocasionalmente estar envolvida em trabalho comunitário. O homem, por sua vez, está mais ligado às tarefas exteriores ao grupo doméstico, mormente políticas, contacto com as autoridades locais e serviços administrativos, reuniões diversas, etc. A ele compete a organização do trabalho no âmbito do grupo doméstico. Actividades relacionadas com o pastoralismo e criação de grandes animais dependem de si, assim como determinadas tarefas agrícolas, mormente desbrava e lavoura, para além de fazer a manutenção das ferramentas agrícolas. Também lhe compete a construção e manutenção de habitações, currais e cercas. Muitas vezes também se engaja em trabalho eventual para terceiros. Crianças e jovens levam igualmente a cabo um conjunto considerável de tarefas tanto reprodutivas como produtivas. Estas tarefas são, em parte, uma expressão do processo de socialização e educação pelo qual a criança entra na comunidade e realiza o trabalho que, no futuro, como homem ou mulher irá realizar. Por outro lado, o trabalho executado por crianças e jovens contribui para aliviar a carga de trabalho dos restantes membros do grupo doméstico. A divisão do trabalho depende não apenas da mobilidade, mas também da idade e *status* do homem e da mulher no decurso dos seus ciclos de vida (por exemplo, certas tarefas estão interditas a meninos/as antes da puberdade).

Embora as diversas tarefas executadas pelos membros do grupo doméstico consumam tempo, a sua intensidade varia. Assim, enquanto fazer a lavoura e acartar água são fisicamente extenuantes, o pastoreio requer pouca energia mas pode ser muito tedioso. Cuidar de um familiar doente também não exige muita energia, mas pode ser esgotante do ponto de vista psicológico. Sachar não é apenas desagradável, repetitivo e esgotante como também requer um certo grau de habilidades e destreza. As mulheres enumeraram como actividades de trabalho mais penosas as seguintes (por ordem

decrecente de importância): lavoura; sacha; acatar água; colecta e transporte de lenha; actividades domésticas diversas; cuidar da horta e de animais domésticos; realização das colheitas; recolecta de frutos silvestres; cuidar de doentes. Os homens citaram as seguintes: desmata; lavoura; corte e transporte de troncos para construção; sacha; realização das colheitas; pastoreio e abeberamento do gado; trabalho casual; pesca (em certos locais). Por sua vez, os rapazes enumeraram as seguintes: pastoreio e abeberamento do gado; execução de trabalhos diversos na agricultura; recolecta e caça; pesca (em certos locais). As raparigas indicaram as seguintes: acatar água; colecta e transporte de lenha; tarefas domésticas variadas; colaboração no processamento do leite; execução de trabalhos agrícolas diversos; apoio no pastoreio e dessedentação do gado, particularmente de pequenos animais; recolecta de frutos silvestres. Não foram consideradas actividades relacionadas com a construção e reparação de habitações e cercas.

Num exercício levado a efeito para demonstrar visualmente os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher de acordo com o género, os participantes, em grupos mistos, identificaram oito aspectos da sua actividade, tendo sido cada um deles colocado num braço de um círculo, por sua vez subdividido em cinco partes, coincidindo o valor zero com o centro do círculo e o valor cinco com o seu limite.

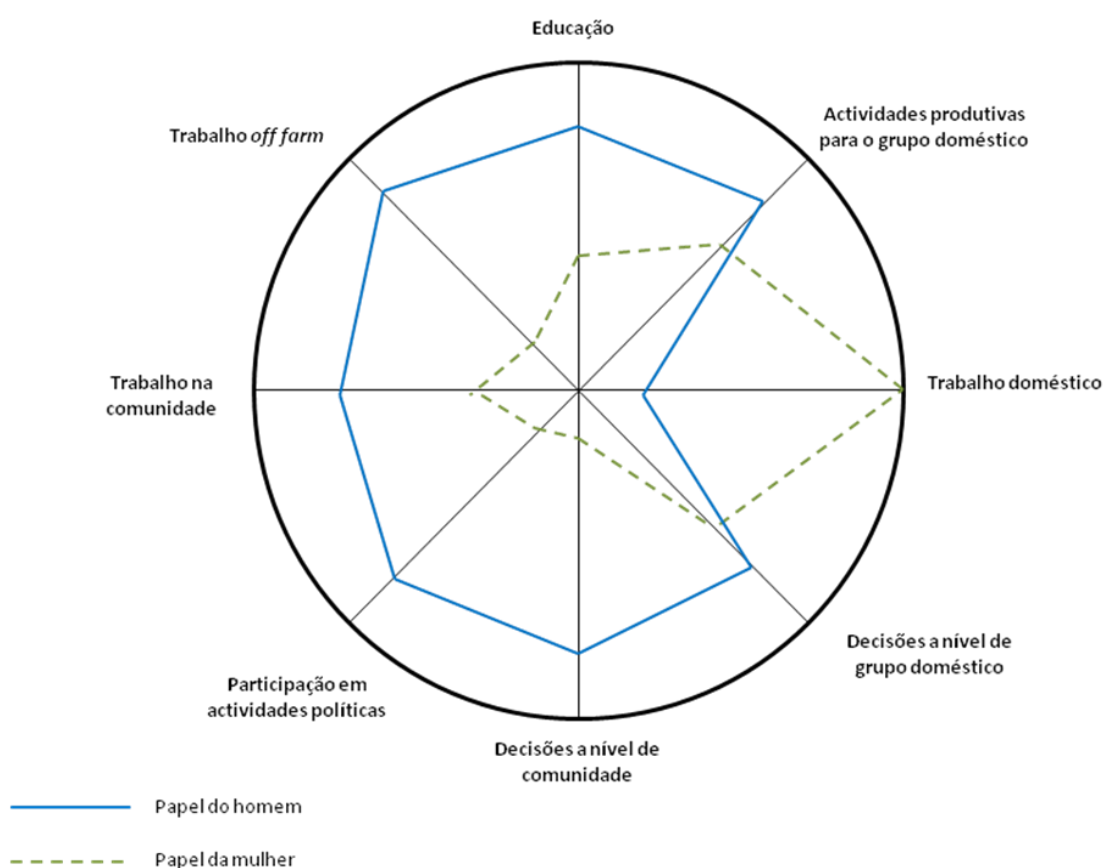


Figura I 6: Papel do homem e da mulher a nível de grupos domésticos e comunidades locais. As pontuações para o homem nos vários braços estão ligadas por uma linha contínua de cor azul, ao passo que aquelas obtidas pela mulher apresentam-se unidas com tracejado de cor vermelha. Exercício realizado na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama.

Pelo diagrama observa-se claramente o maior envolvimento da mulher nas tarefas endógenas ao grupo doméstico, mormente aquelas respeitantes ao trabalho reprodutivo, enquanto aquelas relacionadas com o ambiente exógeno ao grupo doméstico estão fundamentalmente acometidas ao homem.

3.7.2.4.1 Trabalho doméstico

As tarefas domésticas a nível de grupo doméstico competem essencialmente à mulher. De entre essas tarefas, destacam-se as que se seguem.

Recolha de lenha para combustível. A lenha constitui a principal fonte de energia para os grupos domésticos da região. Compete à mulher, em geral auxiliada por crianças, particularmente raparigas, o aprovisionamento do grupo doméstico nesta fonte de energia. Quando a mulher não tem disponibilidade, esta tarefa pode ser cumprida por qualquer outro membro do grupo doméstico. Em diversas áreas a mata vai-se reduzindo, pelo que as mulheres são as primeiras vítimas desta rarefacção, já que devem consagrar cada vez mais tempo e esforço à recolha e transporte de lenha para combustão. Esta tarefa pode chegar a consumir mais de três horas diárias, duas a três vezes por semana. Quando a recolha é feita nas imediações do *eumbo/onganda* torna-se menos penosa, sendo geralmente executada diariamente. O homem presta eventualmente o seu apoio no transporte de troncos maiores de lenha, em geral destinados ao aquecimento no *tchoto* (local de reunião), trabalho feito geralmente com ajuda de zorra ou carroça. Também, quando a recolha de lenha é feita em locais muito distantes, o homem normalmente auxilia no seu transporte, fazendo uso dos meios de tracção animal de que dispõe.

Acartar água. A tarefa de recolha e transporte de água para uso doméstico está basicamente sob responsabilidade da mulher, que normalmente a executa diariamente ou em dias alternados, auxiliada por crianças. É considerada como sendo uma das tarefas domésticas mais penosas sendo, regra geral, a sua recolha feita em vasilhames posteriormente transportados à cabeça. A água é recolhida principalmente em cursos de água, cacimbas, furos artesianos e, em menor grau, *chimpacas*. Dependendo da região, esta actividade pode ocupar várias horas por dia, particularmente no decurso da estação seca e nas zonas mais áridas⁷⁹. Nas deslocações para a recolha de água podem juntar-se mulheres de vários *eumbos* vizinhos surgindo, desse modo, uma oportunidade para convívio. Nas épocas mais críticas do ano, quando a água tem de ser obtida em locais mais distantes, o homem também colabora, transportando-a em recipientes com a ajuda da zorra ou carroça, reduzindo assim a necessidade de recolha diária. Actualmente, com o aumento progressivo de zorras, carroças e até de veículos motorizados (carrinhas), pode-se considerar que a nível dos grupos domésticos que dispõem destes meios de transporte a responsabilidade de acartar água recai ou sobre a mulher ou sobre o homem de acordo com a localização do ponto de água. Se este for distante, muitas vezes a tarefa passa para a responsabilidade do homem.

Preparação das refeições para o grupo doméstico. Devido ao carácter rudimentar dos métodos de preparação, esta actividade é muito exigente em tempo⁸⁰. Por outro lado, são feitos esforços consideráveis no sentido de satisfazer as exigências individuais dos membros do grupo doméstico, particularmente dos homens⁸¹, e alimentar toda a família. A maioria dos grupos domésticos cozinha em fogo aberto sobre três pedras, método que consome uma grande quantidade de lenha ou carvão. Se houver vento, para além de provocar muito fumo, o que é prejudicial à saúde, o fogo é ineficiente. Na generalidade, o carvão é menos utilizado que a lenha. É muito difícil a obtenção de gás butano em meio rural.

Actividades domésticas diversas. A lavagem da roupa é específica da mulher, sendo feita junto dos pontos de água, com periodicidade que varia com a época do ano, com o tempo disponível, com a distância, com a própria saúde, etc., podendo ser executada semanalmente ou em intervalos mais

⁷⁹ A duração desta actividade depende da estação do ano e da zona onde se localiza o núcleo residencial. Consome mais tempo no período seco, regra geral entre uma a três horas diárias, ou mesmo mais.

⁸⁰ A maior parte das informações aponta para um tempo de preparação de duas a três horas diárias.

⁸¹ Os homens são normalmente beneficiados com as melhores porções de alimento.

longos que podem mesmo ir até dois meses. Esta actividade é muitas vezes realizada em grupo, aproveitando também as mulheres para nessa altura dedicarem maior atenção à sua higiene pessoal e à das crianças. A limpeza do *eumbo/onganda* compete à mulher que, para a sua execução, conta com a colaboração das crianças. Consiste fundamentalmente na remoção dos lixos e é feita de acordo com as necessidades.

Preparação do material e construção da habitação. Compete fundamentalmente ao homem, que pode ser auxiliado por outros membros do grupo doméstico. A construção e reparação das cercas e vedações dos *eumbo* são muito exigentes em esforço físico, mormente com o corte e transporte de ramos e troncos, sendo assegurada pelo homem, que recebe a ajuda de filhos e sobrinhos adultos. A construção das habitações compete ao homem, cabendo à mulher o corte e transporte do capim para a cobertura, ajudando também, posteriormente, na sua colocação. Contudo, actualmente são cada vez mais as casas com cobertura em chapa de zinco, competindo, neste caso, a sua colocação ao homem. O barramento de casas e armazéns é feito pela mulher. A construção dos currais é assegurada pelo homem.

3.7.2.4.2 A criança como força de trabalho

Muito do trabalho no seio dos grupos domésticos pertencentes às três principais comunidades etnolinguísticas (*Nhaneca-Humbe*, *Ambó* e *Herero*) da região do 'Complexo da Ordenha' é executado por crianças⁸². Estas, desde tenra idade começam a ajudar nas diferentes tarefas, iniciando-se geralmente pelos trabalhos caseiros e integrando-se depois, gradualmente, nos trabalhos de campo. Os mais jovens, muitas vezes ainda com três ou quatro anos, são enquadrados no trabalho doméstico, enquanto rapazes e raparigas são envolvidos também no trabalho económico fora das fronteiras imediatas do grupo doméstico. Regra geral, trabalham durante bastantes horas por dia. Um número menor de crianças, em particular rapazes e raparigas mais velhos, pode também estar integrado em diversos trabalhos contratuais em troca de algum valor considerado como salário ou outro tipo de benefícios, como alimento. Para além destas actividades económicas, devem cumprir também diversas tarefas domésticas diárias, já que se integram igualmente no trabalho reprodutivo do grupo doméstico.

O trabalho realizado por crianças pode ser agrupado em três grandes categorias de acordo com o tipo de remuneração praticado (Khalouki, 2009): (i) Trabalho familiar não remunerado: trabalho relacionado com o gado e tarefas agrícolas no seio do próprio grupo doméstico. Acontece na quase totalidade dos grupos domésticos pois as crianças contribuem de forma mais ou menos importante nos trabalhos realizados no âmbito da agricultura e da pecuária. Realce-se a importância do trabalho realizado pelas raparigas, que contribuem tanto para os trabalhos na agricultura como para as tarefas domésticas. Este trabalho pode apresentar carácter contínuo e permanente no tempo, como as tarefas ligadas à pastorícia e diversos trabalhos agrícolas, ou pode ser ocasional e concentrar-se em determinadas épocas do ano, mormente na época das colheitas. Para as crianças que estudam, o período de férias é normalmente aquele com maior sobrecarga de trabalho; (ii) Trabalho remunerado para terceiros: o trabalho das crianças para outrem constitui um verdadeiro emprego submetido às condições de oferta e de procura de força de trabalho na agricultura. Concentra-se essencialmente nas zonas de grande potencial agrícola e nos períodos de maior necessidade de mão-

⁸² Dado o elevado número de crianças por *eumbo*, aquilata-se a importância que esse trabalho assume. Segundo GFA (2011), em amostragem realizada nos municípios de Bibala, Gambos e Cahama, o número médio de crianças com idade inferior a 5 anos era de 4,9 por *eumbo*, e de jovens entre os 6 e 8 anos de 5,6. De acordo com Khalouki (2009), o trabalho das crianças, muitas vezes associado à pobreza, constitui uma maneira (i) do grupo doméstico reduzir os encargos de exploração da propriedade familiar pelo aporte de uma força de trabalho não remunerada (mão-de-obra familiar), e (ii) da criança contribuir financeiramente para as despesas do grupo doméstico, no caso de o trabalho ser realizado para terceiros.

de-obra. Também pode incluir diversas outras actividades como, por exemplo, acartar água. Os principais empregadores são fazendas ou grupos domésticos mais ricos e o trabalho pode envolver tanto rapazes como raparigas, podendo ser permanente ou ocasional (a modalidade mais comum); (iii) Trabalho familiar remunerado: mais raro, reporta-se sobretudo ao trabalho relacionado com a obtenção de uma receita familiar imediata para o grupo doméstico.

As crianças executam grande parte do trabalho de rotina relacionado com a criação de gado. Estão encarregadas do pastoreio e de muito do trabalho executado no *eumbo/onganda* ou suas proximidades. Desde cerca dos três ou quatro anos auxiliam crianças mais velhas em tarefas como conduzir pequenos animais para fora ou para dentro dos currais e a controlá-los nas proximidades do *eumbo*. Isto faz com que as crianças adquiram o gosto pela pastorícia e a valorizem, mantêm-nas ocupadas enquanto as mães trabalham e ajuda a proteger os animais da acção dos predadores. Aos 6-7 anos já estão encarregadas dos pequenos animais. Trata-se de um trabalho bastante exigente, pois os pequenos ruminantes, particularmente os caprinos, movimentam-se muito, perde-se facilmente o seu controlo e estão muito expostos ao roubo e ao ataque por predadores. Crianças mais velhas, com 8-9 anos encarregam-se dos vitelos. Rapazes, a partir dos 11-12 anos começam a pastorear bovinos, iniciando-se como aprendizes de um rapaz mais velho, já com suficiente experiência. Trata-se essencialmente de uma actividade de supervisão já que os animais sabem onde ir e acertam eles próprios o passo, mas contribuem para evitar que os animais se extraviem ou sejam, eventualmente, atacados por predadores.

As meninas, aos 6 ou 7 anos, já começam a cuidar dos irmãos mais novos, a limpar o pátio do *eumbo*, a transportar água à cabeça, a pisar cereais para obtenção de fuba, etc. Aos 9 ou 10 anos já prestam maior atenção à cozinha e aprendem a cozinhar, sobretudo a preparar o pirão. As raparigas também podem auxiliar tanto no pastoreio dos pequenos ruminantes como mesmo no dos bovinos, particularmente no caso de não existirem rapazes disponíveis. Participam basicamente no pastoreio de animais feito nas proximidades do *eumbo*, em geral pequenos ruminantes e vitelos. Este facto permite-lhes também participar em tarefas domésticas de rotina, como a preparação de alimentos, processamento do leite, limpeza da área residencial, etc. Tal como os rapazes, as raparigas também auxiliam na ordenha e dessedentação dos animais.

Para além do trabalho com o gado, raparigas e rapazes ocupam-se também de diversos trabalhos ao longo do ciclo agrícola, tarefas de colecta, acartam água e participam na apanha de lenha, para além de uma série de outras actividades, mesmo que temporárias.

Durante o estudo⁸³ foram identificados os seguintes trabalhos executados por crianças:

Trabalho familiar não remunerado:

Menino: pastorícia, participação na ordenha, trabalho agrícola diverso, lavoura, sementeira, colheita, estrumação, guarda contra pássaros, pesca, caça, actividades de colecta, acartar água e apanha de lenha.

Menina: participação na ordenha, pastorícia na proximidade da área residencial, controlo de aves e pequenos ruminantes, corte e transporte de forragens para alimentação de animais, trabalho agrícola diverso, guarda contra pássaros, actividades de colecta, apanha de lenha e acartar água.

Trabalho remunerado para terceiros:

Menino: pastorícia, trabalho agrícola diverso, incluindo lavoura, sementeira, colheita, transporte de produtos.

Menina: pastorícia, trabalho agrícola diverso.

⁸³ Dados recolhidos na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, e sub-região planáltica, zona agro-económica 3 (Cacula).

Trabalho familiar remunerado:

Menino e menina: venda de diversos produtos a cargo do grupo doméstico⁸⁴.

Regra geral, meninos e meninas começam com as tarefas mais laboriosas, mas menos complicadas. Com o aumento da idade, vão passando para o desempenho de actividades que exijam maior responsabilidade e habilidades de execução.

Quadro I 4: Divisão do trabalho executado por crianças no Sudoeste de Angola.

Grupo de actividades	Actividade	Menino	Menina
Económicas	Pastorícia	XXX	XX
	Agricultura	XXX	XXX
	Comércio informal	XXX	XX
	Contrato	XX	X
Domésticas	Acartar água	XX	XXX
	Busca de lenha	XX	XXX
	Limpeza do <i>eumbo</i>	X	XXX
	Cozinha	X	XXX
	Lavagem de utensílios de cozinha	X	XXX
	Roupa	X	XXX
	Cuidar de crianças	X	XXX
	Recollecção	XXX	XXX

De X a XXX, em ordem crescente, de acordo com o grau de participação: X – pouca participação; XX – média participação; XXX – alta participação. Dados recolhidos na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, e sub-região planáltica, zona agro-económica 3 (Cacula).

A duração do trabalho varia em função do tipo de tarefa, período do ano, sexo da criança e sua escolarização. É maior no período não escolar e para aquelas crianças que não estudem, podendo ultrapassar, em muitas situações, as oito horas de trabalho. No caso da pastorícia fora da área residencial (gado em transumância) o trabalho vai desde o nascer do dia até ao pôr-do-sol.

Para crianças que frequentem a escola, durante o período de aulas as horas e tarefas de trabalho são organizadas de acordo com o seu horário escolar, cumprindo normalmente algumas tarefas antes de irem para a escola e outras depois do regresso. Usualmente, as crianças dedicam mais de seis horas diárias aos vários tipos de tarefas, domésticas e económicas, devotando, normalmente, as mais velhas mais tempo ao trabalho, sendo a situação semelhante tanto para crianças que vivem com os próprios pais como para aquelas que vivem com outros familiares⁸⁵. De uma forma geral, a menina acaba por trabalhar mais que o menino, pois também tem de se ocupar dos diversos trabalhos domésticos acometidos às raparigas.

Todo este trabalho ‘invisível’ executado por crianças não aparece nas estatísticas, passando largamente despercebido à sociedade em geral e às instituições do Estado, não sendo levado em consideração na elaboração dos programas de educação e de apoio à criança, o que pode comprometer de sobremaneira o capital humano dos grupos domésticos.

⁸⁴ Tarefa que assume maior relevância nos grupos domésticos situados próximo de pequenos mercados ou junto a vias rodoviárias.

⁸⁵ Este facto revela uma integração plena da criança no grupo doméstico e o carácter de unidade deste último.

Trabalho infantil e escolarização das crianças

A existência ou inexistência de uma escola próxima condiciona a escolarização das crianças. Embora estas participem activamente no trabalho, sempre que exista uma escola que possam frequentar, procuram fazê-lo⁸⁶. As crianças necessitam então conciliar as suas diversas tarefas com o horário escolar. No entanto, o número de faltas às aulas é geralmente elevado. Para as meninas, as condições de trabalho são usualmente muito desfavoráveis e constrangedoras, já que normalmente são solicitadas tanto para os trabalhos domésticos (incluindo o apoio no aprovisionamento do grupo doméstico em água e lenha) como para os trabalhos agrícolas e também para a pastorícia. Muitas vezes não conseguem acompanhar as aulas de forma conveniente. A carga de trabalho prejudica-as e conduz a maus resultados escolares. Para os rapazes, para além do aproveitamento escolar ser prejudicado pelo trabalho, também ocorre muitas vezes a ruptura da escolarização, como em situações de inserção precoce no mundo do trabalho, carência de força de trabalho a nível do grupo doméstico, desinteresse pela escola e absentismo crescente, orientação para valores materiais (o que conduz à necessidade de obtenção de dinheiro e consequente desistência da escola)⁸⁷. A morte ou ausência do pai/tio ou de um outro membro-chave da família conduzem também muitas vezes à desistência da escola de uma ou mais crianças de um mesmo grupo doméstico, quer porque este empobrece, quer porque passa a haver necessidade crescente de mão-de-obra familiar.

Existe um conflito entre o valor ‘presente’ de uma criança como trabalhadora, e o seu valor ‘futuro’, assegurado pela frequência da escola. Neste último caso, embora ela possa, no futuro, eventualmente ver as suas oportunidades de rendimento aumentadas, existe grande probabilidade de ela vir a abandonar a agricultura/pastorícia. Deste facto, podem resultar situações de indecisão e de conflito. Certos pais aprovam a fuga às aulas, particularmente na altura das lavouras e aquando das transumâncias, enquanto outros conferem à educação uma prioridade alta, mesmo tendo a noção da grande probabilidade da criança vir a abandonar a agricultura depois de adulta. Pode mesmo acontecer que enquanto para algumas crianças é privilegiada a educação, outras são mantidas fundamentalmente ligadas aos trabalhos agrícolas e à pastorícia, na esperança de que no futuro possam dar continuidade aos mesmos.

3.7.2.5 Género e relações no seio do grupo doméstico

Enfocar na divisão de papéis, responsabilidades, direitos e interesses a nível de género, contextualiza mudanças na gestão de recursos e o significado que lhes é atribuído por diferentes indivíduos. Os conceitos de ‘relações de produção’ (relações de propriedade) e de ‘relações na produção’ (processos de trabalho) constituem ferramentas conceptuais importantes para a compreensão de temas relacionados com a gestão de recursos locais. As ‘relações de produção’, tais como a terra, são críticas para a gestão de recursos, porque os acordos relativos à propriedade e acesso aos recursos implicam sempre relações de género. No âmbito das ‘relações na produção’, a análise de género a nível da disponibilidade de trabalho mostra como as tarefas são divididas e como o trabalho é sequenciado ou dividido entre homem e mulher a nível de culturas e espaço. Também mostra os vínculos entre divisão do trabalho e direitos de acesso aos recursos, e como eles mudam ao longo do tempo.

⁸⁶ Dependendo das capacidades do grupo doméstico, particularmente no respeitante à força de trabalho, pode acontecer que apenas algumas crianças frequentem a escola sendo, normalmente, as meninas as sacrificadas. No entanto, no seio de um mesmo grupo doméstico, pode haver uma alternância entre as crianças que frequentam a escola.

⁸⁷ A pastorícia condiciona de sobremaneira a escolarização, particularmente nas áreas mais remotas, sendo este facto sobretudo evidente nas sub-regiões árida e semi-árida de transição.

Um contrato conjugal pode ser definido como os termos em que os cônjuges permutam bens, rendimentos e serviços (incluindo trabalho) (Evans, 1991). Este contrato conjugal varia com factores tais como padrões culturais de herança e residência e na dimensão em que os recursos são adicionados, ou associados, ou tratados como *holdings* separadas. Devido a estes tipos de factores, o acesso da mulher e do homem aos recursos, trabalho, rendimentos e ferramentas agrícolas é determinado pelas suas posições relativamente a complexas redes de responsabilidades, obrigações e direitos no seio do contrato conjugal, grupos de parentesco e, em maior extensão, ambiente social e político-económico (Evans, 1991). Reconhecer a fluidez do contrato conjugal possibilita focalizar na complexa interacção de poder, conhecimento, trabalho, responsabilidades, relações no concernente a recursos, etc., no âmbito do grupo doméstico. Compreender a complexidade no concernente à sobreposição de direitos e obrigações, competição de interesses, tensões e conflitos, relações de dominação e representações culturais que produzem e reproduzem relações de poder torna-se crucial para compreender políticas e pontos de resistência associados com o controlo de recursos.

Apesar dos aspectos de tomada de decisão revelarem bastante sobre como as relações de género influem na gestão de recursos, muitos indivíduos não tomam as decisões que necessariamente gostariam de tomar, mas sim negociam com dilemas e limitações num contexto no qual aspectos agro-ecológicos, socioeconómicos e políticos se entrelaçam (Leach, 1991). Desta forma, fazer face a mudanças na economia, política, no meio ambiente e perante novos contextos sociais em resposta a mudanças mais amplas significa enfrentar dilemas e problemas daí decorrentes, facto com implicações a nível de relações de género. O facto da mulher, para além do seu papel de mãe, desempenhar papel central na provisão material e social a nível de grupo doméstico granjeia-lhe prestígio a nível familiar e da comunidade. Entretanto, considerando que a produção se vai tornando cada vez mais virada para o mercado, deixando de estar orientada fundamentalmente para a subsistência do grupo doméstico, e este se ir inserindo progressivamente numa economia de mercado, a mulher pode perder parte do papel-chave exercido no seio da família com a consequente redução do seu estatuto social tanto a nível do grupo doméstico como também da comunidade, facto já relatado em determinadas situações.

A divisão de tarefas entre homens e mulheres afasta estas últimas de cargos de chefia a nível das comunidades da região do 'Complexo da Ordenha'. Não ocupam cargos administrativos nem políticos, embora adquiram um grande prestígio social pelos actos que realizam, pelo *efuko*, pelo matrimónio, pelo número de filhos e pelos sacrifícios do parto (Melo, 2005). De acordo com Melo (2005), a mulher exerce a sua competência no ambiente doméstico ou a ele relativo, num espaço familiar e num contexto interior. Este constitui o seu campo por excelência, no qual o homem respeita a sua liberdade e deve garantir o seu poder de acção. Por sua vez, o homem assenhoreia-se de um contexto mais alargado, via de regra exterior. A poliginia, o matrimónio em si e a grandeza do armentio constituem não apenas fontes importantes do prestígio do homem como também contribuem para a sua própria definição como 'homem'.

Relativamente às despesas a nível do grupo doméstico, embora, aparentemente, o homem domine a maioria das decisões, algumas estão entregues à mulher, sendo outras tomadas conjuntamente por ambos. Contudo, a tomada de decisões a nível das diferentes actividades de produção está concentrada no homem, sendo as decisões tomadas pela mulher negligenciáveis e fundamentalmente referentes às parcelas e animais que lhes são próprios. Considerando que esta desempenha papel de relevo na produção de alimentos, este facto pode constituir um importante constrangimento para a mulher no seu papel de criadora de gado e agricultora.

Capítulo II – PLATAFORMA E ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA

No subcapítulo referente às generalidades é fornecida fundamentação teórica para uma melhor compreensão dos subcapítulos que se seguem, relacionados com a plataforma e estratégias de meios de vida adoptadas pelos criadores tradicionais de gado no Sudoeste de Angola. Depois de apresentada a zonagem de meios de vida desenvolvida com base na presente investigação, em que a região do ‘Complexo da Ordenha’ é subdividida em quatro sub-regiões, são definidos os tipos de capital (capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro, capital sociopolítico) sobre os quais os grupos domésticos se baseiam para desenvolver os respectivos meios de vida sendo, posteriormente, referenciados os factores sociais que influenciam o acesso aos distintos activos. Finalmente, são descritas as actividades desenvolvidas para dar cumprimento às estratégias de meios de vida traçadas e serem alcançados os resultados pretendidos.

1 GENERALIDADES

Neste subcapítulo são fornecidos os fundamentos teóricos considerados necessários à compreensão da plataforma e estratégias de meios de vida adoptadas pelos criadores tradicionais de gado no Sudoeste de Angola. Previamente, são abordados os sistemas de produção e um conjunto de aspectos relacionados com o aproveitamento da pastagem natural à luz do conhecimento científico actual.

1.1 Sistemas de produção

O meio rural angolano caracteriza-se pela existência de dois sectores: (i) *tradicional*, também designado de agricultura *familiar* ou *camponesa*⁸⁸, e (ii) *empresarial*, também denominado de *moderno*, *comercial* ou *melhorado*. Existem diferenças fundamentais entre as pequenas empresas agrícolas familiares do sector tradicional (familiar) e as ‘fazendas’ e ‘ranchos’ do sector empresarial no que respeita à estrutura, objectivos de produção e função. As pequenas empresas agrícolas familiares visam a maximização da segurança, baseiam-se na força de trabalho familiar e na utilização extensiva de terra; caracterizam-se basicamente por técnicas de adaptação ao meio; produzem fundamentalmente para a subsistência do grupo doméstico e preservação da sua qualidade de vida, embora, em muitos casos, se possam verificar excedentes importantes que são lançados nos circuitos comerciais. Já o sector empresarial, voltado para o mercado, orienta a sua economia para a maximização do lucro, pratica uma agricultura intensiva em capitais e com mão-de-obra assalariada. Os sistemas de produção pecuária ‘modernos’ incluem o *ranching*⁸⁹ e os sistemas de produção leiteira, subdividindo-se estes últimos em sistemas de grande escala e de pequena escala. O *ranching* fundamenta-se em empresas extensivas envolvendo importante força de trabalho externa, especializadas numa ou mais espécies pecuárias e produzindo principalmente animais vivos para abate utilizando pastagem natural dentro de terras delimitadas por fronteiras fixas.

1.1.1 Agricultura familiar

Os sistemas de produção agrícola baseados na família (grupo doméstico) apresentam vínculos estruturais entre recursos naturais, actividades económicas e estrutura familiar. Estas relações influenciam os processos de tomada de decisão, como a escolha das actividades a executar, a organização do trabalho, a gestão dos factores de produção, etc. A agricultura familiar cobre uma série de situações muitas vezes bastante diferentes, pelo que determinados autores (Bélières *et al*,

⁸⁸ Na literatura, os termos ‘camponês’, ‘campesinato’ e ‘comunidade camponesa’ são referenciados para tipificar aqueles que habitam no espaço rural e vivem no campo, do campo e fundamentalmente para o campo.

⁸⁹ Termo inglês sem tradução directa para a língua portuguesa podendo, eventualmente, ser definido como um ‘sistema de produção de gado de carne em rancho’.

2002), para sublinhar a diversidade de sistemas e contextos abrangidos, propõem a utilização do termo no plural: *sistemas de produção baseados na família* ou *agriculturas familiares*. Segundo Toulmin & Guèye (2003), a empresa agrícola familiar apresenta três dimensões amplas: (i) dimensão sociocultural, pois esta forma de agricultura depende fundamentalmente da base de recursos humanos presente na família, estando esta última fortemente alicerçada numa determinada comunidade através de uma rede de relações e estratégias, tanto individuais como colectivas, reforçada por valores de solidariedade e compromissos a longo prazo; (ii) dimensão económica, caracterizada pela integração de diversas actividades na produção familiar, tendo em consideração as várias oportunidades disponíveis não apenas na área de residência, mas também em áreas mais distantes, e operando de acordo com prioridades, nomeadamente de consumo, armazenamento e venda; (iii) dimensão técnica, representada pelo desejo de conservar a terra e recursos naturais de que depende, e pela necessidade de combinar as actividades de forma a reduzir a exposição ao risco. Fundamentalmente, as empresas do sector tradicional ou familiar apresentam as seguintes características (McDermott *et al*, 1999): (i) pequeno tamanho, que se reflecte no menor poder de mercado, tanto relativamente a inputs como a outputs; (ii) custos de transacção relativamente elevados; (iii) não monetarização de uma percentagem importante de transacções; (iv) limitada capacidade de fazer face ao risco⁹⁰; (v) perseguição de diferentes objectivos e não apenas a maximização do lucro; (vi) gado com múltiplas funções, mormente de âmbito socioeconómico e cultural; (vii) o gado constitui um componente não separável do sistema de produção integrado; (viii) custos de oportunidade do trabalho em geral muito baixos, fazendo com que haja pouca ou mesmo nenhuma economia de escala. A nível dos factores externos destacam-se a debilidade de infraestruturas, dos mercados e do acesso à informação à escala da comunidade.

A família rural camponesa é a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas. Regra geral, a empresa familiar assume uma ampla variedade de formas no que concerne à produção e à integração de actividades que são determinadas tanto pelo contexto (características climáticas, pedológicas e fitogeográficas, proximidade de mercados, etc.) como pela disponibilidade de factores de produção (terra, inputs agrícolas e trabalho). Um grupo doméstico camponês tem de ser responsivo a processos de mudança relacionados com o clima, variação de recursos locais e pressões demográficas, para além de ter de ser também responsivo a estímulos externos tais como mercados, tributação e outras formas de intervenção estatal. A empresa familiar, seus terrenos, bens e meios de produção associados estão sob a autoridade do chefe de família que, na generalidade, é o responsável pela gestão colectiva desses bens, alocação da força de trabalho entre as diferentes actividades, gestão de reservas alimentares e decisão sobre estratégias e caminhos a seguir.

No Sudoeste de Angola, o ciclo de vida das comunidades camponesas reflecte-se no modelo descrito por Chayanov (1974, *apud*: Neto, 2008, pág. 72) o qual realça que «no modo de produção camponês a organização da produção não corresponde a critérios de racionalidade económica capitalista, mas obedece às regras de uma racionalidade situada a um nível mais elevado, que integra todos os elementos da vida social, económicos, culturais e outros.» Neto (2008) acrescenta que a família constitui a equipa de produção da exploração, determinando a posição do indivíduo na família as obrigações na exploração, as funções e os direitos correspondentes. Desta forma, o ritmo da exploração define o ritmo da vida familiar. Cruz de Carvalho (1974) analisando os sistemas tradicionais nas regiões do Cunene e Cuanhama refere como suas características básicas: (i) utilização intensiva dos recursos; (ii) interdependência entre gado e agricultura; e (iii) distribuição equitativa dos produtos de origem animal. Ainda no referente a Angola, Pacheco (2009a) apela para a necessidade de substituir o conceito de economia de subsistência pelo de economia familiar

⁹⁰ Estas explorações situam-se geralmente muito próximo do limite de sobrevivência, e como o gado normalmente representa um activo de muito valor, a perda de animais pode ter implicações particularmente graves para o bem-estar do grupo doméstico.

afirmando que não é verdade que os camponeses angolanos pratiquem uma economia de subsistência, já que a maioria, ou pelo menos uma parte muito significativa das famílias rurais se encontra integrada no mercado, como também o referido conceito tem pouco de operacional visto dar ênfase à função produção em detrimento das funções consumo e distribuição.

A agricultura familiar pode envolver sistemas de produção *pastoralistas*, *agro-pastoralistas* e *mistos*. São considerados como *pastoralistas* os grupos domésticos que obtêm mais de 50% do seu rendimento total bruto (i.e. incluindo o valor da produção própria consumida no seio do grupo doméstico) a partir de gado explorado na base da mobilidade em pastagens naturais, não melhoradas, de carácter comunitário (Swift, 1988)⁹¹. Grupos domésticos que obtenham mais de 10% mas menos de 50% do seu rendimento total bruto a partir do gado mediante pastoreio em pastagens naturais e mais de 50% a partir de culturas agrícolas são definidos como *agro-pastoralistas* (Swift, 1988). Entretanto, considerando que em resultado de choques diversos muitos *pastoralistas* e *agro-pastoralistas* haverem visto os seus rebanhos reduzidos ou mesmo dizimados, tendo sido obrigados a socorrerem-se de actividades alternativas geradoras de rendimento para sobreviverem, para além do facto de, no Sudoeste de Angola, as fontes de rendimento não tradicionais estarem a adquirir cada vez mais espaço nos meios de vida dos criadores de gado que fazem uso de pastagens comunitárias, torna-se mais correcto definir *pastoralismo* e *agro-pastoralismo* de acordo com a contribuição que o gado perfaz no sector da agricultura e não relativamente ao rendimento total bruto do grupo doméstico, enquadrando paralelamente essa definição no contexto agro-ecológico da região. Nesta base, e de acordo com Rass (2006), são considerados como *pastoralistas* os grupos domésticos detentores de gado residindo em áreas que recebem menos de 400 mm de pluviosidade anual, com um período de crescimento vegetal de 0 a 75 dias, onde as culturas agrícolas não são praticadas, e retirando mais de 50% dos seus rendimentos a partir de gado explorado na base de uma mobilidade oportunista em terras comunitárias. Grupos domésticos *agro-pastoralistas* são definidos como sendo aqueles que obtêm mais de 25% mas menos de 50% dos seus rendimentos referentes ao sector da agricultura a partir da exploração de gado que faz uso de pastagens comunitárias em regiões onde a pluviosidade anual se situa entre 400 e 600 mm e com um período de crescimento vegetal de 75 a 90 dias, sendo nestas regiões possível cultivar massango e massambala⁹².

Sistemas de produção *mistos* existem quando, numa mesma área, se desenvolve a produção agrícola e pecuária, e onde a propriedade de culturas agrícolas ou terra e gado estão integradas. Agricultores vivendo da produção agrícola como principal fonte de rendimento podem também possuir gado. Quando os animais permanecem na exploração ao longo do ano e não migram, o sistema é denominado de *misto*, diferindo do *agro-pastoralista* pelo facto dos animais serem alimentados com

⁹¹ Como Baxter (1993) destaca, tomado neste sentido, ‘pastoralismo’ é uma ocupação (profissão), mas ocupações podem também ser vocações, mesmo para aqueles que não podem exercê-las com sucesso. Como uma vocação, pode ser uma característica, até mesmo uma definição, de um grupo étnico inteiro, mesmo que alguns dos seus membros não sejam *pastoralistas* por ocupação. Ao ser feita a pergunta: “Quem são os *Mucubais*?” a resposta foi, muitas vezes, simplesmente: “Pessoas que gostam de gado”, não querendo significar que essas pessoas tenham muitos animais ou mesmo nenhum. Neste sentido, o termo ‘pastoralista’ deve ser alargado não somente a indivíduos ou agregados familiares no seio de grupos que cultivam aqueles valores mas que foram forçados a depender de meios de vida outros que não aqueles ligados à pecuária, mas também a grupos domésticos com mais posses, pertencentes aos referidos grupos, mas que tenham diversificado com sucesso as suas actividades geradoras de rendimento a nível do comércio, transporte, agricultura, trabalhem em serviços do Estado, etc. Possivelmente também possa ser alargado a outros grupos étnicos, como aqueles integrando a comunidade etnolinguística dos *Nhaneca-Humbe* que, embora qualificados como *agro-pastoralistas*, tenham aderido à convicção da importância fundamental do gado na sua conduta e meios de vida.

⁹² No caso específico do Sudoeste de Angola, a pluviosidade anual para a região de *agro-pastoralismo* pode ir até cerca de 900 mm, podendo-se mesmo cultivar, em algumas zonas, o milho.

resíduos das culturas agrícolas (fenos, restolhos, etc.), forragem ou outros produtos cultivados na exploração, ou para aí levados, de forma a evitar deslocações para pastagens comunitárias. Enquanto as culturas agrícolas são a principal fonte de rendimento, a relação cultura agrícola-gado é estreita e crítica. Segundo Bayer & Waters-Bayer (1998), uma das vantagens dos sistemas de produção mistos é que os grupos domésticos controlam completamente os recursos forrageiros em terras que são sua propriedade. Contudo, não existe uma delimitação precisa entre agro-pastoralismo e agricultura mista (Bayer & Waters-Bayer, 1998). Embora o primeiro sistema dedique mais atenção à pecuária que à agricultura, em períodos desfavoráveis o tamanho do rebanho pode-se reduzir a um ponto tal que o grupo doméstico se vê obrigado a viver fundamentalmente da agricultura e/ou de actividades independentes da agricultura. Quando a situação melhorar de novo, o grupo doméstico poderá então aumentar o seu rebanho e regressar ao agro-pastoralismo.

De acordo com a forma e grau de movimentos, os pastoralistas podem ser classificados como nómadas, transumantes e sedentários. O *pastoralismo nómada* é caracterizado por mobilidade alta envolvendo usualmente movimentação irregular de indivíduos, grupos domésticos e gado, seguindo, em geral, rotas de migração pré-definidas. Porém, existe muitas vezes a necessidade de flexibilizar essas rotas de migração pré-estabelecidas em consequência da pluviosidade errática e de outras condições externas. O *pastoralismo transumante* baseia-se no movimento regular dos rebanhos entre áreas fixas de forma a explorar a disponibilidade sazonal dos pastos. Os grupos domésticos que praticam este tipo de pastoralismo têm geralmente uma unidade residencial permanente, onde os membros mais idosos, mulheres e crianças permanecem ao longo do ano. No caso do *pastoralismo sedentário*, o gado não abandona a área residencial permanente, pastando em terras comunitárias situadas na sua vizinhança.

Para efeitos práticos, no presente estudo os grupos domésticos foram agrupados da seguinte forma: (i) *pastoralistas*: grupos que obtêm a maior parte dos seus rendimentos da criação de gado em condições em que a maior parte da forragem⁹³ provém da pastagem natural, constituindo a mobilidade das manadas estratégia fundamental do sistema de produção. Quando a pluviosidade é adequada podem, eventualmente, também desenvolver culturas agrícolas; (ii) *agro-pastoralistas*: grupos domésticos possuidores de gado que, durante um período do ano, se pode alimentar de resíduos e sub-produtos da agricultura, mas que regra geral faz uso de pastagem natural comunitária e migra periodicamente (transumância). Estes grupos domésticos normalmente praticam também a agricultura; (iii) *mistos*: grupos domésticos que dependem da agricultura como principal fonte de rendimentos, mas que também são proprietários de gado, o qual normalmente permanece junto à área residencial ao longo do ano, não migrando. Estes últimos, desde que também façam uso de pastagem natural comunitária⁹⁴, foram incluídos no grupo dos *agro-pastoralistas*.

Em produção agro-pecuária, um elevado número de pequenos produtores mostra-se mais eficiente comparativamente a um pequeno número de grandes produtores trabalhando superfícies idênticas, a denominada 'relação inversa entre tamanho da exploração e produtividade'⁹⁵. Um grande número de pequenas empresas agrícolas familiares pode produzir e render mais do que um pequeno número

⁹³ Todas as espécies vegetais de que o gado se alimenta, sejam elas herbáceas, arbustivas ou arbóreas, anuais ou permanentes, espontâneas ou cultivadas, verdes ou secas.

⁹⁴ Quando são utilizadas terras comunitárias para o pastoreio ou corte de forragem os grupos domésticos que o fazem devem submeter-se às regras da própria comunidade e, por vezes, fazer acordos específicos com vizinhos regulando a utilização comum de determinados recursos naturais. Desta forma, apenas exercem um controlo indirecto sobre as áreas de pastagem utilizadas.

⁹⁵ Estudos diversos têm demonstrado que as pequenas explorações familiares geram maiores rendimentos comparativamente às empresas de grande escala. Esta é uma das razões para a ligação entre uma relativa igualdade na posse da terra e altos níveis de crescimento económico verificado nos países em desenvolvimento. Reijntjes (2009) refere que o apoio à pequena agricultura familiar baseada na diversidade reforça a função económica, ecológica e social da agricultura.

de grandes explorações operando ao mesmo nível de tecnologia⁹⁶. Em parte, este facto pode ser explicado pelos efeitos combinados de baixo custo laboral, já que a família trabalha a sua própria terra e possui o desejo de maximizar o retorno para esse seu escasso activo. Enquanto as pequenas explorações agrícolas familiares são capazes de evitar custos de transacção associados com o mercado de trabalho utilizando força de trabalho familiar ou fazendo acordos informais para obterem a força de trabalho extra de que precisam a partir da própria comunidade e a custos mais baixos, fazendas e ranchos dependem, em grande medida, de força de trabalho recrutada à qual estão associados custos, para além de necessitarem de uma supervisão competente para que a qualidade do trabalho possa ser assegurada. Altieri (2008) *apud* Reijntjes (2009), argumenta que as pequenas explorações que combinam produção estável e diversa, que geram e sustentam os seus próprios inputs e têm rácios de energia favoráveis e boas ligações aos mercados, constituem uma abordagem efectiva para se atingir a segurança alimentar, geração de rendimentos e conservação do meio ambiente. De qualquer forma, no seio da agricultura familiar existem diferenças visíveis entre explorações melhor dotadas, possuidoras de uma capacidade alta de adaptabilidade, e outras, muito vulneráveis, com poucos activos e limitada capacidade de fazerem face aos riscos e à mudança.

1.1.2 Agricultura empresarial

Antes da independência de Angola, ocorrida em 1975, este sector englobava basicamente empresas agrícolas do tipo familiar, consequência do ‘povoamento agrário dirigido’ e empresas do tipo patronal. Nestas últimas, podiam distinguir-se: (1) os grandes empreendimentos com base em vultuosos capitais e geralmente voltados para a exploração das chamadas culturas ricas ou para a pecuária mais ou menos extensiva; (2) os pequenos e médios empreendimentos com base em algumas disponibilidades de capitais, virados para a exploração de culturas de ciclo não longo, mais ou menos associadas à pecuária. Era o caso típico das ‘chitacas’⁹⁷ dos ‘comerciantes do mato’, das pequenas explorações que se instalaram nos arredores dos centros urbanos ou nas vizinhanças dos núcleos de povoamento dirigido e dos pequenos e médios produtores de leite nas bacias leiteiras fornecedoras das fábricas de lacticínios então existentes. Nos últimos anos de colonização registou-se um crescente interesse na instalação de explorações pecuárias empresariais no Sul de Angola, conduzindo a conflitos de terras com as populações locais pelo facto de muitas dessas explorações se situarem ou pretenderem ocupar áreas de pastagem comunitária e pontos tradicionais de abeberamento ou ainda se localizarem em áreas ou rotas de transumância. A ideia de que os povos pastoralistas e agro-pastoralistas do Sul de Angola eram retrógrados e o seu sistema de produção ineficiente devendo, portanto, ser substituído, foi então aceite sem uma avaliação crítica prévia, dando origem à ocupação progressiva de grandes extensões de terra por grandes fazendas e ranchos.

Após a independência nacional, grande parte das fazendas e ranchos estabelecidos no período colonial foi abandonada pelos seus proprietários ou destruída em consequência da guerra que entretanto eclodiu no País, tendo ocorrido também a fuga maciça dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que detinham a rede de comercialização e drenagem dos produtos agro-pecuários. O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural ainda tentou reunir o gado que restou e implementou algumas empresas estatais, mas estas foram-se esvaziando de conteúdo em consequência da sua má gestão, acabando por se extinguirem.

O ‘desaparecimento’ do sector empresarial em vastas áreas do Sudoeste angolano colocou fim aos litígios relacionados com a propriedade da terra, acabando muitas das fazendas por serem ocupadas pelas comunidades rurais vizinhas. Contudo, a partir do início da década de noventa, consequência

⁹⁶ Tem sido encontrada uma relação evidente entre uma distribuição mais equitativa da terra e de outros activos e maiores níveis de crescimento económico (Quan, 2000).

⁹⁷ Vernáculo angolano designativo de ‘quinta’.

da política do Estado para relançamento do sector empresarial, não só surgiram novos empresários, como também se manifestou a pretensão de antigos proprietários até então ausentes do país, em reocuparem as antigas explorações. Assim, a maioria das concessões de terra que antes da independência nacional estava em posse de ‘fazendeiros’ foi entretanto entregue a uma nova elite de grandes proprietários de terras (latifundiários). Entretanto, e novamente sem quaisquer estudos idóneos prévios nem qualquer avaliação profunda e imparcial, volta-se a propagandear a noção de ineficiência dos sistemas de produção levados a cabo pelas comunidades locais em claro prejuízo destas e a favor do grande capital. Volta assim a reacender-se a problemática da terra, com o litígio entre os dois sistemas de produção, particularmente nas áreas onde não foram devidamente acautelados os interesses das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas.

Depois da implementação da paz em 2002, muitos dos desenvolvimentos conjunturais que vêm ocorrendo têm estimulado e favorecido o grande empresariado na agricultura⁹⁸, concentrado, no momento, no fornecimento dos mercados urbanos a nível nacional. O desenvolvimento destas explorações comerciais agudiza diferenças sociais e conduz a um sistema de agricultura dualista. Por um lado, existe um sistema de produção agrícola moderno direccionado fundamentalmente para o mercado e com o objectivo primeiro de geração de lucros, enquanto por outro prevalece uma agricultura familiar praticada pela vasta maioria da população rural e que constitui a sua principal estratégia de meios de vida.

1.2 Aproveitamento da pastagem natural

A vegetação natural, fundamentalmente gramíneas e forragens arbóreo-arbustivas constitui um recurso vital para a sustentabilidade dos meios de vida dos criadores tradicionais de gado. Os principais problemas com a alimentação do gado criado em regime extensivo relacionam-se directamente com a sazonalidade verificada no crescimento vegetativo da forragem. De acordo com Pereira (1978), no Sudoeste de Angola, a principal fonte de alimentação do gado é constituída por uma associação de espécies de plantas herbáceas, algumas de arbustivas e árvores que pelo seu valor nutritivo e palatabilidade, são devoradas pelos animais. A pastagem natural constitui a fonte mais económica de alimentação do gado disponível sendo, contudo, necessário conjugar as necessidades alimentares dos animais com o comportamento das espécies vegetais presentes de forma a garantir não somente a continuidade da sua existência como também a regularidade do seu crescimento.

O conceito de pastagem natural abarca um povoamento constituído por diversas espécies vegetativas. Cada planta rivaliza com as restantes na obtenção de água e de substâncias nutritivas mas a miscelânea de espécies tem um efeito estabilizador sobre esse povoamento. Os últimos conhecimentos científicos colocaram em causa alguns termos e conceitos advogados anteriormente, como capacidade de carga⁹⁹, degradação¹⁰⁰ e desertificação¹⁰¹. Paralelamente, foram desenvolvidos

⁹⁸ Os empresários agrícolas são originários principalmente do meio urbano (funcionários públicos, comerciantes, políticos, quadros militares) e beneficiam de condições particulares que favorecem um processo de acumulação de riqueza acelerada (apoio de redes políticas e económicas, acesso privilegiado a informação estratégica e a crédito, relações estreitas com o poder e com instituições de apoio, acumulação de significativas somas de dinheiro no sector não agrícola, etc.).

⁹⁹ As definições de ‘capacidade de carga’ fornecem valores essencialmente estáticos, apropriados para áreas mais húmidas, com alto potencial, mas não para áreas áridas e semi-áridas, onde a capacidade de carga apresenta flutuações evidentes ao longo do ano assim como variações inter-anuais.

¹⁰⁰ Significa perda de capacidade de produção, consequência do sobrepastoreio, que excede a capacidade de carga da pastagem. Em situações de degradação de pastagens, a sua extensão tem sido muito contestada. Em geral, restringe-se à presumível irreversibilidade dos processos de degradação e/ou dos custos muito elevados de reabilitação. Note-se, contudo, que as áreas áridas e semi-áridas mostram uma marcada resiliência ou capacidade de recuperação após desastres ecológicos.

e aprofundados cientificamente alguns conceitos-chave relacionados com a ecologia e gestão das pastagens, nomeadamente a 'teoria da sucessão', a 'capacidade de carga' e as pastagens em 'equilíbrio' e em 'não equilíbrio'. Em seguida, é prestada particular atenção a estes conceitos. Para melhor compreensão da problemática da produção pecuária com base na pastagem natural descreve-se igualmente a teoria da 'tragédia da propriedade comunitária', baseada na tese de Malthus.

1.2.1 Teoria da 'Tragédia da propriedade comunitária'

O economista inglês Thomas Malthus¹⁰² defendeu, em 1798, a tese de que o crescimento da população humana está grandemente condicionado pela capacidade agrícola no planeta terra, porque enquanto esta cresce linearmente, a população cresce de forma exponencial. Assim, Malthus advogou a necessidade de controlar a população humana, argumentando que, caso contrário, se caminhará inevitavelmente para condições de vida no limiar da sobrevivência, para a miséria e eventual catástrofe. Tomando como referência a tese de Malthus, Garret Hardin¹⁰³ apresentou, em 1968, a sua tese intitulada 'tragédia da propriedade comunitária' que sublinha, de uma forma 'Malthusiana', a irracionalidade económica do pastoralismo. O argumento era de que não existiam incentivos para um criador de gado, utilizando áreas comunitárias para pastoreio, limitar o número de cabeças, já que outros criadores não o fariam, antes pelo contrário, poderiam mesmo aumentar o número de animais. Desta forma, os recursos naturais estão inevitavelmente destinados à degradação, pois cada indivíduo acaba por retirar mais de determinado recurso do que aquilo que deveria ser considerado óptimo tomando os utilizadores como um todo. A 'tragédia da propriedade comunitária' ao advogar que a terra mantida num regime de utilização comunitário será inevitavelmente sujeita ao sobrepastoreio, fornece um quadro teórico adequado para justificar as percepções existentes na altura por parte de agentes externos ao sistema, nomeadamente governantes, académicos e agentes de desenvolvimento, de que os pastoralistas dão uma utilização irracional à terra.

A teoria de Hardin serviu de base para a criação de uma visão distorcida do pastoralismo, porquanto ela negligencia o papel-chave das instituições costumeiras que regulam o acesso às terras comunitárias e a utilização dos recursos naturais, para além de interpretar mal certos aspectos relativos à gestão de pastagens em regiões secas. Segundo esta teoria, todas as áreas de pastagem comunitária são consideradas, erroneamente, como sendo de acesso livre. Fundamentalmente, Hardin não analisou devidamente a complexidade e as instituições sociais, regras e regulamentos envolvidos na globalidade do sistema pastoralista. Esta teoria contribuiu de sobremaneira para a perpetuação de mitos negativos sobre o pastoralismo como sendo o responsável pela sobrecarga animal, desertificação e insegurança. Assim, o pastoralismo foi, de uma forma geral, visto como economicamente ineficiente, ecologicamente disfuncional e retrógrado do ponto de vista social (Nori & Taylor, 2006).

¹⁰¹ Processo de degradação com perda substancial da capacidade produtiva dos solos. Este termo é muito vago sendo muitas vezes usado de forma negligente e emocional. A sua utilização está geralmente relacionada com fenómenos de avanço dos desertos. No entanto, em termos gerais, observações diversas têm demonstrado que este não é o caso: a fronteira com o deserto é muito difusa e variável. Os processos de desertificação são, muitas vezes, mais graves em áreas mais húmidas, consequência de práticas de exploração não correctas.

¹⁰² Malthus, T.R. 1798. *An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and other writers*. J. Johnson (ed.) in St. Paul's Church-Yard, London.

¹⁰³ Hardin, G. 1968. *The tragedy of the commons*. Science, 162: 1243-8.

1.2.2 Capacidade de carga animal

Em produção animal, um aspecto fundamental a ter em consideração refere-se à utilização correcta da forragem, tanto em condições de pastagem natural como artificial. A densidade óptima de animais em determinada área de pastagem permite a utilização eficiente da forragem sem haver perdas deixando, contudo, suficiente suporte vegetativo para permitir a sua rápida recuperação e manter a integridade ecológica do sistema. Assim, capacidade de carga pode ser definida como sendo o número de cabeças de gado que uma determinada área pode suportar sem que ocorra uma redução na produção forrageira no decurso das estações seguintes (Behnke *et al*, 1993). Na sua definição mais básica, a capacidade de carga animal determina a população máxima animal (gado ou fauna selvagem) que determinado habitat ou ecossistema pode suportar numa base sustentável, tendo este conceito sido desenvolvido para evitar que o pastoreio tenha repercussões negativas sobre os rendimentos forrageiros a longo prazo¹⁰⁴.

Em Angola, de acordo com Pereira (1978), o rendimento útil da pastagem na zona de pastos doces dificilmente ultrapassa os 130 kg de forragem por hectare em pastoreio directo, extensivo, sem rotação. Na zona de pastos mistos esse rendimento é, em média, de 250 kg e na de pastos acres de 400 a 600 kg. Nesta base, calcula-se, para a zona de pastos doces, uma capacidade de carga média de 10 hectares por bovino adulto/ano; para a zona de pastos mistos, a capacidade de carga está calculada em cerca de seis hectares por ano e por bovino adulto; para aquela de pastos acres a capacidade de carga oscila entre os 2,5 a 4 hectares (Pereira, 1978). A ‘densidade populacional crítica’ foi estimada em 0,33 km² por animal (bovino adulto), nas regiões semi-áridas e áridas do País (IV Plano de Fomento, 1971)¹⁰⁵. No seu estudo, a SATEC-SOGREAH (1991) calculou a seguinte capacidade de suporte das pastagens por quilómetro quadrado (km²): província da Huíla – 12 UGT (Unidade de Gado Tropical)¹⁰⁶; Cunene – 8,50 UGT; Namibe – 5 UGT. A média por km² para estas três províncias é de 9,06 UGT¹⁰⁷.

A partir dos anos noventa do século passado, a utilidade do conceito de ‘capacidade de carga’ nas terras de pastagem natural utilizadas em regime extensivo (*rangelands*) começou a ser questionada. Como resultado, actualmente é geralmente aceite como base científica para o desenvolvimento pecuário em regiões secas o conceito de ecossistema em ‘não-equilíbrio’¹⁰⁸ e reconhecida a

¹⁰⁴ Como noção geral, pode-se afirmar que o gado necessita de ingerir diariamente uma quantidade de matéria seca equivalente a cerca de 2,5% do seu peso corporal. Assim, para uma unidade de gado com 250 kg são necessárias anualmente 2,3 toneladas de forragem seca (de Leeuw & Tothill, 1990).

¹⁰⁵ Província de Angola. 1971. *IV Plano de Fomento. Para uma estratégia do desenvolvimento agrário*. 1.^o Apontamento. Luanda.

¹⁰⁶ UGT (Unidade de Gado Tropical): equivalente a um animal com 250 kg de peso vivo.

¹⁰⁷ A capacidade pascigosa das distintas formações vegetais pode variar significativamente. Por exemplo, nos Gambos, segundo Morais & Correia (1993b) e Morais (2007b) a disponibilidade média de pastagem era 8,25 hectares/CN, o que se situava dentro dos parâmetros normalmente aceites para a carga animal em regiões daquele tipo, mas a nível de cada um dos 14 sectores do município o panorama era diferente, pois a relação pastagem/gado variava de 2 ha/CN (no sector do Viriambundo) a 34,8 ha/CN (no sector do Tyiku-Nihiquilo). Por outro lado, a capacidade pascigosa de cada uma das formações vegetais presentes em cada sector é diferente, sendo menos favorável nas regiões com elevada percentagem de elevações rochosas e naquelas que apresentam uma grande percentagem de formações arenosas (*etunda*). De acordo com Wint & Bourn (1994), o número de cabeças por km² está estreitamente relacionado com a pluviosidade. As áreas mais secas (37,5 a 250 mm de precipitação anual) suportam níveis muito baixos de gado – uma média de 1,28 UGT (320 kg) por km². Entretanto, um ligeiro aumento na pluviosidade (entre 250 a 500 mm anuais) está associado a um aumento de 14 vezes nos níveis de gado, isto é, 18,29 UGT (cerca de 4600 kg) por Km². Podem ser atingidos 21 UGT por Km² à volta dos 825 mm de pluviosidade, decrescendo depois à medida que esta aumenta, sendo de zero depois de atingidos os 2500 mm.

¹⁰⁸ Para uma informação mais profunda sobre este conceito e distribuição dos ambientes de ‘equilíbrio’ e ‘não-equilíbrio’ no Sudoeste de Angola, veja-se o ponto 1.2.3, referente aos modelos ecológicos.

vantagem de utilização da pastagem natural de uma forma flexível e oportunista, em lugar das taxas de carga animal controladas, como anteriormente (Behnke & Scoones, 1993). Neste âmbito, Behnke *et al* (1993) sugerem que, embora possa ser teoricamente possível definir uma carga animal máxima sustentável para uma determinada área, a noção de carga animal é irrelevante para a formulação de políticas de desenvolvimento pecuário. Isto deve-se, em parte, ao facto de não ser possível regular o número de animais nos sistemas de utilização comunitária das terras e gestão oportunista das pastagens praticada em África. O princípio de uma carga animal fixa e constante não tem aplicação em sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas, não apenas porque o gado não é mantido sempre numa mesma área ao longo do ano, mas também porque se verifica uma ampla variação anual na produtividade vegetativa.

Nas regiões secas, onde a pluviosidade é muito variável, tanto no espaço como no tempo, torna-se inútil fixar uma capacidade de carga a longo prazo, porque a disponibilidade de forragem pode apresentar amplas flutuações de um ano para outro, tornando-se assim necessário desenvolver estratégias que permitam a adaptação a estas variações em lugar de limitar o número de animais com base numa capacidade de carga hipotética (Bayer & Waters-Bayer, 1998). Tem sido observado que, nas áreas de pastagem natural comunitária, a capacidade de carga teórica é repetidamente excedida em muitas vezes aquela indicada, sendo, todavia, estas situações aparentemente sustentáveis por longos períodos de tempo (Scoones, 1989).

1.2.3 Modelos ecológicos

Na sua condição de sistemas biológicos, os povoamentos vegetais naturais usados como pastagem (forragem) não são estáveis. Tanto o gado como a actividade humana influenciam a composição e a estrutura da vegetação. De acordo com a ‘teoria da sucessão’, o estado natural da vegetação denomina-se ‘clímax’. Neste estágio, a vegetação é, por definição, pouco produtiva, encontrando-se num estado de equilíbrio que depende da reciclagem dos elementos nutritivos, com muito pouca ou mesmo nenhuma exportação de biomassa e de nutrientes. A utilização da vegetação natural como pastagem ou como forragem, facto que corresponde à retirada de biomassa vegetal com o objectivo de uma produção, afasta a vegetação do seu estágio de ‘clímax’ colocando-a numa condição de ‘subclímax’. A vegetação tem então a tendência de voltar ao seu ‘clímax’ passando por uma sucessão de estádios. Considerando que a vegetação apenas é produtiva nos estádios instáveis da sucessão situados abaixo do ‘clímax’, a arte de gerir as pastagens consiste em estabilizá-las no estágio produtivo que se pretende ao nível da referida sucessão, equilibrando a regeneração vegetativa e a pressão do pastoreio (Bayer & Waters-Bayer, 1998).

O novo conceito sobre gestão de pastagens, baseado na variabilidade presente nas ‘terras de pastagem natural’ (*rangelands*), na sua capacidade de resiliência e na adaptabilidade das sociedades pastoralistas, abriu espaço a uma nova escola de pensamento, conhecida por ‘nova ecologia das terras de pastagem natural’¹⁰⁹, ‘eco-paradigma’ ou ‘paradigma da racionalidade’, que se baseia nos seguintes princípios: (i) a produtividade forrageira depende essencialmente das condições climáticas e suas variações e não da densidade animal; (ii) as terras de pastagem em regiões semi-áridas são, na realidade, resilientes, não frágeis; (iii) a forragem possui composição desigual e não está distribuída espacialmente de forma uniforme; finalmente, (iv) neste tipo de ambientes, em lugar de estratégias de pastoreio sedentárias, conservadoras, devem ser adoptadas estratégias ‘oportunistas’ baseadas na mobilidade das manadas.

Esta escola colocou em questão muitas das noções previamente estabelecidas, mormente aquelas relacionadas com a capacidade de carga e degradação das pastagens. Surgiu um ponto de vista alternativo que argumenta que a capacidade de carga ‘oportunistas’, que permite a variação da

¹⁰⁹ Tradução livre da expressão inglesa *new range ecology*.

densidade animal ao longo do tempo de modo a fazer o aproveitamento máximo das pastagens naturais sem entretanto prejudicar os recursos pascigosos e aceitando a necessidade periódica de redução/aumento dos efectivos levada a cabo pelos pastoralistas assim como as perdas sofridas por estes aquando de choques, como a seca, revela-se a mais apropriada para regiões com grande variabilidade pluviométrica. Nestas regiões, apelidadas de ‘não-equilíbrio’, os ecossistemas são dominados por eventos abióticos aleatórios (Behnke & Scoones, 1993), tendo estes autores também realçado a dinâmica das ‘terras de pastagem natural’ (*rangelands*) e a forte resiliência evidenciada por áreas aparentemente degradadas nestas regiões¹¹⁰.

O conceito de ambientes de ‘equilíbrio’ e ambientes de ‘não-equilíbrio’ influencia a gestão de pastagens. A escola do ‘velho pensamento’¹¹¹, que se baseia nos conceitos clássicos de gestão de pastagens, enfatiza os prejuízos que o pastoreio excessivo pode produzir sobre a futura composição vegetativa da pastagem, a quantidade de matéria vegetal produzida e a cobertura do solo. Consequentemente, é colocada ênfase na necessidade de estimar e de aplicar a correcta ‘capacidade de carga’, isto é, o número de animais que podem, de uma forma segura (i.e. sem causar degradação), pastorear numa determinada área (hectare ou km²) de pastagem, mesmo num ano seco. De acordo com este conceito, a correcta gestão da pastagem consiste em assegurar que a densidade de animais que se alimentam numa determinada área (densidade ou carga animal) nunca exceda a ‘capacidade de carga animal’. Já no âmbito da escola do ‘novo pensamento’¹¹², a distinção entre sistemas ecológicos em ‘equilíbrio’ e em ‘não-equilíbrio’ é fundamental. Nos sistemas em ‘equilíbrio’ existe forte interacção, em ambas as direcções, entre gado e vegetação, sendo válidas as preocupações da escola do ‘velho pensamento’ relacionadas com a degradação causada pela sobrecarga animal. Contudo, no caso dos sistemas em ‘não-equilíbrio’, a relação casual entre pressão de pastoreio e degradação da pastagem é débil, não sendo necessário levar em consideração a necessidade de avaliar e de aplicar a correcta ‘capacidade de carga animal’.

Embora o novo paradigma da ecologia das terras de pastagem natural, ou ecologia do ‘não-equilíbrio’, tenha reduzido as preocupações com o sobrepastoreio, deve-se ter em atenção que a gestão oportunista das ‘terras de pastagem natural’ (*rangelands*) pode não ser apropriada para todas as situações. Pratt *et al* (1997) alertam que: (i) existe o perigo deste novo conceito subestimar a possibilidade de sobrepastoreio e erosão; (ii) a polarização entre ecologia de ‘equilíbrio’ e de ‘não-equilíbrio’ pode conduzir a dois estados distintos em situações onde, na realidade, existe um *continuum*. Muitas vezes, existem ambientes de ‘equilíbrio’ em cenários de ‘não-equilíbrio’, como, por exemplo, em certos tipos de terras baixas. Portanto, na maioria das situações práticas, a gestão das ‘terras de pastagem natural’ (*rangelands*) permanece uma preocupação, embora menos inquietante em determinadas áreas que em outras; (iii) o novo conceito menospreza a sucessão como um processo em situações de ‘não-equilíbrio’; (iv) a resiliência das *rangelands* africanas não deve ser aplicada a todos os tipos de pastagem, em particular à cobertura arbustiva¹¹³.

1.2.3.1 Ecossistemas em ‘equilíbrio’

Os ambientes de ‘equilíbrio’ são caracterizados pela evolução progressiva da vegetação segundo os modelos clássicos de sucessão. Podem ser encontrados em áreas que apresentem padrões de pluviosidade previsíveis sendo caracterizados pela mudança gradual da vegetação, que também apresenta produção primária previsível e pouca variabilidade inter-anual. Nestes ambientes existe

¹¹⁰ Behnke & Scoones (1993) seguiram a ‘perspectiva dinâmica’ defendida por Tucker *et al* (1985), ao se referirem a um Sahel em ‘expansão’ e ‘contração’.

¹¹¹ Tradução livre do termo em língua inglesa *old thinking*.

¹¹² Tradução livre da designação inglesa *new thinking*.

¹¹³ Quando a vegetação arbustiva é destruída por demasiada utilização pode, em condições áridas, necessitar de 10-20 anos para se regenerar (Pratt *et al*, 1997).

forte interacção, em ambas as direcções, entre gado e vegetação, sendo válidas as preocupações sobre degradação causada pela sobrecarga animal. O número de cabeças por unidade de superfície é limitado pela pastagem disponível, pelo que um número excessivo de animais (isto é, acima da 'capacidade de carga') pode ter um impacto negativo e duradouro sobre a vegetação. Neste caso, o sobrepastoreio conduz a uma espiral de *degradação* ou *desertificação* porque, contrariamente ao que possa parecer, não existem períodos prolongados de seca que ofereçam oportunidades naturais para a recuperação da vegetação, como acontece nos ambientes de 'não-equilíbrio'. Nos ambientes de 'equilíbrio' pode ser adoptada uma capacidade de carga estável, já que a produtividade e condição da pastagem dependem essencialmente da densidade animal.

1.2.3.2 Ecossistemas em 'não-equilíbrio'

Nos ambientes em 'não-equilíbrio' a relação casual entre pressão de pastoreio e degradação da pastagem é débil. O potencial de produção da pastagem natural é dominado pela pluviosidade, a qual influencia o potencial produtivo tanto da pastagem como do gado. Secas episódicas ou outros eventos, como doenças do gado, reduzem o número de animais a um nível em que não causam um efeito negativo durável sobre a pastagem. Consequentemente, a degradação por sobrepastoreio assume menor importância do que aquilo que geralmente se cogita. Enquanto convencionalmente era enfatizada a irreversibilidade da degradação da vegetação, actualmente considera-se que nos ambientes de 'não-equilíbrio' o ecossistema prevalecente é muito dinâmico e resiliente. Áreas completamente desnudadas recuperam-se rapidamente com o regresso das chuvas. Resumidamente, as características destes tipos de ambiente conduzem a três importantes asserções no que respeita à ecologia das pastagens: (i) os ecossistemas áridos e semi-áridos são basicamente ambientes de 'não-equilíbrio', nos quais o pastoreio tem um efeito limitado sobre a produção vegetal a longo prazo sendo, portanto, improvável que aconteça uma degradação permanente da pastagem natural. Neste caso, as estratégias oportunistas são inofensivas para o meio ambiente e ajudam a desperdiçar menos alimento; (ii) a mobilidade do gado é crucial para manter a produtividade das *rangelands* (terras de pastagem natural), a qual varia substancialmente no espaço e no tempo; (iii) a exploração do gado é orientada para diferentes objectivos.

1.2.4 Recursos-chave

Recursos-chave podem ser definidos como factores de produção naturais, escassos, que limitam o output da produção pecuária controlando o número de animais ou sua produtividade durante o(s) período(s) mais crítico(s) do ciclo de produção. Compreender o papel dos recursos-chave nas regiões secas, mormente das manchas de terras húmidas, requer uma compreensão do ecossistema na sua globalidade, mormente as interacções entre 'terras de alto' e 'terras de baixa', entre agricultura e pastoralismo e entre processos ecológicos e económicos num contexto temporal e espacial. A disponibilidade de recursos no que se refere a espaço e tempo influencia os padrões de utilização da terra tanto em termos de agricultura como de pecuária.

1.2.5 Relação gado - forragem

Para alimentar o gado, o criador tem duas opções principais: ou levar o animal à forragem, ou transportar a forragem ao animal. Basicamente, existem cinco formas principais de relacionar o animal com a pastagem, que vão desde o pastoreio livre ao pastoreio zero, passando pelo pastoreio conduzido, pastoreio em parque, e pastoreio por corda (Bayer & Waters-Bayer, 1998). Enquanto o pastoreio zero e o pastoreio por corda estão mais adaptados a pequenos rebanhos, em geral de até cinco animais, o pastoreio conduzido exige menos trabalho por cabeça, pelo que se adapta melhor a rebanhos grandes, possibilitando que o criador realize assim uma economia de escala. No Sudoeste de Angola, os mais praticados por pastoralistas e agro-pastoralistas são o pastoreio conduzido e o pastoreio livre, sendo o pastoreio por corda essencialmente praticado com caprinos, em particular

quando existem poucos animais e em período de culturas agrícolas. Pereira (1978) denomina de 'pastoreio extensivo sem rotação' o sistema de pastoreio praticado pelos criadores tradicionais de gado no Sudoeste de Angola, no qual os animais são recolhidos ao currais de pernoita e libertos pela manhã.

No *pastoreio livre*, os animais deslocam-se livremente, procurando por eles próprios forragem e água. Eventualmente, são recolhidos num abrigo onde passam a noite. É o método que exige menos trabalho mas só é possível sob certas condições. Os animais podem-se deslocar livremente durante todo o ano ou apenas no decurso de um determinado período. Este sistema é muito praticado com caprinos e suínos em locais onde, para além de não haver o perigo de invasão de culturas agrícolas, também não existem predadores nem o risco de furto ou da ocorrência de acidentes. Por vezes, também os bovinos podem ser deixados a pastar livres durante uma parte do dia. Em pastoreio livre, bovinos e ovinos pastam em média 8 a 9 horas por dia, e os caprinos entre 7 a 9 horas (Arnold & Dudzinski, 1978, *apud*: Bayer & Waters-Bayer, 1998).

No *pastoreio conduzido*, aquele mais utilizado no Sudoeste de Angola, os animais são vigiados por um ou mais pastores que os conduzem aos locais onde se podem alimentar e abeberar evitando, assim, que invadam áreas interditas, como parcelas cultivadas. Controlando os movimentos dos animais, estes também podem ser levados a diferentes tipos de pastagem. Depois do pastoreio, os animais são recolhidos a um curral onde passam a noite. Apesar de, neste sistema, a duração do acesso dos animais à pastagem ser mais limitado, eles passam a maior parte desse período pastando, ruminando sobretudo depois do regresso ao curral. Esta forma de pastoreio, que permite juntar animais e forragem de forma muito flexível, exige conhecimentos e experiência por parte do pastor, que deve saber como manear os animais e conhecer os distintos tipos de vegetação e sua importância para o gado. Quando são utilizadas áreas agrícolas também para o pastoreio, o criador necessita negociar o acesso aos recursos pasciosos. O ciclo de pastoreio implica que os animais se desloquem, por vezes, por longas distâncias, pelo que tem de ser previamente decidido o local para onde levar o gado e respectivo itinerário, incluindo pontos de abeberamento e de repouso ao longo do mesmo. Em caso de doenças, feridas, etc., o pastor também precisa saber como as tratar, pelo que necessita ter domínio de tratamentos tradicionais.

Segundo Semenye (1988), trabalhando com pastoralistas Maasai, neste tipo de pastoreio o tempo médio de pastoreio real para a espécie bovina é de 6,2 horas diárias, variando de 5,7 horas em período seco a 6,6 horas em períodos com disponibilidade de forragem verde. A extensão da órbita de pastoreio é determinada por dois factores: (i) as distâncias percorridas entre o curral, a área de pastoreio e o ponto de abeberamento, e (ii) a distância percorrida no decurso do pastoreio. Os animais que percorram maiores distâncias até à área de pastagem tendem a movimentar-se menos durante o pastoreio comparativamente àqueles com acesso a áreas de pastagem mais próximas.

O número de animais de que um pastor se pode ocupar depende da topografia do terreno e da densidade de culturas agrícolas na zona. Quanto maior for a proporção de terras cultivadas, mais reduzido será o número de animais (normalmente não mais de 20 a 30 animais) que pode ser controlado. No respeitante à topografia, numa zona acidentada, esse número será menor que numa área de savana pouco arborizada. Os criadores que fazem a transumância muitas vezes mantêm vacas ou bois velhos no rebanho para que sirvam de animais guia, o que permite acalmar e orientar as restantes cabeças. Os pastores normalmente fazem uso de cães na sua actividade e, em algumas zonas, particularmente no Cuanhama, podem mesmo utilizar o cavalo.

No *pastoreio em parque* os animais são mantidos em parcelas parqueadas onde podem pastar à vontade e têm normalmente água ao seu dispor, podendo pastorear unicamente durante o dia ou durante dia e noite. Neste último caso, os elementos nutritivos são reciclados de maneira mais ou menos eficaz e sem grandes perdas no interior de um parque. Os parques possibilitam a delimitação

nítida das unidades de terreno assim como o controlo do acesso à pastagem. A forma como os parques são geridos pode influenciar a composição da vegetação. Este sistema de pastoreio permite mais facilmente colocar o conceito e carga animal em prática e possibilita uma grande produtividade por unidade de trabalho, mas tem o inconveniente de exigir investimentos importantes na construção e manutenção das cercas e bebedouros. Trata-se de uma modalidade de pastoreio fundamentalmente utilizada em fazendas (sistema de produção de carne em rancho) portanto, no sector empresarial.

No *pastoreio por corda* os animais são mantidos presos a uma corda ou corrente que controla os seus movimentos. Depois do pasto esgotado, são mudados de área. Ao longo do dia, os animais podem ir sendo deslocados de local, o que permite melhorar o acesso à forragem, mas este procedimento requer um trabalho suplementar, geralmente executado por crianças ou mulheres. O abeberamento é feito levando-lhes água ou conduzindo-os ao ponto de água. Pela tarde são recolhidos a um abrigo, onde passam a noite. Sistema muito utilizado com caprinos nos períodos de cultivo agrícola, principalmente por grupos domésticos com poucos animais (por exemplo, até 4-5 cabeças), é praticado na proximidade das aldeias, em áreas suburbanas e ao longo de estradas, podendo ser considerado como a forma mais intensiva de pastoreio em rotação. Esta prática permite evitar a invasão de parcelas agrícolas e de outras áreas protegidas junto às aldeias e possibilita uma utilização flexível dos recursos forrageiros. Os animais obtêm por eles próprios a forragem de que se alimentam, o que lhes possibilita fazerem uma certa selecção, embora condicionada pelo comprimento da corda ou corrente pela qual estão presos. Nos momentos da prática de lavoura e sacha ou em momentos de excesso de trabalho no grupo doméstico pode acontecer que os animais sejam levados tarde ao pasto ou que não sejam mudados de local as vezes necessárias nem tenham água à sua disposição, com evidente prejuízo para a sua produtividade. Pelo facto de não se poderem abrigar do vento e da chuva ficam expostos a doenças respiratórias.

No *pastoreio zero*, os animais são mantidos num local específico, não obrigatoriamente um estábulo, sendo-lhes levados forragem e água. Exige muito trabalho da parte do grupo doméstico, trabalho esse executado sobretudo por mulheres e crianças. Não possibilita que os animais escolham a melhor forragem, pois têm de se limitar àquilo que lhes é dado, acontecendo, muitas vezes, não receberem as quantidades de forragem e água de que necessitam. Podem ser mantidos a pastoreio zero durante todo o ano ou apenas durante parte do mesmo. Este sistema adapta-se bem à produção intensiva e à criação de animais em zonas muito povoadas. Na região do 'Complexo da Ordenha' o pastoreio zero é praticado essencialmente com animais doentes ou demasiado fracos para se deslocarem. No sistema de *semi-pastoreio zero* ficam estabulados apenas durante uma parte do dia, sendo este sistema especialmente praticado com animais ainda demasiado jovens para passarem uma jornada a pastar.

1.2.6 Mobilidade do gado

Para os pastoralistas, é fundamental o movimento 'oportunista' das manadas através de distintos espaços geográficos e de territórios cujas fronteiras são flexíveis e negociáveis, facto que lhes permite manter os grandes rebanhos que constituem o seu principal activo de meios de vida (Behnke & Scoones, 1993)¹¹⁴. A mobilidade aumenta globalmente a capacidade de carga nas 'terras de pastagem natural' (*rangelands*), as quais exibem amplas diferenças sazonais no que se refere à disponibilidade de recursos pascigosos (Behnke & Scoones, 1993). Entretanto, para além da disponibilidade de recursos naturais, o capital humano e o capital social de que os grupos domésticos dispõem são fundamentais para o asseguramento dessa mobilidade. O capital humano envolve o

¹¹⁴ «A produção convencional de bovinos é como a exploração mineira. É insustentável, porque se está apenas a retirar sem repor nada. Mas quando se faz a rotação de bovinos na pastagem natural, muda-se a equação: repõe-se mais do que se retira.» (Coleman, *in*: Time, January 25, 2010).

conhecimento profundo da complexa dinâmica ecológica das 'terras de pastagem natural' (*rangelands*), fundamental para a identificação dos recursos disponíveis de forma a assegurar as estratégias de pastoreio. Este conhecimento indígena inclui familiaridade com os recursos pascigosos esparsos e desiguais a nível das *rangelands* e compreensão dos padrões climáticos erráticos, para além da necessária intimidade com a fisiologia e produtividade do gado. A disponibilidade de água constitui, muitas vezes, factor limitante na utilização de determinadas áreas de pastagem, enquanto frutos e vagens silvestres, arbustivas, plantas medicinais e afloramentos salinos constituem importantes recursos suplementares. Através do princípio de reciprocidade dos direitos de usuário, o capital social joga um papel crítico como garantidor do acesso aos diferentes recursos das 'terras de pastagem natural' (*rangelands*) em momentos de necessidade assim como na resolução de disputas sobre recursos naturais (Niamir-Fuller, 1999; Nori & Taylor, 2006; Nori *et al*, 2008).

1.2.7 Água e pastoralismo

Na região do 'Complexo da Ordenha', o acesso à água constitui um dos vínculos mais importantes entre gado, homem e meio ambiente, e um factor de grande influência nos distintos sistemas de produção pecuária desenvolvidos. A água, tanto para uso doméstico como para abeberamento do gado¹¹⁵, constitui uma questão crucial na região, estando a sua disponibilidade determinada pelos direitos de acesso aos pontos de água, pela distância e pelo trabalho necessário para a obter e transportar para casa (trabalho essencialmente da mulher) ou para a disponibilizar aos animais (trabalho basicamente cumprido pelo homem).

Os animais obtêm água de diferentes fontes, designadamente directamente pelo abeberamento, ou de forma indirecta, através da ingestão do líquido presente nas forragens que lhes servem de alimento. A não ser que a forragem contenha alto teor de humidade, têm de obter a maioria da água de que necessitam bebendo. Regra geral, atribui-se um consumo médio diário de 25 litros de água (consumida pelo abeberamento) por UGT¹¹⁶. Na prática, a água ingerida por cabeça varia muito, dependendo da espécie animal, ingestão de matéria seca, composição dos alimentos e quantidade de água neles presente, peso vivo e estado fisiológico do animal, níveis de actividade, leite produzido (fêmeas em lactação), salinidade da água, condições climáticas, etc. (King, 1983). O consumo pode mesmo duplicar, sendo comum avaliar, no continente africano, as necessidades de água do gado em 50 l/UGT/dia.

Em África, as necessidades diárias em água do gado adulto que não se encontre em lactação, vivendo sob condições de pastagem natural, variam com a espécie animal. São, em geral, as seguintes (King, 1983): caprinos de 30 kg, 2,0 litros; ovinos de 35 kg, 1,9 litros; bovino zebuino de 350 kg, 16,4 litros. Richardson & Smith (2006) indicam, para os bovinos nos trópicos, uma necessidade de 10 litros de água diários por 100 kg de peso vivo. Para a região sudoeste de Angola tem sido tomada como referência 30 litros diários por UGT (SATEC-SOGREAH, 1991; Correia, 1993). Bovinos criados tradicionalmente e mantendo um regime de abeberamento diário, normalmente não podem, a partir do ponto de água, pastorear num raio superior a 8 km (King, 1983). Quando a forragem é abundante, os bovinos bebem diariamente e raramente pastoreiam a distâncias superiores a 5 km do local de abeberamento (Richardson & Smith, 2006; Markwick, 2007). Bovinos pastando a cerca de 7-10 km do ponto de abeberamento regra geral apenas se dessedentam de dois em dois dias. Entretanto, admite-se que possam pastar até 20 km de distância dessedentando-se todos os três dias (Richardson & Smith, 2006). Contudo, o stresse em água daí resultante reduz a produtividade animal. Os pequenos ruminantes usualmente pastoreiam no espaço de um círculo com um raio de 2,5 km em relação ao ponto de água (Markwick, 2007). Porém, se o animal necessitar de maior quantidade de

¹¹⁵ Atende-se ao seguinte provérbio Nhaneca: "*Kaikondokela tyihimo, kainekowe*" (Boi que não larga as cacimbas não está saciado).

¹¹⁶ Unidade de Gado Tropical, correspondente a um animal de 250 kg de peso vivo.

água pelo facto de se encontrar em lactação, pela salinidade da água ou pela forragem se encontrar demasiado seca e fibrosa, pode necessitar de se dessedentar por mais de uma vez durante o dia, situação que reduz o raio de pastoreação (Markwick, 2007). A disponibilidade continuada de água melhora o crescimento do animal e a eficiência da conversão alimentar e, consequentemente, a produtividade daquele (Stahl *et al*, 2001).

1.2.8 Pastoralismo e mudanças climáticas

As mudanças climáticas constituem uma potencial ameaça ao crescimento continuado da produção agrária. Parece certo que, de uma forma geral, haverá um aumento de temperaturas e, consequentemente, níveis superiores de evaporação. Portanto, o valor de um determinado nível de pluviosidade poderá ver-se reduzido em termos da sua contribuição para a produção primária. As implicações das mudanças climáticas sobre os meios de vida pastoralistas não estão ainda bem compreendidas, prevalecendo duas opiniões principais (Nori *et al*, 2008): enquanto alguns prevêm que os pastoralistas sejam os primeiros a perder os seus meios de vida à medida que as terras de pastoreio se forem tornando cada vez mais áridas e os pontos de água secando, outros argumentam que os pastoralistas são o grupo melhor preparado para se adaptar às mudanças climáticas, pois as respectivas estratégias de meios de vida têm excelente capacidade de resposta face à imprevisibilidade climática e à redução e variabilidade dos recursos naturais, para além de serem o grupo mais apto para fazer face a condições agro-ecológicas imprevisíveis e difíceis. Este cenário conduzirá a um aumento da extensão de territórios onde o pastoralismo terá vantagens comparativamente a outros meios de vida (Nori *et al*, 2008). Nesta base, o reforço e asseguramento do acesso de pastoralistas e agro-pastoralistas aos recursos estratégicos é essencial para que sejam capazes de fazer face, de forma eficaz, às alterações climáticas.

Num contexto de mudanças climáticas, em que os recursos se poderão tornar cada vez mais incertos, embora sem necessariamente conduzirem ao colapso das pastagens naturais, a mobilidade do gado constitui a melhor forma de reduzir os riscos (Nori *et al*, 2008). Se os constrangimentos à mobilidade dos rebanhos que já se verificam na região sudoeste de Angola se agravarem, a vulnerabilidade dos grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas poderá aumentar dramaticamente. Em anos de pouca pluviosidade e em situações de seca, os criadores de gado correrão o risco de não serem capazes de conduzir as manadas às áreas de recursos-chave, com a consequente perda de animais e quebras na produtividade do rebanho, facto que pode arrastar os grupos domésticos para uma situação de destituição. Hesse & Cotula (2006) alertam que experiências passadas demonstram que em áreas onde, em situações de crise, a mobilidade dos rebanhos é restringida, os poucos recursos disponíveis (pastagens, pontos de água) sofrem, de uma forma continuada, concentrações cada vez maiores de gado e pessoas, aumentando a degradação ambiental na vizinhança dos pontos de água, e conduzindo à perda de meios de vida à medida que a produtividade do gado se reduz e a mortalidade aumenta.

A ameaça sobre os meios de vida pastoralistas não são tanto as mudanças climáticas, mas antes uma aptidão cada vez mais reduzida de pastoralistas e agro-pastoralistas fazerem valer de forma eficaz as suas capacidades de adaptação. Reforçar os direitos pastoralistas sobre um leque mais amplo de recursos, tanto agro-ecológicos como socioeconómicos, possibilitando-lhes a utilização destes recursos na medida das suas necessidades, é vital para reduzir a sua vulnerabilidade e conduzir ao desenvolvimento sustentável das terras marginais (Nori *et al*, 2008).

1.3 Meios de vida

Segundo Chambers & Conway (1991) «os meios de vida consistem nas capacidades, actividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento»¹¹⁷. Ellis (2000) indica que um meio de vida compreende os activos (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as actividades e o acesso (mediado por instituições e relações sociais) aos referidos activos que em conjunto determinam a vida usufruída pelo indivíduo ou grupo doméstico. Entretanto, ao mesmo tempo que as opções de meios de vida são mediadas por um conjunto de factores externos, são também condicionadas pela composição e dinâmica interna dos grupos domésticos (Upton, 2004). De acordo com Chambers & Conway (1991) «um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de stress ou impactos, mantendo ou expandindo as suas capacidades e bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base»¹¹⁸. Basicamente, os meios de vida são sustentáveis quando resistem a crises e impactos externos, não estão dependentes de apoio externo ou, se tal acontecer, esse apoio é económica e institucionalmente sustentável, preservam a produtividade dos recursos naturais a longo prazo sem os deteriorar e não prejudicam nem comprometem as opções de meios de vida de outros grupos domésticos. Outra forma de conceituar as muitas dimensões da sustentabilidade é distinguir entre os aspectos ambientais, económicos, sociais e institucionais dos sistemas sustentáveis. A sustentabilidade ambiental é alcançada quando a produtividade dos recursos naturais que sustentam a vida é preservada ou ampliada para uso pelas gerações futuras. A sustentabilidade económica é obtida quando um dado nível de gastos pode ser mantido no decorrer do tempo. No contexto dos meios de vida das populações carentes, a sustentabilidade é alcançada se um nível básico de bem-estar económico for atingido ou mantido. A sustentabilidade social é conseguida quando a exclusão social é minimizada e a igualdade social maximizada. A sustentabilidade institucional é atingida quando as estruturas e os processos preponderantes têm condições de continuar a desempenhar as suas funções a longo prazo (DFID, 1999). Os sistemas sustentáveis, sejam eles grupos domésticos, comunidades ou economias nacionais, acumulam activos e recursos e aumentam a base de capital com o decorrer do tempo. Os sistemas não sustentáveis esgotam o capital, gastando os recursos e, deixando, portanto, menos activos para as gerações vindouras.

As principais dimensões pelas quais são definidas e medidas diferenças entre, e no seio, das distintas categorias de meios de vida são as seguintes (Start & Johnson, 2004): (1) *Sector económico*: de acordo com o sector económico, os meios de vida podem ser classificados como ‘agrícolas’ e ‘não da agricultura’ (*non farm*). As actividades também podem ser agrupadas de acordo com o conceito de sector primário, secundário e terciário, estando a agricultura incluída no sector primário. (2) *Espaço*: as actividades ou empresas nas áreas rurais são geralmente diferenciadas daquelas nas áreas urbanas e podem repartir-se por um espaço mais ou menos amplo.¹¹⁹ (3) *Escala*: a escala da unidade económica varia desde o nível individual, como um simples trabalhador assalariado, um vendedor informal, um pastor, etc., passa pelo grupo doméstico que se baseia no trabalho familiar, até à empresa, indústria ou fazenda que emprega dezenas de pessoas. O tamanho está geralmente relacionado com o capital investido e tecnologia utilizada. A distinção entre empresas formais e informais depende basicamente do número de empregados. (4). *Relações de produção*: no âmbito

¹¹⁷ Chambers, R. & Conway, G. 1991. *Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century*. Discussion Paper 296. IDS, Brighton. Pág. 6.

¹¹⁸ Adaptado de Chambers, R. & Conway, G. 1991. *Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century*. Discussion Paper 296. IDS, Brighton. Pág. 6.

¹¹⁹ No Sudoeste de Angola, cada vez mais as estratégias multiespaciais de meios de vida se estendem pelos dois domínios: alguns membros do grupo doméstico permanecem nas áreas rurais, onde os custos de reprodução são inferiores, enquanto outros residem, em geral temporariamente, nas áreas urbanas, onde podem obter maiores rendimentos no mercado de trabalho. Entre o rural e o urbano podem ser distinguidos outros espaços, incluindo explorações agro-pecuárias (fazendas) e periferias urbanas.

dos meios de vida, um indivíduo pode participar numa actividade económica tanto actuando como proprietário e exercendo controlo sobre os meios de produção, assumindo, portanto, todos os riscos ou, no outro extremo, como empregado, podendo existir diferentes categorias de empregados em dependência da relação patrão-empregado e dos arranjos contratuais.

O conceito de meios de vida mudou a análise tradicional do meio rural baseada na medição dos parâmetros da produção, emprego e rendimentos para uma visão muito mais holística que engloba dimensões sociais e económicas, redução da vulnerabilidade e sustentabilidade ambiental, tudo dentro do contexto de um desenvolvimento baseado nos pontos fortes e prioridades locais (Shackleton *et al*, 2000). Este conceito reconhece que os grupos domésticos perseguem um conjunto de estratégias de meios de vida baseadas em activos (capital natural, financeiro, social, humano e físico) a que têm de lançar mão para atingirem os resultados de meios de vida pretendidos (Shackleton *et al*, 2000). A capacidade de aceder às várias combinações de activos ajuda a determinar a vulnerabilidade ou robustez de determinado meio de vida.

Trabalhar com a matriz de meios de vida requer a compreensão dos seus diferentes elementos e dos vínculos entre eles. Esta matriz ajuda a: (i) identificar – e valorizar – o que indivíduos e grupos domésticos fazem para enfrentar o risco e a imprevisibilidade; (ii) relacionar factores que, ou provocam constrangimentos ou potencializam os meios de vida, com políticas e instituições num contexto mais amplo; (iii) identificar medidas que permitam fortalecer activos, aumentar capacidades e reduzir a vulnerabilidade dos grupos domésticos. Esta matriz permite compreender como os grupos domésticos, desenvolvendo distintas estratégias compostas por um conjunto de actividades, alcançam as suas metas de meios de vida a partir das capacidades de que dispõem e dos activos a que têm acesso.

Funcionamento da matriz de meios de vida

O ponto de partida da matriz de meios de vida¹²⁰ são os *activos (bens capitais)* possuídos, controlados, reivindicados ou acedidos de qualquer outra forma pelo grupo doméstico. São identificados cinco categorias de activos ou tipos de *capital* (capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro, capital sociopolítico) a partir dos quais se constroem os meios de vida. Estas cinco categorias são caracterizadas da seguinte forma:

Capital natural: formado pela reserva de recursos naturais incluindo o solo, água, vegetação e fauna. Realce-se que o importante não é apenas a existência de diferentes tipos de recursos naturais, mas também o acesso aos mesmos (acesso físico ao recurso alvo, acesso legal ao recurso alvo; controlo sobre o recurso alvo e capacidade de excluir outros), sua qualidade e como se associam e variam ao longo do tempo. O acesso negociado ou recíproco aos recursos naturais é um mecanismo que sustenta sistemas de propriedade que proporcionam aos diferentes grupos pastoralistas e agro-pastoralistas a capacidade de fazerem face, de uma maneira oportunista, a flutuações de curto prazo imprevisíveis no respeitante à pastagem ou aprovisionamento de água, ao mesmo tempo que aplicam uma estratégia de longo prazo que mantenha a reprodução do meio ambiente e relações sociopolíticas viáveis (Niamir-Fuller, 1999). Pastoralistas e agro-pastoralistas procuram, basicamente, assegurar o acesso a recursos específicos em diferentes épocas do ano, em lugar de investir em onerosos mecanismos de controlo sobre áreas de terra apenas esporadicamente produtivas (Nori *et al*, 2008).

Capital físico: compreende a infraestrutura básica e os bens de produção necessários para apoiar indivíduos e grupos domésticos a alcançar os seus meios de vida. A infraestrutura consiste em alterações no ambiente físico que ajudam as comunidades a satisfazer as suas necessidades básicas e

¹²⁰ Para melhor compreensão, em anexo é apresentado o respectivo diagrama.

a serem mais produtivas. Os bens de produção são os instrumentos e o equipamento que permitem aos grupos domésticos que os utilizam funcionar de forma mais produtiva. A nível de grupo doméstico incluem-se: habitações e bens diversos, acesso/propriedade a meios de transporte, acesso/propriedade de equipamento, meios de produção e processamento, equidade no acesso aos recursos físicos por parte dos membros do grupo doméstico. Neste tipo de capital inserem-se também as facilidades de comunicação.

Capital humano: representa o conhecimento, habilidades, capacidade de trabalho e saúde dos membros do grupo doméstico. Juntos, permitem ao grupo doméstico seguir diferentes estratégias de meios de vida e alcançar os resultados pretendidos. Este tipo de capital (tamanho e composição do grupo doméstico, nível de educação, práticas culturais) é determinante para o seu envolvimento em actividades tanto *farm* como *non-farm*. Inclui tanto a quantidade (número de indivíduos produtivos) como a qualidade (o que esses indivíduos ‘sabem fazer’ e a sua capacidade de trabalho) dos seus recursos humanos. Envolve conhecimentos e habilidades adquiridos quer através da educação formal, quer através da experiência e aprendizagem não formal.

Capital financeiro: representa os recursos financeiros usados por indivíduos e grupos domésticos para atingir os seus objectivos de meios de vida. Podem ser distinguidas duas fontes de capital financeiro consoante a sua disponibilidade: (i) capital já disponível, nomeadamente em dinheiro ou em activos líquidos, como gado; corresponde essencialmente a poupanças. (ii) capital basicamente dependente de outros e que ainda necessita de ser disponibilizado: fluxo regular de dinheiro, rendimento de trabalho, remessas, pensões, crédito, segurança social, seguros, etc.

Capital social: basicamente, o capital social contempla os recursos sociais (endógenos e exógenos) utilizados por indivíduos e grupos domésticos para alcançar os seus objectivos no referente aos meios de vida. Como conceito, é um dos mais difíceis de ser medido e avaliado. Na literatura de desenvolvimento (meios de vida sustentáveis), o capital social é definido como sendo «os recursos sociais (redes, reivindicações sociais, relações sociais, afiliações, associações) sobre os quais as pessoas se baseiam quando perseguem diferentes estratégias de meios de vida requerendo acções coordenadas» (Scoones, 1998)¹²¹. Muitas vezes, o acesso e importância do capital social são determinados através do nascimento, idade, género, tribo, religião, casamento, riqueza ou número de descendentes e pode mesmo diferir no seio de determinado grupo doméstico (Adamo, 2001). A nível de comunidade é importante a coesão sociocultural entre os diversos grupos domésticos que a constituem. Por sua vez, o capital social afecta directamente outros tipos de capital, quer melhorando a eficiência das relações económicas, quer reduzindo os problemas de ‘acesso livre’ relacionado com bens públicos através de confiança mútua e obrigações que o capital social impõe a nível de comunidade (de Haan, 2001). Alguns autores denominam este capital de capital *sociopolítico*¹²², pela importância que nele assumem a voz e influência sociopolítica, enquanto outros separam capital *político* de capital *social*.

Capital político: Booth *et al.* (1998) acrescentaram aos restantes capitais o ‘capital político’ para descrever o poder e influência que os diferentes indivíduos ou grupos domésticos têm a nível de comunidade e sociedade em geral. Tal como o capital social (e cultural) é um activo ‘intangível’, que pode ser observado em relações sociais e posições políticas, mas que não pode ser medido. Capital político pode ser definido como a capacidade de fazer uso do poder no apoio de posições políticas ou económicas e de reforçar os meios de vida (Baumann & Sinha, 2001). Refere-se tanto à distribuição legítima de direito e de poder, como a operações ilícitas de poder. De acordo com Baumann & Sinha

¹²¹ Scoones, I. 1998. *Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis*. IDS Working Paper 72. IDS (Institute of Development Studies), Brighton. Pág. 8.

¹²² No presente estudo utilizaremos esta denominação.

(2001) o capital político «destina-se a influenciar o fluxo de entitamentos¹²³ disponíveis através de políticas, instituições e processos, quer para ganhar acesso de forma legítima ou ilegítima a esses direitos, ou para negar a outros acesso a eles»¹²⁴.

Todos estes activos, distribuídos pelos distintos tipos de capital, constituem a *plataforma de meios de vida* (ou *base de meios de vida*), formada como que por 'blocos de construção' sobre os quais o grupo doméstico é capaz de empreender actividades de produção, engajar-se nos mercados de trabalho e participar em trocas recíprocas com outros grupos domésticos.

O acesso aos diferentes *bens capitais* pode ser influenciado, por um lado, pelas *relações sociais, instituições*¹²⁵ e *organizações*¹²⁶, factores sociais que são essencialmente endógenos às normas sociais e estruturas de que os grupos domésticos fazem parte, por outro lado por factores exógenos envolvendo *tendências*, que conduzem a mudanças graduais que vão decorrendo ao longo de períodos longos, *situações de stresse* e *choques* imprevistos com consequências importantes na viabilidade dos meios de vida e pela *sazonalidade*, mormente aquela relacionada com a disponibilidade de recursos naturais, prevalência sazonal de doenças, preços de produtos, etc. Enquanto as *situações de stresse* são continuadas e cumulativas, previsíveis e angustiantes, os *choques* são impactos súbitos, imprevíveis e traumáticos. Todos estes factores constituem o *contexto de vulnerabilidade* em que vivem indivíduos e grupos domésticos.

Com base na respectiva plataforma de meios de vida, indivíduos e grupos domésticos elaboram as suas *estratégias de meios de vida*. Este termo define a diversidade e a combinação de actividades e escolhas que indivíduos e grupos domésticos fazem e adoptam para alcançar os seus objectivos no que se refere aos meios de vida. Estas escolhas são mediadas por factores sociais e tendências ou choques exógenos. As *estratégias de meios de vida* são compostas por *actividades* que geram os meios de sobrevivência do indivíduo/grupo doméstico. Dividem-se em actividades baseadas em *recursos naturais* e actividades *não baseadas em recursos naturais*. A combinação das actividades escolhidas pode ser vista como um 'portfolio de meios de vida'. As actividades conduzem aos *resultados* das estratégias de meios de vida¹²⁷, com *efeitos* a nível da *segurança dos meios de vida* do indivíduo/grupo doméstico ou seja, da sobrevivência deste, e da *sustentabilidade do meio ambiente*. Podem ser definidos como *metas dos meios de vida* os objectivos perseguidos pelo indivíduo/grupo doméstico mediante as suas *estratégias de meios de vida*. A segurança dos meios de vida inclui atributos relacionados com o nível de rendimentos e sua estabilidade, capacidade de gestão de riscos e choques, segurança alimentar, qualidade de vida e bem-estar. Os grupos domésticos podem ver a sua condição melhorada, deteriorada ou simplesmente mantida mais ou menos idêntica.

¹²³ Corresponde ao termo inglês *entitlement*.

¹²⁴ Baumann, P. & Sinha, S. 2001. *Linking Development with Democratic Processes in India: Political Capital and Sustainable Livelihoods Analysis*. Natural Resource Perspectives 68. ODI (Overseas Development Institute), London. Pág. 3.

¹²⁵ As instituições consistem tanto de regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade) como de constrangimentos informais (sanções, tabus, costumes, tradições e regras de conduta) (North, 1991). Políticas e ambiente institucional adequados tornam mais fácil a indivíduos e grupos domésticos terem acesso aos activos de que necessitam para os seus meios de vida. Políticas e ambiente institucional não adequados podem discriminar contra o pobre, dificultando-lhe o acesso à terra, gado, capital e informação.

¹²⁶ Estruturas públicas ou privadas que estabelecem e implementam as políticas e as leis, prestam serviços, negociam e desempenham todos os tipos de funções relacionadas aos meios de vida.

¹²⁷ Esses resultados são os produtos das estratégias de meios de vida adoptadas. Tanto podem significar maiores rendimentos, melhor saúde, educação, aumento do bem-estar, acumulação de activos, status e prestígio na comunidade, menor vulnerabilidade, maior segurança alimentar e uso mais sustentável da base de recursos naturais, como, pelo contrário, traduzir insegurança alimentar, insegurança das fontes de receita, alta vulnerabilidade aos choques, perda de activos e empobrecimento, etc., em consequência de estratégias de meios de vida mal sucedidas.

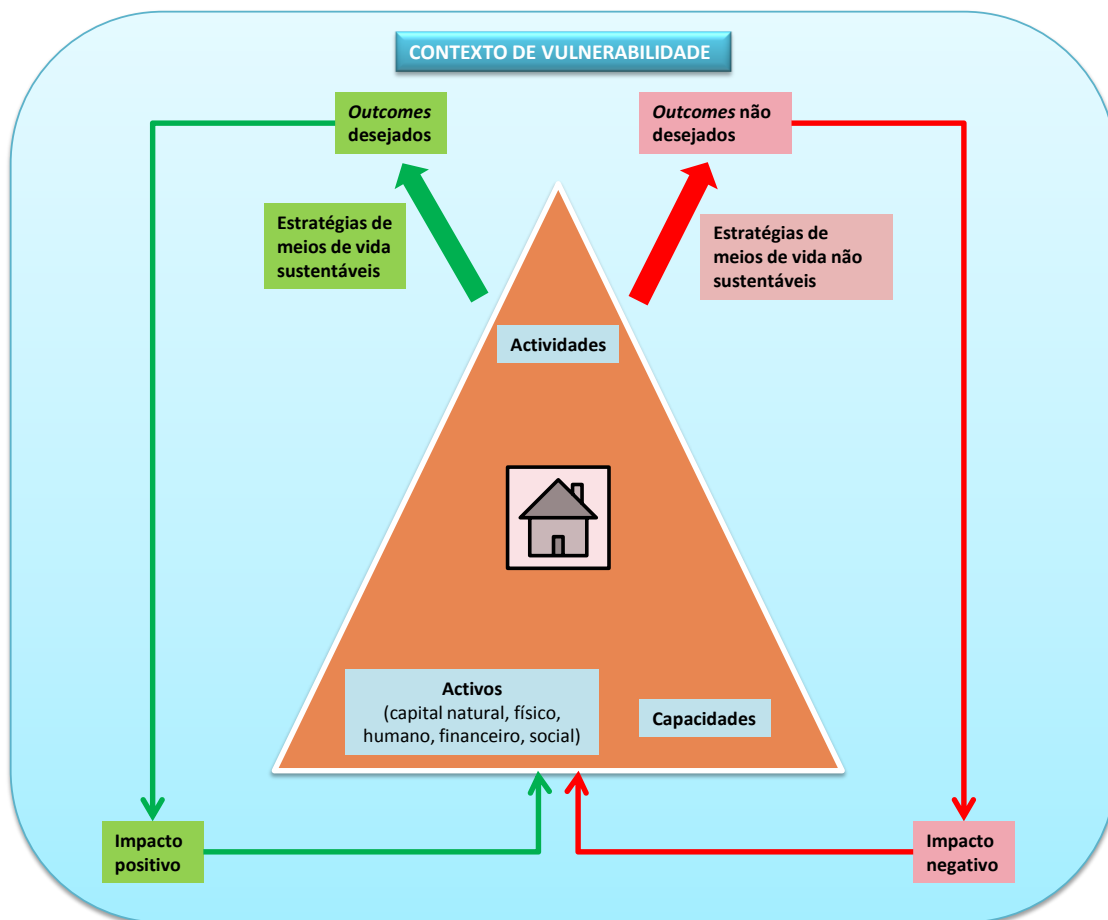


Figura II 1: Grupo doméstico e estratégias de meios de vida.

Quadro II 1: Matriz para análise dos meios de vida em meio rural (nível micro).

A	B	C	D	E	F	G
Plataforma de meios de vida	Acesso influenciado por	Contexto de vulnerabilidade	Resultando em	Actividades de meios de vida	Resultados com efeitos sobre	Conduzindo a
Activos: Capital natural Capital físico Capital humano Capital financeiro Capital sociopolítico	Relações sociais: Género Classe Idade Etnicidade Instituições: Regras e normas (costumes) Posse de terra Práticas de mercado Organizações: Administração local Serviços do Estado Associações OSC	Tendências: População Migração Tecnologia Preços Macro-políticas Tendências económicas a nível nacional e regional Tendências económicas a nível mundial Situações de stress: Redução na força de trabalho Degradação do meio ambiente Redução dos recursos naturais Pressão demográfica Outras Choques: Seca Inundações Doenças Pragas Conflitos Guerra Outros Sazonalidade	Estratégias de meios de vida	Actividades baseadas em recursos naturais: Caça, pesca e colecta Culturas agrícolas (alimentares) Culturas agrícolas (não alimentares) Pecuária Recursos naturais <i>non-farm</i> Actividades não baseadas em recursos naturais: Comércio diverso Prestação de serviços Pequena indústria rural Remessas Outras transferências	Segurança dos meios de vida (sobrevivência do grupo doméstico): Nível e estabilidade de rendimentos; Segurança alimentar; Capacidade de gestão de riscos; Qualidade de vida e bem-estar Sustentabilidade ambiental: Solo Água Pastagem natural Florestas Biodiversidade	Indivíduos e grupos domésticos: Menos vulneráveis Mais vulneráveis Meio ambiente: Melhoramento Estabilidade Degradação

Adaptado a partir de Scoones (1998).

Investigações recentes sobre meios de vida e dinâmica da pobreza evidenciam a importância que os activos assumem para os grupos domésticos pobres (Carter & Barrett, 2006). Enquanto a pobreza é geralmente mensurada em termos de rendimentos ou segurança alimentar, a capacidade de um grupo doméstico satisfazer as suas necessidades materiais é determinada basicamente pelos seus activos - capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro e capital sociopolítico – que determinam as estratégias de meios de vida que o referido grupo doméstico pode desenvolver assim como a sua capacidade de fazer face a riscos e choques (Sparr & Moser, 2007).

2 ZONAGEM DE MEIOS DE VIDA

Neste subcapítulo é apresentada a zonagem de meios de vida elaborada no decurso do presente estudo, em que a região do 'Complexo da Ordenha' é subdividida num determinado número de zonas de acordo com os perfis de meios de vida seguidos pelos grupos domésticos, sendo depois caracterizadas cada uma das unidades definidas. Estas zonas são denominadas de 'zonas agro-económicas' ou 'zonas de meios de vida'.

O Sudoeste angolano apresenta, ao longo da sua extensão, diferentes quadros de actividades de meios de vida, que traduzem os condicionalismos do meio e o modo como as populações os souberam contornar. Desta forma, foi desenvolvida, para o presente estudo, a zonagem que a seguir se apresenta, em que foram identificadas distintas 'zonas agro-económicas' (também apelidadas de 'zonas de economia agro-alimentar', 'zonas de meios de vida' 'zonas de sustento'), áreas geográficas onde a maioria dos grupos domésticos partilha, de uma forma genérica, os mesmos padrões de meios de vida pelo que obtêm os seus alimentos e rendimentos através de uma combinação semelhante de recursos. Dentro de cada zona agro-económica os grupos domésticos apresentam, na generalidade, razões semelhantes no referente à dinâmica da pobreza. Estas zonas foram traçadas com base nas zonas agrícolas definidas pela MIAA no Recenseamento Agrícola de Angola levado a cabo por essa instituição, em Diniz (1973; 1991; 2005; 2006), em Morais (2007a) e em levantamentos realizados pelo autor. Assim, a região do 'Complexo da Ordenha' foi subdividida em quatro sub-regiões: árida, semi-árida de transição, semi-árida do sul e planáltica. Cada sub-região engloba, de acordo com as respectivas características, distintas zonas agro-económicas, cada uma identificada por um número e pelos nomes dos seus principais pontos de referência.

Quadro II 2: Zonagem agro-económica da região do ‘Complexo da Ordenha’.

Sub-região	Zona agro-económica	Província	Município	Pontos de referência	Designação
Sub-região árida	1	Benguela	Baía Farta	Rio Equimina	Baía Farta - Sul
	2	Namibe	Camucuio, Bibala	Camucuio, Lungo	Camucuio
	3	Namibe	Namibe	Manchas aluvionais costeiras	Manchas aluvionais costeiras
	4	Namibe	Camucuio, Bibala, Virei	Chinquite, Chingo, Munhino, Cuto, Caraculo	Rio Mamué – Rio Bero
	5	Namibe	Bibala	Bibala, Capangombe	Bibala
	6	Namibe Cunene	Virei, Tombua Curoca	Virei, Mutumieque, Moimba, Oncócuca, Chitado	Virei - Curoca
Sub-região semi-árida de transição	1	Namibe	Bibala, Virei	Falda da Serra	Falda da escarpa da Chela
	2	Huíla	Chibia, Chiange	Quihita, Dongue, Viriambundo, Rio de Areia, Chiange, Pocolo, Chibemba	Gambos
	3	Huíla Cunene	Chiange, Cahama	Cavalua, Taca, Cahama, Otchinjau	Cahama-Otchinjau
Sub-região semi-árida do sul - Zona do Baixo Cunene	1	Huíla	Matala	Mulondo, Nampala	Mulondo - Nampala
	2	Cunene	Ombadja	Lutombo, Mucope, Humbe, Calueque	Mucope, Humbe
	3	Cunene	Ombadja	Cafu, Xangongo, Naulila	Faixa Cafu-Xangongo-Naulila
Sub-região semi-árida do sul - Zona do Cuanhama	1	Cunene	Cuanhama, Namacunde	Mongua, Ondjiva, Namacunde	Cuanhama
	2	Cunene	Ombadja	Ombala-yo-Mungo	Cuamato
	3	Cunene	Cuvelai, Cuanhama	Cuvelai, Mupa, Evale, Nehone	Cuvelai
	4	Cunene	Cuanhama, Namacunde	Chiede, Mulemba, Melunga	Tchimporo
Sub-região planáltica	1	Huíla	Humpata, Lubango	Humpata, Lubango, Arimba, Quilemba, Huíla	Humpata
	2	Huíla	Chibia	Chibia, Jau, Capunda-Cavilongo	Chibia
	3	Huíla	Cacula, Lubango, Chibia	Cacula, Vite-Vivar, Viamba, Hoque	Cacula
	4	Huíla	Quipungo	Quipungo	Quipungo
	5	Huíla	Chicomba, Caluquembe	Chicomba, Cutenda Negola	Chicomba
	6	Huíla	Matala	Matala, Capelongo	Matala
	7	Huíla	Jamba, Chipindo	Dongo, Jamba, Cassinga, Techamutede	Jamba
	8	Huíla	Quipungo, Matala	Bicuar	Bicuar



Figura II 2: Sub-regiões e zonas agro-económicas enquadradas na região do 'Complexo da Ordenha'.

Legenda:

Limite de zona: —

- Sub-região árida
- Sub-região semi-árida de transição
- Sub-região semi-árida do sul – Zona do Baixo Cunene
- Sub-região semi-árida do sul - Zona do Cuanhama
- Sub-região planáltica

A seguir são apresentadas, em síntese, as principais características das sub-regiões e zonas agro-económicas inseridas na região do 'Complexo da Ordenha' e definidas para o presente estudo. Apesar dos seus pontos fracos e da sua validade como instrumento para a gestão da pastagem natural ser questionada, a capacidade de carga continua a ser um conceito de muita utilidade para os planificadores. Assim, para cada sub-região é fornecida uma capacidade de carga indicativa, baseada na correlação entre pluviosidade anual, forragem comestível e tipo de vegetação predominante.

2.1 Sub-região árida

Corresponde à faixa central (entre os rios Balombo e Cunene) da zona agrícola 22/29 (Litoral Sul) da MIAA, possuidora de clima árido, megatérmico, e uma pluviosidade média anual entre os 100 e os 400 mm. Dela se exclui a faixa desértica litoral. Abarca essencialmente a província do Namibe e a parte meridional da província de Benguela. Contempla seis zonas agro-económicas.

Engloba as bacias hidrográficas do Coporolo, Carunjamba, Bentiaba, Giraúl, Bero e Curoca, todos rios de caudal temporário. Com os seus afluentes originam, por vezes, terraços povoados por grandes arbóreas, nomeadamente *Faidherbia albida*, *Ficus gnaphalocarpa* e *Combretum imberbe*. O coberto vegetal é determinado pelas condições climáticas. Predominam comunidades de estepe de arbustos da faixa subdesértica e, numa faixa interior, matas de *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Em plena formação de *mutiati* ocorrem superfícies de extensão variável revestidas por comunidades herbáceas savanóides ou de raros arbustos. São abundantes os arbustos de elevado valor nutritivo (espécies diversas dos géneros *Terminalia*, *Combretum*, *Acacia*, entre outras). Os pastos são doces, dominados por gramíneas de ciclo anual. Alta variabilidade na pluviosidade, com um coeficiente de variação de 25 a 35%. Predomínio de ambientes em ‘não-equilíbrio’.

A sub-região é povoada por populações predominantemente do grupo etnolinguístico *Herero*, de cultura acentuadamente pastoril. O povoamento é feito em unidades de residência familiar dispersas (*ongandas*), localizadas nas proximidades das torrentes mais importantes e de outros pontos de água. O curral é o ponto de aglutinação do agregado habitacional, localizando-se no centro ou junto da unidade de residência. Para além das *ongandas*, existem os *sambos* dos jovens adultos, habitados pelos jovens mais velhos das *ongandas*. Durante parte do tempo, quando os *sambos* se localizam mais próximo das *ongandas*, estes jovens adultos têm junto de si mulheres e filhos. Uma parte do rebanho pode ser mantida em permanência fora das unidades de residência, entregue a jovens (*buluvulu*) e praticando deslocações frequentes, constituindo, possivelmente, o único caso de verdadeiro nomadismo na região do ‘Complexo do Leite’.

A pastorícia representa a actividade principal ou exclusiva das comunidades da sub-região sendo o suporte da sua economia, aumentando o gado de densidade de Oeste para Este, acompanhando o potencial pascigoso. Muitas dessas comunidades praticamente não têm actividade agrícola ou praticam-na em pequena escala nos terraços marginais das principais torrentes de escoamento, geralmente com base no cultivo manual. As reduzidas produções agrícolas obtidas nos anos de melhores chuvas são insuficientes para assegurar o consumo do grupo doméstico ao longo do ano. Potencial de crescimento agrícola reduzido.

A principal causa da vulnerabilidade dos grupos domésticos advém dos efeitos da má distribuição temporal e espacial da pluviosidade. Durante a estação seca ocorre uma escassez severa de água tanto para consumo humano como animal. Constituindo a disponibilidade de água para o abeberamento do gado um factor limitante, este facto condiciona em grande parte o manejo das manadas. A transumância está generalizada na sub-região.

Zonas agro-económicas

Zona agro-económica 1 (Baía Farta - Sul): zona semi-desértica a norte da sub-região, que se estende pela parte sul da província de Benguela, município da Baía Farta. Muito isolada, praticamente sem actividade comercial. Acessos físicos muito pobres e quase inexistência de serviços básicos, mormente aqueles relacionados com saúde e educação. Meios de comunicação quase inexistentes. Escassamente povoada, as suas populações, predominantemente *Cuvale* (grupo etnolinguístico *Herero*) e basicamente pastoralistas, dedicam-se quase exclusivamente à pecuária. Povoamento disperso (*ongandas*). Alfabetização muito precária.

Dominada por formações estépicas e dotada de pastos doces. Capacidade de carga situada entre 15 a 10 ha/UGT. Ambientes de 'não-equilíbrio'. A água constitui importante factor limitante, sendo o manejo do gado feito com base na gestão oportunista dos recursos naturais. Transumância intensamente praticada. Os *ohambos* permanentes e os *ohambos* de *buluvulus*, estando estes sujeitos ao nomadismo, congregam número significativo de animais. A agricultura, muito restrita, resume-se a pequenas lavras, essencialmente de massango, em anos de boa pluviosidade. A pouca produção obtida tem de ser complementada com cereais adquiridos por compra/permuta utilizando gado. Desta forma, os grupos domésticos estão dependentes da relação de preços cereais/gado pois tal determina o seu poder de compra no momento da transacção.

Zona agro-económica 2 (Camucuio): estende-se pelos municípios de Camucuio e Bibala (área norte). Zona de pastos doces e clima árido, dominada por formações estépicas com *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Capacidade de carga variando de 15 - 12 ha/UGT em algumas áreas, a 12 - 8 ha/UGT em outras, de acordo com as características fitogeográficas e edafológicas. Ambientes de 'não-equilíbrio'.

Povoada principalmente por povos *Herero* (*Cuvalé*, *Cuissi*) de feição essencialmente pastoralista. Unidades de residência familiar dispersas (*ongandas*). A prática da transumância é nuclear no manejo do gado, sendo as manadas encaminhadas e distribuídas ao longo do ano pelas áreas melhor providas no concernente a recursos pascigosos e aquíferos. Transumância direccionada sobretudo para áreas mais altas, como as de Chongoroi e Quilengues (em particular Dinde). A carência de água assume-se como importante constrangimento. Em anos de suficiente pluviosidade a agricultura pode adquirir alguma importância, particularmente no que concerne às culturas de massango e massambala. Regra geral, os grupos domésticos necessitam ainda de obter mais cereais para a sua alimentação, o que é consumado através da permuta/venda de gado. Presença, em locais privilegiados, de algumas fazendas dedicadas basicamente à pecuária.

Muitas áreas permanecem deveras isoladas, com acessos físicos muito pobres e degradados. Serviços de saúde e de educação muito deficientes, o mesmo se passando com a generalidade dos serviços básicos. Comunicações pobres. Alfabetização precária. A actividade comercial, deveras reduzida, concentra-se nas vilas de Camucuio e Caitou.

Zona agro-económica 3 (Manchas aluvionais costeiras): áreas próximas à costa e confinadas às manchas aluvionais das principais linhas de água existentes na sub-região, mormente rios Carunjamba, Inamagando, Bentiaba, Giraul, Bero e Curoca. Nestes fundos de vale pratica-se uma agricultura baseada na rega com água extraída de poços e no alagamento das margens dos rios no momento das grandes enchentes. São locais privilegiados no que se refere ao seu potencial agrícola, susceptíveis de proporcionar elevadas produções unitárias desde que aplicada tecnologia adequada, muito dependente de inputs externos. Predomina a pequena empresa agrícola comercial, a maioria utilizando mão-de-obra de outras regiões, particularmente de origem *Umbundu*. Comercialização intensa. Zona sem interesse para a criação tradicional de gado.

Zona agro-económica 4 (Rio Mamué-Rio Bero): estende-se pelo sul dos municípios de Camucuio e Bibala e norte do município do Virei. De características semi-desérticas, a disponibilidade de água para abeberamento do gado ao longo do ano apresenta-se muito reduzida. Habitada essencialmente por povos pastoralistas, predominantemente *Cuvalé* (grupo etnolinguístico *Herero*), sob uma forma de povoamento disperso, baseado em *ongandas*.

Dominada por formações estépicas com *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Ambientes de 'não-equilíbrio'. Dotada de pastos doces, a sua aridez obriga à mobilidade frequente das manadas de gado em procura de pastagens e de recursos aquíferos. Capacidade de carga, na generalidade, situada

entre 15 - 10 ha/UGT, podendo, em certas áreas, ser de apenas 30 – 15 ha/UGT. Transumâncias direccionadas sobretudo para as terras altas da Huíla, mormente áreas do Hoque e Quilemba (sobretudo gado do centro da zona, designadamente do Munhino) e para o norte, nomeadamente Camacuio e Quilengues.

Agricultura praticada em escala reduzida, particularmente ao longo das margens das linhas de água sujeitas a alagamentos aquando das enxurradas e baseada essencialmente no massango e massambala. Os grupos domésticos necessitam de adquirir importante percentagem da quantidade de cereais consumida, utilizando para isso o gado (permuta/venda). Presença de algumas explorações comerciais ocupando extensas superfícies e restringindo a mobilidade do gado das populações locais, de tradição pastoralista.

Vias de acesso muito restritas e degradadas. Serviços de saúde e de educação assim como a generalidade dos serviços básicos e de comunicação muito deficientes. Alfabetização da população reduzida. Actividade comercial assaz pobre.

Zona agro-económica 5 (Bibala): estende-se pelo município da Bibala, sendo uma zona de transição para o planalto (sub-região planáltica) e, conseqüentemente, influenciada por este facto. Habitada fundamentalmente por *Muilas* (grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*) sob uma forma de povoamento disperso.

Zona de pastos doces, com predomínio de ambientes de ‘não-equilíbrio’. Na generalidade da zona a capacidade de carga é de cerca de 12 – 8 ha/UGT. Estão presentes áreas significativas de escarpa e colinas rochosas cuja vegetação nem sempre é acessível ao gado. Preponderância do agro-pastoralismo. Transumâncias sobretudo para as terras altas de Dinde, Quilengues, Chongoroi e, em menor grau, para as áreas de Hoque e Quilemba, município do Lubango. Restrições importantes no respeitante à disponibilidade de água para abeberamento do gado. Para além do gado, nos anos de pluviosidade adequada as populações podem mesmo produzir excedentes agrícolas diversos para comercialização. Presença de diversas pequenas e médias explorações agro-pecuárias comerciais.

A vila da Bibala constitui um ponto comercial muito activo, sendo os produtos agrícolas aí comercializados direccionados sobretudo para a cidade do Lubango, seu principal mercado. Possui uma rede básica de vias rodoviárias, embora deveras degradadas. Serviços de saúde e de educação concentrados fundamentalmente na vila da Bibala, o mesmo se passando com as comunicações. Populações vivendo na Bibala e na sua periferia com taxas de alfabetização significativamente mais altas comparativamente a outros locais da zona.

Zona agro-económica 6 (Virei, Oncócu): zona essencialmente pastoralista, dominada por formações estépicas com *mutiati* (*Colophospermum mopane*) e com pastos doces. Capacidade de carga muito variável, situando-se geralmente entre 20 e 10 ha/UGT, mas podendo ser, em determinadas áreas, de apenas 30 ha/UGT. Ambientes de ‘não-equilíbrio’.

Estende-se aproximadamente desde a margem sul do rio Bero e Virei até ao rio Cunene, cobrindo a metade sul do município do Virei e praticamente a totalidade do município do Curoca (província do Cunene). A sudoeste situa-se o Parque Nacional do Iona. A água para abeberamento do gado constitui factor limitante muito importante em toda a zona. A população é constituída principalmente por *Cuvalas* e, a sul, por *Himbas*, *Ndimbas* e *Chavícuas*, todos do grupo etnolinguístico *Herero*, de feição pastoralista. A oeste existem ainda populações de *Cuanhocas*, também do mesmo grupo etnolinguístico. Povoamento disperso, com base em *ongandas*.

Manejo do gado baseado na gestão oportunista dos recursos naturais, sendo as manadas encaminhadas e distribuídas pelas áreas melhor providas em recursos pasciosos e aquíferos,

fazendo-se recurso de maneira intensiva à transumância. Agricultura muito reduzida, limitada a pequenas lavras, basicamente de massango, nos anos de boa pluviosidade. Aliás, considerando a elevada evapotranspiração e o deficit hídrico existente, a generalidade da região é considerada como não possuindo condições para o desenvolvimento de culturas em regime de sequeiro. No seu extremo sul, em correspondência com a bacia inferior do Cunene, as severas condições e a adversidade do meio reduzem consideravelmente a actividade pecuária, confinando-a a certos locais melhor dotados em pastagem e fontes de abeberamento, ao passo que a actividade agrícola deixa praticamente de ter qualquer expressão.

A quase totalidade dos cereais necessários à alimentação é obtida com base na permuta/venda de gado. Em tais condições, e na perspectiva de mercado, os grupos domésticos ficam muito dependentes da relação de preço cereal/gado, pois tal determina o seu poder de compra no momento da transacção.

Escolaridade das populações locais muito precária. Acessos físicos deveras deficientes. Serviços de saúde e de educação assim como outros serviços básicos com muito pouca expressão. Acesso aos meios de comunicação muito pobre. Comercialização diminuta.

2.2 Sub-região semi-árida de transição

Engloba a faixa interior da zona agrícola 22/29 (Litoral Sul), possuidora de clima semi-árido megatérmico, e a zona agrícola 33 (Gambos), igualmente de clima semi-árido, mas mesotérmico. O coberto vegetal caracteriza-se, de uma forma global, por formações de savana bosque da comunidade do *mutiati* (*Colophospermum mopane*) e, na faixa leste, em correspondência com solos arenosos, por mato brenhoso de *Baikiaea plurijuga* (*muumba*). Integra três zonas agro-económicas.

Na Falda da Serra, pertencente à zona agrícola 22/29, aparecem alguns cursos de água permanentes de pequeno caudal. Na área integrada na zona agrícola 33 (Gambos) existe somente um rio, de caudal temporário, o Caculuar, que nos anos de estiagem prolongada apenas tem água acumulada nos fundões do seu leito. A restante hidrografia é representada por linhas de água esporádicas. O abeberamento do gado fora dos cursos da rede hidrográfica com escoamento superficial é feito em cacimbas escavadas nos vales, em furos e, em algumas áreas, em *chimpacas* ou a partir de água das chuvas acumulada em depressões de natureza diversa. O factor água influi de sobremaneira no manejo do gado obrigando, na estação seca, ao abeberamento dos animais somente em dias alternados para permitir a exploração das pastagens mais distantes.

A distribuição da população subordina-se às possibilidades de obtenção de água e à disponibilidade de pastagem, concentrando-se principalmente na vizinhança dos cursos de água mais importantes. Fora destes locais permanecem vastos espaços rarefeitos de presença humana. A maioria da população pertence ao grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* (*Mutchilengue-Humbi*, *Ngambos*), sendo a parte Sul da sub-região povoada por povos do grupo etnolinguístico *Herero* (*Ndimba*, *Guendelengos* e *Hakahona*).

A agricultura de sequeiro baseia-se em cereais resistentes à seca (massango e massambala), cultivando-se em áreas de solos pesados da zona agrícola 33 (Gambos) também o milho. São igualmente cultivados o feijão macunde (*Vigna unguiculata*), *tyingomene* (*Voandzeia subterranea*), batata-doce, amendoim, melancia ou *matanga* (*Citrullus vulgaris*), abóbora e *omatila* (*Lagenaria vulgaris*).

As produções agrícolas são destinadas fundamentalmente ao autoconsumo dos grupos domésticos, podendo haver a venda de alguns excedentes quando ocorram anos seguidos de chuvas normais. Entretanto, regra geral, grande parte dos cereais integrando a dieta alimentar das populações locais

é obtida por permuta com gado. Para além desta permuta, os animais também podem ser comercializados em moeda e com esta adquiridos os necessários cereais. A pecuária concorre nestas áreas para a satisfação de parte importante das necessidades correntes dos grupos domésticos (leite, estrume, tracção, carne), sendo a maior parte da componente monetária da sua economia assegurada pela venda de animais. A criação de gado subordina-se às condições do meio, com o aproveitamento dos recursos pascigosos naturais, que contemplam uma cobertura graminosa, muito rica em espécies vegetativas com predomínio de gramíneas de ciclo anual (pastos doces) e na folhagem e frutos de alguns arbustos e árvores palatáveis do estrato lenhoso das comunidades vegetais. Considerando o predomínio de ambientes em 'não-equilíbrio' e o alto coeficiente de variação da pluviosidade (20 a 25%), a mobilidade das manadas desempenha papel-chave nos sistemas de manejo do gado seguidos pelas populações locais.

A má distribuição temporal e espacial da chuva assume-se como importante factor de risco a que os grupos domésticos têm de fazer face. Durante a estação seca ocorre uma escassez severa de água tanto para consumo humano como animal. Estiagens severas podem conduzir os grupos domésticos para situações de grande precariedade. Para além destes factos, os grupos domésticos têm ainda de enfrentar a escassez de pastagem natural em algumas áreas, o isolamento físico, etc. Exceptuando as principais vilas, os serviços de saúde e de educação assumem expressão reduzida.

Zonas agro-económicas

Zona agro-económica 1 (Falda da escarpa da Chela): estende-se pela parte leste dos municípios de Bibala e Virei, ambos da província do Namibe. Engloba uma estreita faixa possuindo pastos doces e situada junto ao sopé da serra da Chela, dotada de clima semi-árido megatérmico e com alguns cursos de água permanentes, embora de pequeno caudal, como os rios Leba, Bruco, Banja e Chacuto. De uma forma global, a disponibilidade de água ao longo do ano pode ser considerada como adequada. Capacidade de carga de 7.5 a 5 ha/UGT.

Habitada por comunidades etnolinguísticas *Herero*, essencialmente *Cuvale*. Povoamento disperso. Actividade agrícola baseada na cultura do massango e massambala. As necessidades dos grupos domésticos em cereais são complementadas através da permuta ou venda de gado, actividades muitas vezes realizadas na província da Huíla, depois das populações 'subirem' a Serra. Presença de diversas 'fazendas' produzindo alguns produtos agrícolas para além do gado.

Literacia das populações locais muito limitada. Meios de comunicação pobres. Gritante falta de serviços básicos. Rede rodoviária restrita basicamente à estrada que liga as cidades do Lubango e Namibe e seus principais acessos. A comercialização de produtos decorre fundamentalmente junto a esta importante via.

Zona agro-económica 2 (Gambos): área de transição para as zonas agro-pastoralistas situadas a cotas mais elevadas e com maiores possibilidades agrícolas. De clima sub-húmido seco, abrange a metade ocidental do município do Chiange (Gambos) e uma parte do sul do município da Chibia. Vegetação dominada por comunidades arbustivas e arbóreas com *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Ambientes de 'não-equilíbrio'. Transição de pastos doces para mistos. Nas áreas de solos argilosos (sobretudo a oeste da zona) os pastos são amargos, perdendo qualidade na estação seca. Nestas áreas, a capacidade de carga é de 12 – 10 ha/UGT. Na restante zona, esta capacidade situa-se, na generalidade, entre 10 - 8 ha/UGT. Na zona, existem áreas significativas de rocha e de escarpa onde parte importante da pastagem não é acessível ao gado.

O rio Caculuar é o único curso de água com expressão, embora de caudal temporário, sendo as restantes linhas de água da rede hidrográfica esporádicas, tratando-se basicamente de torrentes de

escorrimento das águas das chuvas. Problemas graves na disponibilidade de água para abeberamento do gado.

Maneio do gado desenvolvido com base na gestão oportunista dos recursos naturais, jogando a mobilidade do gado papel fundamental. O Tchimbolelo constitui a área de transumância mais utilizada, entretanto muitos criadores dirigem os seus animais em direcção ao Parque Nacional do Bicuar. Embora a actividade agrícola seja baseada no massango e massambala, em certos locais a cultura do milho permite, em anos de boa pluviosidade, excedentes para comercialização. Entretanto, regra geral, os grupos domésticos necessitam vender ou permutar gado para satisfazer as suas necessidades em cereais. Ocupada maioritariamente por *Ngambos (Ovangambwe)*, do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*. Povoamento disperso, à base de *eumbos*.

Esta zona é uma das maiores fornecedoras de gado para os mercados da Chibia, Matala e, conseqüentemente, para o centro e Norte do País. Dominada pelo agro-pastoralismo, as populações retiram do gado a maioria dos seus rendimentos. Agricultura empresarial representada por explorações tipo 'rancho', muitas delas ocupando importantes extensões de superfície, restringindo de sobremaneira a criação tradicional de gado e a mobilidade das manadas.

Existem várias explorações de granito levadas a cabo por empresas internacionais particularmente no território da comuna da Chibemba. A zona também é rica em ferro, mas este mineral não está actualmente a ser explorado.

Mesmo que atravessada pela estrada internacional que liga o Lubango à fronteira sul, a rede rodoviária apresenta-se, na generalidade, bastante incipiente. As ligações entre povoações mostram-se, regra geral, condicionadas pelo mau estado das vias terciárias. Rede escolar e sanitária com muitas limitações, o mesmo se podendo dizer da generalidade dos serviços básicos. Acesso aos meios de comunicação deficiente. Alfabetização muito precária nas comunidades mais isoladas. Comercialização concentrada nas principais vilas e em alguns locais ao longo da estrada internacional. Chiange e Chibemba constituem os principais mercados.

Zona agro-económica 3 (Cahama, Otchinjau): espalha-se pela metade sul do município do Chiange e pelo município da Cahama. As localidades de Cahama e Otchinjau são as suas principais referências. Região de clima sub-húmido seco, sendo a vegetação dominada por comunidades arbustivas e arbóreas com *mutiati (Colophospermum mopane)* e na faixa Leste por matos brenhosos com *muimba (Baikiea plurijuga)*. Predomínio de pastos doces, embora já com áreas de transição para pastos mistos. Capacidade de carga entre 10 - 8 ha/UGT, podendo atingir, em certas áreas, 8 - 6 ha/UGT. Ambientes de 'não-equilíbrio'.

Habitada maioritariamente por *Ndimbas (Ovandimba)*, grupo etnolinguístico *Herero* sendo o povoamento disperso (*eumbos*). Mesmo que em número pouco expressivo, a sudoeste do sector da Taka regista-se a presença da etnia *Hakahona*, também integrada no grupo etnolinguístico *Herero*.

A generalidade da zona está condicionada em recursos hídricos superficiais, na generalidade com problemas sérios relativamente à disponibilidade de água para abeberamento do gado no decurso da estação seca. Com excepção do rio Caculuar, de caudal temporário, a restante rede fluvial é de caudal esporádico.

Zona basicamente pecuária, sendo as manadas de gado deslocadas de acordo com a distribuição das pastagens e dos locais de abeberamento ao longo do ano. Regra geral, o gado pasta nas redondezas dos *eumbos* entre Janeiro e Abril, realizando depois transumâncias de maior ou menor amplitude de acordo com a localização do curral, constituindo as áreas de Liambinga e Thicuvi as mais procuradas. Como acontece na generalidade da sub-região, o gado aproveita o restolho nas parcelas agricultadas

depois de terminadas as colheitas (Julho-Agosto). Entretanto, a crescente ocupação de terrenos pelo sector empresarial vem restringindo as rotas de transumância seguidas e reduzindo substancialmente as áreas de pastagem comunitária começando já a situação a ser considerada de preocupante.

As culturas agrícolas assumem expressão reduzida limitando-se a pequenas lavras, geralmente de massango, junto aos *eumbos*, destinando-se as colheitas ao grupo doméstico que, regra geral, necessita ainda de complementar as suas necessidades em cereais com a permuta/venda de gado. Em tais circunstâncias, e na perspectiva de mercado, os grupos domésticos ficam muito dependentes da relação de preços cereais/gado, pois tal determina o seu poder de compra no momento da transacção.

A actividade comercial concentra-se na vila da Cahama, situada na estrada internacional que liga a cidade do Lubango à vila fronteiriça de Santa Clara assim como em alguns pequenos povoados ao longo da mesma via. Rede terciária de estradas com vias, na generalidade, em deficiente estado de conservação. Junto à vila da Cahama, dotada igualmente de uma importante pista para aterragem de aviões, existe inclusivamente um matadouro industrial. Serviços de saúde e de educação concentrados nas vilas de Cahama e Otchinjau mas muito deficientes nas restantes áreas. Exceptuando a vila da Cahama e sua periferia, os meios de comunicação são deficientes nas restantes áreas. Expansão considerável de explorações empresariais tipo 'rancho' ocupando extensas áreas e condicionando a criação tradicional de gado e mobilidade das manadas.

2.3 Sub-região semi-árida do sul

Esta sub-região subdivide-se em duas zonas: (i) **zona do Baixo Cunene**, incluída na bacia hidrográfica do Cunene, mais precisamente na sub-bacia do médio Cunene; (ii) **zona do Cuanhama**, inserida na bacia hidrográfica do Cuanhama, também denominada de bacia do Cuvelai. Ambas as zonas possuem ambientes de 'não-equilíbrio' e clima semi-árido, mesotérmico, com precipitações entre 700 e 400 mm que vão decrescendo à medida que se caminha para sul.

O coberto vegetal da sub-região é composto predominantemente por três tipos: (i) formações arborizadas e arbustivas de *mutiati* (*Colophospermum mopane*), (ii) savana bosque e savana arborizada da *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) e (iii) savana herbosa das superfícies alagáveis na estação chuvosa (*evandas* e *chanas*). Os tipos de formação desta sub-região fazem parte dos pastos doces e as formações arbustivas-arbóreas são ricas em espécies palatáveis (dos géneros *Terminalia*, *Combretum*, *Acacia*, etc.) de bom valor nutritivo. Na zona do Baixo Cunene, e em consequência da sua fisiografia, essas formações estabelecem-se num gradiente catenário entre o curso dos rios e as zonas arenosas dos *interland*, criando uma diversidade regional. Já na zona do Cuanhama, forma-se um mosaico apertado entre a savana herbosa nas *chanas*, as formações de *muiumba* nos solos arenosos das manchas mais elevadas e as formações de *mutiati* na transição das duas, o que conduz a uma característica diversidade local. É no aproveitamento desta diversidade ecológica que as comunidades agro-pastoralistas baseiam o manejo do gado e é ela que, ampliando os nichos ecológicos, permite as elevadas cargas animais que se verificam.

A produção agrícola baseia-se em cereais resistentes à seca (massango e massambala). Também cultivam o milho, especialmente nas áreas dotadas de maior pluviosidade, o feijão macunde (*Vigna unguiculata*), a *omatila* (*Lagenaria vulgaris*), a *efukua* (*Voandzeia subterranea*), *matanga* (*Citrullus vulgaris*), melancia, abóbora e, cada vez mais, o amendoim. Mais recentemente, tem sido incentivado, pelos serviços de agricultura, o cultivo de mandioca. A estes produtos agrícolas juntam-se aqueles obtidos por colecta, mormente de frutos silvestres e de outros produtos vegetais. Todos estes produtos são considerados como complemento do leite, importante produto da dieta alimentar das populações da região.

Povoamento disperso, com base em unidades de residência (*eumbos*). Estes agrupam-se em *mucundas*, cada uma composta por dezenas, ou mesmo centenas de *eumbos* que, muitas vezes, reclamam uma área própria, mesmo que definida por fronteiras muito fluidas, denominada de *tchilongo*. O delineamento geral das unidades residenciais abarca áreas destinadas à produção agrícola (*epia*) e áreas de pastagem privada (*ongole*) assim como as estruturas habitacionais e os currais, estando o conjunto circunscrito por uma vedação exterior (*ongubo*) de ramos ou sebes de espécies arbustivas (espinhosas) locais. Na zona do Baixo Cunene a influência do rio Cunene é marcante, distribuindo-se os *eumbos*, *grosso modo*, de acordo com o contorno das *evandas* daquele rio e dos rios Caculuar e Calonga. A distribuição da *epia-etunda* e a disponibilidade de água no decurso do cacimbo determinam a aglomeração ou dispersão dos *eumbos*. As zonas afastadas da influência desses rios apresentam densidade populacional mais baixa, estando o povoamento relacionado com os escassos vales existentes. Além rio Cunene, na zona do Cuanhama, influenciada pela bacia endorreica e mercê da frequência de um mosaico de zonas alagáveis (*chanas*) e de zonas ligeiramente mais elevadas (*mufito*), as unidades de residência instalam-se em regra na *mucuba*, zona de transição entre o limite do alagamento e a área mais elevada do *mufito*, áreas com solo superficial arenoso, mas mal drenado, conduzindo a um povoamento frequente em toda a área, com densidade superior ao da zona do Baixo Cunene.

2.3.1 Zona do Baixo Cunene

A zona do Baixo Cunene, que engloba as zonas agro-económicas 1, 2 e 3, integra-se na zona agrícola 34 (Baixo Cunene) e faz parte da bacia hidrográfica do Cunene (sub-bacia do médio Cunene) que, com os seus principais afluentes (Caculuar e Calonga), influencia aplanções aluvionares importantes (*evanda*), inundadas periodicamente e que moldam a fisiografia da zona. Com excepção do rio Cunene, de caudal permanente, a restante rede fluvial é de caudal temporário ou esporádico.

A população pertence maioritariamente ao grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* (*Humbe* e *Donguena*), praticando o agro-pastoralismo e, a sudoeste, ao grupo *Herero* (*Dimba*), essencialmente pastoralista. Numa estreita faixa na margem esquerda do rio Cunene a população é predominantemente *Ambó* (*Cuamatos* e *Dombondolas*).

A pecuária constitui o centro da economia dos grupos domésticos, tanto pela contribuição dos produtos que concorrem para o consumo doméstico, como pela comercialização e permuta de animais para fazer face às diferentes necessidades em bens e serviços. É complementada pela agricultura, estando esta, no entanto, muito dependente da pluviosidade. A mobilidade constitui aspecto fulcral no manejo do gado, fazendo este, no período seco, o aproveitamento do restolho nas parcelas agrícolas e da pastagem natural nas *evandas* e *mulolas*. Capacidade de carga variando entre os 6,5 e 5 ha/UGT.

Uma importante causa de vulnerabilidade dos grupos domésticos advém dos efeitos da má distribuição temporal e espacial da chuva. Mesmo em anos de pluviosidade normal, na segunda metade da estação seca ocorre uma escassez severa de água tanto para consumo humano como animal.

Zonas agro-económicas

Zona agro-económica 1 (Mulondo-Nampala): em grande parte integrada no município da Matala, contempla as margens dos rios Cunene e Calonga (ou Colui), sendo os meios de vida da população influenciados pela proximidade desses cursos de água. Predominam os matos brenhosos com *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) e formações arborizadas e arbustivas de *mutiati* (*Colophospermum mopane*). É muito característica a superfície limitada pelos rios Cunene e Calonga, a qual se vai

estreitando gradualmente a partir duma largura de cerca de 25 km no limite setentrional, afinilando-se até à confluência destes rios, cerca da povoação do Quiteve. A zona apresenta uma superfície de relevo ondulado pouco expressivo.

Basicamente agro-pastoralista, possui clima sub-húmido seco e dominância de pastos mistos. A produção cerealífera baseia-se no massango, massambala e também no milho, embora em menor proporção e condicionado pela pluviosidade. Esta produção destina-se fundamentalmente ao consumo do grupo doméstico, embora eventualmente possam ser obtidos excedentes. A precocidade das chuvas e a precipitação mais elevada relativamente às restantes zonas do Baixo Cunene, para além de permitir o estabelecimento antecipado das culturas agrícolas, o seu coberto pascigoso apresenta uma rebentação mais precoce. Os movimentos do gado são condicionados pelas *evandas* do rio Cunene e do seu afluente Calonga. São de curta distância, ocorrendo essencialmente dentro das áreas de pastagem adstritas aos respectivos *tchilongos*. Consequência da proximidade dos rios Cunene e Calonga, a disponibilidade de água para abeberamento do gado pode ser considerada como adequada.

Habitada fundamentalmente por *Humbes* (grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*), em povoamento disperso, distribuído pelas encostas adjacentes às baixas dos rios Cunene e Calonga, mais incidente nas deste último. Literacia das populações locais muito incipiente. Comércio informal com pouco significado. Acessos rodoviários escassos. Educação e assistência sanitária muito deficientes, o mesmo se passando com os restantes serviços básicos. Fraca penetração dos meios de comunicação.

Zona agro-económica 2 (Mucope, Humbe): Situada na margem direita do rio Cunene, estende-se essencialmente pelo município de Ombadja. Possui clima semi-árido e predominância de pastos doces. Tal como a zona agro-económica anterior, é dominada por matos brenhosos com *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) e formações arborizadas e arbustivas de *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Engloba as *evandas* dos rios Cunene e Caculuar, fulcrais no ecossistema local e que jogam papel fundamental nos sistemas de manejo do gado na zona. Exceptuando a *evanda* do rio Cunene, a cobertura herbácea assume fraca expressão, constituindo-se basicamente em áreas de pastoreio extensivo. Distribuição muito irregular da população, formada sobretudo por *Humbes* (grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*). Povoamento disperso com base em *eumbos*.

Predominância do agro-pastoralismo, obtendo os grupos domésticos grande parte dos seus rendimentos a partir do gado. Exceptuando as áreas junto ao rio Cunene, de uma forma geral existem constrangimentos importantes na disponibilidade de água para abeberamento do gado. Ao contrário da zona agro-económica anterior, o movimento do gado ultrapassa os limites do respectivo *tchilongo*, não apenas em consequência da distribuição das distintas formações ecológicas e pontos de abeberamento, mas também devido às vastas superfícies ocupadas por fazendas. São muito característicos os movimentos realizados pelas manadas para utilização das diferentes formações de pastagem, com épocas bem marcadas para o aproveitamento das *evandas* dos rios Cunene e Caculuar, em particular da primeira. O gado utiliza a pastagem das terras mais altas do interior logo que, depois do início das chuvas, as *etalas* apresentem água suficiente para o seu abeberamento.

Actividade agrícola de expressão reduzida, limitada ao cultivo de pequenos tractos de terra junto dos núcleos residenciais, principalmente com massango e massambala, destinando-se a produção à satisfação das necessidades do grupo doméstico que, eventualmente, podem ainda ter de ser complementadas através da permuta ou venda de gado. Em tais circunstâncias, os grupos domésticos ficam deveras dependentes da relação de preços cereais/gado já que tal determina o seu poder de compra no momento da transacção. O ciclo das culturas é praticado em rotação com o curral de gado.

Principais locais de comercialização situados ao longo da rodovia que liga Ondjiva ao Lubango, a qual atravessa a zona a meio passando pelo Humbe. Comércio informal na generalidade muito rudimentar. Grande parte da população concentra-se ao longo da *mulola* do Mucope, constituindo a vila de Mucope o centro populacional mais importante a seguir ao Humbe. Ainda prevalecem áreas deveras isoladas no interior da zona. Serviços de educação e assistência sanitária muito limitados, o mesmo acontecendo com outros serviços básicos. Em algumas áreas, alfabetização ainda deveras precária. Penetração limitada dos meios de comunicação. Esta zona vem sendo afectada pela expansão de grandes fazendas, dedicadas principalmente à pecuária em sistema de rancho e que vêm colocando diversos constrangimentos aos sistemas de produção tradicionais.

A paisagem desta zona agro-económica é muito característica, apresentando ao longo do rio Cunene uma faixa alagável no decurso da estação das chuvas, a *evanda*, com cerca de 6 a 7 km de largura, importante área de pastagem para o gado no período seco do ano. Segue-se a esta o *tchiari*, com uma largura aproximada de 10 a 11 km, que actua como zona de pastagem de recurso após o esgotamento do pasto nas zonas mais elevadas. Finalmente, a *tunda* (*etunda*), grandes extensões de solo arenoso, com mato e árvores esparsas, de boa pastagem, mas carente em água, praticamente desabitada. Entre a *tunda* e o *tchiari* situa-se uma zona habitacional por excelência, denominada de *muenha*, com cerca de 4 a 5 km de largura, onde se dispersam os *eumbos* e respectivas parcelas agrícolas. Esta faixa é também apelidada de *onkete* (*onqueti*) em razão da presença de *mutiati* (*Colophospermum mopane*).

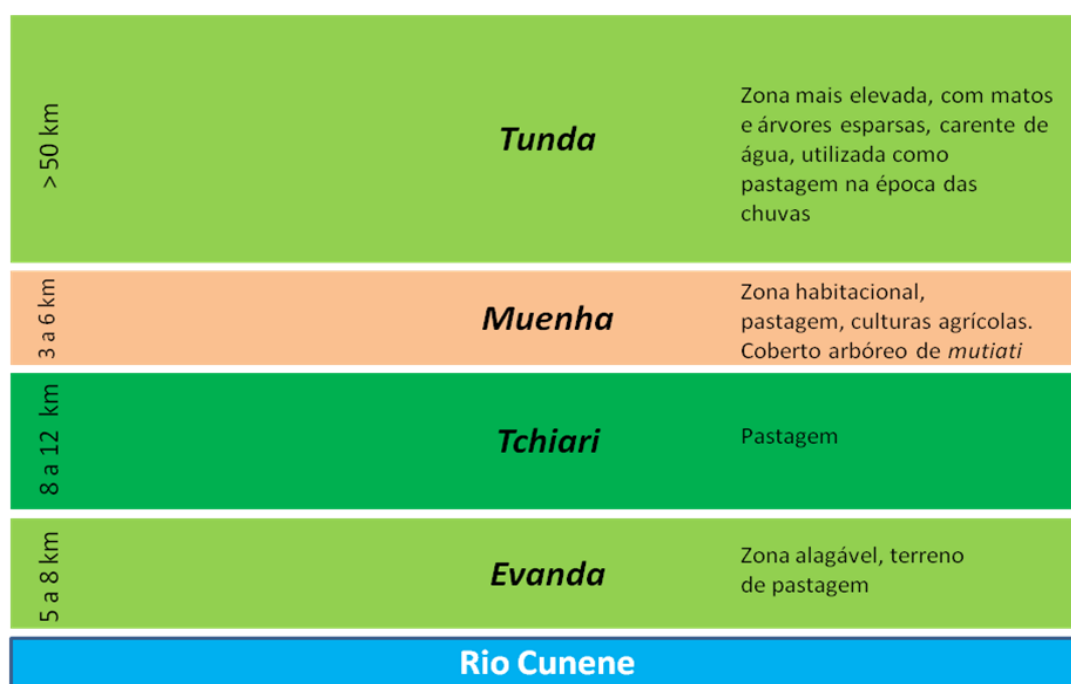


Figura II 3: Distribuição catenária das unidades geomorfológicas na zona do Baixo Cunene, tomando como referência a *evanda* do rio Cunene na zona agro-económica 2, sub-região semi-árida do sul, zona do Baixo Cunene.

Zona agro-económica 3 (faixa Cafu, Xangongo, Naulila): forma uma faixa ao longo da margem esquerda do rio Cunene (sub-bacia do Médio Cunene), dotada de pastos doces e dominada por matos brenhosos com *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) e formações arborizadas e arbustivas do *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Trata-se de uma superfície quase plana (declives 1-2%) que se vai inclinando suavemente até ao rebordo do talude limitante da baixa do Cunene, dotada de Solos Áridos tropicais.

Integrada, na sua totalidade, no município de Ombadja, é uma zona basicamente agro-pastoralista, advindo do gado uma grande parte dos rendimentos dos grupos domésticos. Faz a transição para a zona do Cuanhama, na qual cessa a influência do rio Cunene. O gado efectua, na época seca, o aproveitamento da *evanda* do rio Cunene, onde também vai abeberar. Entretanto, consequência da reduzida extensão desta *evanda*, muitas vezes o gado é obrigado a fazer o aproveitamento desta formação na margem oposta.

Actividade agrícola reduzida, predominando as pequenas lavras de massango e massambala, direccionadas essencialmente para as necessidades familiares que, muitas vezes, têm de ser complementadas com a aquisição de cereais através da permuta/venda de gado, ficando assim os grupos domésticos deveras dependentes da relação de preço cereal/gado prevalecente no momento da transacção. As lavras são implantadas no interior do *ongubo*, sendo o ciclo das culturas praticado em rotação com o curral para melhor aproveitamento do estrume acumulado.

Povoamento disperso, estrategicamente colocado entre a zona de pastagem do interior e o acesso ao abeberamento do Cunene, predominando populações *Ambó* (*Cuamatos* e *Dombondolas*). Esta zona vem sendo afectada pela proliferação de fazendas, na generalidade de nível médio e localizadas entre Cáfu e Xangongo, mas ocupando superfícies importantes de pastoreio, facto que vem criando constrangimentos cada vez maiores à criação tradicional de gado.

A cidade de Xangongo constitui praticamente o único, mas dinâmico centro comercial da zona. Situado no eixo rodoviário Lubango-Ondjiva-Santa Clara processa-se aí um comércio bastante activo de gado e carne. Assistência médica e estabelecimentos de educação concentrados em Xangongo, sendo a restante região deveras carente destes e de outros serviços. Exceptuando esta cidade e sua periferia, os meios de comunicação na restante zona são assaz pobres.

2.3.2 Zona do Cuanhama

A zona do Cuanhama contempla as zonas agro-económicas 1, 2, 3 e 4. Localizada entre o rio Cunene e o rio Cubango, faz parte da bacia endorreica do Etosha, mais particularmente da bacia hidrográfica do Cuvelai, igualmente apelidada de bacia hidrográfica do Cuanhama. Corresponde, *grosso modo*, à zona agrícola 35 (Cuanhama). Variabilidade notável na cobertura vegetal, fruto das condições edáficas e ecológicas provocadas pela micromorfologia, em particular nas suas relações com a drenagem e distribuição dos distintos tipos de solos. Assim, desde as comunidades herbáceas das *chanas* às formas de matorral denso ou de floresta densa seca, regra geral em fases degradadas, ocorre uma ampla gama de formas arbustivas e arborizadas.

Não existem cursos de água permanentes, sendo a zona dominada por planícies inundadas durante as chuvas (*chanas*) que formam mosaico com os depósitos arenosos de cota mais elevada. Nos anos de chuva normal, grande parte da área transforma-se em lagos e lagoas de pouca profundidade e o mosaico de *chanas*, *ecangos* e *mufitos* assume o aspecto de um vasto lençol de água que cobre as primeiras duas formações e do qual emergem os *mufitos* como ilhotas habitadas¹²⁸. Quando toda a bacia é beneficiada com boas chuvas, ocorre a grande cheia (*efundja*), que normalmente sobrevém entre Fevereiro e Abril, acompanhada de grande quantidade de peixe, particularmente de bagre (*Clarias capensis*) e de grandes rãs (*Pyxicephalus aspersus*), amplamente aproveitados pelas populações locais na sua dieta alimentar. Nesta altura, o abeberamento do gado está facilitado, sendo feito com base na água acumulada nas depressões. Contudo, a esta época de grandes águas

¹²⁸ O rio Cuvelai é o principal contribuinte para a inundação dos sistemas de *chanas* do Cuanhama e do Cuamato. Nos anos de muita pluviosidade, a água do rio, unindo-se àquela da chuva, escorre pelas *chanas*, dando origem   grande cheia (*efundja*). Em anos de pluviosidade normal mant m água corrente durante cerca de seis a oito meses (Dezembro a Julho) conservando, nos restantes meses, apenas água nalguns pegos.

segue-se um período seco com ausência total de águas de superfície já que a água das inundações se evapora ou é drenada para o 'Etosha pan'. Desta forma, estas áreas apresentam-se altamente carentes de água ao longo de grande parte da estação seca, o que obriga muitas vezes o gado a grandes deslocações diárias e ao abeberamento apenas em dias alternados. Nesta época, constituem recurso cacimbas, furos artesanais e *chimpacas*. Este ciclo sazonal de situações ambientais extremamente contrastantes conduz a aspectos muito específicos na vivência das populações.

A população enquadra-se no grupo etnolinguístico *Ovambo* (*Vale, Cafima, Cuanhama, Ombadja, Hinga, Dombondola*), de cultura agro-pastoralista, estando a sua distribuição estreitamente relacionada com a existência de mananciais de água. As unidades de residência (*eumbos*), ocupam pontos de cota suficientemente elevada para que ofereçam a garantia de ficarem livres da grande cheia (*efundja*), que inunda as superfícies baixas (*chanas*).



Figura II 4: Conjunto de *eumbos* na sub-região semi-árida do sul.

Em diversas áreas existe muito pouco espaço aberto entre os cercados dos diferentes *eumbos*. É notório o aproveitamento das áreas mais elevadas (*mufitos*) que se apresentam como ilhotas habitadas separando *chanas*, *edivas* e *ecangos*. Na orla inferior do *mufito* central pode ver-se uma *chimpaca*.

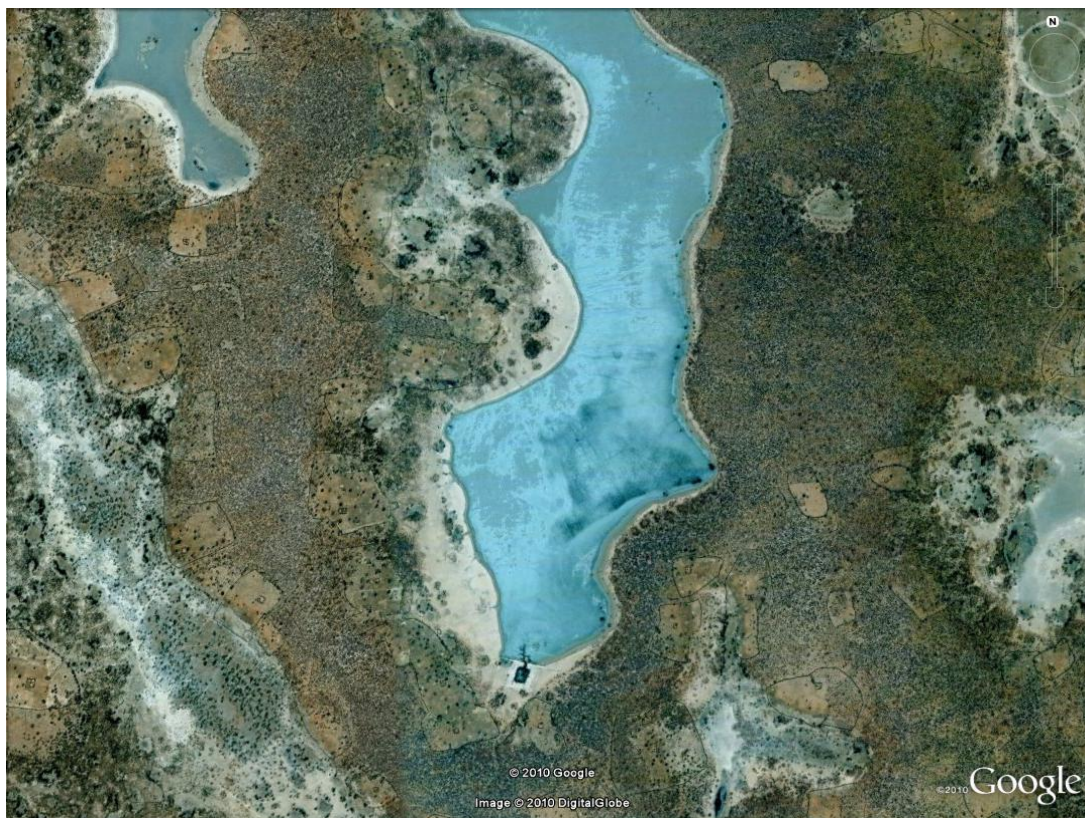


Figura II 5: Fisiografia e localização dos *eumbos* na zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul. Na paisagem desta zona são típicas as *chanas* largas e rasas, de orlas não aparentes, localizando-se geralmente a cercadura exterior (*ongubo*) dos *eumbos* junto, ou muito próximo, da linha limite do alagamento.

A pecuária e a produção agrícola constituem as actividades económicas nucleares dos grupos domésticos. A catena formada pelas *chanas* (zona alagável), *luenene* (zona intermédia) e *etunda* (posição mais alta) conduz ao aparecimento de condições variadas no terreno que permitem o seu aproveitamento óptimo pelo gado. A principal causa da vulnerabilidade dos grupos domésticos advém ou dos efeitos da deficiente distribuição temporal e espacial da chuva, ou do seu excesso conduzindo a alagamentos superiores àqueles considerados como normais. O gado está submetido a uma gestão oportunista dos recursos naturais, permanecendo junto aos locais de residência enquanto dispuser de possibilidades de abeberamento nas proximidades, estando depois sujeito a pequenas e grandes transumâncias.



Figura II 6: Fisiografia e localização dos *eumbos* na zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul. A paisagem típica é constituída de *chanas* entrecortadas por ondulações topográficas alongadas no sentido norte-sul, que se alternam em extensões variáveis e que proporcionam numerosos potenciais locais para a instalação de aglomerados residenciais (*eumbos*). Cada ponto indica um *eumbo* sem bovinos, enquanto o tamanho do animal dá uma noção da quantidade de cabeças presente no curral. A cor azul representa as *chanas*, superfícies rasas, suavemente depressionadas, que ficam temporariamente inundadas com a água das chuvas devido à sua insuficiente drenagem. Em cor castanha estão representados os *mufitos*, superfícies salientes que separam *chanas*, *edivas* e *ecangos* marcando poucos metros de desnível e que constituem as áreas habitadas. Estes *mufitos* apresentam uma orientação no sentido norte-sul. Os *eumbos* maiores tendem a possuir mais gado e podem encontrar-se lado a lado com *eumbos* menores, com menos animais ou mesmo nenhuma cabeça de gado bovino. O gado dos vários *eumbos* utiliza as mesmas pastagens comunitárias.

Zonas agro-económicas

Zona agro-económica 1 (Cuanhama): estende-se pelos municípios do Cuanhama e Namacunde (extremo ocidental), sendo atravessada pela estrada internacional que liga o Lubango à fronteira sul, passando por Môngua, Ondjiva e Namacunde. Trata-se de uma zona importante de comércio devido ao fluxo de mercadorias entre a província da Huíla e a fronteira com a Namíbia, factor que determina um mercado de trabalho mais desenvolvido. Uma distinção importante entre esta zona e as restantes inseridas na província do Cunene é que ela oferece maiores oportunidades de emprego no sector formal (público, em particular), existindo também maiores possibilidades de realizar actividades de geração de renda no sector do comércio informal. Contudo, a pecuária continua a ser o principal meio de sustento dos grupos domésticos. No interior da zona os acessos são precários. No período das chuvas, e em resultado do alagamento das *chanas*, a circulação fica deveras condicionada. Serviços de assistência médica e de educação deficientes, embora algumas igrejas também disponibilizem estes serviços em determinados locais. População dos centros urbanos e sua periferia com acesso regular a serviços de telefonia móvel.

Possui clima semi-árido. Dotada de pastos doces, apresenta uma distribuição relativamente equilibrada de formações herbáceas e tipos de pastagem. Capacidade de carga variando entre 6,5 – 5 ha/UGT.

Cobertura vegetativa constituída essencialmente por matas secas formadas por savana bosque e savana arborizada, sendo a *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) a essência mais típica da formação, estando a sua presença estreitamente relacionada com climas secos e solos leves. Sendo uma área típica de *chanas*, depois do período de alagamento estas constituem-se como reserva e variação de pastagem, necessitando o gado de fazer apenas deslocções de curta distância, basicamente entre *mucundas*, para ajustamentos de espaços de pastoreio. O mosaico apertado de *chana*, *luenene* e *etunda* dá lugar ao aparecimento de condições sempre variadas no espaço geográfico. Depois de secos os *ecangos* e *etalas*, o abeberamento é feito com base em cacimbas abertas pela população nos pontos mais favoráveis e em furos artesianos e *chimpacas*. Na generalidade da zona, na segunda metade da estação seca o abeberamento do gado fica muito condicionado.

Nesta zona agro-económica, de índole agro-pastoralista, a actividade agrícola visa fundamentalmente o apoio ao grupo doméstico. A principal cultura praticada é a do massango, seguindo-se a massambala. A fertilização dos terrenos de cultivo é feita com base na rotação do curral. Para complementar as suas necessidades em cereais, os grupos domésticos socorrem-se da permuta/venda de gado. O peixe e as grandes rãs recolhidas no período de alagamento das *chanas* assim como os variados tipos de frutas e outros produtos de recolção presentes na zona constituem uma importante fonte de alimentação dos grupos domésticos ao longo do ano.

A população é basicamente *Cuanhama* (grupo etnolinguístico *Ambó*). Povoamento disperso, com unidades familiares (*eumbo*) ocupando os pontos de cota mais elevada, com melhor garantia de ficarem livres dos grandes alagamentos, que normalmente acontecem entre Fevereiro e Abril, cobrindo as superfícies baixas (*chanas*). Estas unidades familiares agrupam-se em *mucundas*.

Zona agro-económica 2 (Cuamato): habitada por *Cuamatos* (grupo etnolinguístico *Ambó*), corresponde à área do município da Ombadja situada entre Xangongo e a fronteira com a Namíbia. As unidades familiares apresentam-se dispersas (*eumbos*), agrupadas em *mucundas*.

Predominam as formações dominadas por *mutiati* (*Colophospermum mopane*)¹²⁹. As aplanções interfluviais dos *mufitos* são revestidas de formações arbustivas densas e secas de arbustos donde emergem diversas arbóreas, das quais a mais frequente é a *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*). Por sua vez, as *chanas*, com uma cota inferior à dos *mufitos*, alagadas por longo tempo e com solos salgados, revestem-se de vegetação herbosa característica, cuja composição varia de acordo com o período de alagamento e a altura da toalha líquida. Rede fluvial de carácter esporádico. No decurso da estação seca, o abeberamento do gado apresenta-se deveras condicionado.

Nesta zona, predominantemente agro-pastoralista, de clima semi-árido, dotada de pastos doces e com capacidade de carga rondando os 6,5 – 5 ha/UGT, a pecuária assume papel central na vida das populações, servindo a agricultura praticada, baseada na produção de massango e massambala, principalmente para satisfazer as necessidades dos grupos domésticos. Para beneficiar da estrumação, o ciclo das culturas é praticado em rotação com o curral de gado. Se os cereais produzidos não forem suficientes para assegurar as necessidades do grupo doméstico, este complementa-os através da venda/permuta de gado. A movimentação do gado limita-se a pequenas transumâncias, entre *mukundas*, para ajustamento do espaço de pastoreio. A pesca e a recolção são importantes para as populações locais, o mesmo acontecendo com a apanha das grandes rãs (*Pyxicephalus aspersus*), amplamente aproveitadas aquando do alagamento das *chanas*.

As oportunidades de pequenos negócios são limitadas e praticamente não existe comércio formal. Os mercados são, em geral, pouco desenvolvidos. Muito do comércio, nomeadamente de gado, é

¹²⁹ O povo Cuanhama atribui a designação de *mutiati* à espécie *Colophospermum mopane* e a de *muhenhe* às formações ou comunidades de *mutiati*.

feito com a República da Namíbia. Acessos precários. No período das chuvas, e em resultado do alagamento das *chanas*, o trânsito fica muito condicionado. Serviços de assistência médica e de educação pobres, o mesmo se passando com outros serviços básicos. Meios de comunicação precários.

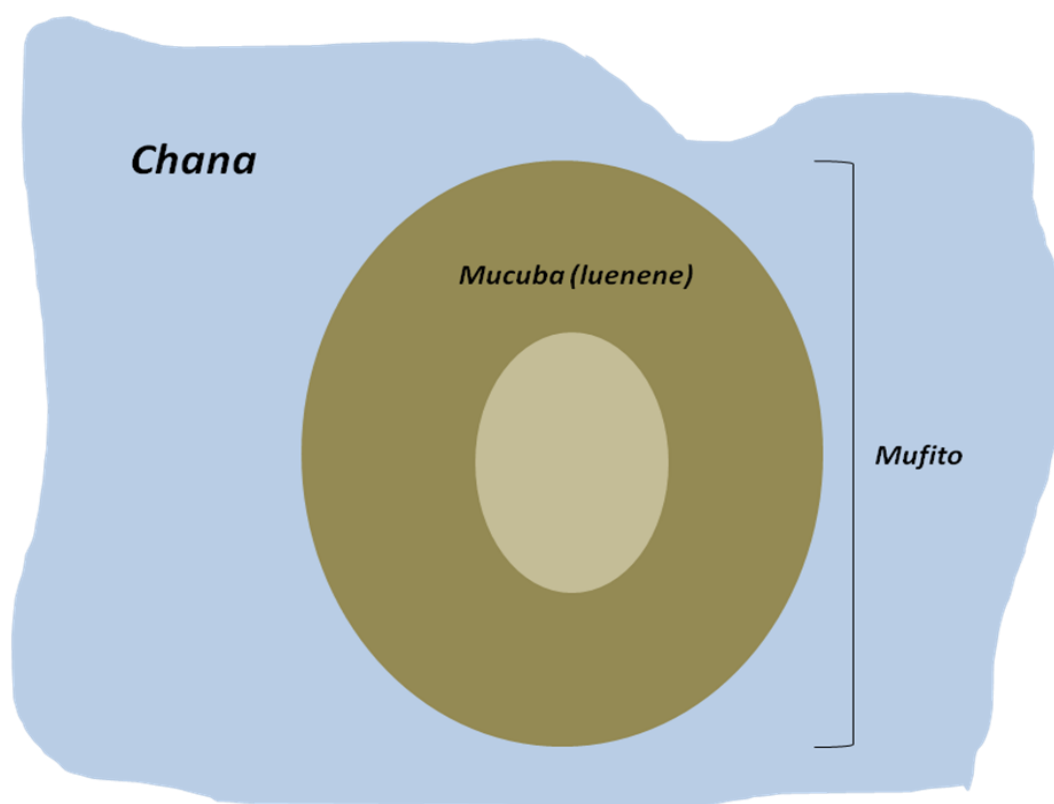


Figura II 7: Fisiografia da zona agro-económica 2 (Cuamato), zona do Cuanhama, sub-região semi-árida do sul.

Os *mufitos* são como que ilhotas habitadas no seio das *chanas*. Os *eumbos* localizam-se principalmente na sua área intermédia, denominada de *mucuba* pelas populações locais, mas conhecida também por *luenene*.

Zona agro-económica 3 (Cuvelai): zona de clima semi-árido que se estende pelo município do Cuvelai e metade norte do município do Cuanhama. Habitada predominantemente por *Vales* e *Cafimas*, do grupo etnolinguístico *Ambó*, sendo o povoamento disperso com base em *eumbos*. Existem alguns núcleos de *Ganguelas* e *Quiocos* ao longo dos vales localizados a leste da zona.

Está integrada na bacia hidrográfica do Cuvelai, igualmente denominada de bacia hidrográfica do Cuanhama. Os pastos são doces e a capacidade de carga é de 8 – 6 ha/UGT. Cobertura arbórea dominada por formações de *mutiati* (*Colophospermum mopane*). Nesta zona, as *chanas* mal se esboçam e as posições de *etunda* apresentam solos menos soltos, com melhor aptidão agrícola, pelo que as culturas do milho e feijão já assumem maior importância relativa. Mesmo assim, as necessidades familiares em cereais devem ser complementadas através da permuta/venda de gado, ficando assim grupos domésticos muito expostos às flutuações de preços gado/cereais.

Predomínio do agro-pastoralismo. Embora o gado constitua a principal fonte de riqueza da população, a carência e má distribuição dos pontos de abeberamento, a uniformidade da pastagem com a consequente pequena diversificação dos tipos de capins aliadas à considerável densidade de povoamento, concorrem para que as condições pecuárias sejam das mais desfavoráveis da sub-região, forçando a adopção de estratégias oportunistas para o manejo do gado, sendo este obrigado a transumar, logo depois do início da estação seca, para as áreas desabitadas do leste. Os pegos e

orlas formados ao longo do rio Cuvelai são importantes no que se refere ao provimento de água e obtenção de peixe, exercendo forte influência na vida das populações.

Zona muito isolada, com acessos assaz deficientes. Meios de comunicação pobres. Precária alfabetização das populações. Poucas oportunidades de emprego e fraca presença de mercados. Pratica-se algum comércio informal, mas a níveis muito baixos. Assistência médica, serviços de educação e outros serviços básicos muito deficientes.

Zona agro-económica 4 (Tchimporo): zona de pastos doces e clima semi-árido que se estende por grande parte do município de Namacunde, englobando as áreas de Chiede, Melunga e Mulemba e também por parte do município do Cuanhama. Recoberta por depósitos arenosos de natureza eólica, apresenta extensas planuras de relevo suavemente ondulado, recortadas por vales expressivos, mas de pequeno desnível e de fundo largo. Rede fluvial de regime hídrico esporádico. Cobertura arbórea formada por matas secas, cuja essência mais típica é a *muiumba (Baikiaea plurijuga)*. Possui reduzida superfície de *chanas*, predominando os denominados *ecangos* e formações arenosas de *etunda*. O fundo dos vales, ou *mulolas*, assumem grande importância na vida das populações locais. Algumas dessas *mulolas* são muito conhecidas, destacando-se a Tchimporo, donde provém o nome da região, a Caiundo, a Cunene, a Câmbua e a Nautuima, por constituírem rotas tradicionais das manadas de gado em transumância. A sua largura vai aumentando gradualmente à medida que se progride em latitude, sendo no início estreitas, com escassas centenas de metros, mas podendo atingir mais de um quilómetro na parte central, até se perderem na superfície endorreica do Cuanhama sob a forma de extensas *chanas*. Estas *mulolas* conservam água desde as primeiras chuvas até Julho ou Agosto. Na generalidade da zona, a estação seca é longa, com escassez muito severa de água.

A criação de gado constitui o principal meio de sustento da população. A precariedade das condições pasciosas, mais desfavoráveis comparativamente às zonas anteriores, faz com que os grupos domésticos tenham de fazer maior recurso à mobilidade do gado, transumando particularmente para a área quase desabitada do leste (Tchimporo). Capacidade de carga entre os 8 – 6 ha/UGT. A produção agrícola é escassa, dependendo a dieta alimentar familiar dos cereais obtidos principalmente através da permuta/venda de animais domésticos. Em tais circunstâncias, e na perspectiva de mercado, os grupos domésticos ficam muito expostos à relação de preços entre cereais e gado pois tal determina o seu poder de compra no momento da transacção. A pesca e recollecção de produtos vegetais assumem menor importância nas estratégias de meios de vida das populações comparativamente às zonas agro-económicas anteriormente descritas, consequência da menor superfície de *chanas* e menor variedade paisagística.

A população é predominantemente *Cuanhama* (grupo etnolinguístico *Ambó*), existindo pequenos grupos dispersos de *San*, conhecidos vulgarmente por *mucancalas* ou *camussequeles*. Povoamento disperso, mais denso nas proximidades da fronteira com a República da Namíbia. Baixa alfabetização da população. Nesta zona agro-económica o isolamento físico é marcante. Mercados muito pouco desenvolvidos. Comércio informal deveras incipiente. Trocas comerciais realizadas principalmente com a Namíbia. Vias de acesso muito precárias. Serviços de assistência médica e educação praticamente inexistentes, o mesmo se passando com outros serviços básicos. Meios de comunicação quase inexistentes.

2. 4 Sub-região planáltica

Subdivide-se em sete zonas agro-económicas e estende-se pelas zonas agrícolas 30 (Terras Altas da Huíla) e 31 (Transição Centro-Sul). O clima varia de sub-húmido chuvoso a sub-húmido seco, mesotérmico. Estão presentes tanto ambientes de ‘não-equilíbrio’ como ambientes de ‘equilíbrio’.

A sub-região é povoada maioritariamente por populações do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* (*Handa, Muila, Cipungo*), predominando uma forma de povoamento disperso com base em *eumbos*. A Leste existem também núcleos de *Nganguelas* e a norte de *Umbundo*, podendo então ocorrer um povoamento baseado em pequenos aglomerados (*quimbos*).

O regime hidrográfico é formado por linhas de água de pequeno caudal, que fazem parte das bacias hidrográficas que drenam para o litoral (Giraúl, Bentiaba, Carunjamba) ou que convergem para a bacia hidrográfica do Cunene (Qué, Calonga, Caculuar, entre outros). *Grosso modo*, a norte do paralelo da Matala a densidade da rede hidrográfica é significativamente superior, assumindo os afluentes do rio Cunene carácter permanente, enquanto a sul são de carácter temporário. A sul do referido paralelo a sub-região é, em geral, recortada por numerosos vales muito abertos, definindo linhas de água secas. Estas depressões (*mulolas*), que afluem aos rios principais, marcam reduzidos desníveis em relação à planura. São muito conhecidas as *mulolas* Bambere, Mucope, Bicuar, Tchimbolelo e Luconda.

Grande parte da região é coberta por floresta aberta (mata de 'panda'), com domínio de espécies de *Brachystegia*, *Isoberrlinea* e *Julbernardia*, podendo serem observadas extensas áreas degradadas resultantes da ocupação agrícola do solo surgindo, assim, diversas comunidades savanizadas. Na área meridional o coberto vegetal é formado por balcedos com *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*). Em correspondência com a floresta aberta os elementos florísticos correspondem aos pastos acres (com dominância de gramíneas do género *Hyparrhenia*), inscrevendo-se as restantes formações nos pastos mistos. Basicamente, a composição do estrato herbáceo depende do grau de secura do meio, sendo dominado por andropogóneas a Norte (pastos acres) e por uma associação destas e de *Heteropogon*, *Themeda* e *Digitaria* a Sul (pastos mistos).

A actividade agrícola para as comunidades da sub-região é importante, gerando em grande parte da área excedentes significativos de cereais, particularmente de milho, para o mercado. Para além do feijão, amendoim, batata-doce e, em certas áreas, também a batata-rena assumem importância na agricultura familiar. A pecuária segue os padrões do sistema pastoralista presente no Sudoeste de Angola, sendo a sua importância económica para os grupos domésticos repartida com a agricultura. A utilização do gado para tracção (lavoura e transporte) constitui um elemento preponderante.

Nesta sub-região ocorrem, em algumas zonas, curtas deslocações das manadas para as áreas de menor densidade de povoamento, particularmente nos anos em que o início das chuvas atrasa, mas, no geral, o gado pasta ao longo de todo o ano na vizinhança da unidade familiar onde se localiza o curral. O abeberamento do gado é feito em rios e *mulolas*. Durante a estação seca, nas áreas onde não existe rede fluvial de caudal permanente, é feito a partir de cacimbas escavadas no leito de cursos de água temporários ou esporádicos. Pode ser praticada uma curta transumância de uma a duas semanas, no final da época das chuvas, em direcção a locais em que são reconhecidos efeitos benéficos às suas águas (Hunguéria e Cangolo).

Zonas agro-económicas

Zona agro-económica 1 (Humpata): zona sob a influência directa da cidade do Lubango, ponto principal de comercialização dos produtos da sub-região e de migração das populações do meio rural em busca de fontes alternativas de rendimento. As populações nativas são *Muila* (*Nhaneca-Humbe*), embora haja uma mescla de outros grupos, particularmente de *Umbundu*, facto que se agudizou em resultado das deslocações produzidas pela guerra que o País viveu. Para além da influência da cidade do Lubango, existe uma forte ocupação alienígena que se exerce não apenas na modificação dos quadros culturais como também nos sistemas de posse e partilha de terras. Contempla o município da Humpata e metade sul do município do Lubango (comunas da Arimba, Quilemba e Huila).

Zona dotada de ambientes de 'equilíbrio', com predomínio da agricultura mista. A produção agrícola é muito diversificada, sendo direccionada essencialmente para o mercado. Importante produção de batata, citrinos e hortícolas. Predomínio de pequenas e médias empresas agrícolas. Disponibilidade regular de água para abeberamento do gado. Os pastos são acres e a capacidade de carga varia entre 3,5 – 2,5 ha/UGT.

Comercialização de produtos agro-pecuários bastante activa na generalidade da zona. Mesmo que dotada de uma rede terciária de estradas representativa, estas apresentam-se, na generalidade, em mau estado de conservação. População com acesso regular a serviços de assistência médica e de educação, embora a generalidade destes serviços seja de baixa qualidade. Bom acesso a meios de telefonia móvel.

Zona agro-económica 2 (Chibia): com clima sub-húmido seco, estende-se por grande parte do município da Chibia. No que respeita à vegetação, dominam as formações de balcedo, com xerofitismo bem marcado, sendo características as formações cerradas, de difícil penetração. Rede fluvial formada essencialmente por cursos de caudal temporário. A pastagem é do tipo misto e a capacidade de carga ronda os 4 ha/UGT. Predominância de ambientes em 'não-equilíbrio'.

Zona essencialmente agro-pastoralista, assumindo a criação de gado importância considerável na economia das populações locais. Disponibilidade de água para dessedentação dos animais com condicionalismos em algumas áreas da zona, particularmente no período seco do ano. A agricultura baseia-se em culturas cerealíferas menos exigentes em água, nomeadamente massango e massambala, embora a produção de milho possa assumir importância em determinadas áreas. Quando as necessidades em cereais dos grupos domésticos não são satisfeitas com base na sua própria produção, são complementadas através da permuta/venda de gado.

A população é basicamente *Muila* (grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*). A comercialização é bastante activa, concentrando-se ao longo da estrada internacional que une a cidade do Lubango à fronteira (Santa Clara), com principal incidência na própria vila da Chibia. O comércio informal mostra-se bastante dinâmico. Existem, no entanto, no interior da zona, áreas ainda bastante marginalizadas. O comércio de gado e de carne é muito activo, actuando o mercado informal da Chibia como centro de comercialização de animais provenientes de diversas localidades da província. Importante expansão do sector agro-pecuário empresarial.

A capital de município dispõe de razoável estrutura educacional e de assistência médica, apresentando-se, no entanto, estes serviços bastante deficientes nas restantes áreas. Nas comunidades mais isoladas a alfabetização é precária. Rede de estradas terciária muito degradada. Principais aglomerados populacionais dotados de comunicação móvel.

Zona agro-económica 3 (Cacula): abrange o município da Cacula e parte norte do município do Lubango (comuna do Hoque). Predominam as formações de floresta aberta (mata de 'panda'). Contudo, nas áreas intensamente influenciadas pelo homem a savanização é progressiva apresentando-se comunidades induzidas da floresta aberta primitiva, com fácies de savana arbustiva ou de savana bosque. Os pastos dominantes são acres. Capacidade de carga entre os 3,5 – 2,5 ha/UGT. Presença de ambientes em 'equilíbrio'. Disponibilidade regular de água para abeberamento do gado na generalidade da zona.

O sistema de produção agro-pecuária dominante é o 'agro-pastoril milho/sorgo', sendo a produção agrícola baseada no sequeiro. A tracção animal assume papel importante no processo agrícola. Do ponto de vista económico, depende fundamentalmente da criação de gado, embora a produção de milho já adquira fins comerciais. Os grupos domésticos procuram satisfazer as suas necessidades

alimentares com base na sua própria produção. Agricultura comercial representada por algumas pequenas e médias empresas.

Habitada principalmente por *Handa* e, em certas áreas, também por *Muila*, *Cipungo* e *Humbe*, todos do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*, que assumem uma forma de povoamento disperso, correspondendo os distintos *eumbos* a diferentes grupos domésticos. Regista-se igualmente a presença de pequenos núcleos *Khoisan*, conhecidos também por *mucancalas* ou *camussequeles*. A comuna de Chituto, norte do município da Cacula, é habitada principalmente por *Umbundo*.

As áreas junto às vilas do Hoque e Cacula beneficiam de melhores condições de comercialização devido principalmente à via rodoviária que une a cidade do Lubango às de Benguela e Huambo e também ao eixo que segue para a Matala, atingindo a província do Cuando Cubango. Na intersecção destes dois eixos existe um mercado muito activo de produtos agrícolas e de venda de gado. Atravessada por importantes vias rodoviárias interprovinciais. Contudo, as vias terciárias são precárias. Assistência médica e educação concentradas nos principais centros populacionais, apresentando-se ainda bastante deficientes nas restantes áreas, o mesmo acontecendo com outros serviços básicos. Precária alfabetização da população. Áreas com maior densidade populacional servidas, na generalidade, por comunicação móvel.

Zona agro-económica 4 (Quipungo): integrada na sua maior extensão na bacia do Médio Cunene, sendo a maioria da rede fluvial de caudal temporário. Integra a zona de clima sub-húmido seco. Dotada de floresta aberta (mata de 'panda') e savana com arbustos, nela predominam pastos mistos. Capacidade de carga de 4 – 3 ha/UGT. Preponderância de ambientes em 'equilíbrio'. Faz parte do município de Quipungo, sendo habitada principalmente por *Cipungos* e *Handas* (grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*) em povoamento disperso, existindo também alguns núcleos de *Khoisan*.

O gado constitui factor económico com alguma relevância, assumindo a tracção animal papel de relevo no processo agrícola. Suficiente disponibilidade de água para abeberamento do gado ao longo do ano na generalidade da zona, embora possam surgir algumas carências em determinadas áreas. Zona de agricultura mista, com uma actividade agrícola baseada na agricultura de sequeiro, predominando a cultura do milho (com produção de importantes excedentes comercializáveis) e da massambala, associando-se o feijão e a batata-doce. Agricultura empresarial bem implantada, com predomínio de médias fazendas, restringindo a agricultura familiar em determinadas áreas.

O caminho-de-ferro e a via rodoviária asfaltada que unem a Matala ao Lubango facilitam o escoamento da produção, situando-se aí os principais centros de comercialização. No interior da zona os acessos são deficientes existindo ainda áreas bastante marginalizadas. Assistência médica e educação concentradas na sede de município. Escolaridade da população baixa. Serviços básicos precários na generalidade da zona. Penetração limitada dos meios de comunicação.

Zona agro-económica 5 (Chicomba): fazendo parte da bacia do Alto Cunene, ocupa grande parte do município de Chicomba e uma parte da metade sul do município de Caluquembe. Para além da população *Nhaneca-Humbe*, ocorre a interpenetração do grupo etnolinguístico *Umbundo* (*Cacondas*), com um povoamento em aglomerados (*quimbos*).

Possui clima sub-húmido húmido, floresta aberta (mata de 'panda') e savana com arbustos. Predomínio de ambientes em 'equilíbrio'. Dotada de pastos acres. Capacidade de carga variando entre 4 – 3 ha/UGT. Importante rede fluvial, de caudal permanente. Zona de agricultura mista, com uma actividade agrícola baseada na agricultura de sequeiro, predominando a cultura do milho (com produção de importantes excedentes comercializáveis), associada ao feijão e batata-doce. O gado não constitui factor económico relevante, sendo utilizado fundamentalmente no trabalho agrícola.

Disponibilidade de água para abeberamento do gado ao longo do ano na generalidade da zona. Alguma agricultura empresarial, com predomínio de médias fazendas.

Comercialização pobre, com aparentes dificuldades no escoamento dos produtos agrícolas, direccionados fundamentalmente para a província do Huambo. Os acessos são muito deficientes e restritos, existindo ainda áreas deveras marginalizadas. Serviços básicos muito deficientes, concentrados nas vilas de Chicomba e de Negola, integrando já esta última o município de Caluquembe. Baixa escolaridade da população. Penetração limitada dos meios de comunicação.

Zona agro-económica 6 (Matala): com clima sub-húmido, integra-se na sub-bacia do Médio Cunene, importante rede fluvial com regime hídrico permanente ou temporário. Dotada fundamentalmente de pastos mistos e de ambientes em 'equilíbrio', toda a zona agro-económica se integra no município da Matala. Capacidade de carga suposta de 3 – 2,5 ha/UGT.

Disponibilidade generalizada de água para abeberamento do gado. Fortemente influenciada pelo esquema de grande regadio da Matala e pelo mercado e indústria de transformação desta cidade. Parte da população trabalha nas fazendas servidas pelo regadio, na generalidade dotadas de meios de mecanização e onde se cultiva grande diversidade de produtos agrícolas. Importante produção de batata e de hortícolas. A nível da pequena agricultura familiar, muito dependente do mercado da cidade da Matala, predomina a cultura do milho de sequeiro, a que se associam, em menor escala, o feijão e a batata-doce. O gado bovino assume papel de relevância como meio de trabalho nas operações de lavoura e no transporte de produtos. A pesca fluvial é bastante intensa e tem uma forte influência na vida das populações locais, muitas delas estabelecidas ao longo do rio Cunene.

Embora bastante heterogénea, a população é predominantemente *Cipungo*, do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*. Ainda do mesmo grupo, verifica-se a presença, a sul, de *Humbes*. A norte e nordeste estão presentes *Ovimbundu*, enquanto nas margens tanto direita como esquerda do rio Cunene podem ser encontrados *Tchokwe*. Enquanto as populações do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* podem apresentar um povoamento disperso, embora de características menos evidentes que aquele presente nas sub-regiões semi-áridas, as populações dos restantes grupos concentram-se em pequenas aldeias (*quimbos*).

A cidade da Matala, uma importante concentração populacional onde habitam distintos grupos etnolinguísticos, constitui um mercado muito activo. Insere-se num relevante eixo rodoviário e ferroviário, o que facilita o escoamento da produção local, nomeadamente em direcção à cidade do Lubango, o mais importante centro urbano da região sul, e a outras cidades e províncias do País, particularmente Huambo e Cuando Cubango. Comercialização muito activa ao longo da linha férrea e dos principais eixos rodoviários.

Razoável acessibilidade às localidades englobadas no esquema de grande regadio. Nas restantes áreas a rede terciária de estradas apresenta-se bastante precária. Os serviços de educação e de saúde estão concentrados na Matala e nos principais povoados da área de regadio. Escolarização atingindo já uma parte significativa da população. Exceptuando as áreas mais isoladas, existe um acesso generalizado aos meios de comunicação móvel.

Zona agro-económica 7 (Jamba): predomínio da agricultura mista, com nítida secundarização da criação e comercialização de gado. A agricultura é de sequeiro, sobressaindo as culturas do milho e da massambala. O gado bovino é usado essencialmente para tracção e aproveitamento do estrume. Os pastos são predominantemente acres. Capacidade de carga de 4 – 3 ha/UGT. Prevalecem os ambientes de 'equilíbrio'. Rede fluvial dominada por cursos de caudal temporário. A disponibilidade de água para abeberamento do gado pode apresentar-se condicionada em algumas áreas, particularmente no período seco.

Esta zona agro-económica está, na sua quase totalidade, integrada no município da Jamba. Envolve também o extremo sul do município do Chipindo. Para além das populações do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe* estão também presentes *Nganguelas*. Densidade populacional baixa. Presença de algumas fazendas, na generalidade de tamanho médio, dedicadas basicamente à produção agrícola.

A rede de comercialização é pobre, sendo o principal mercado constituído pela vila da Jamba, capital do município, podendo, eventualmente, alguns produtos serem direccionados para a cidade do Lubango. A reabilitação do projecto mineiro de Cassinga poderá conduzir ao aumento da comercialização da produção agrícola local com o consequente impacto nos rendimentos dos grupos domésticos. Serviços de saúde e de educação muito deficientes, o mesmo se passando com a generalidade dos serviços básicos. Alfabetização das populações locais precária. Acessos por estrada na generalidade deficientes. Penetração limitada dos meios de comunicação.

Zona agro-económica 8 (Bicuar): vasta área de clima sub-húmido seco, delimitada a sul pelo rio Mambonde e ocupando o sudoeste da sub-região. É coberta por floresta densa seca – mata de *muiumba* (*Baikiaea plurijuga*) e dotada de pastagens do tipo misto e ambientes em ‘não-equilíbrio’. Capacidade de carga presumivelmente de 5 – 4 ha/UGT. Coincide com a extensa superfície arenosa conhecida por região do Bicuar, grande parte dela adstrita ao Parque Nacional do Bicuar, um parque para protecção da fauna selvagem. Estende-se pelos municípios do Quipungo e da Matala.

Situada a ocidente do rio Cunene, integra a sub-bacia hidrográfica do Médio Cunene. A rede hidrográfica, de carácter esporádico, é constituída exclusivamente por *mulolas*, pelo que a disponibilidade de água para dessedentação dos animais fica muito condicionada no decurso do período seco do ano. No entanto, a generalidade das *mulolas* conserva sempre o solo húmido, garantindo pastagem para os herbívoros presentes. São as seguintes as *mulolas* que, pela sua largura e extensão, assumem maior importância: Cachila, Nungarrafa, Bicuar, Tumbaeque, Nangongue, Pombaíma, Luconda, Luconda Pequena, Mucope e Tchimbolele. O rio Cunene, pela distância a que se encontra, não exerce influência nesta zona, revestindo-se, por esta razão, a existência de água nas *mulolas* de importância vital.

A pouca população existente é basicamente do grupo etnolinguístico *Nhaneca-Humbe*. Precária alfabetização. Acessos muito deficientes. Redes de educação e de assistência médica quase inexistentes, o mesmo acontecendo com outros serviços básicos. Meios de comunicação muito limitados.

3 PLATAFORMA DE MEIOS DE VIDA

Na matriz de meios de vida são identificados cinco categorias de activos ou tipos de capital (capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro, capital sociopolítico). Os distintos activos incluídos nestas cinco categorias constituem a plataforma de meios de vida, com base na qual os grupos domésticos desenvolvem os seus meios de vida. No presente subcapítulo, cada um desses tipos de capital é tratado no contexto da região do 'Complexo da Ordenha'. Considerando a importância que possui o capital natural para o criador tradicional de gado, é-lhe prestada uma atenção especial. No final, é apresentada uma síntese do papel do gado a nível da plataforma de meios de vida dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas na região estudada.

3.1 Capital natural

No Sudoeste de Angola, este tipo de capital é muito importante para aqueles (em particular criadores de gado e agricultores do sector tradicional) cujos meios de vida provêm, total ou parcialmente, das actividades baseadas em recursos naturais, nomeadamente pecuária, agricultura, pesca, colecta de produtos florestais, etc. Para o seu usufruto, é fundamental que os grupos domésticos tenham acesso garantido à terra, áreas de pastagem, floresta e seus produtos, água, fauna aquática, fauna selvagem, etc.

Os recursos disponíveis para determinado grupo doméstico reflectem as características da base de recursos locais e a extensão em que o grupo doméstico é capaz de garantir o acesso a eles o que, por sua vez, implica questões relacionadas com propriedade e direitos assim como com a disponibilidade de tecnologia que possibilite a utilização dos referidos recursos em todo o seu potencial. Os principais activos de capital natural utilizados por indivíduos e grupos domésticos para gerar meios de vida na região do 'Complexo da Ordenha' compreendem a terra, a água e o gado, sendo este último de crucial importância tanto em termos de valor como de prevalência.

Terra: um recurso natural fundamental

Na região do 'Complexo da Ordenha', a terra e os restantes recursos naturais encontram-se no coração da vida social, cultural, espiritual e económica das comunidades, para além de assumirem uma forte dimensão política. Para os grupos domésticos da região, que se baseiam essencialmente nos recursos naturais para os seus meios de vida, o acesso à terra produtiva e restantes recursos naturais torna-se essencial. Coexistem diferentes categorias de direitos sobre os recursos naturais, indo daqueles de natureza mais privada (por exemplo, cacimbas familiares ou, entre os *Ambó*, pastagens – *ongole* - localizadas dentro dos limites do *ongubo*) até àqueles de natureza mais comunitária, como áreas de pastagem utilizadas por um grupo de criadores¹³⁰.

Em Angola, as sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas desenvolveram um modo de distribuição de terra relativamente equitativo, pelo que a maioria dos grupos domésticos rurais tem acesso a uma ou mais parcelas de terra para cultivo, para além de uma área ampla de terra comunitária para

¹³⁰ Estes elementos estão amplamente contidos nas categorias de posse de terra no âmbito costumeiro (Adams *et al*, 1999): (i) terras *privadas* e (ii) terras *comunitárias*. Na primeira categoria, a terra pertence e é utilizada de uma forma quase exclusiva por indivíduos ou grupos domésticos para uso residencial, exploração agrícola ou outras actividades de produção. Por seu lado, as terras comunitárias são partilhadas por múltiplos utilizadores essencialmente para pastorear gado e fazer a colecta de produtos diversos. De acordo com o acesso, estas terras podem ser subdivididas em dois tipos: (a) *terras comunitárias de acesso controlado*, onde um determinado grupo exerce alguma forma de controlo, no mínimo para evitar o acesso de não-membros e, por vezes, também para regular a utilização de recursos pelos membros; (b) *terras comunitárias de acesso livre*, quando não existe qualquer tipo de controlo no acesso aos recursos nem nenhum grupo tem direitos ou funções de gerir estes recursos.

pastagem, colecta e caça. A utilização da terra é governada por um conjunto de regras e instituições complexas e sofisticadas que providenciam o acesso a recursos vitais mesmo que, muitas vezes, precários¹³¹. Sendo a terra considerada um ‘recurso de propriedade comunitária’ a sua utilização, assim como de outros recursos a ela relacionados, como água, pastagens, florestas e afloramentos salinos, é regulamentada para prevenir a sua monopolização e degradação derivada de uma utilização irracional. O acesso é garantido pelos sistemas costumeiros de posse e uso de terra. Os limites das secções de terra controladas costumeiramente não são imutáveis, podendo variar de acordo com as circunstâncias. Durante períodos de escassez de pastagem são feitos acordos recíprocos que permitem estender os direitos de pastoreio para além das secções. Entretanto, devido a pressões diversas, nomeadamente aquelas derivadas da redução das áreas de terra disponíveis para agricultura e terras comunitárias, aumento demográfico, expansão do sector comercial, etc., os sistemas costumeiros de posse e gestão da terra vêm mudando e encarando novos desafios. Terra fértil para agricultura vem-se tornando gradualmente mais escassa. A competição é cada vez maior, sendo dominada pelos grupos com melhores ligações ao poder político e com mais recursos, relacionados geralmente com as elites urbanas, tais como funcionários públicos, empresários, políticos, chefias militares, etc. Em certas áreas vêm ocorrendo muito rapidamente transferências formais ou informais de terra. Na periferia das cidades capitais de província e mesmo de município, e junto a algumas vias pavimentadas, em consequência da aquisição de terras por cidadãos, vêm acontecendo mudanças na sua utilização: áreas antes tidas como terras agrícolas ou de pastagem, hoje são destinadas ao uso residencial. Paralelamente, o preço da terra tem subido de forma vertiginosa.

Contribuição do gado

Dentro do capital natural, o gado é claramente uma das componentes fundamentais, na medida em que fornece leite, carne, peles, etc., e possibilita a obtenção de produtos diversos através da permuta ou de dinheiro obtido com a sua venda. Contribui também para a fertilidade do solo e manutenção da biodiversidade¹³².

3.1.1 Pastagem natural

Nas regiões áridas e semi-áridas do Sudoeste de Angola a vegetação natural constitui a fonte principal de forragem para o gado de pastoralistas e agro-pastoralistas. A pastagem natural é constituída por um estrato herbáceo formado por um número variável de espécies, tanto menor quanto maior for o seu estado de degradação (Lourenço, 1992). As espécies cuja ocorrência é mais significativa pertencem às gramíneas e leguminosas. Em condições de aridez, onde o período de

¹³¹ Na lei e prática costumeiras, o direito à terra é individual, transferível, de cumprimento obrigatório, aproximando-se dos direitos de propriedade ocidentais e conferindo benefícios semelhantes (Quan, 2000). No entanto, em determinados momentos, as políticas de terra em Angola têm-se pautado a favor da substituição dos sistemas costumeiros de gestão da terra por outros considerados como sendo formas mais seguras de propriedade individual, através da emissão de títulos de posse de terra. Evidências recentes e análises críticas vêm contestando cada vez mais esta abordagem. Actualmente, mesmo especialistas do Banco Mundial que durante longo tempo estiveram associados à promoção do titulamento individual de terras em África, reconhecem que o direito consuetudinário é compatível com o crescimento económico e que os direitos de propriedade não têm necessariamente de ser individualizados, uma vez que os sistemas costumeiros oferecem a necessária segurança (Quan, 2000). Por outro lado, em muitas situações, a implementação de um simples conjunto de pequenas medidas é suficiente para aumentar a segurança e produtividade dos usuários de terra com direitos costumeiros, não havendo a necessidade de grandes mudanças legislativas (Quan, 2000).

¹³² O aumento da fertilidade do solo resulta da acção do estrume e urina obtidos do gado: (i) pastoreando os animais em campos agrícolas; (ii) recolhendo o gado em áreas junto à unidade residencial, que posteriormente serão cultivadas; (iii) juntando os animais em currais onde passam a noite, sendo depois o esterco aproveitado na agricultura; ou, simplesmente, (iv) aproveitando o esterco espalhado nas pastagens utilizadas pelo gado.

carência hídrica do solo se prolonga para além de sete meses, dominam as gramíneas de pequeno porte, ciclo vegetativo curto e comportamento anual¹³³, em detrimento das espécies vivazes, incapazes de suportar um período de secura tão prolongado (Lourenço, 1992). Entretanto, devido à fraca queda pluviométrica e à natureza dos solos, a qual consente o aprofundamento da toalha freática, a profundidades onde as raízes das gramíneas não chegam, a cobertura vegetativa é compensada pelo povoamento de espécies arbustivas e arbóreas de raízes aprumadas e profundas, em geral com características xerofíticas, adaptadas à fraca e irregular distribuição das chuvas, à baixa humidade relativa e às grandes amplitudes térmicas que caracterizam o clima da região e cujos ramos, folhas e frutos o gado aproveita na época seca (Lourenço, 1992). As leguminosas, muito menos abundantes, são também anuais, de ciclo vegetativo um pouco mais longo e por isso com maior dificuldade de cumprirem com o determinismo de produzirem sementes suficientemente abundantes para uma boa regeneração (Lourenço, 1992).

De acordo com Ukkerman (1991), a produção das plantas vivazes é, regra geral, bastante superior àquela das anuais, mas parte desta vantagem perde-se porque uma grande parte da biomassa das vivazes possui valor nutritivo mais baixo que aquele das anuais. A importância das plantas vivazes para o gado reside no facto delas responderem rapidamente a pequenas quantidades de precipitação tornando-se verdes e crescendo rapidamente. As plantas anuais requerem mais chuva durante períodos de tempo mais longos que as vivazes porque a humidade do solo deve ser suficientemente alta para que possam germinar e completar com êxito os seus ciclos de vida. Assim, as plantas vivazes são uma fonte de forragem verde mais segura em determinados períodos críticos do ano, nomeadamente no início e final da estação das chuvas e após ligeiras chuvadas nos períodos secos. Estas plantas são, portanto, importantes para a estabilidade da forragem. Para além do seu rápido crescimento, esta estabilidade é também conferida pela circulação interna de nutrientes no seio da planta, fazendo com que, comparativamente às plantas anuais, se percam menores quantidades de nutrientes em consequência de queimadas, desagregação pela acção dos agentes atmosféricos e pastoreio. O sistema de raízes permanente das vivazes também protege melhor o solo contra a erosão.

As plantas vivazes são muito sensíveis a grandes intensidades de pastoreio (Ukkerman, 1991). Isto, porque o pastoreio frequente provoca o seu constante re-crescimento o que pode esgotar o azoto e carbono armazenados no sistema radicular. O pastoreio excessivo também destrói os pontos de crescimento da planta situados acima do solo. As plantas anuais são mais tolerantes ao pastoreio intenso, mas também correm riscos e apresentam instabilidade, especialmente porque a sua produção está muito dependente da existência de uma quantidade mínima de humidade requerida antes que qualquer crescimento se inicie. Teoricamente, as plantas anuais apenas poderão ser eliminadas pelo pastoreio se, todos os anos, a pressão deste for suficientemente alta para provocar o desfolhamento das plantas antes que elas possam produzir quantidade suficiente de sementes. Entretanto, como as gramíneas anuais podem produzir semente no espaço de um mês após as primeiras chuvas, é muito pouco provável que possa ser mantido um grau de pressão de pastoreio assaz alto numa área extensa para impedir que tal aconteça.

São distinguidas pastagens de estação seca e de estação das chuvas, pastagens indicadas para pequenos ruminantes ou para bovinos, etc. As pastagens são também diferenciadas de acordo com os direitos de utilização ou de acesso, os quais podem variar de uma estação a outra. O direito de uso de pastagens segue a norma de utilização comunitária na área de cada núcleo de *eumbos* (comunidade) ou nas áreas de núcleos aparentados, tradicionalmente inseridos numa unidade territorial mais vasta, o *tchilongo*, e na sub-região semi-árida do sul, no território vinculado a

¹³³ A regeneração das gramíneas anuais faz-se em ciclos vegetativos sucessivos à custa da produção de sementes, contrastando com o que se passa em regiões mais chuvosas, onde a regeneração é garantida pela rebentação da toija, à custa de reservas aí acumuladas durante o ciclo vegetativo anterior (Lourenço, 1992).

determinada *mucunda* (muitas vezes relacionado com o *tchilongo*). Assim, tanto o território do *tchilongo* como da *mucunda* constitui pastagem comunitária para o gado dos respectivos *eumbos*. O direito de utilização desta pastagem natural segue as normas tradicionalmente estabelecidas a nível do respectivo *tchilongo/mucunda*.

As áreas de cultivo e de pastagem protegidas pela vedação exterior (*ongubo*) dos *eumbos* (áreas presentes na sub-região semi-árida do sul, mas podendo estar ausentes em outras sub-regiões) servem somente o gado do respectivo curral, constituindo assim a única pastagem com vínculo individual na região. Por sua vez, os locais de transumância vinculam-se a determinadas unidades territoriais segundo o mesmo direito. Quando estas áreas são habitadas, a utilização é permitida segundo regras de parentesco e de aliança.

Dos ruminantes explorados, bovinos e ovinos alimentam-se quase exclusivamente do estrato herbáceo, recorrendo apenas ao estrato arbustivo em épocas de grande carência alimentar. No entanto, embora sejam predominantemente pastadores (consumidores de ervas), os bovinos, no decurso da estação seca, quando o valor nutritivo dos capins é baixo e o tapete graminoso já foi completamente consumido, podem eventualmente alimentar-se de folhas de diversas árvores e arbustos entre as quais se citam o *mupupu* (*Combretum psidioides*), *mupapu* (*Spyrostachys africana*), *omupanda* (*Lonchocarpus nelsii*), *omuselesele* (*Grewia* sp.), *takuta* (*Baphia massaiensis*) e ainda o *omutiati* (*Colophospermum mopane*), *omuolo* (*Commiphora* sp.) e *okaiyakundo* (*Boscia microphylla*). Muitas árvores e arbustos produzem também frutos e vagens comestíveis sendo de destacar o *omunyere* (*Faidherbia albida*), cujos exemplares de maior porte podem produzir mais de uma tonelada de vagens com elevado conteúdo proteico, de Julho em diante (perde as folhas durante a estação das chuvas), o *onkhete* (*Dichrostachys cinerea*), *mumbonde* (*Acacia erioloba*), *ongui* (*Acacia subalata*), *mutonthole* (*Acacia siberina*) e o *omuongo* (*Schlerocardya* sp.). Caprinos e também os herbívoros selvagens recorrem indistintamente ao estrato herbáceo e aos arbustos (rebentação e sementes) para se alimentarem. De uma forma geral, o *mutiati*, os *Combretum* spp. e as *Grewia* spp. são as espécies comestíveis mais abundantes e generalizadas nos matos do sul de Angola.

Considerando a importância que assumem árvores e arbustos forrageiros, foi solicitado a criadores de diversos locais das sub-regiões árida, semi-árida de transição e semi-árida do sul para indicarem as características de árvores e arbustos forrageiros a que conferem maior valor, havendo sido citadas as seguintes: rebentação precoce; bom sabor, serem ‘salgadas’; alto conteúdo em água; boa produção de vagens; folhas secas comestíveis. Posteriormente, foi feita a hierarquização destes atributos, exercício que se apresenta no quadro a seguir.

Quadro II 3: Hierarquização dos atributos preferidos pelos criadores de gado em árvores e arbustos forrageiros.

Atributo	Pontuação
Rebentação precoce	4
Sabor	1
Conteúdo em água	2
Boa produção de vagens	5
Folhas secas comestíveis	3

Baseado na ordenação de 1 a 5 em ordem crescente de importância do atributo. Elaborado com base em dados obtidos a partir de discussão em grupos focais nas sub-regiões árida, semi-árida de transição e semi-árida do sul.

A disponibilidade de pastagem natural na região do ‘Complexo da Ordenha’ apresenta uma flutuação cíclica muito marcada que influencia de sobremaneira o ciclo de crescimento e de produção dos animais, apresentando estes um ganho de peso em ‘zigzague’ (em ‘fole’). Ganham peso durante e

imediatamente após a estação pluviosa, mas podem perder uma parte significativa desses ganhos no decurso da estação seca. Entretanto, após uma estação seca excepcionalmente longa, os bovinos ainda continuam a perder peso durante as primeiras semanas de crescimento de forragem depois do início das chuvas, sendo este fenómeno apelidado de ‘perda da pastagem verde’ (Payne, 1990). Sob condições de crescimento cíclico ocorre geralmente um crescimento acelerado do animal quando a forragem se torna abundante na estação das chuvas. Este facto é denominado de ‘crescimento compensatório’ e possibilita aos animais com atrasos no crescimento recuperarem peso e atingirem o peso apresentado por animais contemporâneos que não tenham sofrido atrasos no desenvolvimento, muitas vezes com a vantagem de uma conversão alimentar superior para o período em que ocorre maior rapidez no crescimento (Payne, 1990). Considera-se que os tipos de gado de crescimento lento respondem melhor em termos de crescimento compensatório após um período de subnutrição comparativamente aos tipos de crescimento rápido, sugerindo que, nas regiões onde o gado esteja sujeito regularmente a períodos de subnutrição, as raças indígenas, de crescimento mais lento, possam ser mais vantajosas que as raças exóticas, de crescimento mais rápido (Payne, 1990).

Na região do ‘Complexo da Ordenha’, o conceito, muitas vezes advogado, de que as terras de pastagem natural em regime extensivo (*rangelands*) se degradam em consequência do sobrepastoreio não corresponde inteiramente à verdade, já que o crescimento da vegetação é determinado fundamentalmente pela pluviosidade ocorrida num determinado ano e não pela pressão de pastoreio no ano anterior, como sugerem a teoria e prática clássicas de gestão de pastagens. Sendo a pluviosidade muito variável de ano para ano e mesmo em áreas distintas no decurso de um mesmo ano, a produção de vegetação varia também substancialmente. Em tais situações, e especialmente em áreas onde as gramíneas predominam, torna-se difícil definir de forma precisa a capacidade de carga. Comparativamente à quantidade de chuva caída e humidade do solo, a pressão de pastoreio constitui uma determinante menos importante para a composição de espécies e produção de biomassa vegetal. Embora o perigo de ocorrência de danos a nível de solo e vegetação pela acção do gado não possa ser ignorado, sendo, aliás, patente em áreas onde os animais se concentram, como nas áreas de calçamento (vizinhança de pontos de água e mercados, ao longo de rotas muito utilizadas pelos pastores com o seu gado, etc.)¹³⁴, não existem evidências de que, na região estudada, as pastagens como um todo estejam com sobrecarga animal e sobrepastoreio. Aliás, o oposto é verdade: no período de guerra civil, e devido à insegurança, em consequência da reduzida carga de animais, áreas de pastagem antes produtivas foram invadidas por arbustos fechando-se ao pastoreio.

3.1.2 Modelos ecológicos

Em Angola, a teoria da ‘tragédia da propriedade comunitária’ (teoria de Hardin) vem tendo uma influência muito forte junto a fazedores de políticas, governantes, agentes de desenvolvimento e mesmo de técnicos, conduzindo à promoção de políticas a favor da individualização, privatização ou mesmo apropriação pelo Estado de recursos naturais que são propriedade comum das populações, incorrendo-se no erro de não compreender que esses recursos são, na realidade, propriedade comunitária, geridos cuidadosamente pelas comunidades locais com base em regras e regulamentos internos e coerentes relativamente ao seu acesso e utilização. O argumento de Hardin encontrou eco ainda no período colonial, estando tal facto manifestamente evidente em diversos escritos, mormente no documento ‘Para uma estratégia do desenvolvimento comunitário’, de 1971 e relativo ao IV Plano de Fomento, onde se pode ler (p.53)¹³⁵: «No que se refere à utência da terra, em termos de sistema da pecuária (especialmente a bovina), o pastoreio comunitário induz uma

¹³⁴ Denominadas igualmente de ‘zonas desnudadas de vegetação’ ou ‘zonas sacrificadas’.

¹³⁵ Província de Angola. 1971. *IV Plano de Fomento. Para uma estratégia do desenvolvimento agrário*. 1^o Apontamento. Luanda.

irresponsabilidade no que se refere à manutenção-restituição da potencialidade pascigosa. Todos podem praticar a sobrecarga e ninguém se preocupa com ajustamentos e limitações das pressões exercidas sobre as pastagens. O sobrepisoteio e o sobrepasto que ocorrem tanto na estação seca como na das chuvas, provocam grave deterioração das ervagens»¹³⁶. Estes conceitos ainda hoje são seguidos.

Na região sudoeste de Angola existem ambientes de 'equilíbrio' e de 'não-equilíbrio', sendo a distinção entre estes dois ambientes antinómicos muitas vezes indistinta no tempo e no espaço¹³⁷. Os limites entre estes dois ambientes são flutuantes e difusos. Existem, claramente, zonas de transição, mas mesmo estas variam nas suas características, consequência de uma ampla variabilidade inter-anual. Períodos de seca podem induzir mudanças em áreas de 'equilíbrio' em direcção a um estado de 'não-equilíbrio' e vice-versa. Por outro lado, num mesmo território geográfico, podem ser observadas áreas geralmente em equilíbrio (por exemplo, terras baixas relativamente mais húmidas onde a produção primária não varia substancialmente de um ano para outro) no seio de uma paisagem mais vasta de terras de pastagem áridas, caracterizada por uma dinâmica de 'não-equilíbrio' e variação inter-anual importante. A repartição territorial destes dois tipos de ecossistemas na região do 'Complexo da Ordenha' é aproximadamente a seguinte:

(i) Ambientes de 'não-equilíbrio': predominam na sub-região árida, sub-região semi-árida de transição e sub-região semi-árida do sul¹³⁸, essencialmente zonas de pastos doces e mistos. Na sub-região planáltica, os ambientes de 'não-equilíbrio' estão presentes na zona agro-económica 2 (Chibia), na zona agro-económica 7 (Bicuar), e no extremo sul da zona agro-económica 4 (Quipungo), todas áreas de pastos mistos.

(ii) Ambientes de 'equilíbrio': prevalecem na sub-região planáltica, particularmente nas zonas agro-económicas 1 (Humpata), 3 (Cacula), 4 (Quipungo), 5 (Chicomba), 6 (Matala) e 7 (Jamba), áreas com predominância de pastos acres.

¹³⁶ Segundo documentos de apoio ao IV Plano de Fomento – Relatório Sectorial de Pecuária (1972), página 4 - na zona agrícola 34, mais concretamente na área do Mucupe, município de Ombadja, existia já em 1968, um forte adensamento de bovinos (4,41ha/CN), o mesmo acontecendo na zona agrícola 35, área de Mongua-Ondjiva-Namacunde, municípios de Cuanhama e Namacunde, com um adensamento de 5,80ha/CN. Ainda de acordo com o referido relatório, tal situação tendia a agravar-se com o decorrer do tempo em consequência do crescimento do efectivo pecuário. Se os argumentos expostos fossem reais, seria impossível manter estas densidades populacionais.

¹³⁷ A dinâmica de 'não-equilíbrio' torna-se aparente a partir de um coeficiente de variação inter-anual de pluviosidade de 33% (Ellis & Galvin, 1994). Para mais pormenores, vide descrição no ponto 1.2.3 do presente capítulo, referente aos modelos ecológicos.

¹³⁸ Para uma descrição mais pormenorizada das diversas sub-regiões e zonas agro-económicas, vide atrás o ponto 2, referente à zonagem de meios de vida.



Figura II 8: Distribuição dos modelos ecológicos presentes no Sudoeste de Angola.

Nas zonas agro-económicas assinaladas em tracejado predominam ambientes de ‘equilíbrio’; nas restantes, prevalecem ambientes de ‘não-equilíbrio’. Realce-se, contudo, que não existem fronteiras distintas entre os dois ambientes, mas sim um *continuum*. Por outro lado, também podem existir ambientes de ‘equilíbrio’ em cenários de ‘não-equilíbrio’.

3.1.3 Recursos-chave

Na região do ‘Complexo da Ordenha’ os recursos-chave são constituídos fundamentalmente por ‘terras de baixa’, isto é, áreas de baixa que actuam como vias ou bacias de recolha para as terras ao redor. Na bacia do Cunene são conhecidas vulgarmente por *evanda*¹³⁹ e funcionam como ‘recurso-chave’ para agricultores e criadores de gado, proporcionando terra arável ou de pastagem crítica durante o período seco do ano ou no decurso de secas. Estas baixas, devido aos seus lençóis freáticos superficiais, suportam comunidades herbáceas que providenciam forragem no decurso do ‘cacimbo’, desempenhando estes recursos papel nuclear na sobrevivência do gado e determinando os seus movimentos de transumância. Durante a estação seca e no decurso de estiagens o seu solo apresenta níveis mais altos de humidade que as terras de alto envolventes, para além de serem áreas de deposição onde se acumulam matéria orgânica e nutrientes tornando o solo mais pesado e mais rico que aquele das terras altas ao seu redor. Desta forma, apresentam maior produtividade vegetativa e maior produção agrícola por unidade de superfície, embora não necessariamente maior

¹³⁹ As principais *evanda* são as dos rios Cunene, Calonga e Caculuar. Vide igualmente capítulo I, 3.1.4 Fisiografia.

rendimento na relação trabalho/produção que as terras altas¹⁴⁰. Estas áreas são geralmente menos extensas que a globalidade de área disponível ao redor, mas têm um potencial de uso sazonal mais prolongado e proporcionam utilização mais diversificada.

Também são considerados como recursos-chave aqueles ecossistemas em que o crescimento da vegetação se processa rapidamente com a chegada das primeiras chuvas e que são usados para o pastoreio das manadas enfraquecidas depois de um longo período de seca de forma a poderem recuperar a sua condição corpórea. Este tipo de recursos é considerado como ‘chave’ apenas durante o curto período de crescimento vegetativo.

Outros recursos-chave incluem aquelas áreas a que o acesso durante os períodos de stresse climático é crucial para a sobrevivência do gado, mormente pastagem de estação seca não distante de pontos de abeberamento, recursos arbustivos e arbóreos, para além dos pontos de água para abeberamento, particularmente aqueles que sustentam o gado no decurso do ‘cacimbo’, afloramentos salinos (*maquelos*), etc. Em determinadas situações, os resíduos de colheitas podem também ser considerados como recurso-chave.

3.2 Capital físico

No Sudoeste de Angola, a infraestrutura básica envolve transportes, vias de acesso, habitações e construções diversas¹⁴¹, meios de aprovisionamento de água, saneamento, energia, comunicações (incluindo o acesso à informação), e capital produtivo (ferramentas agrícolas e outro equipamento de produção). Abarca tanto aquilo que é propriedade de indivíduos e grupos domésticos como aquilo a que têm acesso (estradas, pontos de água artificiais, sistemas de irrigação, redes de comunicação, etc.), providenciado pelo Estado ou pelo sector privado, sob forma gratuita ou mediante pagamento. Outros factores de capital físico com impacto directo na produtividade pecuária são o acesso à assistência veterinária e a serviços de extensão. O gado também está relacionado com este tipo de capital, já que na região os animais são muito utilizados na tracção e no transporte.

O capital físico assume-se como um constrangimento maior nas áreas menos povoadas. A electrificação, que constitui um factor importante para o desenvolvimento do meio rural, mormente no âmbito de empresas dedicadas a actividades não da agricultura (*non-farm*), é praticamente inexistente na região. Apesar da importância que estradas e estruturas relacionadas assumem ao facilitar o fluxo de bens e força de trabalho entre diferentes áreas rurais e entre estas e mercados urbanos, a rede viária é globalmente deficiente e encontra-se em mau estado de conservação. De uma forma global, o acesso reduzido às diferentes formas de capital físico contribui de sobremaneira para a pobreza e perda de qualidade de vida das populações no meio rural.

¹⁴⁰ A agricultura tradicional na região é feita explorando os recursos ao longo da catena. O uso das diferentes partes da paisagem varia com a estação, constituindo as terras húmidas um nicho sazonal muito particular. As terras baixas, mais húmidas, são, muitas vezes, a chave para compreender as interacções no seio destes sistemas baseados nos recursos localizados em vários pontos da catena. O problema na avaliação do potencial agrícola destas áreas reside na natureza dinâmica da disponibilidade de água, pois os lençóis freáticos podem oscilar numa amplitude de vários metros durante o ano e apresentarem diferentes padrões de variabilidade anual. Isso depende da bacia hidrográfica na sua globalidade, da situação topográfica das áreas de terras húmidas e da capacidade delas poderem reter suficiente água durante a estação seca para produzir uma cultura viável (Ingram, 1991).

¹⁴¹ Para mais pormenores, vide capítulo I, grupo doméstico e espaço residencial.

3.2.1 Aproveitamento de água

A provisão de água tanto para utilização humana como animal foi uma das principais áreas de intervenção na região do 'Complexo da Ordenha' no decurso do período colonial¹⁴² e uma das grandes preocupações após a independência do País. Na maior parte dos casos, o homem utiliza os mesmos pontos de água que o gado. Porém, têm sido também construídos (por instituições públicas, por organizações não governamentais internacionais ou organizações da sociedade civil) pontos de água específicos para o fornecimento de água destinada ao consumo humano.

Na generalidade da região, a água de superfície é escassa, sendo a maioria dos pontos de abeberamento de águas superficiais recarregados a partir de águas de escoamento (das chuvas)¹⁴³. Outros pontos de água dependem de lençóis freáticos subterrâneos cujo aprovisionamento é desconhecido, pelo que são muitas vezes afectados por recargas insuficientes. Entretanto, foram desenvolvidos pontos de água artificiais¹⁴⁴, mormente captações subterrâneas (furos artesianos e cacimbas, estas por norma feitas manualmente pelas populações) e superficiais. Entre as obras de retenção de águas superficiais destacam-se os depósitos escavados, conhecidos por *chimpacas*¹⁴⁵, que são reservatórios em pontos favoráveis destinados à retenção das águas de escoamento superficial, os açudes e os muretes ou barragens de recarga. Estes últimos são barragens subterrâneas de recarga, igualmente apelidadas de barragens de areia, construídas principalmente na província do Namibe. Também existem muretes de colina aproveitando os *inselbergs*. O desenvolvimento destas obras resultou da necessidade em satisfazer as exigências de crescimento dos efectivos pecuários e visou permitir um melhor aproveitamento da pastagem natural e o

¹⁴² O abastecimento de água às regiões pastoris do sul de Angola passou a constituir preocupação da administração colonial na década de 40, com a criação das Brigadas Distritais de Hidráulica da Huíla e de Moçâmedes a cargo dos respectivos Governos de Distrito. Contudo, as autoridades oficiais não compreendiam o sistema tradicional de criação de gado e viam as transumâncias apenas como resultado da falta de pontos de água. Esta falta de água era considerada como o único obstáculo para o estabelecimento racional e progressivo de 'ranchos', em que era necessário transformar o sistema existente. Assim, todo o planeamento de uso das pastagens naturais era baseado no pressuposto de que o movimento das manadas podia ser impedido através do estabelecimento de pontos de água permanentes (vide Despacho 84, Boletim Oficial nº 49, 1963; Portaria nº 13906, Boletim Oficial nº 36, 1965). Esta visão errónea ainda prevalece nos dias de hoje.

¹⁴³ As fontes naturais de abeberamento do gado estão estreitamente ligadas às condições geoclimáticas locais e são constituídas basicamente por *etalas*, *ecangos*, *edivas* e alguns rios, muitos deles de caudal esporádico ou temporário. No caso das *etalas*, *edivas* e *ecangos*, embora a água ainda se possa manter durante algum tempo depois das chuvas terem terminado, já que normalmente os terrenos apresentam pouca permeabilidade, os altos índices de evaporação limitam o período de retenção de água.

¹⁴⁴ O aumento do número de obras assegurando água para o abeberamento dos animais ao longo do ano, em áreas onde anteriormente apenas estava disponível água de superfície durante a estação das chuvas, conduziu, em alguns casos, ao aumento do número de cabeças de gado naquela área durante a estação seca, já que a transumância se tornou menos necessária, provocando, portanto, alterações nos padrões de manejo que podem conduzir à redução de pastagem natural. Densidades altas de furos artesianos podem resultar numa redução da resiliência do sistema, pois a natureza desigual do ambiente é destruída. Outros aspectos a considerar relacionam-se com as mudanças que podem ocorrer relativamente ao acesso e gestão de recursos, desestabilização das relações sociais no seio das comunidades e consequente deterioração dos mecanismos de solidariedade e de gestão de riscos. Para serem evitadas situações conflituosas advenientes de mudanças na gestão de recursos, as comunidades devem ser envolvidas nos processos de tomada de decisão a nível de programas relacionados com o abastecimento de águas, sua manutenção e gestão.

¹⁴⁵ As *chimpacas* apresentam perdas altas de água por evaporação e percolação que podem ir a 6-8% ao mês. A SATEC-SOGREAH (1991) preconiza depósitos escavados com capacidade para cerca de 11.000 metros cúbicos de água, volume que permitiria satisfazer as necessidades de abeberamento de um efectivo médio de 1.000 UGT, por dois anos consecutivos, incluindo um de seca. No entanto, Sweet (2010) é de opinião que o desenho actual (50 m X 50 m X 6 m) das *chimpacas* não deve ser excedido já que tende a reter suficiente água até ao final da estação seca. Estes depósitos terão uma capacidade bruta de 7.500 m³. Contudo, na prática, a sua capacidade líquida regra geral não excede os 5.000 m³.

asseguramento de pontos de abeberamento ao longo das rotas de transumância sem que fosse perturbado o frágil equilíbrio do ecossistema. Estas obras para acumulação de águas superficiais complementam-se com os depósitos resultantes das escavações para os aterros das estradas, que acumulam água durante a estação das chuvas e servem de verdadeiros reservatórios de retenção a que a população recorre, tanto para o abeberamento do gado como para uso doméstico.

No período em que já não corre água nos rios de caudal esporádico ou temporário são escavadas grandes covas nas camadas de areia depositadas no seu leito, que rapidamente se enchem de água. Para evitar que os animais avancem para o meio da bacia, sujando a água, é erguida transversalmente uma paliçada, indo o gado abeberar em pequenos grupos. Para acautelar a contaminação e a sujidade da água também são utilizadas *mutembas*, descritas mais adiante.

Questionados sobre o que entendem ser um ponto de abeberamento com boas condições, os criadores de gado mencionaram como sendo aquele que apresente as seguintes características¹⁴⁶: existência de água ao longo do ano; acesso fácil e seguro dos animais; água de boa qualidade; não haver necessidade dos animais introduzir as patas na água; devem estar circundados por terrenos secos, não enlameados; ausência de infiltrações; possibilidade de animais de diferentes rebanhos se manterem separados; existência de sombra nos arredores. De entre os pontos de água artificiais utilizados, na generalidade da região os criadores socorrem-se sobretudo das cacimbas, seguindo-se as *chimpacas* e furos artesianos, embora ambos muito menos usados que aquelas. Todos estes locais de abeberamento são mais usados na estação seca comparativamente à época das chuvas.

Cacimbas

As cacimbas são poços escavados com cerca de 2-3 metros de diâmetro e uma profundidade que pode atingir vinte metros ou mais. Embora algumas possam pertencer apenas a um *eumbo*, a maioria vincula-se a um grupo de *eumbos* da mesma área, que se associam para procederem à sua abertura ou contribuem para o pagamento desse trabalho¹⁴⁷. Cada *eumbo* leva os seus animais a beber naquela com que tem vínculo. Contudo, por norma, a água para consumo doméstico pode ser retirada por qualquer elemento da população.

A maioria das cacimbas concentra-se nos locais em que os aquíferos são exploráveis, particularmente no leito ou nas imediações das *mulolas*¹⁴⁸, pelo que são geralmente entulhadas pelas enxurradas, necessitando serem limpas antes de novamente utilizadas. Assim, anualmente as populações têm de as desassorear, tarefa realizada no início da estação seca, aprofundando-as depois progressivamente à medida das necessidades¹⁴⁹, especialmente no decurso do período final da estação seca, tarefas penosas e árduas que podem não conduzir aos resultados pretendidos. Muitas vezes, particularmente quando a estação seca se prolonga por mais tempo, apenas algumas cacimbas

¹⁴⁶ Síntese de dados obtidos nas quatro sub-regiões.

¹⁴⁷ A abertura de uma cacimba com cerca de seis metros de profundidade necessita, em média, de doze dias de trabalho de quatro homens. Todos aqueles que colaboraram na escavação da cacimba têm o direito de fazerem uso da mesma. É costume fornecer água aos viajantes e apenas o abeberamento do gado necessita de autorização expressa dos donos da cacimba. No entanto, constitui norma que, desde que haja água, esta não é negada. A água acumulada na cacimba no decurso da noite pertence ao dono da cacimba, abastecendo-se os vizinhos apenas depois deste.

¹⁴⁸ Numa prospeção hidrogeológica realizada nos sectores de Taka, Tchiko e Panguelo, Gambos, Santos (1995) verificou que a localização das cacimbas coincidia com os pontos em que a prospeção era positiva com possibilidades de ocorrência de água até profundidade compatível, demonstrando o excelente conhecimento indígena das populações pastoralistas locais.

¹⁴⁹ As populações vão aprofundando as cacimbas numa tentativa de aumentarem a disponibilidade de caudal, muitas vezes chegando mesmo a atingir a camada rochosa.

retêm água, podendo-se concentrar aí demasiado gado com consequências gravosas para as áreas de pastagem limítrofes.

As cacimbas são cercadas com ramos ficando uma abertura no lado em que se situa a *mutemba*. Esta não é mais que um tronco de árvore escavado (especialmente de *Spirostaxis africana* – *omupapa* – ou *Colophospermum mopane* – *mutiati*) de forma a servir de bebedouro, colocado junto às cacimbas ou junto às bombas manuais e onde vai sendo despejada a água necessária à dessedentação do gado. Normalmente, apenas é permitido aos animais beberem numa parte da *mutemba*, sendo na restante colocados ramos de espinheira para impedir que o gado a ela aceda. As dimensões¹⁵⁰ da *mutemba* e a restrição do número de cabeças que aí bebem ao mesmo tempo devem ser balanceadas com a quantidade de água extraída das cacimbas. Regra geral bebem cinco cabeças de cada vez. A entrada é regulada por um homem ou por uma mulher auxiliados por crianças, entrando primeiro as vacas com crias, a seguir os bois de tracção e por último os restantes animais. Os vitelos bebem separados do gado adulto, sozinhos ou conjuntamente com caprinos e ovinos.

A extracção de água das cacimbas constitui uma tarefa penosa, pelo que as comunidades apenas as utilizam para o abeberamento do gado quando os outros recursos hídricos escasseiam. Nas cacimbas com pequena profundidade (até 6-7 metros), a água é retirada com o auxílio de baldes atados a cordas, trabalhando geralmente dois homens ao mesmo tempo. Naquelas de maior profundidade são construídos estrados em andares, com uma distância entre eles aproximadamente equivalente à altura de um homem. Assim, torna-se necessária a presença de um homem por estrado, sendo o balde com água passado de um andar para outro até chegar à superfície. Quando não estão presentes homens (adultos e rapazes) em número suficiente, mulheres e raparigas crescidas também colaboram.

¹⁵⁰ A largura das *mutembas* varia entre 15 - 20 cm para que os bovinos bebam apenas de um lado e evitar que coloquem as patas na bacia. O seu comprimento pode ir até cerca de 3 a 4 metros.

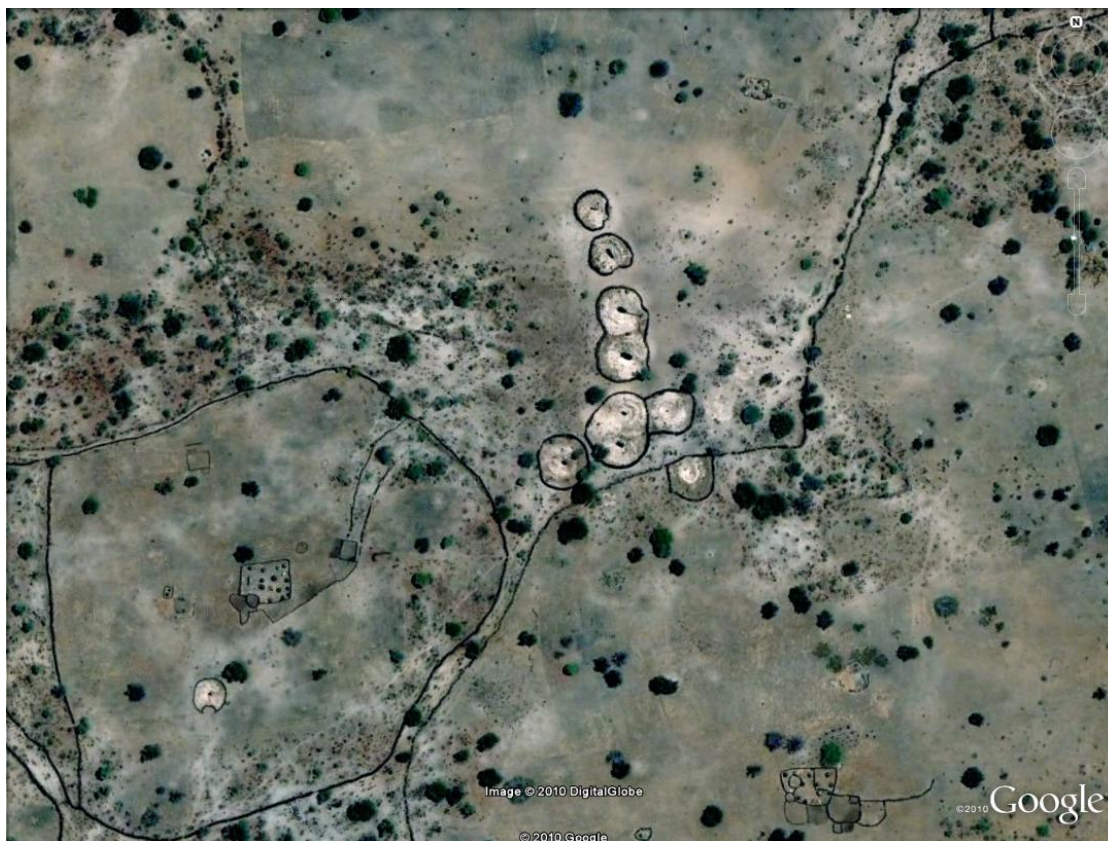


Figura II 9: Conglomerado de cacimbas.

Estes conglomerados aparecem em locais onde seja fácil encontrar água. Cada poço de água é pertença de um grupo doméstico e está protegido por uma cerca para evitar a invasão de animais. Repare-se que o conglomerado de cacimbas se encontra em terreno comunitário e que alguns *eumbos* possuem cacimbas próprias.

3.2.2 Transporte

O ambiente rural do Sudoeste de Angola – baixa densidade populacional, baixos níveis de actividade económica e, consequentemente, rendimentos inferiores, baixos índices de posse de veículos motorizados, menos estradas, qualidade inferior destas e sua deficiente manutenção assim como quase ausência de serviços de transporte regulares – faz com que os seus habitantes utilizem muito menos o transporte motorizado e viajem menos que aqueles das áreas urbanas.

Deslocação de pessoas

Nas suas deslocações para fora do *eumbo*, as pessoas fazem-no a pé, em bicicleta, com motorizada ou outro veículo próprio. É também muito utilizado o serviço de táxi, que pode ser feito com motorizada, viatura fechada de transporte colectivo ou viatura aberta, sobretudo pequenas e médias carrinhas. Algumas (poucas) vezes ainda é utilizado o cavalo ou, mais raramente, o burro. A motorizada vem conhecendo, nos últimos anos, uma cada vez maior disseminação na região, em particular nas áreas mais próximas de sedes municipais e povoações, locais onde mais facilmente se pode obter combustível e apoio mecânico.

Transporte de cargas

Na região, para levarem as suas cargas, os membros dos grupos domésticos fazem uso dos seguintes tipos de transporte:

- (a) transporte baseado na força humana;
- (b) transporte com base na utilização de animais (bovinos, burros, cavalos e mulas);
- (c) transporte por meios simples mecânicos: (i) mediante uso de tracção animal: zorras¹⁵¹, carroças (geralmente com um eixo mas, em certos casos, com dois eixos); (ii) com base na utilização da força humana: carrinhos de mão de fabrico artesanal ou industrial (geralmente com apenas uma roda, mas, em casos mais raros, podendo ser de um eixo com duas rodas);
- (d) utilização de meios motorizados.

O transporte de cargas baseado na força animal é essencialmente feito por burros e bois. Os bois são usados essencialmente na tracção, enquanto que para o transporte (sobre o dorso) são utilizados principalmente burros. Na sub-região semi-árida do sul é muito vulgar mulheres e crianças utilizarem este animal no transporte de cargas. Entre as cargas transportadas incluem-se aquelas relacionadas com as tarefas reprodutivas da mulher, nomeadamente água e lenha, assim como aquelas advenientes das tarefas produtivas. Por sua vez, o homem também se responsabiliza pelo transporte de carga, especialmente da mais pesada, fazendo-o geralmente com zorra ou carroça puxadas por bois.

As principais formas de transporte de produtos utilizadas pelos grupos domésticos sem veículo motorizado próprio na região são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro II 4: Formas de transporte de produtos diversos utilizadas pelos grupos domésticos sem veículo motorizado próprio.

Forma de transporte	Pontuação
Força humana (a pé)	8
Força humana – carrinho de mão	5
Bicicleta	1
Uso de animais (sobre o dorso)	3
Tracção animal (zorra e carroça)	10
Aluguer de veículo motorizado*	3

Dados obtidos na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zonas agro-económicas 1 e 2. Elaborado com base num exercício participativo de hierarquização utilizando a técnica de empilhamento proporcional, havendo sido distribuídas 30 unidades pelas formas de transporte identificadas, conforme o grau de utilização. A pontuação apresentada reflecte a média dos exercícios realizados.

* Utilização de transporte colectivo de passageiros/carga.

O aluguer de veículo motorizado é quase que exclusivamente feito para o transporte de produtos de, e para o mercado. No seio da própria exploração o transporte é feito com base na utilização da força humana e da tracção animal, sendo também ambas as formas muito usadas no transporte de produtos para, e do mercado.

As análises feitas aos transportes no meio rural geralmente centram a atenção nas estradas e, consequentemente, nas formas motorizadas de transporte que delas fazem uso. Entretanto, prestando atenção às formas dominantes de deslocação na região estudada¹⁵², verifica-se que o deslocamento em veículo motorizado assume uma importância pequena relativamente ao total. Apesar de tudo, quando questionados sobre os melhoramentos que gostariam de ver nas respectivas comunidades, a maioria dos respondentes referiu-se também aos acessos por estrada.

¹⁵¹ Tronco de árvore bifurcado que, arrastado por bois, serve para o transporte de cargas.

¹⁵² No capítulo I, ponto 3.7.2 2 grupo doméstico e espaço residencial, é encontrada mais informação sobre deslocações de membros do grupo doméstico para fora do espaço residencial.

3.3 Capital humano

Trata-se de um factor crucial para a utilização de outros tipos de activos. Todas as actividades requerem conhecimento e habilidades específicas. Em geral, são distinguidos dois tipos de conhecimento: ‘indígena’ ou ‘tradicional’ e ‘moderno’. Manter um ‘portfolio’ de meios de vida num contexto de recursos naturais escassos, sob condições climáticas caracterizadas por alta variabilidade e com perfis de risco variáveis, exige conhecimento indígena profundo no âmbito da produção animal e gestão sustentável dos recursos naturais, particularmente das terras de pastagem natural (*rangeland*) comunitária. As comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas *Nhaneca-Humbe*, *Ambó* e *Herero* possuem um excelente conhecimento indígena, particularmente relacionado com a criação do gado e gestão do ecossistema em que vivem. Este conhecimento torna-se bastante importante já que os serviços de extensão ou de assistência veterinária providenciados pelo Estado ou instituições privadas, ambas formas de capital físico, são, na generalidade, muito limitados e de fraca qualidade.

Os criadores de gado dedicam imenso tempo e necessitam de habilidades para estruturar os rebanhos de forma a manter um ‘portfolio’ de animais ideal para cumprirem os objectivos pretendidos, tanto imediatos como a longo prazo, pelo grupo doméstico. Para manterem a estrutura de rebanho ideal, os criadores mantêm uma actividade contínua de dispersão de gado por diferentes currais e em áreas diferentes¹⁵³, assim como de comercialização (permuta ou venda) e troca de animais específicos com familiares e outros membros da comunidade. Preferem, também, sempre que possível, adquirir animais cuja genealogia e história seja bem conhecida, a partir da própria comunidade ou comunidades vizinhas.

Os criadores são perfeitos conhecedores dos diferentes tipos de vegetação podendo indicar, entre diversas espécies, aquelas que são melhores para o gado¹⁵⁴. Classificam a vegetação de acordo com a sua função e potencial uso no seio dos sistemas de produção, combinando vários critérios conforme a ecologia, localização, acessibilidade e utilizações anteriores. Também sabem como tratar ferimentos e mesmo determinadas doenças do gado consideradas importantes, usando nomeadamente plantas medicinais. Entretanto, muitos criadores aplicam já medicamentos ‘modernos’, nomeadamente por via injectável¹⁵⁵.

O conhecimento profundo das genealogias e características individuais dos animais do rebanho evidenciado pelos criadores de gado e passados de geração para geração permite-lhes seleccionar aqueles animais que possuam os atributos preferidos como, por exemplo, boa produção de leite, alta fecundidade e fertilidade, boa capacidade de caminhar, etc., e desfazerem-se daqueles sem as necessárias características. Também demonstram excelentes conhecimentos sobre processos de selecção genética. Ao longo do tempo, estes conhecimentos têm contribuído para a conservação da diversidade genética e para o desenvolvimento de animais bem adaptados às condições do meio ambiente em que vivem.

Mesmo que constituam formas menos óbvias de sistemas de conhecimento, aqueles relacionados com a comercialização do gado e de outros produtos da agricultura assumem igualmente papel de relevância. A decisão sobre o que, quando e como vender depende de uma série de factores a serem

¹⁵³ Para mais pormenores, vide a descrição da prática do *okupakessa*, ponto 5.1.1.1 do presente capítulo.

¹⁵⁴ Vide neste mesmo capítulo, secção 3.1.1 - Pastagem natural.

¹⁵⁵ Em algumas localidades tem sido levado a cabo, principalmente por OSC em colaboração com o ISV, pequenos cursos de treinamento de ‘paraveterinários’ (agentes de pecuária comunitários, tratadores de gado). Estes cursos são dirigidos fundamentalmente a criadores de gado e visam dotá-los de capacidades para tratar as doenças mais simples e reconhecer situações de epizootia e moléstias importantes de forma a alertar de imediato as autoridades veterinárias (Gomes 2004; Gomes, 2010a).

considerados pelo grupo doméstico, cabendo a tomada da decisão final normalmente ao chefe de família.

A perda de saber indígena e de valores tradicionais em consequência de uma diversidade de situações, como sejam a urbanização, aculturação, migração, violência, etc., pode provocar um sério golpe na transferência de habilidades entre gerações assim como afectar o funcionamento de outros mecanismos sociais.

3.4 Capital financeiro

O capital financeiro faculta aos indivíduos e grupos domésticos diferentes opções de meios de vida, mormente investimentos em novos activos para produção, inputs, resposta aos efeitos de diferentes eventos de risco, incluindo recuperação e reconstrução dos meios de vida depois de choques. Na região estudada, o capital financeiro também constitui uma determinante chave para a diversificação dos meios de vida. Entretanto, este tipo de capital tende a ser o menos disponível para os grupos domésticos mais carenciados, facto que torna os outros tipos de activos muito importantes para estes grupos. Por seu lado, as redes de solidariedade podem jogar um papel chave no acesso a este tipo de capital até porque, exceptuando cidades e principais vilas, não existem serviços bancários, para além dos bancos formais não disporem de produtos direccionados ao criador tradicional.

Contribuição do gado

O gado desempenha diversos papéis na vida dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola, um dos quais, o de 'banco', é fulcral. Constitui o melhor e, por vezes, o único investimento disponível para as comunidades rurais, a maior parte das vezes sem acesso ao sistema bancário formal. Para a grande maioria dos grupos domésticos da região, constitui a forma primária de poupança. Como capital de investimento, poucas outras fontes o igualam no referente ao crescimento de capital, já que o rebanho vai-se valorizando com o tempo à medida que os animais vão nascendo e crescendo¹⁵⁶. O retorno do investimento no gado é geralmente maior que aquele que poderia ser obtido através de bancos. Além do mais, o criador tradicional de gado capitaliza os seus lucros adquirindo mais animais. Esta estratégia de capitalização também vem sendo praticada por outros grupos, incluindo agricultores, funcionários civis, comerciantes e empresários de vários ramos vivendo em cidades mas que mantêm criações de gado no meio rural.

Na região estudada, as diferentes espécies animais criadas actuam como capital financeiro de distintas formas: os pequenos ruminantes multiplicam-se rapidamente e actuam como uma porção facilmente divisível para fazer face às necessidades do dia-a-dia e a pequenas compras, o mesmo se passando com suínos e mesmo com galináceos; os bovinos constituem a principal forma de investimento podendo, em algumas situações, serem vendidos com uma certa regularidade, enquanto que em outras apenas o são em casos de emergência¹⁵⁷. A prestação de serviços de tracção animal e transporte também permite a obtenção de capital financeiro aos grupos domésticos dispondo destas capacidades.

3.5 Capital social

O capital social das sociedades pastoralistas/agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola engloba costumes, valores culturais e religiosos, normas sociais, deveres e responsabilidades assim como

¹⁵⁶ Apesar das taxas de crescimento líquidas do rebanho serem baixas (2-3% ao ano), o aumento do valor monetário dos animais à medida que estes se desenvolvem é alto.

¹⁵⁷ Considerando que a venda de animais permite a rápida obtenção de dinheiro em momentos de necessidade, o acesso aos mercados constitui factor crucial.

mecanismos de negociação e de gestão de disputas e resolução de eventuais conflitos desenvolvidos pelas próprias sociedades, para além de deveres e responsabilidades face a compromissos de parentesco. Através do princípio de reciprocidade¹⁵⁸ relativamente aos direitos de utilização, os activos sociais desempenham um papel crítico no asseguramento do acesso aos distintos recursos naturais, mormente áreas de pastagem natural (*rangelands*), e na solução de conflitos. Para os grupos domésticos da região, trata-se de um 'bloco' básico na construção de estratégias de meios de vida sustentáveis. Para além de possuir um valor intrínseco, o capital social é importante para o acesso a outros tipos de capital, particularmente ao capital natural, ao capital financeiro e ao capital político. Também pode ser determinante em termos de acesso a mercados, crédito, serviços públicos e a factores de produção.

O pastoralismo/agro-pastoralismo, através do processo de acesso e gestão de recursos naturais escassos, dispersos e inconstantes, sob regimes de propriedade comum, requerendo negociação constante e acordos recíprocos, não exclusivos, entre os diferentes utilizadores, contribui de sobremaneira para o desenvolvimento de confiança e de paz entre grupos domésticos e comunidades. Investindo em tais processos e relações, os grupos domésticos têm conseguido sobreviver nos ambientes agrestes e de muita variabilidade climática do Sudoeste de Angola e deles tirar proveito. As actividades de negociação, exigindo tempo e envolvendo animais, assim como a construção de alianças através do casamento e de outras práticas sociais, contribuem para a construção deste tipo de capital, tão importante e necessário para os grupos domésticos fazerem face a situações de choque.

No Sudoeste Angola, pastoralistas e agro-pastoralistas possuem forte capital social com sistemas complexos de apoio social tradicional (redes informais de solidariedade) a nível comunitário baseados essencialmente na dispersão de rebanhos e trocas recíprocas de activos, sendo a solidarização uma das características essenciais do clã e da família extensa na região. Os sistemas de meios de vida na região têm em comum o facto da acumulação e distribuição do gado serem usados para estabelecer a probidade de indivíduos e grupos domésticos assim como para criar confiança entre indivíduos ou famílias. Muitas vezes, estes laços sociais podem estender-se mesmo para além das fronteiras daquilo que é comumente considerado como 'tribo' ou 'grupo étnico'.

Em muitas áreas, particularmente no norte da região estudada (sub-região planáltica), o conflito armado e a consequente deslocação e empobrecimento da população conduziram a um certo grau de ruptura dos mecanismos tradicionais de convivência e de gestão de riscos. Também, a migração e o cada vez maior contacto com as cidades, aliados à crescente influência de valores e modelos ocidentais relacionados com a riqueza, vêm conduzindo a fracturas nos valores, costumes, e regras e normas das sociedades tradicionais. Devido a estas rupturas, já tem acontecido que, muitas vezes, as pessoas tenham a tendência de explorar os recursos locais basicamente em seu benefício próprio não salvaguardando os direitos da comunidade no seu sentido mais amplo. Estes factos, aliados a um mercado mais competitivo e ao trabalho assalariado e para terceiros podem contribuir para a deterioração da base de co-propriedade, que é central à distribuição da riqueza na região do 'Complexo da Ordenha'.

Contribuição do gado

O gado tem papel social de relevo, sendo usado para criar/reforçar relações sociais através de uma variedade de instituições, para além de ser um indicador elementar de *status* social. Entre tais instituições incluem-se, por exemplo, as 'amizades na base do gado' que se desenvolvem quando os

¹⁵⁸ Forma através da qual a interdependência entre indivíduos e grupos é estabelecida e mantida de maneira a estimular a negociação informal em vez do conflito, existindo mecanismos e incentivos para não violar as regras, impedindo, assim, por exemplo, a ocorrência de casos de vingança.

animais são dispersos entre grupos domésticos aproximadamente equivalentes, destacando-se aqui a prática do *okupakessa*¹⁵⁹, mormente os empréstimos tradicionais para repovoamento das manadas após secas, roubos ou outras situações que levaram à destituição do grupo doméstico receptor. A oferta de gado também constitui um importante mecanismo de reforço de relações sociais. O tipo de oferta depende da situação do destinatário. Podem ser ofertados animais quando um parente ou amigo atravessa necessidades, como contribuição para uma cerimónia, para uma mulher da família que tenha dado à luz, etc., ou simplesmente por amizade. Por vezes, essa oferta chega a ser mesmo solicitada. Para cimentar relações sociais distantes são geralmente feitas ofertas de pequenos ruminantes. Embora menos comuns no contexto estudado, os contratos tradicionais de pastorícia entre um grande proprietário e um pastoralista, tipicamente um jovem, contribuem igualmente para reforçar relações sociais. Por sua vez, o pagamento do *alembamento*, de multas, etc., constitui mecanismo importante de distribuição da ‘riqueza gado’ no seio das sociedades locais.

Como identidade social e associação social, o gado representa, na região do ‘Complexo da Ordenha’, um meio através do qual a continuidade das instituições pastoralistas, tradições e laços culturais fica assegurada, constituindo como que a ‘moeda’ para a construção de capital social entre famílias, grupos e comunidades. A herança por via matrilinear do recurso produtivo ‘gado’ constitui um importante mecanismo para a partilha de activos inter-geracional e inter-grupos domésticos na região. Os direitos por herança sobre o gado no seio da família são fundamentais para o surgimento de novos grupos domésticos assim como para a sociedade se reproduzir como um todo.

3.6 Capital político

Em Angola, este tipo de capital vem assumindo cada vez maior importância no acesso dos grupos domésticos a outras formas de capital. Grupos domésticos com menos poder e menos capital político acabam por ver reduzido o seu acesso a recursos e activos. A nível local, indivíduos e grupos domésticos têm conseguido obter algum capital político a partir dos seus activos financeiros e sociais, mormente redes de solidariedade, assim como através de eventuais ligações às estruturas do poder, nomeadamente a partir de algum membro da família extensa. De uma forma global, as comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas da região do ‘Complexo da Ordenha’ possuem pouca ou mesmo nenhuma voz ou representatividade política.

3.7 Gado e plataforma de meios de vida no Sudoeste de Angola

O gado contribui de forma substancial para os meios de vida das populações rurais na região do ‘Complexo da Ordenha’. No quadro seguinte são apresentados, de forma sintetizada, os principais contributos.

¹⁵⁹ Forma tradicional de estruturação de manadas que leva, por um lado, a reunir em determinado curral gado de diferentes proprietários e, por outro, a distribuir o gado de determinado proprietário por currais de diversos *eumbos* e em diferentes áreas. Desta forma, o gado presente num curral está vinculado, *de facto*, ao chefe do respectivo *eumbo* e não aos verdadeiros proprietários dos animais, podendo mesmo acontecer que aquele não possua qualquer cabeça. Prática social particularmente importante nas sub-regiões árida, semi-árida de transição e semi-árida do sul.

Quadro II 5: Contribuição do gado para os activos dos grupos domésticos.

Espécie	Tipo de capital				
	Natural	Físico	Humano	Financeiro	Sociopolítico
Bovinos	Estrume contribui para a fertilidade do solo; Fezes e urina fertilizam pastagem natural	Tracção animal na agricultura e transporte	Leite e carne para consumo humano; Força de tracção para o transporte de água, lenha e material diverso para o grupo doméstico	Venda de leite e produtos derivados, carne e pele; Venda de animais vivos; Prestação de serviços de tracção animal e transporte; Instrumento de investimento e de poupança; Capital de segurança	Identidade social e cultural; Construção de redes de solidariedade; Transacções matrimoniais; Pagamento de multas; Meio de adivinhação e de tratamento de certas doenças; Indicador de status social
Caprinos e ovinos	Estrume contribui para a fertilidade do solo; Fezes e urina fertilizam pastagem natural		Carne e leite para consumo humano	Venda de carne, peles, animais vivos; Instrumento de investimento e de poupança	Construção de redes de solidariedade; Ofertas; Indicador de status social
Suínos	Estrume para manutenção da fertilidade do solo		Carne para consumo humano	Venda de carne e de animais vivos; Instrumento de investimento e de poupança	
Burros e cavalos	Estrume destinado à fertilização do solo	Tracção animal para transporte e agricultura; Transporte de carga	Transporte de água e material diverso para o grupo doméstico	Venda de animais, de serviços de tracção animal e de transporte (especialmente água)	O cavalo constitui indicador de estatuto social
Aves	Estrume para manutenção da fertilidade do solo		Ovos e carne para consumo humano	Venda de ovos, carne, aves	Mecanismo de construção de redes de solidariedade; Ofertas

Com base nos indicadores de meios de vida apresentados no capítulo referente à metodologia, e tomando uma escala ordinal de cinco pontos para os avaliar foi construído, a partir de discussões em grupo focal, o diagrama que a seguir se apresenta.

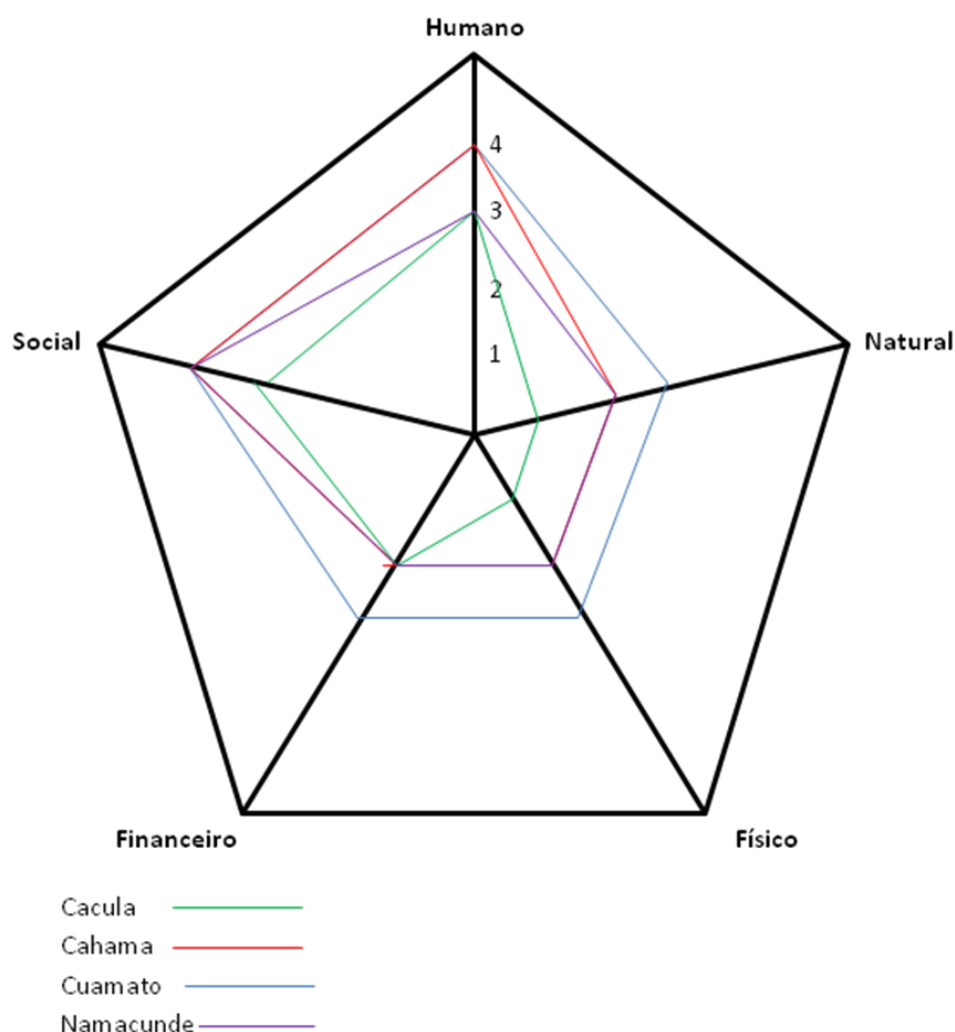


Figura II 10: Relações dos tipos de capital em distintas comunidades de criadores de gado na região do 'Complexo da Ordenha'.

Verifica-se que os criadores de gado de Cacula são aqueles que, na generalidade, possuem activos mais frágeis. Os que apresentam uma plataforma de meios de vida mais sólida são aqueles do Cuamato (sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama). Embora pertencendo a esta mesma sub-região, os criadores de Namacunde usufruem de uma plataforma mais frágil. Nos diversos locais, os tipos de capital mais fortes são aqueles mais directamente relacionados com as características endógenas de grupos domésticos e comunidades, ou sejam, capital humano e capital social.

Plataforma de meios de vida e tracção animal

Os grupos domésticos com acesso à tracção animal retiram benefícios significativos: cultivam áreas superiores, obtêm maiores produções, melhoram a sua segurança alimentar e comercializam mais produção. Contudo, a capacidade de retirar plena vantagem da utilização de energia animal no cultivo da maior superfície de terra possível depende da força de trabalho presente no grupo doméstico e disponível para as distintas operações agrícolas, particularmente para a sacha. Portanto, a área cultivada por grupo doméstico está fortemente influenciada pela fonte de energia utilizada para a lavoura, associada à capacidade de mobilização de trabalho para as operações agrícolas subsequentes.

A figura seguinte apresenta as relações entre os distintos tipos de capital no seio de grupos domésticos agro-pastoralistas de acordo com o tipo de energia empregue nas suas práticas agrícolas. Os grupos domésticos são agrupados da seguinte forma: (i) grupos domésticos que não fazem uso de tracção animal na agricultura, utilizando apenas trabalho manual (familiar, eventualmente participando em grupos de ajuda mútua); (ii) grupos domésticos que fazem uso de tracção animal mediante aluguer, para além do trabalho manual; (iii) grupos domésticos que dispõem de capacidade própria em tracção animal (bois e charrua). A solidez global da plataforma de activos para os distintos grupos é representada pela respectiva área ocupada no pentágono.

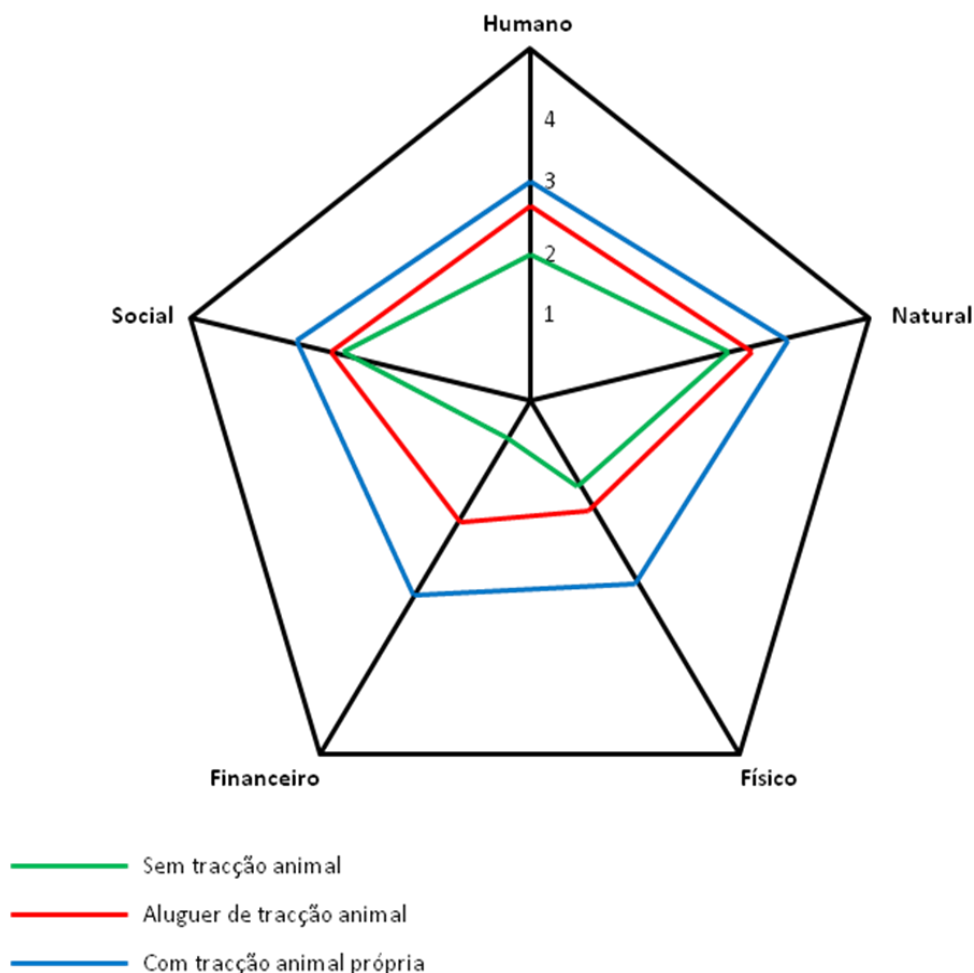


Figura II 11: Relações entre os distintos tipos de capital em grupos domésticos agro-pastoralistas dispondo de acesso ou não à tracção animal.

Exercício realizado na sub-região planáltica, zona agro-económica 3, com base em discussão em grupo focal.

A utilização de distintas fontes de energia na lavoura é directamente influenciada pelos vários tipos de capital. É evidente a diferença entre a plataforma de meios de vida dos grupos domésticos que dispõem ou têm acesso à tracção animal e a daqueles cujo trabalho agrícola se baseia na força de trabalho familiar, especialmente no referente ao capital físico, financeiro e natural. Grupos domésticos dispondo de uma plataforma de meios de vida mais limitada e débil utilizam basicamente a força humana familiar como fonte de energia para o trabalho agrícola. Os seus activos de capital mais fracos são o financeiro e o físico. O seu capital humano é igualmente mais débil comparativamente aos restantes grupos. Embora sendo muitos dos seus membros iletrados ou possuidores de poucas habilitações literárias, possuem um conjunto de habilidades que lhes possibilita usarem a base de recursos naturais para levarem a cabo actividades relacionadas ou não com a agricultura. O capital social é o mais forte dos diferentes tipos de capital e aquele que apresenta menor diferença entre os três tipos de grupos domésticos agro-pastoralistas examinados.

Grupos domésticos utilizadores de tracção animal própria ou alugada apresentam uma plataforma de meios de vida globalmente mais sólida que aquela dos grupos domésticos dispendo apenas de força de trabalho humana. Tiram maior proveito do seu capital financeiro e físico, sendo o seu capital social regra geral mais forte, para além de socialmente haver a tendência de membros seus assumirem posições de liderança no seio da comunidade.

4 RELAÇÕES SOCIAIS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

Neste subcapítulo é abordado um conjunto de factores sociais (relações sociais, instituições e organizações), que influencia o acesso dos grupos domésticos da região do 'Complexo da Ordenha' aos diferentes tipos de activos de que necessitam para desenvolver as suas estratégias de meios de vida. Para uma melhor compreensão do 'funcionamento' dos grupos domésticos e comunidades locais, é prestada atenção particular às irmandades de idade e à autoridade tradicional. Havendo ocorrido no decurso do conflito armado vários movimentos de comunidades, é também abordado o fenómeno dos deslocados.

4.1 Relações sociais

Diversos aspectos sociais influenciam o acesso de indivíduos e grupos domésticos aos bens capitais. Entre estes aspectos destacam-se, por exemplo, aqueles relacionados com o género, idade, classe, etnicidade e origem, existindo certas obrigações e direitos associados a cada um deles e que a seguir se descrevem.

4.1.1 Género

Na região do 'Complexo da Ordenha' mulheres e homens ocupam posições diferentes no conjunto social e assumem responsabilidades distintas, conquanto complementares. As relações entre mulher e homem no seio das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas estudadas são desiguais, na medida em que a mulher é subordinada ideológica e estruturalmente ao homem, estando a divisão de trabalho e o acesso aos activos de meios de vida muito marcados pelo género. Com o matrimónio, criam-se reciprocidades de direitos e deveres entre o homem e sua(s) mulher(es). No entanto, segundo Melo (2007), a hegemonia masculina é relativa, já que no contexto das relações de parentesco, a mulher constitui um ponto basilar de referência, pois é através dela que são estabelecidos os laços de consanguinidade e as regras de sucessão e de herança. As responsabilidades da mulher para com os filhos (educação, saúde, etc.) possibilitam-lhe, através deles, solidificar e estender as suas relações com o exterior para além de estreitar os laços com a cultura.

Os estereótipos das diferenças entre homem e mulher reflectem-se particularmente em áreas como a intensidade do trabalho, tomada de decisões e acesso e controlo de recursos¹⁶⁰. Todavia, a mulher fornece um input de trabalho crítico na sustentabilidade da economia pecuária assim como na gestão dos respectivos grupos domésticos. Apesar do seu importante papel como produtora e gestora familiar, a mulher é muitas vezes marginalizada aquando da alocação de recursos e tomada de decisões, cabendo ao homem controlar a maior parte dos recursos e tomar a maioria das decisões tanto no seio do grupo doméstico como a nível da comunidade.

De uma forma geral, a mulher está cada vez mais inserida numa pluralidade de operações comerciais centradas nas suas actividades agrícolas acabando, assim, por participar num maior número de

¹⁶⁰ Apesar de obedecer ao marido, a mulher não admite humilhação nem consente maus tratos físicos ou de qualquer outra ordem, sob pena do marido ter de responder não só perante a sua própria família mas também perante a da esposa.

actividades geradoras de rendimentos que os homens¹⁶¹. Por outro lado, a mulher actualmente sofre uma crescente pressão para contribuir igualmente para os rendimentos do grupo doméstico. No entanto, apesar dos estereótipos que envolvem a condição feminina, o homem reconhece o prestígio da mulher e valoriza-a como pessoa nas suas vidas¹⁶².

No que concerne aos activos de capital, destacam-se a seguir alguns factos relacionados com o género na região do 'Complexo da Ordenha': quanto ao *capital natural*, tanto mulheres como homens têm acesso a terras para cultivo, pastoreio e obtenção de água de acordo com o direito costumeiro. Relativamente ao *capital físico*, homens e mulheres usufruem geralmente das mesmas infraestruturas. Ambos têm instrumentos de trabalho próprios. No concernente ao *capital humano*, nota-se que entre as crianças que não frequentam a escola, a maioria são do sexo feminino. Por outro lado, grande parte das raparigas abandona a escola quando se casa. O acesso ao trabalho (externo ao grupo doméstico) é, na generalidade, maior para homens do que para mulheres. Um homem tende a casar com mais de uma mulher, constituindo mulheres e crianças força de trabalho colocada à sua disposição. Uma mulher não deve casar com vários homens; pelo contrário, tem de partilhar o seu marido e o respectivo trabalho com outras mulheres. Os grupos domésticos chefiados por mulheres estão entre aqueles que normalmente apresentam maior deficiência de força de trabalho no decurso do processo de cultivo, acontecendo que em muitos dos casos não podem fazer apelo ao trabalho colectivo (*ondjuluka, oshikungugu*) já que não têm nada a oferecer¹⁶³, pelo que geralmente têm de se restringir à limitada força de trabalho presente no grupo doméstico. Os bovinos constituem o principal *capital financeiro* para as populações locais. As mulheres têm acesso aos bovinos através dos seus maridos, filhos ou outros parentes masculinos, mas apenas um acesso muito limitado por si própria, embora possam usufruir de animais próprios. O leite produzido pelo rebanho está sob seu controlo. Entretanto, a mulher regra geral possui caprinos, animais que também se enquadram no capital financeiro. A mulher gere individualmente os rendimentos resultantes da venda de produtos e animais seus, o que contribui para lhe conferir prestígio e segurança. No referente ao *capital sociopolítico*, em geral as mulheres têm acesso limitado ao mesmo, não devendo, inclusivamente, tomar a palavra em reuniões públicas. Além do mais, como geralmente possuem pouco acesso a activos, torna-se muito difícil para elas conseguir capital sociopolítico através da acumulação de capital financeiro. Sendo geralmente menos móveis que os homens, possuem menos capacidade de reclamar direitos de propriedade ou de acesso a recursos. Assim, a abordagem de problemas socioeconómicos e de desenvolvimento acaba por ser geralmente feita com homens e não com mulheres, ficando estas secundarizadas por instituições e agências de desenvolvimento.

O impacto do conflito militar deixou profundas marcas, designadamente de âmbito social, político e económico, mormente relacionadas com o género. Houve deslocamentos de pessoas e consequente rompimento de relações recíprocas e de estratégias de sobrevivência, muitos homens morreram ou tiveram de deixar as suas comunidades, conduzindo ao aumento do número de grupos domésticos chefiados por mulheres¹⁶⁴. Estas tiveram, consequentemente, de arcar com responsabilidades tradicionalmente imputadas aos homens, para além daquelas que lhes são próprias. No entanto, apesar do aumento do número de grupos domésticos chefiados por mulheres, as instituições locais continuam a ser essencialmente dominadas por homens.

¹⁶¹ Sentimos, em algumas comunidades, que quando a mulher leva a cabo actividades de relevância no sector informal o homem é visto como sendo incapaz de assumir a responsabilidade da sua própria família, tratando-se, assim, digamos, de um ultraje à sua masculinidade. Também, o homem não deve ser visto constantemente com mulheres nem permanecer demasiado em casa, sob pena de ser apelidado de 'mulher' ou de 'inútil'.

¹⁶² Este facto está bem documentado por Melo (2005; 2007) entre os *Handa*.

¹⁶³ Aquando do trabalho colectivo é usual oferecerem-se bebidas e, eventualmente, alimentos a todos os participantes.

¹⁶⁴ Fenómeno particularmente visível na sub-região planáltica.

Relações de género também variam de acordo com a classe social. Mulheres empoderadas do ponto de vista económico e/ou político, em geral no topo da escala social, desempenham papéis que as tornam menos submissas ao homem, podendo mesmo ocupar cargos importantes. Todavia, visto que a sociedade normalmente considera estes papéis como sendo masculinos, as mulheres nestas posições podem experimentar dificuldades para serem aceites e têm de pugnar para manter a credibilidade. Mesmo quando a mulher consegue aparecer em espaços públicos, a autoridade patriarcal na esfera doméstica não perde a sua influência.

4.1.2 Classes

A divisão em classes baseia-se na riqueza e no poder tradicional (geralmente ligado aos ancestrais) e, actualmente, também no poder político. Todavia, a diferença entre classes é pouco visível para o agente externo e não existem barreiras definidas entre elas. Em geral, os chefes e líderes locais são mais ricos e possuem mais poder e acesso aos recursos comparativamente às restantes pessoas da comunidade. Possuem, normalmente, rebanhos mais numerosos e capacidade para cultivar grandes áreas de terra. Isto deve-se não apenas ao seu capital político e poder na sociedade, mas também aos privilégios associados com a posição que ocupam.

Os líderes locais geralmente herdam a posição dos seus ascendentes. Se diversos filhos pretenderem herdar a posição do pai, deverá haver uma eleição. Caso a população não esteja satisfeita com o seu líder, este pode ser destituído. Na maioria dos casos, o novo chefe será um familiar. Em geral, os chefes são polígamos. É difícil um homem pobre casar-se com uma rapariga pertencente a um grupo doméstico rico, até porque terá dificuldades em cumprir com o necessário *alembamento*. Um homem rico geralmente não se casa com uma rapariga de um grupo doméstico pobre. O casamento com uma rapariga de um *eumbo* rico conferir-lhe-á prestígio e reforçará redes de solidariedade.

4.1.3 Irmandades de idade

Os membros das comunidades locais enquadram-se em diferentes ‘associações de idade’, cada uma com características socioculturais e responsabilidades diferenciadas¹⁶⁵. Laços sociais entre membros de distintos grupos domésticos podem manter-se pelo resto das suas vidas. Carvalho (1999) refere que entre o povo *Cuvale* é comum chefes de família pertencentes à mesma classe de idade, ou seja à mesma *kula*, à mesma circuncisão, mesmo não sendo parentes próximos, partilharem o espaço da mesma *onganda*.

Rapazes e raparigas devem passar por um conjunto de ritos de iniciação (*ekwendje* no caso dos rapazes, *efuko*, *efiko*, *ehiko*, *efundula*, no caso das raparigas). Os rapazes depois de passarem pelos necessários rituais tornam-se homens e devem mudar o seu comportamento. Assim, no respeitante ao trabalho, não é suposto executarem mais tarefas relacionadas com o trabalho feminino. O papel dos grupos de rapazes gira à volta do gado bovino, embora também pratiquem actividades de caça e pesca em grupo. Entre os *Herero* e no referente às irmandades de idade, assumem relevância os *buluvulus*, rapazes entre sensivelmente os 12 anos e a idade de casar, a quem estão entregues rebanhos constituídos por gado de várias famílias que transumam para locais distantes e que nos

¹⁶⁵ A divisão mais generalizada das irmandades de idade engloba quatro estratos (Altuna, 2006): (i) crianças dos três aos nove anos idade, podendo ir até aos doze; (ii) iniciados nos ritos da puberdade ainda solteiros; (iii) homens casados e pais de família; (iv) ‘mais velhos’. Como exemplo destas irmandades de idade, refira-se que entre os *Handa* (*Nhaneca-Humbe*), no decurso do seu processo de crescimento, enquanto os indivíduos do sexo feminino são distinguidos como *mukaínu*, *mufuko*, *ekunga*, *mukai* e, finalmente, *hulukai*, os do sexo masculino passam pelas categorias de *mukwendje*, *mumati*, *mulume* e *mbwale*. Na generalidade dos grupos étnicos, o estrato considerado como mais poderoso é aquele constituído pelos ‘mais velhos’.

períodos de abundância de pastos e água regressam e se concentram em áreas próximas das *ongandas*. Por sua vez, os *ahumbetos* são outros homens da mesma idade a quem o dono da *onganda* entrega gado para criação no âmbito da prática do *okupakessa*¹⁶⁶. Pelo contrário, os grupos de raparigas já não são tão fortes e coesos, sendo a sua iniciação feita numa base mais individual, de acordo com rituais próprios que decorrem depois da primeira menstruação e culminam no *efuko*.

4.1.4 Etnicidade

A etnicidade influencia diversos aspectos dos meios de vida, mormente o acesso aos activos. Embora os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade etnolinguística ou etnia partilhem características como a raça, linguagem, território e, especialmente, a sua forma de ver e interpretar o mundo, muitas vezes são visíveis diferenças entre os distintos grupos que a compõem.

4.1.5 Deslocados

Grande parte do Sudoeste de Angola foi afectada pelo conflito armado, logo a partir de 1975, com a invasão do território pelo exército sul-africano e, posteriormente, pela guerra civil que grassou no País. Contudo, foi na metade norte da sub-região planáltica que mais se fez sentir a problemática dos deslocados de guerra. Os grupos domésticos deslocados tiveram de obter o acesso aos activos de meios de vida no novo local de residência, assim como construir novas plataformas de meios de vida. Regra geral, perderam a maioria dos seus pertences e tiveram de se separar de parentes e amigos, com a consequente ruptura das respectivas redes de solidariedade, tendo passado a viver em comunidades hospedeiras com as quais não estavam necessariamente relacionados. Enquanto o capital natural foi conseguido através da comunidade anfitriã, outras formas de capital revelaram-se mais difíceis de serem obtidas. Confiança, relações sociais e capital financeiro tiveram de ser adquiridos pelo grupo doméstico deslocado para poder aceder a outros tipos de activos. Um dos activos mais importantes, o capital social, deve ser desenvolvido progressivamente. O capital político é conseguido através da acumulação de outros tipos de activos. Como, normalmente, os deslocados possuem muito poucos activos, o seu capital sociopolítico é, regra geral, notoriamente inferior comparativamente àquele dos restantes grupos domésticos habitando a mesma área.

¹⁶⁶ Para informação complementar vide Carvalho (1999).

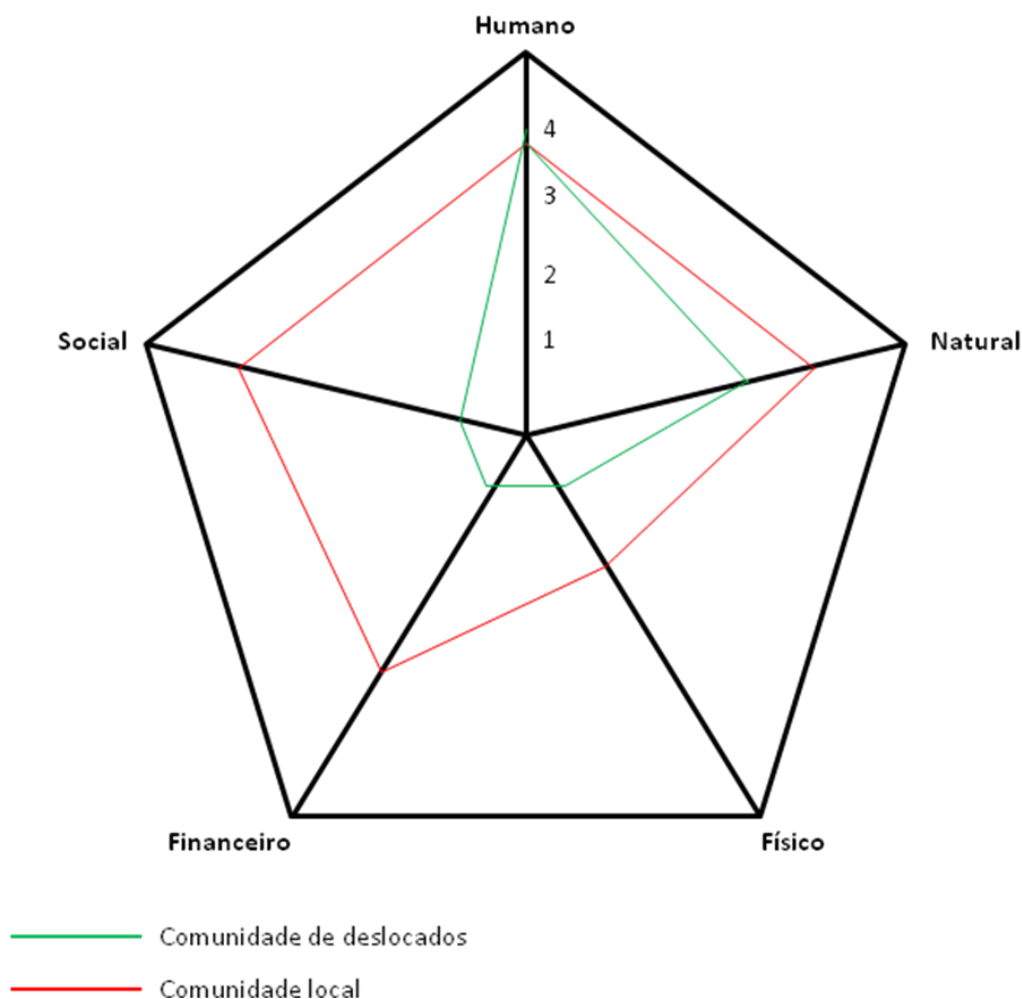


Figura II 12: Relações dos tipos de capital numa comunidade de deslocados e numa comunidade local vizinha.

Exercício realizado na sub-região planáltica, zona agro-económica 3 (Cacula).

Pelo diagrama acima verifica-se a marcada carência em capital social da comunidade de deslocados comparativamente à local, o mesmo se passando, embora em menor grau, com o capital financeiro. O acesso ao capital natural deve ser negociado e está, em parte, dependente daquilo que a comunidade anfitriã disponibiliza. Regra geral, é facultado o acesso, aos deslocados, à reserva de recursos naturais incluindo a parcelas de terra para cultivo assim como à água, mesmo que se possa assumir que os grupos domésticos da comunidade local sejam normalmente mais privilegiados. No concernente ao capital físico, embora o acesso à infraestrutura básica pública seja semelhante, o acesso e posse àquela de carácter mais individualizado, como transporte, comunicação e capital produtivo, mormente equipamento agrícola, é mais restrito para os grupos domésticos deslocados, para além das respectivas habitações serem mais pobres. O capital humano pode ser considerado como semelhante, já que para além do seu saber indígena, as comunidades deslocadas possuem igual acesso aos serviços de educação e saúde providenciados na nova área de residência. Regra geral, os grupos domésticos deslocados possuem menor número de membros.

4.2 Instituições e organizações

Instituições sociais são padrões organizados de crenças e comportamento centrados em necessidades sociais básicas, também designadas de 'regras do jogo'. São exemplos de instituições presentes na região: organizações informais, como aquelas relacionadas com a cooperação laboral

(grupos informais de ajuda mútua: *ondjuluka*, *ondjabi*, *oshikungugu*); grupos de poupança (*kixikila*); instituições informais de amizade na base do gado, como o *okupakessa*, etc.; instituições económicas como mercados informais, direitos de acesso e utilização de recursos naturais, posse de terra, etc.; instituições socioculturais como parentesco, ritos de passagem, matrimónio, herança, religião, partilha de gado, etc. Existem mesmo grupos específicos para assegurar determinadas actividades socioculturais a nível comunitário, como as festividades relacionadas com os ritos de passagem e cerimónias fúnebres.

As sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas da região têm sempre procurado manter as respectivas instituições tradicionais e práticas culturais. Contudo, a acção de forças endógenas e exógenas tem conduzido a processos de mudança na estrutura social destas sociedades, por vezes de forma irreversível. A economia de mercado, por seu lado, vem tendo consequências directas e indirectas nas relações sociais e divisão do trabalho. Também, a pressão demográfica, aumento da insegurança social, crescente urbanização, oportunidades de rendimento alternativo, etc., têm conduzido a novas formas de organização económica e social.

Regras e costumes

Direitos e acesso aos recursos de que os criadores tradicionais de gado fazem uso são regulados por normas e costumes assim como pelos líderes que governam as comunidades e estabelecem regras. Muitos dos costumes centralizam-se no boi, pelo que aqueles que possuem mais bovinos terão maior estatuto e poder. O casamento constitui um exemplo, já que os grupos domésticos que usufruem muitos bovinos podem investir capital em mulheres e redes de solidariedade. Os grupos domésticos pobres, com poucos ou mesmo sem qualquer bovino, já não possuem as mesmas oportunidades. Regra geral os homens têm maior poder e, portanto, acesso mais facilitado aos activos comparativamente às mulheres.

Autoridade tradicional

As autoridades tradicionais são respeitadas pela generalidade da população no âmbito de uma cosmologia que lhes é própria, sendo vistas como autoridades de apoio à coesão social e como pontos de referência para negociação das questões de justiça. Na ausência de um Estado com presença local sólida, os sobas são os medianeiros, registando e tomando decisões em diversos assuntos. Entre as funções que lhes são reconhecidas oficialmente incluem-se aquelas relacionadas com a resolução de conflitos, administração da terra e negociações com terceiros relativamente ao uso de recursos naturais.

A administração colonial portuguesa reorganizou o poder tradicional então existente em *soba-grande*, *soba* e *sekulo*, sendo o termo *soba* uma modificação da palavra de origem *umbundu* 'osoma', um tipo particular de chefe. A área, povoações e indivíduos que um soba (*osoma*; plural: *olosoma*) governa constituem o *sobado*. O *soba* é auxiliado pelo 'conselho dos velhos' (*elombe*) constituído por indivíduos escolhidos entre os de maior experiência e prestígio do *sobado*. No exercício da autoridade é coadjuvado pelo 'conselho da corte'. A nível das pequenas comunidades localizadas ou aldeias a autoridade tradicional é representada pelo *sekulu* (plural: *olosekulu*). Nas últimas décadas do colonialismo, foi estabelecida, como elo de ligação entre a autoridade administrativa e os *sobas*, a categoria de *regedor*, o qual controlava uma determinada área, a *regedoria*. Aos poucos, a designação de *soba grande* foi desaparecendo, substituída pela de *regedor*. Embora invalidados depois da independência nacional, os termos *regedor* e *regedoria* ainda são hoje mencionados pelas populações em determinadas áreas. Actualmente, é usada uma nomenclatura semelhante àquela anteriormente empregue pela administração colonial portuguesa, onde imperam as designações de *soba-grande*, *soba* e *sekulo*.

Nas zonas de povoamento disperso do Sudoeste, o conjunto de *eumbos* de uma determinada área forma um núcleo residencial que reconhece um chefe local (*okulu*) com prestígio e autoridade reconhecida pelas linhagens e que, conjuntamente com os chefes de *eumbo* mais respeitados resolvem questões e conflitos locais, sendo na actualidade o que resta do anterior poder tradicional. O *okulu* liga-se a um chefe da região, o *soba* (*osoma*), que intervém nos litígios e interesses que não encontram solução a nível dos núcleos e que têm simultaneamente ligação com a administração do Estado, através dos seus representantes locais. Casos não solucionados a este nível podem mesmo subir à administração municipal. Os sobas correspondem à organização administrativa adoptada pela administração colonial portuguesa, em substituição dos chefes de *tchilongo*. Basicamente, o *tchilongo* representa um conjunto de *eumbos* equivalendo, *grosso modo*, ao sobado. Na região dos *Ovambo*, este nível de organização tem ainda implantação territorial bem definida, a *mucunda*, normalmente chefiada por um *sekulo*. O território genuíno da etnia é denominado de *osilongo*. Entre os *Umbundu*, concentrados principalmente na parte norte da sub-região planáltica, ainda sobrevive, em parte, o poder do *osoma inene* (soba grande) que se estende por uma unidade territorial e político-administrativa relativamente grande, denominada *ombala*; do *osoma* (soba) que tem uma área de jurisdição menor, mas que usualmente abarca um conjunto de aldeias; e do *sekulo*, que geralmente se restringe a uma aldeia (*imbo*), sendo cada aldeia constituída por um ou mais *osongo* (clã ou família extensa). As aldeias sede de *ombala* usufruem, na prática, de um estatuto diferenciado.

O *soba-grande* e o *soba* recebem, por norma, um subsídio mensal do Estado. Basicamente, estas autoridades correspondem às necessidades administrativas do Estado, pelo que a sua hierarquização nem sempre vai de encontro à verdadeira hierarquização da autoridade tradicional. De acordo com os elementos obtidos, aquando da independência nacional os sobas foram postos de lado e relegados ao esquecimento, tendo em seu lugar e das suas embalas surgido os comités e seus responsáveis que resolviam os litígios sem experiência jurídica no direito costumeiro. Apenas anos mais tarde, com o surgimento do multipartidarismo, os sobas foram retirados do esquecimento e colocados a trabalhar junto às autoridades administrativas. Paralelamente, antigos membros dos comités foram convertidos em sobas sem legitimidade matrilinear/patrilinear, isto é, sem linhagem real, o que vai contra os princípios das comunidades locais. Por outro lado, no período da guerra diversos sobas foram mortos deixando um vazio. Entretanto, consequência de diversos factores, mormente daqueles relacionados com a administração do Estado, crescente abertura ao meio 'exterior', urbanização e mobilidade das populações, etc., vem-se verificando a erosão do denominado poder tradicional, com a perda progressiva de poder por parte dos chefes 'tradicionais' em favor de instituições 'modernas' como o Estado, igrejas, partidos políticos e organizações comunitárias, entre outros.

Organizações

No seio das comunidades rurais do Sudoeste de Angola podem ser distinguidos grupos sociais tradicionais e modernos¹⁶⁷. Os grupos sociais tradicionais integram, por exemplo, grupos de mulheres artesãs (olaria), de mulheres que se dedicam ao fabrico e venda de óleo de *mupeke*, grupos de transumância, grupos de gestão de água (cacimbas tradicionais), grupos para a apanha de peixe, etc. Por sua vez, entre os grupos modernos enumeram-se organizações formais de membros, como associações de carácter diverso e grupos registados; grupos de água e saneamento (ligados à gestão de pontos de água públicos), grupos ligados a igrejas, nomeadamente de jovens, grupos de desporto (sobretudo futebol), grupos de dança, etc.

¹⁶⁷ Muitos consideram estes grupos como organizações comunitárias de base. Uma Organização Comunitária de Base (OCB) pode ser definida como sendo um grupo social organizado possuindo um objectivo específico.

Diversas organizações da sociedade civil, tanto nacionais como internacionais, assim como organismos das Nações Unidas trabalharam na região, em projectos diversos. Actualmente, embora muitas dessas organizações já se tenham retirado, ainda permanecem algumas no terreno, particularmente organizações nacionais. A sua actividade tem contribuído, embora de forma muito esparsa e heterogénea, para a melhoria dos capitais físico, humano, financeiro e social dos grupos domésticos, assim como para o aumento da sua capacidade de utilização do capital natural. Ferramentas agrícolas e assistência veterinária prestada têm melhorado o capital físico; o capital humano tem sido aumentado através da educação, treinamento e melhorias na alimentação e saúde; o incremento da produção tem conduzido ao aumento do capital financeiro; a participação em grupos de carácter associativo e em grupos de mulheres tem conduzido ao reforço do capital social dos seus membros.

A figura seguinte apresenta, sob a forma de diagrama de Venn, as relações dos grupos domésticos detentores de gado com instituições e organizações. Quanto maior for o círculo, maior a importância; quanto mais distante estiver o círculo relativamente ao centro, que representa o criador de gado, mais fraca é a relação.

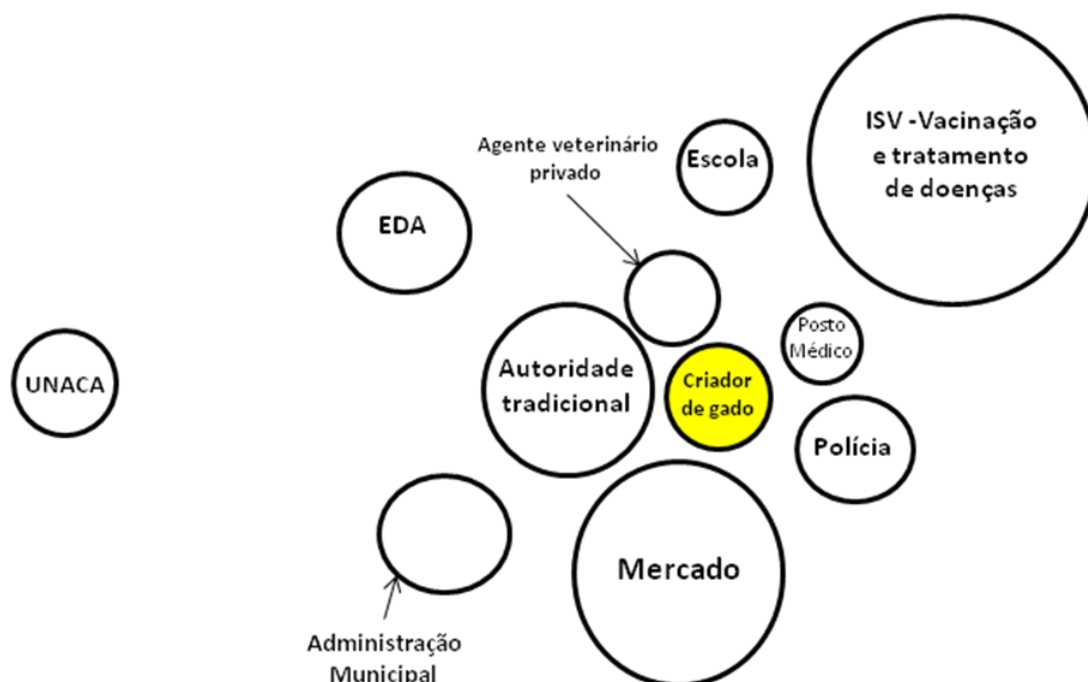


Figura II 13: Relações dos criadores tradicionais de gado com instituições e organizações. Exercício elaborado na sub-região planáltica, zona agro-económica 3 (Cacula).

Apesar da sua importância, note-se a distância a que se encontra o Instituto dos Serviços de Veterinária, instituição que deve fazer chegar e assegurar a assistência veterinária e outros serviços de apoio ao criador tradicional, sinal da fraca relação entre o criador e esta instituição vital para as suas estratégias de meios de vida. O ideal seria os dois círculos estarem em contacto.

5 ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA

Na região do 'Complexo da Ordenha', indivíduos e grupos domésticos desenvolvem um conjunto de actividades para alcançarem os seus objectivos de meios de vida. Estas actividades compõem as estratégias de meios de vida. Neste subcapítulo, são apresentadas as diversas actividades levadas a cabo pelos grupos domésticos da região estudada para atingirem as metas pretendidas. Para melhor estruturação, são agrupadas naquelas que fazem uso de recursos naturais e naquelas que, pelo

contrário, não se socorrem destes recursos. Pela sua importância, é conferida uma atenção particular à criação de gado, mormente às estratégias de mobilidade adoptadas e à divisão do trabalho entre os membros do grupo doméstico.

O acesso a diferentes níveis e conjuntos de recursos é o principal factor que influencia os grupos domésticos da região na escolha de estratégias de meios de vida. A maioria adopta múltiplas estratégias que podem mudar com o decorrer do tempo de acordo com o contexto externo de vulnerabilidade e oportunidades. Estas estratégias baseiam-se na plataforma de meios de vida a que os mesmos têm acesso. As actividades desenvolvidas agrupam-se em (i) actividades baseadas em recursos naturais, e (ii) actividades não baseadas em recursos naturais. Estas actividades podem ser levadas a cabo na comunidade onde reside o grupo doméstico, tais como a produção agrícola, a criação de gado, trabalho para terceiros, 'actividades não da agricultura' (*non-farm*), etc., ou serem materializadas em locais distantes, consequência da migração, sendo os rendimentos destas últimas enviados posteriormente, sob a forma de remessas, ao grupo doméstico de origem. Aquando da alocação de activos para as diversas actividades, os grupos domésticos tomam em consideração os rendimentos que eventualmente poderiam usufruir a partir de actividades alternativas (*off-farm* ou *non-farm*), assim como os respectivos riscos.

Nos dois quadros seguintes são identificadas as principais actividades levadas a cabo pelos grupos domésticos na região, sua pontuação e hierarquização, tendo sido esta última elaborada com base em critérios considerados, pelos participantes, como sendo importantes na comparação das referidas actividades.

Quadro II 6: Actividades de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos no Sudoeste de Angola.

Actividades baseadas em recursos naturais	Actividades não baseadas em recursos naturais
Criação de gado de diversas espécies Processamento do leite Culturas agrícolas alimentares Lavouira para terceiros Recolecta Recolecta e processamento de larvas de artrópodes Mel Pesca e processamento do peixe Caça Produção e venda de carvão Recolha e venda de lenha Fabrico de bebidas tradicionais diversas Artesanato diverso, incluindo olaria, cestaria, trabalhos em madeira, etc. Processamento dos frutos de <i>Ximenia</i> spp. (óleo de <i>mupeke</i>) Medicina tradicional	Construção Ferraria Mecânica (bicicletas, motorizadas) Comércio diverso (micro-comércio) Costura Trabalhos de cabeleireira Transporte Migração temporária

Dados baseados em entrevistas e observação em diversas localidades nas quatro sub-regiões.

Quadro II 7: Pontuação e hierarquização das principais actividades de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos no Sudoeste de Angola de acordo com atributos respeitantes aos resultados de meios de vida.

Actividade	Rendimento	Alimento	Disponibilidade ao longo do ano	Importância social	Pontuação total
Criação de gado	4	3	5	5	17
Culturas agrícolas	2	5	1	3	11
Produtos de colecta	2	5	3	0	10
Fabrico/venda de bebidas tradicionais	5	0	3	2	10
Micro-comércio	5	0	5	0	10
Trabalho para terceiros	5	0	2	1	8

Pontuação de 0 a 5, de acordo com a importância atribuída.

É por demais evidente a importância que a criação de gado assume para as populações locais na região do 'Complexo da Ordenha'. Alguns dos 'portfolio' de meios de vida adoptados pelos grupos domésticos mostram-se muito especializados, concentrando-se em uma ou num limitado leque de actividades, enquanto outros (a maioria) apresentam-se muito diversificados. No decurso do tempo, os grupos domésticos têm adoptado diferentes portfolios num esforço de adaptação às distintas situações do momento. Este facto verificou-se com maior acuidade no decorrer das últimas décadas, certamente consequência das profundas mudanças que o País sofreu. No decurso dos ciclos domésticos também são seguidas, sequencialmente e dependendo de um conjunto de factores, diferentes combinações de estratégias de meios de vida.

Em seguida são descritas as principais actividades desenvolvidas pelos grupos domésticos na região estudada. Considerando a sua importância, a diversificação e a migração são tratadas em subcapítulos separados.

5.1 Actividades baseadas em recursos naturais

5.1.1 Criação de gado

A criação de gado constitui a principal actividade baseada em recursos naturais desenvolvida pelas comunidades rurais da região, cabendo o papel principal aos bovinos, embora os pequenos ruminantes também assumam papel de importância. Quase todos os grupos domésticos possuem também suínos e aves, particularmente galinhas. Entrementes, constituindo o gado o factor-chave das plataformas de meios de vida, também pode contribuir de sobremaneira para a vulnerabilidade dos grupos domésticos já que as respectivas plataformas rapidamente enfraquecem se ocorrerem perdas de animais, em consequência, nomeadamente, de surtos de doenças, malnutrição, roubos, etc.

5.1.1.1 Gestão dos rebanhos

De acordo com Carvalho (1997) o objectivo em exploração nos sistemas tradicionais de produção na região do 'Complexo da Ordenha' são os animais constituídos em grupos (rebanhos), porções de

animais entendidas em si mesmas como organismos, devendo serem levados em conta dois tipos de equilíbrio: (i) equilíbrio entre as características do meio (particularmente a sua rudeza e fragilidade) e as características dos animais (adaptação à agrestia do meio); (ii) relação (simbiose) entre pessoas e rebanho¹⁶⁸. No seu dia-a-dia, e de uma forma global, a gestão dos rebanhos feita pelos pastores no Sudoeste de Angola procura: (i) reduzir as distâncias entre o curral, ponto de abeberamento e áreas de pastagem; (ii) assegurar que as manadas cheguem aos pontos de abeberamento e de pernoita nos momentos adequados; (iii) providenciar a melhor pastagem para cada tipo de gado; (iv) evitar ataques de predadores, particularmente aos pequenos animais, assim como roubos; (v) precaver a disseminação de doenças, etc. Para atingir estes objectivos, os pastores seleccionam pontos de água específicos, onde os animais se vão dessedentar numa frequência pré-determinada e seguindo uma órbita de pastoreio diário que pode incluir uma ou mais áreas de pastagem distintas.

Embora a mortalidade e o crescimento sejam determinantes importantes do desempenho do rebanho, é a unidade vaca-vitelo que guia o sistema tradicional de produção na região, a curto prazo, devido ao provimento de leite, e a longo prazo, porque a viabilidade do rebanho é determinada pelo número de vitelos, sua sobrevivência e crescimento. Durante os anos 'bons' (com boa pluviosidade e bem distribuída), os grupos domésticos procuram acumular animais mesmo que excedam as respectivas necessidades de subsistência, de maneira a terem uma reserva suficiente de fêmeas que possibilite uma rápida recuperação do rebanho após uma situação de eventual crise. Como não procuram maximizar a função de lucro, tem sido argumentado que o gado é usado como sua principal base de riqueza em vez de capital gerador de rendimentos. Esta noção parte do conceito de 'rendimento alvo' (*target income*) que argumenta que os criadores tradicionais em antecipação às perdas de gado que podem resultar de riscos recorrentes, tais como doenças e secas, seguem uma estratégia de minimização de riscos e vendem o número mínimo de animais necessário para obterem o indispensável 'rendimento alvo' (*target income*) para as necessidades do grupo doméstico identificadas. Uma outra explicação para este comportamento assenta no modelo de activos de capital, que advoga que o rendimento dos activos em gado advém de um conjunto de produtos obtidos a partir dos animais e não do dinheiro obtido com a venda destes. Os criadores consideram os seus animais como activos de capital que produzem um fluxo de produtos valiosos enquanto são sua propriedade e possuem um determinado valor 'capital' quando vendidos ou abatidos. O momento óptimo de venda ou de abate é estabelecido comparando em termos de valor líquido actual o aguardado futuro fluxo de produtos a obter de determinado animal com o valor do capital líquido do animal se abatido ou vendido no momento presente¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Considerando que a pastorícia é sempre uma economia doméstica, isto pode levar, segundo Carvalho (1997, pág. 111) «a que no contexto de actuação de uma família, se constituam ou possam constituir vários rebanhos imputados ao exercício dos seus vários membros de acordo com a sua disponibilidade para a movimentação, decorrente do sexo ou da idade, factor que jogará na composição desses rebanhos. São os rebanhos das *onganda's* e dos *buluvulu's* entre os *Kuvale*. Pode levar, ainda, a que certas quantidades de gado sejam transferidas de uns grupos de pessoas para outros, de acordo com os níveis de saturação ou de deficit de emprego da sua disponibilidade de trabalho e logo assim, de formas diferentes, em situações de desequilíbrio. Estaremos então perante transferências de animais que entre os *Kuvale* assumem expressões que vão da atribuição de *hupa's* aos filhos às alocações que podem beneficiar parentes afastados, colegas de idade ou simples amigos. Aí, porém, outros factores poderão ter entrado em jogo, sobretudo razões de segurança relativas a condições naturais (equilíbrio pastos-água [...]), sanitárias ou de ameaça humana (guerra, roubo, controle administrativo, por exemplo).»

¹⁶⁹ O cálculo do valor líquido actual do animal vivo é menos complexo nos sistemas de produção 'comerciais' ou 'modernos', em que a carne é o único produto, mas mais complexo onde existe um conjunto de produtos e fluxos relevantes obtidos do gado, como acontece nos sistemas de produção familiares (sector tradicional).

A prática do okupakessa na gestão dos rebanhos

O tamanho dos rebanhos depende de um conjunto de condicionantes como: disponibilidade de pastagem, capacidades de abeberamento e força de trabalho presente no grupo doméstico. Na região do ‘Complexo da Ordenha’, os grupos domésticos procuram adequar a dimensão dos respectivos rebanhos entre um valor mínimo que responda às suas necessidades e um máximo que não exceda a capacidade de trabalho do grupo. Para além do número de animais, a composição de rebanhos e manadas¹⁷⁰ define também o perfil do grupo doméstico e respectivas estratégias de meios de vida.

O ‘curral’ é uma unidade permanente que normalmente apenas se desmembra aquando da transmissão de propriedade pelas heranças. Regra geral, cada curral é formado por animais de diferentes proprietários e cada proprietário distribui o seu gado por distintos currais de parentes e amigos, em áreas diferentes. A dispersão do gado por diferentes currais varia tanto no espaço geográfico como no tempo (em momentos favoráveis intensifica-se, enquanto em condições desfavoráveis se reduz). Esta forma de estruturação das manadas – *okupakessa* – vincula o gado de um determinado curral ao chefe do grupo doméstico onde o mesmo se situa (grupo doméstico ‘hospedeiro’) e não aos verdadeiros proprietários dos animais podendo, inclusive, aquele até nem possuir qualquer cabeça. As produções pecuárias obtidas são repartidas pelo criador *de facto* (leite, carne de animais que eventualmente morram, estrume, tracção animal) e pelo proprietário *de jure* (animais nascidos). Desta forma, a dispersão do gado constitui também um factor de rendimento, sendo como que dinheiro colocado num banco, já que os animais vão crescer e reproduzir-se, cabendo ao legítimo dono o direito de apropriação sobre os resultados. Como estímulo ou recompensa por bons resultados obtidos, o proprietário *de jure* pode agraciar o criador *de facto* com uma ou mais cabeças, regra geral vitelos.

Um grupo doméstico assume-se como ‘concessor’ quando possui um número de cabeças suficiente para justificar o parcelamento do rebanho, sendo a composição média deste mantida de modo a assegurar a sua reprodução normal e uma produção de leite suficiente para satisfazer as necessidades dos membros do grupo. Se, por qualquer razão, esse efectivo descer abaixo de um determinado limiar, o grupo doméstico ‘concessor’ pode reclamar por cabeças entretanto entregues a outros grupos, na sua qualidade de proprietário *de jure* das mesmas.

O *okupakessa* integra-se nas práticas que reforçam e alargam as redes informais de solidariedade e fortificam o capital social de grupos domésticos e comunidades, pois uma parte importante da produção do rebanho (leite, trabalho, estrume, carne dos animais que morrem) é usufruída em função da guarda dos animais e não da sua propriedade, para além de contribuir para o estabelecimento de uma maior equidade no seio das comunidades¹⁷¹. Este sistema de organização das manadas: (i) permite maior defesa do património em caso de epizootias, secas, razias redistributivas e predatórias, conflitos, etc., uma vez que os activos de cada grupo doméstico se encontram dispersos; (ii) estabelece manadas com um tamanho manejável e ajuda a racionalizar o aproveitamento do espaço de pastagem, evitando concentrações excessivas de gado nas áreas residenciais dos maiores proprietários; (iii) representa um mecanismo de regulação social pois limita o conhecimento do volume da propriedade apenas aos elementos que executam as heranças; (iv)

¹⁷⁰ Entende-se por ‘manada’ um agregado de animais criados em conjunto (unidade de pastoreio ou de condução). Na região do ‘Complexo da Ordenha’ existe geralmente uma manada fixa, com as melhores vacas leiteiras, que permanece junto ao *eumbo* para assegurar o fornecimento de leite ao grupo doméstico, e uma ou mais manadas móveis (*ohambo*) que cumprem a transumância. O conjunto de animais que pertencem ao mesmo proprietário ou grupo de proprietários (unidade de apropriação) é denominado de ‘rebanho’. Este pode-se subdividir em várias manadas.

¹⁷¹ Cruz de Carvalho (1974), Correia (1993) e Morais (2007a) também se referem a esta prática.

encobre o número real de cabeças possuídas. Esta ocultação serve, nomeadamente, para evitar os 'feitiços' (ritos maléficos movidos pela inveja de parentes e outros indivíduos descontentes e ambiciosos) e pressões diversas da parte do Estado relacionadas com a venda de gado, sedentarização das populações, tributações, etc.¹⁷²; (v) serve de estratégia para enfrentar carências em força de trabalho no seio do grupo doméstico 'concessor', adequando o tamanho do rebanho à força de trabalho existente. Por outro lado, a aplicação de trabalho alheio sobre animais dispersos por distintas manadas constitui um factor de rendimento; (vi) reforça a diversidade genética no seio dos rebanhos; (vii) constitui uma estratégia de confronto (*coping*) em situações de perda de acesso aos recursos naturais ou de restrição à mobilidade das manadas.

¹⁷² Estas comunidades foram pressionadas por diversas formas pela administração colonial no sentido de venderem mais gado do que era seu desejo, ou para que se estabelecessem em fazendas do tipo 'rancho' enveredando por uma pecuária empresarial sedentarizada. Pressões semelhantes ainda se fazem sentir nos dias de hoje, consequência de mitos e de conceitos erróneos sobre os sistemas tradicionais de criação de gado praticados no Sudoeste de Angola.

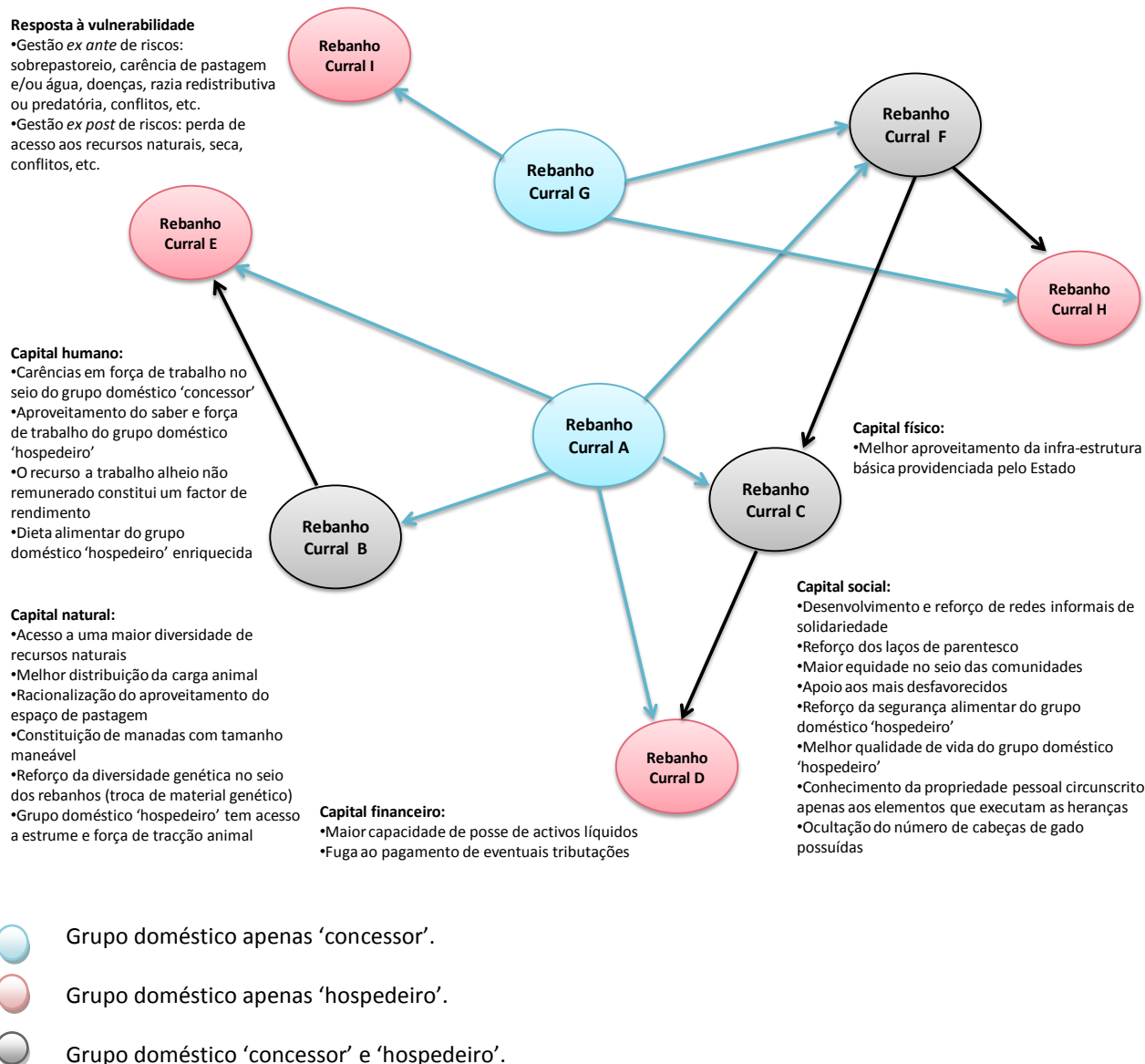


Figura II 14: Importância da prática do *okupakessa* nas estratégias de meios de vida dos criadores tradicionais de gado.

As setas indicam o movimento de animais de um curral 'concessor' para um curral 'hospedeiro' (receptor). Enquanto alguns currais são apenas concessores e outros somente hospedeiros (*a priori* os mais pobres), um certo número de currais joga tanto o papel de 'concessor' como de 'hospedeiro'.

Estrutura dos rebanhos

No Sudoeste de Angola, os bovinos, através do leite, constituem uma fonte de alimentação fundamental para os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas, facto que tem implicações importantes na composição dos respectivos rebanhos e, consequentemente, nas taxas de extracção. Adicionalmente, os rebanhos também são estruturados de forma a assegurarem altas taxas de reprodução. Ao contrário das explorações comerciais baseadas em modelos ocidentais, essa estrutura é fortemente direccionada a favor das fêmeas, particularmente fêmeas maduras, em lugar de animais de carne (novilhos, bois e touros), característica que facilita uma recuperação relativamente rápida do efectivo após choques, como secas e surtos de doenças.

Com base em dados obtidos em diferentes locais das quatro sub-regiões integrantes da região do 'Complexo da Ordenha', a estrutura típica do rebanho bovino inclui mais de 50% de fêmeas entre vacas maduras e novilhas (cerca de 20%), podendo este valor apresentar-se muitas vezes próximo dos 60%, e apenas cerca de 2-3% de touros e 10% de novilhos. A percentagem de bois situa-se, geralmente, entre 10 e 20%¹⁷³. As crias de ambos os sexos (menos de um ano de idade) rondam os 20%. De uma forma geral, pode-se considerar que na região do 'Complexo da Ordenha' o rebanho bovino apresenta uma taxa de natalidade muito variável, entre 40 e 60%, ocorrendo a primeira parição geralmente aos 4 - 5 anos de idade. O intervalo entre partos é de 16 – 19 meses. No decurso da sua vida, uma vaca produz, na generalidade, 6 a 8 crias. O peso adulto não é atingido antes dos 5 anos de idade.

A elevada percentagem de fêmeas em idade reprodutiva mostra a atenção conferida à reprodução e a importância que o leite assume na dieta alimentar das populações locais, sendo as vacas valorizadas de acordo com a produção de leite. Uma vez que a lactação depende do nascimento de vitelos, o objectivo principal dos criadores tradicionais acaba por ser o aumento constante da produção do rebanho com o consequente incremento das crias produzidas. Contudo, a produtividade por animal é, na generalidade, baixa, resultado da fraca taxa de natalidade, baixa taxa de crescimento e altas taxas de mortalidade. Regra geral, o número de vacas velhas é reduzido, o que demonstra a existência de uma elevada taxa de reforma das vacas, abatidas para autoconsumo ou comercializadas.

A alta proporção de animais não adultos nos rebanhos (cerca de 50%) e a significativa menor percentagem de novilhos relativamente a novilhas demonstram a integração do criador tradicional no mercado, contrariando a noção de que este representa apenas uma riqueza potencial que não tem sido integrada no circuito comercial¹⁷⁴. Outra das consequências que advêm desta estrutura dos rebanhos é que a disponibilidade de animais para abate/comercialização (novilhos e bois) presente nos currais é inferior àquela admitida pela maioria dos especialistas em desenvolvimento. São estes animais para abate que o mercado urbano mais procura mas que os criadores de gado nem sempre têm disponíveis. As taxas de extracção bruta na região rondam os 8 a 9% (*grossa modo*, 2 a 3% para autoconsumo, 4 a 5% para venda/permuta e cerca de 1-2% de transferências¹⁷⁵). Excedendo estes valores, podem comprometer as funções pretendidas pelos grupos domésticos para os seus rebanhos assim como a sustentabilidade das respectivas estratégias de meios de vida¹⁷⁶.

¹⁷³ Além dos animais de trabalho, os criadores conservam animais velhos, fêmeas e machos, treinados para condutores de manadas e que desempenham papel importante no pastoreio, particularmente no decurso da transumância. É entre estes animais que se incluem os bois 'soba', bois idosos, sacralizados e invendáveis, que são abatidos apenas em cerimónias rituais. Contudo, a sua existência vem sendo demasiado empolada em Angola. Segundo Neves (1972), esses animais representam somente cerca de 2,7% da manada total. A presença de número elevado de machos adultos também está relacionada com a necessidade de fazer face aos relacionados com a imprevisibilidade e variabilidade da pluviosidade na região. Para mais informação, consulte-se igualmente o Anexo G – Composição da manada de bovinos.

¹⁷⁴ Em Angola, ainda prevalece a ideia de que o criador tradicional não vende os seus animais preferindo agarrar-se a eles, acumulando-os sem qualquer senso. Desta forma, advoga-se a necessidade de o persuadir a vendê-los. Este mito é claramente desprovido de senso.

¹⁷⁵ Refere-se aos animais transferidos, por distintas razões, para outro rebanho, de forma permanente (*alembamento*, pagamento de multas, ofertas, etc.). Não se incluem os animais transferidos no âmbito da prática do *okupakessa*.

¹⁷⁶ Para além das altas taxas de mortalidade, recorde-se que o roubo de gado, cada vez mais generalizado na região, também retira aos criadores um número significativo de animais. Dados do GFA (2011) indicam uma mortalidade de 6,5% e uma taxa de roubo de cerca de 6% sobre os rebanhos bovinos estudados em Bibala, Gambos e Cahama. Sandford & Habtu (2000) consideram que, nos sistemas pastoralistas, um grupo doméstico necessita de pelo menos 4 UGT (Unidades de Gado Tropical) por EAMA (Equivalente Adulto Masculino Africano) para poder concretizar uma 'estratégia de meios de vida normal'.

Para os caprinos, e com base nos dados obtidos em diversos locais das quatro sub-regiões, pode-se considerar que a primeira parição ocorre entre os 15 a 18 meses, variando a prolificidade média entre 1,20 e 1,40, podendo, mesmo, atingir valores um pouco superiores. Para os ovinos, e também com base em dados obtidos através da região, a primeira parição acontece, normalmente, entre os 16 a 19 meses, indo a prolificidade média de 1,00 a 1,20. O intervalo entre partições é, geralmente, superior a oito meses, situando-se ligeiramente aquém da meta usualmente divulgada de três partições cada dois anos, que daria um intervalo médio entre partições de oito meses. Os rebanhos de ambas as espécies, regra geral, apresentam entre 45 e 70% de fêmeas em idade de reprodução. Infelizmente, o razoável desempenho reprodutivo dos pequenos ruminantes é contrariado pelas altas taxas de mortalidade verificadas.

Maneio dos vitelos

A gestão dos vitelos obedece a dois factores principais, ambos visando prioritariamente evitar a perda de animais em lugar de promover o crescimento rápido do vitelo, como acontece nas explorações de tipo comercial. Assim, em primeiro lugar, a extracção de leite é cuidadosamente controlada de forma a manter um equilíbrio entre as necessidades da cria e o consumo humano. Em segundo lugar, os vitelos são submetidos a um maneio que lhes permita uma adaptação gradual à pastagem natural.

Durante o seu primeiro mês de vida, as crias são recolhidas em abrigos que lhes confirmam boa protecção. Depois dessa data, são mantidas protegidas junto ao *eumbo/onganda* e levadas ocasionalmente à pastagem mais próxima. Durante a estação seca, as mulheres, em geral auxiliadas por crianças, recolhem forragem nos arredores e levam-na às crias. A partir dos três ou quatro meses de idade, os vitelos são levados a pastar em áreas de pastoreio privadas ou em áreas contíguas ao *eumbo/onganda* dotadas de boa pastagem. A quantidade de leite requerida pelos vitelos mais crescidos, que já pastam, depende da disponibilidade e qualidade de forragem e de água que, por sua vez, são determinadas pela estação do ano e distância do curral relativamente aos pontos de abeberamento. Quanto mais próximo estiver o curral de um ponto de água, mais cedo começam as crias a beber água sendo, também, dessedentadas com maior frequência que aquelas de currais localizados a distâncias maiores do local de abeberamento, requerendo, desta forma, menor quantidade de leite.

De maneira a permitir maior acumulação de leite na vaca, as crias em amamentação são separadas das respectivas mães durante o período nocturno. Para isso, tanto entre os *Nhaneca-Humbe*, como entre os *Ambó* e *Herero*, os vitelos são recolhidos, durante a noite, em currais próprios, onde, eventualmente, também podem ser mantidos durante o dia¹⁷⁷. Alguns criadores fazem a desmama deliberada, utilizando vários artifícios, como esfregar fezes nos tetos da vaca, atravessar um pequeno pau no focinho do vitelo de forma que este não consiga alcançar os tetos, ou simplesmente tentando manter de todas as formas o vitelo afastado da vaca. Outros fazem depender a desmama do estado de gestação da vaca progenitora, sobrevivendo aquela, muitas vezes, naturalmente. Na generalidade, a desmama ocorre bastante tarde, aproximadamente entre os 10-12 meses de idade dos vitelos. Este aleitamento prolongado pode retardar o retorno do ciclo oestral¹⁷⁸. Períodos de lactação inferiores são geralmente consequência da morte das crias ou de problemas relacionados com o fluxo de leite.

¹⁷⁷ Para mais pormenores, vide capítulo I, secção 3.7.2.2.2: curral e *sambo*.

¹⁷⁸ Sob condições africanas, alguns autores (Semenye & de Leeuw, 1984) consideram que a duração do período de lactação tem, aparentemente, pouco efeito sobre o intervalo entre partos, pelo que, quanto mais longo for o período de lactação, maior será a eficiência de determinada vaca.

Alimentação do gado

O gado alimenta-se fundamentalmente à base de (i) pastagem natural comunitária, podendo ser sujeito a elaborados esquemas de mobilidade do gado, (ii) restolho abandonado nas parcelas agricultadas depois de terminadas as colheitas, e (iii) fazendo o aproveitamento dos terrenos de pastagem privada (*ongole*). A disponibilidade de pastagem natural varia muito ao longo do ano de acordo com a estação climática. Considerando este facto, o ano pode ser dividido, *grosso modo*, em três períodos específicos: (i) estação chuvosa, de Dezembro a Abril; (ii) estação seca fria, de Maio a Agosto; (iii) estação seca quente, de Setembro a Novembro. De entre os distintos grupos de animais, são as fêmeas em produção que exibem uma maior variação de peso vivo no decurso destes períodos. Durante a estação das chuvas apresentam um ganho de peso significativo. Entretanto, na estação seca fria, ocorre uma perda de peso expressiva. Na estação seca quente a perda de peso já não é tão evidente. As vacas apresentam uma maior variação de peso comparativamente aos bois certamente devido ao facto de, ou estarem prenhes ou em lactação durante grande parte do ano.

Quando a disponibilidade de pastagem se reduz, os criadores vêem-se obrigados a priorizar determinadas classes de animais e desfavor de outras, de acordo com o propósito e contribuição das diferentes classes para o 'portfolio' de meios de vida do grupo doméstico. Essa priorização apresenta-se muito semelhante ao longo das distintas estações do ano. Existindo bovinos, é a estes que é concedida prioridade absoluta. Por sua vez, dentro dos bovinos a primeira prioridade vai, em todas as sub-regiões exceptuando a árida, para os bois de trabalho e vacas em lactação. A prioridade concedida aos bois de trabalho advém, fundamentalmente, da importância atribuída à tracção animal. Mesmo nos períodos em que estes não são utilizados é-lhes concedida atenção especial, já que é geralmente aceite que tal influirá no seu desempenho posterior, particularmente aquando da lavoura. Na sub-região árida, considerando o pouco peso assumido pela agricultura, são as vacas em lactação que monopolizam todas as atenções. Estas são importantes tanto pelo seu papel na reprodução do rebanho como no aprovisionamento do agregado familiar em leite sendo, em certos casos, este produto também comercializado. A terceira prioridade vai para os restantes bovinos seguidos pelos vitelos. Os pequenos ruminantes constituem a última prioridade. Aos burros, muito comuns na região, é concedida atenção semelhante à dos pequenos ruminantes.

5.1.1.2 Mobilidade do gado

Os sistemas de produção desenvolvidos pelo sector tradicional na região do 'Complexo da Ordenha' procuram minimizar os riscos relacionados com a fragilidade dos ecossistemas e variabilidade pluviométrica através do aproveitamento de amplas áreas com especificidades paisagísticas distintas, sendo as manadas movimentadas para as pastagens mais convenientes em momentos próprios no decurso do ciclo anual de produção vegetativa. Assim, para além desta mobilidade ser necessária como imperativo de equilíbrio para o meio ambiente e de sobrevivência dos animais, tornando-se tanto mais importante quanto maior for a densidade animal, também é determinante para a continuidade e coesão dos próprios grupos domésticos. Entretanto, se a densidade animal não for demasiado alta e se existirem a imprescindível diversidade ecológica e quantidade de forragem necessária para o rebanho num espaço ao alcance do curral da unidade residencial, a movimentação do gado poderá não ter lugar.

A transumância¹⁷⁹, conforme praticada no Sudoeste de Angola, envolve: (i) movimento, de características oportunistas, do gado, fazendo o aproveitamento da pastagem resultante de quedas

¹⁷⁹ Transumância pode ser definida como um sistema de produção animal caracterizado pela migração sazonal e cíclica praticada em vários graus entre áreas ecológicas complementares e supervisionada por alguns membros do grupo doméstico, permanecendo, contudo, a maioria do grupo sedentarizado (www.oecd.org/sah). Os povos da região possuem, inclusive, termos próprios para se referirem a estes

pluviométricas esporádicas no espaço geográfico; (ii) movimento oportunista ou regular das manadas para utilização de recursos naturais chave; (iii) movimento regular do gado entre distintas formações agro-ecológicas. O homem controla tanto o acesso às comunidades vegetativas presentes num determinado espaço territorial, como o movimento o gado através de diferentes espaços territoriais com distintos suprimentos sazonais de forragens. Esta mobilidade acontece em terras de uso comunitário¹⁸⁰ e depende da existência de áreas de pastagem para utilização temporária, do conhecimento do potencial (e constrangimentos) de produção do sistema assim como da capacidade de negociar ou aceder por direito a esses recursos. Para isso, os grupos domésticos necessitam usufruir de suficiente capital humano e social assim como de capacidade de negociação. No seu geral, a transumância envolve a migração sazonal e cíclica das manadas entre formações ecológicas complementares, regra geral distantes, supervisionada por um determinado número de pastores permanecendo, entretanto, a maior parte dos membros do grupo doméstico, particularmente idosos, mulheres e crianças, na unidade residencial (*eumbo/onganda*). O tempo de permanência fora da unidade varia de acordo com a zona agro-económica e com factores climáticos prevaletentes, como a quantidade e distribuição das chuvas. Geralmente vai de dois a seis meses podendo, em certas situações, atingir os oito ou mesmo mais meses.

Podem ser distinguidos dois tipos de transumância na região do 'Complexo da Ordenha': (i) transumância de estação seca e (ii) transumância de estação das chuvas. O movimento na transumância de estação das chuvas ocorre em resposta a condições topográficas. Durante as chuvas, as baixas podem ficar inundadas e o pastoreio restringir-se às áreas mais altas, como acontece na bacia do Baixo Cunene. À medida que a estação seca avança, a qualidade da pastagem nas áreas altas declina sendo então o gado levado para as pastagens existentes nas áreas anteriormente inundadas. No entanto, para muitos criadores, a razão principal para a mudança de órbitas de pastagem reside no asseguramento do acesso a melhores recursos pascigosos no que respeita à sua qualidade e diversidade. O movimento de estação seca é principalmente determinado pela carência de pastagem ou de água, ou por ambas, sendo este o movimento de maior prevalência na região do 'Complexo da Ordenha'. Assim, a transumância inicia-se quando escasseiam a pastagem e/ou água, mas até à tomada de decisão de transumar, os pastores levam os animais para zonas de pastagem cada vez mais afastadas do ponto de abeberamento, chegando a situações extremas em que os animais bebem apenas de dois em dois dias. Quando o abeberamento em dias alternados se torna difícil, consequência das grandes distâncias a percorrer, torna-se necessário procurar outro ponto de água¹⁸¹. Refira-se que esta prática de manejo, embora baseada na necessidade de permitir o melhor aproveitamento de cada um dos tipos de pastagens, com características diferentes ao longo do ciclo anual, assim como para fazer face à escassez de água em certas alturas do ano é, actualmente, e para muitas áreas da região, determinado também pela redução da área de pastagem, em consequência das grandes superfícies que explorações empresariais têm vindo a ocupar.

Entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* (sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul), para a transumância é constituída uma nova unidade de pastoreio (*ohambo*) com gado de dois, três ou, ocasionalmente, mais currais, sendo a sua condução coordenada por um dos chefes dos grupos

movimentos. Assim, em língua *olukuvale*, usa-se o termo *kuthiluka*, que significa 'mudar'. Entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* são apelidados de *okutchindissa*.

¹⁸⁰ Tal não implica o acesso livre a todos. Existem direitos definidos de utilização ou uma hierarquia de direitos de acesso que são periodicamente ajustados entre as diversas comunidades. Tratam-se, basicamente, de *terras comunitárias de acesso controlado*.

¹⁸¹ Segundo Lourenço (1992), a pressão sobre as pastagens mais próximas dos pontos de água é grande, podendo conduzir rapidamente à sua destruição por sobrepastoreio e ao desencadeamento de processos de desertificação mais ou menos acelerados de acordo com a intervenção de outros factores aceleradores ou retardadores do fenómeno.

domésticos que se associaram auxiliado por rapazes provenientes dos distintos *eumbos*. Os pastores actuam como equipa, com vários graus de cooperação mas, também, de disputa entre eles. No decurso da transumância têm de se bastar a si próprios, nomeadamente no referente à obtenção e confecção de alimentos, recebendo ocasionalmente apoio alimentar dos familiares que se mantiveram na unidade residencial (*eumbo*).

Causas e consequências da mobilidade do gado

Segundo opinião expressa por criadores tradicionais de gado da sub-região semi-árida de transição e da sub-região semi-árida do sul, a mobilidade do gado justifica-se porque:

- Reduz o sobrepisoteio e a degradação das pastagens;
- Os animais necessitam de mudar de áreas de pastagem para conceberem, ganharem peso e crescerem devidamente;
- Aumenta a resistência dos animais às doenças;
- Não existem água nem pastagem natural suficientes em todas as áreas;
- As pastagens são diferentes, com características próprias;
- Permite a utilização de pastagens que só estão disponíveis em determinadas épocas do ano;
- Possibilita pastorear áreas distantes dos *eumbos*, muitas vezes subutilizadas;
- O gado também precisa aceder aos *maquelos* (afloramentos salinos);
- A mobilidade das manadas é imprescindível para fazer face a situações de estiagem/seca;
- A mobilidade é necessária para preservar os animais porque, se tal não acontecer, morrem por carência de alimento e de água.

Entretanto, a mobilidade do gado também pode conduzir a efeitos adversos:

- Coloca pressão sobre recursos-chave (pastagem e água) em determinadas áreas de destino e exacerba a competição sobre os mesmos;
- Em resultado da competição sobre os recursos naturais podem surgir conflitos;
- Pode sobrevir degradação das pastagens se houver excesso de gado nas áreas utilizadas;
- Facilidade de transmissão de doenças entre animais de diferentes rebanhos¹⁸²;

¹⁸² Foram identificadas três formas principais pelas quais a transumância pode contribuir para a manutenção e transmissão de doenças:

(i) promoção do contacto entre animais infectados e animais susceptíveis: os criadores culpam particularmente a utilização dos mesmos locais de abeberamento, na proximidade dos quais se podem aglomerar grande número de animais de rebanhos diferentes, para justificarem, por exemplo, a alta prevalência de peripneumonia contagiosa dos bovinos (PPCB). Adiantam que muitos criadores não vacinam todos os seus animais e que muitas vezes não têm acesso à vacinação, devido às debilidades evidenciadas pelos serviços de veterinária na execução das campanhas. Os animais, para além de não estarem protegidos, podem actuar como reservatório da doença. Também advogam que os locais de aglomeração de gado são um ponto de disseminação para as moléstias da pele, muito comuns na região. Por vezes, os pastores vêem-se obrigados a alterar as rotas de transumância para evitarem áreas onde grassem surtos de doenças.

(ii) disseminação dos agentes patogénicos através do tempo e do espaço: os criadores opinam que as doenças contraídas nas áreas de pastagem de estação seca, usadas no decurso da transumância, são depois disseminadas nas áreas de pastagem utilizadas na estação das chuvas e vice-versa. Este facto contribui para a disseminação espacial das moléstias. O mesmo pode ocorrer quando animais doentes são adquiridos em mercados ou quando são recebidos como oferta ou dote. No entanto, é opinião geral que as concentrações de animais nos mercados constituem maior perigo, pelo que animais daí provenientes podem ser potenciais portadores de doenças. Pelo contrário, os animais recebidos como oferta ou dote provêm de currais conhecidos e gozam normalmente de boa saúde. Assim, não constitui hábito entre os criadores da região adquirir animais a nível de mercados para serem incorporados aos seus rebanhos, e sempre que lá levam animais para venda procuram evitar regressar com os mesmos (aspecto explorado pelos comerciantes de gado para especularem, pressionando em baixa o preço pago pelos animais).

- A mobilidade retira força de trabalho ao grupo doméstico fazendo com que, por vezes, não seja cultivada área agrícola suficiente para assegurar as necessidades alimentares dos seus membros;
- Possível redução do consumo de leite pelos membros do grupo doméstico que permanecem no *eumbo* devido à deslocação de muitas das vacas em lactação.

Alguns criadores podem, eventualmente, não deslocar os seus animais durante a estação seca. Para este facto, foram fornecidos os seguintes argumentos:

- Posse de escasso número de cabeças;
- Existência, nas proximidades do *eumbo*, de suficiente pastagem para o gado e de capacidades para o seu abeberamento;
- Necessidade de estrume (quanto mais pequeno for o rebanho, maior aproveitamento terá de haver do estrume produzido);
- Escassez de força de trabalho no seio do grupo doméstico;
- Restrições no acesso às pastagens de transumância;
- Temor de doenças;
- Receio de roubos¹⁸³;
- Conflitos¹⁸⁴.

5.1.1.2.1 Transumância na sub-região árida

Ao longo do ano, o gado dos *Cuvalé* reparte-se pelas *ongandas*, onde permanecem sempre alguns animais para assegurarem alimento aos membros do grupo doméstico, particularmente aos mais idosos e crianças assim como às mulheres activas que aí permanecem para os apoiar e garantir a exploração desses animais, pelos *sambos* sob responsabilidade dos jovens adultos e pelas manadas entregues a jovens (*buluvulu*), estas por sua vez sujeitas a deslocações frequentes¹⁸⁵. Segundo Carvalho (1997), num ano normal, todo esse gado converge, em algum momento entre Maio a Setembro, para áreas que na sua generalidade se situam em zonas de matas baixas de *mutiati*, e nas quais se localizam também as *ongandas*.

As deslocações praticadas pelos *Cuvalé* com o seu gado em anos considerados ‘bons’, podem ser de raio reduzido, limitando-se a uma transumância denominada de ‘pulsatória’ ou de ‘vai-e-vem’. Todavia, em anos secos alarga-se, podendo, já a partir de Julho, deslocarem-se para pastagens de estepe arbustiva a oeste, indo depois ao encontro das primeiras chuvas que se abatem na Falda da Serra da Chela a partir de Novembro, pastoreando nessa área até por volta de Fevereiro, altura em que normalmente começa a chover nas áreas próximas às *ongandas* onde então regressam. Carvalho (1997) diz tratar-se basicamente de uma transumância ‘circular’ que reconduz as manadas ao ponto de partida, donde reiniciarão mais tarde um novo ciclo. Esta transumância é, fundamentalmente, de natureza horizontal.

(iii) restrição do acesso à assistência veterinária: durante a transumância o acesso à assistência veterinária, já de si de fraca qualidade, piora ainda mais, consequência das dificuldades intrínsecas ao deslocamento dos animais. Entretanto, determinadas doenças, como helmintoses e malnutrição, tornam-se mais problemáticas com a redução da transumância.

¹⁸³ Actualmente, devido ao crime organizado vem-se registando uma forte diminuição dos efectivos pecuários envolvidos em movimentos transumantes. Vide conclusões do 1º Encontro para Adequação de Estratégias de Combate ao Roubo de Gado, envolvendo os governos das províncias de Benguela, Huíla, Namibe e Cunene. Jornal de Angola, 1 de Março de 2011, pág. 33.

¹⁸⁴ Ainda são feitas referências à guerra civil que assolou o País durante longos anos e desestabilizou grande parte da região sudoeste.

¹⁸⁵ Segundo Moraes (2007a) esta situação (gado entregue aos *buluvulu*) constitui, talvez, o único caso de verdadeiro nomadismo na região do ‘Complexo da Ordenha’.

A transumância vertical acontece quando grandes manadas de gado dos *Cuvale* sobem a serra, para território *Muila* (*Nhaneca-Humbe*). Tal geralmente ocorre a partir de Outubro, depois das chuvas já aí haverem iniciado e a consequente renovação dos pastos ter começado. Os *Muila*, que utilizaram essas pastagens até essa altura, abandonam-nas para regressarem às suas residências fixas (*eumbos*) e darem início aos trabalhos agrícolas. Os *Cuvale* que subiram a serra com o seu gado permanecem aí até as chuvas haverem iniciado no seu território. Esta transumância é denominada de *kulonda*, isto é, subir. Por sua vez, os *Muila*, ocasionalmente também descem (*kupunda*) a serra para irem ao encontro dos afloramentos salinos (*maquelos*), permanecendo aí não mais de uma semana ou duas. Carvalho (1997) chama a atenção para esta interacção entre o sistema pastoralista dos *Cuvale* e o agro-pastoralista dos *Muila*, dois sistemas diferentes, mas vizinhos e que se interferem. Assim, qualquer alteração profunda na prática *Muila* que modifique o seu regime de transumâncias pode interferir e ter impacto negativo sobre os sistemas seguidos pelos *Cuvale*.

A transumância praticada pelo gado das áreas de Munhino, Camucuio e da Bibala (habitada principalmente por *Muila*) também assume características de transumância vertical já que o gado é deslocado para terras mais altas, neste caso do Chongoroi e de Quilengues. Outro gado transuma para as terras altas da Huíla, mormente áreas do Hoque e Quilemba. Esta transumância decorre entre Setembro e Janeiro, pastando o gado nas redondezas dos respectivos currais entre Fevereiro e Junho e fazendo o aproveitamento dos restolhos após as colheitas em qualquer momento entre Julho e Agosto. No entanto, este período é muito curto, já que as parcelas cultivadas são de pequena dimensão. Realce-se que os momentos de realização de todos estes movimentos dependem da pluviosidade, podendo tanto haver aumentos como diminuições nos períodos referenciados.

5.1.1.2.2 Transumância na sub-região semi-árida de transição

A zona agro-económica 1 (Falda da Serra) é aproveitada pelos *Herero* no decurso das suas transumâncias. Nas restantes duas zonas agro-económicas as deslocações decorrem de acordo com a localização do *eumbo*. O abeberamento dos animais fora dos cursos da rede hidrográfica com escoamento superficial é feito em cacimbas escavadas nos vales, em furos e, em algumas áreas, em chimpacas e a partir da água das chuvas acumulada nas depressões. Criadores da zona agro-económica 3 (Cahama, Otchinjau) que eventualmente tenham acesso ao mosaico *evanda-etunda* (Baixo Caculuvar) podem praticar uma transumância semelhante àquela apresentada para a zona do Baixo Cunene (sub-região semi-árida do sul).

O gado da zona agro-económica 2 (Gambos), com maior densidade populacional, transuma para a faixa de *etunda*, a Leste (Tchimbolelo, Chibemba, Kavalawa), a partir de Julho-Agosto, mas a maior movimentação de gado tem lugar no início das chuvas, entre Novembro e Dezembro (Morais & Correia, 1993a, 1993b; Morais, 2007a, 2007b). O aproveitamento da pastagem nestes locais de transumância é limitado pelos pontos de água que se localizam apenas em algumas *mulolas*, restringindo o abeberamento dos animais a dias alternados. Em anos de estiagem prolongada, devido à grande concentração de animais, podem mesmo sobrevir perdas importantes nos efectivos.

Santos (1995) distingue ‘pequenas’ e ‘grandes’ transumâncias na zona agro-económica 2 (Gambos). Define como ‘pequenas’ transumâncias aquelas que ocorrem normalmente nos anos de chuvas regulares para áreas de pastagem de tempo seco. Adianta que estas transumâncias, que envolvem deslocações de 15-20 km na área dos Gambos decorrem a partir de Junho – Julho indo até ao início das chuvas. Diferentes currais podem iniciar o movimento de transumância em distintos momentos do referido período. Gado demasiado jovem, caprinos e algumas vacas reconhecidas como boas leiteiras permanecem no *eumbo*, estas últimas para assegurar o aprovisionamento em leite aos membros que se mantêm no *eumbo*.

Por seu lado, as ‘grandes’ transumâncias surgem como alternativas de sobrevivência dos efectivos pecuários em anos de chuvas irregulares e de degradação natural dos recursos pascigosos e hídricos, nelas participando todo o efectivo pecuário em condições de suportar longas deslocações. Estas transumâncias acontecem quando a estação seca se prolonga para além de Novembro, e derivam do facto das pastagens de estação seca haverem sido consumidas até à sua exaustão ou o débito dos recursos hídricos tradicionais haver diminuído drasticamente por atraso na sua recarga (Santos, 1995). Também podem ocorrer quando surge um período de estiagem demasiado longo depois do início das chuvas determinando um retrocesso na recuperação dos recursos pascigosos e um alerta para uma situação de seca que possa surgir (Santos, 1995), terminando aquando da estabilização das chuvas. Segundo Santos & Zacarias (2010) a ‘grande transumância’ acontece geralmente de Outubro a Janeiro, podendo o tempo de deslocação variar de três a sete dias. As pastagens do vale do Tchimbolelo são consideradas pelas comunidades da região como sendo um recurso-chave, uma reserva fundamental de forragem em épocas de crise e seca.

5.1.1.2.3 Transumância na sub-região semi-árida do sul

Zona do Baixo Cunene

As transumâncias decorrem de acordo com a localização do *eumbo*. Com base em Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973), Cruz de Carvalho (1974), Correia (1993), Morais & Correia (1993a, 1993b) e em dados recolhidos pelo autor, fornece-se a seguir uma visão global das transumâncias praticadas:

(a) os criadores estabelecidos nos bancos da *etunda* paralelos aos rios Cunene, Calonga e baixo Caculuar, em geral as zonas mais densamente povoadas, mantêm o gado próximo dos *eumbos* desde a altura das colheitas até meados de Setembro, alimentando os animais com os restolhos e ervas infestantes – *omalungo* – das lavras e pastando as áreas de pastagem privada individual – *ongole* – em geral vedadas com galhos de arbustos espinhosos assim como pastagem comunitária nas vizinhanças. Nesta altura do ano a água não constitui problema visto ainda existirem muitos poços e lagoas formados durante a inundação das *evandas* próximas. Neste período, a carga animal atinge valores bastante altos, cerca de 3 – 2 ha/UGT.

As manadas começam a pastar nas *evandas* a partir de Agosto ou Setembro, dependendo da dura o do período das inunda es. Nesta altura, os animais vagueiam livremente na *evanda* durante o dia, bebem geralmente no rio e são recolhidos à noite no curral do *eumbo*. As *evandas* proporcionam a estes animais e a outros provenientes mais do interior pasto até Dezembro/Janeiro, altura em que, já depois do início das chuvas, os rios começam a inundar novamente as baixas. O gado retorna então aos *eumbos*, pastoreando nas suas vizinhanças e nos *ongole*, mas logo que os pontos de água localizados na *etunda* possam assegurar o seu abeberamento, é deslocado para essa forma o, permanecendo junto ao *eumbo* apenas as vacas necessárias para o abastecimento de leite   família e os animais muito novos ou muito velhos incapacitados de longas caminhadas. As áreas de pastagem da *etunda* estão localizadas a grandes distâncias dos *eumbos*, exigindo, por vezes, caminhadas com duas ou três etapas. Para esta transumância, três ou mais criadores juntam os seus animais numa só manada – *ohambo* (unidade temporária de pastoreio). Na *etunda*, o gado pasta durante o dia sendo recolhido à noite em currais (*sambos*) construídos com galhos de espinheiras. Aqui pode permanecer até cerca de sete meses, retornando depois aos *eumbos*.

(b) os criadores estabelecidos também ao longo dos rios, mas em áreas mais distantes e geralmente menos povoadas que as anteriormente referidas, seguem as mesmas desloc es com as seguintes altera es: (i) um período de transumância para a *evanda* distante dos *eumbos*, de Agosto/Setembro a Dezembro/Janeiro, sendo o gado recolhido durante a noite em *sambos* aí construídos pelos próprios criadores ou em currais de parentes e amigos que residam próximo; (ii) depois desta transumância, o gado regressa ao *eumbo* de origem, pastando nas suas imedia es e aí

permanecendo geralmente até Abril, altura em que se inicia a transumância para a *etunda* interior. Esta permanência mais longa junto ao *eumbo* permite a participação de todos os membros do grupo doméstico nos trabalhos agrícolas, sem que a concentração de gado ocasione sobrepastoreio, o que se deve ao facto de, nestas zonas, o povoamento humano ser menos denso e, consequentemente, a densidade de gado ser também menor comparativamente às zonas mais próximas dos rios.

(c) a *evanda* do rio Caculuar, em particular no seu troço médio/superior, apresenta características de alagamento e de pastoreio distintas daquelas das *evandas* dos rios Cunene e Calonga. Constituída por topobarros negros fluviais de textura muito fina, mostra uma cobertura herbácea natural de fraca expressão. As reduzidas condições de pastoreio no cacimbo forçam a deslocação, em Setembro-Outubro, das manadas para *chanas* e *mulolas* do interior, onde ficam até Dezembro. No decorrer deste mês regressam aos *eumbos* de origem, aí permanecendo até Setembro pastoreando em formações de *etunda* não distantes do *eumbo*. O pastoreio nestas formações permite o regresso diário do gado ao curral do *eumbo*, pelo que não existe necessidade de transumância neste período. Depois das colheitas, o gado faz o aproveitamento do restolho nas parcelas agrícolas e pastoreia nos *ongole*. Note-se que, de uma forma geral, as áreas ao longo do médio Caculuar não são muito povoadas, concentrando-se os *eumbos* nas faixas de *epia-etunda* que bordejam a ampla *etunda* interior.

(d) os criadores dispersos pelas zonas mais interiores têm geralmente os seus *eumbos* localizados nas pequenas formações de *epia-etunda* que marginam as depressões (*chanas* e *mulolas*) dispersas pela área, nos raros locais onde exista água disponível para consumo humano e animal ao longo do ano, se bem que, durante a estação seca, seja obtida com grande dificuldade e esforço, através da escavação de poços (cacimbas) no leito seco das *mulolas*. A baixa densidade de *eumbos* nestas zonas e a diversidade de formações ecológicas presentes explicam a baixa mobilidade dos rebanhos, cujo manejo é possível sem a necessidade de se recorrer a transumâncias, já que as diferentes pastagens sazonais estão ao alcance de caminhadas diárias a partir do curral do *eumbo*. A escassez de água durante a estação seca constitui o maior factor limitante ao povoamento destas zonas, podendo mesmo, nos anos mais secos, forçar a deslocações temporárias do gado visando a obtenção da necessária água para sua dessedentação. Estas áreas de *etunda* também podem ser utilizadas, entre Dezembro/Janeiro até Junho/Julho, período em que estão em melhores condições de serem pastoreadas, por manadas em transumância provenientes de áreas mais densamente povoadas situadas mais próximo da *evanda*.

Zona do Cuanhama

Enquanto em algumas áreas os movimentos das manadas estão limitados a pequenas deslocações entre *mucundas*, noutras chegam a cumprir distâncias superiores a cem quilómetros, determinando as designações de ‘pequena’ e ‘grande’ transumância. Durante a estação das chuvas (Janeiro/Maio) o gado distribui-se pelos currais dos *eumbos* e pastoreia nas suas áreas periféricas, não inundadas. Em Junho e Julho fá-lo nas *chanas* e depois das colheitas alimenta-se dos resíduos das culturas agrícolas, mormente restolhos, pastando também nas áreas de pastagem privada individual (*ongole*). Nestas condições, a carga animal pode atingir valores altos, cerca de 3 – 2 ha/UGT.

Realizam ‘pequenas’ transumâncias os gados da zona agro-económica 1 (Cuanhama) e da zona agro-económica 2 (Cuamato). Basicamente, nas orlas oeste e noroeste destas duas áreas os movimentos orientam-se para as margens do rio Cunene, enquanto no seu interior predominam as deslocações inter-*mucundas* consistindo de movimentos de ajustamento local. A diversificação de pastagens consegue-se com movimentos de até 10-20 km, raramente mais, fazendo passar o gado pelas unidades do apertado mosaico das *chanas/luenene/etunda*, correspondentes às áreas alagadas pelas cheias, às áreas intermédias e às pequenas elevações, unidades onde a diversidade da pastagem é grande.

Em consequência da carência de água e da escassez e pouca diversificação das pastagens, o gado das zonas agro-económicas do Leste, zona agro-económica 3 (Cuvelai) e zona agro-económica 4 (Tchimporo), é submetido à ‘grande’ transumância, podendo deslocar-se destas áreas cerca de metade dos seus efectivos. O gado que não participa desta transumância alimenta-se de gramíneas nas *chanas*, ou de folhagens nos *mufitos* perdendo, em geral, muito mais peso durante este período. Esta ‘grande’ transumância (*ohambo-yo-kwenye*), que se inicia em Agosto, pode ir até Dezembro/Janeiro, podendo o gado percorrer mais de centena e meia de quilómetros (MIAA, 1968b; Correia, 1993; Monteiro, 1994; Morais, 2007a). As áreas de transumância (Tchimporo), situam-se a nordeste, são muito rarefeitas de população humana, apenas com ocupação permanente pelo grupo de colectores *!Kung*. Aqui, o gado faz uso das águas retidas nas pequenas lagoas e charcos das *mulolas* ou então das águas colectadas em cacimbas abertas nos pontos mais favoráveis. As unidades de transumância destas zonas constituem uma organização temporária, reunindo gado e pastores de diferentes currais, podendo atingir os *ohambos* da rota do Tchimporo algumas centenas de animais adultos, entre machos e fêmeas.

A partir das áreas de maior densidade demográfica ou daquelas com pastagem mais pobre realiza-se já, em Maio/Junho, uma transumância menor (*ohambo-yo-kufer*) em direcção ao Tchimporo. Do gado sujeito a esta transumância algum retorna, em Julho, aos *eumbos* de origem para pastar nas parcelas agrícolas depois de realizadas as colheitas. Contudo, os novilhos geralmente permanecem no Tchimporo, aguardando aí a grande transumância anual (*ohambo-yo-kwenye*). Este grupo de animais constitui o denominado *ohambo-yo-kove*.

No período das chuvas, regra geral de Janeiro a Maio, o gado permanece nos *eumbos*, pastoreando nas suas imediações. Durante Junho e Julho pasta nas *chanas* e depois das colheitas faz o aproveitamento do restolho que tenha restado nas parcelas agrícolas e também faz uso das áreas de pastagem privada (*ongole*).

5.1.1.2.4 Transumância na sub-região planáltica

Nesta sub-região ocorrem, em algumas áreas, particularmente na zona agro-económica 2 (Chibia), curtas deslocações das manadas para zonas de menor densidade de povoamento, particularmente nos anos em que o início das chuvas se atrasa, mas no geral o gado pasta ao longo de todo o ano na área em que se localiza o curral. Em algumas áreas pode ser praticada uma curta transumância, de uma a duas semanas, no final da época das chuvas, em direcção a locais em que são atribuídos efeitos ‘tonificantes’ a determinado tipo de águas (Hunguéria e Cango) (Morais, 2007a).

5.1.1.3 Actividade laboral relacionada com o gado

A criação de gado exige a contribuição de todos os membros do grupo doméstico no que ao trabalho diz respeito. Homens, mulheres e crianças participam neste trabalho de distintas formas e em diferentes graus. Nas sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas da região do ‘Complexo da Ordenha’ compete ao homem, fundamentalmente ao chefe de família, a tomada de decisões relacionadas com a criação de gado a nível do grupo doméstico, organização do trabalho e manejo das manadas. Decide sobre as áreas de pastoreio, rotas de transumância a seguir, momentos de deslocação e sobre quem deve pastorear o gado. Para isso, necessita estar sempre informado sobre as condições das distintas áreas de pastagem, formas de acesso, pontos de abeberamento (disponibilidade de água), doenças grassantes na região, mercados e preços de comercialização de gado, etc. Acompanha os pastores para assegurar que sejam seguidas rotas de deslocação correctas. Também supervisiona o abeberamento do gado para se certificar de que efectivamente todos os animais, particularmente os mais jovens, bebam suficiente quantidade de água, para além de organizar a manutenção dos locais de abeberamento. No regresso dos animais ao curral inspecciona-

os para confirmar se o rebanho está completo, se algum animal está doente, se alguma fêmea está prestes a entrar em trabalho de parto, se estão bem alimentados, etc. Em casos de extravio de animais são empreendidas as necessárias buscas. Executa igualmente tratamentos simples aos animais doentes. Decide, depois de consultados outros membros do grupo doméstico, que animais devem ser comercializados ou abatidos e quando. Ao homem impende ainda a tarefa de construção dos currais assim como fazer a castração¹⁸⁶ dos machos excedentes, operação geralmente feita por alguns ‘mais velhos’ tidos como especialistas na arte.

O pastoreio do gado é uma actividade basicamente masculina, sob responsabilidade do chefe do grupo doméstico auxiliado por filhos e sobrinhos¹⁸⁷. A força de trabalho necessária para o pastoreio depende da divisão do rebanho em subgrupos para pastoreio. Normalmente é feito o seguinte agrupamento: (i) bovinos adultos, machos e fêmeas, novilhos e novilhas; (ii) vitelos ainda em amamentação, mas fazendo já pleno uso da pastagem, em geral associados com adultos adoentados ou enfraquecidos e touros em descanso; (iii) ovinos e caprinos adultos e jovens adultos, pastoreando este subgrupo muitas vezes em conjunto com os bovinos adultos; (iv) vitelos, cabritos e cordeiros, pastando normalmente nos arredores do *eumbo*. Na altura da transumância, as fêmeas integrando a manada de bovinos adultos são repartidas basicamente da seguinte forma: (a) junto ao *eumbo/onganda* é mantido um grupo de vacas em lactação para assegurar o fornecimento de leite aos membros do grupo doméstico que aí permanecem assim como as vacas em estado adiantado de gestação; (b) as restantes vacas em lactação, vacas secas e novilhas são deslocadas para os locais de transumância.

Bovinos adultos e novilhos, vitelos de maior idade e pequenos ruminantes adultos necessitam de pastores a tempo inteiro, enquanto os animais mais jovens são mantidos nas proximidades do *eumbo* ao cuidado de crianças sob a supervisão de mulheres. Assim, habitualmente, são necessários, no mínimo, três pastores por dia. Contudo, como são normalmente dedicadas diariamente 10 a 12 horas ao gado, e as crianças não podem fazê-lo sempre, partindo-se do princípio que uma criança dedica ao gado cerca de dois dias em três (no máximo, três em quatro), o grupo doméstico necessita de dispor de cinco crianças capazes de executar tarefas de pastorícia, embora possa ser possível fazer o trabalho com apenas quatro. No caso de rebanhos numerosos, os bovinos podem ser distribuídos por duas manadas, uma comportando os adultos e outra os novilhos, requerendo mais um pastor, normalmente um jovem adulto ou podem ser utilizadas várias crianças simultaneamente. Quando o rebanho é subdividido para cumprir a transumância, são necessários pelo menos mais dois pastores adicionais, totalizando então seis ou sete pastores. O facto de um grupo doméstico se socorrer essencialmente de crianças para conduzir o pastoreio pode indicar uma carência de força de trabalho no seio da família, existindo o risco do pastoreio ser de má qualidade e vir a ter efeitos negativos sobre a produtividade animal.

Na estação pluviosa, período em que o pastoreio é feito nas imediações da unidade residencial, o gado é conduzido para o pasto geralmente entre as 8 – 9 horas da manhã pelos rapazes ou, na falta destes, pelo próprio chefe do *eumbo*, que alterna com as crianças mais crescidas quando tem outras

¹⁸⁶ Operação denominada de *okupindikila* em *Herero*, de *oku-hova* em *Nhaneca* e de *oku-tukana* em *Cuanhama* executada geralmente aos dois ou três anos de idade. É feita com faca, sendo depois o corte esfregado com uma mistura de sal e cinza. É geralmente realizada no tempo seco, altura em que existem menos muscídios. Entre os *Ambós*, os castradores especializados são apelidados de *ovalutuli*.

¹⁸⁷ Estermann (1957b) menciona que, muitas vezes, quando um *eumbo* possui muito gado, para além dos familiares (filhos, sobrinhos) ainda poderá precisar da ajuda de mais pastores, geralmente escolhidos entre os membros dos grupos domésticos mais pobres, sem gado. Se determinado pastor se revelar cumpridor e cuidadoso, o dono da manada pode mesmo recompensar os bons serviços prestados, cedendo-lhe ocasionalmente um animal, geralmente uma pequena vitela. Estes pastores ‘profissionais’ são denominados de *ovanahambo*, palavra composta do prefixo plural *ova* – os de – e do substantivo *ohambo*, que pode ser traduzido por manada. Regra geral, cada pastor controla entre 40 a 50 cabeças bovinas.

tarefas a executar. Muitas vezes, nessa época do ano os animais são simplesmente retirados do curral e deixados a pastar livremente, sendo depois recolhidos no final da tarde. Nessa altura, o abeberamento não exige cuidados especiais, dirigindo-se os animais para os pontos de acumulação de água nas depressões naturais (*etalas* e *ecangos*, entre outras). Os vitelos ficam normalmente à guarda das crianças e pastam nas imediações das unidades residenciais. Um apanhado sumário realizado nas sub-regiões planáltica e semi-árida do sul aponta para um tempo de pastoreio dos bovinos de 6 a 9 horas diárias nos períodos em que o gado não se encontra em transumância, coincidindo os períodos inferiores com aqueles de maior trabalho na agricultura. Entretanto, quando o gado se encontra nos *sambos* de transumância, os tempos de pastoreio tendem a ser superiores. No respeitante aos pequenos ruminantes, os períodos de pastoreio são geralmente inferiores àqueles dos bovinos. Nas sub-regiões semi-árida de transição, semi-árida do sul e planáltica, onde predomina o agro-pastoralismo, o tempo de pastoreio é mais reduzido durante a estação das chuvas comparativamente ao período de cacimbo, estando este facto normalmente associado à maior demanda de trabalho na agricultura no decurso da estação pluviosa. Já na sub-região árida, devido à menor importância que a agricultura assume, tal diferença não é tão evidente.

O regresso dos animais ao curral depois do pastoreio constitui um dos momentos mais trabalhosos do dia, envolvendo a participação de, praticamente, todos os membros do grupo doméstico com idade superior aos quatro-cinco anos. Para além da necessária monitorização dos animais e o tratamento daqueles que necessitem, os animais devem ser separados pelos distintos currais, os vitelos colocados a mamar e depois da mamada separados das mães, deve ser feita a ordenha, etc. Devido a este facto e à possível carência de força de trabalho no seio do grupo doméstico, muitos criadores optam por fazer regressar as vacas em lactação mais cedo ao curral, com os consequentes prejuízos daí decorrentes para a alimentação dos animais.

O pastoreio dos pequenos ruminantes está normalmente a cargo das crianças. Entre os *Herero*, regra geral os caprinos são negócio e assunto da mulher e encargo laboral de crianças dos cinco anos de idade até por volta dos doze, o mesmo acontecendo, em larga medida, com os ovinos, embora, neste caso, os homens dediquem maior atenção. Por norma, os pequenos ruminantes abandonam o *eumbo/onganda* depois dos bovinos já o terem feito e regressam mais cedo, permanecendo junto à área residencial até serem recolhidos ao curral. Também as órbitas de pastoreio dos pequenos ruminantes são bastante menores que aquelas dos bovinos já que passam menos tempo a caminhar.

Nos períodos mais críticos do ano, como no cacimbo e na época de transição para as chuvas, quando se torna necessário procurar áreas de pastagem mais distantes, a condução do gado é feita pelo chefe do *eumbo* ou pelos jovens adultos. Aquando das transumâncias essa tarefa é partilhada pelos acompanhantes dos vários currais que se juntam, sob a orientação de um dos chefes de *eumbo*. As mulheres vão aos *sambos* localizados nas áreas de transumância apenas levar comida aos homens que aí permanecem.

A mulher possui uma série de papéis no âmbito da produção animal: transforma e comercializa produtos de origem animal (leite) e controla animais, para além de ser produtora e trabalhadora não remunerada para uma ampla diversidade de serviços relacionados com a criação de gado. A mulher vela pelo gado que se mantém ao longo do ano nos arredores do *eumbo/onganda* e confere particular atenção às fêmeas gestantes, crias recém-paridas, animais doentes, com feridas, etc. Geralmente cabe a si a supervisão do trabalho das crianças com os pequenos ruminantes. Embora, normalmente o tratamento de animais doentes seja feito por homens e rapazes, quando necessário a mulher também participa¹⁸⁸. Geralmente faz a inspecção-geral aos animais aquando do seu retorno ao curral, repertoriando os problemas ao chefe do grupo doméstico. Presta particular atenção aos

¹⁸⁸ Constitui exemplo a participação de diversas mulheres nas acções levadas a cabo na região relacionadas com a formação de Agentes de Pecuária Comunitários (Gomes, 2004).

animais alocados ao seu sub-grupo doméstico, fazendo-lhes um acompanhamento estreito. Quando homens e rapazes são insuficientes, auxilia no abeberamento do gado, especialmente quando este é feito a partir de cacimbas. No seio dos *Herero*, particularmente entre os *Ndimba* e *Hakahona*, é comum a participação das mulheres nesta tarefa assim como também na recolha de gado. Mulheres e crianças são vistas, muitas vezes, a retirar manualmente carraças fixadas aos animais, particularmente no úbere das vacas.

No quadro seguinte é apresentada uma síntese das tarefas relacionadas com o gado executadas pelos distintos membros do grupo doméstico.

Quadro II 8: Divisão das tarefas relacionadas com o gado entre os membros do grupo doméstico.

Homem	Mulher	Rapaz	Rapariga
Tomada de decisões; Pastoreio; Ordenha (supervisão) Abate de animais; Venda e compra de animais; Abeberamento e manutenção dos pontos de água; Tratamento de animais; Monitoria dos rebanhos; Protecção dos rebanhos; Levantamento das pastagens; Estudo das rotas de transumância; Transumância; Construção de currais e <i>sambos</i> ; Levantamento de cercas e vedação de terrenos; Tracção animal; Manutenção de carroças, charruas e outros utensílios relacionados com a tracção animal; Negociação dos direitos de acesso aos recursos naturais.	Auxiliar na pastorícia e no abeberamento do gado; Processamento do leite; Ordenha (entre os <i>Herero</i>); Distribuição e venda de leite e seus produtos; Transporte de água e alimento para animais doentes; Auxiliar no tratamento de animais; Auxiliar o homem na monitoria do gado; Controlo de vitelos e pequenos ruminantes; Preparação de peles e couros; Apoio alimentar aos homens baseados nos <i>sambos</i> durante o período de transumância (tarefa relacionada).	Ordenha; Processamento do leite; Pastoreio; Abate de animais; Execução de razias; Levantamento de pastagens; Transumância; Apoiar na construção de currais e <i>sambos</i> ; Trabalhos relacionados com a tracção animal; Apoio ao chefe do grupo doméstico em diversas tarefas relacionadas com o gado e atribuídas ao homem.	Ordenha; Processamento do leite; Auxiliar no pastoreio e, eventualmente, no abeberamento dos animais; Preparação de peles e couros; Controlo de vitelos, ovinos e caprinos; Apoio à mulher em tarefas de carácter feminino relacionadas com o gado.

Colheita de dados feita por observação, entrevistas e a partir de informantes-chave.

Espécie animal e classe de gado influenciam claramente o papel do género e a idade do membro na partição de tarefas. A hierarquia rigorosa existente na divisão de tarefas por vezes conduz a conflitos entre gerações, situação expressa pelos distintos grupos etários. Os homens de mais idade queixam-se frequentemente que os jovens não são suficientemente responsáveis para executarem certas tarefas e tomarem determinadas decisões, enquanto estes últimos por vezes se apresentam descontentes com o facto de nem sempre se sentirem respeitados pelo trabalho que executam. Por sua vez, as mulheres muitas vezes reclamam por um maior protagonismo e maiores benefícios do trabalho realizado. Embora muitas vezes subestimado, o trabalho da mulher relacionado com o gado é relevante e importante no seio das sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola.

Ordenha

O grupo doméstico detentor de gado depara-se com uma contradição entre o tempo dispendido com o manejo do gado e a quantidade de leite disponibilizada para consumo. As necessidades em trabalho com o abeberamento, alimentação e ordenha são inferiores quando a produção de leite é maior, no período de pastagem abundante. Contudo, no decurso da longa estação seca, a produção de leite vai-se reduzindo progressivamente, enquanto o trabalho aumenta, já que têm de ser percorridas distâncias maiores à procura de pastagem e água, sendo também necessário muito mais tempo para a extracção desta.

No seio dos *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* a ordenha constitui responsabilidade do homem, sendo regra geral feita pelos rapazes, ocasionalmente pelas raparigas, mas quando estes têm qualquer impedimento, pode ser feita pelo próprio chefe do *eumbo*. Entre os *Herero*, mormente entre os *Cuvalé*, a mungidura é, em princípio, executada por mulheres e raparigas crescidas com a ajuda de crianças. São estas que, via de regra, regulam a saída dos vitelos de dentro do curral que lhes é próprio (*tyinyongo*), para que venham, um por um e por escassos momentos antes de serem de novo afastados, chupar as tetas das mães para lhes 'abrir' o leite. As mulheres podem ser auxiliadas ou substituídas por homens e rapazes na eventualidade destes se encontrarem disponíveis ou quando essa função lhes está interdita por se encontrarem no período menstrual, interdição que acontece na generalidade dos povos da região. No seio dos *Himbas* a ordenha é igualmente levada a cabo pelas mulheres, com a ajuda de crianças, enquanto entre os *Ndimbas* pode ser executada indistintamente por rapazes e raparigas. O processamento do leite compete fundamentalmente à mulher, tendo para a sua execução o apoio de raparigas e rapazes.

5.1.1.4 Tracção animal

A tracção animal está generalizada na região do 'Complexo da Ordenha', não só nas operações relacionadas com a agricultura, em particular a lavoura, mas também no transporte de água, de colheitas, de troncos, paus e ramos destinados à reparação/edificação de cercas e residências¹⁸⁹, de materiais diversos e de produtos para o comércio e do comércio. Para o transporte de cargas são utilizadas zorras e carroças puxadas por bois ou burros. A tracção animal aparece como um complemento à agricultura manual e um factor de integração entre pecuária e produção agrícola, aumentando a sustentabilidade do sistema, gerando rendimentos suplementares e reduzindo a dureza do trabalho agrícola. Apresenta-se como uma tecnologia vital, tanto para o momento presente como para o futuro. A sua adopção cada vez mais ampla vem permitindo o cultivo de superfícies de terra superiores, o que tem conduzido a transformações no seio da paisagem da região sudoeste de Angola. Neste contexto de mudança, a mecanização agrícola com base na tracção animal revela-se um elemento estimulante para a modernização da agricultura na região devido à sua adequação ao tamanho das explorações agrícolas, à capacidade de investimento dos agricultores e à natureza das suas necessidades no âmbito da agricultura.

O principal incentivo para o uso da charrua é a capacidade de cultivo de maiores áreas de terreno em menos tempo para além da menor necessidade em força de trabalho comparativamente à lavoura manual feita com base na enxada, factos que numa região de pluviosidade baixa e irregular se podem mostrar decisivos para a sobrevivência do grupo doméstico. Na região (sub-regiões semi-árida do sul, semi-árida de transição e planáltica), e numa apreciação global, as explorações familiares que utilizam tracção animal na lavoura apresentam uma área agricultada aproximadamente duas vezes superior àquela dos grupos domésticos que apenas utilizam energia

¹⁸⁹ Tarefa a cargo do homem que envolve uma grande carga de trabalho, já que a vedação de uma parcela média pode atingir mais de um quilómetro de perímetro.

humana. Regra geral, estes últimos cultivam entre 1-2 ha, enquanto aqueles que dispõem de tracção animal (uma junta de bois) alcançam 3-4 ha ou mesmo mais. A área cultivada pelos grupos domésticos que fazem uso de tracção animal alugada é, normalmente, de 2 a 3 ha¹⁹⁰. Os grupos domésticos que não utilizam energia animal no trabalho agrícola obtêm rendimentos cerca de duas a cinco vezes inferiores comparativamente àqueles que fazem uso de tracção animal. Regra geral, o incremento da produção agrícola obtido por estes últimos deve-se, fundamentalmente, ao acréscimo da superfície cultivada e não ao aumento da produtividade da terra. Já na sub-região árida este aumento está limitado substancialmente pela disponibilidade de terras agricultáveis e pela inclemência climática.

Os grupos domésticos que não possuem gado de tracção e/ou charrua deitam mão a uma série de estratégias que vão desde aqueles baseados nas redes de solidariedade e relações de reciprocidade ao aluguer dos meios necessários. Desta forma, um grupo doméstico privado dos imprescindíveis meios associa-se a outro em condições similares e complementam-se, ou recorre ao empréstimo a partir de familiares ou aliados ou mesmo ao seu aluguer (normalmente a troco de prestação de trabalho – força de trabalho humana - ou de produto agrícola; ocasionalmente pode mesmo sê-lo numa base de pagamento monetário). Como estratégia, os grupos domésticos com carência de tracção animal preferem culturas menos exigentes em trabalho de tracção e aligeiram, ou excluem mesmo, certas operações agrícolas. Por sua vez, aqueles que dispõem de tracção animal diversificam os seus rendimentos fazendo trabalhos fora da própria exploração, para outros agricultores. O problema desta estratégia advém do facto de, na região, ocorrer apenas uma estação chuvosa, de curta duração, fazendo com que a (intensa) actividade agrícola se concentre num período de tempo relativamente curto¹⁹¹. Assim, em muitas ocasiões o período de lavoura é tão curto que a capacidade de tracção se revela insuficiente não permitindo que os grupos domésticos fazendo uso de uma mesma junta de bois consigam preparar as respectivas parcelas agrícolas em tempo útil. Atrasos nas sementeiras podem acarretar reduções substanciais nas colheitas, consequência da subsequente diminuição do período de crescimento vegetativo. Note-se que, em regiões de chuva errática, a velocidade com que se prepara o solo para cultivo pode ser fundamental para a sobrevivência dos grupos domésticos que praticam agricultura¹⁹².

No Sudoeste de Angola, a tracção animal é fornecida sobretudo por bovinos, basicamente bois de raças autóctones, e por burros, sendo estes últimos utilizados fundamentalmente no transporte. O quadro seguinte apresenta uma análise comparativa das vantagens e desvantagens de asininos e bovinos sob o ponto de vista das comunidades locais.

¹⁹⁰ De acordo com Coulomb *et al* (1980), com cultura manual, um activo humano trabalha cerca de 0,5 ha por ano, comportando a exploração familiar aproximadamente 1 a 2 ha. Com tracção animal, a superfície cultivada é de cerca de 5 ha por cada junta de dois bois. A produtividade da força de trabalho (output/homem hora) também aumenta significativamente nos grupos domésticos que fazem uso da tracção animal.

¹⁹¹ Em grande parte da região a preparação da terra não pode ter lugar durante a estação seca porque o solo se apresenta demasiado seco e compacto para ser trabalhado. A lavoura deve, assim, aguardar pelo começo das chuvas, iniciando-se apenas depois de haver chovido o suficiente para humedecer o solo até à profundidade requerida.

¹⁹² Segundo Pingali (1987), os grupos domésticos têm de fazer face a um *trade off* lavoura-sementeira, que pode ser descrito da seguinte forma: embora uma boa lavoura permita aumentar as colheitas, face ao tempo consumido na sua execução, pode levar a atrasos inevitáveis na sementeira. Por sua vez, atrasos na sementeira conduzem a colheitas mais reduzidas. Desta forma, uma boa lavoura é vantajosa apenas nos casos em que os aumentos obtidos nas colheitas compensem as perdas associadas com atrasos na sementeira (Pingali, 1987). O *trade off* lavoura-sementeira é mais severo nas áreas de menor pluviosidade e em áreas cujos solos possuem baixa capacidade de retenção de humidade, mormente áreas marginais com pluviosidade inferior a 500 mm e um período de crescimento vegetativo inferior a 90 dias.

Quadro II 9: Pontos fortes e fracos de asininos e bovinos como animais de tracção e de transporte.

Burro	Boi
Pontos fortes: Tamanho menor, pacientes e de manuseio mais fácil Não possuem cornos, pelo que não existe o perigo de cornadas Mais meigos Podem sobreviver em situações de grave restrição de alimentos Sobrevivem em locais agrestes Aquisição mais barata Menos roubados Não conferem estatuto (a sua posse não provoca competição entre mulher e homem)	Pontos fortes: Maior capacidade de carga e de tracção comparativamente aos burros Têm valor comercial de abate As vacas usadas na tracção também providenciam leite Conferem estatuto
Pontos fracos: Não transportam cargas pesadas Não estão indicados para tarefas agrícolas pesadas Não possuem valor comercial de abate Não conferem estatuto	Pontos fracos: Mais rebeldes que os burros A sua aquisição é mais onerosa que a do burro Maiores exigências alimentares Mais sensíveis a doenças Se não forem submetidos a trabalho regularmente necessitam sempre de treinamento Os bovinos estão regra geral sob controlo do homem

Dados obtidos na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zonas agro-económicas 1 e 2, reflectindo o ponto de vista dos entrevistados, obtido com base em discussão em grupo focal.

A sub-região árida, essencialmente dedicada ao pastoralismo, é aquela com menor densidade de bois de trabalho. As restantes sub-regiões, com predominância do agro-pastoralismo, mostram uma presença substancial de bois de trabalho por curral, numa percentagem mais ou menos semelhante nas sub-regiões semi-árida do sul e semi-árida de transição, onde a maioria dos grupos domésticos dispõe de suficiente capacidade de tracção. Entretanto, em certas áreas, particularmente na metade norte da sub-região planáltica, pode verificar-se uma distribuição muito desigual da capacidade de tracção animal por grupo doméstico, podendo acontecer que, enquanto alguns não possuem quaisquer meios, outros desfrutam de excelentes capacidades¹⁹³.

Na lavoura são utilizadas juntas de dois a seis e mesmo oito bois. Enquanto nas sub-regiões semi-árida do sul e semi-árida de transição são usualmente empregadas juntas de quatro ou mais bois, na sub-região planáltica, em particular nas zonas agro-económicas situadas na metade norte, as juntas são constituídas, em geral, por apenas um par de bois. Basicamente, nas zonas de solos mais pesados

¹⁹³ Com base em estatísticas da MIAA, relatórios diversos e observações pessoais do autor. De acordo com os inquéritos da MIAA, realizados de 1963 a 1968, nas regiões de Quilengues, terras altas da Huíla, leste de Capunda-Cavilongo, Gambos-Otchinjau, zona de influência do Cunene, Cuanhama e sudeste, mais de 75% da energia usada era animal. Nas zonas de Ganguelas e subdesértica de Benguela/Namibe oscilava entre 20 e 30%. De acordo com Morais (2007b), nas comunidades dos Gambos (sub-região semi-árida de transição), a tracção animal é utilizada anualmente por mais de 90% dos *eumbos* para a produção agrícola (lavouras, sementeiras, etc.), por cerca de 50% para o transporte de água para o consumo doméstico e por 32% no transporte de materiais para instalar ou reforçar as vedações dos *eumbos*. Morais & Correia (1993b) referem que, nas mesmas comunidades, apenas 2,9% dos *eumbos* recorre à tracção de terceiros por empréstimo. Estes indicadores explicam o facto de, nos Gambos, existirem, em média, 12,5% de bois de trabalho na estrutura das manadas. A partir de uma amostragem realizada nos municípios de Bibala, Cahama e Gambos, o GFA (2011) observou que apenas 11% dos *eumbos* não possuía charrua.

existe o hábito de trabalhar com mais pares de bois.¹⁹⁴ Para os agricultores usarem uma junta de seis a oito bois necessitam de um rebanho de, pelo menos, 40 animais. Rebanhos de 20-40 cabeças podem assegurar uma junta de bois menor e, conseqüentemente, com poder de tracção inferior. Infelizmente, a relação entre o poder de tracção animal actual e o tamanho do rebanho está mal documentada em Angola. No entanto, podem ser consideradas como assumpções¹⁹⁵: (i) grupos domésticos possuindo rebanhos com menos de 20 cabeças não utilizam tracção animal própria; (ii) pelo menos 50% dos grupos domésticos com rebanhos de 21 a 40 cabeças utilizam o seu próprio poder de tracção animal; (iii) todos os grupos domésticos com mais de 40 cabeças usam tracção animal própria. Tomando como referência o número de bovinos presentes em cada curral, verifica-se que nas sub-regiões onde a prática do agro-pastoralismo é dominante, a grande maioria dos grupos domésticos tem capacidade de aceder à tracção animal, particularmente nas duas sub-regiões semi-áridas e metade sul da sub-região planáltica. Tal facto também é comprovado pelo elevado número médio de bois de trabalho presentes nas distintas zonas agrícolas conforme dados da MIAA¹⁹⁶. Com pequenas acções pontuais, bem direccionadas, poder-se-á mesmo assegurar o acesso à tracção animal por parte da totalidade dos grupos domésticos.

A duração de trabalho diário é geralmente de 5 a 6 horas para cada junta de bois. O horário comumente seguido vai das 5-6 horas da manhã às 11-12 horas ou um pouco antes. Reduzindo a duração do trabalho pode ser aumentada ligeiramente a intensidade do esforço solicitado, com a condição que este não seja excessivo para os animais. Inversamente, reduzindo a intensidade do esforço requerido poder-se-á prolongar o período de trabalho. Do ponto de vista alimentar, os criadores conferem aos animais de tracção uma atenção especial, colocando-os entre os animais mais valorizados, portanto, melhor alimentados.

Os burros estão presentes na maioria dos *eumbos* das sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul. A sua presença é menos relevante, embora sempre notória, na sub-região planáltica, estando praticamente ausentes na sub-região árida. Os grupos domésticos detentores de burros possuem, na sua maioria, menos de cinco animais. Contrariamente aos bovinos, os asininos são usados sobretudo para o transporte embora, muitas vezes, particularmente na sub-região planáltica, sejam também utilizados na lavoura¹⁹⁷. Tomando-se como assumpções¹⁹⁸ que (i) cerca de 75% dos grupos domésticos com menos de cinco burros os usa na tracção animal, e que (ii) a totalidade dos grupos domésticos com mais de cinco asininos os utiliza na tracção animal, verifica-se que estes animais contribuem de sobremaneira para o transporte e outras actividades de tracção nas sub-regiões atrás referidas.

¹⁹⁴ O poder de tracção da junta depende, entre outros aspectos, do seu peso corporal, nutrição e estado de saúde dos animais, tipo de terreno e condição do solo, profundidade requerida para a lavoura, velocidade de trabalho, treinamento dos animais e perícia do operador da junta. Segundo Coulomb *et al* (1980) o esforço instantâneo máximo atingido em trabalho com um par de bois pesando um total de 700 a 800 kg situa-se, geralmente, de acordo com as condições de terreno, entre 250 kg e 400 kg. Relativamente à força de tracção de cada animal, a relação entre o número de animais associados e a perda de eficiência resultante situa-se em 7,5% no caso de dois animais, 15% para três, 22% para quatro, 30% para cinco e 37% para seis (Coulomb *et al*, 1980).

¹⁹⁵ Com base em: Arntzen, J. 1998. *Economic valuation of communal rangelands Botswana. A case study*. CREED Working Paper No 17.

¹⁹⁶ Vide Anexo G, coluna referente a bois, e Relatório Sectorial de Pecuária, IV Plano de Fomento, Luanda, 1972.

¹⁹⁷ Pode ser admitido que um burro possa fornecer um esforço contínuo de cerca de 1/5 a 1/6 do seu peso, a uma velocidade de 2,5 a 2,8 km/h, com uma duração de trabalho diário de três a três horas e meia. A experiência mostra que é difícil manter um asinino em trabalho mais de três horas e meia ou quatro horas por dia, qualquer que seja o tempo de repouso acordado (Coulomb *et al*, 1980).

¹⁹⁸ Tomando como referência: Arntzen, J. 1998. *Economic valuation of communal rangelands Botswana. A case study*. CREED Working Paper No 17.

De uma forma geral, na região do 'Complexo da Ordenha', os benefícios da tracção animal limitam-se fundamentalmente à lavoura e ao transporte. Raramente as operações agrícolas secundárias, como sementeira, sacha e colheita, beneficiam. Desta forma, não é aproveitado todo o potencial oferecido pela mecanização agrícola para a melhoria da qualidade de vida dos grupos domésticos através da redução da dureza do labor agrícola e da sua contribuição para a sustentabilidade dos meios de vida, acabando os benefícios por ficarem limitados em consequência de um conjunto de diferentes razões. Assim, à parte da redução na carga de trabalho relacionada com a lavoura, a maior extensão de terra cultivada resulta num aumento das necessidades em mão-de-obra para as restantes operações agrícolas, como sementeira, sacha e colheita, necessidades regra geral fora das capacidades em energia humana disponíveis no grupo doméstico. Ora, a disponibilidade em força de trabalho e outros recursos para as operações subsequentes é crucial para o aumento da produção. Por outro lado, com a tendência a favor da lavoura, os homens são os principais beneficiários. Embora uma melhor lavoura reduza as infestantes, a mulher vê este benefício secundarizado pelo facto de, ao serem preparadas superfícies mais extensas, a carga de trabalho associada com a sacha e colheita ficar aumentada, sobrecarregando-a ainda mais. Os maiores benefícios para a mulher advêm do uso do poder de tracção no transporte de determinados produtos, como lenha e água para uso doméstico que, de outra forma, teria ela própria de acarretar. Por outro lado, também existem limitações naturais que os grupos domésticos utilizadores de energia animal são incapazes ou têm relutância em ultrapassar.

5.1.1.5 Gado e sustentabilidade das estratégias de meios de vida

O impacto de determinado choque sobre os meios de vida de um grupo doméstico pode ou não conduzir a situações de insegurança alimentar que condicionam a sobrevivência humana. Para os grupos domésticos pastoralistas é usual ser indicado um valor limiar mínimo de animais necessário para que isso não aconteça. Basicamente, esse valor refere-se ao número de cabeças necessárias para manter um indivíduo/grupo doméstico se esse indivíduo/grupo doméstico depender totalmente do gado para satisfazer todas as suas necessidades básicas. Estas necessidades abarcam elementos tão diversos como alimento (equilibrado em quantidade e qualidade), vestuário, alojamento, cuidados de saúde, educação, pagamento de taxas/impostos, renovação de activos produtivos, etc. Segundo Sandford & Habtu (2000), para uma 'estratégia de meios de vida normal' um grupo doméstico pastoralista necessita de, pelo menos, quatro Unidades de Gado Tropical (UGT)¹⁹⁹ por Equivalente Adulto Masculino Africano (EAMA)²⁰⁰. Na generalidade, e numa economia pastoralista,

¹⁹⁹ Uma Unidade de Gado Tropical (UGT) representa 250 Kg de peso vivo.

²⁰⁰ Um EAMA (Equivalente Adulto Masculino Africano) corresponde a qualquer adulto do sexo masculino com mais de 16 anos de idade. Indivíduos do sexo feminino com mais de 16 anos equivalem a 0,8 EAMA. Crianças de ambos os sexos com idade inferior a 16 anos equivalem a 0,6. Sandford & Habtu (2000) consideram que, nos sistemas pastoralistas, um grupo doméstico com menos de três Unidades de Gado Tropical (UGT) por Equivalente Adulto Masculino Africano (EAMA) é 'vulnerável à fome' e poderá não sobreviver, mesmo a curto prazo. Um grupo doméstico possuindo mais de 3, mas menos de 4 UGT/EAMA apresenta uma 'estratégia de meios de vida vulnerável' sendo capaz de sobreviver apenas a curto prazo. Contudo, para sobreviver a médio prazo poderá necessitar de vender alguns dos seus animais e, a longo prazo, poderá não ser capaz de sobreviver a 'choques'. Para uma 'estratégia de meios de vida normal' são necessárias pelo menos 4 UGT/EAMA. De uma forma global, um grupo doméstico com menos de 5 UGT/EAMA pode ser considerado como pobre, com 5 a 12,99 UGT/EAMA de remediado (médio) e com mais de 13 UGT/EAMA de rico. Estimativas do número de Unidades de Gado Tropical necessárias para que o tamanho de um rebanho seja viável podem apresentar valores diferentes em distintos estudos. No entanto, esses valores têm apresentado a tendência de se reduzir sugerindo que a diversificação e participação crescente no mercado vêm contribuindo para que isso aconteça.

este valor confere ao grupo doméstico um razoável poder de compra²⁰¹. Reportando a dados apresentados pela MIAA (1973), valores obtidos em actividades de DRP e observações do autor, o valor de 5 EAMA por grupo doméstico apresenta-se como uma referência realista para a globalidade da região, embora possam surgir famílias com valores algo superiores e outras com valores mais baixos²⁰². Os exercícios para avaliação da sustentabilidade dos grupos domésticos a seguir descritos tomam como referência este valor. No quadro a seguir são apresentadas, para determinadas áreas das distintas sub-regiões, as percentagens (em intervalos) de grupos domésticos de acordo com a posse de bovinos.

Quadro II 10: Posse de bovinos por grupo doméstico.

Sub-região	Área	Quantidade de animais					
		0 - 10	11 - 20	21 - 50	51 - 100	101 - 150	> 150
Árida	Camucuio	0-3	5-10	(30-50)	20-40	10-20	5-10
	Bibala	0-5	5-20	(35-55)	20-40	10-20	1-5
	Munhino	0-3	5-10	15-25	(40-50)	20-30	5-10
	Virei	0-3	5-10	10-20	20-30	(45-55)	10-20
Semi-árida de transição	Cahama	1-10	10-20	(50-60)	30-40	5-10	1-5
	Gambos	1-5	15-25	(55-65)	20-30	5-10	1-5
Semi-árida do sul - Zona do Baixo Cunene	Mucupe/Humbe	0-3	5-15	25-45	(35-55)	5-10	1-3
	Cafu	0-5	5-20	(40-60)	20-30	1-5	-
Semi-árida do sul - Zona do Cuanhama	Cuamato	5-10	10-20	(35-65)	10-20	-	-
	Namacunde	5-20	(40-50)	20-30	15-25	1-5	-
	Chiede	5-15	20-30	(40-60)	25-35	1-5	-
Planáltica	Cacula	(50-60)	30-40	1-5	-	-	-
	Quipungo	20-30	(30-40)	10-20	-	-	-
	Chibia	10-20	(20-50)	20-30	1-5	-	-

Os intervalos constantes nas células indicam a percentagem aproximada de grupos domésticos possuidores da quantidade de cabeças bovinas constantes no cabeçalho da respectiva coluna. Entre parêntesis é apontado o valor moda. Dados obtidos a partir de informantes-chave, de discussão em grupo focal, por observação e por consulta de dados secundários.

Gado e necessidades em pastagem

Considerando que um EAMA necessita de, pelo menos, 4 UGT para sustentar uma estratégia de meios de vida baseada na criação de gado, na sub-região árida e tomando como referência a necessidade de 10 ha por UGT, um EAMA precisa ter ao seu dispor 40 ha de pastagem natural²⁰³. Estimando-se uma média de 5 EAMA por grupo doméstico, nesta sub-região cada família necessita de um mínimo de 200 ha para manter o gado necessário à sua sobrevivência. Nas sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul e assumindo-se a necessidade de, no mínimo, 5 ha por UGT, cada EAMA carece de 20 ha, o que conduz a 100 ha por grupo doméstico. Com base nestes valores e no tamanho dos rebanhos indicado no quadro anterior, conclui-se que, nestas regiões, os criadores de gado necessitam obrigatoriamente de ter acesso a amplas áreas de pastagem natural comunitária assim como recorrer a ‘pequenas’ ou ‘grandes’ transumâncias, mesmo que nas proximidades do

²⁰¹ Estes valores de referência são úteis pois possibilitam uma visão, mesmo que aproximada, do grau de vulnerabilidade dos grupos domésticos, eficácia das suas estratégias de meios de vida, prioridades a nível de programas de desenvolvimento, áreas prioritárias para intervenção, etc.

²⁰² Segundo GFA (2011), em amostragem realizada nos municípios de Bibala, Gambos e Cahama, 73% dos *eumbos* possuíam 10 ou mais membros, enquanto apenas 5% apresentava quatro ou menos. O número médio de crianças com idade inferior a 5 anos era de 4,9 por *eumbo*, e de jovens entre os 6 e 8 anos de 5,6.

²⁰³ Para mais informação sobre estes valores, vejam-se neste mesmo capítulo, a secção referente à capacidade de carga animal assim como as descrições das distintas sub-regiões e zonas agro-económicas definidas.

curral exista a necessária diversidade ecológica. Assim, a gestão oportunista dos distintos espaços de pastagem natural praticada pelos criadores tradicionais de gado é imprescindível para a manutenção da actual densidade animal na região do 'Complexo da Ordenha'.

Gado e sustentabilidade dos meios de vida

Tomando como referência os valores fornecidos por Sandford & Habtu (2000) e como tamanho médio do grupo doméstico na região o valor de 5 EAMA, cada grupo que tenha no gado a sua principal fonte de rendimento deve dispor de, pelo menos, 20 UGT para poder desenvolver uma estratégia de meios de vida normal, de 25 UGT para ser considerado como remediado (nível médio de riqueza) e de 65 UGT para ser tido como rico. Nesta base, podem ser retiradas as seguintes conclusões para cada uma das sub-regiões:

Sub-região árida – o gado constitui uma actividade de meios de vida sustentável para a grande maioria dos grupos domésticos. Apenas cerca de 5 a 10% das famílias se mostram vulneráveis se seguirem uma economia estritamente pastoralista, devendo necessariamente diversificar as suas fontes de rendimento. Cerca de metade dos grupos domésticos podem ser considerados como ricos. Segundo dados da MIAA (1972)²⁰⁴, nesta sub-região existiriam, no sector tradicional, cerca de 6 a 7 bovinos por habitante, número claramente superior aos limiares de segurança requeridos.

Sub-região semi-árida de transição – a maioria dos grupos domésticos usufrui de suficiente sustentabilidade tomando como base a criação de gado. Contudo, comparativamente à sub-região anterior, um número maior - 10 a 20% - de famílias poderá ter de recorrer a outras fontes de rendimento. De qualquer forma, o número de bovinos por habitante, 5 a 6 de acordo com a MIAA (1972), é manifestamente superior aos valores de sustentabilidade tomados como referência. Entre 30 a 40% dos grupos domésticos podem ser tidos como ricos.

Sub-região semi-árida do sul – o gado confere suficiente sustentabilidade à maioria dos grupos domésticos, embora possa ocorrer uma maior variabilidade entre as distintas zonas agro-económicas. Naquelas integradas na zona do Baixo Cunene, a grande maioria das famílias desfruta de excelente sustentabilidade e não mais de 5-10% podem, eventualmente, ver essa sustentabilidade comprometida. Entre 20 a 40% dos grupos domésticos podem ser considerados como ricos. Dados da MIAA (1972) indicam, para esta zona, 8 a 9 bovinos por habitante, valor que evidencia o papel relevante que o gado assume nos meios de vida das populações locais e a segurança que lhes confere. Na zona do Cuanhama, o número de cabeças por família reduz-se, mas continua a ser significativo, assegurando, por si só, a sustentabilidade de mais de 80% dos grupos domésticos, embora, em certas áreas, como Namacunde, esse número possa decrescer. O número de famílias tidas como ricas é mais reduzido, variando entre 10 a 30%. De qualquer forma, o número de bovinos por habitante, 3 a 4 (MIAA, 1972) confere alguma segurança aos grupos domésticos, desde que não sujeitos a eventos de risco graves. Note-se, contudo, que na zona do Cuanhama as actividades agrícolas e de colecta e, em algumas zonas agro-económicas, também de comércio, assumem papel importante nos meios de vida das comunidades.

Sub-região planáltica – nas zonas agro-económicas situadas na metade norte da sub-região o boi assume papel de menor relevo nas estratégias de meios de vida, desempenhando, contudo, função importante como animal de trabalho e fornecedor de estrume, pelo que a maioria dos grupos domésticos procura possuir fundamentalmente o número de animais necessário para o apoio às suas actividades agrícolas. Assim, a comercialização de gado bovino é substancialmente mais reduzida,

²⁰⁴ Embora estes dados se revelem um tanto ou quanto distantes no tempo, actividades de DRP realizadas e pequenos levantamentos levados a cabo, mesmo que circunscritos, têm mostrado que não se encontram muito longe da verdade. Desde os inquéritos da MIAA que não são realizadas outras actividades idênticas.

arrogando as culturas agrícolas e outras fontes de rendimento maior peso na economia familiar. Já na metade sul, mais de 50% das famílias têm, no boi, um activo que lhes confere adequada sustentabilidade de meios de vida. Tomando apenas como referência o gado, as famílias consideradas como ricas são em número muito reduzido. Com base em dados da MIAA (1972), o número de cabeças bovinas por habitante vai de 2 a 4.

Gado e comercialização

Tendo em conta a estrutura das manadas e a grande demanda de bovinos para a tracção animal e para propósitos sociais e outros usos menos directamente relacionados com a produção, pode-se considerar que sejam necessários rebanhos de, pelo menos, 20-30 cabeças para que os criadores sejam capazes de se engajarem efectivamente na comercialização regular de gado²⁰⁵. Com base neste pressuposto, verifica-se que na sub-região árida mais de 90% dos grupos domésticos o podem fazer, enquanto nas sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul essa percentagem é, na generalidade, de 70 a 90%. Na sub-região planáltica, exceptuando a zona agro-económica 2 (Chibia), onde a comercialização de gado é intensa, o engajamento dos grupos domésticos na comercialização de bovinos é substancialmente inferior, particularmente na metade norte da sub-região. Entretanto, o engajamento efectivo na comercialização de gado bovino por parte de grupos domésticos envolvidos na prática do *okupakessa* como ‘hospedeiros’ pode estar, em parte, comprometido pelo facto das cabeças recebidas apenas poderem ser comercializadas pelos seus proprietários *de jure*. Contudo, usufruindo do leite e estrume por elas produzidos, estão mais à vontade para a eventual comercialização de animais que lhes sejam próprios. Recorde-se que outros aspectos se podem reflectir igualmente na comercialização de bovinos, tais como aqueles relacionados com questões culturais e sociais e a necessidade de adopção de estratégias de gestão *ex ante* de riscos.

Gado e vulnerabilidade dos grupos domésticos à seca

Os grupos domésticos na região apresentam, na generalidade, boa capacidade para enfrentar eventos de risco graves. Estima-se que um grupo doméstico puramente pastoralista em região árida necessita de, pelo menos, 50 UGT para sobreviver através dos ciclos de seca e de 30 UGT em áreas semi-áridas (Niamir-Fuller & Turner, 1999). Assim, no que respeita à capacidade de enfrentamento de eventos de risco graves, com componentes co-variantes, como uma situação de seca, verifica-se que na sub-região árida são os grupos domésticos da zona agro-económica 5 (Bibala) que apresentam maior vulnerabilidade (cerca de metade dos grupos podem ser considerados como vulneráveis). Nas restantes zonas agro-económicas a maioria (cerca de 80%) possui um efectivo suficiente para resistir a esses eventos de risco. Nas duas sub-regiões semi-áridas, embora com uma variação acentuada entre zonas agro-económicas, também a maior parte dos grupos domésticos tem capacidade de sobreviver através dos ciclos de seca. Contudo, os grupos domésticos que tenham no seu curral bovinos recebidos através da prática do *okupakessa* poderão ver a sua vulnerabilidade aumentada caso os proprietários *de jure* desses animais se vejam na contingência de os ter de recuperar, no âmbito, nomeadamente, das suas estratégias de gestão *ex-post* de eventos de risco.

Gado e segurança alimentar dos grupos domésticos

Considerando-se como necessidade energética média diária por indivíduo o valor de 2100 kcal (Devereux, 2006)²⁰⁶ e que a energia bruta disponível metabolicamente no leite de vaca seja de 670-

²⁰⁵ Este mesmo valor foi calculado para os criadores tradicionais de gado no Zimbabwe. Consulte-se: *Evaluation of benefits and costs of foot and mouth disease (FMD) control in southern Africa: the case of Zimbabwe*. Chapter 3, p. 57. ILRI (International Livestock Research Institute).

²⁰⁶ Para mais informação sobre as necessidades energéticas diárias humanas consulte-se Lusty & Diskett (1984).

720 kcal/kg (O'Connor, 1994) conclui-se que, *grosso modo*, 3 litros de leite são suficientes para cobrir as necessidades calóricas diárias mínimas de um Equivalente Adulto Masculino Africano (EAMA). Para um grupo doméstico com 5 EAMA são assim necessários 15 litros de leite²⁰⁷. Adoptando como referência um rebanho de 50 cabeças, das quais cerca de 40% são vacas (20 unidades) e que em qualquer momento do ano metade delas (10 unidades) esteja em lactação, conclui-se que: (i) no decurso da estação das chuvas, e assumindo um *offtake* de 1,5 l/dia por vaca, a totalidade das necessidades calóricas do grupo doméstico podem ser satisfeitas apenas com leite; (ii) no período de transição para a estação seca, adoptando um *offtake* de 1 l/vaca/dia, 66% (cerca de 2/3) das calorias necessárias ficam cobertas; (iii) no período seco do ano, com um *offtake* de 0,5 l/vaca/dia, apenas cerca de 1/3 (33%) das necessidades calóricas do grupo doméstico são satisfeitas com base no leite; (iv) o período seco e quente, de cerca de um a dois meses, que antecede as chuvas, constitui o momento crítico do ano no que respeita ao abastecimento do grupo doméstico em leite. Nesta altura, tanto o número de vacas mungidas como o leite extraído reduzem-se substancialmente sendo este, muitas vezes, apenas suficiente para as crianças. No sentido de satisfazer as necessidades energéticas totais do grupo doméstico nos períodos de carência, o criador teria de ter mais vacas em lactação. Para o período de transição entre a estação das chuvas e a estação seca seriam necessárias mais 5 vacas, o que pressupõe a existência de um rebanho de cerca de 75 cabeças, enquanto no período seco quente do ano necessitaria de ter 30 vacas em lactação, o que subentende um efectivo de 150 bovinos, situação que raramente acontece.

Ressalte-se que, embora o leite possa satisfazer grande parte das necessidades calóricas dos grupos domésticos durante parte significativa do ano, estes não dispensam os cereais, mantendo ao longo dos meses aproximadamente o mesmo prato base (mistura de *pirão* com leite azedo). Embora na estação das chuvas a participação do leite na dieta alimentar familiar seja maior, este produto complementa sempre outros integrantes dessa dieta. Assim, na estação pluviosa, os grupos domésticos dispondo do necessário número de animais para cobrir as suas necessidades calóricas regra geral não tiram todo o rendimento das vacas em lactação, passando desta forma os vitelos a usufruir de maiores quantidades de leite. Assumindo-se uma ingestão média diária de 1 litro de leite por EAMA ao longo do ano, verifica-se que este produto satisfaz aproximadamente 30-35% (cerca de um terço) das calorias necessárias anualmente pelo grupo doméstico, sendo as restantes obtidas de outros produtos alimentares. Supondo que sejam obtidas a partir de cereais e admitindo que 1 kg de cereal (massango, massambala ou milho) equivale, *grosso modo*, a cerca de 3500 kcal (Lusty & Diskett, 1984), para completar os restantes dois terços de calorias necessárias, o grupo doméstico precisa de 2 kg de cereais diariamente, ou seja, um total de 730 kg ao ano. Embora a relação de troca entre gado e cereais seja variável ao longo do ano, pode-se assumir que, numa situação favorável para o criador de gado, essa relação seja de 1:2 (1 kg de peso vivo de bovino para 2 kg de cereal)²⁰⁸, equivalente a cerca de 10 sacos (50 kg) de cereal para um boi. Nesta situação, a venda/permuta de dois bovinos será suficiente para complementar as calorias em falta. Entretanto, se o criador não se precaver adquirindo em momento oportuno os cereais de que virá a necessitar, corre o risco de ter de entrar no mercado num momento que lhe é desfavorável (cereais a preço mais alto e gado a preço inferior ao habitual, para além do possível mau estado de nutrição dos animais e, consequentemente, o seu menor valor comercial).

Partindo-se do princípio de que um grupo doméstico com um efectivo bovino de 50 cabeças usufrui da necessária quantidade de leite e do número de animais suficiente para venda/permuta de forma a

²⁰⁷ O presente exercício toma apenas como exemplo o leite. Para a generalidade das populações da região do 'Complexo da Ordenha', a principal fonte energética é constituída pelos cereais, para além de usufruírem de uma dieta alimentar bastante diversificada.

²⁰⁸ Muitas vezes é superior, podendo ser de 1:3 ou mesmo mais. Em Dezembro de 2011, de acordo com dados obtidos nos mercados de Cacula e Chibia, era de 1:6 relativamente aos cereais (milho, massango ou massambala) em grão e de 1:3 em relação à farinha de milho (fuba).

obter os cereais de que precisa para complementar a sua dieta calórica, com base no quadro anterior, pode-se concluir o seguinte: (i) na generalidade da sub-região árida 60 – 80% das famílias têm essa capacidade; (ii) na zona agro-económica 5 (Bibala) essa percentagem é ligeiramente inferior (50 – 60%), mas nesta zona as fontes de rendimento são mais diversificadas; (iii) na sub-região semi-árida de transição também cerca de 50 a 60% dos grupos domésticos têm essa capacidade, o mesmo acontecendo na sub-região semi-árida do sul, zona do Baixo Cunene. Na zona do Cuanhama essa proporção diminui para 40 a 50%, consequência das suas características muito próprias e menor dimensão dos rebanhos. Contudo, aqui a diversificação de fontes de rendimento é mais ampla, assumindo as culturas agrícolas e os produtos de colecta grande importância; (iv) na sub-região planáltica, apenas na zona agro-económica 2 (Chibia) o gado pode assegurar a sustentabilidade de cerca de 20 a 30% dos grupos domésticos. Nas restantes zonas, em particular da metade norte da sub-região, as famílias socorrem-se de outras estratégias, especialmente no âmbito da agricultura, da colecta e do pequeno comércio, mas mantendo sempre o activo gado no centro das suas atenções.

Considerando que os cereais necessários para complementar aqueles produzidos pelo grupo doméstico são adquiridos fundamentalmente com base na venda/permuta de gado, verifica-se que apenas cerca de 10% dos grupos domésticos na sub-região árida terão, eventualmente, de optar por outros meios, que não o gado, para obterem esses cereais, enquanto nas sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul essa percentagem pode subir a 30% situando-se, contudo, regra geral, entre os 10 e 20%. Estes grupos domésticos, mais pobres, utilizam para o efeito um conjunto amplo de estratégias: trabalho para terceiros, venda de peixe e de produtos de colecta, fabrico e venda de bebidas tradicionais, venda de carvão e lenha, migração temporária, etc., para além de também poderem receber apoio de outros grupos em melhor situação económica²⁰⁹. Porém, na metade norte da sub-região planáltica a situação é distinta, já que os grupos domésticos se apoiam muito mais na agricultura, não servindo o gado, na generalidade dos casos, como activo para a aquisição de cereais, preferindo as famílias em situação de carência lançarem mão de outras estratégias. Entretanto, e assumindo o facto de, pela prática do *okupakessa*, o gado estar vinculado ao curral do grupo doméstico hospedeiro e não à exploração agrícola do seu proprietário *de jure*, pode acontecer que determinados grupos domésticos mesmo apresentando o efectivo bovino requerido, vejam restringida a sua capacidade de comercialização devendo, portanto, socorrerem-se de outras fontes de rendimento para obtenção dos cereais necessários.

A aquisição dos cereais requeridos processa-se com maior ou menor intensidade ao longo das distintas épocas do ano, ajustando os criadores de gado a sua dieta alimentar e padrões de troca de acordo com a produção do seu efectivo pecuário, procurando retirar o maior rendimento possível do leite na estação das chuvas, altura em que a sua produção é maior e a disponibilidade de cereais menor, sendo estes geralmente comercializados a preços mais altos. Depois das colheitas, enquanto a quantidade de cereais disponível nos mercados aumenta e o seu preço baixa, a produção de leite decresce. Nesta altura, os grupos domésticos utilizam para consumo sobretudo a sua própria produção cerealífera. Uma vez esta esgotada, entram no mercado para adquirirem os cereais de que precisam, fazendo-o principalmente através da venda/permuta de cabeças de gado. Nos maus anos agrícolas, o défice de produtos alimentares generaliza-se sendo então a procura de cereais maior e, consequentemente, o seu preço mais alto.

Estes exercícios, onde os valores de referência adoptados foram os mais contidos, demonstram a sustentabilidade que o gado confere às estratégias de meios de vida dos grupos domésticos na região do 'Complexo da Ordenha' e o seu papel chave na redução da vulnerabilidade dos mesmos, para além de testemunharem a eficiência dos sistemas tradicionais de produção no aproveitamento dos recursos naturais da região. Atende-se que, mesmo sujeito a um leque de constrangimentos que

²⁰⁹ Para mais informação sobre estas estratégias consulte-se capítulo II, secções 5.1 - actividades baseadas em recursos naturais e 5.2 - actividades não baseadas em recursos naturais.

influenciam negativamente a sua produtividade, o gado, por si só, permite a sustentabilidade dos meios de vida da grande maioria dos grupos domésticos nas sub-regiões árida e semi-áridas do Sudoeste de Angola. Na generalidade da sub-região planáltica a pecuária continua a ser nuclear, mas complementada com outras estratégias de meios de vida, particularmente no âmbito da agricultura, ocorrendo uma interacção muito estreita entre gado e culturas agrícolas. Note-se que esta análise se restringiu ao gado bovino, não havendo sido nela integradas outras espécies pecuárias de considerável importância para as comunidades e vastamente disseminadas na região, como sejam caprinos, ovinos, suínos e aves, todas amplamente utilizadas pelos grupos domésticos nas suas estratégias de meios de vida. Embora o boi seja o principal activo financeiro, estas espécies assumem preponderância nas relações comerciais de rotina.

5.1.2 Culturas agrícolas

As principais culturas agrícolas (massango, massambala, milho, amendoim, feijão macunde, batata-doce e diversas corcubitáceas - abóboras, melancia e cabaças), têm lugar sobretudo nos terrenos privados dos grupos domésticos, anexos às respectivas unidades residenciais, ou em parcelas de terreno adstritas ao grupo doméstico e destinadas especificamente ao cultivo agrícola. Os produtos obtidos destinam-se, basicamente, à alimentação dos membros do grupo doméstico e ao fabrico de bebidas tradicionais, podendo, casualmente, serem comercializados eventuais excedentes²¹⁰.



Figura II 15: *Ongandas*, terrenos agrícolas e áreas de pastagem comunitária em zona habitada por *Herero* na sub-região árida.

Na sub-região árida as populações fazem uso de terrenos situados junto a linhas de água de escoamento esporádico para aí realizarem as suas culturas agrícolas. Cada *onganda* pode possuir uma ou mais parcelas adstritas que procura limitar e proteger da invasão por animais cercado-as com paus e ramos de espinheiras.

²¹⁰ Para mais informação, veja-se capítulo I, 3.7.2.3.1 Consumo de produtos agrícolas.

Trabalho agrícola

Na generalidade, o pico das necessidades em força de trabalho acontece no início do período das chuvas. Nas sub-regiões dominadas pelo agro-pastoralismo, os campos para as culturas agrícolas começam a ser preparados ainda antes do começo das chuvas, em Outubro-Novembro, com o amontoamento e queima dos resíduos da exploração agrícola que não tenham sido consumidos pelo gado. Logo que as chuvas pareçam estar regularizadas (Novembro-Dezembro) são feitas a lavoura e a sementeira. Contudo, na região sul da província da Huíla e na província do Cunene (sub-região semi-árida de transição e sub-região semi-árida do sul) a opinião geral é de que, em consequência da irregularidade das chuvas, actualmente a época das culturas acaba usualmente por se iniciar apenas em Dezembro-Janeiro.

No trabalho agrícola não existe uma diferenciação muito acentuada entre os sexos. Tradicionalmente, competem ao homem os trabalhos mais pesados, mormente as desbravas, quando estas são necessárias. O ciclo de preparação da terra para o cultivo, quando não se trata de lavoura nova que exija a derruba (tarefa cumprida pelo homem), inicia-se com o trabalho de limpeza da parcela e o ajuntamento do restolho não aproveitado pelo gado (*oku-kola*), operação feita pela mulher, o qual depois é reduzido a cinzas. Com a chegada das primeiras chuvas inicia-se a lavoura (*oku-lima*). Nos terrenos mais leves, esta tarefa pode começar ainda antes do aparecimento das chuvas. Se feita com enxada, é executada basicamente pela mulher; se feita com charrua, a participação do homem é substancial. Neste caso, o homem dirige a charrua, uma criança orienta a junta de bois e a mulher, eventualmente ajudada por raparigas e rapazes, atrás lança as sementes e tapa o cavacho. Na necessidade de abertura de valas, esta tarefa compete ao homem²¹¹. Nas famílias poligínicas cada mulher trata da sua lavoura e todas, alternadamente, da lavoura do marido²¹². A sacha, para combate às ervas daninhas, também está entregue à mulher contando esta, geralmente, com a ajuda de vizinhas. As sachas são feitas por mulheres e raparigas. Colheita e debulha dos cereais são também levadas a cabo por mulheres e raparigas, havendo a colaboração do homem no que se refere aos seus campos pessoais. A preparação das ferramentas agrícolas compete ao homem, mormente a preparação de cabos de enxada, do material relacionado com a tracção animal, etc. Os membros jovens do grupo doméstico auxiliam homens e mulheres nas suas tarefas.

É frequente a entreajuda entre grupos domésticos aquando das sachas e colheitas, actividade conhecida por *ondjuluka* (entre os *Ambós*: *ondjabi*, no caso de pequenos trabalhos, *oshikungugu*, para os grandes trabalhos). Membros de diferentes grupos domésticos, homens e mulheres, rapazes e raparigas, reúnem-se para o efeito nos campos do *eumbo* que marcou a actividade, cabendo ao beneficiado servir, no final da jornada de trabalho, bebida tradicional (*omakao*) e, por vezes, também comida. Esta prática, que se vai alternando nos vários *eumbos* no decurso da estação agrícola, para além do objectivo 'trabalho', assume um carácter de solidariedade social generalizada. O trabalho assalariado não é usualmente praticado, embora os grupos domésticos mais ricos ocasionalmente o possam fazer, contratando trabalhadores (regra geral membros de grupos domésticos pobres) para executarem tarefas nos seus campos agrícolas, pagos conforme o acordado entre as duas partes, prática que se vem tornando cada vez mais frequente.

Na altura da pré-colheita, a guarda das culturas agrícolas contra a acção nefasta dos pássaros compete essencialmente às crianças (de ambos os sexos)²¹³ que sobem a morros de salalé (térmitas)

²¹¹ Nomeadamente no caso das *onaka*, no norte da Huíla, região já incluída no Planalto Central.

²¹² Entre os *Ambó*, denominam a esta alternância *ositemo somweneumbo* (as enxadadas em proveito do dono da casa) e *ositemo sovalikadi* (as enxadadas em proveito das mulheres) (Estermann, 1960).

²¹³ O trabalho requerido para afugentar as aves na altura da formação do grão ultrapassa, muitas vezes, a capacidade em força de trabalho dos grupos domésticos. Esta tarefa compete essencialmente às crianças e adolescentes, que frequentemente se vêm obrigados a faltar à escola para a cumprirem.

ou pequenas árvores para daí terem uma melhor visão geral do campo. Por vezes, são mesmo construídos estrados rústicos elevados onde as crianças se posicionam. Aquando da aproximação de pássaros lançam gritos agudos e batem em objectos que produzam grande ruído, percorrendo também o campo em todos os sentidos, berrando e chocalhando, para afastarem os bandos de aves. Estão mais sujeitos à voracidade das aves os campos de massango e massambala no momento da sua maturação. A acção de enxotar os pássaros toma o nome de *oku-vinga* em *Nhaneca e Ambó* e a ocupação que daí resulta de *oku-kalela* (*oku-kelela*).

Trabalho agrícola na sub-região semi-árida do sul

Na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, a lavoura do solo inicia-se logo que este tenha condições de ser removido após as primeiras chuvadas ou, no caso dos solos mais arenosos, ainda antes das chuvas se haverem iniciado. Neste último caso, podem ser logo semeados após as primeiras boas chuvadas. A maioria dos campos é preparada com tracção animal. Entretanto, alguns grupos domésticos, mais pobres, fazem a lavoura à mão. Neste caso, cada hectare consome cerca de 13 dias de trabalho de um adulto ou seja, necessita de uma força de trabalho de 13 adultos para ser preparado em um dia. Comparativamente, um hectare pode ser preparado em quatro dias utilizando charrua, sendo esta a prática normalmente utilizada na sub-região. A sementeira de um hectare de massango (*omahango*)²¹⁴ ou massambala (*oiliavala*) consome, em média, oito dias de trabalho de um membro adulto activo. A sacha exige trabalho mais intenso, consumindo um hectare cerca de 27 dias de trabalho de um adulto. As colheitas são realizadas entre Maio e Julho, tão rapidamente quanto possível para reduzir as perdas ocasionadas pelos ataques de bandos de aves. Um membro adulto necessita de cerca de sete dias para colher um hectare de massango/massambala. A debulha (*okupwa*) das espigas secas inicia-se alguns dias depois da colheita numa eira (*oshipale*) preparada para o efeito. Na totalidade, são necessários cerca de 55 dias de trabalho manual por membro adulto activo e por hectare desde a preparação da terra à colheita.

Quadro II 11: Calendário da cultura de cereais (massango e massambala) na sub-região semi-árida do sul.

Debulha													
Colheita													
Sacha													
Estrumação, lavoura, sementeira													
Mês	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	

Períodos de trabalho menos intenso

Períodos de trabalho intenso

A partir de dados recolhidos em diversos *eumbos* da sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama.

Armazenagem de produtos agrícolas

A maioria dos grupos domésticos armazena os excedentes de cereais para fazerem face aos riscos que correm devido à imprevisibilidade das chuvas. Compete à mulher armazenar em condições que permitam uma boa conservação os produtos agrícolas destinados ao consumo do grupo doméstico assim como aqueles destinados à venda/permuta. Tanto homens como mulheres preparam os necessários celeiros para armazenagem de cereais.

²¹⁴ O massango é o cereal mais cultivado na sub-região pela generalidade dos grupos domésticos.

5.1.2.1 Gado e produção agrícola

Pecuária e agricultura possuem padrões diferentes de utilização de recursos (particularmente no que se refere ao trabalho e fluxo de caixa) que implicam complementaridades e potencial poupança, permitindo uma utilização mais eficiente dos mesmos pelo grupo doméstico, para além dos rendimentos se tornarem mais regulares ao longo do ano. No Sudoeste de Angola, são evidentes os vínculos existentes entre criação de gado e produção agrícola, podendo ser enumerados os seguintes: (i) a nível alimentar: os grupos domésticos consomem leite e carne, derivados dos animais, e cereais e outros produtos agrícolas; os produtos animais são frequentemente usados na aquisição de cereais; (ii) a nível de investimentos: rendimentos obtidos com a venda de produtos agrícolas são usados na aquisição de animais, ao passo que os animais podem ser vendidos para financiar a compra de inputs agrícolas; (iii) a nível da fertilização dos solos: o estrume obtido é utilizado na fertilização das parcelas agrícolas e hortas; (iv) a nível de força de tracção: a tracção animal é usada na preparação das terras e em outras operações agrícolas, assim como no transporte de inputs e outputs agrícolas; (v) a nível da produção de forragem: restolhos e resíduos resultantes do processamento dos cereais são usados na alimentação animal, enquanto campos em pousio servem de áreas de pastagem; (vi) a nível de actividade laboral: força de trabalho dos grupos domésticos é usada tanto nas tarefas inerentes à criação de gado como à produção agrícola podendo, também, por vezes, ser utilizada força de trabalho externa. O diagrama a seguir representa estes vínculos.

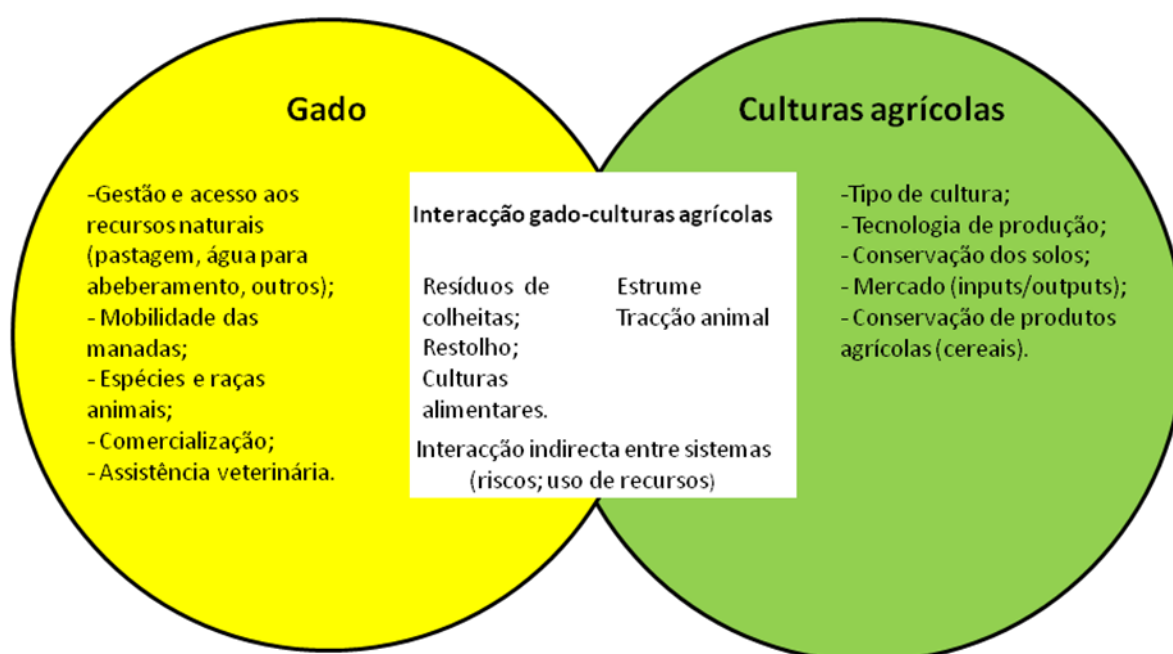


Figura II 16: Diagrama da interacção entre gado e culturas agrícolas na região do 'Complexo da Ordenha'.

Estrumação

A prática da fertilização do solo com estrume está amplamente disseminada pela região do 'Complexo da Ordenha', nomeadamente como uma fonte de nutrientes para solos pouco férteis²¹⁵.

²¹⁵ Uma melhor fertilidade do solo aumenta a produtividade das culturas e a eficiência na utilização da água, já que melhora o aproveitamento de nutrientes por parte da planta relativamente à quantidade de água presente e reduz a vulnerabilidade à seca, para além de aumentar a capacidade de sobrevivência das plantas e a sua produção. Entre os constrangimentos enumerados e relacionados com a recolha e aplicação de estrume citam-

O tipo, qualidade e quantidade de estrume disponível depende do gado presente na exploração e do seu nível de integração no sistema de produção. Os criadores de gado pastoreiam-no em áreas de pastagem natural de utilização comunitária, recolhendo-o pelo final da tarde em currais localizados junto ao núcleo habitacional. Desta forma, estas áreas comunitárias são fertilizadas regularmente. As mudanças do curral ao longo do tempo no espaço agricultável pertencente ao *eumbo* (entre os *Ambós* esse espaço enquadra-se na área limitada pelo cercado exterior do *eumbo*, o *ongubo*) favorecem a fertilização dos solos destinados às culturas agrícolas. Embora esta prática de estrumação directa das parcelas com base na rotatividade do curral não seja seguida por todos os criadores, é profusamente praticada na região²¹⁶. Ainda que raro, certos grupos domésticos podem mesmo recolher algum do estrume depositado nas áreas de pastagem para o aplicar directamente nas parcelas agrícolas. Por outro lado, depois das colheitas, o gado pastoreia por toda a área antes agricultada beneficiando-a assim com estrume. Cinzas e detritos orgânicos resultantes das diversas actividades realizadas a nível do *eumbo* também são espalhados pelas parcelas agrícolas. Embora os currais possam integrar animais de diferentes proprietários, o facto de terem a ver com as unidades de residência onde se localizam e não com os verdadeiros proprietários dos animais, faz com que o estrume produzido beneficie o grupo doméstico a que pertence o *eumbo* onde se localiza o curral.

Sobretudo na metade norte da sub-região planáltica, para além de estrumes, cinzas e detritos orgânicos provenientes da limpeza do espaço residencial, o agricultor pode-se socorrer também de adubos químicos desde que existam no mercado e estejam ao seu alcance²¹⁷. Nesta sub-região, o estrume é muito usado para a cultura do milho no *otchumbu* (horta familiar), para as culturas hortícolas e também para a cultura da batata, sendo habitual o estrume acumulado nos currais ser posteriormente espalhado pelas parcelas de cultura, sobretudo no decurso da estação seca, tarefa também executada por mulheres e raparigas fazendo uso de *kimbalas*²¹⁸, bacias, baldes e latas de tamanho conveniente, etc.

5.1.3 Caça e pesca

Caça. Actividade que compete ao homem, possui pouca expressão na região, restringindo-se essencialmente a pequenos animais e sendo regra geral realizada individualmente. Não é feita como uma actividade específica, mas sim de forma ocasional durante o período de pastoreio. Eventualmente, poderá ser vendida alguma peça de caça com o propósito de obtenção de valores monetários. A carne também pode ser seca e posteriormente consumida ou comercializada.

Pesca. Essencialmente fluvial-lacustre, restringe-se às áreas com condições para tal. É registada particularmente nas comunidades situadas na proximidade de rios ou *mulolas* em ligação com algum sistema fluvial, sendo praticada principalmente por crianças e jovens na pesca à linha ou com armadilhas, ou também pelas mulheres (às quais se podem juntar os homens) recorrendo a redes e

se os seguintes (dados obtidos na sub-região planáltica e sub-região semi-árida do sul, com base na opinião de agro-pastoralistas):

- o estrume é um recurso disperso;
- a quantidade de animais possuídos é, geralmente, insuficiente face às necessidades em estrume;
- o estrume depositado nas terras de pastagem perde-se para a agricultura;
- a estrumação pode implicar muito trabalho e custos de transporte, dependendo da distância entre curral e parcela agrícola;
- a aplicação de estrume facilita o surgimento de ervas daninhas exigindo uma sacha mais intensiva e exigente em trabalho.

²¹⁶ Nos Gambos (sub-região semi-árida de transição), a superfície média fertilizada anualmente por *eumbo* com a rotação do curral é de cerca de 1,5 hectares (Morais & Correia, 1993b; Morais, 2007b).

²¹⁷ A utilização de fertilizantes químicos é muito variável entre as distintas zonas agro-económicas, dependendo a sua comercialização de fornecimentos externos.

²¹⁸ Recipientes fabricados artesanalmente usados pelas mulheres para colocarem cereais e outros produtos.

armadilhas nos locais de águas paradas e pouco profundas, no final da época chuvosa, podendo ser capturadas diversas espécies de peixe. Com redes e armadilhas²¹⁹, entre Junho e Novembro, quando as colecções de água se tornam mais circunscritas, são possíveis capturas rondando a centena (ou mesmo um mais) de peixes. A pesca com anzol proporciona capturas bastante inferiores. Entre os *Ambó*, em particular na zona do Cuanhama, rica em *chanas*, a apanha do bagre (*Clarias capensis*) é praticada por homens ou mulheres, assim como por rapazes ou raparigas, variando os procedimentos de captura com o nível das águas e características das terras inundadas²²⁰. De uma forma geral, são os grupos domésticos mais pobres que praticam a pesca com maior intensidade. Os mais ricos pescam geralmente menores quantidades.

O peixe pode ser seco ou fumado e armazenado durante algum tempo antes de ser consumido. Muitas vezes é vendido/permutado, em particular pelos grupos domésticos mais pobres. Em todos os casos, e dependendo das quantidades pescadas e das necessidades do grupo doméstico, o peixe capturado pode ser consumido pelo grupo, vendido/permutado para a aquisição de cereais ou satisfação de pequenas necessidades, ou enviado como oferta a parentes ou amigos. Se capturada uma quantidade importante de peixe, particularmente no caso dos grupos domésticos mais pobres, grande parte desse peixe pode ser vendido ou permutado.

Apanha de anfíbios. Entre os *Ambó*, e também a nível das *chanas*, aquando dos primeiros alagamentos originados pelas chuvas, são apanhadas as grandes rãs²²¹ *Pyxicephalus aspersus* (classe Amphibia, ordem Anura) para consumo familiar depois de devidamente preparadas. A apanha é executada principalmente por homens e rapazes, eventualmente auxiliados por mulheres.

5.1.4 Actividades de colecta

A vegetação desempenha papel crucial nas estratégias de meios de vida dos grupos domésticos na região. Plantas e frutos silvestres são importantes para a alimentação, particularmente em anos agrícolas menos bons, e para o fabrico de bebidas, para além de também poderem ser vendidos.

Produtos vegetais. A apanha de frutos, raízes e outros produtos naturais de espécies espontâneas, actividade que envolve essencialmente mulheres, raparigas e rapazes assim como crianças, é praticada habitualmente em toda a região, embora com maior expressão na sub-região semi-árida do sul onde, a nível de *eumbos* existem mesmo, a par dos celeiros para o armazenamento de cereais, celeiros específicos para o seu armazenamento. Muitas vezes, os frutos são consumidos directamente na altura da apanha, mas podem ser recolhidos em grandes quantidades e levados para a unidade residencial (*eumbo/onganda*) para consumo dos restantes membros ou para conservação e posterior utilização ao longo do ano. Nos campos agrícolas existem geralmente espécies frutíferas que aí são deixadas aquando da instalação da unidade residencial ou surgidas por acção antropogénica.

A partir do processamento de frutos de *Ximenia* spp., uma arbórea abundante na zona de 'serra-abaixo' e junto a alguns rios e *mulolas*, as mulheres, particularmente as *Cuvalé*, obtêm um óleo para uso cosmético e ritual, denominado vulgarmente de *mupeke*, usado por mulheres e raparigas na região, mas também com muita procura comercial. A sua comercialização pode assumir grande

²¹⁹ Cestos de formato cónico, alongados, designados de *nassa* ou *ossongo*. Possuem uma abertura (*ossivelo*) através da qual o peixe capturado pode ser apanhado com a mão não havendo necessidade de retirar a armadilha da água.

²²⁰ Estermann (1960) descreve, em pormenor, a grande pesca, realizada em grupo, que decorre nos pegos do rio Cuvelai.

²²¹ *Efuma*, em língua cuanhama, *efima* em nhaneca.

importância na actividade das mulheres *Cuvalé*, que o vão vender nas cidades do Lubango e Namibe, por vezes mesmo em outros centros urbanos do País.

Cogumelos. A colheita é feita no decurso da estação chuvosa sobretudo na metade norte da sub-região planáltica. Para além de servirem de alimento, são extensivamente comercializados em estado fresco ou depois de secos.

Artrópodes. A apanha de artrópodes, sobretudo na fase de larva, constitui uma actividade de recollecção importante, cujo produto para além de servir para consumo do próprio grupo doméstico, também pode ser comercializado. Recollecção e preparação das larvas cabem essencialmente às mulheres e crianças, podendo serem dispendidos vários dias nessas actividades.

Nas comunidades que habitam em áreas com formações de *mutiati* (*Colophospermum mopane*) é vulgar a apanha do *mahungu*, larva de um lepidóptero (*Gonimbrasia belina*, família Saturniidae) que se alimenta das folhas da referida planta. Depois de convenientemente secas, estas larvas, com alto teor proteico, podem ser armazenadas durante vários meses. Para além de servir de alimento ao grupo doméstico, este produto é também comercializado, nomeadamente nos principais centros urbanos da região – Lubango, Ondjiva e Namibe – por grupos de mulheres que, regra geral, aí também vão vender óleo de *mupeke* e outros produtos.

Produtos apícolas. Compete ao homem a recolha de mel, fazendo-o, no entanto, em quantidades geralmente pouco significativas. Contudo, na generalidade das zonas agro-económicas do norte da sub-região planáltica este produto para além de ser bastante consumido, é também comercializado.

5.1.5 Transformação de produtos

O processamento do leite está sob responsabilidade da mulher, podendo, no entanto, ser realizado por outro membro do grupo doméstico em situações de indisponibilidade daquela, o mesmo se passando com a sua eventual comercialização.

A moagem de cereais é uma actividade essencialmente executada pela mulher, muitas vezes fazendo uso de utensílios rudimentares e pouco eficientes, sendo muito exigente em tempo e mão-de-obra²²². Na época de trabalho no campo, a mulher pode intercalar a moagem de cereais com as pausas do trabalho agrícola. O produto obtido é consumido no seio do grupo doméstico ou, em caso de excedentes, vendido no mercado. Esta actividade de moagem, quando feita em grupo, sobre grandes lajes de pedra, assume também funções sociais que excedem os objectivos imediatos da tarefa. Em alguns locais, particularmente junto a vilas, já existem moageiras, direccionadas fundamentalmente para a moagem do milho.

No âmbito das bebidas tradicionais, as mulheres fabricam diversos destilados (*kanyume*) a partir de frutos locais como, por exemplo, *Sclerocarya* spp. (*mungongo*), de *Cordia* spp. (*mukoio*) e de *Grevia flavescent* (*mupapo*), utilizando alambiques rudimentares. Trata-se de um trabalho feminino relacionado com a recollecção. As despesas de investimento requeridas são aquelas relacionadas com a construção do alambique e necessários recipientes para o armazenamento da bebida. Outras bebidas são feitas à base de cereais. Com os valores provenientes da sua venda, as mulheres podem mesmo adquirir gado, inicialmente pequenos ruminantes, que depois de acabados de criar são

²²² Nas comunidades agro-pastoris dos Gambos a moagem dos cereais é levada a cabo diariamente, antes da confecção da refeição (Morais & Correia, 1993a). No caso do milho, pode ser feita por esmagamento na pedra (*emanha*) com a ajuda de outra pedra arredondada (*onkunku*); para os restantes cereais é executada por trituração no pilão (*otchine*).

vendidos ou trocados por garrotes. Estes, depois de bois adultos, podem ser trocados por novilhas, e assim por diante²²³.

5.1.6 Artesanato

A indústria da olaria é exclusivamente feminina e está generalizada entre as comunidades etnolinguísticas presentes na região, sendo levada a cabo no decurso da época seca. Embora estando a perder progressivamente terreno para os artigos industriais²²⁴, constitui uma fonte de rendimento complementar para os grupos domésticos que dela se socorrem, sendo praticada ainda por distintas comunidades na região²²⁵. A mulher também faz trabalhos de cestaria (balaio - *kimbalas*, *kindas*). Os valores obtidos com a venda das peças produzidas regra geral são controlados por si. Ainda no âmbito da cestaria, homens e mulheres elaboram tulhas de grande tamanho para armazenamento de cereais. O homem, por sua vez, manufactura diversos artigos em madeira, como tambores ou caixas de ressonância para batuques, porrinhos, bairns para punhais gentílicos, pequenos bancos, tarros e funis para o leite de ordenha, pilões e utensílios diversos para uso na cozinha.

5.2 Actividades não baseadas em recursos naturais

5.2.1 Pequeno comércio

A maioria das actividades rurais não agrícolas praticadas na região pertence a esta categoria (que não pode ser definida como 'produtiva'). Tanto é feito negócio com produtos alimentares provenientes do exterior da comunidade, mormente óleo vegetal, arroz, enlatados, etc., roupa em segunda mão, pequenos artigos manufacturados, tais como cigarros, pastilha elástica, bolachas, refrescos, pilhas, etc., como com artesanato, pequenas quantidades de produção agrícola local, peixe pescado localmente e depois seco ou fumado, produtos de colecta, etc. Muitas vezes, os vendedores são as crianças mais novas ou os idosos que não tenham outra ocupação, o que lhes permite passar longas horas nas vendas ambulantes ou sedentárias. Os rendimentos obtidos com o pequeno comércio dependem muitas vezes da proximidade de centros urbanos, vias rodoviárias, etc. Existem igualmente pequenas 'cantinas'²²⁶, a maioria vendendo basicamente bebidas, particularmente bebidas alcoólicas, de fabrico tradicional ou industrial, eventualmente também um pequeno stock de artigos de natureza diversa. Contudo, outras há que não fazem a venda de bebidas alcoólicas. Junto às primeiras geralmente existem condições para os consumidores se sentarem, que vão desde troncos de árvore, pedras, até um restrito número de cadeiras em plástico, podendo serem também preparados alguns pratos simples. Algumas destas cantinas dão mesmo emprego a pessoas que não são membros do grupo doméstico, embora na maioria dos casos exista um certo grau de parentesco. Também é recolhida lenha para posterior venda, o mesmo acontecendo com o carvão²²⁷, desde que exista mata próxima que possibilite essas actividades, ambas praticadas fundamentalmente pelos grupos domésticos mais pobres.

²²³ Carvalho (1997) acredita que, com a precariedade da agricultura praticada na região *Cuvale* (sub-região árida), esta possa ser preterida a favor de um valor seguro, como a fabricação de bebidas.

²²⁴ Por exemplo, painéis de barro e *kimbalas* vêm sendo progressivamente substituídas por painéis de alumínio ou de ferro galvanizado e por bacias de plástico de fabrico industrial.

²²⁵ São muito apreciados os trabalhos em olaria executados pelos *Cuvale*. Fazem-no junto das fontes argilosas existentes no sopé da Serra da Chela, subindo depois ao planalto onde vendem ou trocam os artigos elaborados por milho. Entretanto, por vezes, as mulheres *Cuvale* produzem os seus artigos de olaria já no planalto, com barros locais.

²²⁶ Na região dos *Ambó*, Cunene, são apelidadas de *kefes*.

²²⁷ A feitura do carvão compete ao homem, que depois o vende em sacos a mulheres que posteriormente o vão revender em pequenos mercados (pracinhas). Em certas áreas, o carvão é vendido, também em sacos, a 'candongueiros' que o transportam então para os mercados urbanos.

Na generalidade, o comércio informal praticado na região é uma actividade levada a cabo, em grande medida, pelas mulheres. As actividades económicas informais da mulher rural integram tanto actividades associadas à agricultura como actividades não relacionadas com a agricultura. Se o 'negócio' foi iniciado e desenvolvido pela mulher, regra geral os rendimentos pertencem-lhe. Para além do reforço do seu capital social através da ampliação das suas redes de relações e contactos, isto torna-as mais activas e responsáveis fortalecendo o seu poder. Paralelamente, a mulher vê o seu papel no seio do grupo doméstico reforçado, pela garantia que dá para o seu sustento e pela sua contribuição para as receitas familiares, embora, na sua luta contra a penúria e pela preservação da família tenha, frequentemente, de sacrificar os filhos com trabalho por vezes demasiado pesado para as respectivas idades²²⁸.

5.2.2 Trabalho assalariado

A forma mais comum de trabalho assalariado rural é aquela feita para as grandes fazendas ou para os grupos domésticos mais abastados, assim como para empresas diversas, sobretudo na área de exploração de recursos naturais (granitos, madeira, etc.). São muito conhecidos os 'biscateiros', pessoas regra geral pobres, que fazem pequenos trabalhos ('biscates'), de natureza diversa, em troca de diminutas somas de dinheiro ou de alimento. Para aqueles que não possuem gado trata-se, para além da colecta, da venda de lenha e de carvão, e do pequeno comércio, de uma importante estratégia de meios de vida.

5.2.3 Artesanato

Estas actividades envolvem artesãos que adquiriram certas habilidades e que investiram um certo capital para as desenvolver como empresários por conta própria, muitas vezes trabalhando nas suas próprias casas, normalmente localizadas nas vilas ou sua periferia. Muitos trabalham junto aos mercados informais em pequenos espaços improvisados. Normalmente, estas actividades não são licenciadas e realizam-se numa escala muito reduzida. Tipicamente incluem: alfaiates, carpinteiros, construtores, ferreiros (confeção de enxadas, de peças destinadas a charruas, picos, correntes, etc.) e latoeiros²²⁹, mecânicos de bicicletas, de motorizadas, de pequenos geradores, etc.

5.2.4 Ajuda humanitária

Durante o período de conflito armado, agências das Nações Unidas e organizações internacionais, assim como diversas Organizações da Sociedade Civil (OSC) nacionais e igrejas tiveram papel de relevo em acções humanitárias, particularmente nas áreas mais afectadas. Terminada a guerra, a maioria das agências internacionais retirou-se permanecendo no terreno basicamente OSC nacionais, essencialmente de âmbito local. Diversas igrejas prosseguem com actividades humanitárias direccionadas especialmente para os mais pobres.

5.2.5 Migração e envio de remessas

Na região do 'Complexo da Ordenha', tal como em outras regiões rurais do interior de Angola, a migração constitui actualmente uma estratégia chave de diversificação de meios de vida e sobrevivência para os grupos domésticos, sendo a direcção do movimento influenciada por factores 'push' e por factores 'pull', para além de factores sociais e culturais²³⁰. Particularmente em certas

²²⁸ Segundo Melo (2005), estes factos permitem à mulher afastar-se progressivamente da secundarização que a afecta na sua generalidade.

²²⁹ Alguns latoeiros dedicam-se a objectos de adorno feminino, sobretudo pulseiras.

²³⁰ As abordagens tradicionais para a migração focam factores 'push' (dificuldades económicas nas áreas de origem) e factores 'pull' (oportunidades económicas nas áreas de destino) para explicarem a direcção do

zonas da sub-região planáltica, os rendimentos proporcionados pela actividade agrícola são, em muitos casos, bastante inferiores àqueles obtidos nos mercados informais das grandes cidades, pelo que muitos grupos domésticos lançam mão da migração por motivações financeiras²³¹. Esta migração é direccionada quase que exclusivamente para os centros urbanos, em especial Luanda, pelas oportunidades que oferecem em matéria de trabalho, de negócio e de acesso a serviços²³².

A extensão e características específicas da migração relacionam-se com os distintos contextos. Os migrantes podem enviar não somente dinheiro, mas também uma ampla variedade de bens. Geralmente valorizam-se mais as remessas financeiras em detrimento daquelas não financeiras ou em espécie. De regresso às suas áreas de origem, também trazem com eles habilidades e novos conhecimentos adquiridos nas áreas de migração²³³. Assim, o termo remessas é aqui usado num sentido genérico, que tanto pode incluir dinheiro, como bens, habilidades e conhecimentos.

De entre as cinco categorias de capitais identificadas na matriz de meios de vida, as remessas constituem um tipo específico de capital financeiro. Estes recursos contribuem para o grupo doméstico aumentar os respectivos rendimentos e diversificar as suas fontes, ficando assim com maior capacidade de gerir os riscos. As remessas podem ser usadas de diferentes formas e podem aumentar o acesso a outros bens capitais. Por exemplo, podem ser utilizadas para subsidiar as despesas em educação (capital humano), para implementar um negócio (capital físico), para melhorar o acesso à terra (capital natural), etc. Paralelamente, outros bens capitais – activos – podem contribuir para uma utilização mais eficaz das remessas. Assim, por exemplo, os migrantes utilizam as suas redes de solidariedade na área de origem (capital social) para apoio no estabelecimento de negócios e investimentos diversos que pretendam fazer nas suas comunidades. Por sua vez, o maior acesso a distintos bens proporcionado pelas remessas, pode conduzir o grupo doméstico a incentivar a migração de outros membros seus com o intuito de incrementar os montantes provenientes de remessas²³⁴.

No Sudoeste de Angola, a migração é muito influenciada pelo género. Embora mulheres e homens possam migrar, normalmente são estes últimos que o fazem. Tanto num caso como noutro, os migrantes são maioritariamente jovens. Quando o homem migra, as responsabilidades da mulher

movimento. Adicionalmente, devem também ser tidos em conta factores sociais e culturais, que jogam igualmente um papel importante tanto na direcção como na composição e tipo de movimento (Tacoli, 2002).

²³¹ Os *Ovimbundo* utilizam o termo *ngalia*, corruptela de angariamento (processo de “contratação” de mão-de-obra de umas províncias para outras) para se referirem a estas migrações temporárias, actualmente direccionadas fundamentalmente para os centros urbanos.

²³² Embora o fluxo de migração para áreas urbanas varie com a zona agro-económica, pode-se afirmar que, na generalidade, pelo menos metade dos grupos domésticos possui um ou mais membros migrados. Inquéritos realizados pelo GFA (2011) nos municípios de Bibala, Gambos e Cahama, indicam que em 46% dos *eumbos* amostrados pelo menos um dos membros havia migrado para a cidade.

²³³ Entretanto, a migração pode criar novos desafios (Cotula & Toulmin, 2004): (i) nas comunidades que se dedicam fundamentalmente à agricultura e onde uma percentagem significativa da população adulta está ausente em consequência da migração, a escassez de força de trabalho pode tornar a economia local demasiado dependente das remessas, perigando desta forma a sua sustentabilidade a longo prazo; (ii) a migração pode aumentar as desigualdades pois os grupos domésticos que recebem remessas têm mais capacidade em adquirir terra e outros recursos-chave, implementar negócios e melhorar a educação dos jovens. Pelo contrário, as unidades familiares não beneficiárias dessa fonte de rendimento, poderão ver o acesso aos recursos e as suas estratégias de meios de vida dificultados; (iii) influxos de remessas podem exacerbar a competição e mesmo o conflito, pois indivíduos e grupos procuram comprar e controlar recursos escassos e podem incentivar a corrupção no seio de funcionários públicos a nível local ou mesmo central.

²³⁴ Na província do Cunene, é comum vários indivíduos de um mesmo agregado familiar migrarem em direcção à Namíbia. No entanto, em geral primeiro migra apenas um membro, normalmente com um pequeno grupo de amigos. Para aqueles que eventualmente já tenham algum parente no país vizinho a migração apresenta-se mais facilitada.

pelos meios de vida do grupo doméstico e pelas actividades agro-pecuárias aumentam²³⁵. Embora as motivações financeiras sejam a principal razão para a migração, regra geral associam-se a expectativas socioculturais. Muitas vezes, os jovens são impelidos a migrar porque frequentemente no seio da juventude impera o sentimento de que esse movimento é essencial para atingir sucesso económico e social sendo aqueles que não migram acusados de fracos, ociosos e de fugirem ao trabalho duro e à aventura, podendo mesmo vir a ser objecto de ridicularização. Por outro lado, a natureza do trabalho agrícola e comunitário vai contra a mentalidade de ‘fazer dinheiro’ que se vem apoderando de muitos jovens. A migração é, também, uma forma socialmente aceitável de escapar a obrigações no seio do grupo doméstico e da comunidade e de fugir ao controlo dos ‘mais velhos’. Em geral, os vínculos sociais dos migrantes com as comunidades de origem permanecem fortes e mesmo aqueles já com ‘vida’ nas áreas de destino, deslocam-se regularmente às suas áreas de origem para participarem em festividades e celebrações específicas²³⁶. Estas redes de solidariedade são importantes para apoio em situações de insegurança social e económica que possam ocorrer nos locais de destino do migrante, em geral cidades.

O envio de remessas é compreendido, pelas comunidades da região do ‘Complexo da Ordenha’ como sendo uma obrigação moral e uma forma de manter direitos sobre activos na área de origem. Os montantes enviados variam de acordo com os rendimentos auferidos pelo migrante no local de destino, da segurança ou insegurança no trabalho e do custo de vida no referido local²³⁷. No Sudoeste de Angola, de entre as diferentes utilizações dadas às remessas, a melhoria das condições de vida no seio do grupo doméstico constitui uma prioridade chave, particularmente para aqueles grupos com rendimentos mais baixos, que assim usam as remessas para suplementar outras fontes de rendimento. A introdução de melhorias no *eumbo* é um destino frequentemente dado às remessas. Investir num pequeno negócio também é muito comum. Isto normalmente é feito enviando bens a um familiar para este os revender ou mesmo iniciando um negócio de raiz²³⁸. Por vezes, investe-se mesmo em veículos, que posteriormente são colocados no serviço de aluguer. Outra estratégia comum consiste na obtenção de terras (especialmente no caso dos agro-pastoralistas) e no aumento das cabeças de gado (particularmente nas comunidades de índole pastoril)²³⁹. Em tempos mais recentes, muitos migrantes vêm investindo no pequeno comércio informal. A maioria destes negócios é pertença do remetente, alguns do remetente e do recebedor, enquanto apenas alguns poucos são iniciativa exclusiva do recebedor. A maioria são geridos por pessoas que permaneceram na comunidade de origem, nomeadamente esposas. Nos casos referenciados os proprietários não tinham qualquer formação formal em negócios. A maior parte dedica-se à venda de produtos alimentares ou de uso doméstico, incluindo óleo vegetal, açúcar,

²³⁵ Embora alguns autores afirmem que este aumento de responsabilidade é acompanhado por um aumento de poder no seio do grupo doméstico, outros sugerem que este efeito é muito limitado, pois existe a tendência dessas mulheres ficarem sob a protecção da família extensa (de Haas, 2003).

²³⁶ Tacoli (2002) realça que para muitos migrantes a manutenção de vínculos fortes com a área de origem não constitui apenas uma parte essencial da sua identidade social, mas também uma forma de dispersar os seus activos (e risco) através do espaço.

²³⁷ Os migrantes rurais possuem, na generalidade, pouca qualificação académica. Sendo trabalhadores não especializados, usualmente apenas encontram emprego no sector informal urbano já de si sobrelotado, situando-se geralmente as suas remessas entre as mais baixas.

²³⁸ Na província do Cunene, muitos ‘kefes’ nasceram desta forma.

²³⁹ Estratégia muito comum no Sudoeste de Angola. Na sub-região planáltica, uma das prioridades consiste na introdução (ou aumento das capacidades) da tracção animal. Cotula & Toulmin (2004) adiantam que a decisão sobre o investimento em terra parece ser influenciada por uma série de factores, quer relacionados com o migrante (desejo de regresso, montante de remessas enviadas, idade – com os mais jovens estando mais propensos a negócios exteriores à agricultura, etc.), com a família que ficou (nomeadamente o seu nível económico, tendo as unidades familiares mais pobres maior dificuldade em investir as remessas), com o contexto económico e ecológico na área de residência (qualidade da terra, rentabilidade da agricultura, infraestrutura, acesso a mercados, etc.) e com o preço da terra face à capacidade de compra do migrante.

arroz, fósforos, petróleo e bebidas alcoólicas industriais ou de fabrico caseiro e também refrigerantes²⁴⁰. Embora também referenciado pelas comunidades, o investimento de carácter social na comunidade de origem por parte do migrante²⁴¹, mormente a nível de projectos de beneficiação é, na generalidade, muito pequeno ou mesmo praticamente nulo, exceptuando algumas contribuições a igrejas²⁴².

Actualmente, em Angola, as áreas urbanas e rurais já não apresentam contrastes dualísticos tão fortes e fincados como em tempos passados, consequência dos amplos movimentos migratórios (direccionados sobretudo para as áreas urbanas) que vêm ocorrendo e da diversificação de fontes de rendimento 'não da agricultura' (*non-farm*), facto especialmente evidente na sub-região planáltica. A maioria dos grupos domésticos está informada das condições de meios de vida fora da sua área de residência, e muitos fazem as suas escolhas com base nesse conhecimento. Entretanto, já vêm ocorrendo brechas no tecido social das comunidades havendo notícias de alguns sinais de disfunção social associados ao crescente contacto com o meio urbano. Assim, a autoridade no seio do grupo doméstico é, muitas vezes, desafiada por jovens e mulheres e o pequeno crime vem sendo mais frequente. No entanto, nas mentes dos habitantes rurais continua a imperar a dicotomia rural-urbana: as áreas rurais representam segurança na forma de auto-aprovisionamento de alimentos, relações de reciprocidade no seio familiar e tranquilidade física relativa, enquanto que as áreas urbanas representam oportunidades e alto risco, que muitos, particularmente os mais idosos, preferem evitar.

5.3 Diversificação de meios de vida

As fontes de rendimento dos grupos domésticos na região do 'Complexo da Ordenha' vêm-se diversificando cada vez mais. Embora esta diversificação sobrevenha muitas vezes em resposta a oportunidades que surjam, mormente no sector *non-farm*, circunstâncias adversas têm forçado a generalidade dos grupos domésticos a procurar novas fontes de rendimento, sendo evidente que o sector da agricultura tem vindo a perder peso no volume total do rendimento familiar. Por outro lado, em diversos casos, os grupos domésticos são impelidos a estimular a migração de membros seus, sobretudo para meio urbano, visando a obtenção de rendimentos para complementar aqueles obtidos em meio rural.

A diversificação de meios de vida na região estudada²⁴³ inclui tanto 'actividades da agricultura' (*on-farm*) como 'actividades não da agricultura' (*non-farm*)²⁴⁴ levadas a cabo para dispersar o risco. Nos

²⁴⁰ Vide igualmente, no presente capítulo, o ponto referente ao pequeno comércio (5.2.1).

²⁴¹ Constituem excepção algumas contribuições solicitadas à comunidade quer por serviços do Estado quer por organizações da sociedade civil, particularmente igrejas. Neste género de actividade é, por norma, solicitada a contribuição de todos os grupos domésticos integrantes da comunidade, ou em dinheiro e bens materiais ou sob a forma de trabalho. Certas igrejas são muito activas neste domínio. Eventualmente, o conceito de filantropismo poderia ser melhor explorado e direccionado para projectos de desenvolvimento comunitário sustentáveis.

²⁴² O mesmo foi verificado em estudos realizados em outros países africanos (Maphosa, 2009).

²⁴³ As principais actividades de diversificação identificadas na região foram: micro comércio informal, artesanato, processamento de alimentos em pequena escala, venda de bebidas tradicionais (principalmente por parte das mulheres), pesca, migração (essencialmente homens) em busca de trabalho. Existem homens que se dedicam à carpintaria, construção e outros que são ferreiros. Homens e mulheres desenvolvem actividades diferenciadas. As crianças e os membros mais idosos dos grupos domésticos são muitas vezes inseridos no micro comércio informal. De uma forma geral, as actividades não agrícolas levadas a cabo por mulheres e crianças, embora mais diversificadas, são menos lucrativas. Estas actividades concentram-se essencialmente em períodos de pouca actividade agrícola. Por seu lado, a maior parte das actividades de artesanato decorrem ao longo do ano, em geral como complemento das restantes actividades do grupo doméstico.

locais estudados, a agricultura constitui a actividade primária sendo o status social basicamente determinado pelo sucesso no âmbito da criação de gado, essencialmente do bovino. Contudo, verifica-se em todos eles um incremento significativo de actividades rurais *non-farm*, em particular na sub-região planáltica e sub-região semi-árida de sul. Estas actividades rurais *non-farm* permitem, fundamentalmente, aos grupos domésticos: (i) dispersar riscos; (ii) facultar actividades remuneradoras para complementar os rendimentos provenientes da agricultura, muito imprevisíveis; (iii) providenciar um meio para enfrentar choques (eventos de risco) e também de sobrevivência quando as colheitas agrícolas falham; (iv) aproveitar eventual força de trabalho excedentária presente no grupo em determinados períodos do ano, particularmente quando a actividade na agricultura é reduzida, obtendo, dessa forma, potenciais rendimentos. Os resultados obtidos no decurso do estudo permitem evidenciar o delicado equilíbrio que indivíduos e grupos domésticos procuram fazer ao integrar e ajustar os seus meios de vida em algum ponto no espectro entre ‘*on-farm*’ e ‘*non-farm*’, ‘grupo doméstico’ e ‘individual’, ‘rural’ e ‘urbano’. Actualmente, os criadores de gado procuram, cada vez mais e de forma bastante activa, fontes alternativas de rendimento viáveis, embora mantendo sempre a segurança de uma retaguarda com base pecuária associada à agricultura.

Entretanto, diversificação tanto pode aludir a um aumento da multiplicidade de actividades (independentemente do sector) como se pode referir à mudança dos sectores tradicionais rurais, tais como a agricultura, para actividades não tradicionais quer no espaço rural quer no urbano, isto é, uma mudança sectorial. A variável chave é a diversidade, a qual, por sua vez, implica múltiplos elementos²⁴⁵. Vem-se verificando, na região, que muitos grupos domésticos desenvolvem unidades residenciais multi-locais (urbana/rural) conferindo aos seus membros uma base urbana na procura de emprego, de serviços de saúde e de educação, e uma base residencial familiar rural (particularmente para crianças e idosos) onde o grupo doméstico pode reduzir o impacto de choques resultantes do aumento de preços de alimentos e de outros produtos básicos, através da agricultura e da pecuária assim como pelo acesso livre aos recursos de colecta como lenha, materiais de construção e alimentos²⁴⁶.

Os grupos domésticos mais abastados possuem mais opções de geração de rendimentos já que continuam e expandem mesmo a sua actividade pastoralista/agro-pastoralista investindo, paralelamente, no comércio, negócios diversos e na educação. Nas suas opções de diversificação dedicam-se principalmente a actividades relacionadas com a pecuária, nomeadamente comércio de gado, abate e processamento de produtos pecuários. Alguns grupos possuem mesmo pequenas cantinas ou negócios a retalho, enquanto em certos casos, um ou outro membro pode até trabalhar em instituições/serviços do Estado ou em empresas privadas. Pelo contrário, os grupos domésticos

²⁴⁴ ‘Actividades não da agricultura’ (*non-farm*) podem ser definidas como qualquer trabalho que não envolva directamente a produção vegetal ou animal (Bryceson, 2000). Contudo, estas actividades abarcam igualmente o comércio ou processamento de produtos agrícolas, mesmo no caso das actividades de micro-processamento ocorrerem na exploração agrícola. Alguns autores incluem também nelas a produção pesqueira. O termo *non-farm* não deve ser confundido com *off-farm*. Este último refere-se geralmente às actividades levadas a cabo fora da exploração do próprio grupo doméstico, acontecendo mesmo que alguns autores (por exemplo, Ellis, 1998) apenas o empreguem para mencionar exclusivamente o trabalho agrícola executado em terrenos de terceiros.

²⁴⁵ Diversos autores têm enfatizado os conceitos de ‘múltiplos meios de vida’ (Bryceson, 2000) ou ‘multiplicidade ocupacional’ (Breman, 1996, *apud*: Start & Johnson, 2004). Um indivíduo possui meios de vida diversificados quando tem múltiplos empregos ou fontes de rendimento, mas um grupo doméstico pode ter ‘múltiplos meios de vida’, mesmo quando cada membro esteja, na realidade, especializado numa determinada actividade (Ellis, 2000).

²⁴⁶ Como corolário desta tendência, pode acontecer que grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas desenvolvam, onde possível, bases multi-locais (rural/rural) em distintos ambientes agro-ecológicos adequados à disponibilização de terra tanto para utilização no âmbito agrícola como pastoralista.

pobres não possuem poupanças suficientes para realizarem investimentos importantes, mormente em negócios, podendo apenas engajarem-se no pequeno comércio informal ou no trabalho para terceiros, usufruindo na generalidade de remunerações muito baixas. Consequentemente, os grupos domésticos pobres podem ser apanhados num ciclo vicioso de baixos rendimentos, baixa mobilidade e alta insegurança alimentar.

À medida que os grupos domésticos se vão integrando em ‘actividades não da agricultura’ (*non-farm*) o papel dominante do homem ‘chefe de família’ como ganha-pão da família vai-se erosionando. Por seu lado, a mulher reforça os seus rendimentos através dessas actividades, muitas delas baseadas nas suas habilidades domésticas, ainda que geralmente menos remuneradoras se comparadas com aquelas executadas pelo homem. Entre essas actividades incluem-se o fabrico de bebidas tradicionais, processamento e venda de alimentos, trabalhos de cabeleireira, pequeno comércio informal, artesanato, etc., regra geral acções que necessitam de pouco capital para o seu arranque.

6 RESULTADOS DOS MEIOS DE VIDA

Neste subcapítulo, são referidos os resultados das estratégias de meios de vida adoptadas pelos criadores tradicionais de gado na região do 'Complexo da Ordenha'. Estes resultados reflectem-se num conjunto de atributos relacionados com a segurança, qualidade de vida e bem-estar dos grupos domésticos. Considerando que o foco do estudo é o criador tradicional de gado, é conferido espaço especial às relações do respectivo grupo doméstico com o gado, mormente no âmbito social, cultural e económico, sendo também dedicada particular atenção aos produtos obtidos, sua transacção e aproveitamento. Outros resultados obtidos relacionam-se com os rendimentos auferidos pelos grupos domésticos e consequente diferenciação social assim como com a sua segurança ou insegurança alimentar. Pela importância que assume para a plataforma de meios de vida, é também abordada a sustentabilidade da base de recursos naturais.

Os resultados dos meios de vida são as realizações ou produtos das *estratégias de meios de vida*. Basicamente, constituem o que os grupos domésticos atingem através da implementação dessas estratégias. Para um indivíduo, grupo doméstico ou comunidade atingir um estado de segurança económica, o somatório dos seus rendimentos (valores obtidos com a venda da produção, prestação de serviços, etc.), activos pessoais (poupanças, etc.) e activos produtivos (inputs requeridos para gerar rendimentos, tais como gado, sementes, ferramentas) devem ser suficientes para cobrir as suas despesas básicas. Estas incluem, para além da segurança alimentar, habitação, vestuário, despesas escolares, despesas com a saúde, tributação diversa, etc. Os grupos domésticos mencionaram como resultados positivos: maiores rendimentos; mais leite; alimentos de qualidade em quantidade suficiente, portanto melhor saúde; mais educação; bem-estar da família; acumulação de activos, sobretudo mais cabeças de gado; segurança alimentar; menor vulnerabilidade; inclusão; estatuto e prestígio na comunidade reforçados. Pelo contrário, a insegurança alimentar, incerteza nas fontes de receita, alta vulnerabilidade aos choques, perda de activos e empobrecimento são resultados de estratégias de meios de vida mal sucedidas.

6.1 Gado e grupo doméstico

O gado assume relevância social, cultural e económica em toda a região do 'Complexo da Ordenha'. O animal, em particular o boi, representa uma 'tecnologia' vital na interface entre os recursos das terras de pastagem natural em regime extensivo (*rangelands*) e os meios de vida das populações, possibilitando o armazenamento e transporte de 'alimento' através de espaços geográficos e das estações climáticas que se sucedem ao longo do ano. Entre as comunidades etnolinguísticas da região - *Nhaneca-Humbe*, *Ovambo* e *Herero* - a posse de gado bovino é símbolo de prestígio social, poder, exuberância e de respeito²⁴⁷. De entre as principais funções do gado no seio dos grupos domésticos da região, destacam-se as seguintes: fornecimento de produtos de subsistência (leite, carne); provisão de rendimentos através da venda/permuta de leite e seus derivados, animais vivos ou outros produtos; fornecimento de tracção animal; desenvolvimento e reforço de alianças sociais; pagamento de dívidas e multas; resolução de conflitos sociais ou intra-familiares; pagamento do *alembamento* para concretização do acto do matrimónio; indemnização de actos de adultério, etc., mas, fundamentalmente, para acumulação de riqueza.

No quadro seguinte, são sintetizadas as principais funções atribuídas a cada uma das espécies de ruminantes exploradas pelos criadores tradicionais na região.

²⁴⁷ Trabalhando entre os Handa (*Nhaneca-Humbe*), Melo (2005) realça que o gado constitui um bem inestimável tanto no sentido individual como colectivo assumindo-se como símbolo de poder económico e de riqueza, para além de constituir também o legado principal no sistema de partilha de heranças.

Quadro II 12: Utilidade do gado nos sistemas de produção tradicional do Sudoeste de Angola.

Função	Bovinos	Ovinos	Caprinos
Curto prazo			
Fornecimento de leite e produtos derivados ao longo do ano	XXX	X	X
Fonte de rendimento	XXX	X	XX
Venda/permuta para obtenção de cereais	XX	X	XXX
Redes de solidariedade	XXX		X
Hospitalidade*			XXX
Tracção animal e transporte	XXX		
Abate por 'preferência'	X	X	XXX
Produção de estrume	XXX	X	X
Bosta de boi para fazer 'argamassa' destinada à cobertura de casas **	XXX		
Limpeza do meio ambiente***	X	X	XXX
Longo prazo			
Poupança/acumulação de riqueza	XXX	X	X
Investimento	XXX	X	X
Prestígio/poder/status social	XXX	X	X
Cerimónias tradicionais****	XXX		XX
<i>Alembamento</i>	XXX		X
Pagamento de multas	XXX		XX
Reprodução	XXX	XX	XXX
Segurança alimentar	XXX	XX	XX
Dispersão de riscos de produção	XX	XX	XX
Base de apoio para as gerações seguintes	XXX	X	X

Grau de importância: baixo (X); médio (XX); alto (XXX).

*Abate aquando da recepção de visitas consideradas importantes.

**Particularmente entre os *Herero*.

***Refere-se ao facto dos animais contribuírem para a limpeza do *eumbo* e áreas adjacentes ao ingerirem desperdícios diversos, grãos rejeitados, folhas e vagens caídas das árvores, etc.

****Festividades diversas ao longo do ciclo de vida e óbitos.

Em conjunto com criadores de gado das sub-regiões planáltica e semi-árida do sul foi feito um exercício de pontuação onde bovinos, caprinos, suínos e burros foram avaliados de acordo com os seguintes atributos: utilidade, rusticidade, segurança para o grupo doméstico, facilidade de aquisição, facilidade de comercialização, e número de cabeças presente no grupo doméstico. Os resultados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro II 13: Hierarquização das espécies animais de acordo com atributos pré-definidos.

Atributo	Bovinos	Caprinos	Suínos	Burros
Utilidade	5	4	2	3
Rusticidade	3	4	1	5
Segurança socioeconómica	5	4	2	1
Facilidade de aquisição	4	5	2	1
Facilidade de comercialização	4	5	4	1
Número de cabeças	5	5	2	1

Pontuação de um (mínima) a 5 (máxima). Elaborado com base em dados obtidos nas sub-regiões planáltica e semi-árida do sul.

Num outro exercício, apresentado no quadro se segue, foram identificados os usos do gado a nível das actividades socioculturais e do sustento do grupo doméstico assim como a sua utilização comercial.

Quadro II 14: Uso comercial e para subsistência do gado no Sudoeste de Angola.

Utilização do gado para subsistência	Utilização comercial do gado
Consumo de leite	Venda para reprodução
Consumo de carne	Venda para abate
Aproveitamento de peles	Aluguer de transporte (tracção animal)
Pagamento do <i>alembamento</i>	Aluguer para agricultura (lavoura, etc.) (tracção animal)
Festividades diversas	Venda de leite
Pagamento de multas	Venda de carne
Ofertas e obrigações sociais	Venda de peles
Transporte de água, lenha e produtos diversos (tracção animal)	
Lavoura e outras operações agrícolas (tracção animal)	
Produção de estrume	
Investimento em capital e poupanças	

Nota: com base na observação e em informações obtidas em distintos locais das quatro sub-regiões definidas.

Na globalidade, entre as várias espécies animais, aquela que assume maior relevância social, cultural e económica é a bovina. Carvalho (1999) estabelece a noção de ‘boi económico’ e de ‘boi sociológico’, referindo-se, o primeiro, aos consumos totais assegurados pela utilização directa ou indirecta da produção animal e, o segundo, ao exercício social veiculado pelo maneio do boi.

O boi sociológico

No seio dos rebanhos, do ponto de vista sociocultural, regra geral existem distintas categorias de animais. Carvalho (1997; 1999) descreve os vários tipos de bovinos presentes nos rebanhos pertencentes aos *Cuvalé (Herero)*: bois²⁴⁸ de *hupa*, de *ehako* e de *he musungu*. Os primeiros referem-se às vacas entregues pelos pais aos jovens adultos para estes iniciarem a sua carreira de pastores, a sua ‘vida’. Provêm, portanto, da linhagem do pai. Este continua, no entanto, a manter um controle muito restrito sobre estes animais, já que eles continuam a ser propriedade sua, da sua linhagem, diferente da dos filhos. Estes não podem alienar estes bois e deles terão de prestar contas assim como da sua descendência durante toda a vida, aos respectivos pais, enquanto estiverem vivos, e posteriormente aos seus reideiros. São estes bois que em tempos de crise asseguram a segurança alimentar do grupo doméstico pois deles apenas se alimenta a família nuclear. Já os bois de *ehako* são do próprio, da sua *eanda* (clã). Estes animais são o resultado de heranças, do pagamento de multas, de cobranças pela prestação de serviços pessoais, de compras realizadas com o seu próprio dinheiro e mesmo de razias e acções de desvio. Os bois de *he musungu* são, na realidade, também *hupa*, só que pertencem, de facto, a outra linhagem que não do próprio, provindo essencialmente da linhagem do pai da mãe. Carvalho (1999) refere-se a estes tipos de bovinos como se tratando de ‘categorias sociológicas’ de gado²⁴⁹ enquadradas, portanto, no domínio do *Bos sociologicus*. Esta estrutura reflecte-se, igualmente, no aproveitamento do leite (Carvalho, 1999). Assim, o leite proveniente de bois *hupa*, é todo consumido pelo homem a quem o pai entregou a vaca donde era

²⁴⁸ Para as populações locais, boi refere-se a todo o animal da espécie bovina, macho ou fêmea, adulto ou jovem.

²⁴⁹ As categorias sociológicas de gado não se esgotam apenas nestas três. Carvalho (1999) refere um registo de 140 categorias. Note-se que, conforme a sua proveniência, destino, função social que preenche, cada animal pode ser situado num quadro de denominações e de imputações próprias da sociedade pastoril.

proveniente e pela sua família nuclear, depois de transformado em *mavele* (leite azedo), dele não se podendo fazer manteiga. Esta é obtida apenas a partir do leite proveniente dos bois de *ehako*, podendo o leite destes animais e seus produtos serem servidos aos visitantes e canalizados para o mercado, o que não acontece com o leite proveniente de bois de *hupa*.

Do ponto de vista cultural, não se pode falar de vida pastoril sem se fazer menção ao gado ‘sagrado’, existindo, em geral, nos rebanhos alguns bovinos ‘sacralizados’ que estabelecem a ligação entre os antepassados da família e os seus membros ainda vivos. São usualmente vacas herdadas ou recebidas como presente do pai, de um tio materno ou de um irmão. Uma vez o benfeitor falecido, o seu espírito passa a residir nestes animais e, por seu intermédio, comunica com os vivos. Assim, todo o bem que sucede à família é geralmente atribuído à sua interferência, sendo-lhes prestado culto e dispensados cuidados especiais. Tudo o que com eles se encontre relacionado, como leite, vaso de ordenha, etc., e mesmo excrementos, reveste um carácter sagrado. Estes animais não podem ser alienados e, se roubados, tal facto constitui um desastre para o grupo doméstico. Estermann (1961) remata que o gado ‘sagrado’ constitui como que um traço de união entre os antepassados e os membros vivos da família e do clã. Como estes animais vivem com bois ‘profanos’, estes também se tornam, de certo modo, ‘santificados’. Desta forma, as relações de um criador de gado com os seus animais tornam-se como que ‘sacralizadas’.

Entre as comunidades etnolinguísticas do Sudoeste de Angola pode ser encontrada uma diversidade de bois ‘sacralizados’ (*ovipanga*). Os *Muila* e *Ngambwe* (*Nhaneca-Humbe*) realizam cerimónias místicas ao redor do gado e podem possuir mais do que uma vaca ‘sagrada’ (Estermann, 1957b). Estermann (1957b) refere a existência de, pelo menos, seis classes de bois ‘sacralizados’ entre os *Muila*. Contudo, relativamente aos *Handa*, Melo (2005) afirma não haver vestígios de sacralização do boi. Entre os *Herero*, Estermann (1961) aponta uma série de categorias de bois ‘sagrados’, realçando ser entre os *Dimbas* que existe uma maior concordância com as classes presentes nos *Nhaneca-Humbe*. Para os *Cuvale*, entre as diversas categorias assinaladas assumem especial importância a ‘vaca do fogo’ (*onamulilo*) cuja consagração está intimamente ligada ao cerimonial do fogo sagrado, que se realiza aquando da ocupação de uma nova *onganda*, e a ‘vaca da oração’ (*okaakesi, onkhekwa, ongombe yokulikwambela*) que é como que o memorial do finado pai, recordando constantemente ao *Cuvale* a sua dependência dos antepassados e o culto que lhes é devido (Estermann, 1961; Carvalho, 2003). Para todas as vacas ‘sagradas’ existem utensílios de ordenha específicos, estando a utilização do seu leite sujeita a regras específicas, não devendo, por exemplo, ser usado no fabrico de manteiga. Entre os *Ambó*, embora também seja encontrado gado ‘sacralizado’, de acordo com Estermann (1960) a sua existência é sempre muito pequena comparativamente ao número de bois ‘profanos’, pelo que essa instituição não restringe o valor económico nem o potencial comercializável do gado.

O boi económico

O gado enquadra-se na definição de activo fixo. Um activo fixo é algo que foi produzido mas que ainda não foi usado, devendo vir a proporcionar, directa ou indirectamente, rendimentos ou bem-estar no futuro. Investimento é a aquisição de capital fixo, portanto, de activos fixos. Desta forma, o gado constitui um capital económico para o grupo doméstico²⁵⁰.

No Sudoeste de Angola, os criadores de gado utilizam os animais para preencherem um conjunto de funções do tipo poupança²⁵¹. O termo '*armazenamento intermediário*' refere-se ao processo que conduz a investimentos que são feitos em gado durante períodos em que a sua produção ou rendimentos obtidos excedem as necessidades de consumo do grupo doméstico. Estes investimentos poderão então ser utilizados mais tarde, quando a produção e rendimentos obtidos forem inferiores, portanto, insuficientes para suportar as necessidades de consumo. Os animais também podem ser criados com o objectivo explícito de cobrir despesas imprescindíveis, como compras ou investimentos, actividades sociais importantes, despesas escolares, etc. Neste caso, aplica-se o termo '*poupança*'. Por outro lado, o gado pode servir apenas como '*seguro*' contra eventos inesperados que, ou provocam uma redução dos rendimentos, ou conduzem a despesas suplementares, como, por exemplo, acidentes e doenças. Ocorre '*acumulação*' quando o arrolamento animal de um grupo doméstico vai aumentando ao longo do tempo atingindo um nível em que as necessidades de animais para consumo e permuta/venda são inferiores à capacidade reprodutiva do gado possuído pelo grupo doméstico. Por vezes, o gado pode também ser utilizado como garantia para empréstimos. Poderão ser necessários empréstimos para fazer face a deficits de rendimento em determinadas épocas (assumindo, assim, uma função de '*armazenamento intermediário*'), para cobrir demandas de consumo não previstas (função de '*seguro*'), ou para fazer investimentos (apoando '*acumulação*' e produção). Em geral, isto apenas é possível com grandes animais. A nível sociocultural o gado desempenha importantes funções de '*integração social*' conferindo *status* aos seus proprietários e permitindo a construção e reforço de redes de solidariedade.

²⁵⁰ Carvalho (1999) constata várias referências à categoria 'banco' e à noção de benefício extraído da alocação de gado entre os *Herero*. Entre os *Cuvalé*, o valor acrescentado denomina-se *ya tyita*, e o acto de a ele se recorrer, *kuridimbula* (Carvalho, 1999).

²⁵¹ Para mais pormenores sobre as funções desempenhadas pelo gado consulte-se Dorward *et al* (2005).

Quadro II 15: Funções do gado bovino e sua importância para as comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola.

Função	Grau de importância	Justificação
Armazenamento intermediário e poupança	1	As pequenas despesas pontuais são, em geral, cobertas com gado miúdo
Rendimento	4	Tracção animal Produção de estrume Compra/permuta de bens alimentares Aquisição de activos
Consumo	5	Produção de leite, eventualmente de carne (festividades, abates por 'preferência' e <i>in extremis</i>)
Acumulação	5	Riqueza Aumento da produção
Seguro	3	Satisfação de necessidades urgentes do grupo doméstico Enfrentamento de choques
Social	5	Festividades Óbitos Redes de solidariedade <i>Alembamento</i> (matrimónio) Pagamento de multas Prestígio e status social Ser respeitado pela sociedade

Nota: o grau de importância da contribuição vai de zero (nenhuma) a 5 (muito importante). Com base em dados obtidos por discussão em grupo focal na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zona agro-económica 2 e na sub-região planáltica, zona agro-económica 3.

Resumidamente, na região do 'Complexo da Ordenha' os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas conferem grande importância ao gado devido, entre outros, aos seguintes factos: (i) tratar-se de um capital de investimento, relativamente divisível, disponível para situações de contingência; (ii) ser reproduzível, portanto durável, pois o número de cabeças de determinado rebanho mantém-se graças ao nascimento de novos animais; (iii) criação de riqueza individual; (iv) sendo móvel, pode seguir o seu proprietário; (v) fonte regular de rendimento (leite, carne e outros produtos); (vi) fornecimento de estrume para as culturas agrícolas; (vii) energia (tracção animal, transporte) e (viii) utilizador de resíduos agrícolas e da vegetação natural em terras não cultivadas. Contudo, o gado como património também apresenta inconvenientes, tendo sido identificados pelas comunidades os seguintes: os rebanhos podem sofrer perdas substanciais em situações de seca e em consequência de epizootias; se os animais não forem devidamente controlados podem, eventualmente, invadir campos de culturas agrícolas provocando perdas e exacerbando conflitos²⁵²; o preço do gado tradicional nos mercados da região pode ser demasiado baixo, não 'compensando' devidamente o investimento.

Pequenos ruminantes

Embora seja ao bovino que se arroga maior importância sociocultural e económica, as espécies de pequeno porte assumem também valor significativo para os grupos domésticos. Sendo uma componente fundamental presente em quase todos os *eumbos* e *ongandas*, os pequenos animais possibilitam aos grupos domésticos, para além do consumo de carne e, eventualmente, de leite, realizarem pequenas receitas monetárias, servindo igualmente para permuta com produtos de consumo corrente. São usados, nomeadamente, para fazerem face a situações urgentes, como

²⁵² Esta situação foi várias vezes referenciada na sub-região planáltica.

doenças, funerais, despesas escolares, etc. Também constituem uma forma de capitalização para posterior aquisição de gado bovino. Na generalidade da região do 'Complexo da Ordenha' estes animais são relativamente mais importantes para as famílias sem, ou com reduzido número de bovinos, portanto, mais pobres.

Quadro II 16: Funções e importância dos pequenos ruminantes para os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola.

Função	Grau de importância	Justificação
Armazenamento intermediário e poupança	4	Cobertura de pequenas despesas pontuais
Rendimento	4	Fornecimento de estrume Compra/permuta bens alimentares Compra de bens diversos Pagamento de despesas relacionadas com a saúde e educação
Consumo	3	Produção de carne (festividades, abates de 'preferência' e <i>in extremis</i>) Produção de leite em situações de carência de leite de vaca
Acumulação	3	Riqueza Aumento da produção
Seguro	5	Satisfazer necessidades urgentes do grupo doméstico Enfrentamento de choques
Social	1	Festividades Óbitos/funerais

Nota: o grau de importância da contribuição vai de zero (nenhuma) a 5 (muito importante). Com base em dados obtidos por discussão em grupo focal na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zona agro-económica 2 e na sub-região planáltica, zona agro-económica 3.

A criação de caprinos está generalizada em toda a região, sendo mais expressiva entre os *Nhaneca-Humbe* e *Ambó* (sub-regiões semi-árida do sul e de transição). A criação de ovinos assume maior expressão entre os *Hereros* (sub-região de clima árido).

Quadro II 17: Hierarquização de ovinos e caprinos de acordo com atributos pré-definidos.

Atributo	Ovinos	Caprinos
Rusticidade	2	5
Crias produzidas	3	5
Resistência às doenças	2	3
Facilidade em obter forragem na vizinhança do <i>eumbo</i>	2	5
Produção de carne para o grupo doméstico	2	5
Procura no mercado	3	5
TOTAL	14	28

Pontuação de 0 a 5, de acordo com a importância do atributo para a espécie animal em consideração. Elaborado com base em dados obtidos por discussão em grupo focal com criadores tradicionais de gado na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zona agro-económica 2.

Na generalidade, as populações atribuem mais vantagens aos caprinos. Entretanto, é devotado grande interesse à criação de ovinos, em particular na sub-região árida. Note-se que estas duas espécies de ruminantes se complementam no aproveitamento da forragem.

Nas sub-regiões planáltica e semi-áridas de transição e do sul é comum as mulheres possuírem animais próprios, sobretudo caprinos. Para se aquilatar da importância que estes animais assumem para a mulher, foram questionadas proprietárias sobre a razão da sua posse. A seguir apresenta-se uma síntese das respostas obtidas.

Razões relacionadas com o animal:

- Os caprinos são animais muito resistentes às condições ambientais da região e à estiagem;
- Possuem bom desempenho reprodutivo, com ciclos de reprodução curtos e produzindo, muitas vezes, gêmeos.

Razões económicas:

- Os caprinos funcionam como 'bancos de poupança';
- Os caprinos são uma reserva de capital donde se pode retirar de uma forma mais ou menos célere dinheiro para pequenas despesas, mormente aquelas relacionadas com a saúde, educação e urgências alimentares;
- Os caprinos são fáceis de serem adquiridos, sendo o seu preço acessível;
- Caprinos servem de 'ponte' para a mulher se aventurar em investimentos maiores e projectos mais ambiciosos;
- O estrume pode ser utilizado nas parcelas agrícolas contribuindo para melhores colheitas;
- A criação de caprinos não requer grandes investimentos nem inputs de produção;
- O homem, em geral, não controla as receitas provenientes da venda de caprinos, pelo que a mulher as pode utilizar de acordo com os seus próprios critérios.

Razões sociais:

- Caprinos fornecem carne para o grupo doméstico;
- Em situações de carência de leite de vaca pode ser aproveitado leite de cabra;
- Caprinos servem para dar cumprimento a obrigações sociais, como aquelas relacionadas com a hospitalidade, festividades, óbitos, etc.;
- A oferta de caprinos contribui para o reforço das redes de solidariedade.

Razões relacionadas com o trabalho no seio do grupo doméstico:

- Os caprinos, em geral, não necessitam de se distanciar muito do *eumbo* para encontrarem alimento;
- O controlo e pastoreio dos caprinos são essencialmente feitos por crianças, não sobrecarregando a mulher.

Em seguida, são apresentadas, de forma sintética, as vantagens e desvantagens relacionadas com a criação de caprinos.

Quadro II 18: Vantagens e desvantagens dos caprinos.

Vantagens	Desvantagens
Fácil obtenção Preço acessível Dispersão dos riscos de exploração Boa resistência às condições locais Boa adaptação aos ecossistemas prevalentes na região Fazem bom aproveitamento de alimentos fibrosos Não exigem muitos cuidados Alimentam-se de vegetação não utilizada por outras espécies Para se alimentarem, não necessitam deslocar-se a grandes distâncias Eficientes na utilização da água; podem ficar mais dias sem beber que os bovinos Ciclo de reprodução curto; aumento rápido do rebanho; retorno rápido do investimento Não são atingidos por muitas doenças O seu pequeno tamanho facilita o abate e aproveitamento da carne pela família Tamanho adequado para o abate quando da recepção de visitas Abate em festividades Não necessita de grandes currais Pequeno tamanho do animal facilita o manejo Fácil de ser criado por mulheres e crianças Fazem a 'limpeza' do meio ambiente Facilidade de obtenção de pequenos valores para custear despesas urgentes Fáceis de serem transportados Docilidade dos animais	Susceptibilidade aos predadores Sensibilidade alta às parasitoses internas Doenças respiratórias comuns Susceptibilidade às sarnas Mortalidade alta nos jovens Valor comercial limitado Leite raramente aproveitado Facilidade de roubo Conferem limitado prestígio social

Nota: com base em informações obtidas junto a criadores de caprinos em distintos locais das sub-regiões estudadas.

Outras espécies animais

A criação de suínos também é frequente na região do 'Complexo da Ordenha', em particular nas sub-regiões planáltica e semi-árida do sul, sendo os animais mantidos em currais próprios e aí alimentados durante o período de culturas agrícolas ou na fase de engorda para venda. Depois das colheitas são soltos, deambulando pela área junto ao *eumbo*. Destinam-se sobretudo à obtenção de rendimentos. O burro é igualmente muito comum, sendo principalmente usado em trabalhos de tracção, puxando carroças e mesmo charruas, e também na transportação. O cavalo é bastante mais raro, servindo essencialmente como meio de transporte, particularmente na província do Cunene. A carne destas duas espécies não é aproveitada para consumo humano. As aves servem tanto para consumo, como (e principalmente) para fazer face a pequenas despesas.

6.1.1 Produção de leite

Uma das principais motivações dos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas presentes no Sudoeste de Angola é a produção de leite para consumo humano, contrariamente ao que acontece no sector empresarial ou comercial. Porém, a produção de leite das vacas autóctones apresenta-se extremamente baixa se comparada com aquela obtida utilizando raças especializadas exploradas em

sistemas intensivos modernos. Contudo, para além desses animais estarem adaptados ao meio em que vivem, não se trata de uma produção de leite especializada, sendo os animais explorados também para outros objectivos. Toda a vaca em lactação, qualquer que seja o nível da sua produção, é considerada uma vaca leiteira, sendo uma parte da produção aproveitada para consumo humano em detrimento do vitelo. Tendo em conta a fraca produção por vaca, as crias ficam numa situação de forte concorrência com o homem. Desse facto, podem resultar baixos níveis nutricionais e curvas de crescimento bastante abaixo das potencialidades genéticas dos animais. Entretanto, os criadores mostram sempre grande preocupação em dividir o *output* de leite de uma forma que prejudique o menos possível o crescimento do vitelo²⁵³.

Ainda que do ponto de vista zootécnico, seja geralmente conferida prioridade à produtividade por cabeça animal, os sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas da região do 'Complexo da Ordenha' são influenciados fundamentalmente pela produção obtida por unidade de superfície, que incorpora a carga animal e a produtividade por cabeça²⁵⁴. Portanto, a produção de leite por unidade de superfície constitui uma variável decisória para a estratégia do criador. Contudo, apesar da produção de proteína animal e de energia por unidade de superfície ser alta nestes sistemas tradicionais, o crescimento das crias, desde o nascimento à desmama, pode ser extremamente lento. Nas condições de exploração tradicional do gado presentes na região, a extracção de leite para consumo humano (*offtake*) pode afectar negativamente o desenvolvimento das crias, embora tal seja difícil de ser avaliado pois existem outros factores colaterais influenciadores, como a disponibilidade de água e frequência de abeberamento, início do funcionamento do rúmen, qualidade da alimentação, presença de doenças (particularmente de origem parasitária), etc.²⁵⁵. Todavia, para as sociedades pastoralistas/agro-pastoralistas da região, o acesso regular do grupo doméstico a um alimento de alto valor nutritivo²⁵⁶, como o leite, é de importância fundamental, sendo as taxas de crescimento lentas e maturidade retardada das crias consideradas como secundárias.

Na região do 'Complexo da Ordenha', a criação de gado em meio tradicional possui certas características únicas: (i) o leite e seus derivados são uma componente fundamental na dieta alimentar das populações locais, podendo mesmo acontecer que em determinados períodos a sobrevivência do grupo doméstico dependa basicamente da continuidade da sua produção; (ii) considerando que as vacas em lactação não são suplementadas, a produção de leite é essencialmente função da estação climática e não da fase de lactação, contrariamente à curva de

²⁵³ Existe um antagonismo entre os objectivos do homem, mais interessado em assegurar leite para as crias em amamentação, e a mulher, mais empenhada em obter leite suficiente para o grupo doméstico e, se possível, eventualmente para venda, já que é ela quem controla os valores obtidos com essa comercialização. Quando este antagonismo se exacerba, o homem, com receio que seja retirado demasiado leite às vacas em lactação, exerce um maior controlo sobre a ordenha, tomando-a, mesmo, por vezes, sob sua responsabilidade. Este facto pode provocar mudanças na divisão do trabalho e reduzir o acesso da mulher ao leite e, consequentemente, aos rendimentos dele obtidos.

²⁵⁴ Veja-se também 5.1.1.5 Gado e sustentabilidade das estratégias de meios de vida.

²⁵⁵ O desenvolvimento do animal nos primeiros meses de vida tem influência marcante na sua futura capacidade produtiva. Em África, de acordo com Nicholson (1984), baseado no facto do crescimento potencial dos vitelos poder ser calculado a partir do crescimento real e do conteúdo em energia metabolizável presente no leite retirado para consumo humano, vitelos de raça Boran poderiam ser 120 a 140% mais pesados aos oito meses se usufruíssem de todo o leite disponível da vaca. Embora tais dados sejam um tanto ou quanto académicos, ilustram um dos constrangimentos mais importantes relacionados com a produtividade animal em meio pastoralista e agro-pastoralista. Desta forma, os baixos pesos à desmama são comuns nestes sistemas de produção. Por exemplo, no Kenya, os bovinos Maasai apresentam pesos médios à desmama de 65 kg (Semenye & de Leeuw, 1984) e no sistema transumante do Mali de 61 kg (Diallo *et al*, 1981). Entretanto, Wagenaar *et al* (1986) trabalhando no Mali com rebanhos Fulani concluíram que, apesar do alto *offtake* de leite, os vitelos não perdiam peso.

²⁵⁶ A composição do leite de vaca é, em média, a seguinte: sólidos totais: 12,7%; gordura: 3,7%; proteína: 3,4%; lactose: 4,8%; cinzas: 0,7% (O'Connor, 1994).

lactação clássica observada em explorações leiteiras comerciais, onde os animais têm sempre acesso a uma dieta equilibrada. O rebentamento de nova pastagem depois do início das chuvas conduz a um rápido aumento da produção de leite em praticamente qualquer estágio da lactação, ao passo que durante a estação seca acontece um decréscimo acentuado dessa produção. Assim, as vacas cuja parição ocorra no início da estação das chuvas dispõem de pastagem abundante podendo a sua lactação atingir 600 a 1000 kg no decurso de cerca de oito e mesmo 10 – 12 meses. Pelo contrário, aquelas cujo parto decorra na estação seca, regra geral não produzem mais de 200 a 400 kg, sendo esta produção praticamente apenas suficiente para alimentar as respectivas crias²⁵⁷; (iii) considerando que, durante a estação seca, os níveis nutricionais são baixos e a água está, muitas vezes, restringida, a capacidade do animal produzir leite em situações de stresse nutricional e de sobreviver em condições climáticas adversas passa a ser mais importante do que a obtenção de produções altas de leite; (iv) considerando o papel crucial que o leite desempenha na dieta alimentar dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas, torna-se necessário manter um delicado equilíbrio entre a porção de leite (*offtake*) direccionada para consumo humano e a porção destinada ao vitelo (*intake*), uma vez que este último não tem acesso nem a substitutos do leite nem a suplementos alimentares. Em muitos casos, todo e qualquer aproveitamento de leite para consumo humano revelar-se-á prejudicial para a cria, conduzindo a casos de subnutrição crónica, uma importante causa de mortalidade nos animais jovens.

De uma forma geral, na região estudada, as parições registam maior concentração no período das chuvas (de Dezembro a Março) sendo, naturalmente, a partir dessa altura que a produção de leite é maior. A extracção diária de leite para consumo humano (*offtake*) pode variar imenso entre as estações, situando-se o seu mínimo na estação seca quente e atingindo o máximo no decurso da estação das chuvas²⁵⁸. Em plena estação seca é normalmente ligeiramente inferior a um litro (regra geral, entre ½ e 1 litro), enquanto na estação pluviosa pode ir até aos dois litros ou mesmo mais. O período crítico situa-se na estação seca quente, que antecede as chuvas, onde pode descer a menos de ½ litro, chegando mesmo a paralisar em alguns casos²⁵⁹. Para o Sudoeste angolano pode-se afirmar que a extracção de leite (*offtake*) é de cerca de 200 a 300 kg por lactação (inferior se a parição acontecer no decurso da estação seca), correspondendo, *grossa modo*, a aproximadamente 20-30% da produção leiteira total do animal²⁶⁰. Para além de possíveis eventos de seca, as reduções mais significativas na produção de leite *per capita* acontecem no decurso da estação seca quente, particularmente em anos de baixa pluviosidade ou em situações de alta densidade de população

²⁵⁷ Ensaios *on station* mostram que a capacidade de produção das raças indígenas é consideravelmente superior quando o seu regime alimentar é melhorado (Blench, 2001).

²⁵⁸ Em termos relativos e absolutos, a extracção de leite para consumo humano (*offtake*) varia de acordo com a estação do ano, fase da lactação, local (efeitos atribuídos a diferenças na gestão dos rebanhos e/ou características ecológicas que influenciam a saúde animal, produção de leite, frequência de abeberamento e/ou ingestão de forragem), tipo de animal e momento do dia em que a mungidura é realizada (Nicholson, 1983).

²⁵⁹ Tomando em conta a variação da produção de leite nas diferentes estações do ano, em geral toma-se como referência a extracção média anual de 1 litro diário por vaca para consumo humano. No seu estudo das comunidades agro-pastoris dos Gambos, Morais & Correia (1993b) indicam as seguintes extracções médias diárias (*offtake*) por vaca: época das chuvas (Janeiro a Maio) – 2,07 l; transição para a seca (Junho) – 1,67 l; seca (Julho a Outubro) – 0,89 l; transição para as chuvas (Novembro, Dezembro) – 0,79 l.

²⁶⁰ Em sistemas pastoralistas africanos a quantidade de leite retirada para consumo doméstico (*offtake*) é, por exemplo, de 200 kg/lactação nos Maasai (20 a 25% da produção) (Semenye & de Leeuw, 1984), de 235 kg/lactação no sistema de transumância do Mali (White Fulani), equivalente a cerca de 31% da produção total (Diallo *et al*, 1981), e de 312 kg/lactação para os Borana (Nicholson, 1983). Segundo Nicholson (1984), sendo a produção total de vacas White Fulani ao longo de seis meses de cerca de 430 kg, enquanto aquela referente aos Maasai é de 800 kg no decurso de dez meses, a produção diária será respectivamente de 2,4 e 2,7 kg. Vacas Boran na Etiópia produzem em média 680 kg no decurso de 7 meses, embora tenham sido observadas lactações mais longas no sistema Borana do sul do país, atingindo cerca de 750 kg (Nicholson, 1984).

bovina. Na generalidade da região do 'Complexo da Ordenha', a baixa taxa de extracção (*offtake*) deste produto no período seco do ano assume-se como um importante factor crítico para o bem-estar humano a curto prazo.

A localização dos currais relativamente aos pontos de abeberamento assim como a qualidade e quantidade de forragem existente no espaço percorrido pelo animal entre o curral e o local de abeberamento variam muito nas distintas zonas, facto que também influencia a produção e consumo de leite. A frequência de abeberamento de vacas e crias está inversamente relacionada com a distância a que o local de abeberamento se encontra, com os consequentes efeitos tanto sobre a produção de leite, como sobre as necessidades das crias em leite. A produção de leite decresce à medida que a distância entre curral e ponto de abeberamento aumenta, devido à menor quantidade de água ingerida, maiores distâncias percorridas pelos animais, maiores perdas de líquidos por parte destes e tempo de pastoreio mais reduzido. Assim, regra geral, grupos domésticos distantes de pontos de abeberamento obtêm uma produção de leite mais reduzida por vaca/lactação, pelo que a distância entre curral e ponto de abeberamento influencia igualmente a quantidade de leite destinada para consumo humano, reduzindo-se esta à medida que a referida distância aumenta²⁶¹.

Para além dos condicionalismos ambientais, diversos aspectos ligados à sanidade animal, mormente aqueles relacionados com as condições higiossanitárias do úbere, podem interferir negativamente na produção de leite. Levantamentos realizados pelo autor em diversos rebanhos apontam para prevalências altas (10 a 20%, particularmente na sub-região planáltica) de tetos inoperacionais em resultado da acção de carraças (Arthropoda, Ixodidae), particularmente do género *Amblyomma*. Esta situação, pouco observada na sub-região árida, vai-se agravando à medida que se caminha das áreas áridas para as áreas de clima sub-húmido húmido (sub-região planáltica), devido ao aumento das populações de *Amblyomma* spp. Se os quartos saudáveis do úbere forem incapazes de compensar aqueles afectados, este problema pode conduzir a uma redução significativa na produção de leite²⁶². Como, na generalidade, uma vaca apenas perde um ou dois tetos pela acção das carraças, embora a produção de leite fique prejudicada, o animal permanece produtivo, as carraças podem assumir-se como um constrangimento maior para o sistema em termos de eficiência na produção de leite, produto principal para as sociedades locais.

6.1.1.1 Estratégias de ordenha

O potencial de extracção de leite (*offtake*) do grupo doméstico pastoralista ou agro-pastoralista depende basicamente do tamanho do rebanho, da proporção de vacas em lactação e da capacidade de produção leiteira de cada vaca. A seguir à sobrevivência do vitelo, o critério mais importante na determinação da quantidade de leite a extrair refere-se às necessidades do grupo doméstico, as quais dependem de diversos factores, como o número de membros, estrutura idade/sexo, outros alimentos disponíveis, etc. As quantidades de leite extraídas podem apresentar variações muito amplas relacionadas, nomeadamente, com o número de animais ao dispor do grupo doméstico, portanto, com o seu grau de riqueza. Embora os grupos domésticos procurem sempre satisfazer as suas necessidades em leite ao longo das distintas estações do ano, a maioria acaba por imprimir uma variação sazonal. Contudo, enquanto para os grupos pobres essa variação sazonal no consumo de leite é uma necessidade, já para aqueles considerados ricos se trata mais de uma preferência.

O ritmo da ordenha (uma ou duas vezes cada dia) e a sua intensidade variam de acordo com a estação do ano, com a produção da vaca e com as opções do grupo doméstico. Quando praticada

²⁶¹ Para mais pormenores sobre o abeberamento do gado vide capítulo II, 1.2.7, água e pastoralismo.

²⁶² Estando 10 a 20% dos tetos inoperacionais, significa que um grupo doméstico que tenha uma média de oito vacas em lactação necessitará de mais uma ou duas vacas simplesmente para manter um nível equivalente de produção de leite.

duas vezes ao dia, sobretudo na época de pastagem abundante (estação das chuvas), é feita à mão, pela manhã, regra geral com início entre as seis e sete horas, antes das vacas abandonarem o curral de pernoita e novamente pelo final da tarde, depois do regresso dos animais do pastoreio. Na estação seca, nos casos em que a mungidura é praticada, acontece normalmente apenas ao fim da tarde.

No processo de ordenha o fluxo de leite é estimulado inicialmente pela cria, a qual, depois de cumprida a mungidura, esgota o restante leite ainda presente no úbere. A quantidade de leite retirada por animal depende do número de quartos ordenhados (na época seca em geral um, na das chuvas dois, ocasionalmente três) e do leite extraído de cada quarto. A quantidade de leite extraída por unidade de tempo decresce depois dos primeiros minutos de ordenha pelo que, quando existem bastantes vacas disponíveis, rapidamente se passa para outro animal, ficando o resto do leite para a cria. Contudo, nos casos em que as vacas em lactação são em número insuficiente, facto que acontece particularmente com os grupos domésticos mais pobres, com menos gado, regra geral a mungidura é feita mais a fundo.

Constitui convicção geral que a quantidade de leite que uma cria necessita varia com a idade desta, sendo maior nos primeiros meses de vida pelo que, nessa altura, se procura reservar, para aquela, uma porção importante do leite produzido, pelo que os criadores têm o cuidado de evitar retirar demasiado leite para consumo humano, sobretudo durante os primeiros quatro meses de lactação²⁶³. A partir desse momento, e à medida que o vitelo desenvolve um rúmen²⁶⁴ funcional, a percentagem de leite retirada para consumo do grupo doméstico regra geral vai aumentando gradualmente comparativamente àquela deixada para a cria. A quantidade de leite requerida pelas crias de maior idade, que já pastam, depende da disponibilidade de forragem e água, disponibilidade essa que está estreitamente relacionada com a estação do ano e a localização do curral. Quanto mais verde for a forragem, e quanto mais próximo estiverem forragem e água do curral, menos necessidade terão os vitelos em leite.

Outra questão que deve ser levada em consideração relativamente às estratégias adoptadas pelos criadores tradicionais de gado no Sudoeste de Angola é o facto de nem sempre todas as vacas em lactação presentes no rebanho serem ordenhadas. Regra geral, a proporção de vacas ordenhadas reduz-se à medida que o tamanho do rebanho aumenta. Algumas podem mesmo não ser praticamente ordenhadas devido a problemas de mamites, baixa produção, seu carácter pouco dócil, etc., ou são-no apenas durante uma parte do período de lactação. Desta forma, na maioria dos rebanhos e em determinado momento do tempo, apenas uma parte das vacas em lactação fornece leite para consumo humano, variando este número também com a época do ano²⁶⁵. Por outro lado, as vacas ‘geralmente ordenhadas’ não o são necessariamente todos os dias e em todas as lactações, pelo que o número de vacas mungidas em determinado momento é, muitas vezes, inferior ao das vacas ‘geralmente ordenhadas’. Usualmente, grupos domésticos que não necessitem de todo o leite disponibilizado pelas vacas em lactação preferem, por questões relacionadas com o trabalho, ordenhar menos vacas embora retirando maior quantidade de leite de cada uma, do que ordenhar mais animais, mas retirando menos leite por cabeça.

Em geral, são seleccionadas para ordenha aquelas vacas com crias mais jovens já que estas últimas são mais fáceis de ser maneadas e requerem menos leite. Também pode acontecer que uma

²⁶³ Nicholson (1984), estima que essa percentagem não seja superior a 30% da produção.

²⁶⁴ O mesmo que *bandulho* ou *pança*, parte do estômago dos ruminantes.

²⁶⁵ Morais & Correia (1993b) indicam, com base em dados obtidos junto às comunidades agro-pastoris dos Gambos, as seguintes percentagens de vacas em ordenha de acordo com a época do ano: chuvas (Janeiro a Maio) – 43,8%; transição para a seca (Junho) – 86,3%; seca (Julho a Outubro) – 22,4%; transição para as chuvas (Novembro, Dezembro) – 14,2%.

determinada vaca não seja ordenhada devido a diversas outras razões: o vitelo pode ter escapado do seu curral próprio e haver passado a noite junto à mãe, pelo que esta não será ordenhada na manhã seguinte; os vitelos que, porventura, não estejam já fechados no curral antes do regresso das respectivas mães da pastagem, podem escapar indo ao seu encontro e começarem desde logo a mamar, fazendo com que as mesmas já não venham a ser posteriormente mungidas, etc. Estes factos acontecem geralmente em grupos domésticos com maiores rebanhos, que não necessitam de fazer uma gestão muito cuidadosa e apertada dos vitelos e do leite retirado para consumo humano, havendo assim um certo relaxamento. Uma vaca também pode deixar de ser ordenhada se a sua condição física for deficiente ou se se apresentar doente. Se um vitelo estiver demasiado fraco ou doente, a respectiva mãe é ordenhada com menos frequência sendo-lhe retirado menos leite por mungidura, de forma a ficar uma maior quantidade disponível para a cria. De uma forma geral, os grupos domésticos com mais animais geralmente começam a submeter as vacas à ordenha mais tarde no decurso do período de lactação e param de o fazer mais cedo, comparativamente àqueles com menos animais (mais pobres).

A ordenha deve ser realizada em condições higiénicas adequadas e as vacas em lactação encontrarem-se em boas condições de saúde. Leite com deficiente qualidade higiénica pode causar doenças, principalmente diarreicas, aos seus consumidores e os seus derivados serem de má qualidade. Através do leite podem ser transmitidos microrganismos patogénicos ao homem, como *Salmonella*, *Mycobacterium tuberculosis*, *Listeria* e *Brucella*. Os microrganismos presentes no leite provêm tanto da própria vaca, que pode ser uma fonte importante dos mesmos, como de fontes externas, nomeadamente utensílios utilizados na ordenha, ambiente em que esta é feita e do próprio ordenhador. Uma vez que atinjam o leite, o seu número aumenta rapidamente. Evitar a conspurcação deste produto e a subsequente multiplicação de bactérias representa, portanto, um constante desafio no decurso da mungição e processamento do leite. Embora nos sistemas comerciais de produção de leite a higiene seja considerada como factor chave, em meio tradicional não existem virtualmente preocupações especiais a esse respeito, tanto no referente à ordenha em si, como ao processamento do leite, o que conduz à conspurcação e perda de qualidade deste produto alimentar e seus derivados com as consequentes perdas económicas e malefícios para a saúde humana. Refira-se, entretanto, que os seus principais consumidores e compradores não concedem grande importância a este aspecto²⁶⁶.

6.1.1.2 Consumo, transformação e comercialização de leite e produtos lácteos

Consumo de leite e sua relação com os cereais na dieta alimentar

O padrão sazonal do contributo alimentar do leite pode ser descrito resumidamente da forma seguinte²⁶⁷: na estação pluviosa, quando a produção é maior, as famílias usufruindo de vacas em quantidade suficiente, integram-no de maneira mais substancial na sua dieta alimentar, aumentando particularmente a sua proporção no prato básico (mistura de *pirão* com leite azedo). Neste período, enquanto o consumo de leite aumenta substancialmente, o de cereais sofre uma ligeira quebra. As famílias cuja reserva própria de cereais (massango e massambala, em algumas zonas também o milho) se tenha entretanto esgotado, procuram-nos obter nomeadamente através da

²⁶⁶ Segundo Blench (2001), a imposição de regras apertadas relacionadas com a higiene e tecnologia pode constituir uma ameaça para os sistemas tradicionais de produção de leite. Do ponto de vista de saúde pública, advoga-se a proibição da venda de leite azedo em áreas com rebanhos positivos à *Brucella* (GFA, 2011).

²⁶⁷ No seu estudo com comunidades *Gambwe* (*Nhaneca-Humbe*), Morais & Correia (1993b) obtiveram uma média de ingestão anual de leite por pessoa de 0,47 litros, com um máximo na estação das chuvas (Janeiro a Maio) de 0,85 l e um valor mínimo de 0,10 l na transição da época seca para a chuvosa (Novembro-Dezembro). Na transição da estação das chuvas para o cacimbo (Junho) a média por pessoa foi de 0,51 l, tendo sido de 0,17 l no decurso da estação seca (Julho a Outubro).

venda/permuta de gado ou mesmo de leite e seus produtos. Também, aquelas cujo número de vacas em lactação não seja suficiente para sustentar as respectivas necessidades alimentares, muitas vezes optam pela conversão de parte do leite em cereais, mais ricos em energia²⁶⁸. O período das colheitas coincide com o início do declínio da produção de leite. Porém, os termos de troca melhoram para os criadores de gado, pois a disponibilização de cereais aumenta, reduzindo-se o seu preço. Depois de colherem os seus próprios cereais, as famílias começam a consumi-los. Entretanto, aquelas que tenham excedentes de leite ou animais disponíveis podem ainda trocá-los por cereais e armazená-los, tirando vantagem de uma relação comercial que lhes é muito mais favorável se comparada com a da estação das chuvas. À medida que o cacimbo avança, a proporção de leite na dieta alimentar vai-se reduzindo, acabando mesmo por ser quase nula no período seco quente, particularmente no caso dos grupos domésticos dispondo de um efectivo bovino mais reduzido. Neste período, o leite fica essencialmente restringido às crianças, sendo então consumido fresco. Em muitas situações, o leite de cabra pode substituir o de vaca, especialmente na dieta alimentar das crianças (entre os *Cuvale*, também o leite de ovelha).

Visando um melhor conhecimento sobre o consumo do leite pelos diferentes membros do grupo doméstico, foi feito um exercício participativo de hierarquização com crianças em idade escolar (sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zona agro-económica 2) utilizando a técnica de empilhamento proporcional, cujos resultados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro II 19: Consumo de leite pelos membros do grupo doméstico.

Membro	Pontuação
Homens	5
Mulheres	4
Crianças (ambos os sexos)	16
Rapazes	8
Raparigas	11
Idosos (ambos os sexos)	6

Pontuação baseada na distribuição de 50 unidades pelas seis categorias de membros identificadas. Quanto mais alta for a pontuação, maior a quantidade de leite consumida.

Foi referido que, qualquer que seja a sua condição, crianças e membros do grupo doméstico que estejam doentes são sempre privilegiados na distribuição do leite. As mulheres, embora sejam elas a fazer a gestão do leite, são as que regra geral menos usufruem desse alimento. Foi mencionado que tal se fica a dever, em parte, ao facto da mulher ter o dever de distribuir o leite pelos restantes membros do grupo doméstico, antes dela própria se servir da sua parte. Por outro lado, foi afirmado que as raparigas tomam mais leite que os rapazes para ficarem belas, ao passo que os rapazes tomam mais leite que os adultos para adquirirem a força destes. Os idosos também devem ter sempre leite suficiente à sua disposição, não apenas por uma questão de respeito, mas também para terem mais anos de vida desfrutando de boa saúde. Não havendo doentes no seio do grupo doméstico, as crianças são sempre as priorizadas na distribuição do leite. Ocasionalmente, rapazes e homens que se encontrem a pastorear podem beber leite fresco recolhido directamente da vaca, quando acometidos de fome e sem outro alimento à mão.

²⁶⁸ Vendendo leite azedo (ocasionalmente manteiga) e adquirindo depois cereais. Situação ainda pouco comum, mas que se vem tornado cada vez mais vulgar.

Transformação

O leite é essencialmente consumido depois de fermentado, isto é, após acidificação (leite azedo, leite chocalhado, *mahini*, no seio dos *Nhaneca-Humbe e Ambós, mavele*, entre os *Herero*)²⁶⁹. O leite azedo é obtido deixando o leite fresco repousar e desdobrar-se dentro de cabaças (*ossupa*) onde o fermento que fica de uma ordenha actua sobre o leite da seguinte²⁷⁰. Este produto, que contém todas as propriedades do leite fresco, é de digestão fácil e pode ser conservado durante períodos mais longos²⁷¹. Nos períodos em que a produção é diminuta destina-se fundamentalmente às crianças, sendo então consumido fresco.

Para o fabrico da manteiga²⁷², depois de pelo menos um dia de fermentação, o leite é introduzido numa cabaça²⁷³ de grandes dimensões que depois é sujeita a movimentos de vai e vem até o leite ficar bem batido²⁷⁴. Isto normalmente é feito com a cabaça suspensa num pau horizontal assente sobre duas estacas bifurcadas bem enterradas e fixadas no solo. Para além deste processo, usado especialmente entre os *Ambós*, os *Nhanecas* também empregam um outro, em que utilizam cabaças mais pequenas, que vão chocalhando, colocando-as sobre as pernas, permanecendo o executante sentado²⁷⁵. Este método é também o mais usado entre os *Herero*. Para acelerar a coagulação do leite podem ser adicionados certos produtos, como pedaços da raiz de determinadas árvores (*oñhudji*, entre os *Ambós*). Depois de retirada a manteiga, esta é muito bem batida²⁷⁶ numa bacia de barro, sendo a parte restante do leite (*omahikwa*, entre os *Ambós*) consumida com pirão de massango ou de milho. O tempo dispendido no fabrico da manteiga depende de diversos factores, como temperatura, conteúdo do leite em gordura, acidez e quantidade de leite colocada na cabaça. Para além do seu papel alimentar, a manteiga é utilizada como gordura para uso cosmético ou terapêutico.

²⁶⁹ Sobre a importância da transformação do leite atenda-se ao seguinte texto: «Actividade importante entre os povos criadores e criadores-agricultores, é a batedura do leite, para fabrico do leite azedo, base de alimentação da maior parte destas etnias. Nesta prática, empenham-se geralmente as mulheres, agitando o leite em grandes cabaças-batedeiras ou cabaças-de-balanço, suspensas, por meio duma armação, dum troço de madeira disposto horizontalmente sobre dois troncos bifurcados. Também fabricam manteiga, batendo o leite em cabaças, sacudidas manualmente pelas mulheres.» In: Redinha, J. 1975. *Etnias e culturas de Angola*. Pág. 90.

²⁷⁰ O leite da ordenha da manhã junta-se ao da tarde do dia anterior e fica a repousar, sendo agitado a meio da tarde depois de acidificado. Os principais microrganismos intervenientes no processo são o *Lactobacillus plantarum* e o *Saccharomyces cerevisiae*.

²⁷¹ Existe a convicção de que o leite azedo é seguro, uma vez que sofreu uma fermentação. Esta, contudo, somente baixa o pH do leite de cerca de 6.8 para 4.5. Sob esta acidez, os organismos de *Brucella* são apenas ligeiramente afectados (Farrell, 1996). Este facto indica que o leite azedo continua ainda a ser uma possível fonte de infecção do homem por *Brucella*. Entretanto, de uma forma geral, o pH baixo retarda o crescimento de bactérias lipolíticas e proteolíticas protegendo, portanto, a gordura e proteína presentes no leite para além de inibir o crescimento de muitos agentes patogénicos. A acidez não retarda, contudo, o crescimento de bolores (O'Connor, 1994).

²⁷² *Omaadi*, entre os *Ambós*, *ongundi* em *Nhaneca*.

²⁷³ Denominada de *ohupa* entre os *Ambós*.

²⁷⁴ *Okuhika ohupa*, entre os *Ambós*.

²⁷⁵ Vide apêndice sobre ordenha e processamento de leite num grupo doméstico *Mwila*.

²⁷⁶ *Okulunga omaadi*.

Quadro II 20: Diagrama do processamento do leite.

Responsabilidade	Actividade	
Homem	Rebanho	
Homem	Vacas em lactação	
Rapazes (eventualmente homem)	Ordenha	
Mulher/raparigas/rapazes	Manuseio do leite	
Mulher/raparigas/rapazes	Crepe	Acidificação
Mulher/raparigas/rapazes	Batedura	LEITE AZEDO (<i>mahini</i>)
Mulher/raparigas/rapazes	MANTEIGA (<i>omaadi</i>)	
Mulher	Consumo pelos membros do grupo doméstico	Consumo pelos membros do grupo doméstico
Mulher	Ofertas (opcional)	Ofertas (opcional)
Mulher/raparigas/rapazes	Venda (opcional)	Venda (opcional)

Elaborado com base na observação e em informações obtidas na generalidade da região, particularmente na sub-região semi-árida do sul e sub-região planáltica.

Comercialização de leite e produtos lácteos

O leite tem tanto um valor directo de consumo, providenciando parte significativa das necessidades calóricas e proteicas das famílias, como um valor de mercado, através do qual podem ser obtidos rendimentos, aspecto ainda não convenientemente explorado pelos grupos domésticos na região do 'Complexo da Ordenha, já que a sua comercialização regra geral não é praticada. Usualmente os grupos domésticos partilham os excedentes de leite com parentes e vizinhos²⁷⁷. A venda de leite (geralmente leite azedo) só recentemente começou a ter alguma visibilidade, sendo feita basicamente por grupos domésticos vivendo próximo de mercados e de vias rodoviárias importantes, particularmente por aqueles tidos como pobres, mas de uma forma inconstante. Estes têm de decidir diariamente entre vender o seu leite (e também outros produtos pecuários, como ovos, etc.) com o objectivo de aumentarem os respectivos rendimentos, ou consumirem esses mesmos alimentos, de alto valor nutritivo, para melhorarem os níveis nutricionais dos seus membros. Considerando a riqueza dos referidos produtos em nutrientes, inclusive micro-nutrientes que ajudam a prevenir a 'fome oculta', qualquer decisão nesta matéria tem profundas implicações tanto na situação nutricional como económica das famílias. A venda é maior na estação das chuvas e varia muito entre as distintas sub-regiões e zonas agro-económicas, acontecendo principalmente na sub-região planáltica, dela se encarregando crianças e mulheres. Regra geral, riqueza e distância do mercado influenciam o tipo de produto lácteo vendido: leite fresco (azedo) ou manteiga²⁷⁸. Na sub-região planáltica não existe o hábito de fabrico e venda de manteiga. Nas restantes sub-regiões, embora a manteiga seja extensivamente usada, raramente é comercializada.

Os rendimentos obtidos com a venda de leite e seus produtos são, na generalidade, controlados pela mulher²⁷⁹. São aplicados, particularmente no caso dos grupos domésticos mais pobres, na satisfação

²⁷⁷ Grupos domésticos abastados normalmente não vendem leite, pois consideram que tal facto pode tirar a 'sorte' dos respectivos animais.

²⁷⁸ Grupos domésticos que vivam a mais de 20 km do mercado tendem a vender basicamente manteiga pois esta apresenta menor risco de deterioração (Coppock *et al*, 1992). Entretanto, como a elaboração de manteiga requer a acumulação de importante quantidade de leite, os grupos domésticos com menos cabeças de gado têm mais dificuldade em o fazer, estando esta prática ao alcance apenas daqueles grupos que disponham de suficiente número de fêmeas em lactação (Coppock *et al*, 1992).

²⁷⁹ Contudo, em determinados casos, foi-nos referido que os rendimentos obtidos com esta venda eram, de princípio, entregues ao chefe do *eumbo*, já que é este que normalmente determina a sua comercialização. Estudos levados a cabo entre os *Fulani*, no norte da Nigéria (Waters-Bayer, 1985), mostraram que a comercialização do leite e seus produtos conduziu à erosão do controlo da mulher sobre os mesmos reduzindo,

de necessidades prementes e na aquisição de cereais para a alimentação, contribuindo para a segurança alimentar da família²⁸⁰. Estes grupos domésticos socorrem-se da venda de leite como parte da sua estratégia de sobrevivência, comercializando pequenas quantidades que *a priori* são insuficientes para satisfazer as suas necessidades de subsistência, no sentido de obterem maiores valores de energia sob a forma de cereais, consequência dos termos de comercialização regra geral mais favoráveis ao criador. Desta forma, os grupos domésticos localizados próximo de mercados acabam por ter uma dieta alimentar mais rica em cereais mas mais pobre em leite, comparativamente àqueles localizados a maiores distâncias e que praticam em menor grau a comercialização do leite ou não a fazem mesmo. Contudo, embora este procedimento ajude a satisfazer as necessidades de sobrevivência do grupo doméstico a curto prazo, pode aumentar o risco de malnutrição tanto de vitelos como de crianças, pois estas passam a consumir maiores quantidades de cereais em detrimento do leite (os cereais são mais pobres em proteína) enquanto os vitelos se podem deparar também com uma redução significativa de conteúdo proteico na sua alimentação²⁸¹. Este comportamento demonstra que não é necessário um grupo doméstico produzir 'excedentes' de leite para comercializar este produto. Aqueles mais ricos que porventura também o comercializem utilizam os rendimentos obtidos de uma forma mais discricionária.

Papel da mulher

Sendo responsável pela distribuição e processamento do leite, alimento nuclear e principal fonte de proteínas das populações na região, a mulher influencia, de sobremaneira, o estado nutricional dos membros do grupo doméstico, particularmente das crianças. O seu papel relacionado com a decisão de venda de leite e formas de utilização dos rendimentos obtidos também influi no bem-estar do grupo doméstico. Influenciando a quantidade de leite a ser utilizada pelo grupo doméstico, também exerce influência sobre a quantidade de leite destinada às crias, facto que pode influir na taxa de crescimento destas e, consequentemente, o tempo que levam a atingir o peso adulto. Isto, por sua vez, influencia a taxa de crescimento do rebanho e a sua produtividade. Levando em conta o seu papel na utilização do leite, a mulher tem um conhecimento profundo de todo o rebanho, determinante para a monitorização do mesmo.

6.1.1.3 Leite de pequenos ruminantes

O leite de pequenos ruminantes assume importância secundária relativamente ao leite de vaca, sendo basicamente consumido por crianças, e eventualmente mesmo por adultos, particularmente na segunda metade da estação seca, quando o leite de vaca se torna insuficiente face às necessidades do grupo doméstico. Devido às suas características, os caprinos podem, no período seco do ano, fazer um melhor aproveitamento da forragem arbustiva disponível que bovinos e ovinos e, consequentemente, continuarem a produzir leite em períodos em que o leite de vaca escasseia. Desta forma, o leite de pequenos ruminantes pode, em determinados momentos do ano, ser uma importante fonte de energia. Entre os *Cuvale (Herero)*, os adultos não consomem leite de cabra (Carvalho, 1999). Todavia, alguns idosos recorrem ao leite de ovelha para suprirem carências em leite de vaca.

consequentemente, o seu poder no seio do grupo doméstico. A crescente integração dos *Fulani* no mercado conduziu a um maior controlo do homem sobre a ordenha e comercialização do leite e seus produtos. Pode ser, no entanto, demasiado simplista concluir que a comercialização apenas erosiona o poder da mulher. No caso de mercados onde o leite e seus produtos são convenientemente valorizados, o papel da mulher pode ser reforçado e o seu trabalho refocalizado na comercialização e não tanto na produção (Kristjanson *et al*, 2010).

²⁸⁰ Os grupos domésticos mais ricos utilizam de uma forma mais discricionária os rendimentos obtidos com a venda de leite.

²⁸¹ Intervenções pontuais e focalizadas que facilitem a comercialização do leite mas que também mitiguem os seus riscos poderão mostrar-se importantes para o bem-estar destes grupos domésticos.

6.1.2 Transacção de gado no Sudoeste de Angola

Os criadores de gado das diferentes comunidades etnolinguísticas do Sudoeste de Angola dispõem de diversos meios tanto para adquirirem como para se desfazerem de animais. Estas transacções podem ser agrupadas da seguinte forma: (i) transacções relacionadas com a saída de animais – venda, permuta, oferta e abate; (ii) transacções relacionadas com a entrada de animais – compra, permuta e oferta. A seguir é feita uma breve descrição destas formas de transacção, tal como ocorrem na região estudada. Estando a entrada de um animal em determinado grupo doméstico estreitamente relacionada com a sua saída de outro, em seguida são explanados essencialmente os aspectos relacionados com a permuta, oferta, comercialização e abate de animais.

6.1.2.1 Permuta

Os criadores de gado trocam frequentemente animais entre si. Esta permuta tem duas vantagens: o criador não necessita ter acesso ao mercado e conhece a história do animal. Também permite uma selecção genética melhor dirigida para as especificidades da região. Por outro lado, é vista como um acto de sociabilidade, servindo para o reforço das redes de solidariedade, podendo mesmo os animais envolvidos na transacção terem valor comercial e zootécnico muito diferente.

A permuta com comerciantes possui um peso importante na transacção de gado no Sudoeste de Angola²⁸². As relações de troca estabelecem-se tendo em conta, por um lado, o tipo, quantidade e preço das mercadorias que o comerciante dispõe e, por outro, as necessidades dos criadores de gado naquele momento, sendo a procura e aceitação das mercadorias incluídas nesse processo influenciada por diversos factores²⁸³.

6.1.2.2 Oferta

Nesta categoria são incluídas as ofertas completas (para festividades e cerimónias diversas, apoio em situações de doença, dádiva a uma mulher da família extensa que tenha dado à luz, durante visitas ou simplesmente por amizade) e as ofertas não completas de animais, em que o recebedor ou seus descendentes têm, no fundo, o dever moral de restituir. Em geral, os bovinos, devido ao seu alto valor, são ofertados apenas em casos de muita necessidade ou em eventos importantes. As ofertas mais comuns são constituídas por pequenos ruminantes, particularmente fêmeas imaturas (destinadas à reprodução), sendo a oferta de machos castrados direccionada para o abate, mormente em festividades tradicionais. Ocasionalmente, podem ser mesmo ofertadas nemas (novilhas). A oferta de fêmeas em idade reprodutiva raramente acontece.

²⁸² Morais & Correia (1993b) verificaram que, nas comunidades dos Gambos, 78% do rendimento proveniente da comercialização dos produtos agro-pecuários por *eumbo* era obtido por troca, 80% da qual era referida como tendo sido realizada em lojas de comerciantes locais.

²⁸³ Morais & Correia (1993b) enumeram alguns desses factores: grande consumo de bebidas espirituosas entre as comunidades; grande procura de cereais para acudir aos défices das insuficientes colheitas anuais, particularmente em anos mais secos; grande procura de açúcar na época das chuvas, devido à *ondjuluka* durante as *sachas*, uma vez que o *eumbo* beneficiário do auxílio dos vizinhos deve retribuir a ajuda ofertando '*omakau*'; após as colheitas sucedem-se inúmeros festejos (circuncisão, puberdade das raparigas, evocação dos espíritos dos antepassados, etc.), conduzindo a uma maior procura de tecidos, mantas, missangas e outros adornos, verificando-se o mesmo com as bebidas de fabrico artesanal; tecidos, mantas e bebidas alcoólicas também são muito solicitados quando ocorrem óbitos.

6.1.2.3 Abate de gado para utilização pelo grupo doméstico²⁸⁴

O abate do gado por ‘preferência’ processa-se principalmente em ligação com as festividades tradicionais tendo, consequentemente, a carne um consumo irregular ao longo do ano. A maior parte do gado bovino abatido destina-se aos festejos do rito de passagem das raparigas (*ehiko, efuko, efiku, efundula*)²⁸⁵. Bovinos e pequenos ruminantes também são sacrificados a pretexto de eventos socialmente previstos e sancionados, de cultos diversos, de sacrifícios que homenageiam e asseguram o contacto com os antepassados, para agradecer favores recebidos (boas colheitas, reprodução do rebanho, cura de doenças provocadas pelos ‘espíritos’, etc.), estando igualmente muitas vezes associados a acções de redistribuição e ostentação justificadas pelas mais diversas razões. Estes abates têm maior incidência na estação seca, altura em que o consumo de leite é menor, havendo assim, em certa medida, complementaridade das produções do rebanho para a satisfação das necessidades alimentares da população. Embora nestas festividades sejam igualmente abatidos pequenos ruminantes, a maioria dos abates são de gado bovino, em particular machos adultos²⁸⁶.

Também podem ser abatidos bois aquando da recepção de visitas muito importantes, do reaparecimento de um familiar ausente há longo tempo e cujo regresso permite o reagrupamento ou reaproximação da família, etc. Nestes casos são abatidos bois de ‘bom porte’, bem constituídos de carnes. Quando abatidos para honrar parentes, amigos ou visitantes ilustres, regra geral a pessoa homenageada contrai a obrigação de, mais tarde, proporcionar semelhante distinção ao organizador da festa que lhe foi dedicada. Aquando de óbitos, também podem ser mortas uma ou mais cabeças de bovinos ou pequenos ruminantes, de acordo com a importância do defunto. Entretanto, actualmente e em resultado da mobilidade das pessoas, muitos grupos domésticos possuem familiares vivendo em áreas urbanas usufruindo das necessárias condições para conservação da carne, familiares esses que muitas vezes solicitam o abate de reses do respectivo grupo doméstico (autoconsumo) ou, se este não dispuser de animais para abate, da própria comunidade de origem e o envio posterior da carne por via aérea ou terrestre²⁸⁷. Estima-se que aproximadamente 2 – 5% do rebanho bovino possa ser abatido para autoconsumo, dependendo, entre outros factores, da riqueza do grupo doméstico, das festividades levadas a cabo ao longo do ano e da eventual existência de membros residindo em áreas urbanas e sua posição social.

Em todas as manifestações festivas ou rituais o consumo da carne estende-se à comunidade local, beneficiando não apenas a família promotora da festividade como também uma faixa mais ampla da população local. No caso de amigos ou parentes não poderem estar presentes, são-lhes enviados pedaços de carne. Considerando que essa prática tem lugar em datas diferentes para os distintos *eumbos/ongandas* de uma mesma área, o período de consumo da carne fica assim alargado.

Os pequenos ruminantes (particularmente caprinos) constituem a maioria dos animais abatidos por ‘preferência’ fora de eventos festivos ou actividades relacionadas com cultos diversos, o que se justifica pelo seu menor valor socioeconómico e pelo facto da quantidade de carne que estes animais

²⁸⁴ Consulte-se igualmente capítulo I, 3.7.2.3, grupo doméstico e alimentação.

²⁸⁵ Nesta ocasião, a matança do boi além de prescrita constitui um momento de júbilo e de esplendor. Por seu lado, o ritual de passagem dos rapazes (*ekwendje*) já não envolve necessariamente o boi (Melo, 2007).

²⁸⁶ Morais & Correia (1993b) indicam que nas comunidades agro-pastoris dos Gambos o gado bovino abatido por ‘preferência’ reparte-se pelas seguintes categorias: vacas: 11%; bois de trabalho: 19,30%; outros machos adultos: 69,70%. Dados do GFA (2011) sugerem que, nos municípios de Bibala, Gambos e Cahama, são abatidos anualmente para cerimónias cerca de 1,95% dos animais do rebanho bovino.

²⁸⁷ Embora os grandes centros urbanos sejam abastecidos principalmente com carne importada, existe a noção generalizada de que a carne nacional é melhor. Com a melhoria das condições de vida das populações urbanas, este tipo de abate ocorre cada vez mais.

proporcionam ser geralmente ajustada para as necessidades do grupo doméstico²⁸⁸. São muitas vezes sacrificados para honrar visitas, embora nos grupos domésticos mais ricos também possam ser abatidos regularmente para consumo dos seus membros. As reses sacrificadas em cerimónias ou para fazer face a obrigações sociais, mormente a visitas, pertencem, globalmente, às mesmas categorias dos animais comercializados²⁸⁹. O abate de suínos destina-se fundamentalmente ao consumo do grupo doméstico.

Em geral, a carne consumida nos grupos domésticos fora das situações acima relatadas provém de animais sacrificados *in extremis* por doença ou acidentes (incluindo fracturas de membros). Também o são em situações de fraqueza extrema, com poucas hipóteses de sobrevivência, sobretudo no final da estação seca ou aquando de estiagem prolongada. Estes casos de abate *in extremis* podem mesmo contribuir substancialmente para o consumo de carne a nível do grupo doméstico. A carne de animais acabados de morrer é também, regra geral, aproveitada²⁹⁰.

6.1.2.4 Comercialização

O gado constitui o principal produto comercializado pelas comunidades rurais na generalidade da região, em particular na sub-região árida e sub-regiões semi-áridas de transição e do sul²⁹¹. O sistema de comercialização de reses para abate envolve os criadores (produtores), comerciantes de gado (comerciantes do mato, compradores rurais de gado, talhantes 'grossistas'), transportadores (desde indivíduos que deslocam os animais a pé do local de venda ao de destino, a camionistas e também transporte marítimo e aéreo), talhantes 'retalhistas' locais (essencialmente integrados no mercado informal), grandes matadouros, talhos em centros urbanos e, finalmente, os consumidores.

O circuito do comércio de gado e carnes nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe é complexo. Correia & Santos (1998) fazem uma caracterização do mesmo que, em linhas gerais, se mantém actual e que a seguir se apresenta: (i) os criadores tradicionais são os principais fornecedores de gado para abate, reprodução, recria e trabalho. Entre si existem transacções comerciais, o mesmo sucedendo com outras comunidades maioritariamente agricultoras, sendo aquelas baseadas na permuta de determinadas categorias e classes de gado por produtos alimentares. A comercialização de gado decorre principalmente na estação seca. No decurso da estação das chuvas os grupos domésticos procuram fundamentalmente acumular capital animal. (ii) As criações empresariais (fazendas e ranchos) não reúnem efectivos animais com expressão no abastecimento do mercado nacional. Muitos destes fazendeiros estão também inseridos na comercialização de gado e, com

²⁸⁸ No seu estudo das comunidades agro-pastoris dos Gambos, Morais & Correia (1993b) referem como motivações para o abate de pequenos ruminantes: festa do *efiku* (3,90%), festas rituais diversas (6,90%), óbitos (1%) e consumo do *eumbo* (88,20%).

²⁸⁹ Vide, mais adiante, 6.1.2.4.3 Atitude perante o mercado.

²⁹⁰ O aproveitamento da carne de animais mortos mesmo por doença resulta, em parte, do facto das comunidades atribuírem geralmente a doença humana a um conjunto de males resultantes da acção danosa de outrem (amigos, vizinhos ou mesmo familiares) ou, simplesmente, de espíritos (podendo mesmo serem os ancestrais), sendo, consequentemente, raramente atribuída aos fenómenos da natureza, onde se incluem os alimentos.

²⁹¹ Vide 5.1.1.5 Gado e sustentabilidade das estratégias de meios de vida. Por exemplo, as comunidades rurais dos Gambos (sub-região semi-árida de transição) comercializam diversos produtos que concorrem para o segmento monetário da sua economia, mas a componente animal (bovinos, caprinos e suínos) aparece claramente como dominante tanto no volume como no valor de produtos comercializados. A venda de bovinos corresponde a 3% do efectivo e registava-se em 41,2% dos *eumbos* (Morais & Correia, 1993b). Em termos de produção, a venda anual do gado bovino era equivalente a 235 Kg/*eumbo*, representando cerca de 60% do valor das receitas monetárias do grupo doméstico (Morais & Correia, 1993b). Inquéritos do GFA (2011) indicam que, nos municípios de Bibala, Gambos e Cahama, são vendidas anualmente 4,78% das cabeças bovinas do efectivo familiar.

actuação semelhante à dos comerciantes do mercado formal, adquirem gado aos criadores tradicionais, em particular animais jovens, quer para o aumento dos seus efectivos, quer para revenda como se tratando de sua produção própria²⁹². (iii) A rede de comerciantes do mercado formal de gado é bastante heterogénea em termos de estratégia e eficiência organizativa. Poucos são os comerciantes que possuem estabelecimentos fora da sede dos municípios operacionais e ali residam. Na maioria dos casos, as lojas localizadas fora da sede das vilas, por regra despidas de mercadorias, estão entregues ao cuidado de empregados, que aguardam por eventuais clientes. Os respectivos proprietários apenas ali se deslocam para os acertos de contas e evacuação ocasional de gado. (iv) O comércio praticado no mercado formal baseia-se fundamentalmente na permuta com mercadorias diversas, que o comerciante adquire por meios próprios junto aos importadores grossistas sem compromisso da contra-entrega de gado, e/ou os artigos de que carece são-lhe fornecidos a crédito por empresas comerciais interessadas em gado e/ou carne para o abastecimento de outras províncias. (v) O mercado informal de comerciantes de gado congrega uma variedade de agentes, residentes na província de actuação ou mesmo em outras. Nesta cadeia, a maioria é constituída por agentes ambulantes, vulgo ‘candongueiros’, que preferencialmente percorrem as zonas mais remotas e de mais difícil acesso, praticando com os criadores tradicionais uma comercialização especulativa e ocasional, com um reduzido leque de artigos permutáveis, em particular bebidas alcoólicas. O gado assim adquirido é por eles então conduzido para os mercados periféricos dos centros urbanos e/ou próximos aos principais eixos rodoviários e transaccionado com outros agentes que, por sua vez, se encarregam do destino final do gado (consumo local e/ou mercados formal e informal de gado e carnes de outras províncias). No último elo da cadeia do comércio informal as transacções são geralmente monetarizadas, sobretudo nos mercados informais dos principais centros urbanos.

Para além do anteriormente descrito, acrescente-se que determinados matadouros/casas de matança adquirem aos criadores tradicionais gado para abate por permuta ou pagamento em moeda. Dependendo da proximidade ao matadouro, o criador ou leva o gado aí directamente ou transacciona-o com agentes do próprio matadouro, em geral ‘comerciantes do mato’. Por seu lado, Neto (2008) inclui ainda no circuito o ‘comprador rural’, também designado por ‘comprador do campo’, em geral um indivíduo da comunidade rural, logo conhecedor da forma como os produtores agem, reagem e interagem ao realizarem as transacções comerciais no mercado e que transacciona directamente com o criador. Entretanto, devido ao seu limitado poder económico, o comprador rural é, muitas vezes, substituído pelo comerciante do mato e pelo ‘candongueiro’. Nos mercados informais estão presentes ‘negociantes de gado’ que transaccionam directamente com os criadores que aí levam animais para venda. Nos tempos actuais, as transacções de gado são cada vez mais monetarizadas, sendo com os ‘negociantes de gado’ localizados nos mercados informais e com os ‘compradores rurais’ que adquirem gado à ‘porta do curral’, que os criadores tradicionais mais interagem. Caprinos, suínos e galináceos são também, muitas vezes, vendidos junto às vias rodoviárias, particularmente em pequenas pracinhas que se formam ao longo das mesmas. Entretanto, realce-se que uma pequena percentagem de animais das diferentes espécies é transaccionada no seio das comunidades, entre os distintos grupos domésticos.

Os preços de aquisição de gado variam com a localidade, o agente e a forma de transacção. Regra geral, ao criador que reside em áreas mais remotas são oferecidos preços mais baixos para além das relações de permuta serem menos atraentes relativamente às mercadorias de contrapartida²⁹³.

²⁹² Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973) consultando actas das sessões do Conselho Legislativo de Angola (Acta nº 191, Luanda, 1970) indicam que 90 a 95% da carne exportada por Angola antes da independência nacional provinha, na realidade, do sector tradicional e não do sector empresarial.

²⁹³ Calcula-se que o preço da carne seja multiplicado por cinco desde que o animal é vendido pelo criador até à carne chegar ao consumidor. Se o criador tivesse a possibilidade de vender directamente a rês ao matadouro poderia obter pelo menos o dobro do preço (GFA, 2011).

Correia & Santos (1998) integram também no circuito de comercialização os ladrões de gado. Estes confundem-se com os agentes dos primeiros elos da cadeia do comércio informal de gado, aquando da transacção dos animais roubados. O roubo de gado vem conhecendo cada vez maior expressão na região, envolvendo um número elevado de animais que anualmente entra no circuito do comércio de gado e carne.

Não existe um cabaz de mercadorias específico para a permuta de determinado tipo de animal. Acontece, sim, que existem mercadorias mais procuradas consoante as necessidades e hábitos culturais das populações locais, mercadorias essas que nem sempre se encontram disponíveis no mercado em momento oportuno e a preços compatíveis com os rendimentos dos grupos domésticos. De um modo geral, tendo em conta as particularidades de cada região, entre essas mercadorias deve incluir-se sempre o açúcar, as bebidas alcoólicas, o milho em grão, os tecidos e as mantas (Correia & Santos, 1998). No comércio formal por permuta os produtos de maior importância são o óleo alimentar, o sal, o sabão e o açúcar (Correia & Santos, 1998). A estes produtos acrescentam-se as ferramentas agrícolas mais comuns assim como charruas e seus acessórios. Entretanto, nos tempos hodiernos, outros produtos, tais como rádios, bicicletas, motorizadas e seus acessórios, diverso material de construção, e mesmo televisores e telemóveis, vêm merecendo também a atenção. Para aquisição destes bens, regra geral os criadores procuram vender os animais em *cash*.

O comércio de gado com a República da Namíbia é, em maior ou menor grau, praticado por todos os agentes intervenientes no circuito de produção e do comércio de gado da região, assim como por agentes namibianos que se deslocam à zona fronteiriça, sendo principalmente os criadores das sub-regiões semi-árida de transição e semi-árida do sul aqueles que mais dele se socorrem. Os propósitos que animam este comércio, em que o gado assume o valor de moeda de troca, são a aquisição de bens e serviços não disponíveis e/ou de difícil aquisição no Sudoeste de Angola, mormente no âmbito da assistência médica e medicamentosa, e a aquisição de moeda mais estável e mais forte, *a priori*, que a moeda angolana, o Kwanza²⁹⁴.

Para além do comércio de gado de tracção e para reprodução que possa existir entre os criadores tradicionais e as comunidades de agricultores das províncias vizinhas, também alguns comerciantes do mercado formal da região e criadores empresariais operam este tipo de transacção de gado, em geral nos modos em que operam o comércio de gado para abate (Correia & Santos, 1998). Com o advento da paz e o desenvolvimento que se vem verificando no sector da agricultura, a região sudoeste vem servindo igualmente de local de aquisição de gado destinado ao repovoamento de outras regiões do País.

Ao longo do presente estudo diversos foram os constrangimentos relacionados com a comercialização do gado enumerados pelos criadores. Apresenta-se, em seguida, uma síntese dos mesmos:

- Carência de mercados e distâncias longas até aos mesmos;
- Falta de infraestruturas de apoio ao longo dos principais trajectos de deslocação do gado;
- Baixos preços pagos pelo gado sendo, por vezes, a relação de permuta/compra de cereais com base em gado demasiado desvantajosa para o criador;
- Falta de transparência na comercialização e burlas nos pagamentos;

²⁹⁴ Por diversas razões, os criadores de gado consideram o mercado namibiano como atractivo: aos vendedores são oferecidos valores em dólares namibianos, moeda considerada mais estável que o Kwanza (AKz). Por outro lado, o mercado namibiano oferece uma variedade de produtos mais ampla e diversificada que o angolano, para além de serem, regra geral, mais baratos, nomeadamente aqueles produtos direccionados para a agricultura e pecuária em particular.

- Custos fixos a que são obrigados nos mercados;
- Carência de bens adequados para a permuta; muitas vezes, quando o criador necessita de determinado bem, este não se encontra disponível;
- Inexistência dos cereais desejados pelo criador;
- Intermediários com limitações no capital rolante;
- Mau estado das vias de acesso.

É evidente que, no Sudoeste de Angola, o desenvolvimento e integração da pecuária tradicional na economia global do País passa pela reorganização do comércio rural, reforço em infraestruturas, mormente unidades de abate, e integração progressiva dos distintos actores no mercado formal.

6.1.2.4.1 Transporte de gado

Luanda, Benguela e Caala/Huambo são os principais centros destinatários do gado vivo comercializado no Sudoeste de Angola para fins de abate, sendo o respectivo transporte operado essencialmente pelas vias de cabotagem e terrestre. O gado para recria é encaminhado para as áreas receptoras regra geral de camião, ocasionalmente mesmo a pé. Para os criadores do Cunene, a República da Namíbia constitui também um importante destino de comercialização. Os principais mercados de gado vivo na região Sudoeste são: Chibia²⁹⁵, Bibala, Quipungo, Matala, Caluquembe, Chongoroi, Cahama, Xangongo, Namacunde e Calueque²⁹⁶. Para além destes existem outros, mas de menor importância.

Na generalidade, a deslocação do gado a pé²⁹⁷ continua a ser uma forma importante de conduzir animais dos pequenos mercados rurais isolados para os seus locais de destino, mormente grandes centros urbanos, principalmente se localizados a curta/média distância. Trata-se da modalidade de deslocação mais barata sendo, em muitas zonas da região, a principal forma de deslocação dos animais dos mercados rurais para os urbanos. Contudo, vem-se tornando cada vez mais arriscada e perigosa, devido à crescente ocupação de terrenos para a agricultura e demarcações empresariais diversas ao longo dos itinerários seguidos, vendo-se os pastores que se dedicam a este trabalho muitas vezes confrontados com conflitos e obrigatoriedade de pagamento de multas, para além do aumento do número de casos de assalto e roubo de animais no decurso do trajeto²⁹⁸. Os transportadores que realizam o percurso a pé são maioritariamente originários das áreas onde se situam os mercados primários e intermediários e devem ser perfeitamente conhecedores das vias de acesso e rotas com melhores condições para a deslocação do gado. O seu pagamento depende da distância a ser percorrida. Segundo GFA (2011), este tipo de transportação só é rentável para grupos com mais de 15 - 20 bovinos.

Outra forma de transporte usada é aquela feita por camião. Cada vez mais utilizado, tem como vantagem a sua flexibilidade. Contudo, tem contra si o facto das vias de acesso às várias regiões

²⁹⁵ Considerado como um dos mais importantes mercados de gado vivo, sendo o gado aí comercializado posteriormente distribuído pela generalidade do País. Os animais comercializados são provenientes sobretudo das comunidades periféricas e do município dos Gambos, assim como da província do Cunene, nomeadamente do mercado do Calueque.

²⁹⁶ Algum do gado aqui comercializado é oriundo da vizinha República da Namíbia, com todos os inconvenientes daí resultantes, tanto económicos como sanitários. A maioria do gado comercializado é depois transportada para os mercados da Chibia, Benguela e Luanda.

²⁹⁷ Estudos diversos indicam que a deslocação do gado a pé constitui, em África, a solução mais eficiente para o gado de grande porte, particularmente quando existem já rotas traçadas (Holtzman & Kulibaba, 1995).

²⁹⁸ Considerando a importância que revestem no processo de comercialização do gado da região sudoeste, os itinerários seguidos pelos condutores de gado deveriam ser protegidos e mesmo feitos melhoramentos públicos, nomeadamente no referente a pontos de água e reservas de forragem, para além de deverem ser dadas garantias relacionadas com a segurança de animais e pastores.

serem muito deficientes e se encontrarem, na generalidade, em más condições de manutenção. O transporte por caminho-de-ferro é pouco utilizado. Contudo, para certos trajectos equipados com linhas ferroviárias, pode representar uma alternativa mais económica comparativamente ao transporte por camião. Neste caso, o Caminho de Ferro de Moçâmedes poderá vir a desempenhar papel de relevo particularmente no que concerne ao transporte de animais do interior para o porto do Namibe para posterior transportação por via marítima em direcção a outras cidades do litoral de Angola, importantes mercados urbanos de produtos cárneos e agrícolas.

Nos quadros seguintes apresentam-se as formas de transporte do gado do local de produção para o mercado da Chibia (sub-região planáltica, zona agro-económica 2) e deste para o destino final.

Quadro II 21: Formas de transporte do gado bovino destinado à comercialização.

Forma de transporte	Do criador para o mercado	Do mercado para o destino final
A pé	20	11
Camião	-	9

Dados obtidos por discussão em grupo focal com criadores e comerciantes de gado na sub-região planáltica, zona agro-económica 2 (Chibia), mercado da Chibia, com base na distribuição de 20 unidades pelas formas de transportação identificadas conforme o grau de utilização.

Quadro II 22: Formas de transporte do gado caprino destinado à comercialização.

Forma de transporte	Do criador para o mercado	Do mercado para o destino final
A pé	17	1
Carrinha táxi	3	12
Camião	-	7

Dados obtidos por discussão em grupo focal com criadores e comerciantes de gado na sub-região planáltica, zona agro-económica 2 (Chibia), mercado da Chibia, com base na distribuição de 20 unidades pelas formas de transportação identificadas conforme o grau de utilização.

Verifica-se que, regra geral, o criador tradicional ou o ‘comprador rural’ que lhe tenha adquirido gado desloca as reses a pé para o mercado primário ou intermediário, vendendo-as então aos comerciantes que aí operam. Mesmo com os pequenos ruminantes tal acontece, apesar de, em diversos casos, haver disponibilidade de carrinha táxi, devendo-se este comportamento certamente ao facto de se pretenderem evitar despesas com transportes. Muito do gado comercializado no mercado municipal estudado é posteriormente também deslocado a pé para o seu destino final.

6.1.2.4.2 Abate de gado para fins comerciais

No Sudoeste de Angola, o abate de gado para fins comerciais processa-se nos seguintes locais e/ou estabelecimentos (Correia & Santos, 1998): (i) matadouros de prestação de serviços - incluem-se nesta categoria os matadouros industriais existentes no Lubango e Namibe e vocacionados para o efeito, e os matadouros municipais e casas de matança localizados nas sedes de alguns municípios. O gado abatido nestes locais está sujeito à inspecção sanitária pelas autoridades veterinárias locais. Para estes matadouros são conduzidos, pelos diversos agentes intervenientes no comércio de carnes, as reses a abater destinando-se a respectiva carne ao consumo local (talhantes do mercado formal) e aos mercados formal e informal de outras províncias do país. (ii) matadouros privados - são também sujeitos à inspecção veterinária, mas o gado abatido e a respectiva carne são propriedade das empresas proprietárias dos matadouros. A aquisição de gado é feita directamente aos criadores tradicionais, ou através de comerciantes contratados para o efeito, concentrado em parques de retém próprios, e a carne destinada ao abastecimento do mercado formal local ou de outras

províncias, particularmente dos grandes centros urbanos. (iii) abates clandestinos - entendem-se como tal os abates de qualquer espécie animal operados fora do locais sujeitos a inspecção veterinária oficial e cuja carne se destine ao comércio. São praticados abates desta natureza em praticamente todos os mercados paralelos peri-urbanos e/ou próximos dos principais eixos rodoviários da região. A opção por este tipo de abate reside no menor custo dos serviços e outros encargos, e no aproveitamento integral do animal pois não existem rejeições. Envolve tanto gado originário do comércio informal como animais roubados. A carne assim obtida é destinada quer ao consumo nas próprias províncias produtoras, quer ao mercado informal de outras províncias.

6.1.2.4.3 Atitude perante o mercado

No decurso do presente estudo, foram recolhidas nas distintas sub-regiões opiniões de criadores de gado e de outros actores sobre a comercialização de gado e que são a seguir sintetizadas.

A maioria dos respondentes afirmou que o propósito principal da sua criação de gado não era o de gerar rendimentos, mas advinha do facto dos animais serem não apenas activos económicos mas também sociais, para além do seu papel na cultura das sociedades locais. Contudo, em muitas áreas, a acumulação de animais vem-se tornando cada vez mais difícil devido à crescente dificuldade de acesso aos recursos naturais e ao facto de, na generalidade dos casos, terem de ser despendidos cada vez mais valores na manutenção do rebanho, mormente em assistência veterinária. Apesar de tudo, a criação de gado continua a ser vista como o principal meio disponível para gerar e acumular riqueza e elevar o estatuto e prestígio social.

Para além da obtenção de dinheiro para despesas urgentes, a principal razão para vender/permutar um animal advém da necessidade em cereais para alimento dos membros do grupo doméstico. Em geral, isto acontece quando a produção de leite do rebanho baixa conduzindo o grupo doméstico a um maior consumo de cereais e ao esgotamento das respectivas reservas. Isto explica o porquê da maioria dos animais ser vendida na metade final da estação seca e em situações de estiagem, apesar de nessa altura os preços serem geralmente menos favoráveis ao criador de gado. O grupo doméstico fá-lo normalmente quando já não dispõe de outra solução. Esta atitude pode ser explicada pela esperança que sempre existe de, em situações de estiagem, sobrevirem as desejadas chuvas ou, no caso de estrangimentos económicos, estes desaparecerem antes da necessidade última de vender um animal²⁹⁹. Assim, a generalidade dos grupos domésticos pode mesmo chegar a passar grandes privações antes de realmente se decidir a desfazer de algum animal.

Comercialização de bovinos

Na venda de bovinos são seguidos os seguintes critérios de prioridade: (i) venda de vacas maninhas (vacas consideradas como tendo terminado a sua carreira reprodutiva, fêmeas tidas como estéreis por não haverem concebido depois de vários anos ou não terem parido até determinada idade – 6 a 7 anos) e de muita idade (> 10 anos); (ii) venda de bois em ordem decrescente de idade; (iii) venda de machos não adultos (1-4 anos de idade); (iv) venda de vitelos (<1 ano de idade); (v) venda de vitelas (<1 ano de idade); (vi) venda de novilhas (1-4 anos de idade); (vii) novilhas (4 a 5 anos de idade); e (viii) vacas em reprodução (5 a 9 anos idade). Basicamente, os animais são vendidos em ordem inversa à sua importância para as estratégias de meios de vida do grupo doméstico. Por outro lado, os criadores sabem que podem fazer mais dinheiro comercializando animais em boa condição física, pelo que geralmente procuram vender um animal que esteja nesta situação pois, obtendo mais rendimentos com a sua venda, evitam ter de se desfazer de outras cabeças. Realce-se, contudo, que enquanto um grupo doméstico em boa situação económica normalmente possui todas as classes

²⁹⁹ Esta atitude é descrita como o 'jogo do optimismo'.

de bovinos à sua disposição, os mais pobres, que possuem apenas algumas cabeças, são muitas vezes obrigados a vender animais não adultos e fêmeas em reprodução.

Entretanto, a comercialização de bovinos pode ser condicionada pela necessidade de adopção de estratégias de gestão *ex ante* de riscos e por questões culturais e sociais. Para evitar ter de se desfazer de bovinos, o criador diversifica as suas fontes de rendimento, designadamente explorando também outras espécies animais, particularmente pequenos ruminantes, porcos e aves, assim como investindo na produção agrícola e mesmo em actividades *off farm* e *non-farm*. Além do mais, o facto de distintos membros (por exemplo, homens e mulheres) do grupo doméstico poderem ter diferentes direitos de usufruto e de decisão sobre o rebanho, relações e tensões intra-grupo doméstico pode limitar a venda daqueles animais que podem ser interpretados como ‘excedentes’. Para a venda de gado, sobretudo de bovinos, particularmente quando a mulher (por vezes também filhos e sobrinhos) usufrui também de direitos sobre o animal, o chefe de família tem de ‘negociar’ a possível transacção a nível do grupo doméstico, facto que influencia igualmente a venda de reses e, consequentemente, as taxas de extracção³⁰⁰.

Levantamentos da estrutura dos rebanhos realizados na região mostram que acima da idade de maturidade a maioria dos machos presentes no rebanho está relacionada com a reprodução e tracção. Se não fossem vendidos animais, e a não ser que um grande número cabeças de determinado sexo fosse abatido na unidade residencial, facto para o qual, no entanto, não existem evidências, os rebanhos deveriam ser constituídos por número idêntico de machos e de fêmeas. Uma vez que o gado constitui capital de trabalho para os criadores, é racional que estes procurem aumentar os rebanhos e mesmo reter a comercialização de animais em períodos em que os preços lhes sejam desfavoráveis. Por outro lado, também é perfeitamente normal que determinados animais desempenhem certos papéis na manada, mormente aquele de ‘condutores’, que assumam aspectos culturais e de ‘ligação com os antepassados’ (bois ‘soba’, bois sacralizados) ou que o criador por eles tenha um apreço especial, retendo-os. Estes factos são muito diferentes daquilo que se possa entender por acumulação irracional de animais, acusação muitas vezes dirigida contra pastoralistas e agro-pastoralistas.

Considerando as características dos sistemas tradicionais de produção, a monitorização da venda de animais jovens poderá constituir um indicador da vulnerabilidade dos grupos domésticos na região. O aumento do número de animais não adultos no mercado não deve ser interpretado como um comportamento mais ‘progressista’ do criador tradicional em direcção a conceitos mais ‘modernos’ de produção baseados nos conceitos ‘ocidentais’, mas antes como um sinal de deterioração dos seus activos de capital e, consequentemente, uma maior fragilidade económica do grupo doméstico. O mesmo se passa com criadores que estejam a comercializar fêmeas produtivas (a maior proporção do rebanho), indicador que, regra geral, constitui sinal de dificuldades económicas e sociais extremas. Globalmente, estes factos são evidência de que mais grupos domésticos podem estar a cair numa situação de pobreza.

Diferenças na riqueza dos grupos domésticos têm influência sobre os padrões de comercialização do gado. Das informações obtidas ressalta o facto de um grupo doméstico pobre, perante a necessidade de obter cereais para o seu sustento, muitas vezes não poder esperar que os animais atinjam o peso adequado para venda, comercializando então reses imaturas. Na generalidade, os grupos domésticos mais ricos possuem um rácio superior de vacas em lactação por membro, o que lhes proporciona maior segurança alimentar independentemente da estação do ano. Embora os grupos domésticos

³⁰⁰ Embora pouco se saiba acerca da sua influência sobre os padrões de comercialização de gado nas sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola, os múltiplos e, por vezes, sobrepostos direitos de distintos membros do grupo doméstico sobre os animais que compõem o rebanho, é reconhecido por diversos estudiosos (Ensminger 1992; Hutchinson 1996).

mais ricos possam vender um número absoluto de animais superior, a taxa de extracção a nível de rebanho pode ser inferior àquela dos grupos mais pobres (cabeças provenientes do *okupakessa* não podem ser comercializadas pelo grupo doméstico hospedeiro, pelo que não são incluídas na taxa de extracção). Entrementes, em tempos recentes, a agudização do roubo de gado (razia predatória ou comercial) que se vem alastrando de forma dramática na generalidade da região, pode obrigar os grupos domésticos a tomarem atitudes mais defensivas face à comercialização de gado já que a acção do 'ladrão de gado' pode limitar de sobremaneira a disponibilidade de animais para comercialização.

Comercialização de caprinos

Sendo os caprinos muito utilizados para a obtenção de pequenas somas monetárias e para responder a urgências, são a seguir apresentadas as principais razões para a comercialização desta espécie animal e respectiva importância.

Quadro II 23: Razões para a comercialização de caprinos e sua importância.

Razão	Pontuação
Obtenção de alimentos (cereais) para o grupo doméstico	5
Despesas com a saúde dos membros do grupo doméstico	3
Despesas relacionadas com assistência veterinária	2
Despesas escolares	5
Negócio	2
Compra de inputs agrícolas	3
Custear necessidades diversas do grupo doméstico	4

Pontuação de 1 a 5 de acordo com o grau de importância da razão evocada. Dados obtidos por discussão em grupo focal com criadores de gado e mulheres proprietárias de caprinos em diferentes locais das sub-regiões planáltica e semi-árida do sul.

6.2 Rendimentos e diferenciação social

O resultado das estratégias de meios de vida determina o grau de riqueza do grupo doméstico. Nas sociedades *Nhaneca-Humbe*, *Ambó* e *Herero* um grupo doméstico para ser considerado rico deve possuir bovinos³⁰¹. A terra, por sua vez, é considerada na generalidade como propriedade comunitária, legada pelos antepassados. Como um bem comunitário, não deve ser objecto de compra e venda nem de partilha. Não sendo a terra objecto de apropriação privada, contrariamente ao gado bovino, ela não confere riqueza ou importância estatutária. Portanto, o rebanho bovino é interpretado como se tratando de capital financeiro.

A diferenciação social é difícil de ser determinada já que não são facilmente visíveis sinais exteriores imediatos de riqueza para além de existirem fortes mecanismos de inter-ajuda e solidariedade nas sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola³⁰². Disso também dá conta Carvalho (1997), relativamente aos *Cuvalé*. Toda a gente veste, come e se apresenta instalada de forma aparentemente semelhante. A acumulação e a estratificação, se existirem, manifestam-se de outras maneiras. De qualquer forma, a estratificação e os sinais da diferença estão lá, só que inseridos noutra lógica e, consequentemente, noutra prática. Carvalho (1997)³⁰³ adianta que existem homens muito ricos cujo «gado é como *tyisinde*, capim rasteiro e que não acaba nunca, se expande

³⁰¹ Estermann (1957b) indica a existência de pequenos, médios e grandes proprietários de gado nessas sociedades.

³⁰² A organização social presente nas populações da região cria mecanismos de regulação que reforçam a estabilidade das famílias, ao mesmo tempo que tornam indesejáveis manifestações ostentadoras de riqueza.

³⁰³ In: Carvalho, R.D. de, 1997. *Aviso à Navegação*. INALD. Pág.67.

por toda a parte. Um homem assim pode até ficar parado, a riqueza que tem desenvolve sozinha, ele é um *elombe*. Depois há homens ricos que ainda assim têm que mexer-se para manter a riqueza, esses são *vahona*, há homem pobre normal, tem só dez bois ou coisa assim, é *hepi*, e há também o pobre máximo, *gonde*, é como o cão, que não tem nada». Carvalho (1997)³⁰⁴ descreve um homem *Cuvale* rico como «alguém que pode, como em toda a parte, usufruir à vontade daquilo de que necessita e sempre lhe sobram recursos, onde quer que vá e onde quer que esteja, e não desdenha dar prova disso, ou porque isso está implícito à sua capacidade de consumo num contexto social onde nada se consome sozinho, mesmo uma simples garrafa de licor que se tenha recebido de presente, seja porque dar prova dessa aptidão faz parte da sua própria estratégia de homem rico, riqueza chama riqueza. Só que aqui a satisfação das necessidades físicas, sociais e mesmo culturais passa por bois, cabritos e carneiros.» Contudo, na *onganda* onde reside, um homem rico pode não ter mais bois do que um outro menos rico. O seu gado está espalhado por todo o território *Cuvale* e, por vezes, mesmo além dele. Tem gado com os *buluvulus*, sobre o qual exerce um controle imediato, e tem gado nas mãos de parentes, de *ahumbetos*³⁰⁵, de amigos e de estritos dependentes.

Quando questionados sobre a definição de riqueza ou pobreza, tanto grupos domésticos pastoralistas como agro-pastoralistas mencionaram o número de bovinos como sendo um dos principais critérios para descrever a posição social de um indivíduo ou grupo doméstico. Contudo, a informação sobre o número de bovinos possuídos por determinado criador torna-se muito imprecisa devido à prática do *okupakessa*. Por outro lado, quando os respondentes afirmam que os bovinos são a variável que determina o ranking de riqueza de um grupo doméstico, isso não significa apenas o número de bovinos, mas o que isso implica. Um grupo doméstico que possua um número considerável de bovinos pode investir no gado como activo social. As mulheres podem dar filhos, e as filhas podem conduzir novamente a mais gado casando-se com membros de outras famílias que por sua vez devem fornecer um certo número de cabeças como *alembamento*.

Um grande número de bovinos implica uma grande família e uma rede social sólida, o que por sua vez conduz a uma posição alta na comunidade. Uma grande família (mais mulheres e mais filhos e sobrinhos) também significa maior disponibilidade de força de trabalho, o que leva ao aumento da capacidade para possuir mais gado e cultivar superfícies de terra mais extensas. O grupo doméstico também se apresenta mais forte que os restantes, podendo construir capital social e poder. Para os agro-pastoralistas, a área cultivada pode também constituir um indicador de riqueza³⁰⁶. Na sub-região semi-árida do sul, por exemplo, *eumbos* e respectivos *ongubos* das autoridades tradicionais e dos grupos domésticos mais ricos são geralmente maiores que os restantes, já que se tratam de famílias com mais gado e maior agregado familiar, nomeadamente mais esposas e, consequentemente, mais filhos e sobrinhos. Com base nas opiniões obtidas junto às comunidades, são considerados como pobres: (i) grupos domésticos sem animais; (ii) grupos domésticos com muito poucos animais, no limite da viabilidade da economia pastoralista/agro-pastoralista; (iii) grupos domésticos chefiados por mulheres; (iv) grupos domésticos no estágio inicial de formação.

A irracionalidade da óptica urbana não compreende o facto de pastoralistas e agro-pastoralistas, em particular os primeiros, não reconverterem a sua prosperidade naqueles consumos que a lógica ocidental associa à riqueza. Segundo Carvalho (1999), esta lógica não compreende que exibir colecções de luzidios e avantajados bois tem em conta as mesmas estratégias e preenche exactamente as mesmas funções que o facto de exibir avantajadas e luzidias viaturas acumuladas num quintal urbano constitui sinal de prestígio para o seu proprietário e confere expressão pública do seu poder. Deve ter-se em conta que os modelos são diferentes, tanto no referente aos

³⁰⁴ In: Carvalho, R.D. de, 1997. *Aviso à Navegação*. INALD. Pág.68.

³⁰⁵ Homens da mesma classe de idade.

³⁰⁶ De acordo com FEWS (Famine Early Warning System) (FEWSnet 2004/5), os grupos domésticos pobres cultivam em média 1 a 2 ha enquanto aqueles com mais posses e meios cultivam 3 a 5 ha.

resultados económicos procurados, como no concernente à realização pessoal e público junto ao qual interessa exhibir as provas do sucesso.

Considerando que as sociedades locais associam riqueza e pobreza à posse de gado, foi construída, por ilação, uma escala dicotómica baseada em adjectivos, para sintetizar os testemunhos descritivos de um grupo doméstico com gado em quantidade suficiente para dar cumprimento às suas estratégias de meios de vida, e de outro sem gado ou cujo rebanho seja demasiado pequeno para satisfazer as respectivas necessidades.

Quadro II 24: Atributos associados aos grupos domésticos ricos (com gado) e grupos domésticos pobres (sem gado ou com pouco gado).

Grupo doméstico com gado	Grupo doméstico sem gado ou com pouco gado
<i>Eumbo grande</i>	<i>Eumbo pequeno</i>
Muitas mulheres	Uma mulher
Muitos filhos/sobrinhos	Poucos filhos/sobrinhos
Alegre	Misantropo, melancólico
Felicidade	Sufrimento, tristeza
Asseado	Sujo
Beleza	Fealdade
Abundância	Carência, miséria
Generosidade	Mesquinhez
Abastamento (necessidades do grupo doméstico asseguradas)	Privação

Síntese de dados obtidos com base em entrevistas e discussão em grupo focal nas sub-regiões semi-árida de transição, semi-árida do sul e planáltica.

Como complemento, foi feita a caracterização global de um grupo doméstico supostamente rico e de outro considerado pobre, a qual se sintetiza no quadro seguinte.

Quadro II 25: Características de grupos domésticos ricos e grupos domésticos pobres.

Grupos domésticos ricos	Grupos domésticos pobres
Dono do <i>eumbo</i> rico, regra geral um homem maduro Grupo doméstico com muitos membros Várias mulheres, cada uma com diversos filhos Muita força de trabalho Possibilidade de acesso a diferentes fontes de força de trabalho <i>Eumbo</i> com muitas habitações, bem cuidadas <i>Eumbo</i> com área privada de grande dimensão Diversas parcelas cultivadas e de grande dimensão Cercas bem-feitas e de boa qualidade Excelente acesso à tracção animal Existência de charruas e carroças Grandes rebanhos de bovinos Muitos caprinos/ovinos Lavoura com charrua Grupo doméstico com diversas fontes de receita Maior capacidade de diversificação de fontes de rendimento Grupo doméstico com acesso fácil a dinheiro Posse de veículos (bicicleta, motorizada, por vezes viatura) Ligações sociais amplas e influentes Status social alto Boa capacidade de enfrentamento de choques	Dono do <i>eumbo</i> pobre (jovem adulto, por vezes mulher) Grupo doméstico com pequeno número de membros Uma ou duas mulheres Número de filhos reduzido Força de trabalho limitada Alguns membros do grupo doméstico regra geral fazem também trabalhos para terceiros <i>Eumbo</i> com poucas habitações, nem sempre bem mantidas <i>Eumbo</i> com área privada de pequena dimensão Pouca área cultivada Cercas de fraca qualidade Sem acesso ou com acesso muito reduzido à tracção animal Poucos bovinos Grande parte dos bovinos no curral não é sua pertença Alguns caprinos Geralmente sem charrua Sem carroça Lavoura feita manualmente ou mediante aluguer de tracção animal Acesso a força de trabalho muito limitado Pouca capacidade de diversificação de fontes de rendimento Regra geral sem veículos Ligações sociais pouco influentes Status social baixo Muito vulnerável aos choques

Informações obtidas com base na observação, em entrevistas e na discussão em grupo focal em distintos locais da sub-região planáltica e das duas sub-regiões semi-áridas.

Os dois exercícios mostram a importância do gado no estatuto dos grupos domésticos e sua diferenciação social a nível da comunidade. Apesar de esta tipologia apresentar algum grau de polarização, são adoptadas pelas comunidades locais um conjunto de estratégias³⁰⁷ que contribuem para minorar os efeitos da pobreza e para a promoção da equidade e do igualitarismo entre os grupos domésticos.

A pobreza é vista basicamente como uma insuficiência de activos e de rendimentos. Outros aspectos relacionados são a carência em alimentos e consequente malnutrição e fome entre os membros do grupo doméstico, habitação medíocre, saúde fraca e doença, capital humano deficiente, etc., para além da resultante exclusão social, sendo os pobres vistos como pessoas sem 'voz' e sem poder de decisão no seio da comunidade. A integridade do grupo doméstico apresenta-se fragilizada. Situações de pobreza generalizada numa comunidade ou conjunto de comunidades conduzem à fragilização das relações de confiança e reciprocidade entre distintos grupos domésticos conduzindo inexoravelmente ao enfraquecimento do capital social, regra geral um dos mais fortes entre as populações do Sudoeste de Angola.

³⁰⁷ A prática do *okupakessa* pode ser enquadrada nestas estratégias.



Figura II 17: Variação no tamanho e riqueza de distintos *eumbos* Ambó na sub-região semi-árida do sul.

Os *eumbos* maiores, mais ricos, possuem muitas casas individuais. Os conjuntos residenciais são rodeados por campos de cultura, regra geral bastante maiores quando pertencentes a um grupo doméstico mais rico se comparado com aqueles pertencentes a grupos domésticos mais pobres.



Figura II 18: *Eumbo* considerado rico na sub-região semi-árida de transição.

Ao centro encontra-se a área residencial delimitada por uma cerca e, junto a ela, os currais perfeitamente circunscritos. Próximo, encontram-se as parcelas destinadas às culturas agrícolas, com cercos distintos. O gado pastoreia em áreas comunitárias, utilizando os terrenos privados para fazer o aproveitamento dos resíduos das culturas agrícolas depois de terminadas as colheitas.

Mobilidade socioeconómica

No decurso do tempo, um grupo doméstico pode variar de estatuto, entre rico e pobre. Isto foi particularmente notório no decurso do conflito armado, em que para além do gado, muitos grupos domésticos também perderam direitos de propriedade, ferramentas agrícolas, culturas e sementes. O conflito armado arrastou grande parte dos grupos domésticos para uma espiral descendente de rendimentos, meios de vida e segurança, com excepção daqueles que encontraram novos 'nichos' para obtenção de receitas numa economia de guerra. Dados obtidos na região estudada indicam que, em geral, grupos domésticos ligados à criação de gado podem cair na pobreza em consequência dos seguintes principais grupos de causas: (i) conflito armado; (ii) secas, doenças epizoóticas do gado, roubos e acções de razia, ocasiões em que um criador de gado pode perder parte significativa dos seus animais; (iii) perda de acesso aos recursos naturais; (iv) mudanças sociais que conduzam a situações em que os jovens não adquiram as necessárias habilidades e percam o interesse pelo pastoralismo/agro-pastoralismo, abandonando-o. Quando são atingidos muitos grupos domésticos na mesma área, pode-se assumir que as redes de solidariedade também ficam debilitadas. Nestas situações, os grupos domésticos vulneráveis podem cair numa condição de pobreza crónica, podendo-se produzir 'bolsas de pobreza' no seio das comunidades atingidas.

Constitui opinião generalizada de que grande parte dos grupos domésticos se tornou mais pobre com a guerra. Tal aconteceu particularmente na sub-região planáltica. Confrontando os 'deslocados' de guerra com a sua situação anterior e posterior ao conflito a maioria opina que antes da guerra a

sua qualidade de vida era superior e que actualmente são mais pobres. Durante a guerra era difícil acumular riqueza pois havia poucas oportunidades de investimento e o risco de saque era alto na maioria das zonas agro-económicas.

O quadro abaixo sintetiza os factores que as comunidades consideram como influenciadores e determinadores da entrada ou saída de uma situação de pobreza por parte de indivíduos e grupos domésticos.

Quadro II 26: Factores que influenciam a mobilidade socioeconómica dos grupos domésticos.

Mobilidade positiva	Mobilidade negativa
Grupo doméstico numeroso Emprego Trabalhar bem Boas habilidades Educação Acesso a assistência veterinária, incluindo vacinas e medicamentos para o gado Boas práticas de cultura agrícola Tração animal Acesso a fertilizantes Sementes de boa qualidade Boas colheitas Acesso aos recursos naturais requeridos, como pastagem natural e locais de abeberamento para o gado Posse de terra para culturas agrícolas Posse das ferramentas necessárias às culturas agrícolas 'Aquisição' de gado (razia redistributiva) Mobilidade física Venda de excedentes de gado, de produtos pecuários e agrícolas Acesso a serviços de saúde de boa qualidade	Estiagem longa Práticas culturais deficientes Redução na fertilidade do solo Degradação ambiental Carência de fertilizantes Roubo de gado (razia predatória) e de produtos agrícolas Roubo de ferramentas agrícolas Perda de gado em consequência de acções de razia redistributiva Saque (factor ocorrido durante o conflito armado) Doenças do gado Insegurança Perda de acesso aos recursos naturais Idade avançada e invalidez de membros do grupo doméstico Alcoolismo Saúde deficiente e doença de membros do grupo doméstico Morte de membros do grupo doméstico Grupo doméstico sem, ou com poucos filhos Grupo doméstico com reduzido número de membros Falta das necessárias habilidades no seio do grupo doméstico Indolência

Informações obtidas com base em entrevistas e discussão em grupo focal com chefes e outros membros de grupos domésticos em diferentes locais das quatro sub-regiões definidas.

Note-se, contudo, que alguns dos factores indicados são idealísticos e foram apontados como condições essenciais que podem influenciar o bem-estar. Por exemplo, muitas vezes os respondentes ao indicarem a utilização de melhores ferramentas, como tracção animal e tractores, uso de fertilizantes, sementes melhoradas, acaricidas, vacinas, etc., fazem-no com base em ideias que têm, não indicando tal facto que os mesmos estejam em posse dos referidos inputs.

6.3 Segurança e insegurança alimentar

A posse de gado constitui factor-chave para a segurança alimentar³⁰⁸ dos grupos domésticos rurais no Sudoeste de Angola, os quais dependem, em grande medida, dos rendimentos obtidos com a

³⁰⁸ *Segurança alimentar* pode ser definida como sendo o acesso físico e económico por todos os indivíduos, em todo o momento, a alimento suficiente, seguro e nutritivo de forma a poderem usufruir de uma vida activa e saudável (World Food Summit, 1996). Esta definição de segurança alimentar cobre as dimensões chave de disponibilidade alimentar, acesso aos alimentos, utilização dos alimentos e estabilidade no fornecimento de alimentos. Existem três pilares fundamentais em segurança alimentar: (i) Disponibilidade: refere-se à quantidade de alimentos que pode provir da produção própria, importações, reservas, ajuda alimentar, ou

produção pecuária para satisfazerem as necessidades dos seus membros, particularmente as nutricionais³⁰⁹. Em anos considerados ‘normais’ a base alimentar dos grupos domésticos é, basicamente, a seguinte: (i) produtos pecuários (leite e carne); (ii) produção agrícola própria; (iii) produtos agrícolas obtidos por permuta (gado por cereais) ou compra; (iv) pesca, caça e colecta³¹⁰. Ordenados de acordo com a sua contribuição calórica e proteica, cereais, leite e carne são os alimentos básicos de maior importância na dieta alimentar da generalidade dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas na região³¹¹. A produção agrícola obtida pelo grupo doméstico raramente é suficiente para assegurar as suas necessidades ao longo do ano, pelo que o gado se

remessas; (ii) Acesso: reporta-se à capacidade das pessoas de adquirir alimentos por compra, troca, etc.; e (iii) Utilização: alude ao processo (escolha, processamento, confecção e distribuição do alimento pelos membros da família) de consumo dos alimentos numa dieta adequada. Por sua vez, *insegurança alimentar* refere-se à condição em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes em determinado momento. Tomando 2100 kcal como sendo as necessidades energéticas médias diárias por indivíduo, Devereux (2006) define várias categorias de insegurança alimentar: (i) insegurança alimentar severa – menos de 1500 kcal diárias; (ii) insegurança alimentar moderada – entre 1500 e 1800 kcal diárias; (iii) insegurança alimentar ligeira – entre 1800 e 2100 kcal; (iv) segurança alimentar – consistentemente acima de 2100 kcal diárias. Factores que coloquem constrangimentos na disponibilidade e acesso aos alimentos e sua consequente utilização, conduzem a situações de insegurança alimentar. Devereux (2006) identifica dois cenários para os grupos domésticos: (i) ‘grupos domésticos vulneráveis’, expostos a choques de acção lenta que vão provocando a erosão da capacidade dos grupos em lhes fazer frente e empurrando-os para a insegurança alimentar crónica; (ii) no caso dos ‘grupos domésticos resilientes’ a exposição a choques repetidos está associada ao reforço da capacidade de gerir esses choques, quer porque os grupos domésticos desenvolvem estratégias adaptativas eficientes como, por exemplo, a diversificação de meios de vida, ou porque intervenções externas eficazes como, por exemplo, a protecção social, possibilitam a esses grupos proteger e fortalecer a sua base de activos. Fome é definida como sendo o decréscimo prolongado na ingestão de alimento por grande número de indivíduos a níveis inferiores aos necessários para a manutenção de uma condição nutricional aceitável. Muitas vezes, a fome ocorre não por falta de alimento, mas porque os grupos domésticos pobres não têm acesso a esse alimento.

³⁰⁹ A insegurança nutricional reporta-se não apenas à disponibilidade de suficiente volume e quantidade de alimento, mas também à sua preparação e utilização assim como à adequação da dieta e quantidade de alimento ingerida pelos indivíduos. É, basicamente, o resultado, do ponto de vista dietético, da privação de alimentos. Num grupo doméstico com insegurança alimentar, a insegurança nutricional pode não ser idêntica para todos os seus membros. Indivíduos diferentes podem ser atingidos de forma diversa. Enquanto a insegurança alimentar é afectada pela vulnerabilidade dos sistemas e estratégias de meios de vida, a insegurança nutricional é também influenciada por factores de saúde, cuidados e práticas alimentares não correctos, e deficiências nutricionais. Isto pode variar muito, mesmo no interior de determinado grupo doméstico, se existirem diferentes níveis de direitos/poder social no seu seio. A insegurança nutricional conduz à subnutrição e desnutrição dos indivíduos, isto é, a condições fisiológicas anormais causadas quer por deficiências, excessos ou desequilíbrios em energia, proteína e outros nutrientes, quer por inadequada quantidade de alimento ingerido ou insuficiente absorção (Mason, 2002).

³¹⁰ Sen (1981) realça a importância dos factores económicos na segurança alimentar. Estes incluem a capacidade de compra/permuta dos grupos domésticos, os activos e estratégias em que estes se baseiam para obterem o necessário poder de compra, as relações de mercado que influenciam o acesso ao alimento que não é produzido pelos indivíduos/grupos domésticos em questão (assim como outros meios legais pelos quais o alimento é adquirido). Sen (1981, pág.1) afirma: «morrer de fome é característico de algumas pessoas que não têm alimentos suficientes para comer. Não é característico de não haver alimentos suficientes para comer. Se isto pode ser uma causa daquilo, é apenas uma das muitas causas possíveis». Ainda segundo Sen (1981), existem quatro ‘direitos’ através dos quais os grupos domésticos obtêm alimento: (i) direito baseado na produção; (ii) direito baseado na troca; (iii) direito baseado no próprio trabalho; (iv) direito de herança ou transferências (grupos domésticos exercem direito junto a outros actores/instituições para terem acesso ao alimento).

³¹¹ *Grosso modo*, pode-se afirmar que entre 30 a 50% das necessidades calóricas diárias são cobertas por cereais, cerca de 25 a 35% pelo leite, e o restante pela carne, peixe e produtos de colecta.

torna imprescindível para a obtenção de cereais mediante permuta ou compra³¹². No balanço anual das disponibilidades alimentares o período mais crítico corresponde ao início das chuvas (Outubro – Dezembro, consoante a zona), particularmente se as reservas de cereais foram insuficientes, já que nessa altura a produção pecuária contribui pouco para o abastecimento alimentar das famílias. Regra geral, os grupos domésticos mais ricos obtêm os cereais de que necessitam a partir da permuta ou venda de gado, enquanto os mais pobres o fazem a partir da prestação de trabalho para terceiros (podendo incluir a migração temporária), venda de lenha e carvão, de bebidas tradicionais, de produtos de colecta e da pesca, etc.

Constituindo o leite o principal alimento proteico das comunidades na região do ‘Complexo da Ordenha’, todos os factores que influenciem negativamente a sua produção perigam a segurança alimentar familiar. O grau em que os grupos domésticos são capazes de se auto-sustentar em leite está relacionado com o número de vacas em lactação a que têm acesso. Considerando o sistema tradicional de dispersão de animais (*okupakessa*) que conduz a uma distribuição relativamente uniforme de bovinos pelos distintos *eumbos* independentemente do proprietário *de jure*, a contribuição do leite para a dieta alimentar familiar é aparentemente semelhante mesmo entre grupos apresentando diferentes graus de riqueza. As diferenças entre os distintos grupos de riqueza são evidenciadas na relação da permuta/venda de bovinos para obtenção de cereais, já que os verdadeiros proprietários dos animais controlam os direitos da sua venda³¹³. Esta distinção deve ser levada em consideração quando se estuda a dinâmica da permuta e venda de gado para obtenção de cereais no âmbito da economia alimentar local. Entretanto, em caso de necessidade, o proprietário *de jure* dos animais pode reclamá-los (sobretudo em situações advenientes de choques), facto que pode conduzir a uma eventual deficiência no suprimento em leite do grupo doméstico hospedeiro.

O abate do gado processa-se principalmente em ligação com as cerimónias socioculturais tradicionais tendo, conseqüentemente, a carne um consumo irregular ao longo do ano. No período de festividades, que regra geral se estende pelos meses de Junho e Julho, o consumo de carne é relativamente semelhante entre os distintos grupos domésticos da comunidade, já que normalmente todos participam nas diferentes actividades festivas³¹⁴. A carne consumida fora das festividades provém fundamentalmente de animais sacrificados *in extremis* ou acabados de morrer³¹⁵. A maioria dos animais abatidos por ‘preferência’ é da espécie caprina. Regra geral, os grupos domésticos mais ricos, detentores de maiores rebanhos de caprinos, fazem mais uso destes animais na sua dieta alimentar.

Nas quatro sub-regiões do ‘Complexo da Ordenha’ os grupos domésticos têm pontos de vista semelhantes no respeitante à sua percepção sobre segurança alimentar, havendo sido enumerados como seus sinais caracterizadores:

³¹² Foi referido que, considerando o reduzido tempo de conservação do leite, mesmo sob a forma de manteiga, no decurso da estação seca, com a redução da sua produção, particularmente naqueles casos com menor número de cabeças de gado, os grupos domésticos ficam muito dependentes das reservas cereais existentes, logo, dos cereais armazenados tanto pelos próprios como pelos agricultores com quem mantêm directa ou indirectamente relações comerciais e de permuta. Vide igualmente 5.1.1.5 Gado e sustentabilidade das estratégias de meios de vida.

³¹³ Por exemplo, determinado grupo doméstico que seja proprietário de 20 bovinos, mas que faça a gestão de 50 cabeças, pode utilizar o leite fornecido por toda e qualquer vaca presente na totalidade dos 50 animais, mas apenas pode retirar reses para venda/permuta daqueles vinte que são sua pertença.

³¹⁴ Para mais pormenores, consulte-se capítulo II, 6.1.2.3, abate de gado para utilização pelo grupo doméstico.

³¹⁵ De acordo com a prática do *okupakessa*, o grupo doméstico hospedeiro não tem o direito de abate sobre os animais que tem a seu cargo mas que não sejam sua pertença, apenas podendo aproveitar a sua carne em caso de morte natural ou em situações de abate *in extremis*. Para mais pormenores vide, igualmente, no presente capítulo, o ponto 6.1.2.3, dedicado ao abate de gado para utilização pelo grupo doméstico.

Riqueza em gado (especialmente bovinos)
Disponibilidade de tracção animal e ferramentas agrícolas
Boas colheitas
Comer regularmente
Membros do grupo doméstico usufruindo de boa saúde
Disponibilidade diária de leite
Ter sempre cereais (massambala, massango, milho) disponíveis para a alimentação
Ter comida e bebida suficientes para poder oferecer aos visitantes
Membros do grupo doméstico ficam satisfeitos com a comida que comem
Disponibilidade de água
Disponibilidade de produtos de recolha.

6.4 Sustentabilidade da base de recursos naturais

O discurso ambiental das populações da região do 'Complexo da Ordenha' é simples e espontâneo, baseando-se no conhecimento empírico derivado de uma longa interacção e contacto com o meio ambiente. As comunidades locais reclamam contra a degradação ambiental provocada pela destruição da mata (dificuldade na obtenção de lenha e de paus adequados para edificação dos espaços residenciais e respectivas cercas; necessidade em percorrer distâncias cada vez maiores para sua recolha), sobre-exploração dos recursos hídricos, formas de agricultura insustentáveis, erosão dos solos, grandes explorações agropecuárias (fazendas)³¹⁶, desertificação, e até algumas explorações mineiras³¹⁷, advogando igualmente que algumas empresas não levam em consideração florestas e formações rochosas simbólicas ligadas aos seus antepassados e cultura. A população também relaciona muito a redução de biomassa vegetal com uma suposta diminuição da pluviosidade. Evoca igualmente o facto de, regra geral, a água ter de ser obtida cada vez mais profundamente, já que as cacimbas têm de ser escavadas com maior profundura (lençóis freáticos localizados mais profundamente). Por outro lado, não têm existido, da parte dos serviços do Estado, as necessárias respostas e medidas integradas em políticas consentâneas de defesa do meio ambiente.

Na região, o impacto humano sobre o meio ambiente deriva tanto de causas endógenas às próprias comunidades (destruição da mata, corte de lenha, feitura de carvão, etc.) como exógenas (ocupação de terras pelo sector empresarial, usurpação de pontos de água, indústria madeireira, exploração mineira, etc.) e pode ser dividido em três componentes principais: pressão de pastoreio, desmatamento e corte de lenha, fabrico de carvão e corte de paus para levantamento de cercados. Cada uma destas componentes é seguidamente abordada:

(i) Pressão de pastoreio – o sistema de produção baseia-se no conhecimento profundo dos distintos recursos forrageiros naturais e sua disponibilidade, geralmente relacionada com a água, em diferentes épocas do ano. Regra geral, nas áreas adjacentes aos pontos de água e ao longo das rotas mais utilizadas pelos pastores com o seu gado podem ser observadas as já esperadas zonas 'sacrificadas'³¹⁸, embora normalmente não demasiado severas. No decurso das visitas feitas, verificou-se que ainda que algumas áreas tenham sido pastoreadas até à exaustão e limpas de grande parte da sua cobertura pascigosa, outras apresentavam abundância de pasto. Supõe-se que,

³¹⁶ Ocupação de terras por fazendeiros conduz à redução da superfície de pastagem e consequente sobrepastoreio das restantes áreas; também restringe as rotas de transumância e o acesso a pontos de água, com a consequente sobre-exploração dos restantes.

³¹⁷ Este tipo de preocupações, que também vem sendo manifestada de uma forma geral nos países em desenvolvimento de forma cada vez mais frequente e veemente, tem sido designado de 'ambientalismo dos pobres' (Guha, 1997).

³¹⁸ Também denominadas de áreas de 'calcamento' ou de 'calcagem'.

em anos normais, exista suficiente pastagem, o que é confirmado pela generalidade dos criadores de gado, que afirmam que o pasto não é um factor limitante excepto em situações de ocupação de terras pelo empresariado e no decurso de períodos prolongados de seca. Apesar do importante número de caprinos, o facto de estes serem essencialmente brotadores poderia inibir a regeneração de arbustos mas tal não parece ser o caso nem foi assinalado pelas comunidades locais. As evidências indicam que o sistema de gestão dos recursos naturais é feito de forma essencialmente pro-reactiva pelos grupos domésticos que, para isso, utilizam informações sobre condições de pluviosidade e de disponibilidade de forragem, complementadas pelo saber tradicional e padrões de deslocamento entre áreas com suficientes recursos pascigosos e aquíferos ao longo das diferentes épocas do ano.

(ii) Desmatamento – a desbrava de parcelas destinadas às culturas agrícolas provoca alguma desflorestação local. Normalmente, são limpas áreas com cerca de 5 ha por *eumbo* sendo os arbustos utilizados nas vedações. Os campos agrícolas são trabalhados durante 5-10 anos até que problemas de fertilidade do solo ou problemas de infestantes forcem a sua mudança. Entretanto, no espaço adstrito ao *eumbo* nem toda a terra é usada anualmente pelo que existe ainda um pousio adicional. Em áreas usadas como lavras o coberto vegetativo certamente não recupera completamente antes de ser novamente limpo mas tal não significa necessariamente que, face à densidade populacional e métodos de cultura actuais, a prática seja insustentável.

(iii) Lenha para uso doméstico, fabrico de carvão e obtenção de paus para construção de habitações e cercas - a lenha é essencialmente obtida a partir de arbóreas e arbustivas mortas ou da vegetação resultante da limpeza das lavras. Na generalidade, as comunidades não reclamam que a obtenção de lenha seja um problema, embora em diversas áreas seja referido que têm de ir buscar a locais cada vez mais distantes. Em determinadas áreas, as arbóreas que fornecem o necessário material para edificação de habitações e cercas começam a escassear, mas considerando a natureza dispersa do povoamento não parece que tal constitua uma ameaça imediata para o meio ambiente. Entretanto, esta situação pode vir a deteriorar-se rapidamente com a continuada desmata orientada para a venda de lenha e fabrico de carvão, que vem acontecendo com maior incidência na sub-região planáltica, particularmente em povoados situados junto às principais vias rodoviárias.

Capítulo III – VULNERABILIDADE E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS ADOPTADAS PELO CRIADOR TRADICIONAL DE GADO

Neste capítulo são abordados os diversos aspectos relacionados com vulnerabilidade, riscos e resiliência dos grupos domésticos. Depois de uma introdução teórica, são identificados os riscos e choques a que os criadores tradicionais de gado estão sujeitos no Sudoeste de Angola, os principais factores de vulnerabilidade e as estratégias de gestão ex ante de riscos e de enfrentamento de choques adoptadas.

1 GENERALIDADES

Este subcapítulo apresenta uma breve revisão dos aspectos teóricos relacionados com a vulnerabilidade e estratégias de resposta adoptadas pelos grupos domésticos face aos riscos e choques que têm de enfrentar, bem como sobre a sua resiliência e vulnerabilidade.

Risco pode ser definido como a probabilidade de um determinado evento (*choque*) ocorrer. Existe uma incerteza relativamente ao momento da ocorrência e à magnitude do evento. A exposição ao risco mede a probabilidade do mesmo ocorrer. A concretização dos riscos leva aos *choques* (eventos de risco). *Sensibilidade* refere-se à magnitude da resposta de um sistema a um evento externo. *Resiliência* alude à facilidade e rapidez com que o sistema se recupera; constitui a sua capacidade de resistência aos choques. Quando a resiliência é alta, o sistema é robusto (não vulnerável). *Vulnerabilidade* mede a (falta de) resiliência face ao choque, ou seja, a probabilidade de um choque poder conduzir ao declínio do bem-estar dos membros do grupo doméstico/comunidade. A vulnerabilidade é basicamente uma função da dotação do grupo doméstico em activos e mecanismos de segurança, assim como das características (severidade, frequência) do choque. Quando um sistema humano ou ecológico perde resiliência, torna-se vulnerável a um evento para o qual anteriormente tinha condições de resposta adequada.

1.1 Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade refere-se à exposição e sensibilidade dos grupos domésticos aos choques e stresse e à respectiva capacidade de se recuperarem deles (Alwang *et al*, 2001); portanto, reporta-se basicamente às relações entre risco e gestão de risco. Trata-se da probabilidade de um indivíduo, grupo doméstico ou comunidade caírem abaixo de um valor de referência aceitável socialmente no que concerne a aspectos de bem-estar, como alimentação e rendimentos, sendo o nível de vulnerabilidade determinado pelas características do choque ou risco a que estão fazendo frente e pela sua capacidade de resposta. Basicamente, os grupos domésticos são ‘vulneráveis’ quando são incapazes de fazer face e responder aos riscos, situações de stresse e choques a que estão expostos. O aumento da vulnerabilidade resulta do incremento na ocorrência de eventos de risco ao mesmo tempo que ocorre uma redução na capacidade de fazer face a tendências e choques adversos. Assim, para se analisar a vulnerabilidade, torna-se necessário compreender e avaliar aspectos relacionados com o risco, sensibilidade e resiliência dos grupos domésticos e comunidades.

O *contexto de vulnerabilidade* refere-se ao ambiente externo onde vivem indivíduos, grupos domésticos e comunidades. Nele ocorrem eventos imprevistos que podem prejudicar os meios de vida e arrastar os grupos domésticos para a pobreza. Trata-se do sector da matriz de meios de vida que mais foge ao controle de indivíduos e grupos domésticos e influencia de sobremaneira os resultados dos meios de vida. A vulnerabilidade reflecte uma falta de resiliência aos choques, variabilidade e/ou tendências a longo prazo e está estreitamente relacionada com a posse de activos por parte do grupo doméstico: quanto mais activos possuir, menos vulnerável será, quanto maior for a erosão dos activos, maior o nível de vulnerabilidade. Para além da acessibilidade aos activos, é necessário haver capacidade para usá-los e combiná-los de forma a melhorar as estratégias de meios de vida. A

medição da vulnerabilidade pode depender do momento no horizonte temporal em que se encontra o grupo doméstico, podendo este apresentar-se vulnerável a riscos em determinados momentos da sua existência enquanto em outros não (Alwang *et al.* 2001). Nesta perspectiva, a vulnerabilidade é compreendida como se tratando de: (i) eventos de risco que indivíduos e grupos domésticos enfrentam na prossecução dos seus meios de vida; (ii) opções que indivíduos e grupos domésticos possuem para fazerem a gestão dos riscos e enfrentarem os eventos de risco (choques); (iii) resultados de meios de vida que envolvam perdas no bem-estar do grupo doméstico (bem-estar abaixo de níveis considerados como socialmente aceitáveis).

1.2 Riscos

Risco, exposição ao risco e vulnerabilidade são termos relacionados, mas não sinónimos. Dercon (2002) define riscos como eventos incertos que podem deteriorar o bem-estar. A incerteza relaciona-se com a ocorrência, momento e magnitude do evento negativo. O nível de risco é caracterizado pela probabilidade de ocorrência de eventos de risco (choques). O risco e a respectiva resposta dos grupos domésticos conduzem a um resultado. Um grupo doméstico pode ter capacidade de mitigar ou fazer face a um risco ou conjunto de riscos num determinado período, mas o processo pode conduzir a uma menor capacidade de gerir o risco em períodos subsequentes, particularmente quando os activos sofrem erosão (Alwang *et al.*, 2001). Uma forma de architectar políticas adequadas para minimização de riscos consiste em identificar intervenções de gestão de riscos ao longo de uma 'cadeia de risco' (Alwang *et al.*, 2001). A avaliação dos riscos a curto, médio e longo prazo e dos respectivos mecanismos para os enfrentar, é fundamental na análise da vulnerabilidade dos grupos domésticos.

1.3 Choques

Os choques (eventos de risco) são a materialização dos riscos a que indivíduos, grupos domésticos e comunidades estão expostos e caracterizam-se pela sua amplitude, frequência e duração, e história. Podem ser distinguidas *situações de stresse*, continuadas e cumulativas, previsíveis e angustiantes, enquanto o termo *choque* pode ser reservado aos impactos súbitos, imprevisíveis e traumáticos. Podem ocorrer a nível de grupo doméstico, como doenças e mortes de membros do grupo doméstico, doenças do gado, más colheitas agrícolas, roubos, perda de emprego, etc. Estes eventos simples e isolados, são referidos na literatura como choques *idiossincráticos* portanto, restringidos basicamente ao grupo doméstico (Dercon, 2002). Entretanto, podem também sobrevir eventos de risco a nível de comunidade, como secas, inundações, pragas agrícolas e epidemias. Estes choques que atingem a(s) comunidade(s), são apelidados de choques de natureza *co-variante*. Baseado no mesmo conceito, o Banco Mundial (2000) classifica os eventos de risco pelo nível em que ocorrem: (i) *micro-choques*: idiossincráticos, afectam indivíduos ou grupos domésticos específicos; (ii) *meso-choques*: afectam conjuntos específicos de grupos domésticos numa área delimitada ou comunidades/aldeias na sua globalidade; (iii) *macro-choques*: afectam todos os grupos domésticos numa determinada região. Uma vez que meso-choques e macro-choques são comuns a todos os grupos domésticos de determinada zona, incluem-se nos choques co-variantes. Basicamente, os *riscos idiossincráticos* ameaçam entidades, enquanto os *riscos co-variantes* ameaçam grupos ou comunidades inteiras. Na prática, muitos choques envolvem tanto uma componente idiossincrática, como uma componente co-variante. Assim, choques a nível de grupo doméstico podem estar ligados a choques que afectam a comunidade no seu sentido amplo como, por exemplo, quando falhas na pluviosidade causam a perda de colheitas, conduzindo à necessidade de venda ou permuta, por parte do grupo doméstico, de animais para a obtenção dos cereais necessários à alimentação, provocando assim a queda generalizada dos preços do gado ao mesmo tempo que aqueles dos cereais aumentam. Portanto, a extensão em que um choque é idiossincrático ou co-variante depende consideravelmente das causas que lhe são subjacentes. Os riscos também podem ser classificados de acordo com a natureza do evento (natural, social, económico, político, etc.).

1.4 Resiliência

Fundamental para a compreensão da vulnerabilidade, o conceito de resiliência representa a capacidade de indivíduos e grupos domésticos resistirem ao impacto de tendências e choques, absorvendo-os ao mesmo tempo que mantêm a sua funcionalidade. A resiliência varia muito de grupo doméstico para grupo doméstico, inclusive numa mesma comunidade. É determinada por duas características dos meios de vida de indivíduos e grupos domésticos: os activos que possuem e os serviços proporcionados por infraestruturas e instituições externas. Quando a resiliência é alta, um sistema é robusto (não vulnerável). Quando um sistema, tanto humano como ecológico, perde resiliência, torna-se vulnerável a mudanças que anteriormente poderiam ser absorvidas.

1.5 Estratégias de gestão de riscos

Para gerir os riscos, grupos domésticos e comunidades adoptam tanto estratégias *formais* como *informais*. As primeiras envolvem actividades baseadas no mercado e mecanismos providenciados publicamente. As segundas integram acções envolvendo indivíduos, grupos domésticos ou grupos mais amplos, nomeadamente comunidades e aldeias. Realce-se que as estratégias formais e informais não são independentes: políticas públicas e a disponibilidade de mecanismos formais influenciam em grande parte o tipo, extensão e em que medida as estratégias informais são seguidas (Banco Mundial, 2000). Em alguns casos, respondem ao risco antes que o evento de risco (choque) ocorra (gestão de risco *ex ante*), procurando reduzir esse risco ou baixando a exposição ao mesmo, enquanto que em outros fazem-no após o evento de risco haver acontecido (enfrentamento do choque *ex post*). Estas ‘estratégias de enfrentamento de choques’ podem ser definidas como sendo a capacidade dos grupos domésticos em fazerem face e recuperarem de choques e de situações de stresse (DFID, 1998) e são uma componente crítica num sistema de meios de vida sustentável.

As ‘estratégias de enfrentamento de choques’ baseiam-se em acções levadas a cabo a partir (i) de activos, (ii) de actividades e (iii) de necessidades, preferências ou consumo (Start & Johnson, 2004). As acções levadas a cabo a partir da base de activos envolvem a liquidação de produtos armazenados, erosão de activos produtivos (*in extremis*)³¹⁹, cobrança de direitos informais (por ex., através da economia informal e redes de solidariedade) ou cobrança de direitos formais. As acções para enfrentamento de choques levadas a cabo a nível de actividades, podem incluir trabalhar por mais tempo e de forma mais árdua nas tarefas produtivas de rotina ou diversificando para novas actividades económicas protegidas do choque ou tendência originais. Acções para enfrentamento de choques levadas a cabo a nível de necessidades, preferências ou consumo envolvem, basicamente, diversificação no consumo pela mudança de dieta ou inputs para formas mais económicas ou itens mais abundantes, redução no consumo por racionamento ou por restrição do número de consumidores (por ex., enviando membros do grupo doméstico para outras famílias, emprestando gado, etc.).

Segundo Chambers, & Conway (1991), as estratégias adoptadas por grupos domésticos e indivíduos para fazerem face a riscos e choques consistem, basicamente, numa combinação do seguinte: (i) *racionar*: reduzir o consumo corrente; mudar para alimentos de qualidade inferior; recorrer à energia acumulada no corpo; (ii) *acumular*: juntar e armazenar alimentos e outros activos; (iii) *proteger*: preservar e proteger a base de activos para a recuperação e restabelecimento dos meios de vida; (iv) *exaurir*: lançar mão dos alimentos armazenados no grupo doméstico; penhorar ou vender activos; (v) *diversificar*: procurar novas fontes de alimentos, nomeadamente alimentos silvestres, animais selvagens, etc.; diversificar actividades laborais e fontes de rendimento, especialmente fora de

³¹⁹ Quanto mais reduzida e frágil for a base de activos do grupo doméstico, mais este se terá de engajar em respostas erosivas, como a venda de activos produtivos.

estação; (vi) *reclamar*: fazer reivindicações junto a parentes, vizinhos, patrões, comunidade, Estado, organizações da sociedade civil, reclamando dívidas, apelando à reciprocidade e boa vontade, mendigando, executando acções políticas; (vii) *movimentar*: dispersar membros da família, gado e activos; migrar.

Para que as respostas do grupo doméstico aos choques possam ser apropriadas e eficazes, deve ser prestada atenção a um conjunto de factores, entre os quais se destacam as características do choque (magnitude, severidade do impacto sobre a base de activos e actividades de meios de vida, duração, abrangência geográfica, efeitos sobre mercados e preços de produtos, eclosão lenta ou rápida, etc.), e a situação e tendências da segurança alimentar no seio do grupo anteriores à ocorrência do choque (Hoddinott, 2006). Por outro lado, deve ser concedida particular atenção à probabilidade de ocorrência de impactos negativos permanentes que reduzam de forma severa a capacidade de resposta dos grupos domésticos a intervenções de recuperação e de desenvolvimento a curto/médio prazo.

2 VULNERABILIDADE

Este subcapítulo aborda a natureza e as causas da vulnerabilidade dos meios de vida das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas na região do ‘Complexo da Ordenha’, identificando e caracterizando os diferentes tipos de riscos e choques a que estão sujeitos os grupos domésticos e focando igualmente as relações entre género e vulnerabilidade. É apresentada uma síntese dos principais choques e situações de stresse identificados, sendo posteriormente aprofundados aqueles com particular importância para os grupos domésticos detentores de gado.

As estratégias de meios de vida dependem da posse e acesso aos necessários activos. Grupos domésticos com poucos activos, mormente pouca terra, limitado acesso às pastagens comunitárias, poucos animais, capital físico e capital financeiro limitados, capital humano incipiente, força de trabalho reduzida, etc., são muito mais vulneráveis aos choques comparativamente aos grupos domésticos dispondo de mais activos. Um grupo doméstico que tenha acesso a uma diversidade ampla de activos e, conseqüentemente, de estratégias, está melhor equipado para enfrentar choques comparativamente àquele que possua um leque mais limitado de estratégias. Este último pode, mesmo, ver comprometida a sua sobrevivência ao lançar mão das poucas estratégias que possui. Por outro lado, deve-se ter em consideração que, enquanto alguns grupos domésticos se encontram em crise, outros podem, eventualmente, estar a reforçar a sua plataforma de meios de vida. Por exemplo, grupos domésticos mais ricos podem retirar benefícios de situações em que os grupos domésticos mais pobres da comunidade tenham de vender animais e outros activos a preços baixos. Adicionalmente, quanto mais tempo se arrastar um choque, mais depauperada fica a base de activos. Se os grupos domésticos desbaratarem as respectivas bases de activos, ficam incapacitados de efectivar as suas estratégias de meios de vida. Na generalidade da região em estudo, o papel do gado como meio para enfrentar choques está bem patente nos meios de vida adoptados pelos grupos domésticos.

2.1 Tendências

As tendências constituem um elemento-chave no contexto da vulnerabilidade, pois podem exercer um impacto positivo ou negativo sobre os meios de vida e conduzem a mudanças que podem decorrer durante períodos longos. São exemplos de tendências na região estudada: mudanças de índole económica que se vêm sucedendo, novos produtos no mercado, inflação e desvalorização da moeda, crescimento do sector empresarial, diversificação de meios de vida, desenvolvimento de novos mercados, novas técnicas de produção, pressão demográfica, desmata progressiva, crescente dificuldade no acesso à água e a outros recursos naturais, mudanças climáticas, aumento do crime

(particularmente do roubo), erosão do poder da autoridade tradicional e perda dos valores tradicionais, aculturação, políticas adoptadas pelo Executivo, etc.

Na generalidade da região, o capital humano e as infraestruturas públicas estão em crescendo, facto comprovado por estatísticas como a taxa de escolaridade, acesso aos cuidados de saúde, mortalidade infantil e saneamento. A facilidade de acesso às áreas rurais e o seu contacto com o exterior também apresenta melhorias, mormente no concernente a estradas, energia eléctrica e ligações telefónicas. No entanto, o desnivelamento relativamente às zonas urbanas é evidente. A estrutura comercial da agricultura apresenta mudanças substanciais reflectindo, em parte, a conjuntura económica do País. Com a crescente migração de membros dos grupos domésticos para as cidades, a estrutura destes vem mudando assim como a forma de ‘fazer’ agricultura. Esta migração vem privando as áreas rurais de alguns dos seus jovens mais capacitados.

Para além de uma tendência, a diversificação de meios de vida constitui também uma estratégia de gestão *ex ante* de riscos. Cada vez mais uma percentagem maior dos rendimentos dos grupos domésticos em meio rural advém de actividades económicas *non-farm*, embora muitas vezes com ligação à agricultura.

2.2 Riscos e choques

No decurso do estudo foram citados pelos criadores de gado todo um conjunto de contingências a que têm de fazer face ao levarem a cabo as actividades que consubstanciam as suas estratégias de meios de vida³²⁰. Fundamentalmente, existe um receio generalizado relativamente a perdas que possam ocorrer como resultado de condições climáticas não previstas, ocupação de terras, roubos, doenças e morte de gado e de membros do grupo doméstico, pragas agrícolas (particularmente no caso de agro-pastoralistas), conflitos, etc. Constituem também preocupação generalizada a débil assistência veterinária (a falta de vacinas e de medicamentos para o gado foi referida numerosas vezes), as dificuldades relacionadas com a assistência médica, a carência de cereais para compra ou permuta com animais e altos preços que podem atingir face àqueles pagos pelo gado, especulação levada a cabo pelos comerciantes de gado, baixos preços pagos pelos animais e seus produtos. A percepção dos riscos por parte dos grupos domésticos é diversa, dinâmica e complexa, ocorrendo percepções diferenciadas entre as várias tipologias de grupos domésticos.

Face à diversidade de riscos a que estão expostos, os criadores de gado na região apresentam-se como um grupo particularmente vulnerável. Levando em consideração o seu isolamento geográfico, as oportunidades limitadas de diversificação de rendimentos, a debilidade institucional, a falta de voz, entre outros. Aqueles com uma base de activos demasiado exígua podem facilmente cair na pobreza. O diagrama a seguir condensa visualmente os distintos tipos de choques (micro, meso e macro) a que estão sujeitos os criadores tradicionais de gado na região do ‘Complexo da Ordenha’.

³²⁰ Vide também apêndice A: Contingências da criação de gado no Sudoeste de Angola.

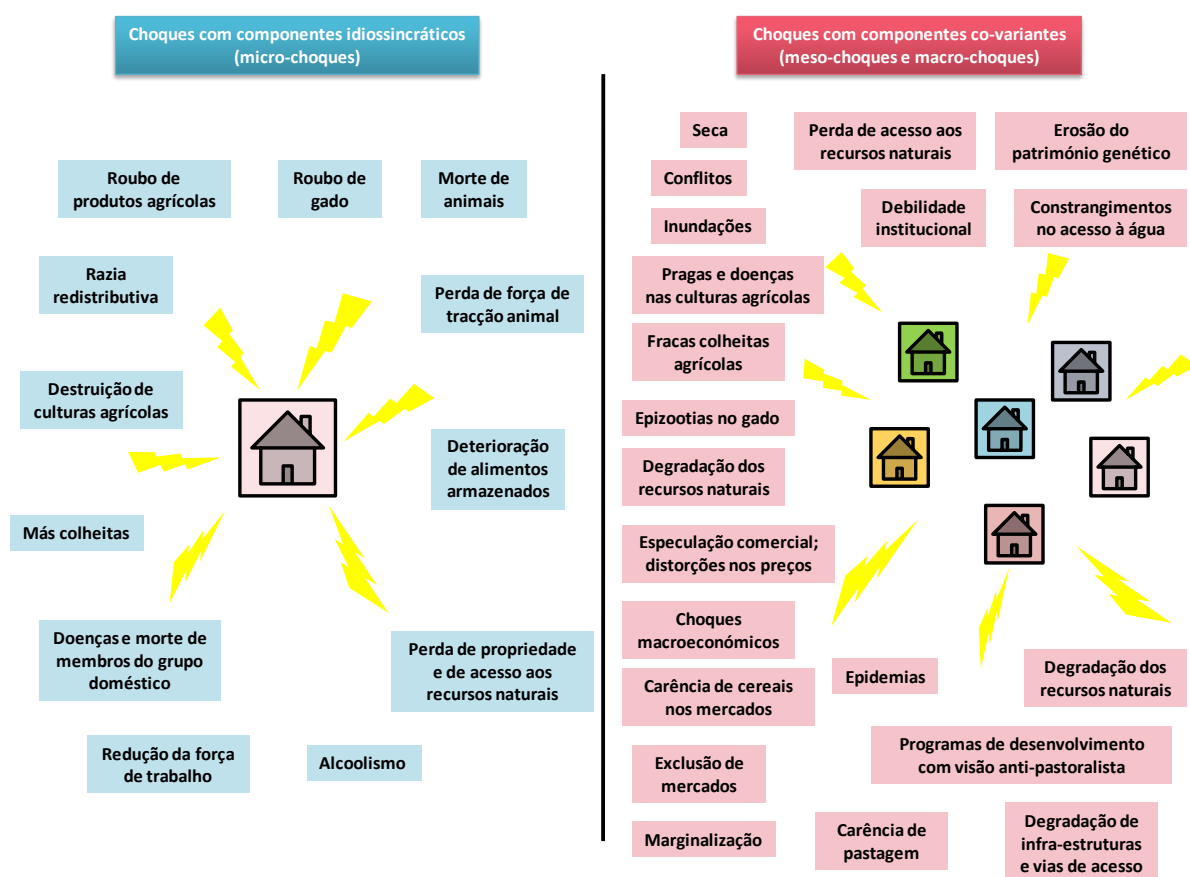


Figura III 1: Principais choques que contribuem para a vulnerabilidade a nível de grupo doméstico (choques com componentes idiossincráticos) e a nível de comunidade (choques com componentes co-variantes).

Nos pontos subsequentes são apresentados os principais choques de acordo com as duas categorias definidas.

2.2.1 Choques e situações de stresse com componentes idiossincráticos

No quadro a seguir é exposto, de forma sintética, o impacto dos principais choques e situações de stresse com componentes idiossincráticos (micro-choques) sobre os diferentes tipos de activos dos grupos domésticos da região estudada.

Quadro III 1: Impacto dos principais choques e situações de stresse com componentes idiossincráticos sobre os grupos domésticos.

Choque	Capital				
	Humano	Natural	Físico	Financeiro	Sociopolítico
Doenças e morte de gado	Saúde ↓ Força de trabalho ↓ Nutrição ↓ Trabalho de membros activos ↑ Bem-estar ↓ Migração ↑	Estrume ↓ Fertilidade do solo ↓ Leite ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓
Roubo de gado (razia predatória ou comercial)	Saúde ↓ Nutrição ↓ Trabalho de membros activos ↑ Bem-estar ↓ Migração ↑	Estrume ↓ Fertilidade do solo ↓ Leite ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓
Perda de culturas agrícolas/deterioração de alimentos armazenados/roubo de produtos agrícolas	Saúde ↓ Nutrição ↓ Trabalho de membros activos ↑ Bem-estar ↓ Migração ↑			Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	
Perda de propriedade e de acesso aos recursos naturais	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑	Sustentabilidade do ecossistema ↓ Leite ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓
Doenças, incapacidade física ou morte de membros activos do grupo doméstico	Força de trabalho ↓ Trabalho de membros activos ↑ Bem-estar ↓ Saber indígena ↓		Área cultivada ↓	Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Despesas ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓
Ciclo doméstico com períodos caracterizados pelo aumento da relação entre membros dependentes e membros activos	Trabalho de membros activos ↑ Bem-estar ↓		Área cultivada ↓	Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	
Alcoolismo	Saúde ↓ Força de trabalho ↓ Nutrição ↓ Trabalho de membros activos ↑ Violência doméstica ↑ Bem-estar ↓		Área cultivada ↓	Rendimentos ↓ Despesas ↑ Pobreza ↑	Prestígio social ↓ Marginalização ↑

Nos pontos seguintes são expostos aspectos considerados de importância relativos aos principais choques com componentes idiossincráticos mencionados, restringindo-se a informação basicamente aos choques relacionados directamente com o gado.

2.2.1.1 Razia redistributiva

Uma das formas de subtracção de gado a terceiros praticada na região é a razia redistributiva (*raiding*)³²¹, cujo complexo papel na reprodução sociocultural e gestão dos recursos pastoris é, na generalidade, muito mal compreendido pelos agentes externos, sendo a razia considerada como um aspecto ‘primitivo’ das relações pastoralistas. Trata-se, no fundo, de uma forma de realocar recursos pastoris entre criadores ricos e pobres, quer a nível intra-tribal como inter-tribal. Esta forma de razia pode contribuir de várias maneiras para a estabilidade do sistema pastoralista/agro-pastoralista como um todo. Enquanto que sob uma perspectiva ocidental a razia redistributiva é confundida com roubo puro e simples, na óptica pastoralista tal não se passa.

Diversos aspectos sociais e políticos ajudam a compreender a ocorrência de formas redistributivas de razia. Para os homens jovens constitui como que um rito de passagem, uma acção para demonstrar a sua valentia. É também uma das formas pelas quais os rapazes podem ganhar prestígio e tornarem-se independentes dos pais. Como o boi é a ‘moeda’ usada nas transacções sociais existe, muitas vezes, uma grande pressão para a sua acumulação. O *alembamento* necessário para legitimar o casamento, por exemplo, pode constituir uma forte motivação para o adulto jovem executar razias. Estas também servem para refazer rebanhos após perdas devido à seca, a outras razias, etc. No caso de serem retaliações a roubos da mesma natureza ocorridos anteriormente, trata-se fundamentalmente de um mecanismo de reciprocidade e/ou compensação.

Na região estudada, podem ser distinguidos dois tipos de acções de carácter redistributivo: o primeiro trata-se basicamente de furto intrafamiliar (subtracção de gado por via fraudulenta) e consiste em ‘desviar’ bois da família, do pai, do tio³²². Estes bois são desviados para aumentar o rebanho, não para matar, comer. Faz parte da prática comum e envolve essencialmente jovens adultos. Santos & Zacarias (2010) incluem também neste tipo de acção e como fazendo parte da cultura dos pastoralistas, a subtracção de gado por via fraudulenta que acontece nas famílias em termos de linhagem matrilinear, feito particularmente por sobrinhos aos tios, com o fim da posterior aquisição de artigos diversos, envolvendo, portanto, a venda/permuta do gado roubado³²³. Entretanto, cada vez mais este tipo de roubo é direccionado para a compra de artigos ‘modernos’, como motorizadas, e também para obtenção de dinheiro para migrar, especialmente para Luanda, mas também para outras cidades, pela atracção que os centros urbanos exercem sobre os jovens

³²¹ ‘Razia’ (tradução do termo inglês *raiding*), mais especificamente ‘razia redistributiva’, significa basicamente a usurpação de gado alheio feita dentro das regras socioculturais aceites pelas comunidades pastoralistas/agro-pastoralistas. Não deve ser confundida com o roubo de gado (razia predatória ou comercial), que põe em perigo a estabilidade do sistema pastoralista/agro-pastoralista. Esta distinção é, muitas vezes, mal compreendida na óptica ocidental.

³²² Entre os *Herero*, estas acções são denominadas de *waholela* (Carvalho, 1997). Entre estes povos pastoralistas, subsiste a distinção cultural entre raziador, guerreiro (razia redistributiva), e ‘ladrão de gado’ (razia predatória).

³²³ Segundo Santos & Zacarias (2010), este tipo de furto implica determinadas obrigações da parte do sobrinho que furta. Quando um sobrinho passa por necessidades (falta de bens de primeira necessidade, como o *ompumba* – cobertor - ou outro artigo), combina com o primo, neste caso filho do tio, para efectuar o furto, e este acordo serve para aconselhar sobre as cabeças de gado passíveis de furto, já que determinados animais do rebanho não podem ser furtados por razões ligadas à sacralidade e respectivos rituais ou proveniência. Depois do furto e venda do animal, o sobrinho retribui alguns bens simbólicos ao tio, tais como um ‘capote’ (casaco de frio), um chapéu e uma caixa de vinho, com a confissão de que ele subtraiu dos haveres do tio ou da herança uma cabeça de gado. Estes casos resolvem-se normalmente no seio das famílias e não são considerados roubo como tal, mas sim um esquema endógeno de compensação intrafamiliar. Regra geral, basta o tio tomar conhecimento e receber os bens para o caso ser considerado facto consumado.

adultos. Entrementes, vem acontecendo que nem sempre as devidas compensações são feitas. Desta forma, são cada vez mais numerosos os casos encaminhados para a polícia pública³²⁴.

Entre os *Cuvalé* (*Herero*) (Carvalho, 2001), este tipo de acção (denominada *wanaka* - *wanaka o kuria*, roubou e comeu), ou seja, a apropriação de gado alheio para vender ou mesmo para comer, é entendida como socialmente desintegrada e considerada como sendo de carácter predatório, portanto sujeita a sanções muito radicais (Carvalho, 1997). Por norma, os roubos intra-*Cuvalé* são regulados por um sistema endógeno de penalização em que as reparações são igualmente cumpridas em gado (Carvalho, 2001). Entretanto, embora aplicados numa primeira fase procedimentos do modelo endógeno, a resolução desse tipo de crime acaba geralmente por ser entregue à polícia pública por iniciativa da própria sociedade *Cuvalé*. O segundo tipo diz respeito à *razia* propriamente dita. Carvalho (1997) adianta que a prática da *razia*, tal como ela é encarada e praticada ainda hoje, é uma expressão de guerra, que na própria designação vocabular que a refere – *kunyanga* – pressupõe uma acção desenvolvida longe, “onde não se conhecem pessoalmente os donos dos bois visados” com o fim de entrar em posse deles para integrá-los nas dinâmicas do sistema. Estruturalmente, uma acção de *razia* deve ser compensada por outra acção de *razia*, caso contrário sobrevirá a supremacia de uma parte sobre a outra. De acordo com Carvalho (1997), o espírito de ‘*razia*’ é um dado cultural integrado no ‘modo de produção’. A apropriação do gado pela via da afirmação da destreza e da coragem guerreiras não apenas excita os jovens, mas vai também ao encontro das expectativas dos ‘mais velhos’, atentos à reprodução do sistema e dos códigos que o garantem³²⁵. As cabeças introduzidas no rebanho através do investimento pessoal do indivíduo, inclusive com base na *razia*, são as únicas sobre as quais ele pode exercer de forma inequívoca o seu arbítrio pessoal sem ter que, explicitamente, prestar contas a ninguém. Qualquer homem, depois da adolescência vai ter de recorrer a este gado. Por exemplo, um dos animais indispensáveis à prestação matrimonial terá de provir desta categoria.

2.2.1.2 Razia predatória ou comercial

O roubo de gado (*razia* predatória ou comercial), com envolvimento de actores externos ao sistema pastoralista/agro-pastoralista, orientado por uma lógica criminoso, que contrasta de forma acentuada com princípios de equilíbrio e reciprocidade, vem assumindo importância crescente entre os factores de risco a que os criadores de gado têm de fazer face no Sudoeste de Angola, sendo cada vez mais numerosos os grupos domésticos atirados para a pobreza em consequência de roubos sofridos. A comercialização de gado, conforme praticada em Angola, permite a não criadores lucrar

³²⁴ Autoridades governativas das províncias afectadas explicam o roubo de gado da seguinte forma: considerando que são os sobrinhos, filhos da irmã mais velha do proprietário do gado que na prática tradicional são quem herda os seus bens, em certas situações, cada vez mais frequentes, este princípio é contestado pelos filhos legítimos do proprietário, requerendo para eles a herança. Perante a esperada resistência destes últimos, os sobrinhos, por ‘antecipação’, partem para o roubo do gado dos tios que, segundo a tradição, até seria sua pertença em caso de sucessão por morte do dono do gado. As autoridades também adiantam que este roubo é, muitas vezes, incentivado por negociantes interessados em gado. Entretanto, no terreno, poucos atribuem o roubo a esta ‘viragem cultural’. Nas províncias atingidas pelo fenómeno, a Polícia Nacional possui afecta uma ‘unidade anti-roubo de gado’, desdobrada por vários municípios, para tratar destes casos. Por outro lado, segundo autoridades jurídicas, a sanção aplicada pelo Estado aos ladrões de gado que sejam apanhados e julgados não desencoraja a prática deste crime. Assim, foi proposto à comissão de revisão do Código de Processo Penal e Código Penal elevar a actual moldura penal de dois anos de prisão para oito anos, com vista a desencorajar essa prática.

³²⁵ Carvalho (1997) escreve que os adolescentes *Cuvalé* (apelidados de *buluvulu*), nas suas longas horas de lazer, já que o gado pasta sozinho, treinam em conjunto nas imediações dos *sambos* da transumância, a arte da defesa e do ataque, sobretudo em situações de golpe-de-mão. Saltar, caminhar no escuro, ‘ver de noite’, ‘ouvir ao longe’, arremessar pedras, ‘porrinhos’ e azagaias com precisão, retiradas rápidas mesmo conduzindo gado. Estas tácticas garantem não apenas a defesa dos rebanhos, mas também o ataque.

com a razia, pois esta pode ser levada a cabo independentemente da disponibilidade de terra ou mão-de-obra para a criação de gado. A limitada capacidade das instituições de direito em fazerem cumprir as leis que controlam a movimentação de animais facilita, também, de sobremaneira, o roubo. Esta razia comercial vem conduzindo a consequências cada vez mais graves para as sociedades locais, não apenas porque envolve um número elevado de animais (não apenas bovinos, mas também pequenos ruminantes, suínos e aves) que entra de seguida no circuito do comércio de gado e carnes, mas também porque o roubo indistinto de classes produtivas de gado afecta de sobremaneira a sustentabilidade dos rebanhos e, consequentemente, dos grupos domésticos, para além de, também, muitas vezes serem roubadas cabeças com profundo significado cultural e místico para a família³²⁶. No decurso da guerra civil, a razia predatória também foi muitas vezes executada por grupos de militares em operações de saque.

Os animais roubados em razias *predatórias* são preferencialmente aqueles com maior valor comercial³²⁷. São roubados animais de ambos os sexos e das distintas categorias de adultos e jovens adultos. São transaccionados rapidamente, sendo muito do gado assim furtado deslocado imediatamente para outras províncias, principalmente para abate. Esta actividade criminosa permite, aos seus executores, a obtenção rápida de importantes somas em dinheiro³²⁸. Os últimos desenvolvimentos da situação indicam a existência de grupos organizados e mesmo de cartéis que se dedicam a este tipo de crime acontecendo até, por vezes, o assassinato daqueles que pastoreiam o gado e de outros membros dos grupos domésticos. Muitos grupos domésticos mostram-se constrangidos ao falar deste fenómeno, certamente com medo de retaliações, admitindo ser perigoso falar do assunto. A ineficácia revelada por parte dos competentes serviços do Estado no controlo deste tipo de razia concorre ainda mais para a agudização da vulnerabilidade dos grupos domésticos, o mesmo podendo suceder com determinadas medidas que sejam adoptadas para o efeito³²⁹.

2.2.1.3 Doenças e morte de gado

As doenças do gado³³⁰ foram identificadas como causas relevantes de vulnerabilidade nos diversos locais estudados. Constituem importante motivo de perdas de animais e consequente declínio dos

³²⁶ O aumento vertiginoso do roubo de gado também é referido pelos Comandos da Polícia Nacional nas três províncias incluídas no estudo. Em inquérito realizado recentemente, a percentagem média de animais roubados por curral foi de 6% na área da Cahama, 5% nos Gambos e 8% na Bibala. Nestes três municípios, anualmente cerca de 38% dos *eumbos* sofre roubo de gado (GFA, 2011).

³²⁷ Este facto pesa de sobremaneira nas decisões de investimento dos criadores de gado. Um criador não vai investir em animais de qualidade para posteriormente serem roubados, nem vai investir em suplementos e forragens já que animais em boa condição física podem atrair ainda mais os ladrões.

³²⁸ Segundo Correia & Santos (1998), os ladrões de gado confundem-se com os agentes dos primeiros elos da cadeia do comércio informal de gado, aquando da transacção dos animais roubados.

³²⁹ Em Fevereiro de 2011 realizou-se, em Benguela, o 1º Encontro para Adequação de Estratégias de Combate ao Roubo de Gado, envolvendo os governos das províncias de Benguela, Huíla, Namibe e Cunene, com o objectivo de serem encontradas soluções para este problema. Contudo, algumas das medidas em estudo pelo Ministério do Interior e Governos Provinciais que têm vindo ao conhecimento público podem condicionar grandemente a mobilidade das manadas, colocando em perigo a sustentabilidade das estratégias de meios de vida dos grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas.

³³⁰ No essencial, a doença é o resultado da tripla interacção entre resistência do hospedeiro, uma agressão e o meio ambiente. A agressão pode ser mecânica (trauma), física (frio, calor), química (substância tóxica) ou biológica (agente patogénico). Os agentes patogénicos (bactérias, fungos, vírus, parasitas) transmitem-se por contacto directo ou indirecto (transmissão por um agente intermediário animado ou inanimado). A transmissão por um vector (invertebrado, em geral artrópode) é uma forma especializada de transmissão por contacto indirecto. Realce-se que existe um *continuum* dinâmico entre saúde e doença tanto a nível do animal, como de uma população animal. As principais síndromas gerais e enfermidades do gado identificadas com base em informações dos criadores são apresentadas em apêndice. Para mais informação sobre as entidades

activos dos grupos domésticos e influenciam negativamente os cinco tipos de capital de meios de vida definidos. A dimensão do impacto de uma enfermidade na produção pecuária pode ser entendida da seguinte forma: com os mesmos recursos produz-se uma menor quantidade de produto, ou seja, para manter um determinado nível de produção é necessária a utilização de mais recursos. Os seus efeitos directos e indirectos dependem da natureza da doença e da espécie animal afectada. Dentro da matriz dos meios de vida, o impacto das doenças animais refere-se às diferentes formas pelas quais as enfermidades afectam a base de activos do grupo doméstico. Os criadores de gado colocam-nas, conjuntamente com a seca e o roubo, entre as mais importantes fontes de risco. Enquanto a maioria das moléstias apresenta características idiossincráticas, outras podem assumir o carácter de epizootia, alastrando-se por áreas amplas e provocando surtos epidémicos com características co-variantes.

A limitada eficácia das acções de assistência veterinária desenvolvidas contribui de sobremaneira para perpetuar a vulnerabilidade do criador tradicional de gado aos impactos advenientes das doenças animais, em consequência dos quais pode ver a sua base de activos substancialmente reduzida³³¹. Os criadores revelam um estado de insatisfação geral relativamente à assistência veterinária prestada pelo Estado, considerada, na generalidade, muito débil, limitada e de má qualidade³³². Por outro lado, a carência de medicamentos para o tratamento das doenças prevalentes, sua carestia e dificuldades na obtenção, assim como a escassez de pessoal técnico, são outros constrangimentos considerados importantes.

Mortalidade do gado

Um dos indicadores-chave de eficiência na produção de ruminantes no sector tradicional é o grau em que vitelos, cordeiros e cabritos sobrevivem de forma a atingir a idade de comercialização e/ou uma vida reprodutiva sustentável. Baixas taxas de sobrevivência podem ser sinal de sérios problemas no sistema de produção. Portanto, o conhecimento da mortalidade³³³ pós-natal assevera-se como um pré-requisito para uma boa compreensão do sistema de produção e para o correcto diagnóstico dos respectivos constrangimentos.

Excluindo o impacto de determinados choques com componentes co-variantes, particularmente da seca, a mortalidade do gado assume maior importância nos primeiros meses de vida dos animais.

nosológicas presentes na região do 'Complexo da Ordenha' consulte-se Duarte & Gomes (1977), Gomes (2008a), Gomes (2008b), Gomes (2010b).

³³¹ Tomando como referência Perry *et al* (2002), podem ser definidas três categorias de doenças animais que afectam a vulnerabilidade dos criadores tradicionais de gado: (i) doenças que afectam activos em gado e afins do grupo doméstico; (ii) doenças que condicionam a melhoria da produtividade e desempenho do gado; (iii) doenças que limitam o acesso dos produtos pecuários aos mercados (abrangem enfermidades do homem que podem ser causadas pelo consumo de carne ou de produtos lácteos e doenças que podem ser propagadas pelo movimento de animais ou de produtos pecuários). Para que a assistência veterinária seja eficaz é necessário ter estas diferenças em consideração e adequar as intervenções aos contextos específicos das doenças.

³³² Dados obtidos mediante aplicação de um questionário individual a criadores tradicionais de gado em distintos locais da sub-região semi-árida do sul e da sub-região planáltica, utilizando uma escala tipo Likert com base em cinco afirmações (muito desfavorável, desfavorável, neutra, favorável, muito favorável) com o objectivo de medir a opinião daqueles sobre a assistência veterinária prestada pelos serviços do Estado, evidenciaram uma opinião muito desfavorável.

³³³ Mortalidade pode ser definida como a percentagem de mortes de animais por outras causas que não o abate para consumo. É obtida a partir do número de mortes que ocorreram num determinado período de tempo em determinado rebanho, tendo como base o número de animais constantes no rebanho no início desse período. A mortalidade do gado na região estudada advém principalmente de: (i) factores relacionados com doenças; (ii) factores relacionados com a nutrição, que incluem igualmente mortes causadas pela interacção da doença com a má condição do animal sob o aspecto nutricional; (iii) acidentes de natureza diversa e resultado da actuação de predadores.

Nos bovinos, a mortalidade é maior até aos dois anos de idade, podendo mesmo atingir valores rondando os 30%, baixando depois para cerca de 5%³³⁴. Apesar dos criadores mencionarem como uma das suas principais prioridades o asseguramento da sobrevivência das crias, a mortalidade destas apresenta valores altos em todas as sub-regiões, particularmente na planáltica. Esta elevada mortalidade de animais jovens assume-se como um dos factores mais importantes para o baixo output que os criadores tradicionais retiram dos seus rebanhos³³⁵.

Os caprinos apresentam, nas várias sub-regiões, uma variabilidade ampla na taxa de mortalidade, podendo-se afirmar que, na generalidade da sub-região semi-árida ronda os 20 a 30%, sendo ligeiramente inferior na sub-região árida, mas superior na região planáltica. Nas distintas sub-regiões, a mortalidade dos ovinos à desmama é ligeiramente inferior àquela dos caprinos³³⁶.

Quadro III 2: Mortalidade (%) estimada em bovinos, caprinos e ovinos.

Sub-região	Vitelos 0-12 meses	Novilhos 13-24 meses	Novilhos 25-36 meses	Bovinos adultos > 36 meses	Caprinos até à desmama*	Ovinos até à desmama*	Caprinos e ovinos adultos
Árida	10-20	5-15	3-5	3-5	15-25	15-20	5-15
Semi-árida de transição	15-25	10-20	5-8	4-6	20-30	15-25	10-15
Semi-árida do sul	15-25	10-20	5-8	4-6	20-30	15-25	10-15
Planáltica	25-35	15-25	5-10	5-8	25-35	20-30	10-15

*Para maior facilidade, considera-se a idade de seis meses.

Com base na história do ciclo de vida dos animais e estudos de progénie realizados em distintos locais das quatro sub-regiões.

Os números atrás expostos indicam até que ponto os animais, particularmente os mais jovens, são vulneráveis. A alta mortalidade observada é deveras lesiva para a economia dos grupos domésticos prejudicando, nomeadamente, a acumulação de animais como capital financeiro e como estratégia *ex-ante* de enfrentamento dos riscos, para além de limitar as respectivas capacidades em tracção animal com a consequente redução das áreas cultivadas.

Mortalidade do gado e tracção animal

No que tange à perda de gado de tracção, os principais afectados são grupos domésticos não considerados como pobres, já que aqueles tidos como pobres não possuem capacidade de tracção animal. Acontece frequentemente que, consequência de doenças e da morte ou roubo de animais de tracção, perda de implementos agrícolas e privação de força de trabalho no seio do próprio grupo doméstico por morte ou doença de membros activos seus, este fica sem capacidade de utilização de energia animal nos trabalhos agrícolas. Entretanto, a sua capacidade de recuperação é frustrada pela pobreza em que pode cair, ausência de animais disponíveis, pouca rentabilidade da agricultura e

³³⁴ Williamson & Payne (1965) recomendam que rebanhos com taxas de mortalidade superiores a 15% devem merecer intervenções específicas.

³³⁵ Tomando como referência a zona dos Gambos, cada criador perde, em média, anualmente 7 cabeças bovinas em consequência do roubo e de mortes por doença, uma perda avaliada em 225.000,00 AKz (2.500 USD). Com uma estimativa de 12.000 criadores na zona, a perda total anual será de cerca de 30 milhões de dólares americanos (GFA, 2011).

³³⁶ A maior taxa de mortalidade até à desmama em caprinos comparativamente àquela verificada em ovinos, pode dever-se ao facto de uma percentagem maior (cerca de 15%) de cabras produzir gémeos, que apresentam uma probabilidade duas vezes superior de morrer antes da desmama do que quando se tratam de crias únicas. Entre as ovelhas apenas cerca de 1% produz gémeos (de Leeuw *et al*, 1991).

mesmo falta de acesso a crédito. Considerando as relações entre grupos domésticos numa comunidade, a perda de força de tracção animal, embora afectando directamente grupos domésticos menos pobres, tem também efeitos negativos sobre os mais pobres (perdedores secundários), pois estes perdem, nomeadamente, a oportunidade de venderem a sua força de trabalho e de alugarem terrenos àqueles que utilizam tracção animal na agricultura³³⁷, para além destes últimos verem reduzida a sua capacidade de apoio solidário aos mais carenciados.

2.2.1.4 Perda da capacidade em força de trabalho

Muitos grupos domésticos incluem a redução da força de trabalho no seu seio entre os principais eventos de risco a que estão sujeitos. Este facto acontece devido a uma diminuição do número de membros disponíveis para o trabalho na agricultura ou do tempo disponibilizado a esse trabalho. A força de trabalho humana constitui um elemento fundamental no processo de produção, tanto em termos de disponibilidade como de produtividade.

Entre as causas referidas para a redução da capacidade de trabalho do grupo doméstico, incluem-se as seguintes quatro principais: (i) velhice, alcoolismo, desnutrição, doença³³⁸ ou morte³³⁹ de membros do grupo doméstico; (ii) migração rural-urbana; (iii) frequência escolar, especialmente da escola primária; a continuação dos estudos reduz, em parte, a força de trabalho jovem na agricultura, podendo mesmo dela afastar muitos jovens, particularmente se frequentarem níveis superiores de escolaridade; (iv) falta de interesse pelo trabalho diário na agricultura, procura de meios de vida alternativos não relacionados com os recursos naturais, trabalho em empregos *off-farm*. Uma outra causa evocada, e que foi especialmente importante no período de guerra civil, foi a integração de jovens nas forças militares em conflito, agravada pelo facto de muitos desses jovens, mesmo depois da desmobilização, não terem regressado à agricultura. Por vezes, o grupo doméstico depara-se também com uma redução do tempo disponível para o trabalho na agricultura ocasionada por outras actividades competidoras, como aquelas de âmbito não agrícola mas que entram no respectivo 'portfolio de meios de vida', tarefas domésticas (muitas delas exigindo tempo considerável, como a busca de lenha, aprovisionamento do núcleo doméstico em água e preparação de alimentos), etc.

Conforme evidenciado a nível de diversas comunidades, em muitos casos a força de trabalho é cada vez mais constituída por idosos, mulheres e membros muito jovens. Concomitantemente, acontece uma redução da capacidade do grupo doméstico em recorrer a outras fontes de força de trabalho, mormente à tracção animal. A espiral de declínio em consequência da diminuição da força de trabalho contribui para a insegurança alimentar do grupo doméstico, deficiente saúde dos seus membros e redução dos rendimentos. Esta situação catalisa a migração rural-urbana e contribui para a instabilidade social em consequência da depressão, frustração, desmembramento dos grupos domésticos, etc.

Os grupos domésticos mais pobres e vulneráveis possuem geralmente força de trabalho mais reduzida, menos gado e menos meios de produção comparativamente aos mais ricos. Como

³³⁷ Esta situação é particularmente visível em grupos minoritários vivendo na região, como os *San* que, para além de prestarem trabalhos para terceiros, alugam parcelas de terreno a grupos domésticos mais ricos, de origem *Bantu*. Para mais informação, consulte-se Gomes (2007).

³³⁸ Para além da perda de capacidade de trabalho referente ao membro doente, também implica o tempo produtivo gasto por familiares ao prestarem os necessários cuidados ao mesmo, tanto em casa, como em caso de internamento num hospital, regra geral distante do local de residência.

³³⁹ Adicionalmente aos valores gastos com as cerimónias fúnebres e da perda da própria força de trabalho do falecido, os membros do grupo doméstico também têm de investir, durante um período de vários dias, grande parte do seu tempo produtivo nas cerimónias fúnebres e seus preparativos.

resultado, enfrentam muitas dificuldades em manter uma empresa familiar viável e oferecem aos seus membros poucas oportunidades de realização de ganhos individuais já que todos os rendimentos são direccionados para o grupo doméstico na sua globalidade. Muitas vezes, particularmente no caso dos grupos domésticos estabelecidos mais recentemente, possuem poucas ligações sociais com outros membros da comunidade. Todos estes factores ajudam a explicar porque alguns grupos podem desenvolver e expandir actividades diversas ao passo que outros não conseguem fazê-lo, acabando por cair na pobreza.

Impacto dos constrangimentos em força de trabalho sobre a agricultura

Constitui opinião generalizada que a escassez de força de trabalho no seio do grupo doméstico tem um impacto negativo imediato tanto sobre a produção pecuária como agrícola com efeitos directos sobre a segurança alimentar e bem-estar da família. Apesar da importância conferida ao gado, constrangimentos na força de trabalho podem conduzir, nomeadamente, a uma redução do número de animais a nível do grupo doméstico³⁴⁰, deficiências no manejo do gado incluindo insuficiente aproveitamento dos recursos naturais, diminuição do tempo dedicado ao pastoreio, procura de áreas de pastoreio mais próximas da unidade residencial, redução na frequência do abeberamento, etc., para além de uma possível redução na quantidade de leite ordenhada e destinada ao grupo doméstico.

A preparação manual da terra ou fazendo uso da tracção animal é deveras trabalhosa, pesada e demorada. A oportunidade em que é feita constitui factor crítico. Se é executada antes das chuvas pode haver insuficiente humidade no solo e este apresentar-se demasiado duro. Se realizada mais tarde, os solos demasiado húmidos podem apresentar dificuldades para serem trabalhados. A presença de certas infestantes ou de demasiada biomassa vegetal dificulta ainda mais a lavoura. A perda de força de trabalho por parte do grupo doméstico afecta directamente a preparação da terra tanto em qualidade (operações agrícolas não realizadas de forma correcta) como em extensão. Atrasos na sementeira retiram a possibilidade das plantas optimizarem a utilização da humidade presente no solo. Mesmo quando o grupo doméstico aluga tracção animal tende a omitir a segunda lavoura, o que tem implicações negativas na produção agrícola.

A sacha constitui uma actividade crítica e uma determinante principal das colheitas, variando o tempo consumido na sua execução de acordo com a cultura. A sacha torna-se mais difícil e demorada se a preparação da terra tiver sido deficiente ou não tiverem sido dados os espaçamentos correctos aquando da sementeira. Por sua vez, sementeiras tardias conduzem a que as infestantes compitam com as culturas em desenvolvimento. O impacto das sachas tardias pode ser desastroso para as colheitas³⁴¹. Lavoura e sacha realizadas de forma menos correcta e atrasos na sementeira conduzem a colheitas fracas, arrastando o grupo doméstico para uma situação de insegurança alimentar com todas as suas consequências e com reflexos nas épocas agrícolas que se seguem.

Os grupos domésticos mais pobres, não possuidores de meios de tracção animal e que baseiam as suas actividades exclusivamente na força de trabalho humana, são muito vulneráveis a situações de perda de capacidade de trabalho no seu seio (perdedores principais). Entretanto, a diminuição da força de trabalho humana no seio destes grupos mais pobres destituídos de poder de tracção animal, também afecta os grupos domésticos menos pobres (perdedores secundários), os quais embora possuidores de capacidade de tracção animal, ficam com menos força de trabalho humana disponível para complementar aquela presente no seu seio, reduzindo-se assim a extensão das áreas cultivadas.

³⁴⁰ Para fazerem face à incapacidade de manutenção dos respectivos rebanhos devido a carências em força de trabalho no seu seio, os grupos domésticos lançam mão da estratégia de dispersão de animais por outros criadores (*okupakessa*).

³⁴¹ Dez dias de atraso são suficientes para comprometer a colheita.

2.2.2 Choques e situações de stresse com componentes co-variantes

No quadro seguinte são apresentadas, de forma sintética, as consequências dos principais choques e situações de stresse com componentes co-variantes (meso-choques e macro-choques) isto é, abrangendo uma ou mais comunidades, sobre os distintos tipos de activos dos grupos domésticos na região do 'Complexo da Ordenha'.

Quadro III 3: Impacto dos principais choques e situações de stresse com componentes co-variantes sobre os grupos domésticos.

Choque	Capital				
	Humano	Natural	Físico	Financeiro	Sociopolítico
Seca	Saúde ↓ Força de trabalho ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑	Estrume ↓ Fertilidade do solo ↓ Leite ↓ Degradação ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓ Desestabilização social ↑
Conflitos e guerra	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑ Conhecimento ↓	Estrume ↓ Fertilidade do solo ↓ Leite ↓ Degradação ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓ Desestabilização social ↑
Pragas e doenças das culturas agrícolas	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑			Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Prestígio social ↓ Marginalização ↑
Degradação dos solos; reduzida produção agrícola por unidade de superfície	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑	Degradação ↓		Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Prestígio social ↓ Marginalização ↑
Perda de acesso e degradação dos recursos naturais	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑	Leite ↓ Degradação ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓ Desestabilização social ↑
Mercado para os produtos de origem animal restringido; exclusão dos mercados	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑	Degradação ↓		Rendimentos ↓ Pobreza ↑ Comercialização ↓	Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓
Distorções nos preços de comercialização de gado e cereais; especulação	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑			Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Pobreza ↑ Comercialização ↓	Marginalização ↑ Poder político ↓ Desestabilização social ↑
Doenças (epizootias) e morte de gado	Saúde ↓ Força de trabalho ↓ Nutrição ↓ Trabalho de membros activos ↑	Estrume ↓ Fertilidade do solo ↓ Leite ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓ Área cultivada ↓	Activos de gado ↓ Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓

	Bem-estar ↓ Migração ↑				
Doenças e morte de pessoas (epidemias, incluindo VIH/SIDA)	Força de trabalho ↓ Trabalho de membros activos ↑ Bem-estar ↓ Saber tradicional ↓		Área cultivada ↓	Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Despesas ↑	Exclusão ↑
Degradação de infraestruturas e vias de acesso	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑ Conhecimento formal ↓		Transporte ↓ Área cultivada ↓	Rendimentos ↓ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Marginalização ↑ Poder político ↓
Políticas de desenvolvimento imbuídas numa visão anti-pastoralista	Saúde ↓ Nutrição ↓ Bem-estar ↓ Migração ↑ Saber tradicional ↓	Estrume ↓ Fertilidade do solo ↓ Leite ↓ Degradação ↓	Tracção animal ↓ Transporte ↓	Activos em gado ↓ Rendimentos ↓ Despesas ↑ Comercialização ↓ Pobreza ↑ Erosão de activos ↑	Redes de solidariedade ↓ Prestígio social ↓ Marginalização ↑ Poder político ↓ Desestabilização social ↑

2.2.2.1 Seca

Pela edafoclimatologia própria da região do 'Complexo da Ordenha', a seca³⁴² constitui um evento de risco recorrente para as comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas, sendo amplamente referenciada nas suas manifestações culturais assim como em obras de diversos escritores angolanos³⁴³. Constitui um componente aguardado dos ambientes em 'não-equilíbrio' prevaletentes

³⁴² Existem diversas definições para seca³⁴². De acordo com Pratt *et al* (1997) acontece seca quando a pluviosidade anual está abaixo da metade da média prevista ou quando em dois ou mais anos sucessivos se situa a 25% ou mais abaixo da média (calculada a longo prazo). De uma forma geral, a seca é definida como sendo o fenómeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afecta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos da terra. De uma forma prática, e de acordo com um índice de intensidade de seca, esta pode ser classificada como (Aouad, 1991): (i) seca *não significativa*: desvios inferiores a 20 % da média da precipitação esperada; (ii) seca *moderada*: desvios entre 20 a 50 %, e (iii) seca *severa*, com desvios superiores a 50 %. Em África, foi observado que não sobrevém quebra na produção agrícola se ocorrer mais de 85 % da precipitação esperada (seca não significativa).

³⁴³ Ruy Duarte de Carvalho descreve, de forma eloquente, o fenómeno da seca no Sul de Angola e todas as angústias que o acompanham:

«A seca é um drama que ciclicamente se repete nas calcinadas vastidões desses dilatados seus. Mas nem a consciência de uma tal constância lhe minimiza um travo a morte e a perca.

Desidrata-se a terra, desidratam-se as ramas, altera-se a cor do mundo: embranquece o céu, escurece o capim. Apartam-se os horizontes. Os montes ganham distância, mergulhados numa espessa e nebulosa atmosfera, ofuscante em si mesma, opressiva de brumas e poeiras. Dir-se-ia que o ar coalha em goma, poalha de cal, fumaça de enxofre. [...]

Esgota-se o milho das últimas reservas até já nem sobrar a semente guardada para uma última esperança de águas. Alteram-se os hábitos e os circuitos. Às cantinas das vilas e das povoações começa a chegar gado para trocar por milho. Alguns garrotes apenas, a princípio, depois, se a chuva tarda, nemas também e vacas já paridas. Saem funantes para o mato atrás de gado barato.

Rompe-se o ciclo das transumâncias. Vêm manadas de longe, seguidas pelos seus pastores, para procurar algum capim nas baixas e as derradeiras lamas das maiores lagoas. E o gado chega e bebe e cai, incapaz de suportar, no ventre, o peso da água. E apodrece nas margens.

na região, tendo os sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas evoluído de forma a ‘acomodarem’ a seca. Contudo, é menos expectável e tem diferente impacto nos ambientes em ‘equilíbrio’ presentes na sub-região planáltica.

Os criadores tradicionais de gado do Sudoeste de Angola mostram-se particularmente vulneráveis à seca³⁴⁴. A variabilidade na distribuição temporal e espacial da pluviosidade foi mencionada como uma das principais fontes de risco em todas as sub-regiões. Os seus efeitos são multidimensionais e semelhantes nas várias zonas agro-económicas, afectando a generalidade da economia rural³⁴⁵. A ausência de chuva reduz a disponibilidade de água e de pastagem natural, o que provoca um desequilíbrio entre a população animal e estes elementos. Os animais tornam-se emaciados e morrem ou têm de ser vendidos. Embora todos os criadores estejam expostos de forma semelhante à seca, os efeitos desta não são idênticos para todos os grupos domésticos, já que são condicionados pelo respectivo *status* de riqueza. Os grupos domésticos possuidores de rebanhos menores, são mais vulneráveis que aqueles com mais posses, detentores de maior número de animais. Estes últimos também estão em melhores condições de diversificar as suas fontes de rendimento para fazer face à seca, o que contribui igualmente para aumentar a respectiva capacidade de recuperação depois do choque³⁴⁶.

Conduzidos pela razão do seu viver, os homens prosseguem sempre, atentos ainda ao refazer da vida. Descem ao deserto e invadem as chanas antes desprezadas. (Aí se dão ainda ao vento que as penteia as hastes finas de capins já velhos). Tangem o que lhes resta das manadas reduzidas, no dia-a-dia, pela queda dos animais mais fracos. (Vacilantes na marcha deixam-se atrasar. Depois estremeçam sobre as patas finas e afocinham no chão, mordendo a língua e a esbugalhar os olhos, líquidos de espanto e de aflição).

As famílias dividem-se. As mulheres e as crianças regressam às *ongandas* com algumas vacas, apenas, e gado miúdo. Os homens prosseguem sempre, para refazer viagens ou arriscar distâncias incomuns. [...]

Passam as manadas cada vez mais magras. Arrastam-se, agora, mordendo toijas negras muito lambidas já por outras fomes. Os platôs mais desabrigados transformam-se em poeira, duramente castigados pelo duro pisar dos animais. Alargam-se à volta das cacimbas e das lagoas, enormes clareiras de terra crua onde o gado se mistura perante a indiferença dos pastores, rapazitos encardidos pela poeira, infatigáveis tangedores de *m’bulumbumba*, sobre o coração.»

In: Ruy Duarte de Carvalho. *Como se o mundo não tivesse leste*. Edições Cotovia (2008). P. 29.

³⁴⁴ A seguinte expressão, utilizada por um criador de gado de Namacunde (sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama), define de sobremaneira o fenómeno da seca: “na seca, a vida pára”.

³⁴⁵ Na região estudada, foram os seguintes os efeitos da seca mencionados pelos criadores de gado (síntese de dados obtidos a partir de entrevistas e discussão em grupo focal em diversos locais das quatro sub-regiões):

- Redução/perda das colheitas de produtos agrícolas, particularmente cereais;
- Cobertura vegetativa e arbórea do solo seca; falta de pastagem para o gado;
- Emagrecimento do gado e morte de animais;
- Poços, represas, riachos e outros pontos de água secam, causando falta de água para pessoas e animais;
- Necessidade de fazer longas deslocações com o gado à procura de água e pastagem;
- Necessidade de acartar água para uso doméstico de pontos cada vez mais distantes e consequente sobrecarga de trabalho para os membros do grupo doméstico a quem compete essa tarefa (particularmente mulheres e crianças);
- Escassez de produtos básicos nos mercados locais;
- Aumento de preço de diversos produtos;
- Fome;
- Desnutrição, especialmente em crianças;
- Desistências na escola;
- Grupos domésticos ficam pobres;
- Os grupos domésticos ao se movimentarem para outras áreas, tornam-se ‘deslocados’;
- Falta de trabalho, aumento da criminalidade e roubo.

³⁴⁶ Hogg (1997) advoga que os grupos domésticos mais ricos podem fazer face à seca melhor que os pobres porque também possuem maior influência política e, consequentemente, acesso preferencial aos recursos pascigosos, água, assistência veterinária, crédito e outros apoios.

Os efeitos da seca são ainda exacerbados pela reacção natural dos mercados. Análises de preços mostram que, em situações de seca, a relação de preços gado/cereais rapidamente se inverte a desfavor do gado. Este facto deve-se a dois processos independentes que se contrapõem um ao outro: à medida que a produção de produtos alimentares básicos decresce no decurso da seca, o seu preço aumenta dramaticamente sendo os criadores tradicionais de gado obrigados a vender mais animais que em anos normais para satisfazerem as suas necessidades em cereais. Adicionalmente, no decurso de secas severas a mortalidade de gado aumenta e os criadores tendem a vender cada vez mais animais antes que os mesmos se tornem demasiado emaciados e acabem por morrer. Todos estes procedimentos provocam a queda do preço do gado. Contrariamente aos criadores pobres, aqueles mais ricos e os empresários urbanos podem retirar vantagens da situação do mercado: se tiverem condições de o alimentar, compram gado a preços baixos como uma forma de investimento. Posteriormente, muitos desses compradores podem mesmo entregar os animais adquiridos a pastores empobrecidos para os criar. Estes, passam assim de criadores ‘proprietários’ a criadores ‘alugados’. Os grupos domésticos que, nos seus meios de vida, se socorrem igualmente da prestação de serviços para terceiros e do comércio, também vêm os seus rendimentos reduzidos devido à menor demanda por trabalho e outros bens e serviços.

Entretanto, o impacto da seca não resulta apenas da ausência de chuvas e consequente carência de recursos naturais (pascigosos e aquíferos). A alienação de terras de pastagem natural comunitária e a perda de acesso aos distintos recursos naturais vem reduzindo a capacidade de pastoralistas/agro-pastoralistas fazerem face aos choques, expondo-os à insegurança alimentar e à fome. Constitui opinião geral que, no passado, os criadores de gado dispunham de maior capacidade para enfrentar choques como a seca e outros desastres naturais já que tinham acesso a maiores áreas de pastagem natural comunitária e as suas manadas podiam tirar partido de uma maior mobilidade.

No diagrama seguinte são sintetizados os impactos da seca em meio rural, particularmente sobre grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas.

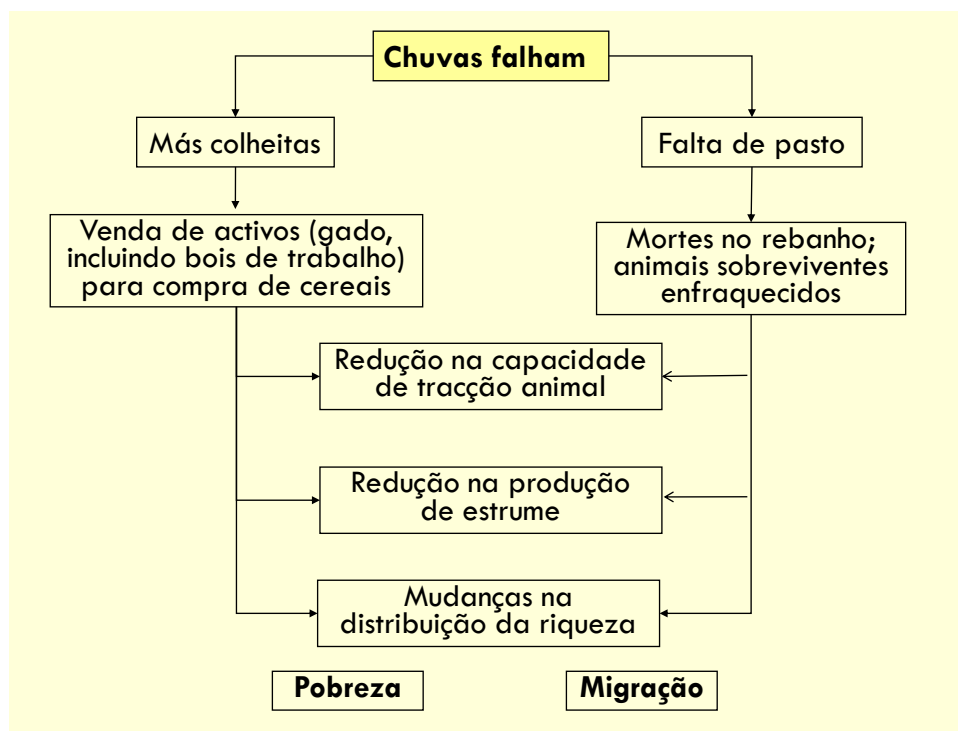


Figura III 2: Impacto da seca sobre grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas.

2.2.2.2 Tempestades e inundações

De forma antagónica, e com impacto mais localizado e menos drástico que a seca, as inundações têm sido referenciadas regularmente na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, devido às suas características fisiográficas, delas podendo advirem consequências drásticas sobre os meios de vida das populações locais, nomeadamente restringindo a mobilidade destas e dos seus gados. Nas restantes sub-regiões são referidas ocasionalmente perdas em campos agrícolas localizados junto aos cursos de água, devido à ocorrência pontual de enchentes, mesmo que de pequena monta. Tempestades de diversa natureza (queda de granizo, ventos e chuvadas fortes, etc.) podem causar danos consideráveis, particularmente às culturas agrícolas.

2.2.2.3 Conflitos

No Sudoeste angolano são recorrentes conflitos, de diversa ordem, com características co-variantes³⁴⁷. Para além do aumento demográfico e disputa sobre terras, existe uma competição cada vez maior entre pastoralistas/agro-pastoralistas, agricultores sedentarizados, fazendeiros e empresas que fazem a exploração de recursos naturais (madeira, minerais, etc.), que pode arrastar a conflitos violentos entre os distintos grupos. A marginalização estrutural dos pastoralistas/agro-pastoralistas³⁴⁸ e a não resolução adequada dos conflitos (mormente de acordo com as leis costumeiras) podem agudizá-los ainda mais.

2.2.2.3.1 Conflitos relacionados com recursos naturais

O conflito sobre recursos naturais envolve basicamente grupos com os mesmos interesses: pastoralistas/agro-pastoralistas e pequenos agricultores³⁴⁹ mas, principalmente, fazendeiros e empresas que explorem recursos naturais, mormente empresas madeireiras. Como os grupos têm objectivos e interesses diferentes na utilização dos recursos, a competição é, muitas vezes, bastante acentuada, dando origem a situações de conflito.

O ‘sistema de recursos múltiplos’ prevalecente na região do ‘Complexo da Ordenha’ é caracterizado pela utilização de diferentes recursos naturais para múltiplos propósitos e por mais de um utilizador. A exclusão do acesso dos criadores tradicionais de gado a estes recursos conduz a perturbações significativas no complexo ciclo de aproveitamento da pastagem natural, nomeadamente aos esquemas de transumância seguidos. Impedimentos no acesso aos recursos-chave constituem choques de natureza co-variante (essencialmente meso-choques) com graves consequências sobre as estratégias de meios de vida seguidas.

A pressão exercida pelo exterior envolvente ao sistema de produção pastoralista/agro-pastoralista, mormente os programas de ocupação empresarial do território, interrompidos com a independência do País, mas reiniciados em anos recentes, com o advento da paz, constitui uma ameaça relevante

³⁴⁷ Al-Massar (2003) agrupa os conflitos de acordo com a escala: (i) micro-escala – o conflito envolve indivíduos, aldeias ou comunidades, e está focalizado geograficamente. De entre as possíveis causas podem ser enumeradas: acesso a pontos de água e áreas de pastagem natural, invasão de áreas cultivadas pelo gado; encerramento de rotas de transumância; roubo de animais; vedação de fazendas. (ii) macro-escala – envolve grandes grupos, é de natureza étnica ou tribal e resulta em destruição e morte generalizada.

³⁴⁸ Os pastoralistas/agro-pastoralistas são muito vulneráveis ao risco de conflito violento, o qual se pode transformar em risco co-variante de conflito civil e guerra (Rass, 2006).

³⁴⁹ O conflito entre agricultores e criadores de gado acontece sobretudo no que respeita às áreas de recursos-chave, áreas particularmente importantes para a produção pecuária mas que ao mesmo tempo oferecem condições para a cultura agrícola (Scoones, 1994).

para os meios de vida dos grupos domésticos que se dedicam à criação de gado³⁵⁰. Os conflitos com a implantação de fazendas³⁵¹ derivam de três factores principais: (i) fazendeiros ocupam áreas de pastagem comunitária utilizadas pelos criadores tradicionais de gado e mesmo terras integrando os respectivos *tchilongos*; (ii) apropriação, pelos fazendeiros, de pontos de abeberamento normalmente utilizados pelos criadores de gado tradicionais³⁵² e (iii) edificação de vedações que restringem a mobilidade das manadas afectando o normal funcionamento do sistema tradicional de criação de gado. Para além da ocupação de extensas áreas de terra, muitos fazendeiros ainda concorrem com os criadores tradicionais na utilização de pastagens de uso comunitário³⁵³, mormente dos seus próprios *tchilongos*, enviando para lá gado seu até ao esgotamento do pasto, recolhendo depois esses animais aos parques das respectivas fazendas que, pela sua extensão, asseguram a continuidade de apascentamento ao rebanho. Entretanto, o criador tradicional vê-se obrigado a movimentar as suas manadas para outras áreas. Esta situação também é muitas vezes provocada pelos comerciantes de gado, os quais vão juntando animais comprados e colocando-os a pastar em áreas comunitárias fazendo uso de forragem que deveria servir o gado dos criadores tradicionais.

Também vêm surgindo situações de conflito no seio das próprias comunidades pastoralistas/agro-pastoralistas e entre estas e pequenos agricultores sedentarizados sobre o acesso a determinados recursos-chave³⁵⁴. A pressão crescente sobre os recursos e a redução de eficácia dos mecanismos tradicionais de gestão de conflitos³⁵⁵ estão a tornar estas situações mais graves.

³⁵⁰ De acordo com o estudo realizado pelo GFA (2011), na região de Gambos/Cahama, os criadores tradicionais teriam à sua disposição, antes da invasão empresarial iniciada ainda no período colonial, cerca de 779.463 ha de pastagem de estação seca, suficientes para 156.000 bovinos (carga animal estimada de 5 ha por cabeça). Actualmente, o sector empresarial ocupa 522.813 ha (67%) desta área, estando disponíveis para os criadores tradicionais apenas 256.650 ha capazes de 'aguentar' apenas 51.330 bovinos. Segundo Santos & Zacarias (2010), p. 35, «o fim do conflito armado, em 2002, aguçou os apetites e a ambição desmedida, sem ética, nem responsabilidade social e humana na usurpação de terras. Primeiro farejavam terras, depois começaram a caçar terras e agora estão a assaltar terras, algumas vezes de forma impiedosa e feudal. Passaram a ter muito mais terra do que a necessária e viraram latifundiários improdutivos. Para além de 'empresários agrícolas ausentes', emergem agora os fazendeiros de fim-de-semana, os fazendeiros de 'Páscoa' ou de 'fim de ano' ou aqueles que têm fazendas como coutadas de caça.»

³⁵¹ São exemplo de conflitos aqueles ocorridos entre fazendeiros e populações locais na Tunda dos Gambos (município dos Gambos), incluindo o Parque do Bicuar, e no território que se estende até à comuna do Mulondo, no município da Matala, todos na província da Huíla. Os conflitos também se alastram em diversas áreas das províncias do Cunene e do Namibe.

³⁵² Em Kapanda (Tunda dos Gambos), por exemplo, as bombas manuais que existiam foram vedadas pelos fazendeiros que instalaram motobombas para as suas fazendas, impedindo a sua utilização pelos pastores. Existem mesmo fazendeiros que chantageiam populares para lhes cederem terras em troca do acesso à água. In: Relatório de Levantamento da Situação Sócio-económica da Comuna da Quihita (município da Chibia) e do Município dos Gambos, Província da Huíla – ACC – Associação Construindo Comunidades.

³⁵³ Tratam-se basicamente de *terras comunitárias de acesso controlado*. Contudo, as regras costumeiras impostas pelas comunidades locais não são respeitadas por fazendeiros nem comerciantes de gado.

³⁵⁴ São do domínio público os recorrentes conflitos intercomunitários na zona agro-económica 2 (Gambos) da sub-região semi-árida de transição. Segundo Santos & Zacarias (2010) dois factores principais contribuem para a eclosão destes conflitos: (i) conflito de disputa de espaços e recursos naturais (água, pastos e *maquelos*) entre os diferentes grupos de pastoralistas/agro-pastoralistas, principalmente à volta dos pontos de água e zonas de maior concentração de gado para pequenas transumâncias. Estes conflitos tanto podem estar latentes (podem espoletar por qualquer outra razão), como patentes (visíveis e ocorrentes) ou ainda evoluírem para situações de violência (ofensas corporais e morais), dependendo das épocas de maior ou menor procura do recurso em causa; (ii) disputa de espaços relacionada com a movimentação demográfica. Por exemplo, em tempos idos, os *ovangambwes* enfrentaram conflitos contra os *ovahakavona*, tendo sido empurrados para a zona da Taka, na direcção Este-Oeste. Por outro lado, os *ovankuvalas* subiram na direcção oposta, à procura de água para abeberamento de gado, atingindo o Lupanga (22 km da Taka). Na direcção Norte-Sul, os *ovamuila* desceram até 5 km da Taka e os *ovandimba* subiram até ao Mbafwe, a 25 km da Taka, ficando os *ovahakavonas* confinados a um território com cerca de 22 km x 25 km. Este facto aumentou consideravelmente a disputa

Para além de restrições no acesso aos recursos-chave, uma multiplicidade de causas pode levar o gado a invadir campos cultivados, desde a necessidade premente de obtenção de forragens, acidentes involuntários ou ainda o facto de, para terem acesso a pontos de água e/ou pastagens, serem obrigados a ultrapassar campos agrícolas em áreas que anteriormente constituíam rotas de passagem. Estas invasões muitas vezes conduzem a conflitos localizados envolvendo distintos grupos domésticos ou comunidades.

2.2.2.3.2 Conflito civil e distúrbios sociopolíticos

No decurso de um conflito os membros dos grupos domésticos não vêm apenas as suas vidas em perigo, mas também ficam com os seus meios de vida erosionados e mesmo destruídos. Em muitos casos, a destruição dos meios de vida acontece de forma rápida e abrupta: devastação de aldeias, devastação de reservas de alimento, perda de animais, destruição e roubo de equipamento pessoal e produtivo, saque generalizado, etc. Em situações de conflito crónico e de instabilidade política os danos sobre os meios de vida são prolongados, demorados, com choques repetidos que fracassam a capacidade de resiliência dos grupos domésticos e muitas vezes conduzem à destituição e sofrimento humano em ampla escala.

As comunidades pastoralistas/agro-pastoralistas tiveram de fazer face a uma gama ampla de choques durante o conflito armado que grassou em Angola entre os anos de 1975 e 2002, tendo as sub-regiões planáltica e semi-árida do sul sido particularmente atingidas. Foram enumerados como principais choques decorrentes desse conflito: restrições no acesso à água e a outros recursos naturais, mormente à terra para fins agrícolas e pastoreio; incapacidade de produção de bens alimentares e restrições ao seu acesso; colapso no mercado de trabalho; desarticulação das redes comerciais; destruição ou bloqueio de mercados e rotas comerciais; perturbação e interrupção dos serviços públicos em resultado da incapacidade operacional ou por acções deliberadas; saque ou destruição dos activos de grupos domésticos e comunidades; deslocamentos de famílias e comunidades; destruição de infraestruturas; interrupção da lei e da ordem; criminalidade e violência sexual.

Os conflitos ocasionam a grupos domésticos e comunidades uma multiplicidade de efeitos, aos vários níveis. Saliente-se que os efeitos da violência são sempre muito mais amplos e profundos do que os seus episódios específicos. No quadro seguinte são apresentadas, em síntese, as principais consequências sobre os activos de meios de vida.

pelos recursos naturais, tendo contribuído, de certo modo, para a agressividade e desenvolvimento de mecanismos de auto-defesa dos *ovahakavona*, no sentido de se resguardarem destas pressões demográficas e dos preconceitos existentes contra eles.

³⁵⁵ Regras costumeiras que funcionam segundo o princípio da reciprocidade. Estudos diversos indicam que a capacidade das instituições tradicionais em gerir e regular de forma eficaz a crescente competição sobre os recursos naturais foi sendo erosionada (Winrock International, 1992; Scoones, 1995).

Quadro III 4: Impacto dos conflitos sobre os activos de meios de vida de grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas.

Activos de meios de vida		Choques causados por conflitos
Capital físico	Gado, equipamento/ferramentas agrícolas, sementes, habitações, veículos	Saque, roubo, destruição, morte de animais
Capital natural	Áreas de pastagem, terras agrícolas, recursos em água	Destruição e degradação dos recursos, perda de acesso
Capital humano	Força de trabalho do grupo doméstico, habilidades, educação	Mortes, doença, perda de produtividade, invalidez, encerramento de escolas e de postos de saúde
Capital financeiro	Poupanças, trabalho remunerado, fontes de rendimento diversas	Perda de poupanças, desemprego, colapso do comércio formal/informal e de sistemas informais ou formais de poupança/crédito
Capital sociopolítico	Estruturas de parentesco, redes de solidariedade e instituições sociais, autoridade tradicional, grupos religiosos, cidadania, recurso ao sistema judicial, acesso a líderes políticos	Desmembramento de famílias, colapso de redes de solidariedade e instituições sociais, morte de líderes tradicionais, erosão do poder tradicional, desagregação de comunidades religiosas, deslocação de grupos domésticos, combates entre grupos, colapso dos serviços do Estado e do sistema judicial

Entretanto, para determinados grupos, o caos e a insegurança abrem novas oportunidades e possibilitam novos acessos, antes impossíveis, a recursos e poder. Nesta óptica, a insegurança pode também ser vista como um recurso adicional que, tal como acontece com qualquer outro recurso, alguns indivíduos estão em melhor posição que outros para explorar.

2.2.2.4 Perda de acesso e degradação dos recursos naturais

O acesso aos recursos naturais é fundamental aos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas para que possam cumprir as suas estratégias de meios de vida. No diagrama seguinte apresenta-se uma simulação dos efeitos que podem advir da perda de acesso aos necessários recursos naturais. Esta perda de acesso pode resultar, por exemplo, da ocupação de terras pelo sector empresarial, da implementação de grandes projectos de regadio, da execução de programas que não levem em consideração as peculiaridades dos sistemas tradicionais de produção, etc., factos que conduzirão, inevitavelmente, à diminuição do efectivo pecuário com a consequente perda, por parte das populações locais, do seu principal meio de vida e fonte de rendimentos.

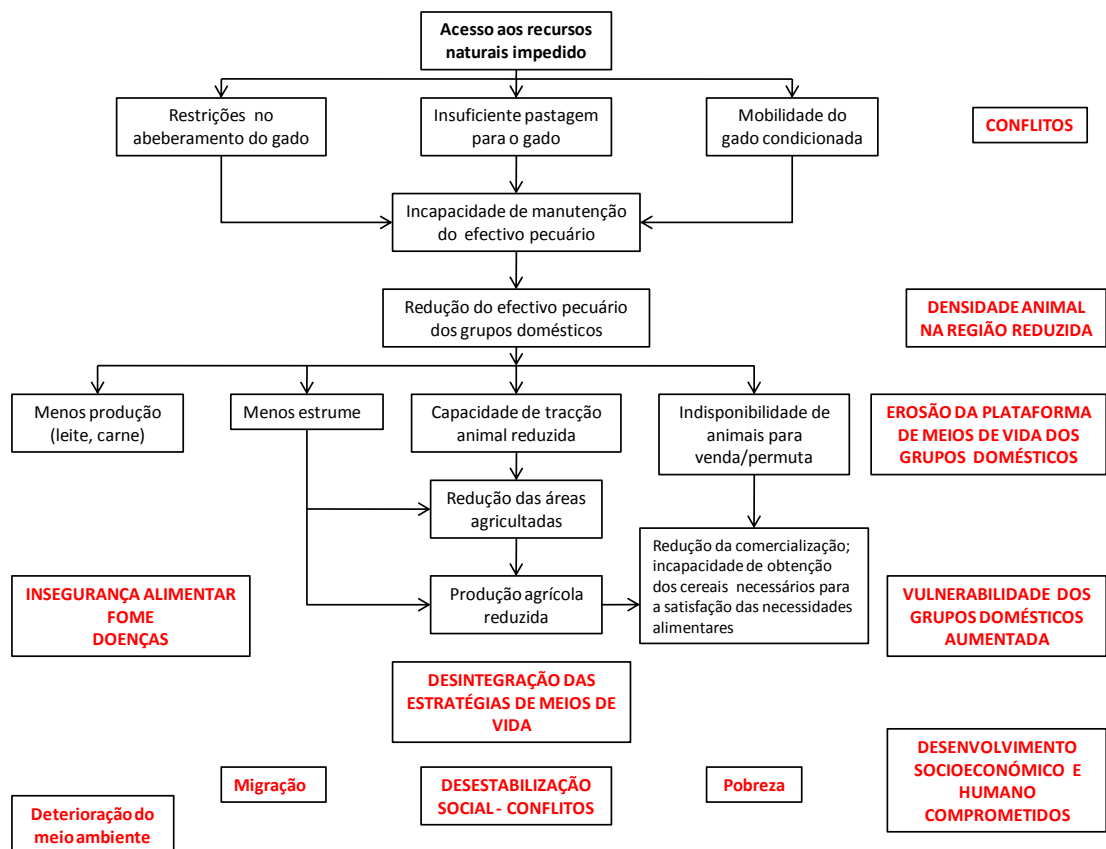


Figura III 3: Consequências para grupos domésticos e comunidades resultantes de constrangimentos no seu acesso aos recursos naturais.

Pela sua importância, em seguida são analisadas de forma mais profunda, questões relacionadas com a perda de acesso à água e à pastagem natural.

2.2.2.4.1 Deficiente acesso à água

O acesso à água constitui um factor capital para os meios de vida dos grupos domésticos na região do 'Complexo da Ordenha', tanto no referente à água destinada ao uso doméstico (água para beber, cozinhar, uso doméstico diverso), como para abeberamento do gado e culturas agrícolas. Por sua vez, a incorrecta distribuição espacial dos pontos de água pode contribuir para a degradação das pastagens nas áreas correspondentes³⁵⁶. Na sua generalidade, os criadores de gado aludem que o aprovisionamento de água na região se vem degradando desde a independência nacional, facto que contribui para a menor produtividade dos rebanhos e deterioração dos meios de vida com o consequente aumento da vulnerabilidade dos respectivos grupos domésticos.

A deterioração do aprovisionamento de água tem, de acordo com os criadores de gado, como principais causas: (i) a degradação crescente das captações de água edificadas antes da independência nacional, mormente *chimpacas* (assoreamento) e furos artesanais, ainda sem uma

³⁵⁶ Os argumentos técnicos relacionados com a provisão de pontos de água são complexos mas está claro que a implementação de furos artesanais e de outras formas artificiais de provimento de água pode vir a ter consequências profundas, não esperadas, na gestão e utilização dos recursos pascigosos, podendo mesmo conduzir a uma redução da resiliência do ecossistema assim como a situações conflituosas relacionadas com o acesso e gestão de recursos.

reposição adequada; (ii) a capacidade de retenção de algumas *chimpacas* é insuficiente para ‘aguentar’ os rebanhos da área; (iii) a pluviosidade irregular e escassa tem conduzido ao rebaixamento do lençol freático e à perda de água em diversas cacimbas tradicionais, as quais acabam por secar; (iv) durante o período imediatamente a seguir à independência nacional, com o abandono da maioria das fazendas por parte dos seus proprietários, pastagens e pontos de água nas áreas demarcadas foram aproveitados pelos criadores tradicionais. Entretanto, nos últimos anos, vem ocorrendo a reocupação das referidas fazendas por novos proprietários com a consequente interdição da utilização desses espaços pelas comunidades.

Segundo organizações de desenvolvimento e serviços especializados, de entre os problemas actualmente reportados para o precário funcionamento do abastecimento de água destacam-se os seguintes: (i) tecnologia inapropriada, particularmente no caso de uso de motores para puxar água de furos artesianos. As populações geralmente não possuem o necessário treinamento para a sua utilização e manutenção. Avarias mínimas acabam por conduzir a custos altos; (ii) ausência de gestão ou gestão débil dos pontos de água; (iii) manutenção inadequada dos meios tecnológicos utilizados e das obras realizadas; modo de abeberamento do gado não permite uma boa manutenção da infraestrutura; (iv) conflitos relacionados com a utilização dos pontos de água impedem a sua correcta manutenção e restringem a sua utilização. Como muitos pontos de água foram construídos sem a participação das comunidades, as populações geralmente consideram-nos como propriedade do Estado e, embora dependam desses pontos de água para o abeberamento do seu gado, não prestam atenção à sua preservação e manutenção, deixando essas responsabilidades aos serviços estatais³⁵⁷.

No caso de águas superficiais, o seu consumo pode ser afectado pela higiene do ponto de água. Quando o nível de água é baixo, os animais podem ver-se forçados a vadear através da lama para conseguirem aceder à água. Aqueles demasiado fracos podem mesmo ficar enterrados na lama e acabar por morrer. Consequência de lama, fezes e outra sujidade presente junto ao ponto de água, a água pode apresentar-se demasiado contaminada e suja, sendo rejeitada pelos animais. Este facto acontece frequentemente com os reservatórios de água superficiais (por exemplo, *chimpacas*). Por outro lado, chuvadas fortes podem produzir um escorrimento excessivo das áreas adjacentes, arrastando agentes patogénicos e poluentes diversos para as fontes e colecções de água.

A importância da água como factor limitante varia com as distintas zonas económicas, sendo maior naquelas em que o modelo ecológico predominante é o de ‘não equilíbrio’. No quadro a seguir apresenta-se o referido grau de importância para cada zona agro-económica.

³⁵⁷ Actualmente vem-se fomentando a participação das comunidades tanto na edificação como na manutenção dos pontos de água.

Quadro III 5: Importância da água como factor limitante da produção pecuária nas distintas zonas agro-económicas.

Sub-região	Zona agro-económica	Água como factor limitante
Sub-região árida	Zona agro-económica 1 (Baía Farta - Sul)	Alto
	Zona agro-económica 2 (Camucuo)	Alto
	Zona agro-económica 3 (Manchas aluvionais costeiras)	Baixo
	Zona agro-económica 4 (Rio Mamué-Rio Bero)	Alto
	Zona agro-económica 5 (Bibala)	Alto
	Zona agro-económica 6 (Virei, Curoca)	Alto
Sub-região semi-árida de transição	Zona agro-económica 1 (Falda da escarpa da Chela)	Moderado
	Zona agro-económica 2 (Gambos)	Alto
	Zona agro-económica 3 (Cahama-Otchinjau)	Alto
Sub-região semi-árida do sul <i>Zona do Baixo Cunene</i>	Zona agro-económica 1 (Mulondo-Nampala)	Moderado
	Zona agro-económica 2 (Mucupe, Humbe)	Alto
	Zona agro-económica 3 (faixa Cafu, Xangongo, Naulila)	Moderado
Sub-região semi-árida do sul <i>Zona do Cuanhama</i>	Zona agro-económica 1 (Cuanhama)	Alto
	Zona agro-económica 2 (Cuamato)	Alto
	Zona agro-económica 3 (Cuvelai)	Alto
	Zona agro-económica 4 (Tchimporo)	Alto
Sub-região planáltica	Zona agro-económica 1 (Humpata)	Baixo
	Zona agro-económica 2 (Chibia)	Moderado
	Zona agro-económica 3 (Cacula)	Baixo
	Zona agro-económica 4 (Quipungo)	Baixo
	Zona agro-económica 5 (Chicomba)	Baixo
	Zona agro-económica 6 (Matala)	Baixo
	Zona agro-económica 7 (Jamba)	Baixo
	Zona agro-económica 8 (Bicuar)	Alto

Gradiente de baixo a alto de acordo com a importância que a água assume como factor limitante da produção pecuária. Elaborado a partir de informação recolhida no decurso do estudo.

A disponibilidade sazonal e a distância dos pontos de água têm implicações directas na frequência de abeberamento das diferentes classes de gado dos distintos currais. De acordo com os criadores, as longas distâncias percorridas e a frequência mais reduzida no abeberamento dos animais, em particular na estação seca, conduz a perdas de peso substanciais e ao decréscimo significativo da produção de leite³⁵⁸.

2.2.2.4.2 Deficiente disponibilidade de pastagem

Carências na disponibilidade de forragem³⁵⁹ podem ser devidas a um conjunto de factores como, por exemplo, atraso no início das chuvas, perda do acesso a áreas de pastagem natural, expansão de

³⁵⁸ Os ruminantes necessitam beber água para manterem o necessário conteúdo corporal em água e para o metabolismo. A disponibilidade de água também afecta a ingestão voluntária de alimentos. Resultados de um estudo com bovinos Boran indicaram que animais dessedentados uma vez em cada três dias no decurso da estação seca perderam peso mais rapidamente que aqueles dessedentados numa frequência diária. Tal deveu-se ao facto das restrições no abeberamento haverem reduzido a ingestão de forragem e a produção de leite em cerca de 13% (Coppock, 1993). No Sudoeste de Angola, e no decurso de uma estação seca 'normal', a maioria dos rebanhos são dessedentados diariamente ou a cada dois dias. Uma minoria fá-lo a cada três dias. Contudo, esta frequência de abeberamento depende de um conjunto diversificado de factores.

³⁵⁹ Vide capítulo II, 1.2 Aproveitamento da pastagem natural.

áreas agricultadas, conflitos, sobrepastoreio, degradação do solo³⁶⁰, etc. Os criadores de gado identificam uma diversidade de consequências que podem advir da limitada disponibilidade de forragem para os seus animais, sendo concedida maior importância à perda de peso e enfraquecimento dos animais, seguindo-se o aumento da taxa de mortalidade, redução na produção de leite e alargamento do intervalo entre partos. Isto mostra que os criadores reconhecem facilmente as consequências mais visíveis, como a perda de peso e o enfraquecimento, deixando aquelas menos manifestas, como a diminuição da produção de leite, menor eficiência reprodutiva e maior exposição dos animais às doenças para um plano secundário.

2.2.2.5 Erosão do património genético

Pressões no sentido da adopção de raças exóticas, reputadas pelos seus desempenhos em outras regiões, como melhoradoras do armentio local, para além de formas de produção e sistemas de manejo e reprodução padronizados a partir dos modelos clássicos de produção intensiva onde o animal é avaliado apenas na perspectiva da sua produtividade relativamente a determinado produto (carne ou leite), conduzirão, irreparavelmente, à perda progressiva do património genético presente na região sudoeste de Angola³⁶¹. Na generalidade, programas de melhoramento genético não revelam suficiente profundidade na abordagem dos constrangimentos biofísicos, necessidades socioeconómicas e características culturais das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas³⁶².

³⁶⁰ A degradação de terras ocasionada pelo gado acontece especialmente na vizinhança de áreas residenciais, de pontos de água e ao longo das principais rotas seguidas pelos pastores. Esta degradação é particularmente induzida em períodos de seca, quando arbóreas e arbustivas perenes são intensamente usadas como forragem. Para além da degradação ocasionada pelo gado, outras causas são igualmente importantes, nomeadamente os cultivos agrícolas em áreas marginais e o corte de árvores para lenha ou feitura de carvão (de Haan *et al* 2001).

³⁶¹ Sobre este aspecto, é bem caracterizadora a seguinte descrição de Estermann: «Do lado português tentou-se melhorar o armentio com cruzamentos. Mas os resultados foram medíocres, pois nos meses da maior seca, Setembro e Outubro, os animais cruzados dificilmente resistem à penúria das pastagens, enquanto os de raça 'indígena' conseguem sobreviver.» In: Estermann, C. 1983. *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro). Colectânea de Artigos Dispersos*. Vol. I. P. 114. Aquando da independência nacional, em 1975, a desarticulação de diversas fazendas detentoras de gado exótico conduziu à transferência de animais para os rebanhos dos criadores tradicionais, tendo-se assim introduzido nos rebanhos locais novas características, que foram bem visíveis até determinado momento. Contudo, actualmente, essas características praticamente desapareceram das manadas, sinal da menor resistência evidenciada pelos cruzamentos. Segundo Santos (1997), das diversas raças deixadas pelos fazendeiros, o gado zebuino parece ter sido o único que resistiu ao tipo de manejo levado a cabo pelo criador tradicional, sendo animais muito apreciados por apresentarem rusticidade associada a um desenvolvimento corporal mais precoce comparativamente ao gado autóctone. No seu trabalho junto aos *Cuvalé*, Carvalho (1999) afirma que, embora os criadores reconheçam méritos ao 'gado dos brancos', mormente precocidade no crescimento, capacidade de transformação de pastagem em carne e leite e produtividade mais alta, afirmam que esse gado anda pouco, anda mal, precisa de beber diariamente, resiste menos ao calor e à seca, para além de exigir maiores cuidados. Enquanto as vacas são menos 'chegadas' às crias, aspecto muito valorizado pelo pastor, os touros são demasiado grandes para a generalidade das vacas indígenas. No decorrer do presente estudo, foi constatado que, muitas vezes, os criadores preferem vender gado jovem e não animais de maior idade, argumentando que estes já demonstraram resistência suficiente para sobreviverem a situações de grande precariedade enquanto os primeiros não.

³⁶² Por exemplo, a introdução, no meio tradicional, de raças melhoradoras na vertente carne, privilegiando este produto em detrimento do leite, negligencia o papel deste como recurso alimentar dos grupos domésticos e tem forte impacto negativo no estado nutricional dos seus membros, particularmente de crianças e idosos. Por outro lado, esta estratégia tende a beneficiar fundamentalmente o homem, já que é ele quem controla os rendimentos obtidos com a venda de gado. A mulher, que regra geral controla a venda do leite, verá a sua posição na produção pecuária debilitada e os seus rendimentos reduzidos assim como o seu envolvimento nas tomadas de decisão relacionadas com o gado no seio do grupo doméstico mais circunscrito.

2.2.2.6 Debilidade institucional

A fraqueza institucional na prestação de serviços ao criador tradicional de gado constitui uma fonte de vulnerabilidade para os grupos domésticos. Os serviços de assistência e de aconselhamento veterinário e zootécnico assim como o apoio público à produção pecuária tradicional são deveras limitados e deficientes, com uma eficácia muito reduzida, deparando-se com constrangimentos importantes a nível organizativo, de financiamento e de recursos humanos. As limitadas oportunidades de mercado e os altos custos de transacção limitam a expansão da assistência veterinária de carácter privado. Outros serviços públicos, como aqueles de características comunitárias e aqueles relacionados com a saúde e educação são, igualmente, muito deficientes na generalidade da região. A falta de acesso a serviços financeiros relacionados com o crédito, poupanças e gestão de negócios, dificulta a diversificação de estratégias de meios de vida, particularmente se relacionadas com o sector *non-farm*.

2.2.2.7 Marginalização dos criadores de gado tradicionais

O pensamento social ‘moderno’ olha para o estilo de vida levado a cabo pelos pastoralistas e a mobilidade de que fazem uso como sendo retrógrados, menos produtivos e mais prejudiciais para o meio ambiente que um estilo de vida sedentarizado. Este *bias* sociocultural é claramente manifestado em muitos documentos, tanto do período colonial como recente, e tem profundas implicações na elaboração de políticas aos vários níveis. Cada comunidade desenvolveu, ao longo do tempo, práticas tradicionais de gestão dos recursos naturais utilizados pelos seus membros. Entretanto, direitos e utilização costumeira desses recursos estão sistematicamente ausentes de registos, documentos oficiais e estudos técnicos. Pastoralistas e agro-pastoralistas são invariavelmente vistos como um problema para as administrações e a sua não-participação e desconhecimento dos seus direitos agravam ainda mais essa marginalização³⁶³.

As políticas vigentes apoiam essencialmente os agricultores sedentarizados e o grande empresariado, facto agravado por uma lacuna de conhecimentos da generalidade dos técnicos e dos fazedores e decisores de políticas sobre os sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas prevalecentes em Angola, aliada à falta de influência política das comunidades que praticam esses sistemas³⁶⁴. Sistematicamente, as estratégias de desenvolvimento traçadas ignoram as especificidades e interesses das comunidades pastoralistas/agro-pastoralistas. Esta distorção conduz à marginalização dos criadores de gado tradicionais, aumentando ainda mais a sua vulnerabilidade e ‘falta de voz’, arrastando-os para situações de exclusão que podem mesmo conduzir a uma conjuntura de conflito, particularmente nos casos em que o desequilíbrio de poder entre pastoralistas/agro-pastoralistas e restantes grupos da sociedade levam à progressiva deterioração dos meios de vida daqueles.

³⁶³ Foi várias vezes referida a falta de poder para reclamar direitos que julgam ser seus assim como de decisões que julgam ser menos correctas. Muitas vezes, grupos domésticos e comunidades não sabem onde se queixar ou se dirigir para exporem os seus casos. Globalmente, pode existir mesmo o risco de se tornarem numa subclasse da sociedade angolana.

³⁶⁴ As comunidades pastoralistas/agro-pastoralistas estão geralmente entre os grupos mais marginalizados tanto economicamente como politicamente (Rass, 2006), facto resultante de (e que paralelamente conduz a) políticas de desenvolvimento e outras que favorecem basicamente agricultores sedentarizados e empresariado, o que é percebido por muitos pastoralistas/agro-pastoralistas como sendo uma forma de discriminação, tornando-os muito abertos à radicalização. Constitui exemplo o recente conflito (Janeiro de 2012) surgido no município dos Gambos, província da Huíla, em que 10 criadores tradicionais de gado foram detidos pelo facto de haverem rompido uma cerca colocada por um fazendeiro numa rota de transumância utilizada pelos pastoralistas da região. Estes criadores foram colocados em liberdade provisória mediante caução enquanto decorre a instrução processual para julgamento, apenas depois da intervenção de advogados contratados por determinada OSC para defesa dos acusados (In: Novo Jornal, Edição nº 210, 27 de Janeiro de 2012, p. 13).

A característica produção agrária dualista presente na região pode condicionar significativamente o sector tradicional e aumenta de sobremaneira a sua vulnerabilidade, pois neste tipo de situações são os interesses dos grandes empresários (fazendeiros) que tendem a dominar, influenciando a seu favor não apenas políticas e acções de desenvolvimento, como também os mercados, para além de instituições (nomeadamente financeiras) e serviços do Estado (mormente assistência veterinária e outros serviços relacionados com a agricultura).

2.2.2.8 Exclusão dos mercados

No que concerne ao mercado doméstico, os criadores de gado apresentam-se geralmente em situação de desvantagem, restando-lhes basicamente as seguintes opções para comercializar os seus animais: (i) via comerciantes itinerantes, vulgo ‘candongueiros’, ou comerciantes instalados em áreas rurais; (ii) em mercados rurais; (iii) junto a matadouros/casas de matança; (iv) directamente num mercado fronteiriço (Namíbia)³⁶⁵. Considerando as distâncias e os altos custos do transporte em relação ao número de animais vendido, os criadores de gado são excluídos de uma participação activa nos mercados e forçados a vender o gado no denominado mercado primário, principalmente aos comerciantes itinerantes³⁶⁶ ou a outros primeiros intermediários. Normalmente, os preços a que o gado é vendido são baixos devido à pouca capacidade de negociação do criador, geralmente pressionado com a necessidade urgente de dinheiro líquido. Aqueles que conduzem a pé os seus animais ao mercado também evitam voltar com os mesmos, pelo que muitas vezes acabam por os vender a preços demasiado baixos.

A ausência de um mercado funcional é tida como uma das razões para o insucesso do modelo económico implementado durante a denominada Primeira República (Pacheco, 2011b). Entretanto, depois da adopção da economia de mercado no início da década de 90, e até ao momento, continua a não existir um comércio estruturado no meio rural³⁶⁷. Segundo Pacheco (2011b), este facto explica, em grande medida, os baixos níveis de produção agrícola, o marasmo global da economia rural e a elevada incidência da pobreza e da exclusão social em Angola, tanto rural como urbana. Por outro lado, em lugar de ser apoiada a produção local, vem sendo privilegiada a importação de carne a partir de mercados externos para satisfazer as necessidades de consumo da população urbana, solução considerada como sendo a mais fácil e barata, mas com prejuízos evidentes para o desenvolvimento da pecuária nacional.

2.2.2.9 Programas de modernização da agricultura

Os sistemas de produção não são estáticos e necessitam sofrer ajustamentos contínuos para se adaptarem à realidade. Contudo, políticas e estratégias de desenvolvimento influenciadas por hipóteses, mitos, ideias pré-concebidas e conceitos desenvolvidos no exterior, que façam generalizações incorrectas³⁶⁸ e que procurem, contra a sua própria dinâmica, substituir o tradicional

³⁶⁵ Veja-se capítulo II, ponto 6.1.2.4, referente à comercialização de gado.

³⁶⁶ Estes comerciantes deslocam-se às áreas residenciais ou ‘montam acampamento’ em determinados locais previamente conhecidos. No entanto, a generalidade das áreas rurais do Sudoeste angolano é muito deficiente em estradas, para além das existentes se apresentarem em mau estado de conservação e dos meios de transporte serem em quantidade insuficiente, o que também limita essas deslocações.

³⁶⁷ O Executivo angolano aprovou, em 2009, o Programa de Comércio Rural. No entanto, a sua implementação vem sendo feita de forma extremamente lenta, podendo-se afirmar que, até ao momento, não se fez sentir qualquer impacto a nível da agricultura familiar.

³⁶⁸ Estas generalizações muitas vezes resultam de entendimentos menos correctos da realidade no terreno. Um erro comum consiste no facto de não se levar em conta o factor ‘homem’ e sua relação, nas várias vertentes (social, cultural e económica), com o meio envolvente.

ou familiar pelo empresarial ou moderno³⁶⁹ (por exemplo, substituição dos sistemas tradicionais de produção de gado levados a cabo pelas populações locais por sistemas sedentarizados baseados no *ranching*³⁷⁰), e seguindo o princípio - utópico e inconsistente - de transformação do camponês em 'trabalhador rural' ou 'operário' (trabalhador nas fazendas e ranchos)³⁷¹, conduzirão irremediavelmente à erosão dos activos de meios de vida e privação das estratégias de sobrevivência adoptadas pelos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas, seguindo-se a inevitável migração, sobretudo para os centros urbanos e por períodos cada vez mais prolongados, de membros activos à procura de outros meios de vida, com a consequente redução da força de trabalho no seio dos grupos domésticos e da comunidade em geral. Este facto condicionará a força de trabalho local e poderá comprometer a mobilidade do gado em certos momentos do ano, quando a deslocação dos animais para outras áreas de pastagem, regra geral distantes, é fundamental para a sua sobrevivência. Como resultado, a natureza da criação de gado pode mudar, passando os grupos domésticos a dedicarem-se a formas de produção mais localizadas e mais orientadas para o mercado (no sentido de obtenção de rendimentos para cobrir pequenas despesas), focalizadas principalmente nos pequenos ruminantes, em particular caprinos, de manejo mais simples e mais facilmente controlados por crianças e mulheres, para além de poderem ser explorados em áreas restritas e serem vendidos ou permutados com maior facilidade. Por sua vez, o abandono das estratégias baseadas na mobilidade do gado ou a restrição desta, acarretarão certamente processos de sobrepastoreio e degradação do meio ambiente, particularmente em áreas com maior densidade populacional.

³⁶⁹ Regra geral, equipara-se 'modernização' com 'ocidentalização'. Pacheco (2009a) refere que os custos em recursos humanos, financeiros, energéticos e ambientais que uma opção pela acelerada modernização da agricultura exige e provoca, são incomportáveis para o País.

³⁷⁰ O sistema de *ranching* não consegue sustentar a biomassa animal (e humana) presente no sistema familiar tradicional. Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973) calculam que, na sub-região semi-árida do sul, zona do Baixo Cunene, enquanto o sistema tradicional consegue colocar uma unidade animal por 5,8 ha, em condições de *ranching* não se pode ir para além de uma unidade animal por 11,4 ha e, mesmo assim, com o perigo de, em algumas situações, ocorrer degradação do pasto e o gado ter de ser conduzido para terras de pastagem comunitária. Ainda segundo Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973) tomando como referência os 'ranchos' em produção naquela data na região do Cunene, o sistema de *ranching* apenas conseguiria assegurar cerca de um terço da biomassa animal sustentada pelo sector tradicional. Muito recentemente, um projecto liderado pelo GFA Consulting Group GmbH concluiu, com base em dados obtidos na sub-região semi-árida de transição, que o sistema tradicional de criação de gado permite manter aproximadamente 1 cabeça de gado bovino por 2 a 5 hectares de pastagem, valor que é pelo menos 2 vezes superior à carga animal conseguida pelos fazendeiros (GFA, 2011). Estes factos demonstram a eficiência dos sistemas tradicionais de produção no aproveitamento dos recursos naturais no Sudoeste de Angola.

³⁷¹ O sector empresarial será o único beneficiado. A integração vertical presente nas grandes unidades empresariais (fazendas e ranchos) faz com que estas operem em 'enclaves' nas áreas rurais e que tenham poucos vínculos com a economia e populações locais e poucos ganhos tragam às mesmas. Regra geral, estes vínculos não vão além do facto de empregarem um limitado número de trabalhadores locais. Tratam-se geralmente de empregos de curta duração (dependendo do ciclo agrícola e grau de mecanização agrícola utilizado), sazonais e mal-remunerados. Pacheco (2009a) realça que a extinção do campesinato através de uma modernização agrícola que implique a transformação do 'camponês' em 'trabalhador rural' é ilusória porque: (i) a taxa de crescimento demográfico tende a manter-se elevada sem que a oferta de emprego nos sectores da indústria e dos serviços e mesmo das empresas agrícolas aumente em correspondência; (ii) o facto de os camponeses não serem ignorantes, existindo vários exemplos em que os saberes locais permitem rendimentos tão ou mais elevados comparativamente àqueles das empresas; (iii) a capacidade evidenciada pelos camponeses em mitigarem a insegurança e os riscos; (iv) as formas de organização tradicional são mais duradouras; (v) a fonte de informação sobre o mercado está a ser vencida graças ao telemóvel. Ainda sobre esta situação, Olivier De Schutter, Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, alertou a Assembleia Geral da ONU (29 de Agosto de 2011) para o facto dos pequenos agricultores não poderem ser transformados em 'falsos assalariados' na sua própria terra (para mais pormenores, consulte-se: Naciones Unidas, Asamblea General, 29 de agosto de 2011, A/66/262. El derecho a la alimentación, Nota del Secretario General).

A redução dos rebanhos familiares, para além dos profundos efeitos negativos que terá a nível de capital natural e capital financeiro, provocará igualmente alterações no capital social dos grupos domésticos e o enfraquecimento das redes de solidariedade, afectando a equidade no seio das populações locais, nomeadamente aquela obtida com base na prática do *okupakessa* e de outras formas de solidarização. Gado e culturas agrícolas serão progressivamente secundarizados como meios de vida, em favor do trabalho agrícola eventual, da migração para os centros urbanos associada ao trabalho urbano não qualificado, da venda de produtos derivados dos recursos naturais, como lenha e carvão, etc., opções de meios de vida não sustentáveis. Paralelamente, as mulheres terão as suas responsabilidades aumentadas e ficarão sobrecarregadas de trabalho, tanto produtivo como reprodutivo, já que o grupo doméstico verá a sua força de trabalho reduzida (são membros adultos masculinos que maioritariamente vão trabalhar para terceiros ou que migram). Nas situações em que a mulher também trabalhe em fazendas ou em outros locais, a sobrevivência do grupo doméstico pode ficar ainda mais seriamente comprometida, podendo então sobrevir o colapso da agricultura familiar³⁷². De uma forma global, reduzir-se-á a produção agro-pecuária no sector tradicional e sobrevirão a pobreza generalizada das comunidades locais e a desagregação do tecido social.

A sedentarização dos rebanhos, a mudança de sistemas baseados no pastoralismo para o *ranching*, a implementação de projectos de grande envergadura, nomeadamente grandes projectos de regadio e actividades afins, a transformação de terras de pastagem em terras agrícolas, etc., poderão conduzir a alterações profundas nas estratégias de meios de vida dos grupos domésticos e ao aumento da sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, a profundos problemas sociais e à pobreza, factores que podem arrastar ao despovoamento (humano e animal) progressivo das áreas rurais³⁷³. Como exemplo, pode ser tomado o caso de grandes projectos de regadio e de culturas de renda (*cash crops*) que possam ser implementados na região do 'Complexo da Ordenha', nomeadamente na sua sub-região semi-árida. Na essência, as terras com aptidão para o regadio localizam-se nas *evandas* dos rios Cunene, Caculuar e Calonga, terras baixas de utilização hidroagrícola dependente da regularização dos caudais fluviais, assim como nas áreas marginais de *epia-etunda*, terras sem condicionantes para o regadio nem problemas de drenagem e de fácil amanho cultural (Diniz, 2005). Entretanto, todas estas áreas constituem recursos imprescindíveis para as estratégias de meios de vida das populações agro-pastoralistas locais. Desta forma, estes projectos conduzirão a uma

³⁷² Esta situação é muito semelhante àquela vivida no colonialismo português, em que o trabalho produtivo da mulher era utilizado na agricultura familiar, alimentando a família, enquanto o homem era obrigado a abandonar o local de residência para o 'contrato' ou mesmo trabalho forçado. O afastamento do homem e o salário baixo do seu trabalho como contratado, faziam com que a respectiva unidade familiar tivesse de ser suportada precisamente pelo trabalho agrícola e actividade colectora da mulher. Também, parte do trabalho em certas culturas de rendimento (exportação), nomeadamente do café e do algodão, apoiava-se em mão-de-obra feminina. No final, a mulher acabava por ter uma dupla carga de trabalho: a nível doméstico, no seu papel de 'rainha do lar', conforme a ideologia oficial; a nível produtivo, porque acabava por ser a principal produtora de bens alimentares para o sustento do grupo doméstico.

³⁷³ O governo colonial insistiu muito na sedentarização dos criadores tradicionais de gado do Sul de Angola, sendo os programas relacionados com o ordenamento da pastorícia um exemplo. Vide, nomeadamente, os diversos trabalhos relacionados com o 'Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene' assim como as estratégias propostas no âmbito do IV Plano de Fomento traçado para a Província de Angola, mormente aquelas expressas no Relatório Sectorial da Pecuária (1972). Neves (1972) chama a atenção para os perigos que decorrem da imposição de conceitos desenvolvidos no exterior. Citamos: «Subestimando as técnicas de manejo dos criadores tradicionais, sem procurar saber das suas causas nem tirar delas proveito, para o planeamento da pecuária, tem-se conduzido as acções de ordenamento da pastorícia no sentido de reduzir ou evitar os movimentos transumantes, que são considerados, não como uma necessidade, mas como uma consequência do espírito nómada das populações. Ignorando as diferentes características agro-pastoris das populações determinadas pela adaptação às condições ecológicas das regiões em que habitam, e sem ter em conta a diversidade de hábitos, adoptam-se generalizações fáceis e de conceitos simplistas.» (In: Mário Ventim Neves, Informação ao Secretário Provincial de Planeamento e Finanças, 2 Agosto 1972, p.2.).

redução substancial do número de cabeças de gado (em particular de gado bovino, mas não só) na sub-região³⁷⁴, pois para além da perda de acesso a extensas áreas de pastagem natural comunitária e a recursos-chave, ocorrerá um decréscimo da densidade animal, já que os criadores de gado se verão impossibilitados de levar a cabo a necessária gestão oportunista e flexível dos recursos naturais. Embora tais esquemas de regadio possam conduzir ao aumento da produção agrícola por unidade de superfície, mesmo tal é relativo, se a sub-região for analisada no seu todo. A agricultura familiar socorre-se basicamente do estrume para a fertilização dos solos e este factor ficará condicionado com a redução dos efectivos pecuários. A utilização de fertilizantes químicos, para além das dificuldades inerentes à sua disponibilização, onerará de sobremaneira a produção e muito dificilmente estarão ao alcance da pequena empresa familiar. Do ponto de vista ambiental, é evidente que os grandes esquemas de regadio irão alterar profundamente o equilíbrio atingido com os sistemas tradicionais de aproveitamento dos recursos naturais levados a cabo pelos agro-pastoralistas e resultantes de longos anos de evolução e de adaptação.

Tal como acontece nos processos de crise, a pluralidade dos factos atrás expostos pode conduzir à 'falência' do sistema. Os grupos domésticos, depois de um processo de adaptação e de utilização das reservas e dos mecanismos de defesa que lhes são próprios para confrontarem as contingências a que estão expostos, são arrastados para um processo de deterioração funcional e de descompensação que pode terminar na 'falência' do seu sistema de meios de vida, desenvolvido ao longo de gerações e perfeitamente integrado nas características ambientais da região do 'Complexo da Ordenha'. A retórica do aumento da produção agrícola relacionada com a agricultura moderna na generalidade acaba por não beneficiar as populações locais, mas sim entidades empresariais. O 'suposto' incremento da produção agrícola poderá conduzir, na realidade, a situações de fome no seio das comunidades locais, pois o seu empobrecimento e marginalização farão com que não tenham acesso ao alimento produzido (nomeadamente nas suas anteriores terras), acabando este por ser consumido sobretudo pela população urbana³⁷⁵.

2.3 Vulnerabilidade e género

Os processos de mudança social, que vêm acontecendo de forma muito dinâmica na generalidade do País, afectam a mulher de várias formas. Em geral, a sua posição de poder tradicionalmente mais fraca no seio das sociedades pastoralistas e agro-pastoralistas permite-lhe menos oportunidades comparativamente ao homem no acesso às vantagens de um processo de mudança. Assim, para além da mulher geralmente se ver desfavorecida nestes processos, está mais exposta às consequências de eventos de risco negativos. A sua vulnerabilidade ainda se torna maior em consequência da escassez de plataformas com base nas quais as mulheres se poderiam organizar e participar em estruturas não tradicionais novas que surjam na comunidade. Políticas que não tenham em atenção a questão do género podem ter consequências negativas sobre a condição da mulher, não apenas aumentando a sua carga de trabalho, como também destruindo meios tradicionais de obtenção de rendimentos que lhe são próprios e erosionando o seu estatuto no seio do grupo doméstico e da comunidade.

As actividades de informação e extensão agro-pecuárias desenvolvidas na região são insignificantes. Regra geral, as escassas actividades levadas a cabo raramente são direccionadas à mulher, sendo

³⁷⁴ Em situação idêntica, Cruz de Carvalho & Vieira da Silva (1973) calcularam uma redução de 3 a 3,5 vezes, ou seja, de cerca de 70% do efectivo bovino existente. De acordo com estes autores, se o esquema de aproveitamento do rio Cunene para regadio avançasse, não mais de metade das terras de pastagem natural continuariam disponíveis para o pastoralismo, facto que, combinado com a redução na respectiva capacidade de carga, provocaria o decréscimo do efectivo bovino em mãos do criador tradicional, calculado em 207.800 unidades animais, para 60.000 a 70.000 unidades.

³⁷⁵ Facto perfeitamente descrito por Sen (1981).

fundamentalmente centradas no homem, facto que conduz ao aumento da dependência daquela no que se refere à informação técnica. Por outro lado, como a mulher está normalmente ocupada no campo ou em actividades domésticas, na recolha de lenha ou água, etc., geralmente possui pouca disponibilidade para participar em actividades de extensão e/ou comunitárias.

As mulheres, particularmente as mais idosas, viúvas e divorciadas, assim como os grupos domésticos chefiados *de jure* por mulheres, estão desproporcionalmente representados nos grupos vulneráveis devido, nomeadamente, à carência de activos fundamentais como a terra e o gado, constrangimentos em força de trabalho e a não existência ou perda de rendimentos complementares provenientes de um parceiro. Estas diferenças evidentes na propriedade de activos, sua produtividade e estratégias de meios de vida contribuem para aumentar a vulnerabilidade desses grupos domésticos a um conjunto de choques, podendo arrastá-los para a pobreza crónica.

Os grupos domésticos chefiados *de jure* por mulheres apresentam, na generalidade, as seguintes características³⁷⁶: as mulheres chefes de família têm usualmente um grau de escolaridade inferior ao dos homens chefes de família; as áreas cultivadas pelos grupos domésticos chefiados por mulheres são sensivelmente menores; os grupos domésticos chefiados por mulheres possuem menor número de membros, designadamente adultos activos, participando nas actividades relacionadas com a agricultura comparativamente aos grupos domésticos dirigidos por homens; os grupos domésticos chefiados por mulheres têm, na generalidade, menos animais; os grupos domésticos chefiados por mulheres possuem, regra geral, menos equipamento agrícola que aqueles chefiados por homens³⁷⁷. Em contrapartida, um grupo doméstico chefiado *de facto* por uma mulher pode receber remessas enviadas pelo marido estando, portanto, menos vulnerável comparativamente àquele chefiado *de jure*.

A actividade de recolha de lenha, cuja responsabilidade cabe à mulher, vem consumindo mais tempo e tornando-se mais cansativa, pois têm de ser percorridas distâncias cada vez maiores para obtenção da quantidade de lenha necessária para o grupo doméstico. Entretanto, outros factores, como o aumento do consumo de cereais pelos grupos domésticos, conduzem a gastos superiores de lenha. Este problema ainda se torna mais grave para as mulheres pobres para as quais a venda de lenha constitui, muitas vezes, uma importante fonte de receitas. Mudanças na dieta alimentar, mormente um maior consumo de cereais, também podem levar a gastos superiores de água, o que exacerba o trabalho de mulheres e crianças, sobre as quais recai a tarefa de acatar água. A privatização da terra, para além de conduzir a restrições crescentes no acesso aos recursos naturais assim como à redução na disponibilidade de produtos de colecta, contribui igualmente para o aumento da vulnerabilidade da mulher. Por sua vez, a comercialização de produtos pecuários favorece o homem,

³⁷⁶ Com base em dados obtidos na sub-região planáltica. Aparentemente, os grupos domésticos chefiados por mulheres são mais frequentes nesta sub-região, consequência, nomeadamente, do conflito civil que se arrastou por longo período no País, havendo sido esta sub-região particularmente afectada. Além do mais, existem diferentes atitudes socioculturais perante a viuvez e divórcio de acordo com os distintos grupos etnolinguísticos. De uma forma geral, os grupos domésticos chefiados por mulheres são mais comuns em áreas urbanas e suas periferias.

³⁷⁷ Estes factos devem ser levados em consideração no delineamento de acções de desenvolvimento. Estudos diversos demonstram que intervenções que aumentem o acesso e controlo dos activos de meios de vida pela mulher contribuem para melhorar a segurança alimentar do grupo doméstico assim como o nível nutricional e educacional das crianças para além das próprias mulheres verem o seu bem-estar melhorado (World Bank, 2001; Smith *et al*, 2003). Pelo contrário, o aumento dos rendimentos adstritos ao homem pode não significar necessariamente uma melhoria do estado nutricional e bem-estar no seio do grupo doméstico, já que as prioridades e destino dado aos mesmos são diferentes.

ao mesmo tempo que enfraquece o controlo de usufruto mantido pela mulher³⁷⁸. Numa perspectiva mais comercial, o homem acaba geralmente por controlar a maior parte da produção do grupo doméstico.

3 RESPOSTA À VULNERABILIDADE

Depois de referenciados os riscos e choques a que os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas habitando as distintas sub-regiões do Sudoeste de Angola estão sujeitos, o presente subcapítulo trata das estratégias de resposta aos choques desenvolvidas por esses grupos. As estratégias seguidas são agrupadas de acordo com a forma de gestão de riscos (*ex ante* ou *ex-post*) levada a cabo.

A gestão de riscos constitui uma condição indispensável para assegurar a viabilidade e sustentabilidade dos meios de vida. Considerando a diversidade de grupos domésticos presente na região estudada, os distintos comportamentos para enfrentar os choques variam muito. Entretanto, e conforme as comunidades, existem estratégias para enfrentar problemas que são comuns aos vários grupos domésticos qualquer que seja o seu grau de riqueza dependendo, contudo, o seu grau de eficácia dos activos à disposição do grupo doméstico³⁷⁹. Regra geral, quanto mais características idiossincráticas tiver determinado choque, maior o potencial de desenvolvimento de respostas locais baseadas nos recursos da comunidade e/ou grupo doméstico. Respostas eficazes permitem aos grupos domésticos preservar os seus activos, nomeadamente aqueles em gado, e evitar estratégias de enfrentamento de choques que erosionem activos cruciais relacionados com os meios de vida.

3.1 Estratégias de gestão *ex ante* de riscos

3.1.1 Medidas gerais

No decurso do estudo, foram enumeradas, pelos criadores de gado, diversas estratégias de gestão *ex ante* do risco, que a seguir se sintetizam (sinopse de dados obtidos em diversos locais das quatro sub-regiões). Para maior facilidade de exposição, são agrupadas em medidas relacionadas com o gado, medidas relacionadas com a agricultura e medidas diversas. Considerando a sua importância, aquelas relacionadas com doenças do gado, diversidade genética e acesso à água são tratadas em secções distintas.

Medidas relacionadas com o gado

No Sudoeste de Angola, o tamanho do respectivo rebanho representa o perfil de risco do grupo doméstico pastoralista/agro-pastoralista. Quanto maior for o número de animais possuídos, maior será a sua capacidade de fazer face aos riscos e sobreviver à adversidade. Isto por diversas razões, entre as quais: (i) os grupos domésticos com maiores rebanhos são capazes de os dividir em unidades menores repartindo-as por diferentes locais no espaço geográfico. Esta estratégia dispersa o risco de perder todos os animais aquando de secas, epidemias, conflitos, etc.; (ii) quanto maior for o rebanho, maior a capacidade do grupo doméstico em dispersar os seus animais entre parentes e amigos disseminando a exposição aos riscos e investindo em capital social; (iii) quanto mais animais restarem após um choque, como secas, epizootias, roubos, etc., mais rapidamente o rebanho volta a

³⁷⁸ Regra geral, em meio rural, a mulher tem acesso mais limitado aos mercados comparativamente ao homem (FAO, 1990). Todavia, actualmente, na generalidade da região do 'Complexo da Ordenha', a mulher vai-se inserindo cada vez mais no mercado, particularmente a nível do micro-comércio informal.

³⁷⁹ A principal determinante nas estratégias que os grupos domésticos adoptam para enfrentar os choques é a respectiva base de activos (Ellis, 2003).

recuperar; (iv) quanto maior for o rebanho residual, maior será a diversidade de animais (espécie, idade, sexo) com que o grupo doméstico pode contar.

Assim, dentro destes princípios, os criadores de gado adoptam, na região, como estratégias adaptativas tradicionais de redução de riscos, a diversificação, a dispersão e a mobilidade dos rebanhos. A primeira é usada como uma forma de segurança contra os surtos de doenças, uma vez que diferentes espécies de animais domésticos geralmente não são susceptíveis aos mesmos agentes patogénicos. Por outro lado, as diferentes preferências alimentares das distintas espécies animais (pastadores e brotadores)³⁸⁰ permitem um melhor aproveitamento dos recursos naturais presentes, mormente a utilização de um espectro de espécies vegetativas mais amplo. A dispersão dos animais e, conseqüentemente, dos riscos, é extensivamente praticada, podendo determinado criador ter animais em rebanhos separados por dezenas e mesmo centenas de quilómetros, inserindo-se a prática do *okupakessa* neste âmbito. Para além de aspectos relacionados com o capital social, trata-se de uma defesa contra surtos de doenças e eventuais carências de pastagem e de água que possam sobrevir, contra o roubo e acções de razia, etc. Outra estratégia, baseada na propriedade individual do gado aliada à exploração comunitária e gestão oportunista dos recursos naturais, recorre à mobilidade das manadas, sendo as respectivas migrações ditadas pela disponibilidade de pastagem natural e de água para abeberamento.

Medidas relacionadas com a agricultura

De entre as medidas enumeradas e referentes à agricultura, destacam-se a diversificação de culturas agrícolas, preferência por culturas agrícolas de ciclo curto e variedades mais resistentes à seca, protecção das culturas cerealíferas contra o ataque de aves³⁸¹ e de animais selvagens diversos, constituição de reservas de cereais e seu armazenamento em boas condições de segurança (protecção contra roedores e pragas), etc.

Medidas diversas

No âmbito das medidas de carácter geral, foram enumeradas: acumulação de activos (gado)³⁸²; protecção dos activos contra o roubo; diversificação das fontes de rendimento, envolvendo tanto actividades *on-farm* como *off-farm*; desenvolvimento de sistemas tradicionais de parentesco e de propriedade; asseguramento de direitos de acesso aos recursos naturais; construção e reforço de redes de solidariedade (reciprocidade social)³⁸³; migração de membros do grupo doméstico e envio de remessas, etc.

³⁸⁰ Importante para minimizar a exposição aos riscos enquanto atende às necessidades de subsistência através de uma utilização óptima dos recursos disponíveis. Requer, no entanto, a necessária diversidade de recursos alimentares.

³⁸¹ As populações de aves variam de ano para ano, pois também dependem de variados componentes do ecossistema, particularmente da disponibilidade de sementes de gramíneas. O risco de ataque por pássaros é intensificado por uma conjugação imprevisível de escassez de alimentos naturais com um aumento da população de aves que conduz à pressão sobre os cereais no decurso da formação de sementes. O massango, muito cultivado na região, é o cereal que está mais em risco, devido às características morfológicas das suas espigas desprotegidas. Já as espigas de massambala (sorgo) se encontram melhor protegidas. As de milho, protegidas pela sua bainha, são mais ou menos imunes ao ataque dos pássaros, uma característica que os camponeses da região valorizam muito. Vide igualmente capítulo II, 5.1.2 Culturas agrícolas.

³⁸² Para além de ser uma forma de investimento, os criadores da região advogam a acumulação de gado para fazer face às perdas eventualmente ocasionadas por secas e outros choques, às necessidades básicas de alimentação e ao reforço das redes de solidariedade.

³⁸³ O investimento nas redes sociais constitui uma importante estratégia de gestão de riscos. Distribuindo gado por outros grupos domésticos, são adquiridos direitos de reciprocidade. Também, se uma família possui uma

3.1.2 Controlo das doenças do gado

Dados obtidos no decurso dos contactos realizados com criadores de gado tradicionais expõem a importância que estes atribuem ao controlo das doenças animais³⁸⁴, mormente às acções de profilaxia (vacinação), assumindo-se o controlo da mortalidade, particularmente de animais jovens, como uma prioridade absoluta. Acções a favor da redução e mitigação da mortalidade em vitelos (e também em cabritos e borregos) são muito bem aceites e apoiadas. Inserem-se nos valores pastoralistas, para além de minorarem os pontos fracos característicos dos sistemas tradicionais de produção, como aqueles prevalecentes no Sudoeste de Angola, baseados em baixos inputs mas de risco elevado.

No diagrama a seguir, são apresentadas as potenciais vantagens para o grupo doméstico que adviriam de uma redução significativa da mortalidade no gado³⁸⁵.

ampla rede de parentes e amigos, pode, em caso de necessidade, solicitar auxílio a estas pessoas. O matrimónio constitui também uma forma de gestão de riscos.

³⁸⁴ Como vantagens gerais que poderiam resultar de um melhor controlo das doenças animais (animais mais saudáveis, menor mortalidade) foram enumeradas as seguintes (exercício realizado com criadores de gado nas sub-regiões árida e planáltica assim como na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama): mais animais, mais leite para o grupo doméstico, mais estrume, mais força de tracção animal, maiores áreas lavradas e mais produção agrícola, mais sementes, animais com melhor condição física, mais nascimentos de animais, mais riqueza e dinheiro, mais facilidade na obtenção de cereais, portanto, membros do grupo doméstico melhor alimentados e com mais saúde e força, menos gastos no tratamento de doenças. Como vantagens de âmbito social foram enumeradas as seguintes: reforço do apoio a parentes e amigos, existência dos necessários animais para *alembamento* e festividades em geral, mais esposas, mais prestígio social, mais bens, aumento do bem-estar geral do grupo doméstico. Havendo sido enumerado que um dos benefícios que poderia advir do controlo das doenças do gado é o aumento da produção de leite, e sendo este um dos produtos mais valorizados pelas sociedades na região, foi solicitada a indicação dos potenciais benefícios que poderiam resultar de um incremento na sua produção. Foram os seguintes os benefícios indicados: mais leite disponível para consumo dos membros do grupo doméstico, leite disponível durante períodos mais longos do ano, crianças mais saudáveis, mais manteiga, mais leite para os vitelos e animais mais saudáveis e desenvolvidos, menor mortalidade de animais jovens, capacidade de apoiar parentes, vizinhos e amigos que necessitem de leite, mais dinheiro.

³⁸⁵ Embora a redução das taxas de mortalidade em animais jovens possa conduzir rapidamente ao incremento da produção pecuária na região, o aumento da população animal subsequente pode tornar-se insustentável devido às limitações em recursos naturais. Sem o necessário acréscimo das taxas de extracção, nomeadamente através da comercialização de gado, reduções na taxa de mortalidade podem acelerar a manifestação dos efeitos negativos relacionados com altas densidades populacionais.

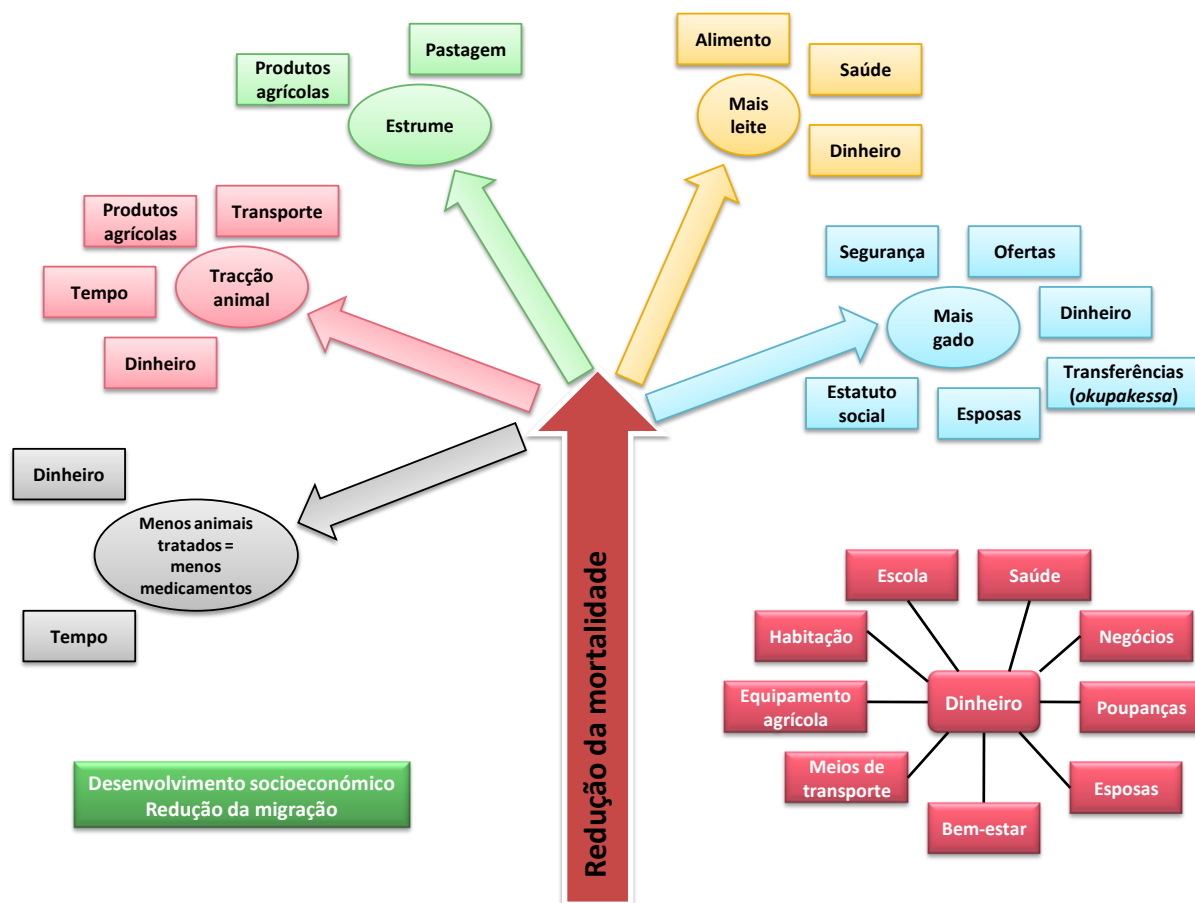


Figura III 4: Efeitos que a redução da mortalidade no gado pode ter a nível do grupo doméstico.

O controlo das doenças do gado deve basear-se numa abordagem multidisciplinar a mais ampla possível. Para esse controlo, os criadores dependem da assistência veterinária³⁸⁶ que lhes é disponibilizada. Nos últimos anos, as campanhas de vacinação³⁸⁷ têm constituído o principal, senão mesmo o único, domínio da relação Estado/criadores de gado. Contudo, essas campanhas são de eficácia duvidosa já que, em geral, a necessária cadeia de frio não é assegurada ou é ineficiente, particularmente a partir do momento em que as vacinas são colocadas nos municípios perdendo, assim, os imunógenos as suas propriedades imunológicas. Para assegurar o êxito de uma campanha de vacinação é necessário existir uma rede de frio capaz de manter as vacinas à temperatura

³⁸⁶ A assistência veterinária deve comportar um conjunto de bens e serviços onde se incluem: serviço clínico, controlo de vectores e parasitas, vacinação contra doenças epidémicas e endémicas, controlo de qualidade de medicamentos e vacinas, vigilância epidemiológica e controlo do movimento animal, saúde pública veterinária e investigação para disponibilização da informação necessária à elaboração de estratégias e políticas (McDermott *et al*, 1999).

³⁸⁷ As vacinas consideradas como obrigatórias têm sido administradas de forma gratuita. São três: peripneumonia contagiosa dos bovinos, carbúnculo hemático, carbúnculo sintomático. Desde 1994, tem sido também administrada, em certas zonas, a vacina contra a dermatite nodular contagiosa dos bovinos. Todas estas vacinas são importadas. As campanhas decorrem, por norma, desde meados de Fevereiro a Agosto. Seguem um calendário que estabelece o local e o período de vacinação, antecipadamente divulgado pelas autoridades administrativas e tradicionais locais, a fim de permitir a mobilização dos criadores de gado. Para cumprimento da vacinação, o pessoal técnico é organizado em brigadas, cada uma constituída, basicamente, por três elementos: dois vacinadores e um conferencista do gado vacinado. De acordo com dados obtidos pelo GFA (2011), a eliminação da mortalidade ocasionada por doenças que poderiam ser prevenidas pela vacinação contribuiria, em média, para um incremento de duas reses disponíveis para venda em cada grupo doméstico.

requerida para a sua conservação, desde a altura em que são produzidas até ao momento em que são aplicadas. A vacinação perde toda a sua credibilidade perante os criadores e deixa de ter os efeitos desejados do ponto de vista sanitário se forem utilizadas vacinas mal conservadas, portanto, ineficazes. Além do mais, a cobertura vacinal tem sido muito deficiente³⁸⁸. Perante a deficiente assistência veterinária, as populações locais foram desenvolvendo alguns mecanismos de defesa sanitária, tais como: evitar o contacto entre manadas e a entrada de gado infectado em áreas de transumância, separação de locais de abeberamento para gado são e gado doente, etc.

Criadores de gado e pessoal adstrito ao ISV ou às administrações municipais apontam diferentes razões para a fraca cobertura vacinal. Assim, são apontados pelos criadores de gado como principais motivos para não terem os seus rebanhos vacinados: fraca disponibilização de vacinas; vacinas não protegem, já que os animais vacinados muitas vezes morrem; por vezes, o gado apanha outras doenças, consideradas como havendo sido transmitidas no acto da vacinação; pontos de vacinação (mangas) distantes; atrasos na campanha de vacinação; trabalho de vacinação lento; longo tempo de espera dos rebanhos junto aos pontos de vacinação; muitas vezes, a informação relativa aos locais e datas de vacinação não chega ao criador, é incompleta ou errónea; carência de força de trabalho ou sobrecarga de tarefas a nível do grupo doméstico na altura da campanha de vacinação. Por sua vez, técnicos do ISV e administrações municipais apontam como principais causas para a fraca cobertura vacinal: carência de vacinas; importação tardia das vacinas; subsídios insuficientes para o pessoal de campo; pessoal em número insuficiente; dureza do trabalho de vacinação; carência de meios de transporte; criadores não levam todos os animais à vacinação; pouca sensibilização/adesão dos criadores; fraca manutenção das mangas de vacinação e dificuldade de trabalho nalgumas delas.

Para que a assistência veterinária seja eficaz, deve ser levado em consideração o impacto que as doenças exercem sobre os grupos domésticos e adaptar as intervenções às especificidades do contexto. O controlo sanitário baseado na comunidade, o qual inclui o treinamento de 'paraveterinários' capazes de tratar as doenças mais simples e reconhecer situações de epizootia e moléstias importantes de forma a alertar de imediato as autoridades veterinárias, pode conduzir a melhorias significativas nas formas de fazer chegar a assistência veterinária às comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas da região³⁸⁹.

3.1.3 Diversidade genética

Habitando áreas secas caracterizadas por grande variabilidade na pluviosidade, os criadores tradicionais orientam as suas estratégias de reprodução e de melhoramento genético essencialmente para a produção de animais resistentes, não apenas capazes de sobreviverem e se reproduzirem em ambientes difíceis, mas que também sejam suficientemente produtivos nessas condições. Fundamentalmente, esses animais estão melhor adaptados no plano fisiológico à mobilidade e às distintas respostas à disponibilidade aleatória de forragem e água.

³⁸⁸ Na província da Huíla, com um efectivo bovino estimado pelo ISV em 1.080.000 cabeças, no ano de 2010 apenas foram vacinados 426.796 animais, equivalente a 39,5% da população estimada. Exceptuando-se o ano de 2009, em que foram vacinadas 788.656 cabeças, a população vacinada anualmente no decurso da última década situou-se sempre abaixo dos 50%. Na província do Namibe, no último quinquénio, a cobertura vacinal não ultrapassou os 30% do efectivo estimado, segundo dados do respectivo Departamento Provincial de Pecuária.

³⁸⁹ No Sudoeste de Angola têm decorrido experiências dispersas de aplicação destes conceitos. Dessas experiências concluiu-se, nomeadamente, que os sistemas de controlo sanitário baseados na comunidade têm maior êxito se assentes nos conhecimentos e habilidades presentes nas comunidades e quando existam ganhos evidentes para estas (Gomes, 2004).

O gado autóctone da região do 'Complexo da Ordenha' está extraordinariamente bem adaptado ao meio em que vive³⁹⁰. Para além da selecção natural, estes animais sofreram também, ao longo do tempo, uma selecção gerida pelos criadores com base em determinados critérios como: aptidão à marcha e à procura de forragem, forte vocação 'deambulatória', menor sensibilidade às variações climáticas e agressões patológicas, apego às crias³⁹¹, capacidade de suportar intervalos significativos entre abeberamentos (dias alternados ou, em casos extremos, apenas todos os terceiros dias), resistência à infestação por carraças e às picadas de insectos, forma dos cornos, coloração da pelagem, o 'berro', etc. Considerando a importância que o leite assume para a população, na selecção de machos e fêmeas os critérios de produção leiteira e docilidade dos animais são sempre levados em conta. Carvalho (1999) refere que entre os *Cuvale* são valorizados, independentemente do seu porte e aptidão leiteira, aqueles animais a que se atribui a qualidade de ter *luthipa*, isto é, rijeza, resistência às condições exíguas de pasto e água assim como à seca, intrínsecas ao meio em que vivem.

Diversas práticas adoptadas pelas comunidades contribuem para a troca de material genético entre os rebanhos, mormente a prática do *okupakessa*, a entrega de gado para selar o acto do matrimónio (*alembamento*) e para indemnização de actos de adultério (*ukoi*), o pagamento de multas envolvendo a entrega de animais, ofertas, permuta e compra de animais entre criadores. Estas práticas têm como vantagens o facto do criador conhecer a história do animal e não necessitar ter acesso ao mercado. Por outro lado, são vistas como um acto de sociabilidade, servindo para o reforço das redes de solidariedade. A própria razia redistributiva (*raiding*) contribui igualmente para a troca de material genético.

3.1.4 Acesso à água

Gestão dos pontos de água

A procura de água com suficiente qualidade para ser consumida pelo gado constitui uma das principais preocupações do criador e uma das determinantes-chave da mobilidade das manadas na região do 'Complexo da Ordenha'. Períodos longos de escassez de água fizeram com que as comunidades desenvolvessem mecanismos para gestão da pouca água disponível tendo em vista a satisfação das necessidades domésticas e do gado. Existem disposições que asseguram um quadro básico para acesso à água e a outros recursos naturais, sendo aplicadas regras, regulamentos e penalizações como forma de obter uma gestão sustentável dos mesmos. O acesso à água é compreendido como fazendo parte de acordos recíprocos, onde a escavação, utilização e manutenção de cacimbas e pequenos reservatórios de água são governadas por um elaborado sistema de regras costumeiras em que, basicamente, se combina o privado e o comunitário. Por outro lado, embora se possa concentrar elevado número de animais nas redondezas dos pontos de água, são tomadas medidas para evitar a disseminação de moléstias, como a PPCB (*caonha*), causadora de importante mortalidade no gado bovino³⁹².

³⁹⁰ Nas regiões secas, os animais de raça local dispõem de mecanismos de economia de energia que lhes permitem fazer face à desnutrição e escassez de água (King, 1983). Modificações no seu metabolismo conduzem a duas consequências importantes: o aumento da capacidade em percorrerem longas distâncias à procura de pastagem e a redução das necessidades em água durante os períodos de desnutrição no decurso da época seca do ano e em situações de seca. Por outro lado, esta adaptação fisiológica ao meio ambiente permite assegurar a sobrevivência de mais animais por determinado volume de forragem disponível. Desta forma, as raças locais estão melhor adaptadas a resistir a períodos de penúria de forragem, pois podem reduzir consideravelmente o seu metabolismo de base, perdendo assim menos peso que as raças exóticas.

³⁹¹ O apego às crias ajuda a controlar o grosso do rebanho, formado por animais de marcada vocação deambulatória, adaptada a um sistema de exploração que se fundamenta na mobilidade.

³⁹² Por exemplo, entre os *Herero* existem sistemas locais de organização do território de pastagem e de acesso à água e formas de evitar não apenas a propagação de doenças mas também o roubo (Carvalho, 1999). Assim,

A existência destas regras e regulamentos demonstra que as populações locais valorizam a água e desejam geri-la de forma sustentável. Estas normas também servem para evitar conflitos. Sem a aplicação de regras e uma gestão adequada dos recursos aquíferos, as comunidades podem mostrar-se inflexíveis e socorrer-se de meios violentos para assegurarem o acesso aos mesmos, situação que pode conduzir a conflitos graves. A experiência tem demonstrado que as comunidades cumprem regras e regulamentos desde que o recurso exista em quantidade suficiente e exista equidade³⁹³. Entretanto, os pontos de água construídos pelo Estado (chimpacas e furos artesianos), sem a participação das populações locais, são considerados como propriedade daquele, pelo que não são aplicadas regras restritas para a sua utilização.

Abeberamento do gado

Na região do 'Complexo da Ordenha', com o evoluir da estação seca vai ocorrendo uma redução progressiva da frequência de abeberamento do gado bovino, que passa a efectuar-se, na generalidade dos casos, em dias alternados³⁹⁴. O abeberamento em dias alternados é comumente praticado nas sub-regiões árida, semi-árida de transição e semi-árida do sul. Em situações de seca grave, a dessedentação pode ocorrer apenas todos os terceiros dias, o que permite ao gado explorar áreas de pastagem mais distantes. A frequência de abeberamento também depende da distribuição espacial dos pontos de água e respectivas características. Em geral, quanto maior for a distância entre curral e ponto de água, maior probabilidade haverá do abeberamento não se realizar diariamente.

Animais sujeitos à dessedentação em dias alternados consomem mais água no momento do abeberamento comparativamente àqueles que bebem diariamente. Contudo, a quantidade de água ingerida por animal em determinado período de tempo acaba por ser menor. A diminuição do abeberamento conduz a uma redução na capacidade de ingestão alimentar do animal, em parte compensada por uma ligeira melhoria da digestibilidade. Os bovinos nativos do Sudoeste de Angola mostram aptidão para suportar o pastoreio em áreas bastante distantes dos locais de abeberamento e de se rehidratarem rapidamente sem sofrerem intoxicações.

No caso dos pequenos ruminantes, no decurso da estação das chuvas existe muitas vezes um relaxamento quanto às respectivas necessidades de dessedentação, resultante da percepção de que o pasto verde já lhes fornece muita da água necessária. Adicionalmente, as características comportamentais dos caprinos levam-nos a descobrir facilmente, por si próprios, pequenas colecções de água³⁹⁵.

o gado de grupos distintos de pastores pasta, *grosso modo*, em direcções diferentes de acordo com a sua origem e bebe em segmentos distintos do afloramento de água, divididos por um conjunto de sebes de espinheiras que funcionam como autênticas barreiras, definindo acessos e estabelecendo corredores que os animais não conseguem transpor e aprendem a respeitar.

³⁹³ Existe uma associação estreita entre conflitos causados pelo acesso a recursos e o poder (Omosa, 2005), podendo eclodir conflitos quando existe escassez de recursos e um indivíduo ganha às custas de outro. Se as regras não garantirem o acesso de todos os indivíduos, estes desrespeitam-nas originando a utilização desorganizada do recurso, situação que pode conduzir a conflitos.

³⁹⁴ Entretanto, com o evoluir do período seco, os animais passam a necessitar de maiores quantidades de água porque são forçados a utilizar forragem mais fibrosa e menos digerível. Esta água extra é usada para manter o movimento do alimento grosseiro a nível do tubo digestivo. Adicionalmente, com o agravamento da seca, os animais vão enfraquecendo e tornando-se menos tolerantes à salinidade presente nas águas marginais a que são obrigados a recorrer cada vez mais (Markwick, 2007).

³⁹⁵ Cossins & Upton (1987) advogam que caprinos e ovinos podem ser dessedentados apenas uma vez todos os cinco dias durante a estação seca.

3.1.5 Integração agricultura-pastoralismo

A associação da produção agrícola à criação de gado constitui uma medida básica de gestão *ex ante* de riscos adoptada pelas comunidades rurais na região. Entretanto, os processos de interdependência e troca de recursos entre o pastoralismo e outros sistemas de meios de vida vêm mudando de feição. Enquanto que no passado havia um certo grau de especialização no concernente aos meios de vida, este facto vem-se tornando menos evidente com o decorrer do tempo, vindo-se a perder cada vez mais a distinção entre meios de vida pastoralistas e meios de vida relacionados com a agricultura propriamente dita. Os criadores de gado estão a adoptar cada vez mais o cultivo agrícola para compensar as perdas de animais, enquanto os agricultores investem cada vez mais no gado para fazerem face à variabilidade e imprevisibilidade crescentes das suas colheitas³⁹⁶.

3.1.6 Diversificação de actividades

A diversificação de meios de vida³⁹⁷ como forma de protecção contra o risco dispersando-o por várias actividades faz parte, desde há longo tempo, tanto das estratégias de sobrevivência como de crescimento dos grupos domésticos da região. Basicamente, refere-se à estratégia de um grupo doméstico em reduzir a sua vulnerabilidade desenvolvendo mais do que uma actividade de meios de vida. Assim, se uma actividade produtiva não produzir o necessário, ou falhar completamente, existem outros recursos de meios de vida a que o grupo doméstico se possa socorrer.

Na região do ‘Complexo da Ordenha’ pastoralistas e agro-pastoralistas procuram diversificar os seus meios de vida de diversas formas, entre as quais se enumeram as seguintes: (i) diversificação de produtos (diferentes culturas agrícolas e espécies animais); (ii) diversificação espacial (culturas agrícolas em diferentes parcelas, dispersão de animais por distintos currais e áreas); (iii) diversificação temporal (produção escalonada); (iv) diversificação varietal (usando variedades vegetativas resistentes à seca, de baixo risco, explorando espécies e raças animais com maior resistência a condições adversas); (v) investimento em diferentes activos e redes de solidariedade. Todavia, estas estratégias só são eficazes se o risco não co-variá através dos produtos em questão, situação esta que acontece muitas vezes no meio rural. Para obviar este facto, os grupos domésticos procuram diversificar para trabalho não-local (urbano) e ‘actividades não da agricultura’ (*non-farm*).

Na região estudada, os grupos domésticos desenvolvem geralmente mais de uma, muitas vezes mesmo várias ‘actividades não da agricultura’ (*non-farm*) simultaneamente ou em diferentes momentos ao longo do ano. Embora a maioria seja de natureza essencialmente oportunista, envolvendo respostas rápidas à demanda e suprimento do mercado, outras surgiram em resposta aos riscos que envolvem as actividades tradicionais ligadas à agricultura. Contudo, as actividades ‘não da agricultura’ ainda que contribuindo potencialmente para a redução do risco global do grupo doméstico, podem, por elas próprias, serem de risco. Considerando que, para os grupos domésticos a entrada em ‘actividades não da agricultura’ exige capital, a continuação dos seus vínculos à produção agrícola de subsistência representa um factor de segurança vital, pois proporciona algum grau de segurança alimentar e assegura os valores sociais e agrários da comunidade.

³⁹⁶ Este processo de diversificação representa uma adaptação não apenas às condições climáticas mas também a pressões económicas e influências políticas (Nori *et al*, 2008). Entretanto, a integração destes sistemas de meios de vida pode enfraquecer as relações de interdependência entre grupos e aumentar, entre eles, a competição pelo acesso aos recursos naturais.

³⁹⁷ A diversificação dos meios de vida em meio rural é definida como sendo o processo pelo qual os grupos domésticos desenvolvem um portfolio de actividades e activos cada vez mais diversificado com o objectivo de sobreviver e melhorar a sua qualidade de vida (Ellis, 2000). Para mais informação vide também capítulo II, 5.3 - Diversificação de meios de vida.

Evidências diversas mostram que, no Sudoeste de Angola, constrangimentos de vária ordem no acesso aos recursos-chave, nomeadamente àqueles relacionados com áreas de pastoreio e pontos de abeberamento, estão a conduzir à necessidade crescente dos grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas optarem pela diversificação de meios de vida. Embora cada vez mais os grupos domésticos da região sigam um 'portfolio de meios de vida'³⁹⁸, muita desta diversificação foi de natureza involuntária, tendo sido impelida, entre outros, pelos efeitos da guerra civil que grassou no País³⁹⁹, tendências socioeconómicas e demográficas, situações de seca/estiagem e por determinadas políticas adoptadas pelo Estado que têm contribuído para o aumento da vulnerabilidade dos grupos domésticos que se dedicam à agricultura familiar. Em resultado dos processos em curso, os grupos domésticos mais vulneráveis vão perdendo acesso à terra e a outros recursos naturais, fundamentais aos seus meios de vida, sendo progressivamente obrigados a enveredar por uma ampla gama de ocupações, essencialmente esporádicas, inseguras, não especializadas e mal remuneradas. Constitui convicção geral de que, actualmente, a generalidade dos grupos domésticos no meio rural necessita trabalhar de forma mais intensa para satisfazer as suas necessidades básicas comparativamente a décadas (ou apenas mesmo anos) anteriores.

3.1.7 Desenvolvimento de redes de solidariedade

As populações do Sudoeste de Angola têm uma vivência fortemente colectiva, portanto, de grupo. Embora cada grupo doméstico no seu *eumbo* se preocupe consigo mesmo, não deixa de estar atento ao que se passa ao seu redor, aos problemas e preocupações dos outros, cultivando um espírito de entreajuda, de solidariedade e de reciprocidade, que passa de geração para geração. Assim, em meio rural, são cultivadas múltiplas formas não institucionalizadas de segurança social, onde as relações pessoais desempenham papel fundamental⁴⁰⁰. Estas redes informais de solidariedade podem integrar diferentes grupos sociais e abranger uma multiplicidade de campos, baseando-se no princípio do alcance amplo, alargado e variado.

Basicamente, as redes informais de solidariedade na região são dominadas por transferências redistributivas, que podem assumir duas formas: *vertical* (de grupos domésticos mais ricos – benfeitores – para grupos domésticos mais pobres) e *horizontal* (entre grupos domésticos de nível económico semelhante). Enquanto relativamente às primeiras não se espera por reciprocidade, já as redes informais de solidariedade de carácter horizontal são muitas vezes desenvolvidas para dispersar o risco ou homogeneizar o consumo ao longo do tempo, sempre com a expectativa de que a 'ajuda' dada hoje, seja retribuída no futuro. A redistribuição horizontal acontece fundamentalmente entre grupos domésticos ligados por laços de parentesco ou habitando a mesma área, partilhando o mesmo estatuto económico e social. Entretanto, acontece cada vez mais que um membro familiar que tenha migrado, regra geral para uma área urbana, e que tenha adquirido uma

³⁹⁸ Vide capítulo II 5.3 - Diversificação de meios de vida.

³⁹⁹ Em situações de guerra ou de conflito os grupos domésticos retraem-se para uma produção de subsistência e ficam mais dependentes dos recursos naturais (Goodhand, 2001). Durante o período de guerra civil, ocorreu um incremento das culturas de subsistência e diversificação de meios de vida com base em recursos disponíveis em áreas rurais restritas. Guerra e insegurança arrastaram ao encerramento de mercados, à restrição de movimentos de gado e pessoas, etc., pelo que a única alternativa era produzir para a sua própria sobrevivência. Nessa altura, ocorreram, nas sociedades pastoralistas/agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola, situações de encapsulização geral, mais ou menos evidente, e de recuperação de sistemas endógenos de produção. Este facto está bem evidenciado e descrito por Carvalho (1999) entre os *Herero*. O desmantelamento das redes de comercialização após a independência nacional e o conflito armado entretanto eclodido conduziram à intensificação e reabilitação de sistemas diversos de troca entre populações vizinhas.

⁴⁰⁰ A constituição de redes de solidariedade baseia-se no privilégio dos laços de proximidade e de confiança, contribuindo, desta forma, para a informalidade e para a pessoalidade das relações de base. Este é um princípio que se encontra na matriz social e cultural africana e que inclusive atravessa os mais variados campos do social, do económico e do político (Bebbington, 1999).

situação económica confortável, envie remessas e bens para os familiares mais pobres, assumindo uma posição intermediária, entre 'parente' e 'benfeitor', pois embora próximo do ponto de vista social está distanciado economicamente.

As redes de solidariedade, uma manifestação por excelência do capital social da comunidade, constituem um valioso apoio para os grupos domésticos quando confrontados com eventos inesperados, particularmente no âmbito de micro-choques, contribuindo de sobremaneira para a sua resiliência. Perante meso-choques e macro-choques, pela sua maior amplitude, já se tornam menos eficazes. Assim, o investimento em redes de solidariedade constitui uma estratégia que faz com que o grupo doméstico se apresente mais seguro em situações de crise, para além de também constituir uma forma do criador poder distribuir cabeças do seu efectivo bovino por distintos rebanhos (*okupakessa*) de maneira a dispersar os riscos⁴⁰¹.

3.2 Estratégias de gestão *ex post* de riscos (enfrentamento de choques)

As estratégias para enfrentamento (confronto) de choques envolvem acções *ex-post* de curto prazo que visam fundamentalmente apoiar e proteger a base dos meios de vida enquanto durar o choque. Podem ser agrupadas em (i) estratégias que colocam em causa a produção futura do grupo doméstico, e (ii) estratégias que não colocam em causa essa produção. A partir das discussões realizadas com criadores tradicionais de gado e seus familiares nas quatro sub-regiões, foram identificadas distintas estratégias de sobrevivência cuja hierarquia de utilização é aproximadamente a seguinte:

1. Utilização de alimentos armazenados; intensificação da colecta de alimentos, caça e pesca;
2. Procura de apoios a nível de redes de solidariedade (reciprocidade social), mormente a obtenção de alimentos a partir de familiares e amigos⁴⁰²; obtenção de apoio junto a instituições públicas e privadas de carácter social.
3. Redução do número de refeições diárias; diminuição da quantidade de alimentos ingeridos por refeição; restrição do número de membros a alimentar (envio de crianças para casa de familiares que estejam em melhor situação);
4. Trabalho para terceiros;
5. Venda/permuta de pequenos animais;
6. Endividamento⁴⁰³;
7. Venda/permuta de grandes animais;
8. Venda de bens domésticos;
9. Venda de ferramentas agrícolas;
10. Migração.

As estratégias no início da lista não apenas tendem a ser usadas em primeiro lugar, como envolvem um menor compromisso de recursos de meios de vida e são mais facilmente reversíveis. Estratégias usadas num estágio posterior envolvem maior compromisso de recursos e são cada vez mais

⁴⁰¹ A prática do *okupakessa* favorece a equidade no seio das comunidades. Contudo, se o efectivo bovino do grupo doméstico concessor descer abaixo do limiar necessário (consequência, nomeadamente, de choques ou da adopção de políticas de desenvolvimento menos correctas) para assegurar a reprodução normal do núcleo do rebanho e as necessidades alimentares e em força de tracção animal do referido grupo, este pode reclamar as cabeças entretanto colocadas em outros currais, situação que poderá conduzir ao aumento da vulnerabilidade dos grupos domésticos hospedeiros e ao alastramento da pobreza.

⁴⁰² Esta estratégia pode não ser muito eficaz para enfrentar choques em situações em que a crise atinge toda uma comunidade. Transferências entre grupos domésticos e empréstimos podem esgotar-se à medida que a crise se aprofunda, particularmente quando toda uma região é afectada no mesmo momento.

⁴⁰³ A obtenção de empréstimos é basicamente feita no seio da comunidade com base na confiança mútua já que os grupos domésticos não possuem garantias para poderem apresentar junto a entidades externas.

irreversíveis. Na generalidade, são reforçadas as estratégias baseadas em recursos de propriedade comunitária. A movimentação de animais para áreas onde exista pastagem natural que os possa sustentar é uma estratégia muito utilizada, assim como a venda/permuta de animais para obtenção de cereais. Em certas situações, e se o choque não for generalizado na região, pode haver um incremento na divisibilidade e dispersão dos rebanhos, colocando mais cabeças em grupos domésticos que não tenham sofrido nem estejam ameaçados pelo evento de risco ocorrido, numa intensificação da prática do *okupakessa*. Nenhum criador de gado se referiu à produção artificial de forragens o que reforça o facto da pecuária tradicional se basear essencialmente na exploração dos recursos naturais e a importância vital que adquire o acesso a esses recursos. No que se refere à partilha e solidariedade, aparentemente a distribuição de alimentos e de bens produtivos parece ser superior na fase inicial dos períodos de stresse, diminuindo paulatinamente à medida que esse período se prolonga no tempo. Os grupos domésticos em situação de stresse prolongado, procuram socorrer-se de familiares vivendo fora da zona atingida, que não estejam sujeitos às mesmas situações de stresse.

Para além das estratégias anteriores foram referidas outras, como:

- Venda de lenha/carvão⁴⁰⁴;
- Fabrico e venda de bebidas tradicionais;
- Venda de produtos de colecta;
- Mendigar;
- Prostituição;
- Procura de ajuda humanitária⁴⁰⁵;
- Pequeno crime.

De uma forma geral, estas estratégias para enfrentamento de choques assumem uma natureza localizada, já que (i) nem todas as comunidades vulneráveis têm acesso idêntico a todas as estratégias mencionadas ou possuem capacidades de as utilizar, (ii) nem todos os grupos domésticos numa determinada área apresentam o mesmo grau de vulnerabilidade, (iii) aqueles grupos domésticos que, em situação normal, apenas conseguem ‘sobreviver’, encontram-se, eles próprios, no patamar inferior da capacidade de resposta aos choques. Não se pode assumir que as estratégias para enfrentamento de choques a curto prazo sejam necessariamente desejáveis ou sustentáveis a nível do grupo doméstico ou ecossistema, se tomadas numa visão de longo prazo. Algumas práticas de pastoreio e a crescente produção de carvão são exemplos de práticas ecologicamente insustentáveis. A venda de animais de reprodução é também uma estratégia insustentável para enfrentar os choques. Estas estratégias, caracterizadas pela sua pouca sustentabilidade, são apelidadas de estratégias ‘erosivas’ de enfrentamento de choques. As estratégias adaptativas como, por exemplo, a adopção de espécies e raças mais resistentes a ambientes secos são, por natureza, mais sustentáveis.

Nos pontos seguintes são descritas as estratégias adoptadas para enfrentar determinadas situações específicas consideradas importantes.

3.2.1 Estratégias para enfrentar a insegurança alimentar

A definição operacional de vulnerabilidade concentra-se à volta da vulnerabilidade à insegurança alimentar. A insegurança alimentar de um grupo doméstico é função da sua exposição aos choques

⁴⁰⁴ Esta actividade pode envolver a destruição de áreas significativas de floresta com a consequente degradação ambiental.

⁴⁰⁵ Em Angola, de uma forma geral, a ajuda humanitária parece ter desempenhado um papel de menor importância na sobrevivência dos grupos domésticos comparativamente às estratégias alternativas de sobrevivência adoptadas.

(por exemplo, perda de gado, perdas nas colheitas, inflação dos preços de produtos alimentares, roubos, etc.) e da sua capacidade em fazer face a esses choques. Os choques podem arrastar os grupos domésticos para situações de insegurança alimentar, perante as quais podem reagir de duas maneiras: (i) *proteger o consumo* alimentar, ou (ii) *modificar o consumo* alimentar. Proteger o consumo alimentar envolve um conjunto de opções visando manter os níveis nutricionais. Modificar o consumo pode englobar: (a) redução na quantidade de alimentos consumidos; (b) ajustamentos na composição da dieta alimentar; (c) diminuição do número de consumidores no seio do grupo doméstico.

Quadro III 6: Categorização das estratégias para enfrentamento de choques adoptadas pelos grupos domésticos.

Função	Funcionalidade	Actividade
Proteger o consumo	Aquisição de alimentos	Venda/permuta de activos (incluindo gado) Utilização das poupanças Endividamento Venda lenha/carvão Venda de bebida tradicional Trabalho para terceiros Micro-comércio informal Contrabando Artesanato diverso Aluguer de tracção animal Obtenção de ajuda alimentar junto a instituições doadoras Prostituição Roubo Mendigar
	Recepção de alimentos	Remessas de familiares e amigos Caridade e ajuda humanitária
Modificar o consumo	Redução no consumo (acionamento)	Porções menores de alimento às refeições Menos refeições diárias Redução das despesas em itens não alimentares
	Diversificação no consumo (mudança de dieta alimentar)	Dieta alimentar menos nutritiva Alimentos mais baratos Alimentos de colecta Caça (em algumas áreas) Pesca (em algumas áreas)
	Ajustamentos nas formas de consumo	Não farinar o milho, comendo-o torrado, maneira de o tornar mais rentável.
	Redução do número de consumidores (redução do tamanho do grupo doméstico)	Crianças enviadas para familiares em melhor situação Migração temporária de adultos Migração de membros do grupo doméstico para centros de acolhimento

Elaborado a partir de dados obtidos localmente através de discussão em grupo focal e individualmente junto a criadores tradicionais de gado e outros actores da sociedade local. Organizado com base no agrupamento proposto por Devereux (1993).

Como acontece de uma forma global relativamente às estratégias de enfrentamento de choques, regra geral, são adoptadas em primeiro lugar as estratégias menos onerosas, tanto do ponto de vista económico como social, e mais facilmente reversíveis. Resumindo, pode-se afirmar que, no Sudoeste de Angola, as respostas à escassez de alimentos para consumo do grupo doméstico envolvem, fundamentalmente, quatro tipos de comportamento: (i) mudança da dependência da produção primária para produtos alimentares de colecta; (ii) desinvestimento, que consiste na desagregação da base de capital de produção direccionando-a para o consumo; (iii) diversificação das fontes de

rendimento, numa tentativa de alargar as fontes de renda da agricultura para outros sectores; e (iv) mobilidade, num esforço para procurar rendimentos em outros locais e reduzir o consumo de alimentos no núcleo residencial do grupo doméstico. Note-se que estas formas de resposta não representam ajustamentos visando um mecanismo de equilíbrio, mas sim evidências de instabilidade no seio do grupo doméstico. Por outro lado, as estratégias adoptadas pelos grupos domésticos podem, por elas próprias, envolver ou não considerável sofrimento e riscos para a saúde dos seus membros.

3.2.2 Estratégias para enfrentar situações de seca e estratégias adaptativas à seca

No Sudoeste de Angola, os criadores de gado para fazerem face às flutuações de pastagem disponível associadas com as variações de pluviosidade desenvolveram uma ampla diversidade de estratégias incluindo tanto respostas específicas (estratégias para enfrentamento do problema) como mudanças a longo prazo nas estratégias de produção de forma a aumentar a resiliência do grupo doméstico (estratégias adaptativas) sendo, muitas vezes, difícil traçar fronteiras claras entre elas.⁴⁰⁶ Diversas estratégias principais, como a mobilidade e comercialização de gado⁴⁰⁷ assim como a diversificação de meios de vida mostram aspectos tanto de estratégias para enfrentar o problema como de estratégias adaptativas.

De acordo com as fases do ciclo da seca, o quadro a seguir apresenta as principais respostas locais protagonizadas por criadores de gado na região estudada⁴⁰⁸. Estas respostas são geralmente progressivas à medida que as condições de seca persistem, sendo dependentes da severidade desta e da 'saúde' do sistema.

⁴⁰⁶ A resposta humana à seca pode ser caracterizada por uma hierarquia de ajustamentos ao longo do tempo. Corbett (1988), no caso da agricultura tradicional, agrupa esses ajustamentos em três estádios principais: (i) *estádio de protecção*: os grupos domésticos tentam proteger-se vendendo pequenos ruminantes e animais de mais fácil reposição ou mesmo outros activos 'menos essenciais', reduzindo assim as necessidades em alimento; fazendo colecta de alimentos; levando a cabo transferências inter-grupos domésticos de activos e empréstimos; incrementando o micro-comércio informal; vendendo bens e migrando; (ii) *estádio de crise*: os grupos domésticos começam a desfazer-se de activos produtivos, que podem incluir mesmo bovinos e até a venda de ferramentas agrícolas; procura de crédito; redução drástica na demanda de alimentos; migração; (iii) *estádio de migração*: indivíduos e grupos domésticos migram em massa à procura de alimento.

⁴⁰⁷ Para os grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas do Sudoeste angolano, o objectivo principal da criação de gado não é a geração primeira de lucros, mas sim a satisfação, pelo gado, de um conjunto de funções, e a acumulação de animais como forma de capital. Tentam, pois, suportar, até onde podem, os períodos de stresse sem venderem animais, para não terem de retirar uma cabeça ao seu *pool* de 'capital gado'.

⁴⁰⁸ Depois de uma seca, os criadores de gado recuperam muito mais lentamente que os agricultores pois a sua economia depende basicamente de capital reprodutivo (gado).

Quadro III 7: Respostas locais ao ciclo da seca.

Fase do ciclo da seca	Estratégia desenvolvida
Normal	Acumulação de animais; Diversificação na composição do rebanho; Dispersão de animais com base nas relações de solidariedade (<i>okupakessa</i>); Reforço de redes de solidariedade; Culturas agrícolas; Diversificação de culturas agrícolas; Armazenamento de cereais; Artesanato; Diversificação de fontes de rendimento (microcomércio informal, etc.).
Alerta/alarme	Ajustamentos nas práticas de pastoreio; Dispersão do rebanho*; Movimentação dos rebanhos para áreas de pastagem de época seca; Intervalar os dias de abeberamento dos animais, para que possam pastar mais distante dos pontos de água; Venda/permuta de animais para obtenção de cereais; Recolecta de frutos, plantas e raízes com alto teor em líquidos; Utilização de culturas agrícolas de ciclo mais curto e maior tolerância à seca; Armazenamento de alimentos; Trabalho temporário para terceiros visando complementar o rendimento e a dieta alimentar.
Emergência	Dispersão do rebanho; Omissão de refeições e redução da quantidade de comida em cada refeição; Recolecta de alimentos e frutos silvestres; Caça e pesca; Procura de apoio no âmbito das redes de solidariedade; Apelo à ajuda externa (Estado e doadores) Permuta de gado e outros itens por alimento; Venda de animais; Venda de bens e equipamento; Venda de lenha e carvão; Compra de cereais; Trabalho temporário para terceiros; Migração.
Recuperação	Reconstituição global dos rebanhos; Evitar vender ou abater animais para possibilitar uma rápida reconstituição dos rebanhos; Reconstituição dos rebanhos de caprinos/ovinos para obtenção de leite e venda de animais para posterior compra de bovinos; Criação de suínos para venda/permuta; Reforço da capacidade de tracção animal; Obtenção de sementes para culturas agrícolas; Privilegiar culturas agrícolas de ciclo curto; Orientar a força de trabalho para as parcelas de terreno consideradas mais férteis; Procura de ajuda externa, mormente alimentar e em inputs (Estado e doadores); Busca de apoio no âmbito das redes de solidariedade; Trabalho temporário para terceiros.

Elaborado a partir de dados obtidos junto a grupos domésticos possuidores de gado em diferentes locais da região do 'Complexo da Ordenha', tomando como base as distintas fases do ciclo da seca.

* Uma das primeiras respostas dos criadores à redução na pluviosidade consiste na divisão do rebanho em grupos menores de animais pastoreados separadamente e na priorização de determinados animais, mormente vacas em lactação. Estas unidades menores possuem maior mobilidade que as grandes manadas formadas na estação das chuvas. Para além de expandir a área de pastoreio, esta dispersão permite disseminar a pressão de pastoreio de forma mais global e uniforme.

3.2.3 Estratégias para enfrentar doenças e morte de gado

Os criadores de gado da região foram desenvolvendo um conjunto de práticas tradicionais para a prevenção e tratamento dos processos patológicos que afectam os seus animais. Actualmente, os tratamentos tradicionais continuam a ser muito usados pelos criadores, que justificam tal situação pelo facto da assistência veterinária ser muito débil, de não terem onde recorrer para adquirirem drogas ‘modernas’⁴⁰⁹ e destas serem demasiado caras para além de muitas vezes não haver ninguém com os necessários conhecimentos e meios técnicos para as aplicar. Os criadores também optam pelo tratamento tradicional no caso de doenças específicas, em situações de emergência, pela confiança depositada nesse tipo de tratamento ou pelo facto do tratamento moderno não haver curado o animal. A generalidade dos criadores é muito sensível às campanhas de vacinação, mesmo que regra geral não façam uso de medicamentos.

O conceito de controlo sanitário baseado na comunidade foi desenvolvido para facilitar o acesso das comunidades rurais, particularmente aquelas com menor acesso aos serviços públicos veterinários, aos cuidados primários de saúde animal. Envolve o treinamento de ‘paraveterinários’ saídos das próprias comunidades capazes de tratar as doenças mais simples e reconhecer situações de epizootia e moléstias importantes de forma a alertar de imediato as autoridades veterinárias. No Sudoeste de Angola, têm decorrido experiências dispersas de aplicação deste conceito, o qual pode conduzir a melhorias significativas nas formas de fazer chegar a assistência veterinária às comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas⁴¹⁰.

3.2.4 Estratégias para enfrentar doenças e morte de membros do grupo doméstico

Na região estudada, os hospitais concentram-se fundamentalmente nas cidades⁴¹¹ e em algumas sedes de município. As vilas são dotadas de serviços primários de saúde, regra geral bastante deficientes. Entretanto, no meio rural, onde o povoamento é disperso, existe um grande défice de oferta sanitária e de meios de transporte especializados. Ao nível das sedes de comuna e em algumas povoações sede de sectores existem geralmente Postos de Saúde. Contudo, de um modo geral, o serviço prestado à população é condicionado pela falta frequente de medicamentos e pela pouca qualificação do pessoal, normalmente a nível de enfermeiros ou de auxiliares. A situação dos pastoralistas em transumância é muito pior que aquela das populações sedentarizadas, já que a sua mobilidade e isolamento reduzem ainda mais o acesso aos serviços de saúde.

A resposta face à doença⁴¹² é influenciada por diversos factores. No estudo foi colocada a questão: como reagem indivíduos e grupos domésticos à doença? Perante as respostas obtidas, pode-se

⁴⁰⁹ Também foi frequentemente evocado o facto de, por vezes, as estruturas locais do ISV disporem de alguns medicamentos mas que os mesmos são desencaminhados acabando por não servir o criador tradicional, que é aquele com menos recursos.

⁴¹⁰ Apesar da abertura das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas a este conceito assim como a sua plena aceitação, não tem sido atingida a necessária sustentabilidade devido a constrangimentos diversos, mormente relacionados com programas e procedimentos nem sempre ajustados com a realidade no terreno (Gomes, 2004; Gomes, 2010a).

⁴¹¹ Na região, existem alguns hospitais e postos de saúde mantidos por Igrejas e onde as populações vão buscar assistência, particularmente no caso de doenças mais graves. São exemplo diversas missões católicas e evangélicas com hospitais e postos médicos. Destaca-se o Hospital Missionário do Chiulo, no município de Ombadja.

⁴¹² Na região estudada, a maior mortalidade é atribuída, pelos serviços de saúde, aos efeitos da malária, doenças respiratórias e doenças diarreicas agudas. As taxas de mortalidade infantil são bastante altas. A prevalência de VIH/SIDA em Angola é inferior àquela verificada em outros países da região. No entanto, evidências recentes indicam um aumento da taxa de contágios e, consequentemente, das implicações sociais para os grupos domésticos afectados pela pandemia e sua dificuldade no acesso aos necessários cuidados de

concluir que, regra geral, na região do 'Complexo da Ordenha', as pessoas reagem à doença de uma das seguintes formas: (i) não fazem nada e esperam 'para ver o que acontece'; (ii) auto-medecam-se; (iii) procuram postos médicos, hospitais ou curandeiros tradicionais. A reacção pode envolver uma estratégia ou várias, separadamente ou simultaneamente. Esperar 'para ver o que acontece': sucede quando uma doença está nos seus estádios iniciais ou não causa mal-estar intolerável. O doente tenta estabelecer quão séria poderá ser a enfermidade e espera curar-se por si próprio. Auto-medicação: constitui, em geral, a primeira linha de defesa e inclui a utilização tanto de medicamentos tradicionais como alopáticos, em separado ou combinados. Baseia-se na convicção de que o problema será facilmente resolvido e não necessitará de cuidados específicos. Procura de tratamento médico ou tradicional: acontece geralmente quando não se notam melhoras com as opções anteriores.

A escolha da resposta é influenciada por diversos factores:

(i) natureza e gravidade da doença em si: quanto mais grave a doença parecer, mais rápida será a reacção. A gravidade considerada também influencia o tipo de cuidados procurados.

(ii) distância: factor importante que influencia a procura ou não de cuidados alopáticos, mormente no que concerne a hospitais. Estes normalmente encontram-se a distância considerável das aldeias e procurá-los envolve gastos importantes em transporte e outras despesas, muitas vezes fora do alcance dos magros recursos financeiros do grupo doméstico. Quando a medicina tradicional é considerada necessária, o factor distância assume menor importância.

(iv) falta de medicamentos: normalmente, os postos médicos a nível de comuna e município carecem de medicamentos. Os informantes dizem que mesmo deslocando-se por várias vezes ao posto médico não encontram remédios. Muitas vezes, são apenas ministrados analgésicos e não os medicamentos 'fortes' considerados necessários para a cura da doença. A suposição de que os postos médicos não possuem medicamentos ou que têm apenas medicamentos 'fracos' desencoraja a sua procura por parte da população.

(v) pobreza: a incapacidade de pagar transporte, assistência médica e medicamentos limita o acesso aos cuidados médicos. Embora o tratamento tradicional também deva ser pago, é geralmente mais acessível e normalmente é pago apenas depois da cura. Também pode ser pago não apenas em dinheiro mas também com produtos diversos, basicamente alimentares, como galinhas, caprinos, cereais, etc. Porém, pode acontecer que a medicina tradicional acabe por ficar, muitas vezes, tão ou mesmo mais cara que o tratamento alopático.

(vi) comportamento dos trabalhadores da saúde: em todos os locais os informantes acusaram os trabalhadores da saúde de comportamento impróprio e má conduta profissional, mormente negligência, rudeza e falta de respeito. Estes factores desencorajam a ida a determinados locais em favor de outros. No caso de serviços mal conceituados, muitos respondentes afirmaram recorrer a eles apenas depois de esgotadas todas as restantes opções.

saúde. O seu impacto conduz ao aumento dos níveis de vulnerabilidade dos grupos domésticos afectados, podendo arrastá-los mesmo para situações de insegurança alimentar. O encargo de cuidar dos enfermos recai sobre os membros femininos, os quais, por sua vez, para além das tarefas domésticas, já possuem imensas outras tarefas reprodutivas e produtivas. As poupanças dos grupos domésticos atingidos podem esgotar-se e estes terem de recorrer à venda de activos para suportarem as despesas decorrentes da doença. Rebanhos e áreas cultivadas podem sofrer uma redução em consequência da diminuição de força de trabalho no seio do grupo doméstico e da incapacidade de aquisição dos necessários inputs.

(vii) insatisfação com determinado tipo de terapia: nesta situação, são procuradas outras alternativas.

(viii) crenças sobre certos tipos de terapia: a crença popular advoga que determinados tipos de tratamento são contra-indicados para certas doenças e que se forem usados são perigosos ou mesmo fatais. As denominadas doenças 'tradicionais' são incluídas nesta categoria. Considera-se que os técnicos de saúde pouco ou nenhum conhecimento têm sobre as mesmas e, conseqüentemente, não as podem tratar. Tal revela também um certo cepticismo relativamente à medicina alopática.

(ix) religião e saúde: algumas igrejas condenam determinados tipos de tratamentos.

(x) partilha de informação: a informação verbal entre familiares, amigos, etc., estende-se a possíveis diagnósticos, tratamentos, identificação de soluções e outras decisões. Rumores diversos sobre hospitais, pessoal médico, etc., influenciam decisões.

(xi) idade do doente: regra geral, as crianças, quanto mais jovens forem, são levadas de preferência a postos médicos ou hospitais ou a enfermeiros ambulantes, privilegiando-se assim, a medicina alopática.

(x) falta de tempo: este aspecto é particularmente importante para as mulheres, muito condicionadas pelos seus múltiplos afazeres, tanto de âmbito reprodutivo como produtivo. Isto dificulta a procura dos necessários cuidados médicos para elas e seus filhos, deixando de o fazer sobretudo quando as doenças são consideradas como não perigosas.

Perante a morte, a reacção e adaptação do grupo doméstico varia de acordo com a idade, importância e papel anteriormente exercido pelo falecido assim como com as relações intra-grupo. Tratando-se de um jovem ou adulto a perda de força de trabalho pode revelar-se dramática para o grupo doméstico, podendo mesmo este tornar-se inviável e cair progressivamente na pobreza. A morte de crianças e jovens pode conduzir à inviabilidade futura do grupo doméstico. Adicionalmente, a mortalidade materna conduz também à dispersão das crianças.

3.2.5 Mitigação dos constrangimentos em força de trabalho

Em diversos momentos e circunstâncias os grupos domésticos podem-se deparar com carências em força de trabalho no seu seio. No sentido de ultrapassar esses constrangimentos em força de trabalho foram enumeradas várias estratégias:

- Trabalho colectivo de solidariedade (*ondjuluka, ondjabi, oshikungugu*), posteriormente retribuído também sob a forma de trabalho. Este tipo de ajuda não é remunerado, devendo o grupo doméstico beneficiário no final oferecer bebida (normalmente *omakao*), ou mesmo uma refeição aos intervenientes. Os grupos de trabalho cooperativo (grupos informais de ajuda mútua) são uma solução cada vez mais popular para ultrapassar os constrangimentos colocados pela carência de força de trabalho, particularmente no concernente a determinadas operações agrícolas, como as *sachas*.

- Acesso a tecnologias economizadoras de trabalho, mormente à tracção animal, mediante aluguer⁴¹³, partilha, filiação em grupos, etc. Os proprietários de tracção animal podem dedicar, aproximadamente, uma semana à lavoura de terrenos próprios e outras três à lavoura para outros grupos domésticos. Por vezes, são partilhados equipamentos e animais.

⁴¹³ O aluguer não implica necessariamente um pagamento em valores monetários. As contrapartidas podem ser diversas, mormente a entrega de uma parte da produção, retribuição em trabalho para o(s) dono(s) da junta de bois e da charrua, etc.

- Introdução de modificações nas práticas de criação animal e de cultivo agrícola que conduzam a uma redução das necessidades em força de trabalho. Adopção de estratégias menos exigentes em força de trabalho.
- Limitação do número de actividades a nível do grupo doméstico, mormente a redução da área de cultivo e do número de culturas agrícolas. Procura-se acompanhar o ritmo do calendário agrícola mas pode acontecer que determinadas operações agrícolas não sejam convenientemente executadas: desbrava incompleta, lavoura deficientemente feita, sementeira retardada, sachas incompletas, etc.
- Redução do número de bois integrando as juntas de trabalho, por exemplo, dos tradicionais três pares para dois pares ou mesmo apenas um par. Integração do burro no trabalho agrícola.
- Recurso ao trabalho externo (extra muros) para providenciar a necessária força de trabalho adicional.

3.2.6 Estratégias de gestão de conflitos

O termo 'gestão de conflitos' refere-se tanto à prevenção de conflitos como à sua resolução. Tem sido habitual a resposta aos conflitos ser baseada na sua resolução. Contudo, actualmente, o paradigma vem mudando e existe um reconhecimento crescente que as estratégias de prevenção de conflitos são mais eficazes que as estratégias orientadas para a sua resolução⁴¹⁴.

No Sudoeste de Angola, a prevenção e resolução de conflitos no seio das comunidades pastoralistas/agro-pastoralistas apoia-se, em grande parte, na prática costumeira. Entretanto, com a erosão do poder da autoridade tradicional, são cada vez mais os casos encaminhados para as instituições públicas. Os conflitos envolvendo actores externos são basicamente encaminhados para as instituições do Estado, acabando por serem tratados no âmbito dos códigos legislativos em vigor, muitas vezes não adequados à realidade do sistema pastoralista/agro-pastoralista. Em certas situações, mesmo que ainda em número restrito, determinadas OSC (Organizações da Sociedade Civil), sensíveis à causa pastoralista/agro-pastoralista, têm desencadeado algumas acções na procura de maior justiça na resolução destes casos e na defesa das comunidades locais.

Os mecanismos de resolução de conflitos não apenas focalizam no objecto em disputa, mas também integram princípios de moralidade, parentesco, identidade e história. Nesta perspectiva, o recurso em disputa constitui um ponto de entrada para a investigação da lógica de actuação dos diferentes actores, a identificação dos interesses em luta por cada uma das partes, e racionalidade das alianças. Acima de tudo, a eficácia dos mecanismos de resolução de conflitos depende do seu reconhecimento por todas as partes envolvidas. Esse reconhecimento apenas pode ser obtido se os interesses opostos estiverem representados de forma igual no processo de consulta. As causas de um conflito de interesses se transformar num conflito violento são múltiplas, mas todas envolvem o enfraquecimento das instituições costumeiras locais⁴¹⁵.

⁴¹⁴ Os conflitos podem ser prevenidos pela elaboração, aplicação e cumprimento de regras sobre a utilização dos recursos naturais, aceitação colectiva dessas regras e negociação contínua sobre divergências, devendo todos os grupos de utilizadores serem incluídos nas negociações. As regras sobre o acesso aos recursos naturais para além de evitarem conflitos servem também para prevenir a sua degradação. O modelo de gestão de áreas-chave por organizações comunitárias locais vem-se revelando uma opção promissora para a gestão sustentável das terras de pastagem natural extensiva (*rangelands*) e para a prevenção de conflitos entre os seus utilizadores. Este modelo deve ser desenvolvido com base nas práticas tradicionais de gestão dos recursos naturais levadas a cabo pelas populações locais. Segundo Anderson *et al* (1996), *apud*: Rass (2006), a resolução de conflitos procura obter um acordo entre as partes em litígio e baseia-se num conjunto de princípios que incluem diálogo, consenso, facilitação, reconciliação, arbitragem, mediação e julgamento.

⁴¹⁵ É geralmente argumentado que as instituições tradicionais têm um papel importante na resolução de conflitos já que os mecanismos costumeiros de gestão de conflitos ainda são efectivos em muitos contextos (Bradbury *et al*, 1995). Uma forma de conter a probabilidade de ocorrência de conflito violento consiste no reforço e modernização dos mecanismos tradicionais de resolução de conflitos (Rass, 2006). Em caso de

Nos tempos recentes, a adopção de códigos legislativos modernos não apenas perturbou a função do sistema costumeiro, como também favoreceu modelos modernos de produção baseados na sedentarização e menosprezou aqueles baseados na mobilidade, fundamentalmente devido ao facto dos direitos relacionados com os primeiros poderem ser mais facilmente quantificados: possuem limites bem definidos, são estáveis no espaço e no tempo, e produzem produtos facilmente mensuráveis por unidade de superfície (culturas agrícolas), facilitando nomeadamente os cálculos para eventuais compensações⁴¹⁶.

Entre as comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola, o principal objectivo da resolução de conflitos não é tanto reconstituir o património do(s) indivíduo(s) lesado(s), mas sim restaurar a estabilidade e coesão social. No caso de conflitos internos, os julgamentos tradicionais tentam manter um equilíbrio, mesmo que precário, entre os interesses individuais e as necessidades da comunidade. Embora não fazendo necessariamente uso de textos legais ou de leis, as autoridades tradicionais possuem considerável liberdade para modelar cada decisão às necessidades da situação, com base em alguns poucos princípios socioculturais e códigos religiosos reconhecidos pelo grupo social. Os conflitos externos, isto é, conflitos inter-grupos, assumem maior complexidade e são de resolução mais difícil. Quando não resolvidos de forma pacífica agravam-se e podem conduzir a situações de conflito armado.

Em situação de conflito, a sobrevivência baseia-se na acção, pois indivíduos e grupos domésticos em perigo não podem esperar por ajuda. No decurso da guerra civil ocorrida em Angola, indivíduos e grupos domésticos tiveram de procurar activamente formas de sobreviver tendo sido obrigados a fazer ajustamentos nos seus meios de vida, muitas vezes de forma dramática, para fazerem face aos impactos da guerra. Nestes casos, a diversificação de meios de vida torna-se fundamental: para além da migração, indivíduos e grupos domésticos adoptam múltiplas e variadas estratégias de meios de vida, incluindo o regresso à agricultura de subsistência, entrada na economia informal, obtenção de ajuda humanitária e, mesmo, ao roubo, à violência e ao saque para satisfazerem as suas necessidades. Quando indivíduos e grupos domésticos esgotam a capacidade de gerir as rupturas causadas pelo conflito ou quando este ultrapassa a sua aptidão em lhe fazer face, ocorre a falência dos respectivos meios de vida. Nestas circunstâncias, os grupos domésticos podem perder a capacidade de assegurar as suas próprias necessidades básicas, tornando-se então imprescindível assistência humanitária.

desintegração dos sistemas costumeiros de resolução de conflitos há necessidade de se desenvolverem mecanismos apropriados para preencher a lacuna deixada (Bond & Meier, 2006).

⁴¹⁶ Muitas abordagens externas usam técnicas baseadas em noções ocidentais de mediação e negociação, esquecendo-se das normas institucionais e dos mecanismos de resolução de conflitos presentes na cultura local (Hendrickson *et al*, 1998).

Capítulo IV – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base na descrição feita nos capítulos precedentes, em seguida procuram-se dar respostas a determinadas questões fundamentais, respostas essas que correspondem às conclusões do estudo: (i) Serão as estratégias de meios de vida adoptadas pelos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola viáveis? (ii) Sendo viáveis, quais os principais factores que poderão ameaçar o sistema, contribuindo para o aumento da sua vulnerabilidade? (iii) Arrogando-se como forma de desenvolvimento, quais as políticas mais adequadas para enquadrar os sistemas tradicionais de criação de gado no desenvolvimento da região?

1 Viabilidade das estratégias de meios de vida adoptadas pelos grupos domésticos

Num mundo cada vez mais globalizado, pode parecer extemporânea a defesa de sistemas de agricultura familiar praticados desde tempos imemoriais. Contudo, essa globalização, que não confere as mesmas oportunidades a todos, não pode fazer tábua rasa de sistemas de meios de vida adaptados às características do meio em que foram desenvolvidos e que chegam aos tempos actuais por comprovada sustentabilidade. Assim, apenas o conhecimento profundo destes sistemas e a noção exacta do seu enquadramento conferirá formas de como prever ou influenciar a sua evolução, tendo em conta as várias vertentes, mormente sociais, ambientais e económicas que influenciam as distintas comunidades rurais.

No caso particular da região do 'Complexo da Ordenha', deve ser aceite que o desenvolvimento é todo um processo que deve possibilitar a grupos domésticos e comunidades no seu geral reforçarem os respectivos meios de vida de forma a adquirirem a necessária sustentabilidade e a melhorarem a sua qualidade de vida e bem-estar. A falta de compreensão e de um conhecimento suficientemente profundo sobre a forma como os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas desenvolvem as suas estratégias de meios de vida faz com que muitas acções de desenvolvimento delineadas, regra geral imbuídas numa visão anti-pastoralista⁴¹⁷, não possam ter o desejado impacto sobre as comunidades locais e venham a contribuir, antes pelo contrário, para a erosão das respectivas plataformas de meios de vida. Políticas de desenvolvimento e projectos baseados em ideias desajustadas sobre as metas perseguidas pelos criadores de gado e sobre como recursos e benefícios são alocados intra-grupo doméstico, conduzirão irremediavelmente a malogros.

No quadro a seguir, e com base no estudo desenvolvido, expõem-se alguns conceitos erróneos que poderão conduzir a políticas de desenvolvimento menos correctas que, em lugar de potenciarem as virtudes do sistema, poderão levar à sua degradação e, no limite, ao seu desaparecimento, com consequências graves para as comunidades locais.

⁴¹⁷ Para uma melhor compreensão de visão anti-pastoralista ou pró-pastoralista vide o apêndice próprio.

Quadro IV 1: Conjecturas e realidades dos sistemas tradicionais de produção agrária no Sudoeste de Angola.

Conceito	Realidade
A agricultura familiar é retrógrada, ineficiente e orientada para a subsistência. Pelo contrário, a agricultura comercial é virada para o futuro, eficiente e orientada para o mercado.	Fazer agricultura na região do ‘Complexo da Ordenha’ não é um processo estático receptivo a análises simplistas e recomendações estandardizadas, mas sim um empreendimento altamente contingente, limitado pelo acesso aos necessários recursos e sempre moldado por uma grande variedade de riscos e incertezas. Se os sistemas tradicionais de produção fossem melhor conhecidos e investigados nos seus vários parâmetros e contributo para a economia nacional e se, no concernente às grandes fazendas/ranchos implantados no sul do País, fosse feita uma análise mais crítica e imparcial aos resultados obtidos e levado em consideração o impacto (negativo) por elas produzido sobre as estratégias de meios de vida adoptadas pelas comunidades locais (e, também, sobre o meio ambiente), certamente se concluiria que grande parte das asserções feitas a favor do grande empresariado e do <i>ranching</i> não se revela verdadeira. Por outro lado, em Angola, o sector empresarial (comercial ou moderno) vem demonstrando uma permanente dependência de vultuosas linhas de crédito e de outras facilidades para se desenvolver. Pelo contrário, nas mesmas circunstâncias, as pequenas empresas agrícolas familiares mantêm um alto grau de autonomia que lhes permite fazerem face às condições adversas e a darem uma resposta rápida e flexível às oportunidades que surjam.
A agricultura familiar é muito vulnerável aos choques	Para fazerem face aos riscos e choques os grupos domésticos adoptam tanto estratégias de gestão <i>ex ante</i> de riscos como estratégias de enfrentamento de choques (gestão <i>ex post</i> de riscos), socorrendo-se de variados estratagemas, o que tem permitido a sua sobrevivência. É fundamental conhecer e compreender essas estratégias e suportar aquelas que têm impacto positivo, procurando, em primeiro lugar, fortalecer aquelas dotadas de características endógenas em lugar de as substituir por iniciativas exógenas não baseadas nas necessidades, capacidades e recursos locais.
Para haver desenvolvimento rural tem de se fazer a ‘modernização’ da agricultura.	‘Modernização’ é confundida com ‘ocidentalização’, sendo importados conceitos ‘modernos’, depois impostos localmente num sentido de ‘cima para baixo’ (<i>top-down</i>) sendo o desenvolvimento dominado pela transferência de tecnologia. São ignorados o saber, objectivos e adaptabilidade das populações locais assim como as capacidades dos sistemas de produção por elas desenvolvidos (resultantes da interacção adaptativa entre o meio ambiente e aspectos económicos e socioculturais).
A empresa familiar (grupo doméstico) é uma unidade económica isolada focalizada inteiramente na agricultura e dela dependendo exclusivamente.	Os grupos domésticos desenvolvem uma diversidade ampla de actividades (‘portfolio’ de meios de vida) que conduzem a um conjunto de outputs envolvendo não apenas uma gama de produtos pecuários e agrícolas, mas também aqueles obtidos da pesca, caça, colecta, comércio e artesanato, assim como a migração sazonal. Esta diversidade ajuda a minimizar o risco e reduz a vulnerabilidade aos choques. Existe uma relação económica estreita entre as distintas empresas familiares e também entre estas e comunidades sedentarizadas dedicadas basicamente à agricultura.
A exploração de gado em sistema de ‘rancho’ (<i>ranching</i>) é mais produtiva e eficiente que aquela desenvolvida pelo criador tradicional.	Estudos elaborados em diversos locais de África indicam que os sistemas extensivos tradicionais são economicamente mais produtivos e mais adequados às condições prevalentes nas regiões secas que o <i>ranching</i> comercial. No Sudoeste de Angola, estes sistemas são muito eficientes no aproveitamento dos recursos naturais e altamente

	competitivos, conduzindo a resultados excelentes e proporcionando sustentabilidade às estratégias de meios de vida levadas a cabo pelos grupos domésticos.
A produção de carne constitui o foco principal dos criadores tradicionais, pelo que deve ser aumentada.	Os grupos domésticos desenvolvem estratégias de produção de gado orientadas para atingirem um conjunto de objectivos, de natureza social, cultural e económica, não apenas a produção de carne. O leite, importante alimento energético e proteico para a população local, constitui uma prioridade de produção. O asseguramento de animais para tracção constitui outro dos objectivos. O aumento da produção, em qualquer vertente que seja, só poderá ser concretizado se actividades e políticas de desenvolvimento assistirem efectivamente os criadores tradicionais de gado - que têm permanentemente de tomar um conjunto de decisões relacionadas com a produção em contextos de alta variabilidade e de muito risco - a atingirem os seus próprios objectivos primários, que nem sempre são os de produzir para o mercado.
Recursos de uso comunitário não contribuem para a economia nacional	Os dados estatísticos utilizados no País não revelam o valor económico destes recursos pelo que, não sendo integrados de forma adequada nas estimativas do Produto Interno Bruto, tendem a não ser valorizados. As estatísticas mostram-se imprecisas e inadequadas relativamente ao pastoralismo e agro-pastoralismo, pois incidem apenas num reduzido leque de outputs directos que não reflectem a contribuição real destes sistemas para a economia nacional.
A propriedade em regime comunitário das terras de pastagem natural (<i>rangelands</i>) conduz à sua má gestão.	Estudos elaborados em diversos países indicam que não existem razões para que os sistemas propriedade comunitária não sejam eficientes, menos capazes de abraçar inovações técnicas e de integrar mercados mais activos ou sejam menos sustentáveis do que qualquer outro sistema de propriedade. Nestes sistemas existem normas e mecanismos para a regulação e gestão da terra, pelo que o 'livre para todos' avançado por Hardin raramente acontece.
Os criadores de gado devem reduzir o tamanho dos seus rebanhos sempre que o total de cabeças exceda a 'capacidade de carga' definida para a área.	Tomando em atenção os estudos que sustentam o conceito da 'nova ecologia', este princípio está errado, tratando-se de uma interpretação incorrecta baseada nos princípios da dinâmica dos sistemas em 'equilíbrio'. Na gestão dos ambientes de 'não-equilíbrio', prevaletentes em grande parte da região do 'Complexo da Ordenha', não se aplica o conceito de 'capacidade de carga', devendo serem adoptadas estratégias de gestão oportunista, muito flexíveis e reactivas, baseadas na mobilidade e na adopção da carga animal em função da disponibilidade de forragem presente em certo momento numa determinada área. Nestes ambientes, a resiliência da vegetação confere às pastagens elevada capacidade de recuperação.
A mobilidade do gado praticada pelos criadores tradicionais é contraproducente ao desenvolvimento da agricultura na região.	A mobilidade do gado é a resposta racional às condições ambientais prevaletentes, sendo factor crucial para os sistemas tradicionais de produção pecuária na região. Esta mobilidade permite ao criador integrar, ao longo do ano, como elos de uma cadeia, os recursos forrageiros presentes em diferentes ecossistemas. Se, no seio desta cadeia, for modificada a disponibilidade de um determinado tipo de recurso forrageiro, tal afectará também a utilização de outros recursos. Se uma área produtora de um determinado tipo de forragem for retirada do acesso e controlo dos criadores de gado, o rompimento da cadeia conduzirá a que estes também se vejam na impossibilidade de utilizar forragens disponíveis em outros locais e em diferentes épocas do ano, privando-os da necessária sincronização no aproveitamento das distintas áreas de pastoreio. Assim, o impedimento do acesso, mesmo que apenas a áreas relativamente pequenas de pastagem natural, pode levar a situações em que extensões muito maiores deixem de ser utilizadas de forma produtiva. Políticas de

	sedentarização falham invariavelmente e conduzem não apenas à redução da rentabilidade económica dos sistemas de produção como também à desintegração dos grupos domésticos e degradação dos ecossistemas em que se inserem.
As transumâncias são o resultado da falta de pontos de água, pelo que o estabelecimento de pontos de água permanentes as tornará desnecessárias	Tratando-se de ambientes em 'não-equilíbrio', a mobilidade das manadas é fundamental para as estratégias de pastoreio 'oportunistas' imprescindíveis para estas regiões. A distribuição das formações ecológicas constitui eventualmente uma razão de maior importância para as transumâncias que a disponibilidade de água.
Vedação e estacionamento das terras de pastagem natural (<i>rangelands</i>) aumentam a sua produtividade.	A flexibilidade de movimento constitui uma componente vital para a maioria dos sistemas de pastoreio 'tradicionais' em ambientes de 'não-equilíbrio', pelo que as áreas onde estes ambientes predominam não devem ser parquedadas.
As transumâncias contribuem para a disseminação de doenças, nomeadamente de zoonoses.	Devem ser distinguidas transumâncias e deslocamentos de gado por razões comerciais, opostas estas às primeiras, que têm justificação zootécnica. As deslocamentos comerciais abrangem vastas áreas, abrangendo regiões sanitárias muito diferentes, o que não acontece com as transumâncias. Estas devem ser facilitadas mediante a aplicação de medidas sanitárias consentâneas com as particularidades apresentadas pela mobilidade do gado na região.
Os criadores tradicionais de gado da região do 'Complexo da Ordenha' dificilmente comercializam os seus animais.	Contrariando a percepção geral, os criadores tradicionais estão integrados no mercado. A estrutura dos rebanhos mostra a importância conferida à comercialização não apenas de animais adultos, como também de jovens. Considerando a variabilidade e imprevisibilidade das chuvas e outros choques a que estão sujeitos, como o roubo e a morte de animais, é perfeitamente lógico que seja resguardado um determinado número de cabeças como forma de gestão <i>ex ante</i> de riscos. O repovoamento em gado de outras regiões do País, mormente em animais de tracção, tem sido feito com base no gado da região. É vulgar fazendas e ranchos adquirirem, para recria, animais aos criadores tradicionais. Comerciantes de gado, matadouros e casas de abate atestam as importantes quantidades de gado comercializadas pelo sector tradicional.
Povos pastoralistas e agro-pastoralistas do Sudoeste de Angola são avessos à integração na sociedade angolana.	As populações pastoralistas e agro-pastoralistas estão plenamente integradas na sociedade e partilham os valores nacionais (veja-se o seu contributo em acções de defesa do território nacional aquando da sua invasão por exércitos estrangeiros). Contribuem amplamente para o desenvolvimento económico do País e relacionam-se economicamente de forma estreita com as comunidades sedentarizadas. Cada vez mais membros dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas viajam para outros locais do território nacional. Apesar de diversos constrangimentos, as taxas de escolaridade são cada vez maiores.
Bancos de dados e imagens por satélite indicam que existe uma ampla disponibilidade de terra livre.	Dados 'macro' têm pouco valor se não forem corroborados no terreno, pois não mostram se as áreas em questão são usadas para o pastoreio, agricultura itinerante, colecta, caça ou outras utilizações críticas para as populações rurais.
Instituições e regras costumeiras são retrógradas e obstam ao desenvolvimento	A forma como instituições e regras costumeiras dominam importantes áreas de tomada de decisão, nomeadamente no referente à gestão dos recursos naturais e vida socioeconómica no seu geral, deve merecer uma atenção especial. O ponto crítico no que concerne à governação refere-se às relações entre instituições formais – leis, instituições estatais, administrações locais – e as instituições sociais e regras costumeiras, pois nem sempre são fáceis os compromissos entre autoridade formal do Estado e autoridade tradicional, acontecendo frequentemente a sobreposição de funções. O desenho institucional deve basear-se numa grande flexibilidade e diversidade para tornar

	possível uma pronta reacção e adaptação às mudanças dinâmicas que vêm acontecendo no contexto da região, sendo o princípio da subsidiariedade crucial.
Conflitos sobre recursos naturais devem ser resolvidos de acordo com a legislação em vigor	A abordagem dos conflitos sobre recursos naturais deve ser multidimensional e holística, devendo serem reforçados os mecanismos tradicionais e administrativos de forma a ser diligenciada a resolução não violenta das disputas que venham a ocorrer e procurando sempre maximizar oportunidades de negociação entre grupos numa base 'win-win'. Instituições costumeiras, serviços do Estado, autoridades locais, municipais e provinciais, organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações comunitárias de base, doadores, instituições de investigação, agentes privados, líderes locais e comunidades têm todos um papel a desempenhar na sua resolução. Deve ser privilegiada a prevenção de conflitos, nomeadamente com base no desenvolvimento e reforço das regras relacionadas com a utilização dos recursos naturais, aceitação colectiva dessas regras e negociação continuada das disputas.

Conforme descrito ao longo do trabalho, no meio tradicional do Sudoeste angolano prevalece um sistema agrário no qual o homem está integrado num equilíbrio ecológico suficientemente estável com o seu habitat natural, revelando-se as populações locais perfeitamente conhecedoras do meio ambiente em que vivem, das suas capacidades e da melhor forma de o gerirem e dele tirarem rendimento⁴¹⁸. Os sistemas de produção pastoralista e agro-pastoralista desenvolvidos revelam-se muito eficientes no aproveitamento dos recursos naturais⁴¹⁹ e são suficientemente viáveis para o asseguramento das estratégias de meios de vida adoptadas pelos grupos domésticos. A criação de gado possibilita-lhes cumprir os objectivos de meios de vida que perseguem e usufruir de uma dieta alimentar equilibrada. Além do mais, estes sistemas têm permitido manter uma importante densidade populacional (humana e animal) na região e assegurado uma relativa equidade no seio das comunidades, sendo a dispersão do gado pelos distintos grupos domésticos independente do respectivo grau de riqueza. Tomando como base a exploração dos recursos naturais, será muito difícil outros sistemas de produção obterem rendimentos superiores, já que os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas, fruto de um processo de adaptação e de conhecimento

⁴¹⁸ O objectivo principal dos grupos domésticos é o de suportar o maior número de membros por unidade de superfície e conferir-lhes o máximo de segurança possível, maximizando a produção de alimento por hectare.

⁴¹⁹ Diversos estudos, realizados nomeadamente no Zimbabwe, Botswana, Uganda e Mali, indicam que, embora os sistemas de produção pastoralista atinjam rendimentos inferiores por animal comparativamente aos sistemas de *ranching* 'modernos', o pastoralismo revela-se mais produtivo por unidade de superfície explorada (Bremner & de Wit, 1983; Scoones, 1994) e apresenta maior rendimento global por hectare (incluindo todos os produtos, não apenas carne) comparativamente aos sistemas comerciais (Sandford, 1983). Por exemplo, enquanto as terras de pastagem natural (*rangelands*) em regiões secas sub-Saarianas produzem anualmente 0,6 a 3,2 kg de proteína animal por hectare (Bremner & de Wit 1983), em ranchos nos Estados Unidos da América e na Austrália em condições de pluviosidade similares apenas são produzidos 0,4 Kg de proteína animal por hectare/ano (World Bank, 2009). Westoby *et al* (1989) confirmam que, nos sistemas tradicionais, desde que seja assegurado o acesso flexível a distintos habitats e recursos, podem ser mantidas maiores populações de herbívoros por unidade de superfície. Cruz de Carvalho (1974) fez uma análise estatística sobre a composição das manadas em ranchos comerciais da então Rodésia (actual Zimbabwe) e em criação familiar tradicional no Sudoeste de Angola, tendo os resultados obtidos demonstrado a eficiência deste último sistema e contrariado a ideia de que a produtividade dos modernos ranchos excedia aquela do sistema tradicional. No seu estudo, Cruz de Carvalho (1974) conclui que o sistema tradicional de produção no Cunene é, comparativamente a outros sistemas (rancho moderno e sistema pastoralista de Dodos, na África Oriental), o mais avançado, tanto do ponto de vista ecológico como, e principalmente, humano, sendo capaz de manter uma boa diversidade e fluxo de energia no ecossistema e ainda canalizar uma parte importante da mesma através do homem (a quantidade de energia no sistema que é canalizada anualmente por unidade de biomassa humana é de 15,4 kcal, enquanto no sistema moderno de rancho é de apenas 5,8 kcal por ano).

desenvolvidos ao longo dos tempos, optimizam ao máximo os desempenhos possíveis nos ecossistemas em presença, sendo a margem para melhorias muito reduzida.

2 Vulnerabilidade dos grupos domésticos

Embora os sistemas tradicionais de produção de gado seguidos na região do ‘Complexo da Ordenha’ se revelem viáveis, deve-se ter em atenção que, tal como acontece com outros sistemas, que não se tratam de modelos estáticos, mas em permanente evolução como resposta aos diferentes choques a que estão submetidos. Os distintos grupos domésticos apresentam graus variáveis de resiliência aos choques, sendo a sua vulnerabilidade multifacetada, distribuindo-se de forma diferenciada no seio das comunidades, de acordo com os níveis de activos e rendimentos usufruídos. Consequentemente, os grupos domésticos apresentam graus diversos de vulnerabilidade, tanto a choques com componentes idiossincráticos (micro-choques) como a choques com componentes co-variantes (meso-choques e macro-choques).

Para fazerem face aos riscos e choques a que estão sujeitos, adoptam tanto estratégias de gestão *ex ante* de riscos como estratégias de enfrentamento de choques (gestão *ex post* de riscos), socorrendo-se de variados estratagemas em cada um dos casos. O gado desempenha papel importante nestas estratégias, variando, contudo, esse papel com o grau de riqueza do grupo doméstico. Aqueles com mais activos em gado, para além de disporem de maior segurança alimentar, estão em melhores condições de a ele recorrerem na gestão de riscos. Para conseguirem um ‘portfolio’ de meios de vida mais diversificado e responsivo aos eventos de risco, os grupos domésticos procuram associar a criação de gado com actividades agrícolas e outras baseadas em recursos naturais, assim como, cada vez mais, com actividades não baseadas em recursos naturais, incluindo a migração.

Os quadros a seguir apresentam uma síntese dos factores de natureza endógena ou exógena que, de uma forma mais ou menos preponderante, podem condicionar a sustentabilidade das estratégias de meios de vida desenvolvidas por pastoralistas e agro-pastoralistas na região do ‘Complexo da Ordenha’. Enquanto para os primeiros, os grupos domésticos se foram adaptando ao longo dos tempos e geralmente encontram respostas, para os segundos, cada vez mais frequentes na actualidade, tal já não acontece, podendo estes últimos, de uma forma mais ou menos preponderante, condicionar o futuro do pastoralismo e agro-pastoralismo na região. Uma vez identificados os principais factores influenciadores da evolução positiva ou negativa do sistema, compete às instituições e serviços do Estado e organizações envolvidas no desenvolvimento rural e socioeconómico levarem-nos em consideração quer a nível de programas e projectos, quer na definição de políticas, assumindo-se sempre como objectivo final a salvaguarda das estratégias de meios de vida desenvolvidas por grupos domésticos e comunidades locais em prol da sua sustentabilidade.

Quadro IV 2: Principais constrangimentos de natureza endógena aos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas prevalecentes no Sudoeste de Angola e acções a ter em consideração para minorar o seu impacto.

Constrangimento	Resposta
Doença e morte de gado	Explorar formas alternativas de assistência veterinária mais eficazes e focalizadas no criador tradicional de gado; facilitar o acesso aos medicamentos; priorizar campanhas de vacinação e outras medidas de profilaxia e controlo de doenças; reforço da assistência veterinária no seu geral.
Destruição de culturas agrícolas por animais selvagens e aves; perda de animais pela acção de predadores	Reforço das capacidades de defesa das comunidades mas salvaguardando sempre os princípios de protecção da fauna selvagem.
Pragas agrícolas	Implementação de programas de controlo das pragas agrícolas na região; divulgação de medidas fitossanitárias e de outras para defesa das culturas agrícolas.
Deterioração de alimentos armazenados	Estudo das tecnologias locais de armazenamento de alimentos e promoção de melhorias; divulgação de tecnologias apropriadas para o armazenamento de alimentos.
Doença e morte de membros do grupo doméstico; danos pessoais (ferimentos e fracturas)	Provisão de serviços de assistência médica eficientes privilegiando sempre a sua mobilidade; facilitar o acesso dos grupos domésticos à assistência médica e medicamentosa.
Conflitos em micro-escala (inter e intracomunitários)	Promover instituições de gestão de conflitos fortes e aceites pelas comunidades, privilegiando instituições e direitos costumeiros; conceder apoio legal às instituições costumeiras que regulam o uso e gestão da propriedade comunitária e desenvolver os necessários mecanismos para que essas instituições possam funcionar em harmonia com as estruturas modernas do Estado.
Adopção de estratégias de enfrentamento de choques imbuídas de características negativas (erosão da plataforma de meios de vida e impacto negativo a longo prazo sobre o meio ambiente)*	Reduzir progressivamente a dependência dos grupos domésticos relativamente àquelas estratégias com impacto negativo a longo prazo sobre a segurança dos seus meios de vida e sobre o meio ambiente; desenvolver acções bem focalizadas que visem ajudar os grupos domésticos a preservarem e a reforçarem os seus activos de meios de vida.
Perda de sustentabilidade das estratégias de meios de vida seguidas pelos grupos domésticos*	Promover e apoiar os esforços dos grupos domésticos na preservação (e reforço) dos seus activos e na diversificação das estratégias de meios de vida (diversificação das fontes de rendimento); incrementar os rendimentos económicos, particularmente aqueles obtidos com base na produção pecuária e agrícola; promover medidas que contribuam para a redução da vulnerabilidade de grupos domésticos e comunidades.
Seca; distribuição desigual das chuvas*	O principal objecto das políticas públicas na gestão de situações de seca deverá ser o de tornar pastoralistas e agro-pastoralistas menos vulneráveis (ou mais resilientes) ao choque. Isto pode incluir políticas que fomentem boas práticas no âmbito do desenvolvimento pastoralista/agro-pastoralista e políticas que promovam a redução da vulnerabilidade de grupos domésticos e comunidades, favorecendo sempre a participação das populações locais. Estratégias e medidas pontuais de apoio devem ser desenvolvidas de acordo com a fase do ciclo da seca. Deve ser implementado um Sistema de Alerta Rápido baseado em indicadores relacionados com o meio ambiente, agricultura, gado e bem-estar das comunidades locais. As actividades a desenvolver devem envolver a colaboração estreita entre instituições do governo tanto a nível nacional como local, comunidades e OSC.

* Envolve igualmente características exógenas.

Quadro IV 3: Principais constrangimentos de natureza exógena aos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas prevaletentes no Sudoeste de Angola e acções a ter em consideração para minorar o seu impacto.

Constrangimento	Resposta
Programas e projectos focalizados fundamentalmente no tratamento de sintomas e resultados da vulnerabilidade	Fazer a distinção entre sintomas e causas da vulnerabilidade. A mudança do foco para o tratamento das causas da vulnerabilidade permitirá um maior impacto a longo prazo sobre as estratégias de meios de vida seguidas pelos grupos domésticos.
Estratégias de desenvolvimento baseadas num sector tradicional subvalorizado e viciadas contra o pastoralismo, favorecedoras de actividades económicas relacionadas com a agricultura comercial e exploração de recursos naturais	A 'modernização' regra geral não leva em consideração o lugar do homem no ecossistema nem os seus valores socioculturais (estritamente relacionados com o animal e interligados com o meio em que o grupo doméstico se insere) e interfere negativamente com a premissa homem- animal/planta-ecossistema, levando à alienação dos vínculos nela envolvidos. Assim, deve-se: (i) fomentar políticas de desenvolvimento e outras que tenham em conta as especificidades das comunidades locais; (ii) favorecer estratégias de desenvolvimento enquadradas numa visão 'pró-pastoralista'; (iii) promover programas direccionados para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para o aumento dos seus rendimentos.
Perda de propriedade e de acesso aos recursos naturais, nomeadamente terras de pastagem comunitária e pontos de água	As políticas de desenvolvimento para a região devem ser ajustadas e elaboradas de modo a assegurarem os direitos de acesso dos grupos domésticos pastoralistas/agro-pastoralistas aos recursos de que necessitam. Para a sua formulação, torna-se necessário um apropriado conhecimento dos sistemas tradicionais de produção de gado e relação homem-animal-meio ambiente, assim como dos acordos costumeiros de gestão de recursos. É fundamental que os grupos domésticos tenham acesso aos distintos 'gradientes ecológicos' para assegurar os diferentes tipos de capital natural de que necessitam para as actividades de meios de vida. Desta forma, deve-se: impedir a alienação de terras de pastagem comunitária e de recursos-chave; assegurar os direitos de acesso de pastoralistas e agro-pastoralistas aos recursos naturais; restituir às comunidades locais as áreas de pastagem comunitária e outros recursos naturais a que entretanto tenham perdido acesso; criar as necessárias disposições para assegurar a mobilidade das manadas; advogar por uma Lei de Terras que contemple as especificidades do pastoralismo e agro-pastoralismo e que reconheça e legitime os sistemas de propriedade comunitária; declarar as áreas de pastagem natural utilizadas pelos criadores tradicionais de gado como 'reserva nacional'; pugnar por uma legislação pastoralista; fazer desenvolvimento institucional e acções de advocacia a favor das populações locais, de forma a fortalecer o seu capital sociopolítico; acautelar que os dados estatísticos revelem a contribuição vital que os recursos de uso comunitário dão para os meios de vida em meio rural e, consequentemente, para a economia nacional.
Constrangimentos no acesso à água	Desenvolver sistemas de aprovisionamento de água feitos à medida e baseados em criteriosos processos de planeamento participativo de forma a evitar/minorar possíveis impactos negativos; assegurar a sustentabilidade desses sistemas e promover a sua gestão participativa; devolver às comunidades locais o acesso aos pontos de água a que entretanto tenham perdido o direito.
Roubo de gado (razia predatória ou comercial) e de produtos agrícolas	Adopção de medidas eficazes para defesa dos bens/activos de grupos domésticos e comunidades, mas assegurando sempre o acesso aos recursos naturais e as estratégias de meios de vida; aplicação, pelas instituições de direito, das necessárias medidas reguladoras do trânsito de gado.

Distorções nos preços de comercialização do gado e exclusão dos mercados	Criar um ambiente propiciador do desenvolvimento de mercados locais em benefício da pequena agricultura familiar; melhorar infraestruturas relacionadas com a comercialização de gado e de produtos agrícolas no meio rural; promover a comercialização de cereais e/ou a sua permuta com gado a preços considerados justos; promover a comercialização no campo e a concorrência; promover e estreitar o relacionamento entre criadores tradicionais de gado, agricultores sedentários (zona rural) e consumidores (zona urbana).
Falta de acesso a serviços financeiros relacionados com o crédito, poupanças e gestão de negócios	Trabalhar preferencialmente com programas direccionados para as poupanças, já que o crédito pode constituir um risco para muitos dos grupos domésticos.
Fraqueza institucional	Reforço institucional e dos serviços básicos no meio rural, nomeadamente no âmbito da saúde, educação, agricultura, aprovisionamento de água e assistência veterinária. Estes serviços devem estar adaptados à mobilidade que caracteriza os sistemas tradicionais de produção pecuária em regiões secas. Assegurar que as distintas instituições aos vários níveis trabalhem por uma melhor qualidade de vida e bem-estar das populações locais.
Introdução de raças melhoradoras e de sistemas de manejo não adequados às regiões secas e sistemas de produção pastoralista/agro-pastoralista	Ter em consideração as características ambientais da região e as particularidades dos sistemas de produção pastoralista/agro-pastoralista praticados; ter em conta que o melhoramento das raças locais deve ter em atenção a sua capacidade de adaptação e resistência às condições locais e contemplar sempre os atributos priorizados pelos criadores de gado tradicionais; manter a diversidade genética presente na região. Decorrente do conhecimento científico actual, em regiões áridas e semiáridas os programas de melhoramento com base em raças exóticas têm sido relegados a favor do melhoramento das capacidades das raças autóctones, bem adaptadas ao meio.
'Falta de voz' e marginalização das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas	Reforçar o capital sociopolítico e a representatividade das comunidades pastoralistas e agro-pastoralistas e promover a sua participação na gestão e resolução dos problemas; garantir que actividades económicas e instituições aos vários níveis promovam o desenvolvimento humano equitativo e sustentável; levar a cabo acções de advocacia a favor das populações locais; pugnar por uma legislação pastoralista; tomar defesa por estatísticas que reflectam o contributo real de pastoralistas e agro-pastoralistas para a economia local e nacional.
Restrições no leque de estratégias de meios de vida a que os grupos domésticos podem lançar mão	Reconhecendo-se uma cada vez maior complexidade espacial e ocupacional nos meios de vida dos grupos domésticos na região, resultante da multiplicidade de riscos a que têm de fazer face e do surgimento de novas oportunidades, as políticas de desenvolvimento devem-se concentrar na melhoria do seu acesso a uma gama ampla de activos para que possam expandir as respectivas opções de meios de vida, em lugar de se concentrarem apenas num leque reduzido de estratégias. Os grupos domésticos devem ver facilitado o seu engajamento em actividades alternativas de geração de rendimentos para além daquelas relacionadas directamente com a pastorícia e agricultura. A diversificação de estratégias de meios de vida estabiliza os rendimentos tirando vantagem dos ganhos obtidos a partir de diferentes actividades desenvolvidas em contra-ciclo, pelo que devem ser seleccionadas estratégias de meios de vida alternativas que não estejam sujeitas aos mesmos riscos e calendário dos meios de vida primários.
Desestruturação social	Desenvolver acções orientadas para a preservação da autoridade tradicional e regras costumeiras; pugnar pelo respeito da diversidade cultural; contribuir para o reforço das redes de solidariedade informais; promover mecanismos institucionais de apoio social.

Omissão do contributo e papel desempenhado pela mulher nos sistemas de produção	Deve ser otimizada a contribuição da mulher ao desenvolvimento agrícola e rural na sua generalidade, tendo sempre em conta as questões relacionadas com o género e adoptando medidas para a resolução dos problemas específicos com que ela se depara, mormente constrangimentos sociais, económicos, jurídicos e culturais, mas levando sempre em consideração o seu conhecimento e saber fazer. A resolução desses constrangimentos passa pela elaboração de estratégias que tenham em conta as necessidades da mulher, tanto imediatas como estratégicas, e os factores que a impedem de fazer melhor aproveitamento das suas capacidades e de retirar maior valor das actividades executadas.
Omissão do papel e contributo da criança nas estratégias de meios de vida dos grupos domésticos	Programas e projectos de desenvolvimento devem levar em conta o contributo e papel da criança nas estratégias de meios de vida desenvolvidas pelos grupos domésticos. O ensino escolar deve ser adaptado às especificidades locais de vivência das crianças nas distintas comunidades, incluindo a mobilidade, mas procurando sempre ter em consideração as tarefas por elas desenvolvidas.
Intensificação dos sistemas agrícolas com a substituição da tracção animal pela tractorização e do estrume por fertilizantes químicos	Promover a utilização da tracção animal e o uso de estrume nas culturas agrícolas no âmbito de um quadro de melhoramento da tecnologia relacionada e de integração dos subsectores agrícola e pecuário.

3 Políticas para o enquadramento dos sistemas tradicionais de criação de gado no desenvolvimento do Sudoeste de Angola

Assumindo que o desenvolvimento da região do 'Complexo da Ordenha' se deve guiar por uma visão pró-pastoralista, sustentada no 'eco-paradigma', e tendo em conta que os factores de natureza co-variante e características exógenas são aqueles que cada vez mais se apresentam como as principais ameaças aos sistemas pastoralistas e agro-pastoralistas seguidos, torna-se imperioso que, do ponto de vista institucional, sejam definidas políticas que fomentem um desenvolvimento harmonioso das comunidades. Assim, e independentemente do já referido anteriormente, existem diversos outros factores que devem ser bem ponderados e equacionados. Se estes aspectos não forem devidamente acautelados, a sustentabilidade dos meios de vida das populações locais em lugar de ser reforçada pode ficar deveras comprometida.

Os sistemas tradicionais de produção praticados na região não são estáticos, mas sim dinâmicos, estando em evolução permanente. Aqueles levados a cabo pelos criadores tradicionais de gado não devem ser substituídos, mas sim melhorados, mediante acções pontuais e bem focalizadas, centralizadas no 'homem' plenamente integrado no meio (nunca dissociado dele) e sua relação com as tecnologias⁴²⁰. Os programas e as políticas de desenvolvimento para a região exigem uma planificação multidisciplinar e compromissos de longo prazo e devem: (i) ter em consideração a heterogeneidade das distintas sub-regiões, zonas agro-económicas e ecossistemas, assim como o enquadramento das estratégias seculares adoptadas pelas comunidades (agro) pastoralistas; (ii) assegurar (ou restaurar) o acesso das comunidades locais aos recursos essenciais para os seus meios de vida; (iii) auxiliar os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas a construir/fortalecer os seus activos de meios de vida, reforçar a eficiência e produtividade dos meios de vida seguidos e alargar as opções de meios de vida disponíveis; (iv) reduzir a vulnerabilidade, reforçando a resiliência a nível de grupos domésticos e comunidades, fortificando concomitantemente a prevenção de desastres e a gestão de riscos a níveis institucionais mais altos; (v) criar uma atmosfera que propicie

⁴²⁰ Não é realista nem desejável tentar substituir uma economia pastoralista por uma economia de *ranching* (produção de carne em rancho). A médio prazo, as economias pastoralistas tenderão a caminhar lentamente para um modelo híbrido incorporando aspectos tanto de pastoralismo como de *ranching* (UNDP, 2003).

o desenvolvimento de mercados locais em benefício dos pequenos produtores, facilitar o acesso de pastoralistas e agro-pastoralistas aos mercados, promover a comercialização de produtos locais assim como uma política de preços justos e assegurar a equidade dos mecanismos de mercado; (vi) incentivar e apoiar o associativismo no seio dos produtores locais de forma a aumentarem a sua capacidade de negociação e também a avançarem na cadeia de valores.

O foco central para o reforço dos meios de vida deve basear-se num investimento a longo prazo envolvendo intervenções apropriadas para minorar os constrangimentos identificados e a promoção de entitamentos (*entitlements*). Os programas de desenvolvimento devem ter carácter multi-sectorial, focando a sua intervenção no asseguramento dos serviços essenciais, e devem facilitar/promover práticas e estratégias pastoralistas de aproveitamento das pastagens naturais nos ambientes de 'não-equilíbrio'. Os serviços sociais básicos, como a educação, saúde e aprovisionamento de água devem estar adaptados à mobilidade que caracteriza os sistemas tradicionais de produção na região. O ponto de partida para eventuais intervenções deve ter por base o sistema de produção, conhecimento e habilidades existentes. Os programas de desenvolvimento socioeconómico devem envolver homens e mulheres. Para que os sistemas possam ser mais flexíveis, as instituições pastoralistas devem ser fortes, pelo que deve ser prestada particular atenção à construção de capacidades a nível institucional. Adicionalmente, deve ser reforçada a sua integração na economia nacional.

Existindo grandes variações na natureza e escala da interacção entre as distintas zonas agro-económicas e também entre meio rural e urbano assim como nos padrões de meios de vida tanto entre comunidades como entre grupos domésticos de uma mesma comunidade, torna-se necessário adequar as políticas de desenvolvimento ao contexto local e às necessidades e prioridades específicas dos diferentes grupos domésticos, especialmente dos mais vulneráveis. A lógica aponta para que o fluxo de conhecimentos deva ocorrer de 'baixo para cima' (*bottom-up*), partindo dos sistemas de produção locais, tentando melhorá-los e elevando/reforçando as capacidades locais, mas respeitando sempre os objectivos dos grupos domésticos e comunidades em que estão inseridos. Investigadores e técnicos de desenvolvimento devem iniciar o trabalho com o utilizador final e aplicarem os seus conhecimentos ao sistema em que este está integrado em lugar de procurarem substituí-lo ou transformá-lo com base em princípios, opções e linhas de actuação determinadas externamente.

Embora estudos devidamente estruturados sobre a possível evolução dos sistemas devam ser implementados numa óptica de melhorar o seu conhecimento, numa primeira fase as actividades de desenvolvimento devem estar relacionadas com o momento em que se encontra o ecossistema. Assim, aquelas relatadas com o incremento da produtividade devem estar focalizadas nos períodos favoráveis do ecossistema⁴²¹, enquanto nos períodos severos as acções devem ser orientadas no sentido de ajudarem os criadores a enfrentarem o choque e a recuperarem-se dele. Este desiderato conduz à necessidade de programas e projectos de desenvolvimento primarem por um equilíbrio adequado entre minimização de riscos e aumento da produtividade, devendo, portanto, adequarem-se ao estágio em que se encontra o sistema de produção tanto no tempo (estação) como no espaço (região, zona) e integrarem a gestão oportunista dos recursos naturais.

⁴²¹ Estes períodos baseiam-se naqueles usualmente referenciados num ciclo de gestão de desastres, mormente da seca (por ex., fase normal - fase de alerta/alarme - fase de emergência - fase de recuperação). Consideram-se como períodos favoráveis a fase de recuperação e a fase normal. Os ecossistemas estão sempre sujeitos a um dinamismo tendente a reconstituir o clímax todas as vezes que uma acção perturbadora os faz regredir.

4 Recomendações para futuros estudos

Deve ser desenvolvida investigação⁴²² que possa fornecer dados e servir de referência no âmbito de políticas de desenvolvimento para que os fazedores de políticas e decisores tenham acesso a alternativas de desenvolvimento bem fundamentadas e para que se exponha o importante papel que a pecuária tradicional assume na economia local e nacional de forma a potenciar o apoio político ao sector. Assim, para além dos imprescindíveis estudos de base e estudos sobre a produção de gado e seu manejo, pesquisas em áreas como produção de leite, reprodução, desenvolvimento, saúde e mortalidade são fundamentais para a identificação e compreensão de constrangimentos e oportunidades visando a introdução de melhoramentos nos sistemas de produção praticados. Adicionalmente, outras áreas devem igualmente ser investigadas na óptica de um desenvolvimento sustentável, nomeadamente aquelas relacionadas com a sociologia e antropologia, sistemas económicos locais, etc. Seria útil compreender o comportamento e dinâmica de grupos domésticos e comunidades face às transformações sociais e económicas por que vai passando a região sudoeste, mormente as implicações que o aumento da riqueza e crescente integração no mercado de alguns grupos pode ter para os grupos domésticos mais vulneráveis.

No que diz respeito ao sistema propriamente dito, futuras pesquisas devem basear-se na premissa de que, na região do 'Complexo da Ordenha', os membros dos grupos domésticos perseguem um 'portfolio' de actividades e que este joga um papel importante na procura de meios de vida sustentáveis. Deve-se levar em conta que a distribuição espacial dos grupos domésticos e as relações internas entre os seus membros variam de acordo com o contexto. Além do mais, mulheres, homens e crianças têm diferentes graus de autonomia de acção e de controlo sobre os recursos. Assim, a forma como os rendimentos são controlados e usados necessita ser analisada de acordo com as normas relevantes para cada contexto. Por outro lado, como a composição das estratégias de meios de vida se vem revelando muito dinâmica na região, será igualmente importante que estas estratégias sejam analisadas numa perspectiva histórica.

Outro aspecto importante a constar na agenda de investigação deverá ser a avaliação da propriedade comunitária e valorização do seu significado para as políticas de desenvolvimento. A pesquisa dos regimes de propriedade deve prestar especial atenção à diferenciação socioeconómica dentro da sociedade rural e não se limitar apenas às comunidades no sentido global. Outro tema maior e urgente para investigação é a questão da terra, fonte de potenciais e graves conflitos. No âmbito ecológico, é importante desenvolver metodologias apropriadas para avaliar a degradação da terra assim como sistemas para monitorar a variabilidade a longo prazo e a imprevisibilidade da produção primária na região. Finalmente, numa era em que a globalização avança em todas as regiões, deve ser prestada particular atenção ao advento de novos pacotes tecnológicos, nomeadamente ao impacto (ganhos e perdas) que poderão ter sobre as comunidades.

Não esquecer que a investigação, neste caso do meio rural, deve ser direccionada para resolver problemas das populações locais, pelo que estas devem sempre fazer parte do processo, caso

⁴²² Segundo Ibrahim & Olaloku (2000) para que a investigação seja eficaz, isto é, para que possa efectivamente ir de encontro às necessidades de criadores de gado e camponeses, deve ter em consideração os seguintes aspectos: (i) ser direccionada para a resolução dos problemas de criadores de gado e camponeses em geral devendo, portanto, seguir preferencialmente uma abordagem 'de baixo para cima' (*bottom-up*); (ii) deve ser vista como um investimento para o desenvolvimento; (iii) deve ser redefinido o fluxo de informação entre investigadores, agentes de desenvolvimento e camponeses; (iv) os investigadores devem levar em consideração as razões que estão por detrás das decisões de camponeses e criadores de gado; (v) os investigadores devem considerar as pequenas explorações como sistemas complexos geridos por produtores; (vi) a investigação deve ser multidisciplinar.

contrário correr-se-á o risco de não serem encontradas soluções para os problemas estudados e de ser produzido conhecimento não relevante para o desenvolvimento da agricultura na região.

GLOSSÁRIO

Acesso: possibilidade de participação, utilização e de benefício. Direitos de utilização de recursos disponíveis, como terra, equipamento de produção, etc. Ter acesso não implica necessariamente **controlo** ou **propriedade** do recurso. Alguém ter **controlo** sobre algo significa que ele/ela decide sobre como esse recurso pode ser utilizado e por quem, não implicando necessariamente propriedade. Por seu lado, a **propriedade** pode determinar o controlo e acesso a um grau mais amplo. A **propriedade** pode ser comum (por exemplo, diferentes grupos domésticos ou membros da comunidade) ou individual (por exemplo, um grupo doméstico ou uma pessoa).

Activos: recursos e bens (activos tangíveis), direitos e acesso (activos intangíveis) à disposição de determinado indivíduo ou grupo doméstico, que os utiliza para concretizar os seus meios de vida.

Actor: entidade social ou instituição que joga um papel específico e activo relativamente à utilização dos recursos naturais; parte que é directamente envolvida ou afectada; qualquer indivíduo, grupo ou organização cujas acções influenciem, directa ou indirectamente, um projecto/programa. Termos relacionados: ‘agente’, *stakeholder*.

Agricultura de sequeiro: forma de agricultura que se baseia exclusivamente na utilização de água das chuvas para a prática agrícola.

Agricultura de subsistência: forma de agricultura em que são utilizados poucos inputs externos e a maior parte da produção é consumida pelo agregado familiar.

Alembamento: entrega de certas quantias de dinheiro, objectos, bebidas e animais, feitas pela família do noivo à da noiva, antes do casamento de forma a legitimá-lo. Mesmo que *alambamento*.

Arimo: parcela de terreno destinada à agricultura; lavra. No Sudoeste de Angola, os arimos abandonados podem constituir boas áreas de pastagem com povoamentos densos e uniformes de diversas gramíneas. Por vezes utilizado o termo *arimbo*.

Armazenamento intermediário (*buffering*, alisamento do consumo): processo pelo qual são feitas poupanças em períodos de ‘fartura’, quando a produção ou rendimentos excedem as necessidades de consumo, sendo estas poupanças posteriormente utilizadas quando a produção baixa e os rendimentos não são suficientes para satisfazer as necessidades de consumo.

Avunculado: autoridade que o irmão da mãe exerce sobre os sobrinhos.

Biscates: trabalhos de pouca monta e natureza diversa executados em troca de pequenas somas de dinheiro ou mesmo de alimento. No meio rural, a maioria desses trabalhos estão relacionados com a agricultura: limpeza de parcelas de terreno, lavoura, colheitas, etc. Também são muito comuns os pequenos trabalhos relacionados com a construção e reparação de casas e cercas. Também é utilizado, com o mesmo significado, o termo ‘biscato’.

Biscateiro: aquele que faz biscates ou vive deles.

Bois-soba: bois adultos castrados que podem atingir grande tamanho e que se destinam fundamentalmente a funções de representação nos óbitos e a consumos de carne ritualizados e solenes. São animais sacralizados e invendáveis. Os *Cuvale* denominam-nos de *du minthu*.

Cacimba: poço pouco profundo e suficientemente largo escavado manualmente e destinado ao abastecimento de água não apenas às populações mas também ao gado.

Cacimbo: termo generalizado em Angola para designar a estação seca que, em geral, decorre de Maio a Outubro.

Capacidades: o que indivíduos ou grupos domésticos são capazes de fazer e ser (Sen, 1981). Capacidades de meios de vida compreendem a capacidade de realizar os meios de vida, incluindo capacidade de fazer face a stresses e choques, de ter uma dinâmica de adaptação e de explorar e examinar oportunidades.

Capacidade de carga: número de cabeças de gado que uma determinada área pode suportar sem que ocorra uma redução na produção forrageira no decurso das estações seguintes; estimativa de carga animal máxima de determinada pastagem.

Capacidade de enfrentar problemas: meios pelos quais indivíduos e grupos domésticos utilizam recursos e capacidades disponíveis para fazerem face a consequências adversas que podem, eventualmente, conduzir a um desastre.

Capital financeiro: recursos financeiros que as pessoas usam para atingir os seus objectivos de meios de vida.

Capital físico: infraestrutura básica e bens de produção necessários para apoiar os meios de vida.

Capital humano: conhecimento, habilidades, capacidade de trabalho e a boa saúde que, juntos, permitem às pessoas procurar diferentes estratégias de meios de vida e alcançar os seus objectivos no que se refere aos meios de vida.

Capital natural: reserva de recursos naturais de onde se originam os recursos e benefícios úteis aos meios de vida.

Capital produtivo: conjunto de activos e actividades utilizados (e contribuindo directamente) para a produção. No caso do gado, incluem a produção de leite, carne, estrume, tracção animal, etc..

Capital social: recursos sociais dos quais pessoas e grupos domésticos dependem para alcançar os seus objectivos de meios de vida. Estes recursos sociais são desenvolvidos por meio de redes e contactos, pela associação a grupos formalizados, bem como pelas relações de confiança, reciprocidade e trocas. Tais relacionamentos oferecem apoio mútuo aos membros de uma comunidade.

Catena: sucessão de tipos de solo.

Chana (tchana) – extensas superfícies rasas, suavemente depressionadas, que ficam inundadas com a água das chuvas devido à sua insuficiente drenagem. Depois de secas, apresentam-se recobertas de vegetação herbácea um tanto rala.

Choques (crises): acontecimentos que sobrevêm de forma repentina, inesperada e imprevisível, com um impacto considerável – normalmente negativo – sobre os meios de vida. São irregulares e variam de intensidade. Constituem um elemento chave no contexto da vulnerabilidade.

Cikundo: bebida não fermentada de cor esbranquiçada e usada como refresco, feita de farinha de milho.

Comerciante do mato: comerciante possuidor de uma 'loja' em meio rural e que procede à compra de produtos alimentares e outros produzidos pelas comunidades locais e à venda de bens industriais, mormente utensílios agrícolas, produtos industriais diversos e produtos alimentares não produzidos localmente.

Comunidade: uma 'comunidade' refere-se ao *locus* onde todos os membros de um grupo de indivíduos possuem alguma forma de direito colectivo sobre um território, reconhecem alguma forma de governação colectiva e têm a oportunidade de influenciar decisões em matérias públicas que afectam os seus meios de vida. A definição anterior implica: (i) um território; (ii) que todos os residentes nesse território se conheçam uns aos outros, ou que sejam capazes de o fazer facilmente; (iii) que os membros da comunidade partilhem instituições de governação pública local. Em áreas onde prevalece um tipo de povoamento disperso, como acontece no sul de Angola, podem existir 'comunidades' mesmo na ausência de 'aldeias'. Em áreas densamente povoadas, onde aglomerados de mais de 10.000 habitantes são ainda referidos como 'aldeias', a 'comunidade' pode coincidir com um bairro da referida aldeia/vila. Em geral, procura-se reservar o termo 'comunidade' para aglomerados com não mais de 500 unidades de residência.

Consuetudinário, direito: normas não escritas que geram um direito baseado em tradições e costumes.

Coping: termo em língua inglesa que pode ser traduzido por estratégia de resposta, estratégia de enfrentamento, estratégia de confronto.

Cultura: conjunto de costumes, conhecimentos, objectos materiais e comportamentos aprendidos e transmitidos socialmente.

De facto: de facto, por oposição a *de jure*.

De jure: de direito, por oposição a *de facto*.

Densidade animal: número de UGT (Unidade de Gado Tropical) num momento específico e numa área específica (ha, km²). Uma UGT corresponde a um animal de 250 kg de peso vivo. Na **densidade animal bruta** não há diferenciação entre terra utilizada para pastoreio e para outros propósitos, mormente agrícolas, enquanto a **densidade animal líquida** é calculada tomando em consideração apenas a terra usada com propósitos pastoris. Em língua inglesa: *stocking rate*.

Desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que permite às pessoas uma melhor qualidade de vida sem sacrificar ou esgotar recursos ou causar impactos no meio ambiente que condicionem a vida de futuras gerações.

Deslocado interno: indivíduo ou grupo de indivíduos que foram obrigados a fugir ou a deixar as suas casas ou locais de residência habituais em resultado de, ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações aos direitos humanos ou de desastres naturais ou provocados pelo homem, e que não tenham atravessado nenhuma fronteira entre estados reconhecida internacionalmente.

Diagnóstico participativo: processo sistemático que serve para reconhecer uma determinada situação e o porquê da sua existência, no qual a construção do conhecimento é feita com a intervenção e opiniões dos indivíduos que têm a ver com a referida situação.

Divisão do trabalho: no seio de um grupo doméstico, as distintas actividades relacionadas com os meios de vida são divididas entre os membros. Este termo refere-se a quem faz o quê, quando,

como, por quanto tempo, etc., e pode ser desagregado por género, idade ou outras variáveis socioeconómicas.

Eanda: indicativo do conjunto de denominações de origem animal ou vegetal designativas da pertença de um indivíduo a um determinado grupo de pessoas aparentadas por via de um animal ou planta utilizados como símbolos identitários (plural: *omaanda*).

Ecango: na região do Cuanhama, superfícies planas e fechadas, onde o lençol de água resultante da acumulação das chuvas é eliminado lentamente por evaporação, servindo assim, durante ainda algum tempo depois de terminadas as chuvas, como local de abeberamento dos animais. Em cuanhama, *ecango* significa pequena lagoa.

Ediva: depressão de menor tamanho que o *ecango*, onde a água se pode manter por períodos de tempo mais longos, raramente mesmo todo o ano.

Efeko: designação atribuída pelos *Umbundo* ao ritual de iniciação feminina.

Efiko: denominação designativa do ritual de iniciação feminina entre os *Humbe*.

Efuko: termo que entre os *Handa* (*Nhaneca*) designa o ritual de iniciação feminina.

Efundula: denominação dada pelos *Ambó* (*Ovambo*) ao ritual de iniciação feminina.

Ehiko: termo pelo qual os *Muila* (*Nhaneca*) designam o ritual de iniciação feminina

Ehupa: local, no *eumbo*, onde se bate o leite para fabrico de manteiga.

Ekwendje: designação dada ao ritual de iniciação masculina, no qual, os neófitos, além de serem circuncidados, recebem ensinamentos sobre a vida e a cultura do grupo. A circuncisão não constitui norma entre os *Ambó*.

Empoderamento: processo mediante o qual as pessoas assumem um maior controlo sobre as decisões, activos e políticas, instituições e processos que afectam os seus meios de vida.

Endogamia: obrigatoriedade formal de casar dentro de determinado grupo.

Entitulentos: recursos aos quais grupos domésticos e indivíduos têm direitos de acesso. Aportuguesamento do termo inglês '*entitlements*', introduzido por Amartya Sen.

Epata: área do *eumbo* reservada à mulher. Também denominada de *elimba*. Adquire nomes específicos consoante se trate da primeira mulher, segunda mulher, etc.

Estratégias adaptativas: ajustamentos, a médio ou longo prazo, nas estratégias de meios de vida, em resposta a choques e mudanças nos sistemas de meios de vida, tais como uma redução da base de activos.

Estratégias de meios de vida: define a diversidade e a combinação de actividades e escolhas que indivíduos e famílias fazem e adoptam, com base nos capitais disponíveis, para alcançar os seus objectivos no que se refere aos meios de vida.

Estratégias de resposta (de enfrentamento, de confronto): respostas, a curto prazo, face a mudanças nos sistemas de meios de vida. Estas respostas podem ser ou não sustentáveis. Em língua inglesa: *coping*.

Etala: são depressões pouco profundas, usualmente de forma circular ou elíptica, que se distribuem em determinados pontos da *chana* ou da *muenha* constituindo, depois das primeiras chuvas, pequenas lagoas, que antes de secarem no decurso do cacimbo servem de abeberamento ao gado enquanto utiliza a pastagem existente na sua vizinhança.

Etunda (tunda) – aplanção ligeiramente elevada, seca e arenosa, ocupando a posição superior da catena. Muito carente em água, é utilizada fundamentalmente para o pastoreio do gado.

Eumbo (ehumbu): no Sudoeste de Angola, unidade residencial composta por várias estruturas independentes e cada uma com função particular. Basicamente, é o espaço circunscrito à terra vinculada à família. Cada *eumbo* abrange o agregado de uma família alargada (família extensa) podendo comportar diversos núcleos da mesma. Corresponde a uma unidade social e económica. Plural: *omaumbo* ou *omahumbo*.

Evanda – denominação atribuída às superfícies aluviais dos rios Cunene, Calonga e Caculuar que ficam submersas durante o período das grandes cheias, revestindo-se depois de uma cobertura herbácea.

Exogamia: obrigatoriedade formal de casar fora de determinado grupo.

Extracção bruta: a nível de rebanho, corresponde à extracção voluntária, com propósitos comerciais (venda, permuta) ou não-comerciais, de animais no decurso de um determinado período de tempo. Os propósitos não-comerciais incluem os abates para autoconsumo e os animais transferidos para outro rebanho de forma permanente, por distintas razões (*alembamento*, pagamento de multas, ofertas, etc.). Não se incluem os animais transferidos no âmbito da prática do *okupakessa*.

Forragem: todas as espécies vegetais de que o gado se alimenta, sejam herbáceas, arbustivas ou arbóreas, anuais ou permanentes, espontâneas ou cultivadas, verdes ou secas.

Fuba: produto da farinação do grão de milho descascado, partido, parcialmente desgerminado, e macerado em água. O preparado mais vulgarmente obtido a partir da fuba é o pirão. Em língua umbundo: *osema yopohanda*.

Funanço: comércio ambulante levado a cabo por pequenos comerciantes em meio rural que se deslocam directamente aos locais onde as populações residem, comércio esse muitas vezes feito ilegalmente, sem alvará.

Funar: fazer comércio ambulante nas áreas rurais, junto às populações locais.

Garrote: bovino macho castrado, em crescimento.

Gestão oportunista dos recursos naturais (*tracking strategy*): estratégia que combina a densidade animal com o suprimento em forragem existente, socorrendo-se principalmente da mobilidade das manadas.

Grupo doméstico: todos os indivíduos, familiares e não familiares que habitam o mesmo espaço residencial e partilham rendimentos, despesas e tarefas de subsistência. Conjunto de indivíduos que partilham a mesma ‘panela’ de comida. Corresponde ao termo inglês *household*.

Grupo de usuários: grupo de pessoas que compartilham recursos comuns como, por exemplo, recursos hídricos ou pascigosos.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): índice que mede o grau, em média, de três dimensões básicas de desenvolvimento humano – vida longa e saudável; nível de conhecimentos; um padrão de vida digno. O valor médio das metas destas três dimensões é colocado numa escala de 0 a 1, onde o maior é melhor, sendo estes indicadores agregados segundo médias geométricas.

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD): medida do nível médio de desenvolvimento humano numa sociedade tomando em consideração a desigualdade. Em casos de perfeita igualdade, o IDH e o IDHAD são idênticos; quanto maior for a diferença entre ambos, maior será a desigualdade.

Índice de Pobreza Humana em países em vias de desenvolvimento (IPH-1): indicador que mede as privações referentes às três dimensões básicas compreendidas no Índice de Desenvolvimento Humano, a que parte da população está sujeita – vida longa e saudável; conhecimentos; um padrão de vida decente.

Indutivo: método que parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de colheita de dados particulares.

Informantes-chave: no seio de uma comunidade, indivíduos que são consultados para se obterem informações sobre assuntos específicos. São escolhidos com base na sua experiência e conhecimentos particulares.

Irmândades de idade: formas de relação, de carácter social, tendo por base o sexo e a idade, existentes para além das relações familiares. Altuna (2006) também as intitula de ‘associações de idade’, ‘fraternidades’ ou ‘classes de iniciados’. Existem várias irmandades em cada comunidade, sempre hierarquizadas, pertencendo o indivíduo àquela que engloba os da sua geração. Estas formas de relação social facilitam a compreensão mútua e o cumprimento da finalidade social.

Kanyume: entre os *Herero*, destilados de fabrico doméstico.

Lavra: na agricultura familiar ou tradicional, designação vulgar da parcela agrícola do camponês onde, em geral, se cultivam os produtos básicos de subsistência e frequentemente em regime de itinerância. Também apelidada de arimo.

Linha de pobreza: linha abaixo da qual as pessoas são consideradas pobres. Reflecte as necessidades em gastos alimentares e não alimentares.

Linha de pobreza alimentar: medida que relaciona a pobreza à cesta básica alimentar requerida por uma pessoa adulta de forma a ingerir diariamente 2100 calorias.

Luenene: na província do Cunene, zona intermédia situada entre a *chana* (área alagável) e a *etunda* (posição alta) do *mufito*.

Mafuma (efuma, omafuma): rã de grande tamanho (*Pyxicephalus aspersus*, classe Amphibia, ordem Anura), comum nas chanas, no início das chuvas, em particular na zona do Cuanhama e muito apreciada entre os *Ambós*. São cozinhadas frescas, depois de extraídos os órgãos internos, ou secas, para consumo posterior. A sua gordura interna é previamente retirada e preparada à parte.

Mahendjele: leite fresco, leite resultante de uma ordenha acabada de terminar.

Mahini: leite azedo; leite chocalhado. *Mavele*, entre os *Herero*.

Mahungu: larva do lepidóptero *Gonimbrasia belina* (família Saturniidae) que se alimenta nas folhas de *mutiati* - *Colophospermum mopane*. São muito apreciadas, constituindo um importante ingrediente da dieta alimentar das populações, já que possuem alto teor proteico. Depois de colhidas, ou são cozinhadas frescas, torradas com sal e gindungo, ou são secas para serem consumidas mais tarde, podendo serem armazenadas durante vários meses.

Manada: agregado de animais (ruminantes) criados em conjunto (unidade de pastoreio ou de condução). Um rebanho pode-se subdividir em várias manadas.

Maquelo (makelo): afloramento natural rico em sais que os animais lambem com avidez. Também denominados de *biquelos* ou *tchiquelos*.

Massambala: *Sorghum vulgare*, sorgo.

Matrilinear: relativo à sucessão feita por linha materna.

Meios de vida: combinação dos recursos utilizados e das actividades empreendidas com o objectivo de sobrevivência e geração de renda, alimentos, relações sociais e outras necessidades relacionadas com a manutenção de um padrão de vida. Corresponde ao termo inglês *livelihoods*.

Meios de vida, capital dos: activos com os quais se desenvolvem os meios de vida. Podem ser divididos em cinco categorias principais (tipos de capital): capital humano, natural, financeiro, social e físico.

Meios de vida, estratégias de: diversidade e combinação de actividades e escolhas que indivíduos e grupos domésticos fazem e adoptam para alcançar os seus objectivos no que se refere aos meios de vida.

Meios de vida, metas/objectivos dos: propósitos perseguidos pelos indivíduos mediante as suas estratégias de meios de vida.

Meios de vida, resultados dos: realizações ou produtos das estratégias de meios de vida.

Meios de vida sustentáveis: compreendem as capacidades, os recursos e as actividades necessárias para assegurar o bem-estar dos cidadãos. Um meio de vida é sustentável quando ele pode lidar com - e recuperar-se de - stresses e choques, e manter e aumentar a sua plataforma de meios de vida, tanto agora como no futuro, sem prejudicar a base de recursos.

Meios de vida sustentáveis, abordagem de: conjunto de ferramentas usadas com o objectivo de desenvolver uma compreensão das múltiplas dimensões das comunidades rurais e da pobreza. Envolvem, como princípio, o facto das intervenções de desenvolvimento deverem ser centradas nas pessoas, serem responsivas e participativas, sustentáveis, dinâmicas e envolvendo parcerias. Contribuem, nomeadamente, para apoiar iniciativas relacionadas com a redução da pobreza, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Meios de vida sustentáveis, matriz de: quadro conceptual para análise dos meios de vida levados a cabo por indivíduos e grupos domésticos em função da forma como acedem e utilizam os activos

com o objectivo de gerarem resultados de meios de vida num contexto de vulnerabilidade a diferentes elementos relacionados com o ambiente económico, social e natural em que vivem.

Método participativo (metodologia participativa): conjunto de métodos e técnicas caracterizado por abordagens e procedimentos que envolvem, activamente, os actores sociais implicados num determinado contexto, processo ou evento. Nesta metodologia valoriza-se muito o confronto de perspectivas.

Mitigação: medidas estruturais e não-estruturais levadas a cabo para limitar o impacto adverso de eventos naturais, degradação do meio ambiente e de eventos tecnológicos. Envolve o reforço das capacidades existentes (indivíduos, grupos domésticos) em resistir ao potencial impacto de um evento; implica reconhecer as vulnerabilidades e melhorar a resiliência local.

Mucunda (mukunda): na região *Ovambo*, refere-se ao território sob jurisdição de uma autoridade tradicional, englobando um conjunto de *eumbos*.

Mufito – superfícies salientes (interflúvios) que separam *chanas*, *edivas* e *ecangos* marcando poucos metros de desnível, o que lhes permite ficarem livres das inundações.

Mulola: termo pelo qual se designa, de uma forma geral, no sul de Angola, as superfícies que correspondem às linhas de água secas ou de carácter esporádico, de leito mais ou menos definido e vales alargados.

Mumuila: homem ou mulher pertencente ao grupo étnico *Muila (Nhaneca Humbe)*.

Munkhumbi: ou mulher pertencente ao grupo étnico *Humbe (Nkhumbi) (Nhaneca Humbe)*.

Mutemba: tronco de árvore escavado que serve de bebedouro para o gado, sendo colocado junto a cacimbas, donde a água é retirada com baldes, ou junto a bombas manuais.

Mutiati (omutiati): nome pelo qual é conhecido o *Colophospermum mopane*, espécie vegetal abundante em determinadas áreas do sul de Angola.

Mwene wa mukunda: chefe de *mucunda*.

Mwene weumbo (mwene we eumbo): dono, chefe do *eumbo*.

Naúla: paliçadas de pau-a-pique que separam os distintos compartimentos do *eumbo*.

Nema: fêmea da espécie bovina em crescimento, antes da primeira gestação; novilha.

Non-farm (actividades não da agricultura): actividades de meios de vida não incluídas na agricultura.

Ochyunda (osambo): curral de gado bovino (*Umbundu*).

Ociwnda: curral de gado bovino (*Nhaneca Humbe*).

Ohambo: manadas constituídas especificamente para a transumância, agrupando gado de vários currais ou de vários *eumbos*. Também significa uma cabeça de gado transumante.

Okupakessa: forma de organização dos rebanhos que segue as regras tradicionais que levam, por um lado, a reunir em cada curral gado de diferentes proprietários e, por outro, a distribuir o gado de

cada proprietário por currais de distintos *eumbos* e em diferentes áreas. Esta forma de estruturação do rebanho vincula os bovinos que o integram ao chefe do *eumbo* onde se encontra o curral e não aos proprietários *de jure* dos animais, podendo mesmo acontecer que aquele não possua qualquer cabeça.

Omakao: bebida tradicional, fermentada, do género da cerveja, feita geralmente à base de massambala. Toma uma coloração avermelhada e é usada, em geral, pelos adultos. Também conhecida por *ohela* entre os *Handa*.

Omiteumbo (outhanla, nekolomoko): cerca interior do *eumbo* que circunscreve a área habitada.

Ondjuluka (ondjambi): trabalho conjunto ou em cooperação, de solidariedade e não envolvendo remuneração.

Onganda: entre os *Herero* expressa o conceito universal de ‘casa’. Do ponto de vista físico, refere-se ao terreno doméstico habitado por uma ou mais famílias, consistindo num grande círculo limitado por ramos de espinheiras ou outras plantas arbustivas. Do ponto de vista social, abarca o grupo de indivíduos que aí habita, com todos os seus pertences, móveis e imóveis, vivos e inanimados, materiais e simbólicos, filhos, criados, gado e utensílios.

Ongombe: cabeça de gado bovino.

Ongubo (ongubu): cercadura externa do *eumbo* composta fundamentalmente por ramos de espinheira. De uma forma geral, também designa as terras por ele limitadas e destinadas a culturas agrícolas e pastagens.

Ongundi: manteiga.

Organizações Comunitárias de Base (OCB): termo genérico aplicado a todas as organizações controladas por uma comunidade.

Ossongo (nassa, omi-diva): cesto cónico usado na pesca. Possui uma pequena abertura – *ossivelo* – por onde se pode introduzir a mão para apanhar o peixe.

Osunda (oshunda): curral de gado bovino (*Ambó*).

Pastagem natural (nativa): pastagem constituída por espécies vegetais indígenas, mantidas sem sementeira artificial. Também denominada de *range* nos países anglófonos. O termo anglófono *rangelands* pode ser traduzido por ‘terras de pastagem natural’.

Patrilinear: relativo à sucessão por linha paterna.

Patrilocal: referente à instituição segundo a qual, pelo casamento, é a mulher obrigada a seguir o marido, passando a morar no local onde ele habita.

Pequeno cacimbo: período seco de duas ou três semanas que incidindo em plena estação chuvosa (mais frequentemente em Janeiro) a separa em duas subestações, a das pequenas e a das grandes chuvas, esta em geral correspondendo ao trimestre Fevereiro - Abril.

Pirão: espécie de papa sem sal, preparada com água a ferver à qual se vai adicionando farinha (fuba) de milho ou de massango mexendo-se sempre com uma colher de pau ou mesmo com um simples

pau limpo até ser obtida uma massa mais ou menos consistente e homogénea. No meio rural conhecido por *ohita*. Entre os Ambó é denominado de *osifima*. Em língua umbundo: *iputa*.

Poligamia: forma de união em que cada indivíduo pode ter diversos maridos ou mulheres simultaneamente.

Poliginia: forma de poligamia em que um homem (homem polígino) pode ter mais do que uma esposa por vez.

Prolificidade: número médio de progenituras (crias) por parto.

Quadro de meios de vida sustentáveis: esquema conceptual para análise dos meios de vida, particularmente sobre a forma como são acedidos e utilizados os activos para atingir as metas de meios de vida pretendidas num contexto de vulnerabilidade a diferentes elementos integrantes do ambiente económico, social e natural em que indivíduos e agregados familiares se movimentam.

Quimbo (kimbo): designação vulgar do aglomerado humano (aldeia ou conjunto de residências distintas) em meio rural com predominância do grupo etnolinguístico *Umbundo*, sobretudo no Planalto Central.

Raiding: termo inglês traduzido normalmente por ‘razia’ e que significa basicamente a usurpação de gado alheio, mas dentro das regras socioculturais aceites pelas comunidades pastoralistas.

Ranching: termo inglês sem tradução directa para a língua portuguesa. Pode ser entendido como um sistema de produção de carne em ‘rancho’. Define uma exploração exclusivamente pecuária, do tipo empresarial, que segue um sistema extensivo melhorado na criação de ruminantes.

Rancho: unidade de produção de gado em sistema de *ranching*.

Range: pastagem natural *lato sensu*.

Rangelands: termo inglês que poderá ser traduzido por ‘terras de pastagem natural’ *lato sensu*. Estas terras são exploradas em regime extensivo.

Razia: usurpação de gado alheio, mas dentro das normas socioculturais aceites pelas comunidades pastoralistas. O mesmo que *raiding*, em inglês.

Reciprocidade: forma através da qual a interdependência entre indivíduos e grupos é estabelecida e mantida de maneira a estimular a negociação informal em vez do conflito, existindo mecanismos assim como incentivos para não violar as regras. São desencorajados, por exemplo, actos de vingança.

Recursos: capacidades e meios de sustento a que indivíduos e grupos domésticos recorrem, como, por exemplo, recursos económicos, recursos sociais, recursos naturais. Grupos domésticos e distintos membros requerem diferentes recursos para os seus sub-sistemas e actividades de produção. Constituem **recursos tangíveis** a terra, água, capital e equipamento de produção. São **recursos intangíveis** as habilidades, conhecimento, auto-estima, trabalho, tempo, pertença a associações, etc.

Recursos naturais: recursos (actuais e potenciais) que são inerentes ao meio ambiente natural.

Resiliência: capacidade de indivíduos e grupos domésticos resistirem ao impacto de tendências e choques, absorvendo-os enquanto mantêm a sua funcionalidade. A resiliência varia grandemente de grupo doméstico para grupo doméstico, inclusive na mesma comunidade.

Respondente: alguém que ‘responde’, tomando parte numa entrevista, questionário ou qualquer outra actividade de investigação.

Rito de passagem: ritual que faz a transição simbólica de uma posição social para outra.

Sambo: recinto construído para acolher no seu interior rebanhos e pessoas no decurso das transumâncias realizadas.

Sector informal: conjunto de actividades económicas viradas para o mercado, sem controlo do Estado, levadas a cabo por populações urbanas, suburbanas e rurais. Estas actividades visam basicamente a sobrevivência dos grupos domésticos. O sector informal, tal como definido pelo Grupo de Especialistas das Nações Unidas para Estatísticas do Sector Informal (o Grupo Delhi), inclui pequenas empresas privadas que produzam pelo menos uma parte dos seus produtos de venda ou câmbio, que tenham menos de cinco empregados contratados, que não estejam registadas e que estejam envolvidas em actividades não agrícolas (incluindo actividades técnicas ou profissionais) (PNUD, 2007).

Sistema consuetudinário de utência de terra: série de regras estabelecidas de acordo com costumes socioculturais e que definem os direitos de acesso por parte de indivíduos de um grupo social específico a determinados recursos naturais.

Sistema de produção pecuária: subconjunto de sistemas de produção nos quais o gado contribui em mais de 10 % do output total da exploração ou onde as contribuições intermédias, como a tracção animal e o estrume representem mais de 10% do valor dos inputs adquiridos.

Sobrepastoreio: remoção dos tecidos de uma planta viva até um ponto em que o tecido removido excede a capacidade da planta em o substituir no decurso de uma estação de crescimento.

Stakeholder: qualquer indivíduo, grupo doméstico, grupo ou comunidade que seja, directa ou indirectamente, afectado por determinado projecto ou pelos resultados de uma dada intervenção ou política. Por vezes é também apelidado de ‘interessado’ ou ‘detentor de interesses’. Termo relacionado: ‘actor’.

Status: termo usado em sociologia para explicitar uma gama completa de posições definidas socialmente num grande grupo da sociedade.

Stresse (situação de stresse): pressões que são caracterizadas por serem cumulativas, previsíveis e contínuas ou cíclicas, tais como escassez sazonais, aumento de populações, redução na força de trabalho, declínio da fertilidade do solo, poluição, etc. Contrastam com choques.

Taxa de extracção bruta: calculada relativamente a um determinado período, regra geral um ano, é a percentagem obtida dividindo a extracção bruta ocorrida em determinado rebanho pelo número de animais existentes no início do período a que diz respeito.

Tchilongo (tyilongo): território, regra geral com fronteiras muito fluidas, vinculado a um conjunto de *eumbos* ou a uma *mucunda*, sob a jurisdição de uma determinada autoridade tradicional cuja autoridade e prestígio advêm da linhagem e de alianças linhageiras. O direito de utilização

comunitária da pastagem natural na área do *tchilongo* segue as normas tradicionalmente estabelecidas. *Chilongo* é o termo aportuguesado correspondente.

Tendências: no diagrama dos meios de vida, as tendências são um elemento chave no contexto da vulnerabilidade, já que podem exercer um impacto positivo ou negativo sobre os meios de vida e provocam mudanças que ocorrem ao longo de períodos longos. São exemplo as tendências demográficas (maior pressão demográfica, etc.), tendências nos recursos naturais (erosão do solo, desflorestação, etc.), tendências tecnológicas (aplicação de técnicas de produção mais eficazes, etc.), tendências económicas (descida ou aumento de preços, novos mercados, etc.), etc.

Trabalho comunitário: relacionado com a organização colectiva de eventos sociais e de serviço. Trata-se de um tipo de trabalho não considerado nas análises económicas, embora muitas vezes lhe seja dedicado considerável tempo.

Trabalho produtivo: produção de bens e serviços para consumo e venda. Refere-se essencialmente ao trabalho que proporciona rendimentos.

Trabalho reprodutivo: refere-se ao cuidado e manutenção do grupo doméstico e seus membros, assim como à gestação e cuidado de filhos e filhas, preparação de alimentos, recolha de água e lenha, aprovisionamento da unidade familiar, higiene e saúde familiar e outros afazeres domésticos. Este tipo de trabalho não é considerado como tal pela sociedade e não tem valor de troca comercial.

Transumância: migração sazonal e cíclica do gado levada a cabo pelos pastoralistas entre áreas ecológicas complementares e conduzida por alguns membros do grupo doméstico, permanecendo, contudo, a maioria dos membros na unidade residencial. O termo refere-se também aos movimentos sazonais regulares do gado entre áreas de pastagem bem definidas (estação seca/estação das chuvas ou terras baixas/altas). As várias formas de transumância integram diversos elementos comuns: (i) baseiam-se na propriedade comunitária dos recursos naturais (pastagens, florestas e água); (ii) ocorrem normalmente em regiões áridas ou semi-áridas, e (iii) a mobilidade das manadas não se baseia na utilização de áreas parqueadas, sendo gerida por pastores que fazem uso de terras comunitárias.

Triangulação: utilização de diferentes técnicas de investigação na convicção de que diferentes abordagens conferem mais possibilidades da validade ser atingida. Na obtenção de informação, envolve o recurso a distintas fontes de informação.

Ukoi: quantia (basicamente em cabeças de gado bovino) que deve ser entregue como coima ao marido de uma mulher adúltera pelo co-autor (masculino) de um acto de adultério.

Unidade de Gado Tropical (UGT): uma UGT corresponde a um animal de 250 kg de peso vivo. Têm sido usadas diferentes fórmulas para estimar as Unidades de Gado Tropical de acordo com a espécie animal. Sandford & Habtu (2000) por exemplo, utilizam as seguintes equivalências: 1 camelo = 1 UGT; 1 bovino = 0,7 UGT; 1 caprino/ovino = 0,1 UGT. Outros autores podem usar equivalências ligeiramente divergentes. Por sua vez, a FAO (2004) propõe as seguintes equivalências: 1 camelo = 1,4 UGT; 1 bovino = 1 UGT; 1 cavalo: 0,8 UGT; 1 burro: 0,5 UGT; 1 mula: 0,7 UGT; 1 caprino/ovino = 0,1 UGT.

Vulnerabilidade: (in)capacidade de indivíduos e grupos domésticos fazerem face e recuperarem-se de impactos prejudiciais de factores que causam perturbações às suas vidas mas que estão fora do seu controlo imediato.

Xerófita: planta anatômica e fisiologicamente preparada para viver com pequeno consumo de água, suportando ambientes ecologicamente secos durante parte ou todo o ano, com um aparelho subterrâneo muito desenvolvido em relação à parte aérea.

Zonas agro-económicas (também conhecidas como **zonas de economia agro-alimentar, zonas de meios de vida, zonas de sustento**): áreas geográficas onde a maioria dos grupos domésticos partilha de uma forma geral os mesmos padrões de meios de vida pelo que obtêm os seus alimentos e rendimentos (dinheiro) através de uma combinação semelhante de recursos. Numa mesma zona de sustento os grupos domésticos têm as mesmas oportunidades de gerar renda pois estão influenciados pelo mesmo ambiente, pelos mesmos hábitos culturais, e têm em princípio acesso às mesmas infraestruturas sociais e económicas.

Zorra: tronco de árvore bifurcado que, arrastado por bois, serve para o transporte de cargas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adamo, A.K. 2001. *Participatory Agricultural Research Processes in Eastern and Central Ethiopia: Using Farmers' Social Networks as Entry Points for PR Activities*. Network on Bean Research in Africa, Occasional Publications Series, No. 33, CIAT, Kampala, Uganda.
- Al-Massar. 2003. *Pastoralist baseline survey*. Great Darfur. Draft Report.
- Altieri, M. 2008. *Small farms as a planetary ecological asset: five key reasons why we should support the revitalisation of small farms in the global south*. Third World Network, Penang, Malaysia.
- Altuna, R.R.A. 2006. *Cultura tradicional Bantu*. Paulinas, Luanda. 638p.
- Alwang, J., Siegel, P. & Jorgensen, S. 2001. *Vulnerability: A view from different disciplines*. Social Protection Discussion Paper Series 115. Social Protection Unit, the World Bank, Washington, DC, USA.
- Amanor, K. 1999. *Global restructuring and land rights in Ghana*. Research Report No. 108. Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, Sweden.
- Anderson, J.; Gauthier, M.; Thomas, G. & Wondolleck, J. 1996. *Setting the stage*. Global e-Conference on addressing natural resource conflict through community forestry, Jan-Apr 1996. Forests, Trees and People Programme. FAO. Rome, *apud*: Rass, N. 2006. *Policies and strategies to address the vulnerability of pastoralists in sub-Saharan Africa*. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), Rome.
- Aouad, M.S. (Coord.).1991. *Riscos de seca e graus de severidade do semi-árido no estado da Bahia*. Centro de Estatística e Informações - CEI, Salvador-BA.
- Arnold, G.W. & Dudzinski, M.L. 1978. *Ethology of free-ranging domestic animals*. Elsevier, Amsterdam, *apud*: Bayer, W. & Waters-Bayer, A. 1998. *Forage husbandry*. Macmillan Education Ltd, London.
- Arntzen, J. 1998. *Economic valuation of communal rangelands Botswana. A case study*. CREED Working Paper No 17. IIED (International Institute for Environment and Development) & CREED (Collaborative Research in the Economics of Environment and Development), London.
- Arrimar, J. 2010. *Ovatyilongo. Poesia da Terra*. Edições Chá de Caxinde, Luanda.
- Banco Mundial. 2000. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2000/2001: Lucha contra la Pobreza*. Oxford University Press, New York.
- Baumann, P. & Sinha, S. 2001. *Linking Development with Democratic Processes in India: Political Capital and Sustainable Livelihoods Analysis*. Natural Resource Perspectives 68. ODI (Overseas Development Institute), London.
- Baxter, P.T.W. 1993. *The 'New' East African Pastoralist: an Overview*. In: Conflict and the Decline of Pastoralism in the Horn of Africa. Markakis, J. (ed.). Macmillan, Basingstoke.
- Bayer, W. & Waters-Bayer, A. 1998. *Forage husbandry*. Macmillan Education Ltd, London.

Bebbington, A. 1999. *Capitals and Capabilities: A Framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Bélières, J-F., Bosc, P-M., Faure, G., Fournier, S. & Losch, B. 2002. *What future for West Africa's family farms in a world market economy?* IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Behnke, R.H. & Scoones, I. 1993. *Rethinking range ecology: Implications for rangeland management in Africa*. In: *Range Ecology at Disequilibrium, new models of natural variability and pastoral adaptation in African savannas* (Eds. Behnke, R.H., Scoones, I. & Kerven, C.). pp. 1-30. ODI (Overseas Development Institute), London.

Behnke, R.H., Scoones, I. & C. Kerven, ed. 1993. *Range Ecology at Disequilibrium: New Models of Natural Variability and Pastoral Adaptation in African Savannas*. The Commonwealth Secretariat, Overseas Development Institute and the International Institute for Environment and Development. London.

Blench, R. 2001. *Pastoralism in the new millennium*. ODI (Overseas Development Institute), London.

Bond, D. & Meier, P. 2006. *Resource scarcity and pastoral armed conflict in the Horn of Africa*. Paper presented at the Annual Meeting of the International Studies Association, Town & Country Resort and Convention Center, San Diego, California, USA.
http://www.allacademic.com/meta/p98844_index.html

Booth, D., Holland, J., Hentschel, J., Lanjouw, P. & Herbert, A. 1998. *Participation and Combined Methods in African Poverty Assessment: Renewing the Agenda*. Africa Division, DFID (Department for International Development), UK.

Bradbury, M., Fisher, S. & Lane, C. 1995. *Working with pastoralist NGOs and land conflict in Tanzania*. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Breman, H. & de Wit, C.T. 1983. *Rangeland Productivity in the Sahel*. Science 221 (4618).

Breman, J. 1996. *Footloose Labour: Working in India's Informal Economy*. Cambridge University Press, Cambridge, *apud*: Start, D. & Johnson, C. 2004. *Livelihood Options? The Political Economy of Access, Opportunity and Diversification*. Working Paper 233. ODI (Overseas Development Institute), London.

Brock, K. & Coulibaly, N. 1999. *Sustainable rural livelihoods in Mali*. Research Report No. 35. IDS (Institute of Development Studies), Brighton.

Bryceson, D. 2000. *Rural Africa at the crossroads: livelihood practices and policies*. ODI. Natural Resource Perspectives, 52.

Carney, D. 1998. Implementing the sustainable rural livelihoods approach. In: D. Carney, ed. *Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make?* Pp. 3-23. Ministério para o Desenvolvimento Internacional (DFID), London.

Carter, M. & Barrett, C. 2006. *The economics of poverty traps and persistent poverty: as asset based approach*. Journal of Development Studies 42(2):178-199.

Carvalho, R.D. de, 1997. *Aviso à Navegação. Olhar Sucinto e Preliminar Sobre os Pastores Kuvale da Província do Namibe Com um Relance Sobre as Outras Sociedades Agropastoris do Sudoeste de Angola*. INALD (Instituto Nacional do Livro e do Disco), Luanda.

Carvalho, R.D. de, 1999. *Vou lá visitar pastores – exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*. Edições Cotovia, Lisboa.

Carvalho, R.D. de, 2001. *Os Kuvale nas guerras, nas crises e na história de Angola*. Comunicação apresentada ao colóquio “Attori della violenza, attori della riconciliazione” 15-16 de Junho de 2001. Cortona, Itália.

Carvalho, R.D. de, 2003. *Como se o mundo não tivesse leste*. Edições Cotovia (2008), Lisboa.

Carvalho, R.D. de, 2005. *Lavra*. Edições Cotovia, Lisboa.

Catley, A. & Mariner, J. 2002. *Where there is no data: Participatory approaches to veterinary epidemiology in pastoral areas of the Horn of Africa*. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

CEIC. 2010. *Relatório Económico de Angola 2009*. CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica), Universidade Católica de Angola, Luanda.

CEIC. 2011. *Relatório Económico de Angola 2010*. CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica), Universidade Católica de Angola, Luanda.

Chambers, R. & Conway, G. 1991. *Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century*. Discussion Paper 296. IDS (Institute of Development Studies), Brighton.

Chambers, R. 1994. *The origins and practice of participatory rural appraisal*. World Development, 22: 953-969.

Chayanov, A.V. 1974. *La organización de la unidad económica campesina*. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, *apud*: Neto, J.F.C. 2008. *Angola: Agriculturas e alimentação*. IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), Lisboa.

Chiaia, H. L. J.; Sanchez, M. P. M.; Moras Cordeiro, J. M. & Fufuta, V. E. 2010. *Caracterização dos caprinos autóctones do Caraculo*. II Congresso Angolano de Medicina Veterinária, XII Congresso Internacional de Medicina Veterinária em Língua Portuguesa. Huambo, Angola, 19 a 21 de Outubro de 2010.

CIRAD-GRET. 2002. *Mémento de l'agronome*. CIRAD (Centre de coopération international en recherche agronomique pour le développement), GRET (Groupe de recherche et d'échanges technologiques), Paris.

Coleman, E. 2010. *How cows (grass-fed only) could save the planet*. Time, January 25, 2010.

Conroy, C. 2005. *Participatory livestock research: a guide*. ITDG Publishing, Warwickshire.

Coppock, D.L. 1993. *The Borana Plateau of southern Ethiopia: Synthesis of pastoral research, development and change, 1980–91*. Executive Summary. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa, Ethiopia.

Coppock, D.L.; Holden, S. J. & Assefa, M. 1992. Review of dairy marketing and processing in a semi-arid pastoral system in Ethiopia. In: Proceedings of a symposium held at ILCA, Addis Ababa, Ethiopia, 26-30 November 1990. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Corbett, J. 1988. *Famine and household coping strategies*. World Development 16: 1099-1112.

Correia, J.O. 1993. *Elementos para o estudo da hidráulica pastoral no Sul de Angola*. 1º Encontro Nacional sobre Hidráulica Agrícola. Lubango, 14-18 de Julho de 1993.

Correia, J.O. & Santos, J.M.G. 1998. *Avaliação dos recursos pecuários das províncias da Huíla, Cunene e Namibe*. Agropromotora Internacional S.A. Lubango.

Costa, A.M. 1933. *L'Elevage et les Services Vétérinaires dans les Domaines Portugais d'Outre-Mer*. Publication du Commissariat Général du Portugal à l'Exposition Coloniale de Paris, 1931. Bertrand (Irmãos), Lda., Lisboa, 1933.

Cossins, N J & Upton, M. 1987. *The Borana pastoral system of southern Ethiopia*. Agricultural Systems 25:199-218.

Cotula, L. & Toulmin, C. 2004. *Till to tiller: International migration, remittances and land rights in West Africa*. Issue Paper no. 132, IIED (International Institute for Environment and Development), London. 92p.

Coulomb, J., Serres, H. & Tacher, G. 1980. *L'élevage en pays sahéliens*. Presses Universitaires de France. 192p.

Cruz de Carvalho, E. 1963. *Esboço da zonagem agrícola de Angola*. Fomento 1 (3): 67-72.

Cruz de Carvalho, E. & Vieira da Silva, J. 1973. *The Cunene region: Ecological analysis of an African agropastoral system*. In: Social Change in Angola. Ed. Franz Wilhelm Heimer, Munich Weltforum Verlag.

Cruz de Carvalho, E. 1974. *Traditional and modern patterns of cattle raising in Southwest Angola: a critical evaluation of change from pastoralism to ranching*. Journal of Developing Areas, 8: 199-226.

Deininger, K. & Squire, L. 1997. *Economic growth and income inequality: re-examining the links*. American Economic Review, 57(2): 347-359, *apud*: Quan, J. 2000. *Land tenure, economic growth and poverty in sub-Saharan Africa*. In: Toulmin, C. & Quan, J.F. (Eds). 2000. *Evolving land rights, policy and tenure in Africa*. DFID/IIED/NRI, London.

Dercon, S. 2002. *Income risk, coping strategies, and safety nets*. The World Bank Research Observer 17(2):141-166.

Devereux, S. 1993. *Goats Before Ploughs: Dilemmas of Household Response Sequencing During Food Shortages*. IDS Bulletin 24.4: 52-9.

Devereux, S. 2006. *Distinguishing between chronic and transitory food insecurity in emergency needs assessments*. WFP (World Food Programme), Rome.

DFID. 1999. *Manual de Orientação sobre meios de vida sustentáveis*. Ministério para o Desenvolvimento Internacional (DFID), London.

Diallo, A.; Wagenaar, K. & de Leeuw, P.N. 1981. *Livestock productivity and nutrition in systems research in the arid zones of Mali*. ILCA Systems Study No. 5. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Diniz, A.C. 1973. *Características mesológicas de Angola*. MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola), Nova Lisboa.

Diniz, A.C. 1991. *Angola – O meio físico e potencialidades agrárias*. ICE (Instituto para a Cooperação Económica), Lisboa.

Diniz, A.C. 2005. *Grandes bacias hidrográficas de Angola. Recursos em terras com aptidão para o regadio da bacia do Cunene*. IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), Lisboa.

Diniz, A.C. 2006. *Características mesológicas de Angola*. 2ª Edição revista pelo autor. IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), Lisboa.

Diniz, A.C. & Aguiar, F.Q.B. 1969. *Regiões naturais de Angola*. IIAA (Instituto de Investigação Agronómica de Angola), Huambo. 5p.

DNOPA. 1984. *Programa de Racionalização da Pecuária do Sul de Angola*, Ministério da Agricultura. DNOPA (Direcção Nacional da Organização da Pecuária), Luanda.

Dorward, A.; Anderson, S.; Nava, Y.; Pattison, J.; Paz, R.; Rushton, J. & Sanchez Vera, E. (2005) *A guide to indicators and methods for assessing the contribution of livestock keeping to the livelihoods of the poor*. Department of Agricultural Sciences, Imperial College, London.

Duarte, V.M.S. & Gomes, A.F. 1977. *Quadro Nosológico de Angola*. 1ªs Jornadas Nacionais de Zootecnia. Huambo, 5-10 de Maio de 1977.

Ellis, F. 1998. *Household Strategies and Rural Livelihood Diversification*, Journal of Development Studies, Vol. 35, No. 1, pp. 1-38.

Ellis, F. 2000. *Rural Livelihoods and Diversity in Development Countries*, Oxford University Press, New York.

Ellis, F. 2003. *Human Vulnerability and Food Insecurity: Policy Implications*. Theme paper produced for the Forum for Food Security in Southern Africa. ODI (Overseas Development Institute), London.

Ellis, J.E. & Galvin, K. 1994. *Climate patterns and land use practices in the dry zones of Africa*. BioScience 44(5): 340-9.

Ensminger, J. 1992. *Making a market: The institutional transformation of an African society*. Cambridge University Press, Cambridge.

Estermann, C. 1957. *Etnografia do Sudoeste de Angola. Volume II. Grupo Étnico Nhaneka-Humbe*. Memórias. Série Antropológica e Etnológica. Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

Estermann, C. 1960. *Etnografia do Sudoeste de Angola. Volume I. Os Povos Não-Bantos e o Grupo Étnico dos Ambós*. Memórias. Série Antropológica e Etnológica. 2ª Edição. Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

Estermann, C. 1961. *Etnografia do Sudoeste de Angola. Volume III. Grupo Étnico Herero*. Memórias. Série Antropológica e Etnológica. Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

Estermann, C. 1983. *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro). Colectânea de Artigos Dispersos*. Vol. I. IICT (Instituto de Investigação Científica Tropical), Lisboa.

Estermann, C. 1971. *A vida económica dos Bantu do Sudoeste de Angola*. Subsídios Antropológicos, nº1. Junta Provincial de Povoamento de Angola, Luanda.

Evans, A. 1991. *Gender issues in rural household economics*. IDS Bulletin, 22(1): 51-59. IDS (Institute of Development Studies), Brighton.

FAO. 1990. *Women the key to food security: women and sustainable food security*. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), Rome.

FAO. 2004. *Tropical Livestock Units (TLU)*. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), Rome. <http://www.fao.org/ag/againfo/programmes/en/lead/toolbox/Mixed1/TLU.htm>.

FAO. 2005. *Rapid Guide for Missions. Analysing Local Institutions and Livelihoods*. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), Rome.

FAO. 2006. *Demand for irrigated products in sub-Saharan Africa*. Water Report No. 31. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), Rome.

FAO/UNEP/UNESCO. 1980. *Provisional map of soil degradation risks (Africa) 1:5M*. NW, NE sheets. Paris: UNESCO.

Farrell, I.D. 1996. *Brucella*. In: Mackey, Carter, Practical Medical Microbiology, 14th edition, Eds, Coller, J.G.; Fraser, A.G.; Marimion, B.P. & Simmons, A. Churchill Livingstone Publishers. pp 473-478.

Fufuta, V. E; Sanchez, M.P.M; Moras Cordeiro, J.M. & Chiaia, H.L.J. 2010. *Caracterização dos ovinos autóctones (Ovis aries) da região do Caraculo*. II Congresso Angolano de Medicina Veterinária, XII Congresso Internacional de Medicina Veterinária em Língua Portuguesa. Huambo, Angola, 19 a 21 de Outubro de 2010.

GFA. 2011. *Projecto de melhoria de acesso à água e às pastagens para as comunidades de pastores nos corredores de transumância. Províncias de Huíla, Cunene e Namibe. Relatório final*. GFA Consulting Group. Hamburgo.

Gomes, A.F. 2004. *Agentes de Pecuária Comunitários: considerações sobre as actividades executadas*. SNV (Organização Holandesa para o Desenvolvimento), Lubango.

Gomes, A.F. 2007. *Modos de vida na comunidade San de Mutwe-Wo-Ndjamba (Huíla, Angola)*. Cadernos de Pesquisa. CEED (Centro de Estudos de Educação e Desenvolvimento). Ondjiva, Angola. Ano 5, Nº 5: 34-72.

Gomes, A.F. 2008a. *Entidades Nosológicas em Angola*. Parte I. Boletim da Ordem dos Médicos Veterinários de Angola, Ano 4, nº 9: 18-23.

Gomes, A.F. 2008b. *Entidades Nosológicas em Angola*. Parte II. Boletim da Ordem dos Médicos Veterinários de Angola, Ano 4, nº 10: 14-19.

Gomes, A.F. 2010a. - *Assistência Veterinária e Pobreza*. Boletim da Ordem dos Médicos Veterinários de Angola, Ano 6, nº 15: 22-31.

Gomes, A.F. 2010b. *Helmintoses dos ruminantes domésticos (Com particular atenção à situação prevalente em Angola)*. OMVA (Ordem dos Médicos Veterinários de Angola), Luanda. 197pp.

Goodhand, J. 2001. *Violent Conflict, Poverty and Chronic Poverty*. INTRAC. CPRC Working Paper 6.

Gossweiler, J. & Mendonça, A. 1939. *Carta fitogeográfica de Angola*. Governo Geral de Angola, Luanda. 242p.

Grandvaux Barbosa, L.A. 1970. *Carta Fitogeográfica de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

Guha, R. 1997. *The environmentalism of the poor*. In: Varieties of environmentalism (Eds Guhua, R. & Martinez-Alier, J.). pp. 3-21. Earthscan, Abingdon.

Haagsma, B. & Hardeman, J. 1998. *Pastoral development in East Africa. Facts and findings*. I/C Consult, Zeist.

de Haan, N. 2001. *Of groups and goats; a study on social capital in development projects*. Agriculture and Human Values, 18: 71-84.

de Haan, C.; Schillhorn van Veen, T.; Brandenburg, B.; Gauthier, J.; Le Gall, F.; Mearns, R. & Simeon, M. 2001. *Livestock Development: Implications for Rural Poverty, the Environment and Global Food Security*. Directions in Development Paper. World Bank. Washington, DC.

de Haas, H. 2003. *Migration and development in southern Morocco: the disparate socio-economic impacts of out-migration on the Todga Oasis Valley*. Grafische Communicatie, Rotterdam.

Hendrickson, D.; Armon, J. & Mearns, R. 1998. *Conflict and vulnerability to famine: livestock raiding in Turkana, Kenya*. IIED Drylands Programme. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Hesse, C. & Cotula, L. 2006. *Climate change and pastoralists: Investing in people to respond to adversity*. Sustainable Development Opinion. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Higgins, G.M; Kassam, A.H.; Naiken, L.; Fisher, G. & Shah, M.M. 1982. *Potential population-supporting capacities of lands in the developing world*. FPA/INT/513. FAO (Food and Agriculture Organization), Rome.

Hoddinott, J. 2006. *A conceptual framework for appropriate emergency response options*. Working Paper. IFPRI (International Food Policy Research Institute), Washington, DC, USA.

Hogg, D.R. 1997. *Drought contingency planning to support pastoralist livelihoods in Ethiopia*. UNDP-EUE.

Holtzman, J.S. & Kulibaba, N.P. 1995. *Livestock marketing in pastoral Africa: policies to increase competitiveness, efficiency and flexibility*. In: Scoones, I. (ed.). 1995. *Living With Uncertainty: new directions in pastoral development in Africa*. ITG (Intermediate Technology Publications), London.

Huntley, B. J. 1973. *Aspectos gerais da conservação do bravia em Angola*. Relatório no. 15, Serv. Vet. Angola, Luanda.

Hutchinson, S.A. 1996. *Nuer Dilemmas: Coping with Money, War, and the State*. University of California Press, Berkeley.

Ibrahim, H. & Olaloku, E. 2000. *Improving cattle for milk, meat and traction*. ILRI Manual 4. ILRI (International Livestock Research Institute), Nairobi.

IFAD. 2001. *Rural Poverty Report 2001: The challenge of ending rural poverty*. IFAD (International Fund for Agricultural Development), Rome.

Ingram, J. 1991. *Soil and water processes. Part 2*. In: Scoones, I. (ed.): *Wetlands in drylands: the agroecology of savanna systems in Africa*. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Khalouki, H. 2009. *Étude sur le travail des enfants dans l'agriculture: région de Meknès-Tafilalet, Maroc*. In: *Children and youth in the labour process in Africa*. Ed. Osita, A. CODESRIA, Dakar. P 151-173.

King, J.M. 1983. *Livestock water needs in pastoral Africa in relation to climate and forage*. ILCA Research Report, 7. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Kristjanson, P., Waters-Bayer, A.; Johnson, N.; Tipilda, A.; Njuki, J.; Baltenweck, I.; Grace, D. & MacMillan, S. 2010. *Livestock and Women's Livelihoods: A Review of the Recent Evidence*. Discussion Paper No. 20. ILRI (International Livestock Research Institute), Nairobi.

Leach, M. 1991. *Engendered environments: understanding natural resource management in West African Forest Zone*. IDS Bulletin, 22(1): 44-50.

Leal, F.R. 2009. *Repovoamento pecuário: Algumas preocupações*. Boletim da OMVA, Ano 4, nº 11: 18-23. OMVA (Ordem dos Médicos Veterinários de Angola), Luanda.

de Leeuw, P.N., Semenye, P.P., Peacock, C.P. & Grandin, B.E. 1991. *Productivity of cattle and smallstock*. In: Bekure, S. de Leeuw P.N., Grandin, B.E. & Neate, P.J.H. (eds). 1991. *Maasai herding: An analysis of the livestock production system of Maasai pastoralists in eastern Kajiado District, Kenya*. ILCA Systems Study 4. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

de Leeuw, P.N., & Tothill, J.C. 1990. *The concept of rangeland carrying capacity in sub Saharan Africa - myth or reality*. PDN paper 29b. ODI (Overseas Development Institute), London.

Lourenço, I. 1992. *Pastoreio e desertificação*. In: *Agricultura e Desertificação* p159-164. AIJE/APORJEL, Lisboa.

Lusty, T. & Diskett, P. 1984. *Selective Feeding Programmes*. Oxfam Practical Health Guide No. 1. Oxfam, Oxford.

Maphosa, F. 2009. *Rural Livelihoods in Zimbabwe: Impact of Remittances from South Africa*. CODESRIA Monograph Series. 69p.

Markwick, G. 2007. *Water requirements for sheep and cattle*. Primefact 326. NSW Department of Primary Industries, State of New South Wales, Australia.

Martins, J.V. 2008. *Os Bakongo ou Tukongo do Nordeste de Angola*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

Mason, J. 2002. *Measuring hunger and malnutrition*. Keynote paper presented at the FAO Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition, Rome 26-28 June 2002.

McDermott, J.J., Randolph, T.F. & Staal, S.J. 1999. *The economics of optimal health and productivity in smallholder livestock systems in developing countries*. Rev. sci. tech. Off. Int. Epiz., 18 (2): 399-424.

Melo, R. 2005. *De menina a mulher. Iniciação feminina entre os Handa no Sul de Angola*. Ela por Ela, Lisboa.

Melo, R. 2007. *Identidade e Género entre os Handa no Sul de Angola*. Editorial Nzila, Luanda.

Mendes, J. 2011. *Caracterização Morfológica e Tipificação de Bovinos no Sul de Angola – Grupo Sanga*. Estágio Curricular. UPRA (Universidade Privada de Angola) - Curso de Engenharia Agrónómica. Lubango.

Meyer, E.H.H. 1984. *Chromosomal and biochemical genetic markers of cattle breeds in southern Africa*. Proceedings of the Second World Congress on Sheep and Beef Cattle Breeding. April 1984. South African Stud Book and Livestock Improvement Association, Bloemfontein.

MIAA. 1967b. *Recenseamento Agrícola de Angola. IX – Zona dos Gambos Otchinjau (Zona Agrícola nº 33) Primeira parte. Agricultura Tradicional. 1964 – 1965*. MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola), Luanda.

MIAA. 1968a. *Recenseamento Agrícola de Angola. XV– Zona de influência do Cunene (Zona Agrícola nº 34) Primeira parte. Agricultura Tradicional. 1964 – 1965*. MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola), Luanda.

MIAA. 1968b. *Recenseamento Agrícola de Angola. XX – Zona do Cuanhama (Zona Agrícola nº 35) Primeira parte. Agricultura Tradicional. 1965 – 1966*. MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola), Luanda.

MIAA. 1972. *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola, 1970-1971*. MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola), Luanda.

MIAA. 1973. *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola, 1971-1972*. MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola), Luanda.

Mikkelsen, B. 2005. *Methods for development work and research: A new guide for practitioners*. Sage, New Delhi.

Monteiro, R.L. 1994. *Os Ambós de Angola antes da independência*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. 311p.

Morais, J. 2007a. *A transumância nos sistemas agro-pastoris do sudoeste de Angola*. 1º Congresso Angolano de Medicina Veterinária. Luanda, 2-4 de Maio de 2007.

Morais, J. 2007b. *Estudo das comunidades agro-pastoris dos Gambos*. 1º Congresso Angolano de Medicina Veterinária. Luanda, 2-4 de Maio de 2007.

Morais, J.A. & Correia, J.L. 1993a. *A região agro-pastoril do sul de Angola*. ACORD (Association pour la Cooperation, Recherche et Developpement), ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), Lubango.

Morais, J.A. & Correia, J.L. 1993b. *Estudo das comunidades agro-pastoris dos Gambos*. ACORD (Association pour la Cooperation, Recherche et Developpement), ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), Lubango.

Mortimore, M; Anderson, S. Cotula, L.; Facer, K.; Hesse, C.; Mwangi, A; Nyangena, W. & Skinner, J. 2008. *Drylands – an Economic Asset for Rural Livelihoods and Economic Growth*. IIED/UNDP/IUCN. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Neto, J.F.C. 2008. *Angola: Agriculturas e alimentação*. IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), Lisboa.

Neves, M.V. 1972. Informação ao Secretário Provincial de Planeamento e Finanças. República Portuguesa, Província de Angola, Serviços de Planeamento e Integração Económica, Luanda.

Newton da Silva, S. 1970. *A grande fauna selvagem de Angola*. Dir. Prov. Serv. Vet., Luanda. 151p.

Niamir-Fuller, M. 1999. *Toward a synthesis of guidelines for legitimizing transhumance*. In: Niamir-Fuller, M. (ed.). 1999. Managing mobility in African Rangelands: the legitimization of transhumance. ITG Publications, Cambridge.

Niamir-Fuller, M. & Turner, M.D. 1999. *A review of recent literature on pastoralism and transhumance in Africa*. In: Niamir-Fuller, M. (ed.) 1999. Managing mobility in African Rangelands: the legitimization of transhumance. ITG Publications, Cambridge.

Nicholson, M.J. 1983. *Calf growth, milk offtake and estimated lactation yields of Boran cattle in the southern rangelands of Ethiopia*. JEPSS Working Document No. 6. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Nicholson, M.J.L. 1984. *Pastoralism and milk production*. ILCA Bulletin No. 20. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Nori, M. & Taylor, M., 2006. *Mobile livelihoods, patchy resources & shifting rights: approaching pastoral territories*. ILC working paper, Rome.

Nori, M; Taylor, M & Sensi, A. 2008. *Browsing on fences. Pastoral land rights, livelihoods and adaptation to climate change*. IIED (International Institute for Environment and Development), London. 22p.

North, D.C. 1991. *Institutions*. The Journal of Economic Perspectives, 5(1): 97-112.

Nzatuzola, J.B.L. 2004. *O núcleo familiar da estrutura tradicional: o seu papel na sociedade*. In: Ministério da Administração do Território. 2004. 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola. Editorial Nzila, Luanda. Pp.427-432.

O'Connor, C.B. 1994. *Rural Dairy Technology*. ILRI Training Manual 1. ILRI (International Livestock Research Institute), Addis Ababa.

Omosa, E.K. 2005. *The Impact of Water Conflicts on Pastoral Livelihoods. The Case of Wajir District in Kenya*. IISD (International Institute for Sustainable Development), Winnipeg, Manitoba, Canada.

OPSA (Observatório Político e Social de Angola). 2010. *Reflexão sobre a evolução da situação política, económica e social em Angola de Abril de 2009 a Março de 2010*. OPSA (Observatório Político e Social de Angola), Luanda.

Pacheco, F. 2008. *Crise de alimentos, segurança alimentar e agricultura sustentável*. Novo Jornal, 13: 24.

Pacheco, F. 2009a. *O futuro da agricultura angolana e o conhecimento científico*. África 21, Julho 2009: 77-79.

Pacheco, F. 2009b. *A agricultura familiar e o futuro da agricultura em Angola*. Novo Jornal, 83: 25.

Pacheco, F. 2010a. *Porquê a supremacia dos Kimbundu?* Semanário Angolense, 357: 14-15.

Pacheco, F. 2010b. *A ilusão (III)*. Novo Jornal, 113: 19.

Pacheco, F. 2010c. *Independência e fome*. Novo Jornal, 143: 23.

Pacheco, F. 2011a. *Democracia & desenvolvimento*. Novo Jornal, 174: 19.

Pacheco, F. 2011b. *Quem quer resolver os problemas do povo?* Novo Jornal, 187: 21.

Pacheco, F. 2012. *Assim não se vai lá*. Novo Jornal, 209: 23.

Pahula, O. & Mupinga, B.S. 2004. *O grupo etnolinguístico Nyaneca-Humbe no contexto nacional – Uma breve reflexão sobre a sua estrutura social, económica e cultural*. In: Ministério da Administração do Território. 2004. 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola. Editorial Nzila, Luanda. Pp.257-264.

Payne, W.J.A. 1990. *An introduction to animal husbandry in the tropics*. 4th ed. Longman Scientific & Technical. Essex, England.

Pereira, J. Alexandrino. 1978. *O pastoreio na produção animal*. FCA (Faculdade de Ciências Agrárias), Huambo. Mimeografado. 36p.

Pereira, J.L. 1962. *Introdução ao estudo técnico-económico da criação de gado bovino em Angola (A economia da carne)*. Estudos, ensaios e documentos, nº 90. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa. 155p.

Pereira, J.L. 1969. *A ovinicultura de lã em regiões tropicais (Bases para o fomento zootécnico da criação de ovinos de lã em Angola)*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa. 487p + 35fig.

Pereira, J.L. 1989. *A ovinicultura de lã em Angola durante o período colonial*. In: I Jornadas de Medicina Veterinária e Zootecnia Tropicais. Documentos. P. 193-202. Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Veterinária e Zootecnia Tropicais, Lisboa.

Pingali, P.L. 1987. *From hand tillage to animal traction: causes and effects and the policy implications for sub-Saharan African agriculture*. ALPAN Network Paper 15. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Platteau, J.P. 1992. *Land reform and structural adjustment in sub-Saharan Africa: controversies and guidelines*. Economic and Social Development Paper 107. FAO (Food and Agriculture Organization), Rome.

PNUD. 2007. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Nova Iorque.

PNUD. 2010. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano*. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Nova Iorque.

Pratt, D.J.; Le Gall, F. & De Haan, C. 1997. *Investing in pastoralism: sustainable natural resource use in arid Africa and the Middle East*. Technical Paper 365. World Bank, Washington.

Quan, J. 2000. *Land tenure, economic growth and poverty in sub-Saharan Africa*. In: Toulmin, C. & Quan, J.F. (Eds). 2000. *Evolving land rights, policy and tenure in Africa*. P. 31-49. DFID/IIED/NRI, London.

Rass, N. 2006. *Policies and strategies to address the vulnerability of pastoralists in sub-Saharan Africa*. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), Rome.

Rebello de Andrade, I.J. 1973. *As populações autóctones de Angola*. Universidade de Luanda, Nova Lisboa.

Redinha, J. 1971. *Distribuição étnica de Angola*. Imprensa Nacional de Angola, Luanda. 7ª ed. Edição do CITA (Centro de Informação e Turismo de Angola).

Redinha, J. 1975. *Etnias e culturas de Angola*. IICA (Instituto de Investigação Científica de Angola), Luanda.

Reijntjes, C. 2009. *Small-scale farmers: the key to preserving diversity*. LEISA Magazine, 25 (1): 6-8.

Richardson, D. & Smith, A.J. 2006. *Beef*. Macmillan Education, Oxford.

Rogers, P.; Jalal, K.F. & Boyd, J.A. 2008. *An introduction to sustainable development*. Earthscan, London.

Sampieri, R.H; Collado, C.F. & Lucio, P.B. 2008. *Metodología de investigación*. Cuarta Edición. McGraw Hill/Interamericana Editores, México.

Sandford S. 1983. *Management of pastoral development in the third world*. John Wiley and Sons, Chichester, UK.

Sandford, S. & Habtu, Y. 2000. *Emergency response interventions in pastoral areas of Ethiopia*. DFID report. DFID (Department for International Development), London.

Santos, J.M.G. 1995. *Equacionamento da problemática hidropastoril no sector do Panguelo*. ACORD/ADRA, Lubango.

Santos, J.M.G. 1997. *Município dos Gambos - Uma visão da sua situação no contexto pastoril*. ACORD/ADRA, Lubango.

Santos, G. & Zacarias, I. 2010. *Pesquisa sobre diferendos e conflitos de terras e as formas da sua resolução. Províncias e municípios: Benguela (Balombo, Caibambo e Lobito); Huila (Chipindo, Gambos e Matala); Kwanza Sul (Conda, Cassongue, Sumbe)*. APN – Ajuda Popular da Noruega. Luanda. 157p.

SATEC-SOGREAH. 1991. *Estudo de Viabilidade de um Projecto de Desenvolvimento de Gado nas Províncias da Huila, Namibe e Cunene - Parte 1 - Projecto Hidro-Pastorício*. Ministério da Agricultura, Luanda.

Scoones, I. 1989. *Economic and ecological carrying capacity implications for livestock development in the dryland communal areas of Zimbabwe*. Pastoral Development Network 27b, ODI (Overseas Development Institute), London.

Scoones, I. 1994. *New directions in pastoral development in Africa*. In: Scoones, I. (ed.). 1994. *Living With Uncertainty: new directions in pastoral development in Africa*. Intermediate Technology Publications, London.

Scoones, I. 1998. *Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis*. IDS Working Paper 72. IDS (Institute of Development Studies), Brighton.

Scoones, I. & Wolmer, W. 2006. *Livestock, Disease, Trade and Markets: Policy Choices for the Livestock Sector in Africa*. IDS Working Paper 269. IDS (Institute of Development Studies), Brighton.

Semenye, P.P. 1988. *Nutritional values of the diets of Maasai cattle*. In: Pasture Network for Eastern and Southern Africa (PANESA), African forage plant genetic resources, evaluation of forage germplasm and extensive livestock production systems. Proceedings of the Third Workshop held at the International Conference Centre, Arusha, Tanzania, 27-30 April 1987. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa, Ethiopia. pp. 373-382.

Semenye, P.P. & de Leeuw P.N. 1984. *Milk for calves or man in a Maasai pastoral system in East Africa*. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Nairobi.

Sen, A. 1981. *Poverty and famines – an essay on entitlement and deprivation*. Clarendon Press/Oxford University Press. Oxford. Edição portuguesa: *Pobreza e fomes – um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar, Lisboa, 1999.

Sen, A. 1990. *Gender and cooperative conflict*. In: Tinker, I. (ed) *Persistent Inequalities*. Oxford University Press, New York, 123-149.

Shackleton, S.; Shackleton, C. & Cousins, B. 2000. *Re-evaluating the communal lands of southern Africa: new understandings of rural livelihoods*. Natural Resource Perspectives, 62. ODI (Overseas Development Institute), London.

Smith, L.C.; Ramakrishnan, U.; Ndiaye, A.; Haddad, L.J. & Martorell, R. 2003. *The importance of women's status for child nutrition in developing countries*. IFPRI Research Report 131. IFPRI (International Food Policy Research Institute), Washington, DC.

Sousa Santos, B. de, 2010. *O FSM em movimento*. Visão, 884: 28. Lisboa.

Sparr P. & Moser C. 2007. *International NGOs and poverty reduction strategies: the contribution to asset-based approach*. Working Paper 08, Brookings Global Economy and Development, Brookings Institution, Washington DC.

Stahl, S.; Owango, M.; Muriuki, G.; Lukuyu, B.; Musembi, F.; Bwana, O.; Muriuki, K.; Gichungu, G.; Omore, A.; Kenyanjui, B.; Njubi, D.; Baltenweck, I. & Thorpe, W. 2001. *Dairy systems characterization of the greater Nairobi milk shed*. SDP Research Report. Ministry of Agricultural and Rural Development, KARI (Kenya Agricultural Research Institute), ILRI (International Livestock Research Institute), Nairobi.

Start, D. & Johnson, C. 2004. *Livelihood Options? The Political Economy of Access, Opportunity and Diversification*. Working Paper 233. ODI (Overseas Development Institute), London.

Sweet, J. 2010. *Consultoria sobre manejo de pastagens*. Projecto de melhoria de acesso à água e às pastagens para as comunidades de pastores nos corredores de transumância. GFA Consulting Group GmbH, Hamburg.

Swift, J. 1988. *Major Issues in Pastoral Development with Special Emphasis on Selected African Countries*. FAO (Food and Agriculture Organization), Rome.

Tacoli, C. 2002. *Changing rural-urban interactions in sub-Saharan Africa and their impact on livelihoods: a summary*. IIED. Rural-urban interactions and livelihood strategies. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Toulmin, C. & Guèye, B. 2003. *Transformations in West African agriculture and the role of family farms*. IIED (International Institute for Environment and Development), London.

Tucker, C. J.; Vanpraet, C.L.; Sharman, M.J. & Van Ittersum, G. 1985. *Satellite Remote Sensing of Total Herbaceous Biomass Production in the Sahel 1980–1984*. Remote Sensing of the Environment, 17:233–49.

Ukkerman, H.R. 1991. *Development of a simulation model for the management and exploitation of perennial grasses in the Sahel-Sudan zone*. Report 148. CABO (Centre for Agrobiological Research), Wageningen.

UNDP. 2003. *The Global Drylands Imperative. Pastoralism and Mobility in the Drylands*. UNDP (United Nations Development Programme), Drylands Development Centre, Nairobi.

UNEP. 1992. *World atlas of diversification*. UNEP (United Nations Environment Programme), Nairobi.

United Nations. 1979. *United Nations Economic and Social Survey. Draft principles and recommendations for population and housing census*, Part II A1, Report of the Secretary General, 1979, Statistical Commission, 20 Feb.-2 March, Twentieth Session.

Upton, M. 2004. *The role of livestock in economic development in poverty reduction*. Pro Poor Livestock Policy Initiative. Working Paper no. 10. FAO (Food and Agriculture Organization), Rome.

USAID. 2005. *Livelihoods & Conflict*. U.S. Agency for International Development, Office of Conflict Management and Mitigation, Washington, DC.

Wagenaar, K.T.; Diallo, A. & Sayers, A.R. 1986. *Productivity of transhumant Fulani cattle in the inner Niger delta of Mali*. Research Report 13. ILCA (International Livestock Centre for Africa), Addis Ababa.

Waters-Bayer, A. 1985. *Dairying by settled Fulani women in Central Nigeria and some implications for dairy development*. ODI Pastoral Development Network Paper 20c. ODI (Overseas Development Institute), London.

Westoby, M.; Walker, B. & Noy-Meir, I. 1989. *Opportunistic management for rangelands not at equilibrium*. Journal of Range Management 42(4):266–273.

Williamson, G. & Payne, W.J.A. 1965. *An introduction to animal husbandry in the tropics*. Second edition. Longman, London.

Winrock International. 1992. *Assessment of animal agriculture in sub-Saharan Africa*. Winrock International Institute for Agricultural Development, Morrilton, Arkansas.

Wint, W. & Bourn, D. 1994. *Livestock and land-use surveys in sub-Saharan Africa*. Oxfam, Oxford. 36p.

World Bank. 2001. *Engendering development: through gender equality in rights, resources, and voice*. World Bank, Washington D.C.

World Bank. 2009. *Minding the Stock: Bringing Public Policy to Bear on Livestock Sector Development*. The World Bank. Agriculture and Rural Development Department. Report No. 44010-GLB. Washington, DC.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Guião para recolha de informação.

Introdução

- Agradecer à(s) pessoa(s) que vai (vão) ser entrevistada(s);
- Apresentar a equipa de trabalho;
- Informar dos contactos previamente havidos com autoridades tradicionais e administrativas comunicando a realização do estudo;
- Explicar o propósito do estudo e o que se espera do respondente;
- Perguntar ao respondente se tem alguma dúvida sobre o que acabou de ser dito;
- Perguntar se o respondente aceita ser entrevistado. Caso negativo, não colocar qualquer questão. Caso positivo, avançar com a entrevista.

Generalidades

Classificação por grupos com base na riqueza de cada *eumbo* (*ranking* de riqueza). O que é considerado como sendo um *eumbo* muito rico/rico/médio/pobre/muito pobre? Quantos *eumbos* por categoria de riqueza existem na comunidade?

Identificação do grupo doméstico

Município

Comuna

Aldeia

*Eumbo*⁴²³

Perfil do grupo doméstico

Fundador/chefe do *eumbo*: nome, sexo, idade

Data da fundação do *eumbo* e como foi formado

Para cada membro:

Sexo, idade, relação familiar com o chefe do *eumbo*

Sabe ler/escrever? Anos de escolaridade

Força de trabalho:

- Criança jovem (demasiado jovem para trabalhar)
- Criança trabalhadora (pastoreio de gado, ordenha, trabalho agrícola, trabalho doméstico, cuidar de outras crianças, micro-comércio, trabalho para terceiros, outro)
- Adulto (capaz de fazer todo o trabalho de um adulto)
- Velho (já não é capaz de fazer todo o trabalho que um membro adulto executa)
- Deficiente físico
- Doente crónico (incapaz de trabalhar há três meses ou mais)

Está presente neste momento no *eumbo*? Se não, onde se encontra, o que lá está a fazer e desde quando se ausentou.

⁴²³ *Onganda* entre os *Herero*.

Trabalho de lavoura: manual, tracção animal alugada, dispondo capacidade de tracção animal própria e de charrua.

Mortes no grupo doméstico

Pessoas falecidas no grupo doméstico na última década (ou a partir de uma data referência). Relação com o chefe do *eumbo*, sexo, idade, data da morte, causa da morte, contribuição que dava para o trabalho no grupo doméstico.

Matriz de recursos

A matriz de recursos serve para obter informação sobre a utilização e controlo de recursos, tanto no seio do grupo doméstico como entre distintos grupos socioeconómicos. Ter em consideração:

Recursos que homens e mulheres (jovens e adultos) utilizam

Quem decide sobre a utilização dos diferentes recursos

Quem controla os distintos recursos

Acesso aos recursos

Diferenças/semelhanças entre homens e mulheres relativamente ao tipo de recursos, seu controlo ou propriedade

Matriz de actividades

A matriz de actividades possibilita um melhor conhecimento sobre o trabalho no seio do grupo doméstico e permite ter uma visão sobre quem faz o quê. Ter em consideração:

Actividades levadas a cabo em separado por homens e mulheres

Actividades executadas em conjunto

Actividades realizadas por crianças

Actividades que mais contribuem para que o grupo doméstico possa satisfazer as suas necessidades básicas. Membros envolvidos nessas actividades

Trabalho e responsabilidades a nível de comunidade

Nota: levar em conta actividades produtivas, reprodutivas (por exemplo, cozinhar, lavar roupa, limpeza do núcleo residencial, acartar água, colecta de lenha, cuidar de crianças e de doentes, etc.) e comunitárias (responsabilidades a nível de comunidade, grupos associativos, manutenção da propriedade comum, etc.).

Actividades de meios de vida executadas por membros do grupo doméstico

Actividades ou tipos de trabalho desenvolvidos pelos membros do grupo doméstico nos últimos 12 meses (entre o momento presente e o mesmo mês há um ano) com a finalidade de obtenção de rendimentos e alimentos. Distinguir actividades sazonais e permanentes (executadas ao longo de todo o ano).

Identificação das principais fontes de rendimento e respectivos executores das actividades envolvidas. Rendimentos aproximados obtidos.

Observações achadas pertinentes.

Gado

Criação e venda de animais: bovinos, ovinos, caprinos, porcos

Criação e venda de galinhas (e ovos)

Burros e cavalos

Culturas agrícolas

Cereais (massango, massambala, milho)

Tubérculos

Leguminosas

Outras

Recolha e venda de produtos relacionados com recursos naturais

Lenha e carvão

Água

Frutos de colecta

Mel

Peixe

Óleo de *mupeke*

Mahungu

Forragem

Materiais para construção (paus para casas e vedações, areia, capim, adobes, etc.)

Outros

Emprego/trabalho para terceiros

Serviços diversos (indicar quais)

Artesanato/pequena indústria

Cestaria (celeiros, *kimbalas*, *kindas*, etc.)

Olaria

Joalharia

Ferreiro - utensílios para agricultura

Serralharia

Vestuário

Utensílios em madeira

Produção e venda de bebidas tradicionais

Outros

Aluguer

Junta de bois/charrua/carroça

Carrinho de mão

Veículo motorizado

Pequeno comércio informal

Produtos alimentares

Bebidas

Vestuário

Outros produtos

Presença de quiosques (*kefes*, cantinas, janelas abertas)

Outras (indicar quais)

Gado

Conhecer as condições de alimentação (tipo de pastagem e acesso) e abeberamento do gado, assim como de comercialização e assistência veterinária. Para cada ponto deve ser avaliada a situação

relativamente ao último ano e classificada como: excelente, boa, adequada, má, muito má. Se não tiver opinião ou informação indicar como 'sem opinião'. Eventualmente, a situação pode ser comparada com aquela prevalecente há um ano atrás, utilizando a seguinte classificação: está melhor, está pior, sem mudanças, sem opinião.

Questões abordadas:

- Disponibilidade e tipo de pastagem
- Acesso à pastagem
- Qualidade da pastagem ao longo do ano e formas de pastoreio
- Transumância: quando, para onde, meses do ano, razões
- Assistência veterinária. Ter em consideração: mangas de vacinação existentes e estado de conservação, campanhas de vacinação, presença de agentes de pecuária comunitários, etc. Prestadores da assistência recebida. Custos da assistência veterinária recebida. Acesso a medicamentos e seus custos.
- Tratamento tradicional de doenças do gado

Gado do *eumbo/onganda*: espécies criadas

Animais presentes, por escalão etário. Ter em consideração: bovinos, ovinos, caprinos, suínos, burros, equinos, gado de tracção (ter em ponderação o *ranking* de riqueza).

Contagem dos animais (observação) feita de acordo com a seguinte escala: 0; 1 a 5; 6 a 10; 11 a 20; 21 a 50; 51 a 100; >100.

Animais transferidos ou recepcionados no âmbito da prática do *okupakessa*.

Animais nascidos nos últimos 12 meses por espécie e categoria.

Animais que adoeceram nos últimos 12 meses por espécie e categoria. Se tratados, qual o tratamento.

Em caso de ter havido redução das cabeças de gado no decurso dos últimos 12 meses, perguntar as causas. Ter em consideração: conflito, razia, roubo, perda, acção de predadores, doenças (indicar o nome ou os sintomas), intoxicação, morte em consequência de secas, abate para consumo do grupo doméstico, venda/permuta, transferências definitivas (oferta, *alembamento*, pagamento de multas, etc.), outros (indicar).

Mortalidade ocorrida nos últimos 12 meses, por espécie e categoria. Se houve mortalidade, indicar as causas ou sintomas. Destino dado aos animais mortos.

Animais roubados no decurso dos últimos 12 meses, por espécie e categoria. Tendências do roubo.

Animais abatidos no decurso dos últimos 12 meses, por espécie e categoria.

Motivos do abate. Ter em consideração: consumo do grupo doméstico, cerimónias, recepção de visitas, venda de carne, abate *in extremis*, outros.

Animais vendidos no decurso dos últimos 12 meses, por espécie e categoria. Local de venda. Nome e distância aproximada do mercado mais próximo onde podem ser vendidos/permutados os animais. Actores envolvidos.

Razões da venda ou permuta. Ter em consideração: obtenção de alimento; aquisição de bens de primeira necessidade; despesas médicas; despesas relacionadas com a educação de membros do grupo doméstico; obtenção de bens produtivos; outras razões.

Valores de venda/permuta (no caso de permuta enumerar artigos).

Ordenha, processamento e venda de leite e produtos derivados. Provisão de leite ao longo do ano.

Couros e peles.

Criação e venda de porcos.

Criação e venda de galinhas (e ovos).

Constrangimentos à produção pecuária.

Culturas agrícolas

O *eumbo/onganda* tem posse de parcelas agrícolas? Área estimada. Se não, como obtém acesso a terras para cultivo? Se possível, relacionar com o *ranking* de riqueza.

Relativamente ao último ano:

- Culturas feitas e área estimada
- Produção obtida
- Avaliação do ano agrícola: colheita boa, normal, fraca, perdida totalmente. Se não cultivou, qual o motivo?
- Lavoura: indicar como é feita - com charrua (tracção animal) ou apenas com enxada (manual), mão-de-obra exclusivamente familiar, trabalho de terceiros mediante pagamento, *ondjuluka*.
- Utilização de estrume

Tracção animal:

Própria ou alugada. Animais utilizados. Posse de charrua, carroça, zorra.

Se alugada:

Aluguer de animais ou charrua ou ambos

Relação com a pessoa a quem alugou

Tipo de pagamento

Estava disponível a tempo?

Colocar por ordem de importância as culturas consideradas mais importantes.

Produção média anual de cereais (kg/latas/sacos) (pode ter em consideração o *ranking* de riqueza).

Produção agrícola vendida/permutada (produto, quantidade aproximada); nome e distância do mercado mais próximo onde são vendidos os produtos agrícolas.

Conservação de produtos agrícolas a nível do *eumbo/onganda*. Ter em consideração responsabilidades, métodos e constrangimentos.

Principais constrangimentos na agricultura.

Água

Disponibilidade de água ao longo do ano.

Localizar o(s) principal(is) pontos de abeberamento para o gado, por estação do ano. Indicar o seu estado de conservação. Distância aproximada do curral. Abeberamento diário, cada dois dias, cada três dias. Responsabilidades pelo abeberamento do gado e manutenção do ponto de água.

Localizar o(s) principal(is) pontos de recolha de água para uso doméstico, por estação do ano. Indicar o seu estado de conservação. Distância aproximada do núcleo residencial. Como é feita a recolha e transporte de água e tempo dispendido. Responsabilidades.

Ter em consideração: furo artesiano, *chimpaca*, cacimba (indicar pertença), água da chuva, curso de água/lago/charco, *etala*, *ecango* ou outras unidades microgeomorfológicas, outro (indicar).

No concernente aos pontos de água públicos, quem faz a sua gestão e conservação.

Saúde

Existe algum centro de saúde na comunidade? Se não, onde e a que distância fica o mais próximo?

Outras estruturas médicas presentes na área.

Obter informação sobre as doenças mais comuns presentes na comunidade.

Atitude perante a doença.

Medicina tradicional.

Educação

Existe alguma escola formal na comunidade? Se não, onde e a que distância se situa a mais próxima?

Crianças do grupo doméstico a frequentar a escola, idade, sexo e respectiva classe.

Crianças fora do ensino e causas para esse facto.

Remessas informais

Nos últimos 12 meses o grupo doméstico teve acesso a algum tipo de remessa enviada por um membro seu vivendo fora da comunidade de origem? Qual a sua relação com o chefe do *eumbo*? Onde vive e o que faz? Como foi aplicada a remessa recebida?

Remessas formais

Nos últimos 12 meses o grupo doméstico recebeu algum tipo de assistência por parte de instituições/serviços do Estado ou de OSC nacionais/internacionais? Especificar.

Estratégias para enfrentamento de choques

Choque(s) sofrido(s) pelo grupo doméstico. Identificar o(s) choque(s) e descrever a situação vivida. Como o grupo doméstico reagiu?

Ter em conta estratégias como: caça, pesca, colecta de produtos silvestres para alimento do grupo doméstico, colecta de produtos para venda e posterior compra de alimentos, venda de lenha e carvão, aluguer/venda de terras, venda de activos não produtivos do grupo doméstico, venda de activos produtivos do grupo doméstico, obtenção de alimentos ou dinheiro por empréstimo, apoio a partir de redes de solidariedade, assistência humanitária, migração e envio de crianças para outros grupos domésticos em melhor situação, mendicidade, roubo, contrabando, comer menos quantidade de comida (porções menores), fazer menos refeições diárias, trabalho para terceiros (inclusive crianças), reduzir gastos em itens não essenciais, outros (especificar).

Atenção: analisar apenas situações anormais e não as formas do grupo doméstico obter alimentos em anos normais.

Conflitos

Conflitos que atingiram a comunidade e qual o impacto sobre o grupo doméstico. Ter em consideração: conflitos sobre recursos naturais, conflitos civis e distúrbios sociopolíticos. Onde derivaram esses conflitos e porque a comunidade foi atingida. Efeitos do conflito a nível de comunidade e grupos domésticos. Esses efeitos ainda perduram? O conflito ficou totalmente resolvido ou ainda existem possibilidades de se reacender?

Segurança alimentar

A última colheita foi suficiente para assegurar as necessidades em alimentos do grupo doméstico ao longo do ano? Se não, deu para quantos meses? Num ano considerado normal, para quantos (e quais) meses normalmente as colheitas obtidas pelo grupo doméstico cobrem as necessidades alimentares dos seus membros? Como é obtido o alimento em falta?

Quais os meses do ano em que o grupo doméstico sente mais dificuldades em assegurar a alimentação para os seus membros?

Nos últimos 5 anos, em que anos é que as colheitas foram más?

Quais são os tipos de alimentos mais importantes para a dieta alimentar?

Número de refeições diárias (por estação do ano) (pode ter em consideração o *ranking* de riqueza).

Número de refeições diárias feitas por crianças (em idade escolar ou já a trabalhar) e adultos durante o mês considerado como havendo sido o pior do último ano.

O grupo doméstico já passou por situações de insegurança alimentar? Como as confrontou?

Auto-avaliação da situação do grupo doméstico

Como descreve a situação do seu grupo doméstico neste momento?

- Capaz de satisfazer as suas necessidades apenas com o seu próprio esforço.
- Faz algum armazenamento extra de produtos, poupanças ou investimentos (por exemplo, compra de activos, benefícios diversos no conjunto habitacional e terras privadas, etc.).
- Necessita ocasionalmente de ajuda da comunidade, de instituições/serviços do Estado, de OSC ou igrejas. Outras formas de ajuda.
- A sobrevivência do grupo doméstico depende de ajudas.

Problemas que afectam as estratégias de meios de vida do grupo doméstico

Principais problemas que dificultam o grupo doméstico em atingir os objectivos de meios de vida pretendidos. Indicar os três principais.

Consumo de alimentos

Alimentos consumidos pelo grupo doméstico no decurso da última semana e sua proveniência/modo de aquisição.

Ter em atenção: produção agrícola e pecuária próprias, alimentos obtidos por compra ou permuta, ajuda alimentar de origem diversa, oferta/ajuda de familiares e amigos.

Solidariedade

Descrever formas de solidariedade identificadas.

APÊNDICE B – Tópicos gerais considerados na recolha de informação.

Perfil do grupo doméstico e actividades executadas pelos seus membros relacionadas com as estratégias de meios de vida perseguidas

Recursos naturais a que o grupo doméstico lança mão para cumprir as estratégias de meios de vida; direitos de acesso aos recursos utilizados

Plataforma de meios de vida

Estratégias de meios de vida

O gado como meio de vida

Segurança alimentar

Factores que afectam as estratégias de meios de vida do grupo doméstico

Vulnerabilidade do grupo doméstico

Estratégias de gestão de riscos e de enfrentamento de choques

APÊNDICE C – Indicadores para análise dos efeitos da criação de gado na plataforma de meios de vida.

Na utilização do pentágono de recursos, os diferentes tipos de recursos foram resumidos da seguinte forma: (i) humanos: habilidades, conhecimento, educação, saúde, auto-estima, integridade, ética, fé, esperança, espiritualidade, etc. (ii) sociais e políticos: relações de confiança na generalidade, mormente família, amigos, colegas, associações formais e informais, sindicatos, contactos e redes, sistemas de clientelismo ou favoritismo, capacidade de influenciar, participação, mobilização, etc. Basicamente referem-se a redes, grupos, relacionamentos que oferecem apoio mútuo aos membros de uma comunidade; (iii) físicos: características da habitação, aprovisionamento de água, electricidade, equipamento de produção, acesso a serviços como escolas, centros de saúde, transporte (público ou privado), meios de comunicação, acesso e posse de terra, etc.; (iv) financeiros: dinheiro, salários, remessas, crédito, poupança, bens de troca, bens que podem ser comercializados imediatamente; (v) naturais: terra, flora, fauna, ar, água, solos, ciclos naturais, biodiversidade, etc.

Quadro 1: Indicadores para avaliação dos resultados da criação de gado sobre os meios de vida dos grupos domésticos.

Tipo de capital	Indicador	
	Grupo doméstico	Comunidade
Natural	Acesso físico aos recursos naturais – pastagem Acesso físico aos recursos naturais – água para abeberamento do gado Acesso físico aos recursos naturais – recollecção Acesso legal aos recursos naturais e controlo/capacidade de excluir outros Terras de cultura e de pastoreio privadas Acesso equitativo aos recursos naturais entre os membros do grupo doméstico	Controlo sobre os recursos naturais/exclusão de outros Acesso equitativo aos recursos naturais pelos distintos grupos domésticos
Físico	Conjunto residencial Bens Propriedade/acesso a equipamento de produção e processamento Propriedade/acesso a meios de transporte Acesso equitativo aos activos físicos entre os membros do grupo doméstico	Infraestruturas locais: - Vias de acesso na zona - Electricidade - Água para uso doméstico Facilidades de comunicação Acesso equitativo aos activos físicos da comunidade pelos distintos grupos domésticos
Humano	Força de trabalho no grupo doméstico: - Saúde e situação nutricional dos membros do grupo doméstico - Tamanho do grupo doméstico - Habilidades endógenas - Habilidades exógenas Empoderamento da mulher Acesso a assistência médica Acesso à educação Acesso à informação Acesso equitativo aos activos sociais entre os membros do grupo doméstico	Organização comunitária Acesso equitativo à educação por parte dos diversos grupos domésticos
Financeiro	Rendimentos do grupo doméstico Distribuição regular dos rendimentos ao longo do ano Poupanças do grupo doméstico	Recursos financeiros da comunidade Redes de apoio financeiro entre indivíduos Acesso equitativo aos recursos financeiros propriedade da comunidade pelos vários

	Acesso ao crédito Equidade no acesso aos recursos financeiros por parte dos distintos membros do grupo doméstico	grupos domésticos Acesso a oportunidades de geração de rendimentos e de emprego pelos grupos domésticos, mormente fora da produção primária.
Sociopolítico	Recursos sociais endógenos Recursos sociais exógenos Participação em cargos administrativos Poder político	Coesão sociocultural entre os distintos grupos domésticos Associações e organizações comunitárias Alavancagem com agentes externos

Habilidades endógenas referem-se ao conhecimento tradicional e habilidades passadas de geração em geração, enquanto que habilidades exógenas aludem ao conhecimento não tradicional, obtido, por exemplo, através da educação formal. O empoderamento da mulher diz respeito a aspectos relacionados com o alargamento da liberdade de escolha e de acção. Os recursos sociais endógenos dizem respeito a factores como coesão e confiança entre os membros do grupo doméstico, enquanto os exógenos se referem a factores relacionados com o 'mundo' externo ao grupo doméstico.

Cada indicador foi pontuado de acordo com uma escala ordinal de cinco pontos. Para posterior representação no diagrama de aranha essa pontuação foi convertida para valores de um a cinco e achada a respectiva média.

Quadro 2: Escala ordinal de cinco pontos para avaliação dos indicadores de meios de vida.

Pontuação	Classificação	Equivalente no diagrama em teia de aranha
-2	Fortemente negativo	1
-1	Negativo	2
0	Neutro	3
1	Positivo	4
2	Fortemente positivo	5

APÊNDICE D - Principais doenças do gado no Sudoeste de Angola.

As doenças do gado constituem importante causa de perdas de animais e consequente declínio dos activos dos grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas na região do 'Complexo da Ordenha'. Podem ser agrupadas da seguinte forma: (i) doenças respiratórias diversas, nelas se incluindo a peripneumonia contagiosa dos bovinos (PPCB), infecções pulmonares de origem diversa, etc.; (ii) enfermidades do sistema digestório, associadas com parasitas, bactérias e viroses; (iii) doenças do sistema reprodutor, que podem conduzir à infertilidade, abortos, nados-mortos ou morte prematura das crias, sendo estas enfermidades muito importantes em termos económicos; (iv) enfermidades da pele, como aquelas relacionadas com infestações por artrópodes, mormente carraças e ácaros diversos, infecções por bactérias, etc. Merecem especial destaque as sarnas e a dermatofilose; (v) doenças sistémicas, como a *heartwater* (pericardite exsudativa), carbúnculos (hemático e sintomático), tuberculose, brucelose, enterotoxémia, etc. A seguir são sintetizadas as principais síndromas identificadas em ruminantes na região.

Quadro 1: Síndromas gerais identificados em ruminantes no Sudoeste de Angola.

Doença	Etiologia	Bovinos	Caprinos	Ovinos
Doenças respiratórias	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Doenças diarreicas	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Problemas do casco	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Problemas da pele	Causas diversas, essencialmente infecciosas, ocasionalmente não infecciosas.	X	X	X
Mamites	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Mortalidade neo-natal	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Diarreia neonatal	<i>Escherichia coli</i> , <i>Salmonellae</i> , <i>Clostridium perfringens</i> , Rotavirus, Coronavirus, <i>Cryptosporidium</i> , coccídeas.	X	X	X
Problemas de reprodução	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Hematúria*	Causas diversas, infecciosas e não infecciosas	X	X	X
Intoxicações**	Causas diversas, geralmente de origem alimentar	X	X	X
Timpanismo (meteorismo)	Causas diversas, geralmente de origem alimentar	X	X	X
Deficiências nutricionais	Causas diversas relacionadas com a alimentação	X	X	X
Feridas/fracturas	Causas diversas	X	X	X

* Muitas vezes relacionada com envenenamento por determinadas plantas.

** Os ruminantes têm maior probabilidade de ingerir plantas venenosas no decurso de secas ou no final de períodos secos longos quando a pastagem rareia. Para reduzir este risco, os criadores de gado procuram pastorear o seu gado em áreas afectadas por plantas venenosas enquanto a pastagem ainda se encontra verde para que os animais possam seleccionar as plantas, mantendo-os, pelo contrário, afastados dessas áreas durante o último período da estação seca.

No quadro seguinte são apresentadas as doenças consideradas, pelos criadores de gado, como sendo as mais importantes.

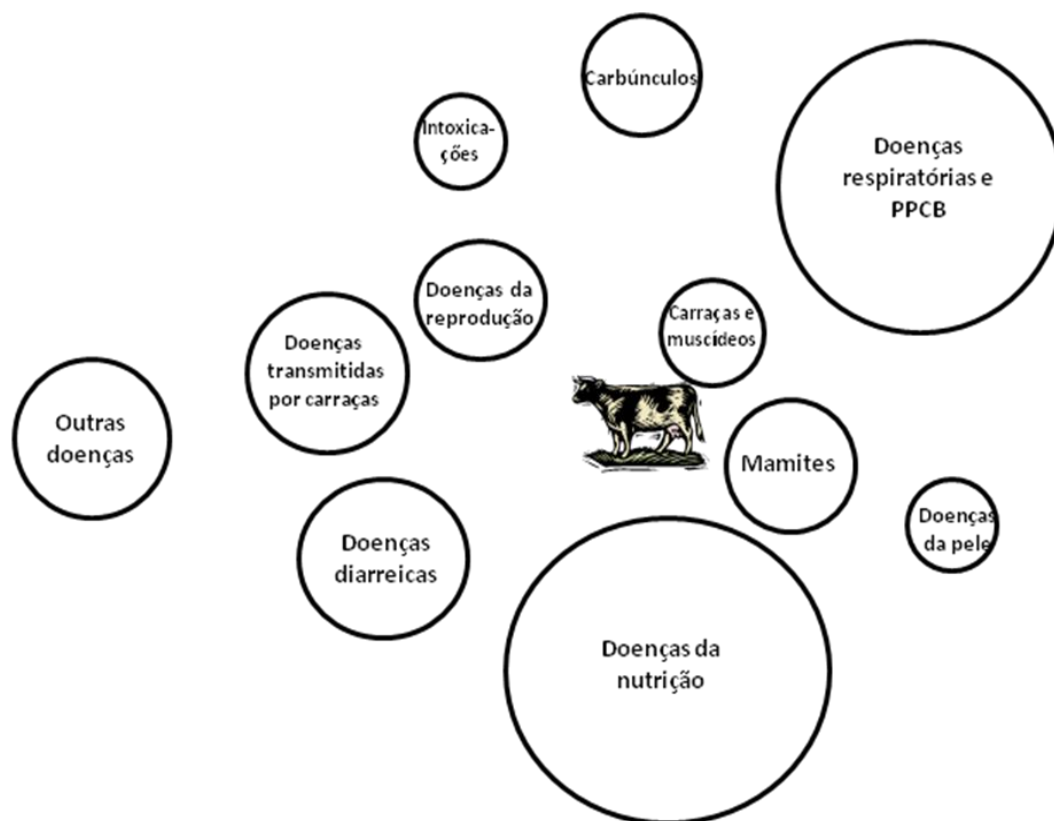
Quadro 2: Principais doenças do gado de acordo com o seu impacto sobre os grupos domésticos no Sudoeste de Angola.

Doenças dos bovinos	Doenças de caprinos e ovinos
Peripneumonia contagiosa dos bovinos (PPCB, caonha)	<i>Heartwater</i> (pericardite exsudativa)
Carbúnculo hemático	Mortalidade neo-natal
Deficiências nutritivas	Complexo de doenças respiratórias
Disfunções reprodutivas	Doenças diarreicas diversas
Brucelose	Verminoses gastrintestinais
Tuberculose	Fasciolose
Carbúnculo sintomático (enfisematoso)	Coccidioses
Doenças diarreicas diversas	Problemas de cascos
Tristeza parasitária (babesiose, anaplasmosse)	Clostridioses
<i>Heartwater</i> (pericardite exsudativa)	Sarnas
Mamites	
Dermatofilose	
Verminoses gastrintestinais	
Fasciolose	
Dermatite nodular dos bovinos	
Mortalidade neo-natal	
Ectoparasitas (carraças e muscídeos)	
Sarnas	

Dados obtidos a partir de exercícios de hierarquização elaborados em conjunto com criadores de gado em diversos locais da região assim como a partir de informações fornecidas pelo ISV e de dados do autor.

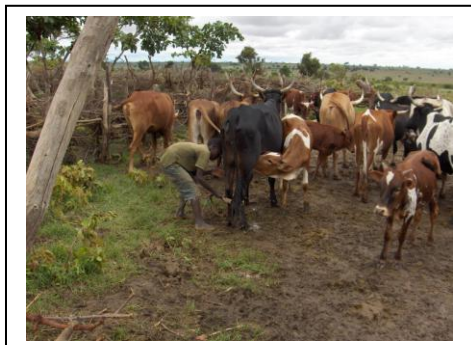
APÊNDICE E - Percepção das doenças com impacto sobre a produção de leite.

Para conhecer a percepção dos criadores tradicionais de gado relativamente a diferentes síndromas/doenças que podem influenciar a produção de leite dos seus rebanhos, sua prevalência e impacto, foi utilizado o diagrama Venn, sendo o resultado apresentado na figura abaixo.



O tamanho do círculo indica a importância atribuída à síndrome/doença (quanto maior for o tamanho, maior importância), a prevalência (quanto mais próximo do animal estiver o círculo, maior será a prevalência). Exercício realizado na sub-região semi-árida do sul, zona do Cuanhama, zona agro-económica 2.

APÊNDICE F – Ordenha e processamento do leite num grupo doméstico *Mwila (Nhaneca-Humbe)* (sub-região planáltica, zona agro-económica 3).



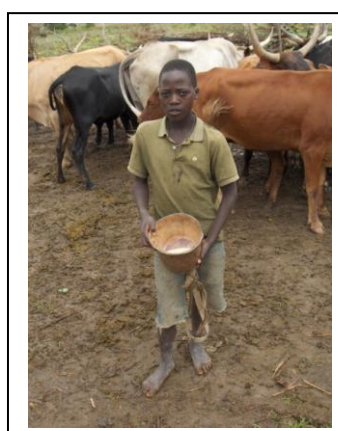
“Agora vou tirar leite na vaca. Primeiro ando amarrar (*lokukuta*) pata da vaca com as corda (*omuvia*).”



“Aqui tem as coisas que ando usar pra fazer *omavele*. Tem o *eholo* mais o *nakelo* mais o *tchakelo* onde mexe o leite.”



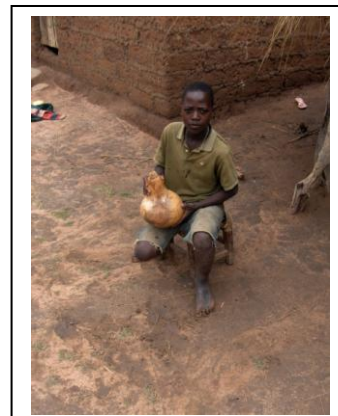
“Aqui tamo tirar leite da vaca. Sou eu que ando sempre tirar leite. Meu mano também anda tirar.”



“Este é leite que tirei dentro do *eholo*. Com ele ando fazer *omavele* (leite azedo). Mas às vez bebemo mesmo assim (*omahine*).”



“Com funil ando despejar o leite no *tchakelo*. Precisa ter cuidado pra não deixar cair leite no chão.”



“Depois é mexer o leite (*ohaka*) dentro do *tchakelo*. Precisa saber mexer bem.”



“Nós todo tomamo *omavele*. Meus mano gosta muito do *omavele* que ando fazer.”



“Quando sobra leite andamo vender na praça. Agora não anda sobrar poraque temo poucas vaca. Ladrão nos roubou alguma vaca.”

APÊNDICE G – Espécies vegetativas com maior importância para o gado.

Como informação complementar, foram identificadas, em três zonas agro-econômicas de distintas sub-regiões as principais espécies vegetativas consideradas pelos criadores como possuindo especial interesse para o gado. Note-se que, em grande parte da região, as forragens arbóreo-arbustivas compensam, em certa medida, a oscilação nutritiva das gramíneas.

Quadro 1: Gramíneas com interesse para o gado na sub-região árida, zona agro-econômica 2 (Camucuio).

Nome científico	Nome vernáculo	Características
<i>Eragrostis superba</i> Peyr.	<i>Ngolo-ionkombo</i>	Muito apetecível em qualquer altura do ciclo vegetativo.
<i>Antheophora pubescens</i> Nees	<i>Onkota</i>	Vulgar nas baixas arenosas, mas pode aparecer em tufo dispersos em outras formações pascigosas, sendo muito apreciada pelo gado.
<i>Urochloa bolbodes</i> (Steud.) Stapf	<i>Epele</i>	Comum em solos argilosos, tem rebentamento precoce logo que as primeiras chuvas ocorram com certa intensidade. Em anos de seca quase desaparece. Macia, succulenta, muito apetecida pelo gado.
<i>Schmidtia bulbosa</i> Stapf	<i>Donguissa</i>	Muito resistente à seca e ao frio, permanece verde ao longo de grande parte do ano, constituindo assim uma boa base de alimentação.
<i>Aristida</i> spp.	<i>Katchira;</i> <i>Omunhoque</i>	Apenas utilizada enquanto jovem. Considerada como sinal de degradação da pastagem.
<i>Chloris myriostachya</i> Hochst.	<i>Katchira kohinde;</i> <i>Muchila oncaiana</i>	Aparece em manchas, em áreas com sombra. Constitui apenas uma pequena percentagem das plantas forrageiras.
<i>Tricholaena monachne</i> (Trin.) Stapf. & C. E. Hubbard	<i>Senguembia</i>	Floresce nos bancos arenosos de cursos de água, permanecendo verdes durante parte considerável do ano.
<i>Themeda triandra</i> Forsk.	<i>Opunjahori</i>	Comum, considerada boa forragem, apreciada pelo gado. Cresce em pequenos tufo de altura muito variável.

Quadro 2: Forragens arbóreo-arbustivas com interesse para o gado na sub-região árida, zona agro-económica 2 (Camucuí).

Nome científico	Nome vernáculo	Características
<i>Colophospermum mopane</i> (Kirk.) J. Léonard	<i>Mutiati, omutiati, unteate</i>	Importante fonte alimentar a partir de Agosto-Setembro, quando as gramíneas rareiam. São utilizadas folhas, vagens, ramos tenros, e também folhas já caídas, secas. No início das chuvas, quando as gramíneas ainda não cresceram, são aproveitadas folhas verdes. Fornece também bons postes para vedações.
<i>Dichrostachys cinerea</i> (L.) Wight et Arn.	<i>Mupangue; onkhete; onamata</i>	Presente em solos de natureza variada, são aproveitadas vagens que caem em meados da estação seca, assim como folhas e rebentos. Espinhosa invasora quando a pastagem natural não é bem utilizada. Paus bons para levantar cercas e para uso como lenha/carvão. Boas fibras para cordas. Boa madeira para entalhar utensílios domésticos. Valor medicinal.
<i>Acacia subalata</i> (Vatke) Brenan	<i>Muloio</i>	Vagens são comidas directamente dos ramos mais baixos ou depois de haverem caído.
<i>Acacia tortilis</i> (Forssk.) Hayne	<i>Orusu-orupunguya</i>	Pequena árvore de até 15 metros de altura que mantém as folhas inclusive durante a primeira fase da estação seca. As suas folhas e vagens são usadas como alimento do gado e os ramos na elaboração de cercas. Considerada como boa para lenha. Uso medicinal.
<i>Acacia mellifera</i> (Vahl) Benth.		Geralmente sob a forma arbustiva, mas também como pequena árvore. Folhas, pequenos rebentos, vagens e flores são avidamente comidos por gado e animais selvagens. Aproveitada como lenha. Devido à sua facilidade de disseminação podem formar cerrados impenetráveis com espinhos temíveis. Frequente em formações de <i>mutiati</i> . Indicadora de sobrepastoreio.
<i>Faidherbia albida</i> (Delile) A. Chev.	<i>Omue; omunyere</i>	Folhas, rebentos e vagens, em geral disponíveis no final da estação seca, servem de alimento numa altura em que pouca forragem existe. Durante grande parte da estação das chuvas apresenta-se sem folhas, aparecendo estas no decurso da estação seca. Presente em solos profundos e frescos, particularmente nas proximidades dos cursos de água de caudal esporádico ou temporário. Melhoradora dos solos. Fornece boa sombra no decurso da estação seca.
<i>Grewia</i> sp.	<i>Munama, Omuselesele</i>	Comum no mato brenhoso com <i>muumba</i> (<i>Baikiaea plurijuga</i>). Junto às margens arenosas dos cursos de água, constitui importante alimento ao longo de todo o ano, já que as folhas só caem no final da estação seca, quando aparece nova rebentação. Frutos comestíveis. Ramos usados em cercas.
<i>Terminalia prunioides</i> Laws.	<i>Muhahina</i>	Parte das folhas permanece sem cair mesmo no decurso do cacimbo. Aquelas que caem são ingeridas em conjunto com capim seco.

Quadro 3: Gramíneas com interesse para o gado na sub-região semi-árida do sul, zona do Baixo Cunene, zona agro-económica 2 (Mucope, Humbe).

Nome científico	Nome vernáculo	Características
<i>Aristida</i> spp.	<i>Omunhoque</i>	Muito resistentes à secura, embora de valor reduzido, são recurso forrageiro em regiões de vegetação escassa, sendo aproveitadas no período de pré-floração ou após a queda das sementes.
<i>Brachiaria poaeoides</i> Stapf	<i>Omunditi</i> (dimba)	Cobrem pouco o solo, mas são consideradas boas forrageiras.
<i>Brachiaria nigropedata</i> (Munro) Stapf	<i>Otchiá</i>	Aparece em tufos, sendo vista como boa forrageira.
<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.	<i>Onguena</i> (humbe)	Aparece muito em locais estrumados de solos arenosos
<i>Digitaria plevansii</i> Stent	<i>Dongoroca</i> (dimba)	Abundante, aparece em tufos, sendo tida como excelente forrageira.
<i>Eragrostis</i> spp.	<i>Epére, bidangolo</i> (humbe)	Boa pastagem, resistente à secura.
<i>Urochloa mosambicensis</i> (Hack.) Dandy	<i>Epele</i>	Embora em anos de chuva quase desapareça, é muito procurada pelo gado.
<i>Schmidtia kalahariensis</i> Stent	<i>Omuolongue</i> (dimba) <i>Omulongue</i> (humbe)	Presente em várias formações vegetativas, é considerada como uma das melhores pastagens herbáceas.
<i>Schmidtia pappophoroides</i> Steud.	<i>Bidangolo</i> (dimba)	Bastante resistente à secura, é vista como boa pastagem para o gado.

Quadro 4: Forragens arbóreo-arbustivas com interesse para o gado na sub-região semi-árida do sul, zona do Baixo Cunene, zona agro-económica 2 (Mucope, Humbe).

Nome científico	Nome vernáculo	Características
<i>Colophospermum mopane</i> (Kirk.) J. Léonard	<i>Mutiati, omutiati.</i>	Funciona como reserva alimentar usada em momentos de carência de outros pastos, especialmente na parte final da época seca e início da rebentação, sendo aproveitadas folhas ainda verdes, no início das chuvas, as folhas secas, depois de caídas, no final da época seca, assim como também vagens e ramos tenros. Fornece bons postes para vedações. Árvore muito resistente à secura.
<i>Baphia massaiensis</i> Taub.	<i>O'hussi</i> (dimba) <i>Om'bale</i> (humbe) <i>Ntakuta</i>	Arbusto a pequena árvore, em geral com 2 a 4 m de altura, cuja folhagem é apetecível para os animais, sendo vista como excelente forrageira. Abunda nos agrupamentos de <i>muiumba</i> (<i>Baikiaea plurijuga</i>).
<i>Dichrostachys cinerea</i> (L.) Wight et Arn.	<i>Onkhete</i> (humbe)	São utilizadas vagens, folhas e rebentos. Espinhosa invasora que aparece em solos de natureza variada sob a forma de arbusto ou de pequena árvore. Paus usados em habitações e cercas e também como lenha/carvão. Propiciam boas fibras para cordas. Boa madeira para entalhe de utensílios domésticos. Valor medicinal.
<i>Acacia subalata</i> (Vatke) Brenan	<i>Omonhe, ongui</i> (humbe)	Os animais comem vagens já caídas ou directamente dos ramos mais baixos.
<i>Acacia sieberana</i> DC.	<i>Omutonthole</i>	As vagens servem de alimento, mas se ainda verdes, possuem substâncias tóxicas. As folhas são também aproveitadas. Produz boa sombra, sendo o pasto junto às árvores geralmente de boa qualidade. Comum em solos arenosos e frescos.
<i>Faidherbia albida</i> (Delile) A. Chev.	<i>Omunyere</i>	São aproveitados vagens, rebentos e folhagem, disponíveis no final da estação seca, altura em que existe muito pouca forragem. Perde a folhagem na estação das chuvas. Aparece nos locais de solos profundos e frescos. Frequente nos aluviões das margens dos rios Caculuar e Cunene assim como da <i>mulola</i> do Mucope. Os animais muitas vezes permanecem à sombra da árvore, comendo de imediato as vagens que caem. Melhoradora dos solos.
<i>Acacia erioloba</i> E. Meyer	<i>Omumbonde</i> (humbe); <i>Omuonde</i> (nhaneca)	As vagens, que começam a cair por volta de Julho, são muito apreciadas pelo gado e por animais de caça. É corrente afirmar que vacas em lactação que delas se alimentem têm a sua produção de leite aumentada. Presente em solos aluvionais ou arenosos. As folhas verdes também são comestíveis. Importante como árvore de sombra. Muito resistente à seca
<i>Grewia</i> sp.	<i>Omuselesele</i>	As folhas constituem um excelente recurso forrageiro, já que apenas caem no final da estação seca, quando aparece nova rebentação. Sendo de porte baixo, regra geral pequenas árvores e médios arbustos, as folhas são facilmente alcançáveis pelo gado. Frutos comestíveis. Ramos usados em cercas.
<i>Combretum</i> sp.	<i>Mupupu</i>	As folhas são tidas como boa forragem, e servem de alimento ainda verdes, ou já secas, depois de caídas.
<i>Terminalia sericea</i> Burch.	<i>Omuhana</i>	São comidas folhas caídas conjuntamente com capim seco. Comum nas formações de <i>mutiati</i> .
<i>Schlerocarya</i> sp.	<i>Omuongo</i>	Árvore vulgar junto às margens dos rios. O seu fruto, que amadurece em Fevereiro-Março, é muito apreciado pelo gado e pela caça, que o comem depois de caído no solo. Podem, no entanto, ocorrer intoxicações se forem consumidos demasiado maduros, já em fermentação. As folhas também são aproveitadas.
<i>Boscia</i> sp.	<i>Omutunda</i> (nhaneca) <i>Omuncumbi</i> (dimba) <i>Omuncundo</i> (humbe)	Árvore que pode atingir até 7 m, raramente sob a forma de arbusto, muitas vezes associada a termiteiras. As folhas são uma excelente forragem sendo geralmente consumidas directamente da própria árvore. Os criadores muitas vezes cortam os ramos ou dobram-nos de modo a ficarem ao alcance dos animais. Boa madeira para entalhar.

Quadro 5: Gramíneas com interesse para o gado na sub-região planáltica, zona agro-económica 4 (Quipungo).

Nome científico	Características
<i>Eleusina</i> spp.	Bom desenvolvimento foliar. Frequente nos arredores dos currais e na orla de caminhos.
<i>Panicum maximum</i> Jacq.	Vivaz, tufos de altura variável. Prefere sombra. Muito palatável e com bom valor nutricional.
<i>Urochloa</i> spp.	Dispersão grande e enrelvamentos densos. Rebentamento logo que as primeiras chuvas ocorram com certa intensidade. Em anos de seca quase desaparece. Macia, succulenta, muito apetecida pelo gado.
<i>Digitaria</i> spp.	Vivaz. Frequente nas matas.
<i>Brachiaria</i> spp.	Prefere áreas de sombra nas matas. Pouco frequente em campo aberto.
<i>Echinochloa</i> spp.	Possuindo habitat lacustre, circunscreve-se a locais temporariamente alagados.
<i>Rhynchelytrum repens</i> (Willd.) C.E. Hubbard	Bem representado na zona, prefere terrenos de cultura abandonados. Palatável ao longo do ciclo vegetativo. Anual ou vivaz.
<i>Setaria</i> spp.	Especialmente em terras frescas e fundas ou à sombra de árvores. Feno macio e de bom valor alimentar. Anual ou vivaz.
<i>Hyparrhenia</i> spp.	Considerada como forragem de interesse. Consumida principalmente antes da floração. Vivaz, cresce isolada ou em pequenos tufos.
<i>Themeda triandra</i> Forsk.	Boa forragem, comum na região. Vivaz, cresce em pequenos tufos de altura muito variável. Pode formar povoamentos extensos e homogéneos. Comum, considerada boa forragem, apreciada pelo gado. Cresce em pequenos tufos de altura muito variável.

Quadro 6: Forragens arbóreo-arbustivas com interesse para o gado na sub-região planáltica, zona agro-económica 4 (Quipungo).

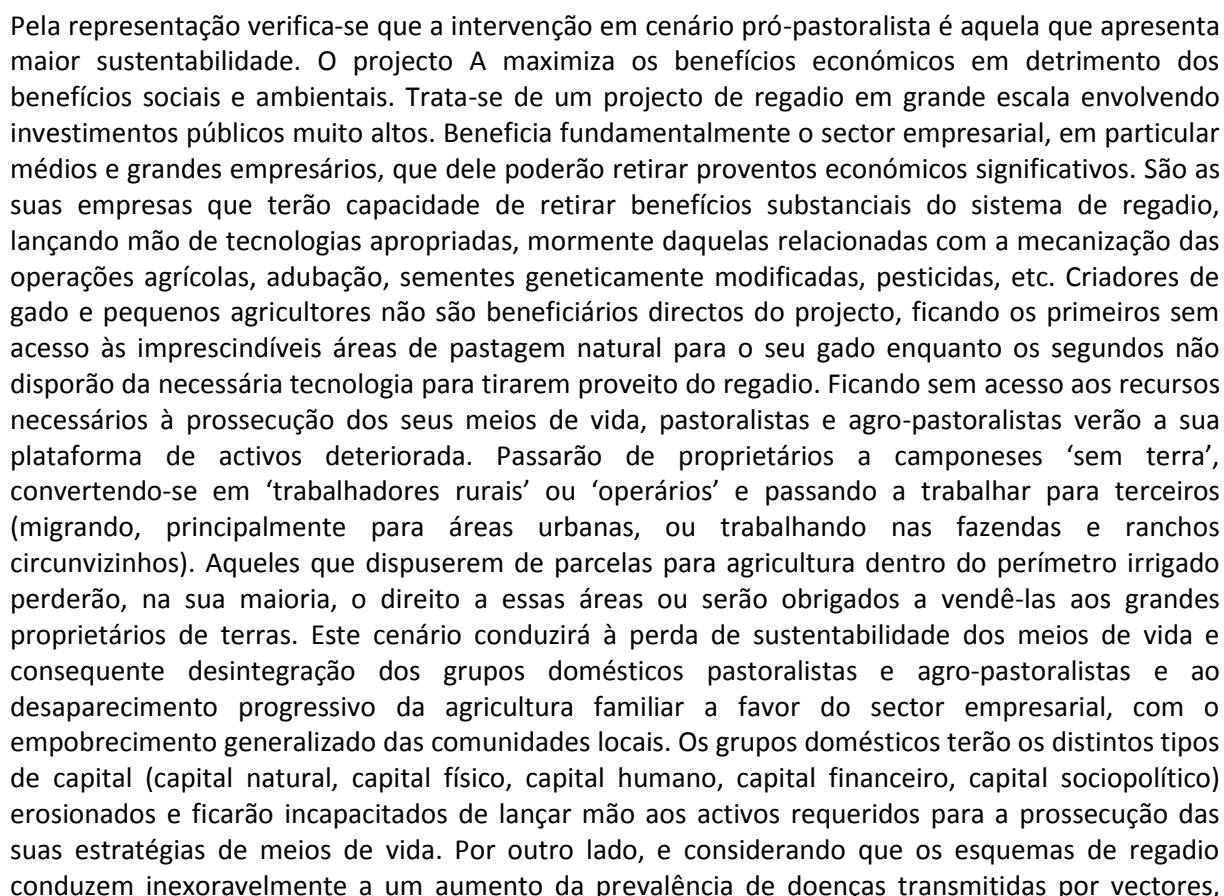
Nome científico	Características
<i>Colophospermum mopane</i> (Kirk.) J. Léonard	Presente nas zonas baixas. Utilizada em momentos de carência de outros pastos, especialmente na parte final da época seca e início da rebentação, sendo aproveitadas folhas ainda verdes, no início das chuvas, as folhas secas, depois de caídas, no final da época seca, assim como também vagens e ramos tenros.
<i>Dichrostachys cinerea</i> (L.) Wight et Arn.	São utilizadas vagens, folhas e rebentos. Aparece em solos de natureza variada sob a forma de arbusto ou de pequena árvore. Paus usados em habitações e cercas e também como lenha/carvão. Propiciam boas fibras para cordas. Boa madeira para entalhe de utensílios domésticos. Valor medicinal. Dispersa em pequenos maciços cerrados em áreas de floresta aberta. Muito resistente às queimadas.
<i>Acacia kirkii</i> Oliver	Presente em pequenas extensões de savana arborizada, não distante da sede de município. Pode atingir porte alto e produz boa sombra.
<i>Acacia sieberana</i> DC.	Presente nos vales de rios e em algumas <i>mulolas</i> . Produz boa sombra. Boa melhoradora do solo. As vagens possuem bom valor alimentar. O gado também se alimenta das suas folhas.
<i>Acacia erioloba</i> E. Meyer	Aparece em algumas <i>mulolas</i> e vales de rios. As vagens, de excelente valor alimentar, são muito apreciadas pelo gado. As folhas verdes também são comestíveis. Presente em solos aluvionais ou arenosos. Produz boa sombra e resiste bem à secura.
<i>Acacia brevispica</i> Harms	Disseminada em pequenos maciços cerrados em plena floresta aberta sob a forma de arbusto ou de pequena árvore. O gado aprecia as suas vagens.
<i>Combretum</i> sp.	As folhas são tidas como boa forragem, e servem de alimento ainda verdes, ou já secas, depois de caídas. Aparecem em pequenos maciços cerrados em plena floresta aberta.

APÊNDICE H – Benefícios decorrentes de intervenções de desenvolvimento em cenário anti-pastoralista e em cenário pró-pastoralista.

Podem ser considerados dois cenários para o desenvolvimento agrário no Sudoeste de Angola, apelidados de ‘anti-pastoralista’ e ‘pró-pastoralista’. O primeiro, baseado no ‘paradigma do gado’, segundo o qual o sistema de produção pastoralista é irracional, defende uma abordagem de desenvolvimento ‘evolucionista’ ou de ‘modernização’, enquanto o segundo, baseado no ‘eco-paradigma’ ou ‘paradigma da racionalidade’, sustenta a racionalidade tanto da utilização da terra pelos pastoralistas/agro-pastoralistas, como do sistema de produção por eles desenvolvido. Fundamentalmente, o ‘paradigma do gado’ enfatiza os pontos fracos do sistema de produção pastoralista, não se referindo, contudo, intrinsecamente às fraquezas do próprio sistema, mas antes ao que falta aos pastoralistas comparativamente ao sector empresarial. Já o ‘paradigma da racionalidade’ explora os pontos fortes dos pastoralistas, como o seu conhecimento e experiência e a racionalidade do seu sistema de produção, tomando-os como os alicerces para futuras intervenções. Enquanto este paradigma advoga a importância da gestão para assegurar a sustentabilidade da produção e aborda os pastoralistas como vencedores, já os anti-pastoralistas focalizam primariamente na construção de pesadas infraestruturas e vêem os pastoralistas como perdedores.

Partindo do princípio de que na procura de um desenvolvimento sustentável devem ser tomados como critérios operacionais os benefícios económicos, sociais e ambientais que podem advir de determinado programa ou projecto, devendo haver o necessário equilíbrio entre os benefícios atinentes aos distintos critérios⁴²⁴, no triângulo abaixo são comparados os benefícios decorrentes de duas intervenções distintas, uma num cenário anti-pastoralista (traçado em cor azul) (projecto A) e outra num cenário pró-pastoralista (projecto B) em plena sub-região semi-árida do sul (traçado em cor verde). O traçado a vermelho representa o ponto de equilíbrio abaixo do qual os benefícios da intervenção não contribuem para o alcance do objectivo (económico, social ou ambiental) considerado.

⁴²⁴ Rogers *et al* (2008) destaca que, para se atingir um desenvolvimento sustentável, deverão ser concretizados três objectivos: económico, social e ambiental. Os objectivos económicos não poderão ser maximizados se os constrangimentos ambientais e sociais não forem satisfeitos; os benefícios ambientais não poderão ser necessariamente maximizados se não forem ultrapassados os constrangimentos económicos e sociais; os objectivos sociais não poderão ser maximizados se não forem superados os constrangimentos económicos e ambientais. De um ponto de vista operacional, o desenvolvimento sustentável assenta na maximização dos benefícios económicos, sociais e ambientais, por sua vez sujeitos a um conjunto de constrangimentos de diversa ordem.

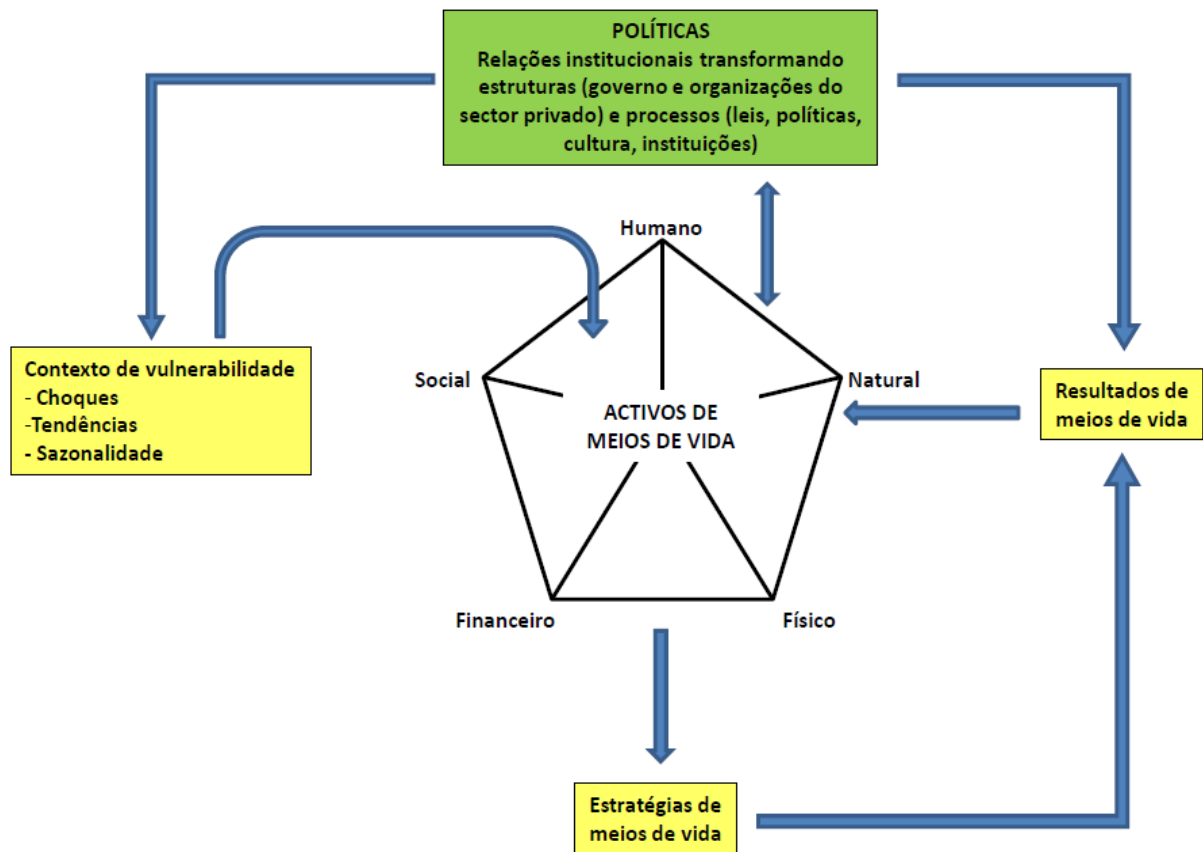


como a malária e esquistossomose, as comunidades locais poderão ver o seu o capital humano deveras enfraquecido para além dos grupos domésticos verem aumentadas as suas despesas com os cuidados de saúde.

O projecto B, mais simples e requerendo investimentos reduzidos, envolve um conjunto de acções relacionadas com o reforço da assistência veterinária direccionada ao criador tradicional de gado. Apesar dos baixos investimentos exigidos, conduz a importantes benefícios para os grupos domésticos pastoralistas e agro-pastoralistas que terão a sua plataforma de meios de vida substancialmente reforçada. Mortalidade mais reduzida do gado conduzirá a mais animais, portanto a mais leite e mais carne, para além de mais estrume e maior capacidade de tracção animal, factores que levarão a maiores áreas agricultadas e a maiores produções agrícolas. O resultante incremento na venda/permuta de animais e seus produtos assim como de produtos agrícolas conduzirá a maiores quantidades de produção colocadas nos circuitos comerciais e à obtenção de maiores rendimentos pelos grupos domésticos. Estes verão o bem-estar e a qualidade de vida dos seus membros melhorada e a plataforma de activos reforçada.

ANEXOS

ANEXO A - Diagrama de meios de vida sustentáveis.



Elaborado a partir de Carney (1998)

ANEXO B - Zonas agro-ecológicas em África.

Quadro: Zonas agro-ecológicas em África.

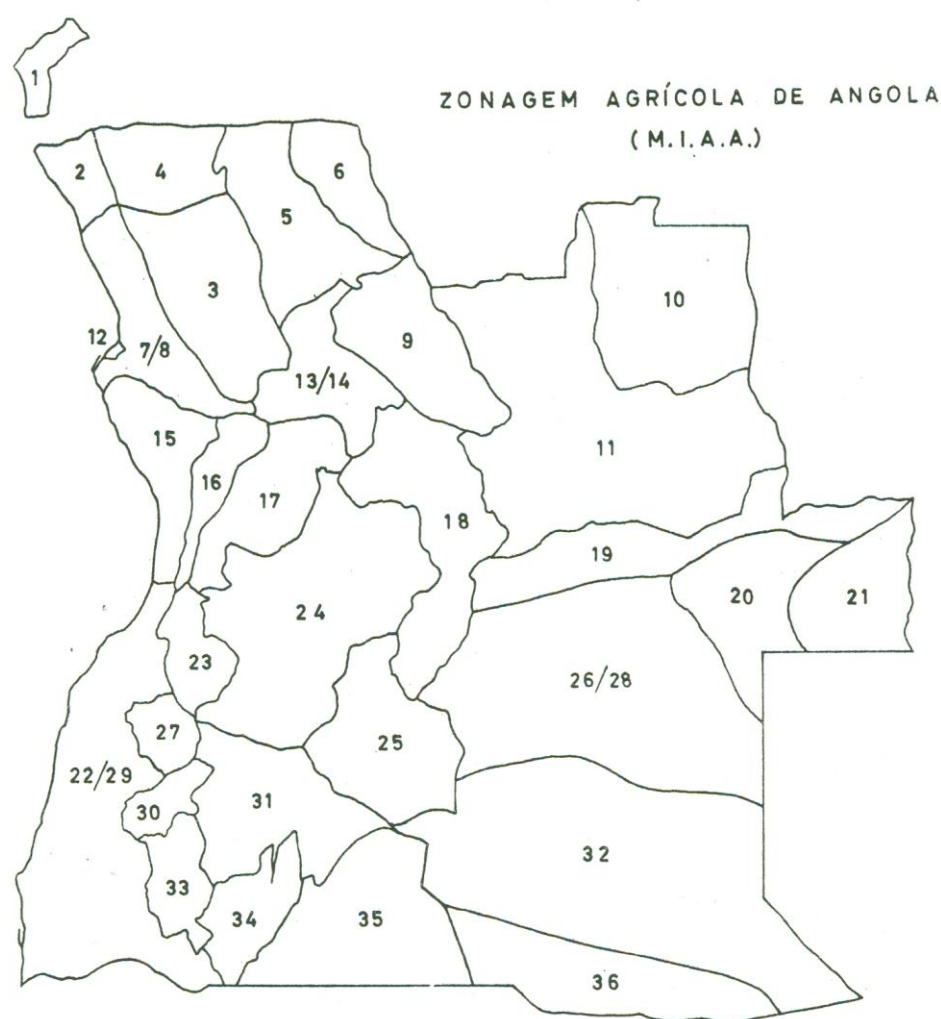
Zona agro-ecológica	Período de crescimento vegetativo (dias)	Pluviosidade	Características gerais
Árida	<75	0-500	Alta variabilidade na pluviosidade, com um coeficiente de variação de 25 a 35%. Seis a nove meses sem chuva. Cobertura vegetal constituída por gramíneas de ciclo anual, leguminosas, arbustos e árvores dispersos. Produção de gado em áreas limitadas. Algumas culturas agrícolas em áreas que recebam pelo menos 300 mm de chuva.
Semi-árida	75-180	500-1000	Coeficiente de variação de pluviosidade de 20 a 25%. Entre 4 a 7 meses sem chuva. Áreas de menor pluviosidade aproveitadas para pastoreio. Agro-pastoralismo e sistemas mistos nas áreas de maior pluviosidade. Principais culturas: massango (<i>Pennisetum typhoides</i>), massambala (<i>Sorghum vulgare</i>), amendoim (<i>Arachys hypogaea</i>), feijão macunde (<i>Vigna unguiculata</i>).
Subhúmida	180-270	1000-1500	Pluviosidade com menor variabilidade que nas duas zonas anteriores, tornando a produção agrícola menos arriscada. Culturas alimentares e de renda. Nos cereais, destaca-se a cultura do milho (<i>Zea mays</i>). Produção de gado integrada com a agricultura.
Húmida	>270	>1500	Floresta húmida e savanas derivadas. Solos com altos níveis de ferro e alumínio e baixos níveis de fósforo; baixo conteúdo de matéria orgânica. Solos frágeis, facilmente degradáveis quando perdem a cobertura vegetal.
Terras altas	-	-	Áreas com temperatura média diária inferior a 20°C. Alto potencial para integração de culturas agrícolas e pecuária.

Elaborado com base em Ibrahim & Olaloku (2000).

ANEXO C – Mapa administrativo de Angola.



ANEXO D - Zonagem agrícola de Angola.

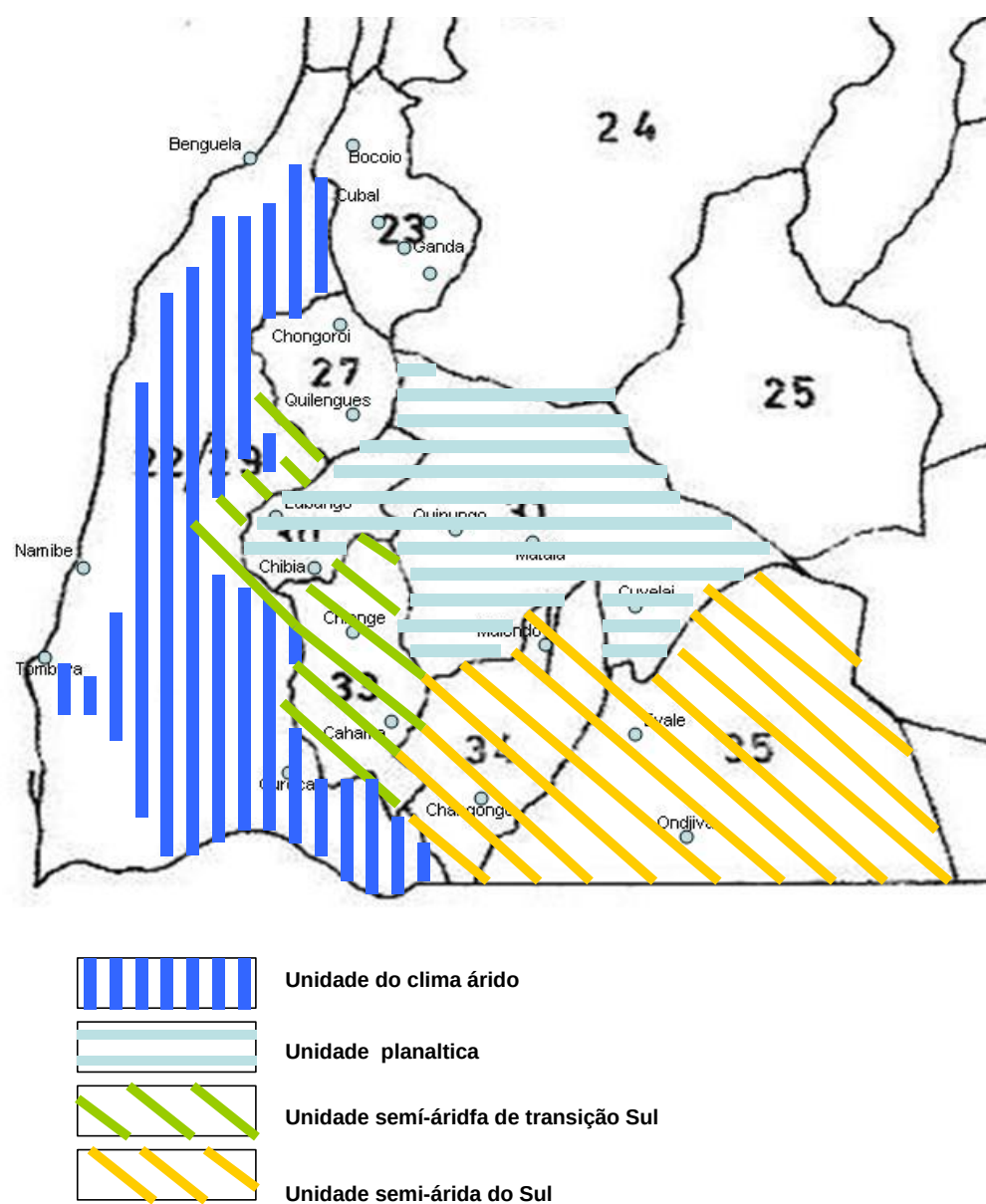


ZONAS AGRÍCOLAS

1 - CABINDA	19 - INFLUÊNCIA DO C.F.B.-LESTE
2 - LITORAL NORTE	20 - ANHARAS DO MOXICO
3 - CAFÉÍCOLA DEMBOS-UIGE	21 - ALTO ZAMBEZE
4 - SUBPLANALTO DO CONGO	22/29 - LITORAL SUL
5 - PLANALTO DO CONGO	23 - TRANSIÇÃO CENTRO-OESTE
6 - CUANGO	24 - PLANALTO CENTRAL
7/8 - LITORAL DE LUANDA	25 - GANGUELAS
9 - BAIXA DE CASSANGE	26/28 - BUNDAS E LUCHAZES
10 - NORDESTE DA LUNDA	27 - QUILENGUES
11 - LUNDA	30 - TERRAS ALTAS DA HUÍLA
12 - SUBURBANA DE LUANDA	31 - TRANSIÇÃO CENTRO-SUL
13/14 - PLANALTO DE MALANGE	32 - CUANDO-CUBANGO
15 - LITORAL SUL DO CUANZA	33 - GAMBOS
16 - LIBÔLO-AMBOIM	34 - BAIXO CUNENE
17 - TRANSIÇÃO CENTRO-NOROESTE	35 - CUANHAMA
18 - ALTO CUANZA	36 - BAIXO CUBANGO

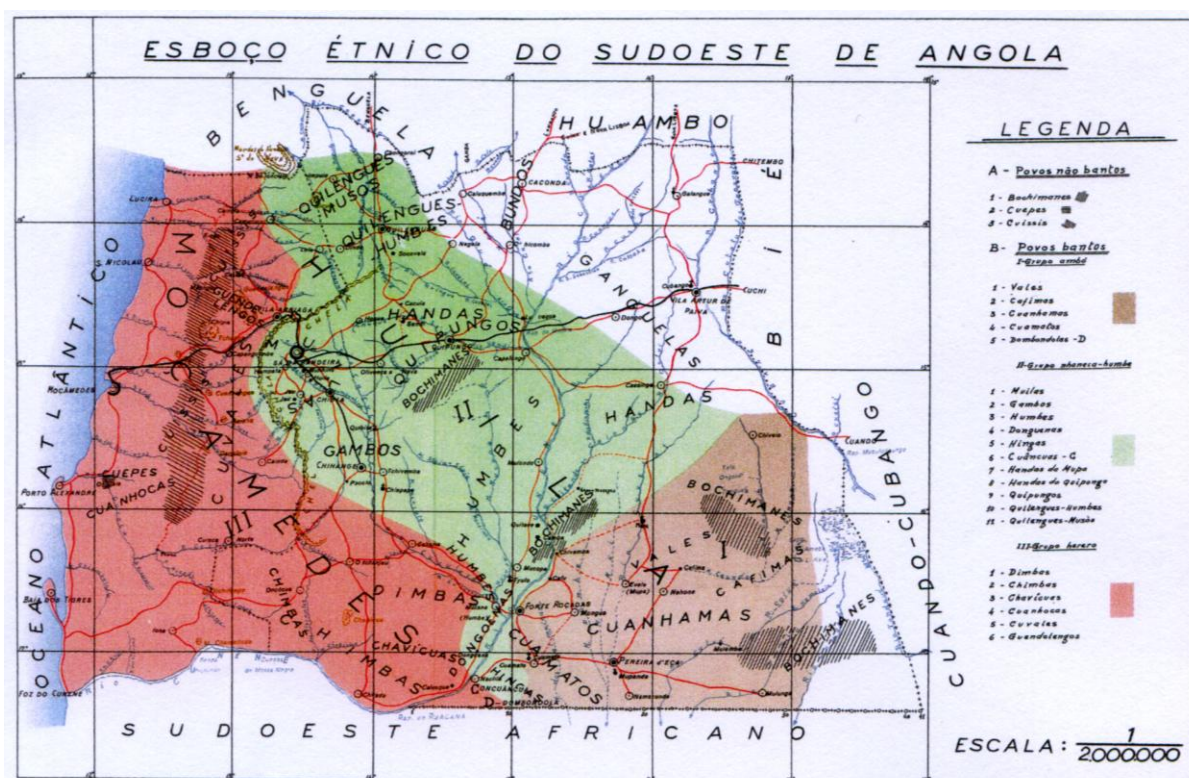
Origem: Diniz (1973; 2006).

ANEXO E – Sub-regiões agro-pastoris.



Origem: Moraes (2007a).

ANEXO F- Distribuição aproximada dos grupos de povos Bantu do Sudoeste de Angola.



Origem: Estermann (1960).

ANEXO G – Composição da manada de bovinos.

Zona	Ano	Touros	Vacas	Novilhas	Novilhos	Crias	Bois
22/29	1966/67	2,01	39,08	22,60	10,01	18,25	8,05
27	1964/65	1,92	28,06	19,72	5,82	17,50	26,98
30	1963/64	2,42	32,85	15,87	8,97	19,66	20,23
31	1967/68	3,00	30,39	19,71	9,38	16,00	21,52
33	1964/65	1,97	33,53	16,64	6,87	21,45	19,54
34	1965/66	1,96	34,39	16,91	8,66	20,23	17,85
35	1965/66	1,75	34,72	20,68	10,06	17,77	15,02
MÉDIA		2,15	33,29	18,88	8,54	18,69	18,42

Adaptação de Correia & Santos (1998) a partir do Relatório Sectorial de Pecuária, IV Plano de Fomento, Luanda, 1972.

ANEXO H - Características dos meios de transporte de cargas.

Pela importância que a quantificação do transporte pode assumir, o quadro seguinte apresenta, de forma meramente ilustrativa, a indicação dos custos por tonelada e por quilómetro percorrido, assim como outras características de acordo com diferentes opções de meios de transporte.

Quadro 1: Características dos meios de transporte de cargas em uso no Sudoeste de Angola e principais necessidades.

Tipo de transporte	Custo (\$US)	Capacidade de carga (Kg)	Velocidade média (Km/h)	Distância percorrida (Km)	Custo por tonelada/ Km (\$US)	Necessidade de moeda estrangeira	Mecânica	Necessidade de boas estradas
Força humana (na cabeça)	0	20	5	10	1,50	Baixa	Baixa	Baixa
Zorra	10	100	4	3	0,80	Baixa	Baixa	Baixa
Carrinho de mão	30	100	4	1	0,40	Baixa	Baixa	Baixa
Burro (dorso)	60	80	7	20	0,70	Baixa	Baixa	Baixa
Bicicleta	100	60	10	20	0,60	Média	Média	Média
Carroça puxada por burros	300	400	6	15	0,60	Média	Média	Média
Carroça puxada por bois	500	1000	5	10	0,20	Média	Média	Média
Motorizada	900	100	50	50	1,30	Alta	Alta	Média
Carrinha	12000	1200	80	200	0,70	Alta	Alta	Alta
Camionete	60000	12000	80	200	0,50	Alta	Alta	Alta

Adaptado de Crossley *et al*, 2009. Os números são apenas indicativos daquilo que normalmente acontece.

ANEXO I – Nomes científicos mencionados no texto e respectivos classificadores.

<i>Acacia brevispica</i> Harms	<i>Peltophorum africanum</i> Sond.
<i>Acacia detinens</i> Burch	<i>Phragmites mauritianus</i> Kunth
<i>Acacia erioloba</i> E. Meyer	<i>Pistia stratioides</i> L.
<i>Acacia kirkii</i> Oliver	<i>Pogonarthria squarrosa</i> (Licht.) Pilger
<i>Acacia mellifera</i> (Vahl) Benth.	<i>Pteleopsis anisoptera</i> (Welw.) Engl. & Diels
<i>Acacia sieberana</i> DC.	<i>Pterocarpus antunesii</i> Harms
<i>Acacia subalata</i> (Vatke) Brenan	<i>Rhynchelytrum repens</i> (Willd.) C.E. Hubbard
<i>Acacia tortilis</i> (Forssk.) Hayne	<i>Riciodendron rautanenii</i> Schinz
<i>Adansonia digitata</i> L.	<i>Schizachyrium semiberbe</i> Nees
<i>Anthepphora pubescens</i> Nees	<i>Schmidtia bulbosa</i> Stapf
<i>Aristida meridionalis</i> Henr.	<i>Schmidtia kalahariensis</i> Stent
<i>Aristida rhiniochloa</i> Hochst.	<i>Schmidtia pappophoroides</i> Steud.
<i>Baikiaea plurijuga</i> Harms	<i>Sclerocarya birrea</i> (A. Rich.) Hochst.
<i>Baphia massaiensis</i> Taub.	<i>Spirostachys africana</i> Sond.
<i>Berchemia discolor</i> (Klotzsch.) Helmsl.	<i>Syzygium guineensis</i> (Willd.) DC.
<i>Boscia albitrunca</i> (Burch.) Gilg. et Bened.	<i>Terminalia prunioides</i> Laws.
<i>Boscia microphylla</i> Oliv.	<i>Terminalia sericea</i> Burch.
<i>Brachiaria nigropedata</i> (Munro) Stapf	<i>Themeda triandra</i> Forsk.
<i>Brachiaria poaeoides</i> Stapf	<i>Tricholaena monachne</i> (Trin.) Stapf. & C. E. Hubbard
<i>Carissa edulis</i> Vahl	<i>Urochloa bolbodes</i> (Steud.) Stapf
<i>Chloris myriostachya</i> Hochst.	<i>Urochloa mosambicensis</i> (Hack.) Dandy
<i>Colophospermum mopane</i> (Kirk.) J. Léonard	<i>Vetiveria nigritiana</i> (Benth.) Stapf
<i>Combretum imberbe</i> Wawra	
<i>Combretum psidioides</i> Welw.	Melancia, matanga (<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad.)
<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.	Massango (<i>Pennisetum typhoides</i> Burm.)
<i>Dichrostachys cinerea</i> (L.) Wight et Arn.	Sorgo (<i>Sorghum vulgare</i> Pers.)
<i>Digitaria plevansii</i> Stent	Milho (<i>Zea mays</i> L.)
<i>Diospyrus mespiliformis</i> Hochst.	Feijão macunde, makunde, akunde (umbundu)
<i>Entandrophragma ekebergioides</i> (Harms) Sprague	(<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.)
<i>Eragrostis superba</i> Peyr.	Feijão vulgar (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.)
<i>Faidherbia albida</i> (Delile) A. Chev.	Vielo, ovingomene, efukua (<i>Voandzeia subterranea</i> Thouars)
<i>Ficus gnaphalocarpa</i> A. Rich	Batata-doce (<i>Ipomoea batatas</i> Poir)
<i>Kirkia acuminata</i> Oliv.	Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i> L.)
<i>Leersia hexandra</i> Sw.	Gindungo (<i>Capsicum frutescens</i> L.)
<i>Lonchocarpus nelsii</i> (Schinz) Harms	Cabaça, abóbora carneira, matira, omatila
<i>Nymphaea caerulea</i> Savigny	(<i>Lagenaria vulgaris</i> Seringe)
<i>Nymphaea lotus</i> L.	Mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Grantz)
<i>Panicum maximum</i> Jacq.	